S·P·Q·R

UMA HISTÓRIA DA ROMA ANTIGA

MARY BEARD

CRÍTICA

SPQR

MARY BEARD

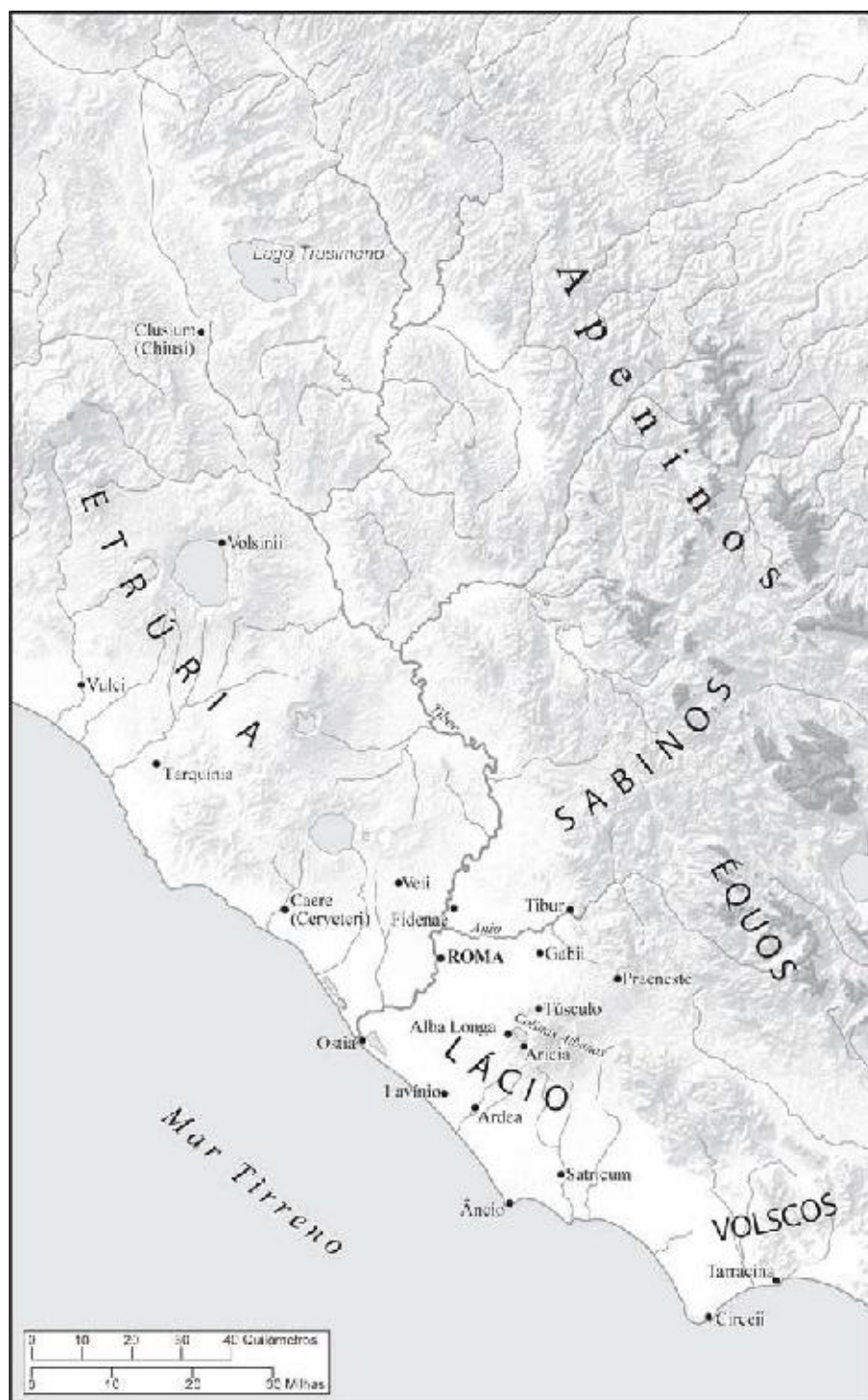
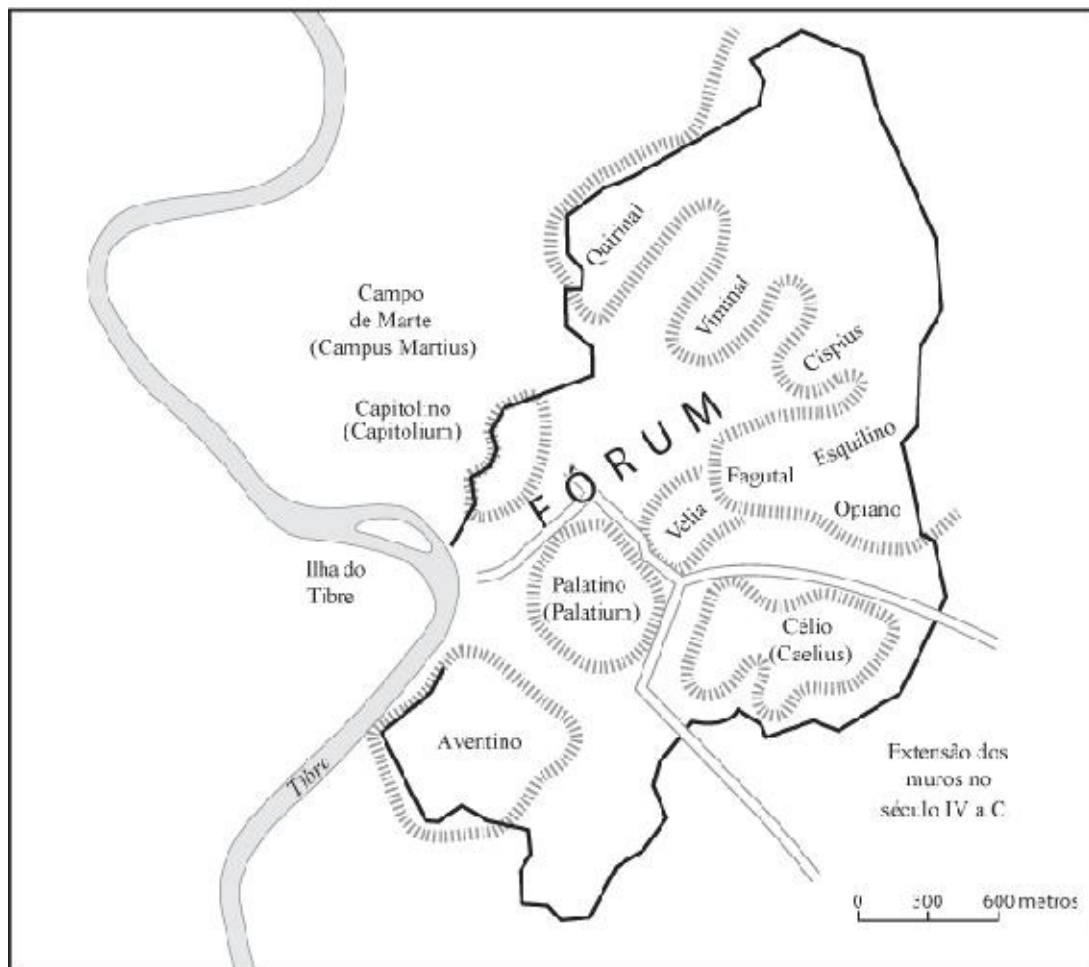
Tradução
LUIS REYES GIL

CRÍTICA

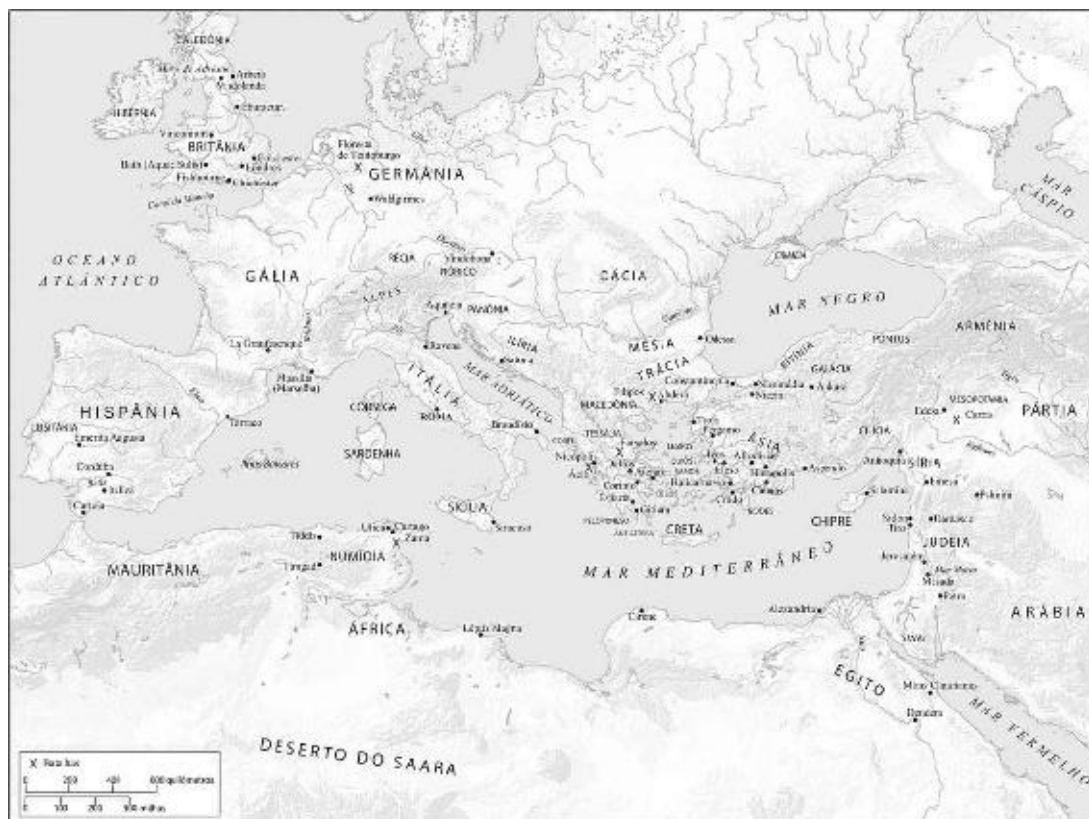
SUMÁRIO

A inglesa **Mary Beard** é professora de Clássicos na Universidade de Cambridge. Vem estudando a história de Roma há mais de 30 anos e já publicou vários livros, mas *SPQR* é considerada a sua obra-prima. É editora de clássicos do suplemento literário do jornal *The Times*. Produziu e apresentou inúmeros documentários sobre Roma na BBC.

MAPAS

1. Roma primordial e seus vizinhos

2. O local de Roma

3. A Itália romana

4. A cidade de Roma no período imperial

5. O mundo romano

Prólogo
A história de Roma

Roma Antiga é importante. Ignorar os romanos é não apenas fechar os olhos para o passado distante. Roma ainda nos ajuda a definir o modo como entendemos nosso mundo e pensamos a respeito de nós mesmos, e isso abrange da alta cultura à comédia barata. Após 2 mil anos, ela continua na base do pensamento e da política ocidental, daquilo que escrevemos e do modo como vemos o mundo e nosso lugar nele.

O assassinato de Júlio César, por ocasião daquilo que os romanos chamaram de Idos de Março, 44 a.C., tem servido desde então como modelo, e eventual justificativa inepta, para o assassinato de tiranos. A disposição do território da Roma Imperial está implícita na geografia política da Europa moderna e de terras mais distantes. A principal razão de Londres ser a capital do Reino Unido é que os romanos fizeram dela a capital da sua província, a Britânia — um lugar perigoso, situado, na visão deles, além do grande oceano que circundava o mundo civilizado. Roma nos legou ideias de liberdade e cidadania, assim como de exploração imperial, combinadas com um vocabulário de política moderna, desde “senadores” a “ditadores”. Emprestou-nos expressões como “presente de grego”, “pão e circo” e “tocar violino enquanto Roma arde” — até mesmo “onde

há vida, há esperança”. E tem propiciado riso, espanto e horror, mais ou menos em proporções iguais. Os gladiadores são sucesso de bilheteria hoje como foram naquela época. O grande poema épico de Virgílio sobre a fundação de Roma, a *Eneida*, quase certamente teve mais leitores no século XX do que no primeiro século da nossa era.

No entanto, a história da Roma Antiga mudou radicalmente ao longo dos últimos cinquenta anos, e mais ainda nos quase 250 anos desde que Edward Gibbon escreveu *Declínio e queda do Império Romano*, seu idiossincrático experimento histórico que deu início ao estudo moderno da história de Roma no mundo de língua inglesa. Isso se deve em parte às novas maneiras de interpretar os dados antigos, e aos diferentes questionamentos que escolhemos fazer. É um mito perigoso achar que somos historiadores melhores do que aqueles que nos precederam. Não somos. Mas chegamos à história romana com outras prioridades — desde identidade de gênero a suprimento de comida — que fazem o passado antigo falar conosco num novo idioma.

Também houve uma série extraordinária de novas descobertas — em terra, sob as águas, até perdidas em bibliotecas — e as novidades da Antiguidade que elas nos trouxeram dizem mais sobre a Roma Antiga do que qualquer historiador moderno poderia ter tido conhecimento antes. Temos agora um manuscrito de um comovente ensaio escrito por um médico romano, cujas queridas posses haviam acabado de arder em chamas, e que reapareceu em um mosteiro grego apenas em 2005. Temos destroços de navios naufragados no Mediterrâneo que nunca conseguiram chegar a Roma, com esculturas, mobília e vidraria

estrangeiras destinadas às casas dos ricos, e vinho e azeite de oliva que faziam parte da dieta básica de todos. Enquanto escrevo, arqueólogos examinam com atenção amostras extraídas da calota de gelo da Groenlândia para achar vestígios, até mesmo ali, da poluição produzida pela indústria romana. Outros estão observando através do microscópio o excremento humano encontrado em uma fossa em Herculano, no sul da Itália, para identificar a dieta dos romanos comuns. Muitos ovos e ouriços-do-mar fazem parte da resposta.

A história de Roma está sempre sendo reescrita, e sempre foi; em certos aspectos, sabemos mais sobre a Roma Antiga do que os próprios romanos. A história romana, em outras palavras, é uma obra em progresso. Este livro é minha contribuição a esse projeto maior; oferece a minha versão sobre por que isso é importante. *SPQR* empresta seu título de outra famosa expressão romana, *Senatus PopulusQue Romanus*, “O Senado e o Povo de Roma”. É movido por uma curiosidade pessoal a respeito da história romana, por uma convicção de que um diálogo com a Roma Antiga ainda vale muito a pena e pela questão de como uma pequena e desinteressante aldeia no centro da Itália tornou-se uma potência dominante sobre uma extensão territorial enorme, em três continentes.

Este é um livro sobre como Roma cresceu e sustentou sua posição por tanto tempo, não sobre como declinou e caiu, se é que realmente fez isso no sentido que Gibbon imaginou. Existem várias maneiras pelas quais as histórias de Roma podem construir uma conclusão que faça sentido; alguns escolheram a conversão do imperador Constantino ao cristianismo em seu leito de morte em 337 d.C. ou o saque da cidade por Alarico e seus visigodos em 410 d.C. A minha história

termina com um momento culminante em 212 d.C., quando o imperador Marco Aurélio Antonino, conhecido como Caracala [Marcus Aurelius Antoninus – Caracallas], tomou a decisão de transformar todo habitante livre do Império Romano em um cidadão romano de pleno direito, erodindo a diferença entre conquistador e conquistado e concluindo um processo de expansão dos direitos e privilégios da cidadania romana que havia se iniciado quase mil anos antes.

SPQR não é, porém, uma simples obra de admiração. Há bem mais no mundo clássico — tanto romano quanto grego — para despertar interesse e atenção. Nosso mundo seria incomensuravelmente mais pobre se não continuássemos a interagir com o deles. Mas admiração é uma coisa diferente. Felizmente, como filha do meu tempo, fico com um pé atrás quando ouço alguém falando dos “grandes” conquistadores romanos, ou mesmo do “grande” Império de Roma. Tenho tentado aprender a ver as coisas também de outras perspectivas.

Na realidade, *SPQR* confronta alguns dos mitos e meias verdades a respeito de Roma com os quais eu, como muitos, cresci. Os romanos não começaram com um grande plano de conquista mundial. Embora tenham chegado a fazer ostentação de seu Império como se fosse algum destino manifesto, as motivações que estavam originalmente por trás de sua expansão militar pelo mundo mediterrâneo, e além dele, são ainda um dos grandes quebra-cabeças da história. Na aquisição de seu Império, os romanos não esmagaram brutalmente povos inocentes que estavam cuidando de seus afazeres em uma harmonia pacífica até que as legiões apareceram no horizonte. A conquista romana foi sem dúvida

cruel. A conquista da Gália por Júlio César foi comparada, com razão, a um genocídio, e criticada pelos próprios romanos da época nesses mesmos termos. Mas Roma se expandiu por um mundo de violência endêmica, de focos rivais de poder apoiados por forças militares (na realidade, não havia alternativa) e de mini-impérios. A maioria dos inimigos de Roma era tão militarista quanto os romanos; mas, por razões que tentarei explicar, eles não venceram.

Roma não era apenas o parente mais violento da Grécia Clássica, comprometida com engenharia, eficiência militar e absolutismo, enquanto os gregos haviam preferido a especulação intelectual, o teatro e a democracia. Mostrava-se conveniente a alguns romanos fingir que as coisas eram assim, e foi conveniente a muitos historiadores modernos mostrar o mundo clássico como uma dicotomia simples entre duas culturas diferentes. Isso, como veremos, é enganoso, e em relação aos dois lados. As cidades-Estado gregas desejavam vencer batalhas tão ardentemente quanto os romanos, e a maioria tinha pouco a ver com o breve experimento democrático ateniense. Longe de serem irrefletidos defensores do poder imperial, vários escritores romanos eram ferrenhos críticos ao imperialismo. “Eles criam desolação e chamam isso de paz” é um slogan que com frequência tem resumido as consequências da conquista militar. Foi escrito no século II d.C. pelo historiador romano Tácito, referindo-se ao poder romano na Britânia.

A história de Roma é um grande desafio. Não temos uma única história de Roma, especialmente se levarmos em conta o quanto o mundo romano se expandiu para longe da Itália. A história de Roma não é a mesma história da

Britânia romana ou da África romana. A maior parte da minha atenção será sobre a cidade de Roma e a Itália romana, mas preciso também ter o cuidado de olhar para Roma de fora, do ponto de vista daqueles que viviam nos vastos territórios do Império, na condição de soldados, rebeldes ou ambiciosos colaboradores. E é preciso escrever tipos muito diferentes de história para cada período. Com referência à história mais antiga de Roma e ao período em que ela se expandiu no século IV a.C., de uma pequena aldeia para um ator principal na península Itálica, não há quaisquer relatos escritos por romanos desse período. A história teve que ser um corajoso trabalho de reconstrução, explorando ao máximo peças individuais de evidência — um fragmento único de cerâmica, ou algumas letras inscritas na pedra. Apenas três séculos mais tarde o problema é justamente o inverso: como extrair sentido das massas de informações que competem entre si e ameaçam embaralhar qualquer narrativa.

A história de Roma também requer um tipo particular de imaginação. Sob certos aspectos, explorar a Roma Antiga a partir do século XXI é como andar na corda bamba, um ato de equilibrismo que exige muito cuidado. Se você olha para baixo para um dos lados, tudo parece familiar: há debates em curso aos quais quase aderimos sobre a natureza da liberdade ou os problemas do sexo; há edifícios e monumentos que reconhecemos e uma vida familiar que compreendemos, com todos os seus adolescentes problemáticos; e há piadas que captamos o sentido. Por outro lado, parece ser um território totalmente estranho. E não só em relação a escravidão, sujeira (não havia algo próximo de uma coleta de lixo na Roma Antiga), carnificina de humanos na arena e morte por doenças

cuja cura hoje é para nós corriqueira; mas também os recém-nascidos atirados em depósitos de lixo, as noivas crianças e os extravagantes sacerdotes eunucos.

Esse é um mundo que começaremos a explorar através de um momento particular da história de Roma, que os romanos nunca pararam de quebrar a cabeça para tentar entender e que os escritores modernos, de historiadores a dramaturgos, nunca esgotaram o debate. Esse momento proporciona a melhor introdução a alguns dos personagens-chave da Roma Antiga, à riqueza das discussões dos romanos a respeito de seu próprio passado e às maneiras pelas quais nós continuamos a retomá-lo para tentar entendê-lo — e às razões pelas quais a história de Roma, seu Senado e seu Povo ainda são importantes.

Capítulo 1
O melhor momento de Cícero

SPQR: 63 a.C.

Nossa história da Roma Antiga começa em meados do século I a.C., mais de seiscentos anos após a fundação da cidade. Começa com promessas de revolução, com uma conspiração terrorista para destruir a cidade, com operações secretas e arengas públicas, com uma batalha entre romanos e romanos, e com cidadãos (inocentes ou não) sendo rodeados e sumariamente executados em nome da segurança do país. O ano é 63 a.C. Num dos lados está Lúcio Sérgio Catilina [Lucius Sergius Catilina], um aristocrata descontente, falido e mentor de uma conspiração, era o que se acreditava, para assassinar as autoridades eleitas de Roma e incendiar a cidade — cancelando com isso todas as dívidas, tanto dos ricos quanto dos pobres. Do outro lado está Marco Túlio Cícero [Marcus Tullius Cicero] (apenas Cícero a partir de agora), o famoso orador, filósofo, sacerdote, poeta, político, inteligente e piadista, um dos marcados para ser assassinado — e um homem que nunca parou de usar seu talento retórico para se gabar de como havia descoberto o terrível plano de Catilina e salvado o Estado. Esse foi seu melhor momento.

Em 63 a.C., a cidade de Roma era uma grande metrópole com mais de 1 milhão de habitantes, maior do que qualquer outra da Europa antes do século XIX; e, embora até aquele momento não tivesse imperadores, governava um Império que se estendia da Espanha à Síria, do sul da França ao Saara. Era uma vasta mistura de luxo e lixo, liberdade e exploração, orgulho cívico e guerra civil mortífera. Nos próximos capítulos vamos lançar nosso olhar mais para trás, para os primórdios do período romano e para as primeiras aventuras, beligerantes ou de outro tipo, do povo romano. Vamos pensar sobre o que está por trás de algumas daquelas histórias da Roma primordial que ainda causam impacto hoje, de "Rômulo e Remo" ao "Rapto de Lucrécia". E fazer perguntas que os historiadores têm feito desde a Antiguidade. Afinal, como e por que uma cidadezinha comum no centro da Itália cresceu e ficou tão maior do que qualquer outra cidade no antigo Mediterrâneo e chegou a comandar um Império tão vasto? O que os romanos tinham de especial, se é que tinham algo? Mas, tratando-se da história de Roma, faz pouco sentido começar do princípio de tudo.

Só podemos começar a explorar Roma de perto e com detalhes eloquentes, por meio do olhar contemporâneo, a partir do século I a.C. Sobrevive desse período uma extraordinária riqueza de palavras: cartas privadas, discursos públicos, filosofia e poesia — épica e erótica, erudita e popular. Graças a tudo isso, podemos ainda acompanhar as maquinações cotidianas das grandes figuras políticas de Roma, espreitar suas barganhas e negociatas e ter um vislumbre das suas punhaladas pelas costas, metafóricas e literais. Até mesmo ter uma noção de suas vidas privadas: as desavenças conjugais, os problemas com dinheiro, a dor

diante da morte de um filho ou, às vezes, de seus amados escravos. Não há nenhum período anterior da história do Ocidente que possa ser conhecido tão bem ou tão intimamente (não temos nada próximo dessa rica e variada evidência a respeito da Atenas clássica). Só depois de mais de um milênio, no mundo da Florença renascentista, é que encontramos outro lugar que é possível novamente de ser conhecido com esse grau de detalhe.

Mais ainda, foi durante o século I a.C. que os próprios escritores romanos começaram a estudar sistematicamente os séculos anteriores de sua cidade e do seu Império. A curiosidade sobre o passado de Roma certamente recua mais no tempo: podemos também ler, por exemplo, uma análise de como a cidade ganhou poder, escrita por um residente grego em meados do século II a.C. Mas foi apenas a partir do século I a.C. que eruditos e críticos romanos começaram a propor muitas das questões históricas que ainda levantamos hoje. Por meio de um processo que juntou a pesquisa erudita com uma boa dose de construção e invenção, eles montaram uma versão da Roma primordial na qual confiamos ainda hoje. Continuamos vendo a história romana, ao menos em parte, segundo a visão do século I a.C. Ou, em outras palavras, foi nesse ponto que a *história* romana, como a conhecemos, começou.

O ano 63 a.C. é significativo nesse século crucial. Foi uma época de quase desastre para a cidade. Ao longo dos mil anos que vamos explorar neste livro, Roma enfrentou muitos perigos e muitas derrotas. Por exemplo, por volta de 390 a.C., um grupo armado de gauleses saqueadores ocupou a cidade. Em 218 a.C., o

chefe guerreiro cartaginês Aníbal cruzou os Alpes com seus 37 elefantes e infligiu terríveis perdas aos romanos antes que estes conseguissem rechaçá-lo. As estimativas de mortes na Batalha de Canas em 216 a.C., de 70 mil mortos numa única tarde, fazem dela um massacre tão grande quanto Gettysburg ou o primeiro dia da Batalha do Somme, talvez até maior. E, algo quase tão assustador na imaginação romana, na década de 70 a.C., uma força improvisada de ex-gladiadores e fugitivos, sob o comando de Espártaco, mostrou estar mais do que à altura para enfrentar algumas legiões mal treinadas. Os romanos nunca foram tão invencíveis em batalha como tendemos a supor, ou como eles gostavam de fazer crer. Em 63 a.C., no entanto, tiveram que enfrentar o inimigo interno, uma conspiração terrorista no cerne do *establishment* romano.

A história dessa crise ainda pode ser rastreada em detalhes, dia a dia, às vezes hora a hora. Sabemos precisamente onde boa parte dela aconteceu, e em alguns poucos lugares ainda podemos olhar hoje para os mesmos monumentos que estavam presentes na cena em 63 a.C. Temos como acompanhar as ações secretas que deram a Cícero informações sobre a conspiração e ver como Catilina foi expulso da cidade ao encontro de seu exército improvisado ao norte de Roma, e levado à batalha contra as legiões romanas oficiais que lhe custou a vida. Podemos também vislumbrar algumas das discussões, controvérsias e questões mais amplas que a crise levantou e ainda levanta. A dura reação de Cícero — incluindo execuções sumárias — colocou de maneira cabal questões que nos preocupam ainda hoje. Será legítimo eliminar “terroristas” à margem dos devidos processos legais? O quanto os direitos civis devem ser sacrificados

em nome dos interesses da segurança interna?

Os romanos nunca pararam de debater “A conspiração de Catilina”, como ficou conhecida. Será que Catilina era totalmente perverso, ou haveria algo a dizer a seu favor para atenuar o que fez? A que preço a revolução foi evitada? Os eventos de 63 a.C., e as expressões criadas na época, continuaram a ecoar por toda a história do Ocidente. Algumas das palavras ditas nos tensos debates que se seguiram à descoberta da conspiração ainda encontram lugar em nossa retórica política e ainda são, como podemos ver, ostentadas em faixas e cartazes, e até nos *twítes*, dos protestos políticos modernos.

Quaisquer que tenham sido seus acertos e erros, “A Conspiração” nos leva ao centro da vida política romana do século I a.C., às suas convenções, suas controvérsias e aos seus conflitos. Ao fazer isso, permite-nos ver em ação o “Senado” e o “Povo Romano” — as duas instituições cujos nomes estão incorporados ao título deste livro: *SPQR* (*Senatus PopulusQue Romanus*). Individualmente, e às vezes em feroz oposição, essas eram as principais fontes da autoridade política na Roma do século I a.C. Juntas formavam um slogan abreviado do poder legítimo do Estado romano, um slogan que atravessou toda a história de Roma e continua a ser usado na Itália no século XXI. De modo ainda mais disseminado, o Senado (sem o *PopulusQue Romanus*) emprestou seu nome às assembleias legislativas modernas por todo o mundo, dos Estados Unidos a Ruanda.

O elenco de personagens da crise inclui algumas das mais famosas figuras da

história romana. Caio Júlio César [Gaius Julius Caesar], então com trinta anos, fez uma contribuição radical ao debate sobre como punir os conspiradores. Marco Licínio Crasso [Marcus Licinius Crassus], o plutocrata romano que fez a famosa observação de que você não pode julgar alguém como rico se ele não tiver dinheiro para montar o próprio exército particular, desempenhou algum papel misterioso nos bastidores. Mas no centro do palco, como principal adversário de Catilina, encontramos uma pessoa a quem é possível conhecer melhor do que os outros em todo o mundo antigo. Os discursos, ensaios, cartas, piadas e poesias de Cícero ainda enchem hoje dezenas de volumes impressos. Não há ninguém mais na Antiguidade, até chegarmos a Agostinho, 450 anos depois — santo cristão, teólogo prolífico e ávido auto-observador —, cuja vida esteja documentada de forma pública e privada o suficiente para sermos capazes de reconstruir uma biografia plausível em termos modernos. E é em grande parte por meio dos escritos de Cícero, de seus pontos de vista e seus preconceitos, que vemos o mundo romano do século I a.C. e muito da história da cidade até a época dele. O ano 63 a.C. foi o ponto de virada na sua carreira: pois as coisas nunca mais foram tão boas para Cícero. Sua trajetória terminou vinte anos mais tarde em fracasso. Ainda confiava na própria importância, era ocasionalmente um nome lembrado, mas não ocupava mais a linha de frente, e foi assassinado durante as guerras civis que eclodiram após o assassinato de Júlio César em 44 a.C. — com sua cabeça e a mão direita pregadas no centro de Roma à vista de todos, para serem desfiguradas e mutiladas.

1. Os robustos arcos e colunas do “*Tabularium*”, encravado no palazzo de Michelangelo acima dele, ainda são o principal marco de um dos extremos do Fórum romano. Construído apenas duas décadas antes de Cícero ser nomeado cônsul em 63 a.C., deve ter parecido na época um dos mais esplêndidos avanços da arquitetura. Sua função é menos óbvia. Era sem dúvida algum tipo de edifício público, mas não necessariamente o “escritório de registros” (*tabularium*), como se supõe muitas vezes.

2. SPQR ainda está inscrito pela cidade de Roma — em tudo, desde tampas de bueiros até latas de lixo. Ela remonta à época em que Cícero viveu, e é uma das siglas mais duradouras da história. Como seria de esperar, deu lugar a paródias. “*Sono Pazzi Questi Romani*” é uma das favoritas dos italianos: “São malucos esses romanos”.

A pavorosa morte de Cícero pressagiou uma revolução ainda maior no século I a.C., que se iniciou com uma forma de poder político popular, embora ainda não exatamente uma "democracia", e terminou com um autocrata no trono e o Império Romano sob o governo de um homem. Embora Cícero possa ter "salvado o Estado" em 63 a.C., a verdade é que o Estado, na forma em que ele o havia conhecido, não iria durar muito. Havia outra revolução no horizonte, que seria mais bem-sucedida que a de Catilina. Ao "Senado e Povo Romano" foi logo acrescentada a figura arrogante do "imperador", corporificada na série de autocratas que passaram a fazer parte da história do Ocidente, lisonjeados e insultados, obedecidos e ignorados, por séculos. Mas esta é uma história da qual *SPQR* vai tratar mais tarde. Por enquanto, devemos assentar os pés em um dos episódios mais memoráveis, substanciais e reveladores de toda a história romana.

Cícero versus *Catilina*

O conflito entre Cícero e Catilina foi em parte um choque marcado por ideologia política e ambição, mas também um choque entre homens de históricos muito diferentes. Ambos estavam no topo, ou bem perto dele, da política romana; mas a similaridade termina aqui. Na realidade, suas carreiras contrastantes oferecem uma ilustração vívida do quanto podia ser diversificada a vida política em Roma no século I a.C.

Catilina, o possível revolucionário, teve, tanto na vida quanto na política, o início mais convencional, mais privilegiado e aparentemente mais seguro

possível. Provinha de uma velha e distinta família cuja linhagem remontava séculos até os míticos pais fundadores de Roma. Contava-se que seu ancestral Sergesto [Sergestus] havia fugido do leste da Itália junto com Eneias após a Guerra de Troia, antes mesmo da existência da cidade de Roma. Entre seus antepassados de sangue azul, seu bisavô havia sido um herói da guerra contra Aníbal, com o mérito adicional de ter sido o primeiro homem de que se tem notícia a entrar em combate com uma prótese de mão — provavelmente apenas um gancho de metal em lugar da mão direita, perdida em combate. O próprio Catilina teve um início de carreira bem-sucedido e foi eleito para uma série de cargos políticos menores, mas em 63 a.C. estava próximo da falência. Foram-lhe atribuídos vários crimes, desde o assassinato da sua primeira esposa e do próprio filho até relações sexuais com uma sacerdotisa virgem. Mas quaisquer que fossem seus custosos vícios, seus problemas financeiros decorriam parcialmente de suas repetidas tentativas de vencer eleições para se tornar um dos dois cônsules, os postos políticos mais poderosos da cidade.

Uma campanha eleitoral em Roma podia ser um negócio dispendioso. Por volta do século I a.C. exigia o tipo de generosidade pródiga que nem sempre é fácil de distinguir do suborno. As apostas eram altas. Aqueles que fossem bem-sucedidos nas eleições tinham a oportunidade de recuperar seu desembolso, legal ou ilegalmente, por meio de algumas das regalias do cargo. Os fracassados — e, como no caso das derrotas militares, havia mais gente nessa condição em Roma do que geralmente se admite — afundavam-se ainda mais em dívidas.

Era esse o caso de Catilina, depois de ter sido derrotado nas eleições anuais

para o consulado tanto em 64 quanto em 63 a.C. Embora a história usual seja que ele já vinha antes se inclinando nessa direção, agora tinha pouca alternativa exceto recorrer à "revolução", à "ação direta" ou ao "terrorismo", o nome que você quiser dar. Juntando forças com outros desesperados da classe alta em apertos similares, ele buscou dentro da cidade o apoio dos pobres descontentes, enquanto reunia fora dela seu exército improvisado. E não havia fim para as suas irrefletidas promessas de perdão da dívida (uma das formas de radicalismo mais desprezíveis aos olhos das classes romanas proprietárias de terras) ou de suas graves ameaças de destituir os políticos no poder e incendiar a cidade inteira.

Ou pelo menos era assim que Cícero, um dos que acreditavam estar na mira dele para ser destruído, resumia as motivações e objetivos de seu adversário. Ele tinha procedência muito diferente da de Catilina. Descendia de ricos proprietários de terra, como todos os políticos romanos de alto nível. Mas suas origens ficavam fora da capital, na pequena cidade de Arpinum, a cerca de cem quilômetros de Roma, ou seja, pelo menos um dia de jornada na antiga velocidade de viagem. Embora devessem ter sido proeminentes na sua região, nenhum membro de sua família tinha participado da cena política romana. Sem nenhuma das vantagens de Catilina, Cícero confiava em seus talentos de nascença, nos preciosos contatos que cultivava com assiduidade — e em saber ascender por meio da palavra. Ou seja, seu principal mérito era como advogado brilhante nos tribunais romanos; e o status de celebridade e os apoiadores de prestígio que isso lhe proporcionou permitiram-lhe ser eleito com facilidade para a obrigatória série de pequenos cargos, do mesmo modo que Catilina. Mas em 64

a.C., Catilina fracassou e Cícero foi bem-sucedido em ganhar a corrida para o consulado do ano seguinte.

Esse supremo sucesso não foi uma conclusão inquestionável. Apesar de toda a sua celebridade, Cícero enfrentava a desvantagem de ser um “homem novo”, que era como os romanos chamavam os que não tinham ancestralidade política, e a certa altura ele parece ter considerado a possibilidade de fazer um pacto eleitoral com Catilina, apesar da reputação duvidosa deste. Mas, no final, os eleitores influentes foram decisivos. O sistema eleitoral romano, abertamente e sem o menor pejo, dava peso maior aos votos dos ricos; e muitos deles devem ter concluído que Cícero era uma opção melhor do que Catilina, qualquer que fosse seu desdém esnobe pelo seu “noviciado”. Alguns de seus rivais diziam que era um mero “inquilino” de Roma, um “cidadão em meio expediente”, mas ele venceu o pleito. Catilina acabou no malsucedido terceiro lugar. Em segundo, eleito como o outro cônsul, ficou Caio Antônio Híbrida [Gaius Antonius Hybrida], tio de um mais famoso Antônio (“Marco Antônio”), cuja reputação revelou-se não muito melhor que a de Catilina.

Por volta do verão de 63 a.C., Cícero parece ter se dado conta do nítido perigo representado por Catilina, que de novo tentava a sorte como candidato. Usando sua autoridade de cônsul, Cícero adiou o turno seguinte de eleições, e quando finalmente deixou que elas prosseguissem, apareceu no dia da apuração com uma guarda armada e vestindo um colete de metal militar visível por baixo de sua toga. Foi um gesto histriônico, e a combinação de vestes civis e militares soou de uma incongruência alarmante, como se hoje um político entrasse na

câmara vestindo um terno e com uma metralhadora dependurada no ombro. Mas funcionou. Essas táticas de intimidação, e o programa vociferantemente populista de Catilina, garantiram que ele fosse novamente derrotado. O fato de ele se apresentar como um arruinado que defendia outros arruinados dificilmente despertaria apreço entre os eleitores da elite.

Logo após as eleições, em algum ponto do início do outono, Cícero começou a receber informações mais precisas sobre uma conspiração violenta. Por longo tempo havia obtido alguns dados por meio da namorada de um dos "cúmplices" de Catilina, uma mulher de nome Fulvia, que de certo modo se tornara um agente duplo. Agora, graças a mais um ato de traição do outro lado, e tendo o rico Marco Crasso como intermediário, Cícero obteve um maço de cartas que incriminavam diretamente Catilina e se referiam ao terrível banho de sangue que estava sendo planejado — informação que logo foi complementada por relatos confirmados de que havia forças armadas reunidas ao norte da cidade em apoio à insurreição.

Finalmente, depois de ter evitado uma tentativa de assassinato planejada para 7 de novembro, graças a uma informação vazada por Fulvia, Cícero convocou uma reunião do Senado para o dia seguinte, na qual ele pudesse formalmente denunciar Catilina e intimá-lo a sair de Roma. Os senadores já haviam, em outubro, emitido um decreto encorajando (ou permitindo) que Cícero, como cônsul, "garantisse que o Estado não sofreria nenhum dano", o equivalente antigo da atual lei de "poderes emergenciais" ou de "prevenção ao terrorismo", e não menos controverso. Então, em 8 de novembro, eles ouviram Cícero expor

toda a acusação contra Catilina, em um ataque virulento e bem fundamentado. Foi uma maravilhosa mistura de fúria, indignação, autocrítica e fatos consistentes. Em um primeiro momento ele lembrou aos presentes o notório passado de Catilina; no instante seguinte, ardilosamente se dizia arrependido por não ter reagido ao perigo rapidamente; mais adiante, revelava detalhes precisos sobre a conspiração — na casa de quem os conspiradores haviam se reunido, em que datas, quem estava envolvido e quais eram exatamente seus planos. Catilina comparecera para enfrentar pessoalmente a denúncia. Ele pediu aos senadores que não acreditassem em tudo o que lhes estava sendo dito e zombou algumas vezes da modesta origem de Cícero, comparada com os seus distintos ancestrais de esplêndidas realizações. Mas deve ter sentido que estava perdido. Naquela noite, abandonou a cidade.

No Senado

Esse encontro diante do Senado entre Cícero e Catilina é o momento que define toda história: os dois adversários frente a frente em uma instituição central da política romana. Mas como devemos imaginá-lo? A mais famosa tentativa moderna de trazer para diante de nossos olhos o que aconteceu naquele 8 de novembro é um quadro do pintor italiano do século XIX Cesare Maccari. É uma imagem que confirma muitas das nossas ideias preconcebidas a respeito da Roma Antiga e de sua vida pública majestosa, espaçosa, formal e elegante.

3. Na pintura de Maccari da cena no Senado, Cícero está falando com toda a eloquência, sem apoio de anotações. A obra capta muito bem uma das aspirações definidoras da elite romana: ser um "bom homem, hábil com as palavras" (*vir bonus dicendi peritus*).

Também é uma imagem com a qual Cícero certamente teria se deleitado. Catilina está sentado, isolado, cabeça baixa, como se ninguém quisesse arriscar chegar perto dele, e menos ainda dirigir-lhe a palavra. Cícero, enquanto isso, é o astro da cena, em pé, perto do que parece ser um braseiro fumacento diante de um altar, discursando para uma atenta plateia de senadores com suas togas. As roupas romanas do dia a dia — túnicas, capas e ocasionalmente até calças — eram bem mais variadas e coloridas do que isso. As togas, porém, eram a veste formal, nacional: os romanos podiam definir-se como *gens togata*, "o povo que usa toga", embora alguns estrangeiros daquela época às vezes rissem dessa veste estranha, desajeitada. E as togas eram brancas, com o acréscimo de uma bainha roxa para aqueles que tivessem um cargo público. Na realidade, a palavra atual "candidato" deriva do latim *candidatus*, que significa "branqueado", e se refere às togas especialmente branqueadas que os romanos usavam durante as

campanhas eleitorais, para impressionar os eleitores. Num mundo em que o status precisava ficar à mostra, as sutilezas de vestimenta iam além: havia também uma ampla faixa roxa nas túnicas dos senadores, usada por baixo da toga, e outra um pouco mais estreita se você fizesse parte da hierarquia imediatamente abaixo na sociedade romana, a de “equestre” ou “cavaleiro”, e sapatos especiais para ambas as hierarquias.

Maccari captou bem as belas togas dos senadores, embora pareça ter esquecido daquelas bainhas, carregadas de sentido. Mas em quase todos os outros aspectos, sua pintura não é mais do que uma sedutora fantasia sobre aquela ocasião e ambiente. Para começar, Cícero é mostrado como um estadista idoso de cabelos brancos, e Catilina como um jovem vilão temperamental, quando na realidade ambos estavam na casa dos quarenta anos, e Catilina era uns dois anos mais velho que Cícero. Além disso, esse retrato da reunião tem pouca gente; mal dá para ver cinquenta senadores ouvindo seu importante discurso.

Em meados do século I a.C., o Senado era um corpo de uns seiscentos membros; eram todos homens, que haviam sido anteriormente eleitos para cargos políticos (e, repito, *todos homens* — nenhuma mulher jamais teve cargo político na Roma Antiga). Qualquer um que tivesse ocupado um cargo menor, como o de questor, dos quais eram eleitos vinte por ano, ia automaticamente para o Senado com assento vitalício. Eles se reuniam regularmente, debatiam, aconselhavam os cônsules e expediam decretos, que na prática eram geralmente obedecidos — embora, por não terem força de lei, havia sempre a incômoda questão do que iria acontecer se um decreto do Senado fosse ridicularizado ou

simplesmente ignorado. Sem dúvida, o comparecimento oscilava, mas nessa reunião em particular a casa certamente estava cheia.

Quanto ao ambiente, parece suficientemente romano, mas, com aquela imensa coluna estendendo-se a perder de vista e o luxuoso mármore de cor clara revestindo as paredes, é majestoso demais em relação a praticamente qualquer coisa que houvesse em Roma naquele período. A imagem moderna que temos da antiga cidade como uma extravagância em larga escala de mármores reluzentes não é inteiramente equivocada. Mas isso é um desdobramento posterior da história de Roma, iniciado com o advento do governo de um só homem sob os imperadores e com a primeira exploração sistemática das pedreiras de mármore de Carrara, no norte da Itália, mais de trinta anos após a crise de Catilina.

A Roma da época de Cícero, com cerca de 1 milhão de habitantes, ainda era construída em sua maior parte com tijolo ou pedra local, um labirinto de ruas sinuosas e becos escuros. Um visitante que viesse de Atenas ou Alexandria no Egito, que de fato tinham muitos edifícios no estilo da pintura de Maccari, acharia o lugar inexpressivo, para não dizer sórdido. Era um tamanho caldo de doenças que um médico romano escreveu que você não precisava ler manuais para pesquisar a malária — ela estava por toda parte na cidade de Roma. O mercado de aluguéis em cortiços oferecia acomodações precárias para os pobres, mas bom lucro para senhorios inescrupulosos. O próprio Cícero tinha muito dinheiro investido em propriedades de baixo nível, e uma vez fez piada do assunto, mais por arrogância do que por constrangimento, dizendo que até os ratos haviam feito as malas e saído de um de seus degradados blocos de casas

alugadas.

Alguns dos romanos mais ricos já começavam a despertar desaprovação por causa de suas luxuosas casas particulares, com pinturas elaboradas, estátuas gregas elegantes, mobília pomposa (mesas com uma perna só eram motivo particular de inveja e inquietação), até colunas de mármore importado. Havia também um punhado de edifícios públicos de porte majestoso, construídos (ou revestidos) com mármore, que davam um vislumbre da face luxuosa da cidade que estava por vir. Mas o local da reunião de 8 de novembro não tinha nada a ver com isso.

Cícero convocara os senadores para se reunirem, como faziam com frequência, num templo: dessa vez, um edifício velho e modesto dedicado ao deus Júpiter, perto do Fórum, no centro da cidade, construído segundo a planta retangular padrão, e não com a estrutura semicircular da fantasia de Maccari — provavelmente um local pequeno e pouco iluminado, com lâmpadas e tochas que mal compensavam a falta de janelas. Devemos imaginar algumas centenas de senadores apinhados num espaço abafado, apertado, alguns sentados em cadeiras ou bancos improvisados, outros em pé, acotovelando-se sob alguma venerável e antiga estátua de Júpiter. Foi seguramente uma ocasião marcante na história de Roma, mas com igual certeza, como ocorria com muitas coisas em Roma, bem menos elegante na realidade do que gostaríamos de imaginar.

Triunfo — e humilhação

A cena que se seguiu não foi recriada por pintores movidos por admiração.

Catilina saiu da cidade para se juntar aos que o apoiavam, reunidos num exército fora de Roma. Enquanto isso, Cícero montara uma inteligente operação secreta para desmascarar os conspiradores que ainda haviam ficado na cidade. Estes, de maneira irrefletida, como se viu mais tarde, tentaram envolver na conspiração uma delegação de gauleses que tinham vindo a Roma reclamar que eram explorados pelos governadores romanos das províncias. Por qualquer razão que fosse — talvez nada mais profundo do que um instinto de apoiar o vencedor —, esses gauleses decidiram trabalhar em segredo para Cícero, e conseguiram fornecer evidências conclusivas de nomes, lugares, planos e mais algumas cartas com informações incriminadoras. Seguiram-se prisões, assim como as costumeiras desculpas não convincentes. Quando a casa de um dos conspiradores foi encontrada abarrotada de armas, o homem alegou inocência dizendo que colecionava armas por hobby.

Em 5 de dezembro, Cícero convocou novamente o Senado, para discutir o que fazer com os homens agora sob custódia. Dessa vez os senadores se reuniram no templo da deusa Concórdia, ou Harmonia, um claro sinal de que os negócios de Estado eram tudo exceto harmoniosos. Júlio César fez a ousada sugestão de aprisionar definitivamente os conspiradores detidos: segundo um relato, até que pudessem ser adequadamente julgados quando a crise terminasse, e, segundo outro relato, pelo resto da vida. Sentenças de prisão não eram as penalidades de escolha no mundo antigo, já que os cárceres eram pouco mais que um local onde os criminosos ficavam aguardando sua execução. Multas, exílio e morte compunham o repertório usual de punições romanas. Se César de

fato defendeu a prisão perpétua em 63 a.C., então talvez tenha sido a primeira vez na história do Ocidente que isso foi sugerido como alternativa para a pena de morte, e sem sucesso. Confiando no decreto de poderes emergenciais, e no vociferante apoio de muitos senadores, Cícero mandou executar os homens sumariamente, sem nem sequer um julgamento de fachada. Em tom triunfal, anunciou as execuções a uma multidão exaltada, usando um famoso eufemismo de uma só palavra: *vixere*, “eles viveram” — isto é, “eles estão mortos”.

Em poucas semanas, as legiões romanas derrotaram as forças do exércico de descontentes de Catilina no norte da Itália. O próprio Catilina caiu lutando bravamente à frente de seus homens. O comandante romano Antônio Híbrida, colega cônsul de Cícero, disse estar com dores nos pés no dia da batalha final, e passou a liderança para o seu número dois, levantando suspeitas em alguns setores a respeito de suas reais simpatias. E não foi o único que teve suas motivações questionadas. Já foram feitas as especulações mais malucas, certamente inconclusivas, voltadas para o mundo antigo, sobre quais homens muito mais destacados teriam dado seu secreto apoio a Catilina. Teria sido ele na verdade o agente do sorrateiro Marco Crasso? E qual teria sido de fato a posição de César?

De qualquer modo, a derrota de Catilina foi uma vitória notável para Cícero; e seus apoiadores o apelidaram de *pater patriae*, ou “pai da Pátria”, um dos títulos mais esplêndidos e lisonjeiros que você poderia ganhar em uma sociedade extremamente patriarcal como Roma. Mas seu sucesso logo se tornou amargo. Já no seu último dia como cônsul, dois de seus rivais políticos impediram-no de

fazer o usual discurso de despedida em um encontro com o povo romano: “Aqueles que puniram os outros sem uma audiência”, insistiram eles, “não têm direito de ser ouvidos”. Poucos anos depois, em 58 a.C., o povo romano votou, em termos gerais, pela expulsão de qualquer pessoa que tivesse levado um cidadão à morte sem julgamento. Cícero saiu de Roma, pouco antes de ter sido aprovada outra lei que o condenava nominalmente ao exílio.

Até aqui nesta história, o *Populus(Que) Romanus* (o *PQR* do *SPQR*) não desempenhou um papel de muito destaque. O “povo” era um corpo maior e mais amorfo do que o Senado, este era composto em termos políticos por cidadãos romanos, todos homens; as mulheres não tinham direitos políticos formais. Em 63 a.C. havia cerca de 1 milhão de homens espalhados pela capital e pela Itália, afora uns poucos além desses limites. Na prática, a noção de “povo” costumava abranger os poucos milhares ou centenas que, em qualquer ocasião particular, decidiam aparecer nas eleições, votações ou encontros na cidade de Roma. O quanto exatamente o povo exercia influência sempre foi — mesmo no mundo antigo — uma das grandes controvérsias da história romana; mas duas coisas são certas. Naquela época, só eles podiam eleger as autoridades políticas do Estado romano; não importa o quanto você fosse de sangue azul, só poderia ocupar um cargo, digamos, de cônsul, se o povo romano o elegesse. E apenas eles, e não o Senado, podiam fazer as leis. Em 58 a.C., os inimigos de Cícero argumentaram que, qualquer que fosse a autoridade que Cícero tivesse reivindicado por meio do decreto do Senado de prevenção ao terrorismo, suas execuções dos seguidores de Catilina haviam desconsiderado o direito fundamental de qualquer

cidadão romano a um julgamento justo. Cabia ao povo exilá-lo.

Aquele que havia sido o “pai da Pátria” passou um ano terrível no norte da Grécia (sua abjeta autopiedade não desperta simpatia), até que o povo votou por tê-lo de volta. Ele foi recebido e aclamado por seus apoiadores, mas sua casa na cidade havia sido demolida e, como para trazer à baila o aspecto político, um santuário a Libertas havia sido erigido no local. Sua carreira nunca foi completamente reabilitada.

Escrevendo a respeito

As razões pelas quais podemos contar essa história com tantos detalhes são muito simples: os próprios romanos escreveram muito sobre ela, e boa parte do que escreveram sobreviveu. Os historiadores modernos com frequência lamentam o pouco que podemos saber sobre certos aspectos do mundo antigo. “Basta pensar naquilo que não sabemos sobre a vida dos pobres”, queixam-se, “ou sobre os pontos de vista das mulheres”. Mas além de anacrônico isso é enganoso. Os escritores da literatura romana *eram* quase exclusivamente homens; ou, ao menos, pouquíssimas obras escritas por mulheres chegaram até nós (a autobiografia da mãe do imperador Nero, Agripina, foi uma das perdas mais tristes da literatura clássica). Esses homens eram quase todos ricos, embora alguns poetas romanos gostassem de fingir, como os poetas ainda fazem às vezes, que passavam fome em sótãos. As queixas, no entanto, omitem um ponto bem mais importante.

O fato isolado mais extraordinário sobre o mundo romano é que tenha

sobrevivido tanta coisa daquilo que os romanos escreveram, e por mais de dois milênios. Temos poesia, cartas, ensaios, discursos e histórias, aos quais já me referi, mas também novelas, tratados, sátiras e resmas e resmas de escritos técnicos sobre tudo, de engenharia hidráulica a medicina. A sobrevivência ocorreu em grande parte graças à diligência de monges medievais, que transcreveram à mão, várias e várias vezes, aquelas que acreditavam ser as obras mais importantes ou úteis da literatura clássica, e com uma contribuição significativa, mas com frequência esquecida, de sábios islâmicos medievais, que traduziram para o árabe um pouco da filosofia e do material científico. E graças a arqueólogos que têm escavado papiros das areias e dos depósitos de entulho do Egito, e encontrado tábuas de madeira com inscrições em bases militares romanas do norte da Inglaterra, e lápides fúnebres eloquentes de todo o Império, podemos ter vislumbres da vida e das cartas de alguns habitantes comuns do mundo romano. Há bilhetes enviados para casa, listas de compras, livros contábeis e mensagens inscritas em túmulos. Mesmo que isso seja uma pequena proporção do que já existiu um dia, temos acesso a mais literatura romana — e mais escritos romanos em geral — do que qualquer pessoa poderia hoje dominar em profundidade no curso de uma vida inteira.

Bem, mas de que modo, exatamente, ficamos sabendo do conflito entre Catilina e Cícero? A história chegou até nós por vários caminhos, e em parte é essa variedade que a torna tão rica. Há relatos breves nas obras de diversos historiadores romanos antigos, incluindo uma biografia do próprio Cícero — todas escritas cem ou mais anos após os acontecimentos. Mais importante e

revelador é um longo e detalhado ensaio da Guerra contra Catilina, ou *Bellum Catilinae*, para usar o que deve ter sido seu título original. Foi escrito apenas vinte anos após a “guerra”, em 40 a.C., por Caio Salústio Crispo [Gaius Sallustius Crispus]. Um “homem novo”, assim como Cícero, amigo e aliado de Júlio César, com uma reputação política controvertida: seu período como governador romano no norte da África foi execrável, mesmo para os padrões romanos, cheio de episódios de corrupção e extorsão. Mas apesar de sua carreira pouco palatável, ou talvez até por isso, o ensaio de Salústio é uma das peças de análise política mais agudas que sobreviveram do mundo antigo.

Salústio não narra simplesmente o desdobramento da história da tentativa de levante, suas causas e seu desfecho. Ele usa a figura de Catilina como um emblema dos fracassos mais amplos da Roma do século I a.C. Na visão de Salústio, a fibra moral da cultura romana havia sido destruída pelo sucesso da cidade, e também pela riqueza, ambição e ânsia de poder que irromperam após a conquista do Mediterrâneo e o esmagamento de seus maiores rivais. O momento crucial ocorrera 83 anos antes da guerra contra Catilina, quando, em 146 a.C., os exércitos romanos finalmente destruíram Cartago, a base de Aníbal no litoral norte da África. Depois disso, acreditava Salústio, não restaram ameaças importantes ao domínio romano. Catilina pode ter tido qualidades positivas, como Salústio admite, desde sua bravura em batalhas a seus extraordinários poderes de resistência: “era incrível sua capacidade de resistir à fome, ao frio ou à privação de sono”. Mas ele simbolizou muito do que havia de errado na Roma de seu tempo.

Além do ensaio de Salústio há outros documentos eloquentes, que nos levam ao próprio Cícero e oferecem sua versão sobre o que aconteceu. Algumas das cartas que Cícero escreveu ao seu amigo mais íntimo, Tito Pompônio Ático [Titus Pomponius Atticus] — um homem rico que nunca entrou oficialmente para a política, mas que muitas vezes comandou as ações desde os bastidores —, mencionam suas relações de início amistosas com Catilina. Em meio a notícias domésticas, sobre o nascimento de seu filho ("Deixe-me contar, eu me tornei pai...") e a chegada de novas estátuas da Grécia para decorar sua casa, Cícero explica, em 65 a.C., que estava pensando em defender Catilina nos tribunais, na esperança de que ambos pudessem trabalhar juntos um dia.

De que modo essas cartas privadas caíram em domínio público é um pouco misterioso. O mais provável é que algum membro do círculo doméstico de Cícero tenha disponibilizado cópias após sua morte e que elas tenham rapidamente circulado entre leitores curiosos. No mundo antigo, nada disso foi *publicado*, no sentido que damos hoje ao termo. No total, sobrevivem cerca de mil cartas da correspondência de Cícero, que cobrem os últimos vinte anos de sua vida. Trazem revelações da autopiedade no exílio ("Tudo o que posso fazer é chorar!") e de sua angústia com a morte da filha em trabalho de parto, e cobrem assuntos que vão desde agentes ladrões a divórcios na sociedade e às ambições de Júlio César. São alguns dos documentos mais intrigantes que temos da Roma Antiga.

Talvez ainda mais surpreendente que a própria sobrevivência do material é uma parte de um longo poema que Cícero escreveu para celebrar as realizações

de seu consulado; o poema não está mais completo, mas ficou suficientemente famoso, ou mal-afamado, para que mais de setenta linhas dele fossem citadas por outros escritores antigos e pelo próprio Cícero em obras posteriores. Faz parte desse poema um célebre verso em latim burlesco que fez sucesso na Idade das Trevas: "*O fortunatam natam me consule Romam*" — uma aliteração indicando algo como "Roma, que Estado afortunado / Por ter nascido no meu consulado". E, no que tem sido visto como uma grande falta de modéstia, embora um pouco hilariante, Cícero parece sugerir que participou de uma "assembleia dos deuses" na qual nosso sobre-humano cônsul discute com o divino Senado no Monte Olimpo como deveria lidar com a conspiração de Catilina.

Por volta do século I a.C., a reputação e a fama em Roma dependiam do boca a boca e da publicidade, que às vezes era orquestrada de modo bem elaborado, até bizarro. Sabemos que Cícero tentou persuadir um de seus amigos historiadores, Lucius Lucceius, a escrever um relato enaltecedor de sua vitória sobre Catilina ("Gostaria imensamente", disse ele em uma carta, "que meu nome fosse colocado em boas luzes no seu escrito"); e Cícero também esperava que um poeta grego da moda, cujo complicado processo de imigração ele havia defendido nos tribunais romanos, compusesse um justo poema épico sobre o mesmo assunto. No entanto, ele mesmo teve que escrever seu próprio tributo em versos. Alguns poucos críticos modernos tentaram, de modo não muito convincente, defender a qualidade literária da obra, e até mesmo daquele que se tornou seu verso mais conhecido ("*O fortunatam natam...*"). A maioria dos críticos romanos cujos pontos de vista sobre o tópico sobreviveram, satirizaram

não só a vaidade da empreitada como sua linguagem. Até um dos maiores admiradores de Cícero, um aplicado estudioso de suas técnicas de oratória, lamentou que "ele tenha passado tanto dos limites". Outros ainda ridicularizaram ou parodiaram o poema.

Mas o acesso mais direto que temos aos eventos de 63 a.C. vem dos manuscritos de alguns dos discursos que Cícero fez na época do levante. Dois deles foram pronunciados em encontros públicos do povo romano, nos quais ele informou a respeito do progresso das investigações sobre a conspiração de Catilina e anunciou a vitória sobre os dissidentes. Um foi a contribuição de Cícero ao debate no Senado em 5 de dezembro, que determinou a pena adequada para aqueles que estavam presos. E o mais famoso de todos foi o discurso proferido também no Senado em 8 de novembro, denunciando Catilina com as palavras que devemos imaginar que estavam saindo de sua boca na pintura de Maccari.

O próprio Cícero provavelmente fez circular cópias de todos os discursos após terem sido proferidos. E, ao contrário de seus esforços na poesia, esses logo se tornaram clássicos da literatura latina, admirados e muito citados, e ótimos exemplos de grande oratória a serem aprendidos e imitados pelos estudantes romanos e futuros oradores públicos durante o restante da Antiguidade. Eram lidos e estudados até por quem não era fluente em latim. Isso certamente aconteceu no Egito romano quatrocentos anos mais tarde. As cópias sobreviventes mais antigas desses discursos — agora apenas pequenos fragmentos de textos originais mais longos — foram encontradas em papiros

datados dos séculos IV ou V da nossa era. Eles contêm o texto original e uma tradução para o grego. Devemos imaginar alguém no Egito que falasse grego, penando para lidar com a língua original de Cícero.

Muitos estudantes que vieram depois também enfrentaram dificuldades. Esses quatro célebres discursos, *Contra Catilina* (*In Catilinam*) ou *Catilinárias*, como ficaram conhecidos, acabaram incorporados às tradições educacionais e culturais do Ocidente. Copiados e difundidos pelos mosteiros medievais, serviram para treinar gerações de alunos em latim e foram analisados em profundidade como obras-primas literárias por intelectuais da Renascença e teóricos de retórica. Até hoje, eles continuam servindo como modelo de oratória da persuasão, cujas técnicas estão implícitas em alguns dos mais famosos discursos atuais, incluindo os de Tony Blair e Barack Obama.

Não demorou muito tempo para que as palavras de abertura do discurso proferido por Cícero em 8 de novembro (a *Primeira Catilinária*) se tornasse uma das citações mas conhecidas do mundo romano: “*Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*” [“Por quanto tempo, Catilina, continuarás abusando de nossa paciência?”]; e, na sequência, veio o slogan mordaz e ainda muito repetido “*O tempora, o mores*” [“Ó, em que mundo vivemos”], ou, literalmente, “Ó, que tempos, que costumes”. Na realidade, a frase “*Quo usque tandem…*” já devia estar entranhada na consciência literária romana à época em que Salústio escrevia seu relato sobre a “guerra”, apenas trinta anos mais tarde. E tão entranhada que, numa ironia intencional ou brincalhona, Salústio pôde colocá-la na boca de Catilina. “*Quae quo usque tandem patiemini, o fortissimi viri?*’ [“Por

quanto tempo vocês continuarão suportando isso, meus valentes?”] é como o revolucionário retratado por Salústio atiça seus seguidores, lembrando-os das injustiças que vinham sofrendo nas mãos da elite. As palavras são puramente imaginárias. Escritores antigos normalmente escreviam discursos para os seus protagonistas do mesmo jeito que historiadores modernos gostam de atribuir sentimentos ou motivações a seus personagens. A piada aqui é que Catilina, maior inimigo de Cícero, é posto a verbalizar o slogan mais famoso de seu antagonista.

Essa é apenas uma das estranhas ironias e das “citações errôneas”, espirituosas e paradoxais, na história dessa frase singular. Ela com frequência surgia na literatura romana toda vez que se fazia referência a projetos revolucionários. Apenas alguns anos depois de Salústio, Tito Lívio [Titus Livius], mais conhecido como Lívio, estava escrevendo sua história de Roma desde os primórdios, originalmente em 142 “livros” — um vasto projeto, mesmo considerando que um livro antigo equivalia ao que coubesse num rolo de papiro, ou o equivalente a um único capítulo de um livro moderno. O que Lívio disse sobre Catilina se perdeu. Mas quando ele tentou captar os conflitos civis ocorridos centenas de anos antes, em particular a “conspiração” de um certo Marco Mânlio [Marcus Manlius], que no século IV a.C. teria incitado os pobres de Roma a se rebelarem contra o domínio opressivo da elite, voltou a uma versão das clássicas palavras. “*Quo usque tandem ignorabitis vires vestras?*” [“Por quanto tempo continuareis ignorando vossa força?”], foi isso o que ele imaginou Mânlio perguntando a seus seguidores para fazê-los compreender que,

por pobres que fossem, tinham o potencial para vencer.

A questão aqui não é sobre uma mera repercussão da linguagem. Não é tampouco sobre a figura de Catilina como sinônimo de vilania, embora ele certamente desempenhe esse papel com suficiente frequência na literatura romana. Seu nome veio a ser usado como um apelido para imperadores impopulares, e meio século mais tarde Públio Virgílio Maro [Publius Vergilius Maro], ou Virgílio, como costuma ser chamado hoje, deu a Catilina uma participação especial na *Eneida*, em que o vilão é retratado sendo torturado no submundo, "tremendo diante das Fúrias". Mais importante é a maneira pela qual o conflito entre Catilina e Cícero tornou-se um poderoso modelo para entender a desobediência civil e a insurreição ao longo da história romana e além dela. Toda vez que historiadores romanos escreveram sobre revolução, a imagem de Catilina quase sempre esteve implícita em seus relatos, mesmo à custa de algumas estranhas inversões cronológicas. Como as palavras cuidadosamente escolhidas por Lívio sugerem, Marco Mânlio, um nobre que aderiu a uma revolução fracassada, apoiado por uma turba empobrecida, foi retratado em grande medida como uma projeção de Catilina recuada para os primórdios de Roma.

O outro lado da história

Será que não existe outro lado nessa história? As evidências detalhadas que temos a partir dos escritos de Cícero, do seu ponto de vista, significam que sua perspectiva será sempre dominante. Mas não significa necessariamente que seja

verdadeira em qualquer sentido simples, ou que seja a única maneira de ver as coisas. As pessoas têm se impressionado há séculos com a riqueza do relato que Cícero nos oferece, e têm detectado pontos de vista e interpretações alternativas logo abaixo da superfície de sua versão dos fatos. O próprio Salústio faz alusões a isso. Porque, embora seu relato seja muito influenciado pelos escritos de Cícero, ao transferir o famoso "*Quo usque tandem*" da boca de Cícero para a de Catilina, ele pode ter lembrado a seus leitores que os fatos e suas interpretações eram, no mínimo, fluidos.

Uma questão óbvia é se o discurso que conhecemos como a *Primeira Catilinária* é realmente o que Cícero disse aos senadores reunidos no Templo de Júpiter em 8 de novembro. Difícil supor que se trate de algo totalmente inventado. Como Cícero poderia ter lidado com o fato de fazer circular uma versão que não tivesse relação com o que ele acabara de dizer? Mas provavelmente não é algo que corresponda palavra por palavra. Se ele falou a partir de anotações, então o texto que temos presumivelmente situa-se em algum ponto entre o que ele lembrou de ter dito e o que ele teria gostado de dizer. Mesmo que Cícero estivesse lendo um texto relativamente completo, ao fazê-lo circular entre amigos, associados e aqueles que queria impressionar, ele o teria melhorado de alguma forma, ajeitando as pontas soltas e inserindo alguns comentários curtos que pudessem ter sido esquecidos ou fugido de sua mente no dia do discurso.

Também há muita indefinição sobre quando exatamente ele o fez circular e por quê. Sabemos por meio de uma de suas cartas a Ático que Cícero estava

providenciando uma cópia da *Primeira Catilinária* em junho de 60 a.C., quando já deveria estar ciente de que a controvérsia sobre sua ordem de executar os "conspiradores" provavelmente não iria arrefecer. Teria sido tentador e conveniente para Cícero usar a versão escrita do seu discurso em defesa própria, mesmo que isso implicasse alguns ajustes e inserções estratégicos. Na realidade, as repetidas referências a Catilina, na versão de que dispomos, como sendo um inimigo estrangeiro (em latim, *hostis*) podem muito bem ser uma das maneiras pelas quais Cícero reagiu aos seus opositores: ao se referir aos conspiradores como inimigos do Estado, deixava implícito que eles não mereciam a proteção da lei romana; teriam perdido seus direitos civis (incluindo o direito a julgamento). Talvez isso já tivesse sido um *leitmotiv* na versão oral do discurso proferida em 8 de novembro? Simplesmente não sabemos. Mas o termo certamente assumiu um significado maior — e tenho fortes suspeitas de que lhe foi dada ainda mais ênfase na versão final, escrita.

Essas questões nos levam a procurar com maior afinco outras versões da história. Independentemente da perspectiva de Cícero, será que é possível ter alguma ideia de como a questão toda era vista por Catilina e seus apoiadores? A versão de Cícero hoje domina a evidência contemporânea a respeito de meados do século I a.C. Mas sempre vale a pena tentar ler essa versão, ou qualquer versão da história romana, "a contrapelo", para abrir pequenas rachaduras na história usando fragmentos de alguma evidência independente que tivermos à disposição, e perguntar se outros observadores não teriam visto as coisas de modo diferente. Será que aqueles que Cícero descreve como vilões monstruosos

eram de fato como ele os pintava? Em relação a isso, temos o suficiente para levantar algumas dúvidas sobre o que realmente estava acontecendo.

Cícero coloca Catilina como um bandido com terríveis dívidas de jogo, decorrentes exclusivamente de suas imperfeições morais. Mas a situação não pode ter sido tão simples assim. Havia uma espécie de crise do crédito na Roma em 63 a.C., e mais problemas econômicos e sociais do que Cícero estava disposto a admitir. Uma das realizações do seu “grande consulado” foi barrar uma proposta de distribuir terras na Itália para alguns pobres da cidade. Em outras palavras, se Catilina se comportava como um bandido, ele pode ter tido boas razões para isso, e contado com o apoio de muitas pessoas comuns levadas a medidas desesperadas por similares aflições.

4. Esta moeda de prata foi cunhada em 63 a.C., e seu desenho mostra um romano do povo votando uma lei ao depositar uma tabuleta de votação numa urna para contagem. As diferenças nos detalhes entre as duas versões ilustram bem as diferenças nas cunhas de gravação. O nome do oficial encarregado da cunhagem naquele ano, Longinus, também aparece estampado na moeda.

Como saber? É mais difícil reconstruir a economia do que a política de 2 mil anos atrás, mas tivemos alguns vislumbres inesperados. A evidência fornecida pelas moedas que sobreviveram daquele período é bastante reveladora, tanto das

condições da época como da capacidade dos modernos historiadores e arqueólogos de explorar o material que têm em mãos de maneiras engenhosas. Muitas moedas romanas podem ser datadas com precisão, porque nesse período eram refeitas a cada ano e “assinadas” pelas autoridades responsáveis por emiti-las. Eram produzidas à mão usando-se uma série de cunhas (ou “estampas”) individuais, cujas pequenas diferenças nos detalhes ficavam ainda visíveis nas moedas prontas. Podemos calcular de modo aproximado quantas moedas uma cunha individual era capaz de estampar (antes que ficasse desgastada demais para produzir uma imagem nítida), e se tivermos uma amostra grande o suficiente podemos estimar, grosso modo, quantas cunhas foram usadas no total para a produção de uma única emissão. Com isso, pode-se ter uma ideia geral de quantas moedas foram emitidas em cada ano: quanto mais cunhas, mais moedas, e vice-versa.

De acordo com esses cálculos, o número de moedas cunhadas no final da década de 60 a.C. caiu tanto que ao todo havia menos moedas em circulação do que alguns anos antes. Não somos capazes de detectar as razões disso. Do mesmo modo que a maior parte dos Estados anteriores ao século XVIII, ou mesmo depois, Roma não tinha uma política monetária como tal, nem quaisquer instituições financeiras onde esse tipo de política pudesse ser implantada. Mas as prováveis consequências são óbvias. Quer Catilina tenha imprudentemente perdido sua fortuna no jogo ou não, ele — e muitos outros — pode ter ficado sem dinheiro; e aqueles já endividados tinham que enfrentar credores exigindo o pagamento de seus empréstimos.

Tudo isso se somava aos outros fatores de longa data que poderiam ter dado aos humildes e aos que nada tinham um incentivo para protestar ou se juntar àqueles que prometessem uma mudança radical. Havia a enorme disparidade entre ricos e pobres, as condições de vida eram precárias para grande parte da população e, provavelmente, na maior parte do tempo, se não inanição, havia no mínimo a questão da fome crônica. Apesar das descrições de Cícero depreciando os seguidores de Catilina como depravados, bandidos e destituídos, a lógica de parte de seu relato, e do de Salústio, sugere outra coisa. Pois as descrições deixam patente ou implícito que o apoio a Catilina evaporou-se quando foi relatado que ele tencionava atear fogo à cidade. Nesse caso, não estamos lidando com bandidos e gente totalmente marginalizada que não teria nada a perder — e tudo a ganhar — de uma total conflagração. Muito mais provável é que entre seus apoiadores estivessem os pobres e humildes que ainda tinham alguma chance de sobreviver na cidade.

Cícero, inevitavelmente, se interessava em maximizar o perigo que Catilina representaria. Independentemente de seu sucesso político, Cícero ocupava uma posição precária no topo da sociedade romana, entre famílias aristocráticas que afirmavam ter, como Catilina, uma linha direta com os fundadores da cidade, ou mesmo com os deuses. A família de Júlio César, por exemplo, orgulhava-se de poder traçar sua linhagem até a deusa Vênus; outra família, mais curiosamente ainda, afirmava descender da igualmente mítica Pasífae, esposa do rei Minos, cujo extraordinário acasalamento com um touro produzira o Minotauro. A fim de garantir sua posição nesses círculos, Cícero sem dúvida estava procurando fazer

estardalhaço em seu ano como cônsul. O ideal teria sido uma impressionante vitória militar contra um inimigo bárbaro — era o que a maioria dos romanos teria sonhado. Roma sempre foi um Estado guerreiro, e uma vitória na guerra era o caminho mais seguro para a glória. Cícero, porém, não era soldado: ganhara destaque nos tribunais, e não ao conduzir seu exército contra estrangeiros perigosos. Ele precisava "salvar o Estado" de alguma outra forma.

Alguns comentaristas romanos observaram que a crise fez muito em favor de Cícero. Um panfleto anônimo, que atacava toda sua carreira, e foi conservado por se acreditar, erroneamente, que havia sido redigido por Salústio, declara explicitamente que ele "conduziu os problemas do Estado em prol de sua própria glória", chegando a ponto de afirmar que seu mandato como cônsul era "a causa da conspiração" em vez da sua solução. Colocada em termos diretos, para nós uma questão básica deveria ser não *se* Cícero exagerou os perigos da conspiração, mas sim, *o quanto* ele os exagerou.

5. Esta lápide romana do século IV d.C. ilustra uma maneira simples de cunhar. A moeda em branco é colocada entre duas cunhas, apoiadas sobre uma bigorna. O homem à esquerda aplica ao “sanduíche” um pesado golpe com um martelo para realizar a impressão. Como sugerem as tenazes nas mãos do auxiliar à direita, a moeda foi aquecida para facilitar a impressão.

O céticos mais obstinados de nossos dias consideram que a conspiração toda não passou de um produto da imaginação de Cícero — e nesse caso o tal homem que afirmou ser “colecionador de armas” talvez fosse exatamente isso, e as cartas incriminatórias teriam sido forjadas, a delegação de gauleses seria uma fraude completa do cônsul e os rumores de uma tentativa de assassinato, invencionices. Uma visão tão radical parece implausível. Afinal, houve uma batalha corpo a corpo entre os homens de Catilina e as legiões romanas, que dificilmente poderia ser descartada como mera invenção. É bem mais provável que, quaisquer que tenham sido seus motivos originais, Catilina — um radical visionário ou um terrorista sem princípios — foi em parte movido a tomar medidas extremas por causa de um cônsul obcecado por luta e glória. Cícero pode até ter convencido a si mesmo, quaisquer que fossem as evidências, de que Catilina representava uma séria ameaça à segurança de Roma. Como sabemos a partir de muitos exemplos atuais, é assim que a paranoia política e o autointeresse costumam operar. Nunca teremos certeza absoluta. A “conspiração” sempre será um ótimo exemplo do dilema de interpretação clássico: será que havia de fato “revolucionários escondidos debaixo da cama”, ou a crise, pelo menos em parte, foi uma invenção dos conservadores? E também deveria funcionar como um lembrete de que, na história romana, como em outros contextos, é sempre bom estar alerta para o outro lado da história — e

esse é em parte o argumento de todo este livro.

O nosso Catilina?

O confronto entre Cícero e Catilina tem servido desde então como modelo para conflitos políticos. Dificilmente poderíamos considerar coincidência o fato de a pintura de Maccari dos eventos de 8 de novembro ter sido encomendada, junto com outras cenas da história romana, para o salão do Palazzo Madama, que acabava de se tornar a sede do moderno Senado italiano; presume-se que a intenção era oferecer uma lição aos modernos senadores. E, ao longo dos séculos, os certos e errados da "conspiração", os respectivos defeitos e qualidades de Catilina e Cícero, e os conflitos entre segurança interna e liberdades civis, têm originado ferozes debates, não só entre os historiadores.

Em algumas ocasiões, essa história foi drasticamente reescrita. Uma tradição medieval da Toscana sustenta que Catilina sobreviveu à batalha contra as legiões romanas e virou um herói local, tendo um complicado envolvimento romântico com uma mulher chamada Belisea. Outra versão confere-lhe um filho, Uberto, e assim faz dele um ancestral da dinastia Uberti de Florença. Com mais imaginação ainda, a peça *Catilina*, de Prosper de Crébillon, que estreou em meados do século XVIII, invoca um caso amoroso entre Catilina e a filha de Cícero, Túlia, com direito a tórridos episódios em um templo romano.

Sempre que a conspiração foi representada em ficção ou no palco, houve algum ajuste de acordo com o alinhamento ideológico do autor e o clima político da época. A primeira peça de Henrik Ibsen, escrita na esteira das revoluções

europeias da década de 1840, tem como tema os eventos de 63 a.C. Aqui, um Catilina revolucionário é confrontado com a corrupção do mundo em que vive, enquanto Cícero, que não poderia ter imaginado nada pior, quase desaparece dos eventos — nunca entra em cena e mal é mencionado. Para Ben Jonson, em contraste, que escreveu logo após a Conspiração da Pólvora, Catilina era um anti-herói sádico, tendo feito tal número de vítimas que, na fértil imaginação de Jonson, foi necessária uma frota inteira para transportá-las pelo rio Estige até o Reino dos Mortos. O *seu* Cícero tampouco desperta muita simpatia, mostrando-se um tagarela chatíssimo; na verdade, tão chato que na primeira apresentação da peça, em 1611, muitas pessoas saíram durante as suas intermináveis acusações contra Catilina.

Jonson estava sendo injusto com os poderes de persuação da oratória de Cícero — pelo menos se levarmos em conta o uso continuado de suas palavras, sempre citadas e estrategicamente adaptadas. Isso porque o discurso de sua *Primeira Catilinária*, e especialmente sua famosa primeira frase ("Por quanto tempo, Catilina, continuarás abusando de nossa paciência?"), ainda está presente na retórica política do século XXI, e continua sendo usada atualmente em cartazes políticos, além de se encaixar convenientemente nos 140 caracteres de um *tuíte*. Tudo o que você precisa fazer é substituir o nome de Catilina pelo do seu alvo específico. De fato, uma série de *tuítes* postados durante o tempo em que eu escrevia este livro mencionavam o nome "Catilina" junto com os dos presidentes dos Estados Unidos, da França e da Síria, o prefeito de Milão e o Estado de Israel: "*Quo usque tandem abutere, François Hollande, patientia*

nostra?". Quantos dos que agora adotam o slogan saberiam explicar de onde ele vem, ou do que se tratava o confronto entre Cícero e Catilina, é impossível saber. Talvez alguns sejam pessoas versadas nos clássicos, que defendem alguma causa política, mas dificilmente isso valerá para todos os que fazem objeções e protestos. O uso da frase aponta para algo bastante diferente da expertise em clássicos, e provavelmente mais importante. Sem dúvida, é um forte indício de que, logo abaixo da superfície da política ocidental, o conflito, de lembrança vaga, entre Cícero e Catilina ainda age como modelo para as nossas lutas e discussões. A eloquência de Cícero, mesmo que só entendida parcialmente, ainda molda a linguagem da política contemporânea.

6. Em 2012, manifestantes húngaros contrários às tentativas do partido Fidesz de reescrever a Constituição ostentaram a famosa frase de Cícero, em latim. Mas ela foi usada não só no contexto político. Numa famosa discussão intelectual, Camille Paglia substituiu o nome de Catilina pelo do filósofo francês Michel Foucault: "Por quanto tempo, Ó Foucault...?".

Cícero acharia isso o máximo. Quando escreveu ao amigo Lucceius, pedindo

ao historiador que celebrasse as façanhas do seu consulado, esperava alcançar a fama eterna: “a ideia de que falem a meu respeito na posteridade me inclina para uma espécie de fé na imortalidade”, declarou com um toque de bem premeditada modéstia. Lucceius, como vimos, não aceitou. Deve ter sido dissuadido pelo descarado pedido de Cícero, propondo que “desprezasse as regras da história” e escrevesse os eventos de modo bem mais exagerado do que exato. Mas, no final, Cícero alcançou a imortalidade por seus feitos de 63 a.C. de forma mais eficiente do que a que Lucceius poderia ter lhe dado, e continuou a ser citado repetidamente por mais de 2 mil anos.

Nos próximos capítulos, vamos encontrar mais conflitos políticos, interpretações controversas e às vezes também alguns ecos desconfortáveis dos nossos próprios tempos. Mas agora é hora de voltarmos as costas a esse terreno relativamente firme do século I a.C. e penetrar na história mais profunda de Roma. Como foi que Cícero e seus contemporâneos reconstruíram os primórdios de sua cidade? Por que as suas origens foram tão importantes para eles? O que significa perguntar “Onde Roma começou?”. O quanto somos capazes, ou eram eles, de realmente conhecer a Roma primordial?

Capítulo 2
Primórdios

Cícero e Rômulo

Segundo uma tradição romana, o Templo de Júpiter, onde Cícero fez seu discurso contra Catilina em 8 de novembro de 63 a.C., havia sido erguido sete séculos antes por Rômulo, um dos fundadores de Roma. Rômulo e os cidadãos de sua pequena comunidade estavam em luta com seus vizinhos, um povo conhecido como sabinos, no local onde mais tarde se ergueria o Fórum, centro político da Roma de Cícero. As coisas estavam indo mal para os romanos, e eles foram forçados a bater em retirada. Como última tentativa de vencer, Rômulo orou ao deus Júpiter — não exatamente a Júpiter, mas a Júpiter *Stator*, o "Júpiter que mantém os homens firmes". Construiria um templo em agradecimento, prometeu Rômulo ao deus, caso os romanos resistissem à tentação de fugir e defendessem sua terra contra o inimigo. Fizeram isso, e o Templo de Júpiter Stator foi erigido exatamente naquele lugar, o primeiro de uma longa série de santuários e templos construídos na cidade em homenagem à divina ajuda para assegurar a vitória militar de Roma.

Essa pelo menos foi a história contada por Lívio e vários outros escritores

romanos. Os arqueólogos nunca conseguiram identificar com segurança quaisquer vestígios desse templo, que em todo caso deve ter sido reconstruído à época de Cícero, especialmente se suas origens remontassem de fato aos primórdios de Roma. Mas não pode haver dúvida de que, quando escolheu reunir o Senado ali, Cícero sabia exatamente o que estava fazendo. Tinha em mente o precedente de Rômulo e o destacava ao usar o local. Queria manter os romanos coesos ("mantê-los firmes") diante de seu novo inimigo, Catilina. Na realidade, ele disse quase exatamente isso ao final de seu discurso, quando — certamente apontando para a estátua do deus — apelou a Júpiter Stator e lembrou sua plateia a respeito da fundação do templo:

> Tu, Júpiter, que foste estabelecido por Rômulo no mesmo ano em que a cidade, como o deus que, dizemos com acerto, mantém firme a cidade e o Império — irás manter esse homem e seu bando longe de teu templo e dos templos dos demais deuses, das casas da cidade e de seus muros, das vidas e do destino de todos os cidadãos de Roma...

Essa sugestão de Cícero, ao se apresentar como o novo Rômulo, não passou despercebida aos romanos de seu tempo, e a conexão repercutiu: algumas pessoas a usaram como pretexto adicional para zombar de sua procedência de cidade pequena, chamando-o de "o Rômulo de Arpinum".

Mas era um apelo clássico dos romanos aos pais fundadores, às histórias comoventes da Roma primordial e ao momento em que a cidade passou a existir. Mesmo hoje, a imagem de uma loba amamentando o bebê Rômulo e seu irmão gêmeo Remo simboliza as origens de Roma. A famosa estátua de bronze da cena é uma das obras mais copiadas e instantaneamente reconhecíveis da arte romana,

estampada em milhares de cartões-postais e suvenires, e presente por toda a cidade atual como o emblema do time de futebol Roma.

Com essa imagem tão familiar, é fácil aceitar sem quaisquer restrições a história de Remo e Rômulo (ordem usual entre os romanos), e esquecer que trata-se de uma das mais antigas "lendas históricas" da fundação de qualquer cidade em qualquer era e em qualquer lugar do mundo. E, sem dúvida, trata-se de um mito ou de uma lenda, mesmo que os romanos a vejam, em termos amplos, como história. Uma loba amamentando gêmeos já seria um episódio estranho dentro de um conto muito peculiar, e até mesmo os antigos escritores às vezes demonstravam um saudável ceticismo em relação ao oportuno aparecimento de um animal lactante para amamentar um par de gêmeos abandonados, e na hora certa. O restante da narrativa é uma mistura extraordinária de detalhes desconcertantes: não só a incomum ideia de haver dois fundadores (Rômulo *e* Remo), mas também uma série de elementos decididamente não heróicos, desde assassinato, estupro e abdução, até o fato de a maioria dos primeiros cidadãos romanos ser composta por criminosos e fugitivos.

7. Seja qual for a data exata da loba, os bebês gêmeos são acréscimos posteriores, feitos no século XV, explicitamente para representar o mito da fundação. As cópias dessa estátua circulam pelo mundo todo, em parte graças a Benito Mussolini, que as distribuiu amplamente como símbolo da *Romanità*.

Esses aspectos pouco palatáveis produziram impacto nos historiadores modernos, e eles têm sugerido que a história toda deve ter sido elaborada como uma forma de antipropaganda pelos inimigos e vítimas de Roma, sentindo a ameaça de sua agressiva expansão. Essa é uma maneira excessivamente ingênua, para não dizer desesperada, de tentar explicar as singularidades da história, e deixa de lado o ponto mais importante. Não importa onde e quando essa história se originou, os escritores romanos nunca pararam de contá-la e debatê-la intensamente. Havia mais em jogo do que a simples fundação da cidade. Conforme lotavam o velho templo de Rômulo para ouvir o novo “Rômulo de Arpinum”, aqueles senadores deveriam estar cientes de que a história da fundação levantava questões ainda maiores, sobre o que significava ser romano, sobre quais eram as características especiais que definiam o povo romano — e,

não menos premente, sobre os defeitos e fracassos que haviam herdado de seus ancestrais.

Para entender os antigos romanos, é necessário entender de onde eles acreditavam provir e repensar o sentido da história de Rômulo e Remo e dos temas principais, as sutilezas e ambiguidades de outras histórias da fundação. Pois os gêmeos não eram os únicos candidatos a primeiros romanos. Ao longo da maior parte da história romana, a figura do herói troiano Eneias, que fugiu para a Itália para fundar Roma como a nova Troia, também ganhou corpo. E não menos importante é tentar ver o que pode existir por trás dessas histórias. “Quando foi que Roma começou?” é uma questão que tem se mostrado quase tão sedutora para os modernos estudiosos como foi para seus predecessores da Antiguidade. A arqueologia oferece um esboço da Roma primordial que difere muito dos mitos romanos. Um esboço surpreendente, muitas vezes desconcertante e controverso. Até mesmo a famosa loba de bronze é tema de debates acirrados. Será que trata-se, como geralmente se tem pensado, de uma das primeiras obras de arte romanas que chegaram até nós? Ou será, como uma análise científica recente sugeriu, uma obra-prima da Idade Média? Seja como for, escavações feitas no subsolo da cidade atual ao longo dos últimos cem anos descobriram alguns vestígios, que talvez remontem até o ano 1000 a.C., a uma pequena vila junto ao rio Tibre que pode ter se tornado a Roma de Cícero.

Assassinato

Não existe apenas uma história de Rômulo. São dezenas de versões, muitas

vezes incompatíveis. Cícero, uma década depois de seu confronto com Catilina, fez um relato em seu tratado *Sobre o Estado*. Como faziam muitos políticos da época, quando seu poder diminuiu, ele se refugiou na teoria política. Aqui, no contexto de uma discussão filosófica bem mais longa sobre a natureza do bom governo, ele trata da história da "constituição" romana desde seus primórdios. Após um início resumido da história — no qual desajeitadamente evita a questão sobre Rômulo realmente ser filho do deus Marte e ao mesmo tempo lança dúvidas sobre outros elementos fabulosos da história —, ele segue adiante com uma discussão séria sobre as vantagens geográficas do local que Rômulo escolheu para o seu assentamento.

"Seria possível a Rômulo", escreve Cícero, "explorar de modo mais brilhante as vantagens de estar perto do mar e evitar ao mesmo tempo suas desvantagens do que colocando a cidade às margens de um rio que nunca falha e flui consistentemente para o mar, numa corrente ampla?" O Tibre, explica ele, facilitou a importação de suprimentos do exterior e exportação de excedentes; e as colinas nas quais a cidade foi construída proporcionaram não apenas uma defesa ideal contra ataques inimigos, mas também um ambiente de vida saudável cercada por uma "região pestilenta". Foi como se Rômulo já soubesse que a cidade que fundava seria um dia o centro de um grande Império. Cícero demonstra boa noção de geografia, e muitos outros desde então destacaram essa posição estratégica do local, que deu a Roma boa vantagem em relação a seus rivais locais. Mas ele patrioticamente lança um véu sobre o fato de que ao longo da Antiguidade o "rio que nunca falha" também transformou Roma em vítima

regular de enchentes devastadoras e que, apesar das colinas, a “pestilência” (ou malária) foi uma das maiores causas de morte dos antigos habitantes da cidade (prosseguindo assim até o final do século XIX).

A versão de Cícero sobre a fundação da cidade não é a mais conhecida. A que embasa a maior parte dos relatos modernos remonta no essencial a Lívio. Para um escritor cujo trabalho ainda é tão importante para a nossa compreensão da Roma primordial, sabe-se surpreendentemente pouco sobre “Lívio, o homem”: ele veio de Patavium (Pádua), norte da Itália, começou a escrever seu compêndio sobre a história de Roma na década de 20 a.C. e tinha proximidade suficiente com a família imperial romana para incentivar o futuro imperador Cláudio a assumir o registro da história. A narrativa de Rômulo e Remo tem inevitável destaque no seu primeiro livro, e bem menos geografia e mais narrativa vívida do que na de Cícero. Lívio começa com os gêmeos, e depois rapidamente segue com a história até os últimos feitos de Rômulo já sozinho, como fundador de Roma e seu primeiro rei.

Os meninos, explica Lívio, nasceram de uma sacerdotisa virgem chamada Reia Sílvia, na cidade italiana de Alba Longa, nas colinas Albanas, logo ao sul do local onde nasceria Roma. Ela não assumira esse encargo sacerdotal como virgem de livre vontade, mas foi obrigada a isso isso após uma luta fratricida pelo poder, que levou seu tio Amulius a assumir o reinado de Alba Longa depois de destronar o irmão, Numitor, pai de Sílvia. Amulius então usou a proteção do sacerdócio — uma honraria ostensiva — para evitar a incômoda aparição de quaisquer herdeiros e rivais provenientes da linhagem do irmão. Essa precaução

acabou se mostrando inútil, pois Reia Sílvia logo ficou grávida. Segundo Lívio, ela alegou ter sido estuprada pelo deus Marte. Lívio parece hesitante em aceitar isso, tanto quanto Cícero; Marte, sugere ele, poderia ter sido um pretexto conveniente para encobrir um caso amoroso absolutamente humano. Mas outros escritores disseram-se convencidos da existência de um falo desencarnado, que teria vindo das chamas do fogo sagrado sob os cuidados de Reia Sílvia.

Assim que ela deu à luz os gêmeos, Amulius ordenou que seus servos atirassem os bebês no rio vizinho, o Tibre, para que se afogassem. Mas os dois sobreviveram. Pois, como costuma acontecer em histórias como essa em muitas culturas, os homens a quem foi dada essa desagradável tarefa não seguiram as instruções ao pé da letra. Puseram os gêmeos em uma cesta e, em vez de colocá-los diretamente na água do rio — que estava na cheia —, deixaram-nos na água que invadia as margens. Antes que os bebês fossem levados pela correnteza à morte certa, a famosa loba protetora veio em seu auxílio. Lívio foi um daqueles romanos céticos que tentaram racionalizar esse aspecto particularmente implausível do conto. A palavra latina para "loba" (*lupa*) também era usada coloquialmente para indicar uma prostituta (*lupanare* era o termo-padrão para "bordel"). Afinal, não seria plausível que uma prostituta local, em vez de uma besta selvagem, tivesse encontrado os gêmeos e cuidado deles?

Qualquer que fosse a identidade da *lupa*, um bondoso pastor logo encontrou os meninos e os levou com ele. Seria a sua esposa a prostituta?, ponderou Lívio. Rômulo e Remo viveram com a família do pastor, sem serem reconhecidos, exceto anos mais tarde, quando — já dois jovens — acabaram por acaso

encontrando com o avô, e rei deposto, Numitor. Após restaurarem o seu reinado de Alba Longa, partiram para fundar sua própria cidade. Mas logo brigaram, com resultados desastrosos. Lívio sugere que a mesma rivalidade e ambição que haviam arruinado a relação entre Numitor e Amulius foram transmitidas às gerações seguintes até chegar a Rômulo e Remo.

Os gêmeos divergiram quanto ao local onde deveria ocorrer a fundação da cidade, particularmente na escolha da colina — entre as várias que mais tarde iriam compor a cidade (existem, na verdade, outras além das sete famosas) —, que deveria ficar no centro do primeiro assentamento. Rômulo escolheu a colina conhecida como Palatino, onde foi erguida mais tarde a magnífica residência dos imperadores e que nos deu a palavra "palácio". Na briga que se seguiu, Remo, que escolhera a Aventino, saltou acintosamente por cima das defesas que Rômulo havia construído em volta de seu ponto preferido. Havia várias versões sobre o que teria acontecido em seguida. A mais comum (segundo Lívio) diz que Rômulo reagiu matando o irmão e com isso tornou-se o único chefe do local, ao qual deu seu nome. Ao desferir o terrível golpe fratricida, ele gritou (no relato de Lívio): "Assim morrerá quem mais tentar saltar sobre meus muros". Foi um slogan adequado para uma cidade que seguiu em frente para se firmar como um Estado beligerante, mas cujas guerras foram sempre reações às agressões alheias, portanto, "guerras justas".

Estupro

Remo estava morto. E a cidade que ele ajudara a fundar consistia apenas em um

punhado de amigos e companheiros de Rômulo. Precisava de mais cidadãos. Então Rômulo declarou Roma um "asilo" e incentivou o populacho e os despossuídos do resto da Itália a se juntarem a ele: escravos fugidos, criminosos condenados, eLivross e refugiados. Isso resultou em grande número de homens. Mas, a fim de arrumar mulheres, conforme relata Lívio, Rômulo precisou recorrer a um ardil — e ao estupro. Ele convidou os povos vizinhos, os sabinos e os latinos, da área em torno de Roma conhecida como Latium, para uma festa religiosa com diversões, com as famílias e tudo. No meio dos festejos, deu o sinal a seus homens para abduzirem as mulheres jovens que haviam vindo com os visitantes e levá-las embora como esposas.

Nicolas Poussin, pintor famoso por suas recriações da Roma Antiga, captou a cena no século XVII: Rômulo, em pé sobre uma plataforma, observa sereno a violência que acontece embaixo, contra um fundo de arquitetura monumental ainda em construção. É uma cena da cidade primordial que os romanos do século I a.C. teriam reconhecido. Embora eles às vezes pintassem a Roma de Rômulo como um lugar de carneiros, casebres de barro e brejos, com frequência também engrandeciam o lugar e o retratavam como uma cidade clássica esplêndida. Também é uma cena que tem sido reinterpretada das mais diversas maneiras e pelos mais diversos meios, ao longo da história. O musical de 1954, *Sete noivas para sete irmãos*, é uma paródia disso (nesse caso, as esposas são abduzidas durante os trabalhos comunitários de reconstrução de um celeiro americano). Em 1962, como reação direta ao terror da Crise dos Mísseis de Cuba, Pablo Picasso retrabalhou a versão de Poussin em uma das pinturas da série sobre o tema, com

uma abordagem ainda mais violenta (ver lâmina 3).

Os escritores romanos discutiram infindavelmente a respeito desse episódio da história. Um dramaturgo escreveu toda uma tragédia sobre o tema, que infelizmente não sobreviveu — restou apenas uma única citação. Ficavam tentando decifrar detalhes, imaginando, por exemplo, quantas jovens teriam sido raptadas. Lívio não se compromete nesse aspecto, mas as estimativas variam de apenas trinta até uma cifra espuriamente precisa e implausivelmente grande de 683 — que, ao que parece, era o palpite do príncipe africano Juba, levado a Roma por Júlio César e que passou muitos dos seus primeiros anos ali estudando todo tipo de tópicos eruditos, da história romana à gramática latina. Acima de tudo, porém, era a evidente criminalidade e violência do incidente que os preocupava. Afinal, essa ocasião foi o primeiro casamento romano de fato, e era onde os estudiosos romanos procuravam informações quando queriam explicar aspectos intricados ou as frases das cerimônias tradicionais de casamento; imaginava-se, por exemplo, que o grito de celebração "*O Talassio*" era originário do nome de um dos jovens romanos presentes àquele evento. Estaria inevitavelmente subentendido que a instituição romana do casamento tinha se originado do estupro? Onde deveria ser colocada a linha divisória entre abdução e estupro? O que esse episódio dizia, em termos mais gerais, sobre a beligerância de Roma?

8. Esta moeda de prata romana, de 89 a.C., mostra dois dos primeiros cidadãos romanos raptando duas mulheres sabinas. O nome do homem responsável pela cunhagem da moeda, quase legível debaixo da cena, era Lucius Titurius Sabinus — o que presumivelmente explica a sua escolha do desenho. Do outro lado temos a cabeça do rei sabino, Tito Tácio [Titus Tatius].

Lívio defende os primeiros romanos. Ele insiste que eles sequestraram apenas mulheres solteiras; essa seria, portanto, a origem do casamento, não do adultério. E depois de enfatizar a ideia de que os romanos não *escolheram* as mulheres, mas foram pegando-as ao acaso, Lívio argumenta que eles estavam recorrendo a um expediente necessário para o futuro de sua comunidade, e que foi seguido por uma conversa amorosa e por promessas de afeto dos homens para com suas novas noivas. Ele também apresenta a ação romana como uma resposta a um comportamento pouco razoável dos vizinhos de sua cidade. Os romanos, explica ele, tinham feito primeiro a coisa certa, propondo aos povos dos arredores um tratado que daria a ambos o direito de casar com as respectivas filhas. Lívio, de forma explícita — e com um anacronismo espantoso —, refere-se aqui ao direito legal de *conubium*, ou "intercasamento", que mais tarde seria parte regular das alianças de Roma com outros Estados. Os romanos teriam

recorrido à violência somente depois que esse pedido foi rejeitado de maneira pouco razoável. Ou seja, tratou-se de mais um caso de “guerra justa”.

Outros apresentaram a questão de modo diverso. Alguns detectaram já na origem da cidade todos os sinais reveladores da posterior beligerância romana. O conflito, defendiam eles, não foi provocado, e o fato de os romanos terem sequestrado apenas trinta mulheres (se é que foram trinta) demonstra que a guerra, e não o casamento, vinha em primeiro lugar às suas mentes. Salústio dá uma indicação dessa visão. A certa altura na sua *História de Roma* (um tratamento mais geral do que a sua *Guerra contra Catilina*, e que sobreviveu apenas em citações esparsas de outros autores), ele imagina uma carta — e ela é só *imaginada* — supostamente escrita por um dos mais ferozes inimigos de Roma. A carta reclama do comportamento predatório dos romanos ao longo de sua história: “Desde o início, eles não possuíram nada, exceto o que haviam roubado: sua casa, *suas esposas*, suas terras, seu Império”. Talvez a única saída fosse colocar toda a culpa nos deuses. O que mais você poderia esperar, outro escritor romano sugeriu, quando o pai de Rômulo foi Marte, o deus da guerra?

O poeta Ovídio [Publius Ovidius Naso] escolheu uma linha diferente. Mais ou menos contemporâneo de Lívio, foi subversivo onde Lívio era convencional — acabou sendo banido em 8 d.C., em parte pela ofensa causada por seu espirituoso poema, “Lições de amor”, sobre como arrumar um parceiro. Nele, Ovídio inverte a história de Lívio sobre a abdução e apresenta-a como um modelo primitivo do flerte: erótico, em vez de conveniente. Segundo Ovídio, os romanos começam tentando “descobrir a garota da qual cada um deles mais

gosta” e vão atrás dela com “mãos desejosas” assim que o sinal é dado. Logo estão cochichando bobagens doces aos ouvidos de suas presas, cujo óbvio terror apenas intensifica o apelo sexual neles. Festas e diversões, como o poeta reflete de modo perverso, sempre foram bons lugares para arrumar uma moça, desde os primeiros dias de Roma. Ou, dito de outro modo, que grande ideia teve Rômulo para recompensar seus leais soldados. “Quero me alistar já”, brinca Ovídio, “se você me prometer esse tipo de pagamento.”

Os pais das moças, assim reza a história usual, não acharam a abdução engraçada nem viram nada de flerte nela. Foram à guerra contra os romanos para resgatar as filhas. Os romanos derrotaram os latinos com facilidade, mas não os sabinos, e o conflito se prolongou. Foi nesse momento que os homens de Rômulo sofreram um pesado ataque em sua nova cidade e ele foi obrigado a pedir a Júpiter Stator que fizesse os romanos pararem de simplesmente fugir para salvar suas vidas, como Cícero lembrou sua plateia — sem lembrá-los, porém, de que a guerra toda se deu por causa do roubo das mulheres. As hostilidades só cessaram graças às próprias mulheres, que agora já estavam contentes com seu destino de esposas e mães romanas. Elas entraram corajosamente no campo de batalha e imploraram para que seus maridos, de um lado, e seus pais, de outro, parassem de lutar. “Preferimos morrer”, explicaram, “do que viver sem vocês, como viúvas ou órfãs.”

A intervenção deu resultado. Não só houve paz, como se passou a considerar que Roma se transformara numa cidade conjunta, romano-sabina, uma única comunidade, sob o governo compartilhado de Rômulo e do rei sabino Tito

Tácio. Bem, compartilhado apenas por alguns anos, quando, com o tipo de morte violenta que se tornou uma das marcas da política de poder romana, Tácio foi assassinado numa cidade vizinha durante um tumulto que em parte ele mesmo provocara. Rômulo virou novamente o único governante, primeiro rei de Roma, com um reinado de mais de trinta anos.

Irmão contra irmão, locais contra forasteiros

Não muito abaixo da superfície dessas tramas, jazem alguns dos temas mais importantes da história romana posterior, assim como algumas das maiores ansiedades culturais romanas. Eles nos dizem muito sobre os valores e preocupações dos romanos, ou pelo menos sobre as preocupações que aqueles romanos tinham a respeito do tempo, do dinheiro e da liberdade de que dispunham; ansiedades culturais muitas vezes são privilégio dos ricos. Um desses temas, como acabamos de ver, era a natureza do casamento romano. Quão brutal ele estava destinado a ser, dadas as suas origens? Outro, já vislumbrado nas palavras das mulheres sabinas que tentavam a reconciliação entre seus pais e maridos, era a guerra civil.

Um dos grandes enigmas a respeito da lenda da fundação é sua afirmação de que havia dois fundadores envolvidos, Rômulo e Remo. Os historiadores modernos conceberam várias soluções para explicar o gêmeo redundante. Talvez ele aponte para alguma dualidade básica na cultura romana, entre diferentes classes de cidadãos ou diferentes grupos étnicos. Ou quem sabe reflita o fato de que mais tarde Roma teria dois cônsules. Ou, ainda, estejam envolvidas

estruturas míticas mais profundas, e Rômulo e Remo sejam alguma versão dos gêmeos divinos que encontramos em várias manifestações da mitologia mundial, da Alemanha à Índia védica, incluindo a história bíblica de Caim e Abel. Mas seja qual for a solução escolhida (e a maior parte da especulação moderna não tem sido muito convincente), resta um enigma ainda maior no fato de um dos gêmeos fundadores ser realmente redundante — já que Remo foi morto por Rômulo ou, em outras versões, por um de seus homens, no primeiríssimo dia da cidade.

Para muitos romanos, que não fizeram uma higienização da história encoberta pelo rótulo de "mito" ou "lenda", esse era o aspecto mais impalatável da fundação. Parece que ele causou tal desconforto em Cícero que, no seu relato da origem de Roma em *Sobre o Estado*, ele não o menciona. Remo aparece no início, apresentado junto com Rômulo, para em seguida desaparecer da história. Outro escritor — o historiador Dionísio de Halicarnasso, residente de Roma no século I a.C., mas identificado pelo nome de sua cidade natal na costa da atual Turquia — escolheu retratar um Rômulo inconsolável diante da morte de Remo ("perdeu a vontade de viver"). Outro ainda, conhecido para nós apenas como Egnatius, optou por uma maneira mais ousada de driblar o problema. A única coisa que sabemos sobre esse Egnatius é que inverteu completamente a história do assassinato, afirmando que Remo viveu mais que seu irmão gêmeo.

Era uma tentativa desesperada, e obviamente não convincente, de fugir à triste mensagem contida no relato: a de que o fratricídio estava entranhado na política romana e que os apavorantes surtos de conflito civil que repetidamente

assolaram a história de Roma a partir do século VI a.C. (o assassinato de Júlio César em 44 a.C. é apenas um exemplo) estavam de algum modo predestinados. Afinal de contas, que cidade, fundada sobre o assassinato de um irmão por outro, poderia escapar do assassinato de um cidadão por outro? O poeta Horácio [Quintus Horatius Flaccus] foi um dos vários escritores que responderam essa questão de maneira óbvia. Escrevendo por volta de 30 a.C., na esteira da década de lutas que se seguiram à morte de César, ele lamentava: “Amargo destino persegue os romanos, e o crime do assassinato de um irmão, desde que o sangue do inocente Remo foi derramado no chão para se tornar uma maldição para os seus descendentes”. A guerra civil, poderíamos dizer, estava nos genes dos romanos.

Sem dúvida, Rômulo poderia ser mostrado, e com frequência era, como um heroico pai fundador. Seu embaraço pelo destino de Remo não impediu Cícero de tentar vestir o manto protetor de Rômulo em seu confronto com Catilina. E, apesar da sombra do assassinato, imagens dos gêmeos bebês eram encontradas por todo o mundo romano antigo: tanto na própria capital — onde chegou a haver um grupo de estátuas deles no Fórum e outro no Capitólio (ou Monte Capitolino) — como nas partes mais distantes do Império. Na realidade, quando o povo da ilha grega de Quios quis demonstrar sua sujeição a Roma no século II a.C., uma das coisas que decidiram fazer foi erguer um monumento retratando, como eles mesmos disseram, “o nascimento de Rômulo, o fundador de Roma, e seu irmão Remo”. O monumento não existe mais. Mas sabemos dele porque os habitantes de Quios registraram sua decisão em uma placa de mármore, que

sobreviveu. De qualquer modo, ali persistiu certo desconforto moral e político em relação ao caráter de Rômulo.

Também desconfortável, mas de maneira diferente, foi a ideia do asilo, e a acolhida que Rômulo deu a todos os que vieram — estrangeiros, criminosos e desgarrados —, ao procurar cidadãos para sua nova cidade. Houve aspectos positivos em relação a isso. Em particular, refletiu a extraordinária abertura e boa vontade da cultura política romana em incorporar estrangeiros, o que a diferenciou de todas as outras sociedades ocidentais que conhecemos. Nenhuma cidade grega antiga foi remotamente tão acolhedora; Atenas, em particular, restringia com rigor o acesso à cidadania. Isso não é um tributo a nenhum suposto temperamento "liberal" dos romanos no moderno sentido da palavra. Eles conquistaram vastas extensões de território na Europa e além, às vezes com terrível brutalidade; e foram muitas vezes xenófobos e desdenhosos com povos que chamavam de "bárbaros". No entanto, num processo único em qualquer Império pré-industrial, os habitantes desses territórios conquistados, "províncias", como os romanos os chamavam, foram aos poucos obtendo cidadania romana, e os respectivos direitos e proteções legais. Isso culminou em 212 d.C. (quando este livro termina), quando o imperador Caracala transformou todo habitante livre do Império em cidadão romano.

9. Rômulo e Remo alcançaram os locais mais afastados do Império Romano. Este mosaico do século IV d.C. foi encontrado em Aldborough, no norte da Inglaterra. O lobo é uma criatura de simpatia encantadora. Os gêmeos, que parecem flutuar arriscadamente no ar, sugerem algo posterior, assim como os acréscimos renascentistas ao grupo capitolino.

Mesmo antes disso, a elite das províncias já ingressara em grande número na hierarquia política da capital. O Senado romano aos poucos se tornou o que podemos descrever hoje como um organismo multicultural, e a lista completa de imperadores romanos inclui vários cujas origens estão fora da Itália: o pai de Caracala, Septímio Severo [Septimius Severus], foi o primeiro imperador oriundo de território romano na África; Trajano e Adriano, que reinaram meio século antes, provinham da província romana da Espanha. Quando em 48 d.C. o imperador Cláudio — cuja imagem afável deve mais à novela *Eu, Cláudio*, de Robert Graves, do que à vida real — defendeu diante de um Senado relutante que os cidadãos da Gália deviam ter permissão para se tornar senadores, ele passou algum tempo lembrando-os que Roma havia sido receptiva a estrangeiros desde o início. O texto de seu discurso, incluindo algumas interrupções que ao

que parece até um imperador tinha que tolerar, foi inscrito em bronze e colocado à mostra na província, na atual cidade de Lyon, onde ainda é preservado. Cláudio, ao que parece, não teve, ao contrário de Cícero, a oportunidade de fazer ajustes antes da publicação.

Houve um processo similar com a escravidão. A escravidão romana foi em alguns aspectos tão brutal quanto os métodos romanos de conquista militar. Mas para muitos escravos romanos, particularmente aqueles que trabalhavam em contextos domésticos urbanos e não na fatigante labuta dos campos ou das minas, não era necessariamente uma pena perpétua. Eles regularmente obtinham sua liberdade, ou a compravam com suas economias; e se o seu dono fosse um cidadão romano, então obtinham também a cidadania romana, sem quase nenhuma desvantagem em relação àqueles que haviam nascido livres. O contraste com a Atenas clássica é mais uma vez evidente: ali, pouquíssimos escravos eram libertos, e os que o eram certamente não recebiam a cidadania ateniense, ficando em uma espécie de limbo apátrida. A prática da emancipação — ou manumissão, para acompanhar o termo em latim — era um traço tão característico da cultura romana que os estrangeiros da época comentavam a respeito dela, vendo-a como um poderoso fator do sucesso romano. Como um rei da Macedônia observou no século III a.C., foi desse modo que “os romanos ampliaram seu país”. A escala era tal que alguns historiadores admitem que, por volta do século II d.C., a maioria da população de cidadãos livres da cidade de Roma tinha escravos em algum ponto de sua ancestralidade.

A história do asilo de Rômulo aponta claramente para essa abertura,

sugerindo que a composição diversa de Roma era uma característica que remontava às suas origens. Havia gente em Roma que compartilhava o ponto de vista do rei da Macedônia, de que a política inclusiva de Rômulo era parte importante do sucesso da cidade; e para eles o asilo era algo de que deviam se orgulhar. Mas havia também vozes discordantes que enfatizavam um lado bem menos lisonjeiro da história. Não eram apenas alguns dos inimigos de Roma que viam a ironia de um Império que rastreava sua ascendência até encontrar os criminosos e a ralé da Itália. Alguns romanos também. No fim do primeiro século d.C., ou início do segundo, o poeta satírico Juvenal [Decimus Junius Juvenalis], que adorava escarnecer das pretensões romanas, atacou o esnobismo — outro aspecto da vida em Roma — e ridicularizou os aristocratas que se gabavam de uma árvore genealógica de vários séculos. Ele termina um de seus poemas com uma estocada nas origens de Roma. Em que se baseia toda essa arrogância, afinal? Roma era desde os seus primórdios uma cidade composta por escravos e fugitivos ("Quem quer que fosse seu ancestral mais antigo, ele seria ou um pastor ou algo que eu preferiria não mencionar"). Cícero pode ter endossado esse mesmo ponto ao fazer uma brincadeira em uma carta ao seu amigo Ático sobre a "ralé" ou os "refugos" de Rômulo. Ele zombava de um dos seus contemporâneos, que, segundo ele, discursara no Senado como se estivesse vivendo "na *República* de Platão", referência ao Estado ideal do filósofo — "quando na realidade está na *faex* (fezes) de Rômulo".

Em resumo, os romanos sempre puderam ver-se seguindo os passos de Rômulo, para melhor ou para pior. Quando Cícero fez menção a Rômulo em seu

discurso contra Catilina, foi mais que um apelo autoenaltecedor ao pai fundador de Roma. Foi também um apelo a uma história que deu margem a todo tipo de discussão e controvérsia entre seus contemporâneos sobre quem eram de fato os romanos, o que Roma representava e onde se situavam sua divisões.

História e mito

As pegadas de Rômulo estavam marcadas na paisagem romana. Nos tempos de Cícero, você podia fazer mais do que visitar o templo de Júpiter Stator de Rômulo: podia entrar na caverna onde a loba supostamente teria cuidado dos bebês gêmeos e ver a árvore, replantada no Fórum, onde teriam sido achados os meninos levados pela correnteza do rio. Você podia até admirar a própria casa de Rômulo, uma pequena cabana de madeira onde o fundador teria vivido, no monte Palatino: era uma fatia visível da Roma primitiva naquilo que se tornara uma vasta metrópole. Isso, é claro, não passava de invenção, como bem desconfiou um visitante no final do século I a.C.: “eles não acrescentam nada que a torne mais reverenciada”, explicou, “mas se qualquer parte dela for danificada, pelo mau tempo ou pela idade, farão o devido conserto e restauro para que fique como era antes”. Não foram encontrados quaisquer indícios arqueológicos confiáveis da cabana, o que não é de surpreender, dada a sua construção precária. Mas ela sobreviveu de algum modo como um memorial às origens da cidade até pelo menos o século IV d.C., quando foi citada em uma lista de marcos notáveis de Roma.

Esses “vestígios” físicos — templo, figueira e cabana cuidadosamente

reparada — eram parte essencial do status de Rômulo como personagem histórico. Como temos visto, os escritores romanos não eram crédulos estúpidos, e questionavam muitos detalhes das histórias tradicionais, mesmo ao recontá-las (o papel da loba, a ancestralidade divina e assim por diante). Mas não expressavam nenhuma dúvida de que Rômulo tivesse existido um dia, e tomado decisões cruciais que afetaram o futuro desenvolvimento de Roma, como a escolha do local da cidade, e inventado, mais ou menos sem ajuda alguma, as instituições que a definiam. O próprio Senado, segundo alguns relatos, foi criação de Rômulo, assim como a cerimônia do "triunfo" — o desfile romano da vitória, que regularmente acontecia após os maiores (e mais sangrentos) sucessos na guerra. Quando, no final do século I a.C., uma lista monumental de todos os generais romanos que já haviam celebrado um triunfo foi inscrita em uma série de painéis de mármore no Fórum, Rômulo encabeçava a lista. "Rômulo, o rei, filho de Marte", dizia a primeira entrada, "ano um, em 1º de março, por uma vitória sobre o povo de Caenina", celebrando sua rápida conquista de uma cidade latina vizinha cujas jovens mulheres haviam sido roubadas — e sem mostrar qualquer vislumbre de ceticismo a respeito de sua paternidade divina.

Os estudiosos de Roma trabalharam duro para definir as realizações de Rômulo e chegar a uma cronologia precisa das primeiras fases da cidade. Uma das maiores controvérsias na época de Cícero foi a questão de quando exatamente a cidade havia sido fundada. Quantos anos tinha Roma precisamente? Mentes eruditas dedicaram-se a engenhosos cálculos, voltando no tempo a partir de datas romanas que conheciam até datas anteriores que

desconheciam, procurando sincronizar eventos em Roma com a cronologia da história grega. Tentaram fazer corresponder sua história com os ciclos regulares de quatro anos dos Jogos Olímpicos, que em princípio ofereciam uma referência de tempo fixa e autêntica — embora, como se reconhece hoje, isso por si só já fosse em parte o produto de engenhosas especulações anteriores. Tratava-se de um debate complexo e altamente especializado. Mas aos poucos as diferentes visões convergiram em torno de meados daquilo que chamamos hoje de século VIII a.C., já que os eruditos concluíram que as histórias grega e romana "começaram" mais ou menos ao mesmo tempo. O que se tornou a data canônica, ainda citada em muitas obras de referência atuais, remonta parcialmente a uma obra especializada, o *Livro da cronologia*, de ninguém menos que Ático, o amigo e correspondente de Cícero. A obra não sobreviveu, mas supõe-se que tenha eligido como data da fundação da cidade por Rômulo o terceiro ano do sexto ciclo das Olimpíadas, ou seja, 753 a.C. Outros cálculos foram ainda mais específicos, chegando a 21 de abril, data na qual os modernos romanos ainda hoje celebram o aniversário da cidade — com desfiles de relativo mau gosto e espetáculos que simulam lutas de gladiadores.

É comum o limite entre mito e história mostrar-se vago (pense no rei Artur e em Pocahontas), e, como veremos, Roma é uma das culturas onde esse limite é particularmente nebuloso. Mas apesar de toda a perspicácia histórica com que os romanos trataram essa narrativa, temos todas as razões para vê-la, nos nossos termos, como puro mito. Para começar, é quase certo que não houve nada semelhante a um momento fundador da cidade de Roma. São bem poucas as

cidades ou vilas fundadas assim de uma vez, por um único indivíduo. Não raro, são fruto de mudanças graduais na população, nos padrões de assentamento, na organização social e no sentido de identidade. A maioria das “fundações” são construções retrospectivas, que projetam no passado distante um microcosmo, ou uma versão primitiva imaginada da cidade posterior. O nome “Rômulo” já nos dá uma pista. Embora os romanos costumem supor que foi ele que emprestou seu nome à recém-estabelecida cidade, estamos hoje mais ou menos seguros de que ocorreu o contrário: “Rômulo” foi uma criativa construção baseada em “Roma”. Ou seja, “Rômulo” foi apenas o arquetípico “Senhor Roma”.

Além disso, os escritores e estudiosos do século I a.C., que nos legaram sua versão das origens de Roma, não tinham muito mais evidências diretas das primeiras fases da história de Roma do que os modernos escritores têm hoje, e sob alguns aspectos talvez tivessem até menos. Não haviam sobrevivido documentos nem arquivos. As poucas inscrições antigas em pedra, embora valiosas, não eram tão antigas quanto os estudiosos romanos com frequência imaginavam, e, como iremos descobrir no final deste capítulo, algumas vezes pecavam por uma má compreensão irremediável do latim antigo. Certo, eles tiveram acesso a alguns poucos relatos históricos anteriores que não sobreviveram até nós. Mas os relatos mais antigos haviam sido compostos em cerca de 200 a.C., ou seja, ainda existia um grande abismo entre essa data e as origens da cidade, que só podia ser superado com ajuda de uma série muito variada de histórias, canções, performances teatrais populares e o amálgama

mutável e às vezes autocontraditório que compõe a tradição oral — constantemente ajustando o ato de contar e recontar a circunstâncias e plateias variáveis. Existem alguns vislumbres fugazes da história de Rômulo até remontarmos ao século IV a.C., mas depois, a não ser que se traga a loba de bronze de volta à cena, a trilha termina.

No entanto, colocado em outros termos, é justamente por ser a história de Rômulo mítica e não histórica no sentido estrito que ela concentra tão agudamente algumas das questões centrais da Roma Antiga e é tão importante para a compreensão da história romana. Os romanos não haviam simplesmente herdado as prioridades e preocupações de seu fundador, como supunham. É exatamente o oposto: ao longo de séculos recontando e depois reescrevendo a história, eles mesmos haviam construído e reconstruído a figura fundadora de Rômulo como um poderoso símbolo de suas preferências, debates, ideologias e ansiedades. Em outras palavras, voltando a Horácio, não é que a guerra civil fosse o destino de Roma desde o seu nascimento; Roma é que havia projetado suas obsessões com o aparentemente infindável conflito civil e o fazia remontar ao seu fundador.

10. Encontrado em território etrusco, esse espelho entalhado (a face refletora está do outro lado) parece mostrar uma versão da loba amamentando os gêmeos Rômulo e Remo. Nesse caso, com sua datação do século IV a.C., ele seria uma das mais antigas evidências dessa história. Mas alguns estudiosos, talvez excessivamente céticos, têm preferido ver aqui uma cena do mito etrusco, ou um par de misteriosas divindades romanas infinitamente mais obscuras e misteriosas, os gêmeos "Lares Praestites".

Também havia sempre a possibilidade de ajustar ou reconfigurar a narrativa, mesmo depois de ela ter alcançado uma forma literária relativamente fixa. Já identificamos, por exemplo, como Cícero escolheu lançar um véu sobre o assassinato de Remo, e como Egnatius o negou inteiramente. Mas o relato de Lívio sobre a morte de Rômulo dá um bom vislumbre de como a história das origens de Roma podia ser usada para soar em sintonia direta com eventos recentes. O rei, explica ele, havia governado por trinta anos quando de repente, numa violenta tempestade, foi envolvido por uma nuvem e desapareceu. Os pesarosos romanos logo concluíram que havia sido arrancado deles para se tornar um deus — cruzando o limite entre humano e divino de uma maneira que

o sistema religioso politeísta de Roma às vezes permitia (mesmo que nos pareça um pouco tolo). Mas algumas pessoas da época, concede Lívio, contaram uma história diferente: que o rei havia sido assassinado, decepado pelos senadores. Lívio não inventou totalmente nenhuma das partes desse complô: Cícero, por exemplo, já havia relatado antes a apoteose de Rômulo, embora com uma dose de ceticismo; e um político ambicioso na década de 60 a.C. foi uma vez ameaçado com o "destino de Rômulo", e isso, presume-se, não significava tornar-se um deus. Mas, escrevendo apenas poucas décadas após o assassinato de Júlio César, que foi apunhalado até a morte pelos senadores e depois recebeu o status de deus (terminando com seu próprio templo no Fórum), Lívio oferece um relato particularmente rico e empático. Não ver os ecos de César nesse caso seria não captar o sentido.

Eneias e mais

A história de Rômulo e Remo é algumas vezes intrigante, outras, desconcertante e, por vez, imensamente reveladora das grandes preocupações romanas, pelo menos da sua elite. E, a julgar pelos desenhos ou moedas, ou pelos temas da arte popular, o conhecimento dessas histórias era amplamente disseminado — mesmo que camponeses famintos não passassem muito tempo pensando no Rapto das Sabinas. Mas a complicação adicional, a ser acrescentada a esse quadro já complexo da lenda das origens de Roma, é que a história de Rômulo e Remo não era a única história sobre a fundação da cidade. Havia várias outras. Incluíam variantes menores de temas-padrão, assim como alternativas que nos

parecem francamente idiossincráticas. Uma ideia grega, por exemplo, trouxe para o relato o renomado Odisseu e também ecos da *Odisseia* de Homero, sugerindo que o verdadeiro pai fundador de Roma havia sido um homem chamado Romus, fruto do caso amoroso de Odisseu com a bruxa Circe, cuja ilha mágica costumava ser imaginada no litoral da Itália. Esse era um claro exemplo, embora implausível, de imperialismo cultural, que conferia a Roma uma paternidade grega.

A outra lenda que estava também entranhada na história e na literatura romanas era a do herói troiano Eneias, que fugiu da cidade de Troia após a mítica guerra entre gregos e troianos que compõe o pano de fundo da *Ilíada* de Homero. Depois de conduzir seu filho pela mão e de carregar seu idoso pai das ruínas em chamas da cidade, ele chegou à Itália, onde seu destino foi refundar sua cidade natal em solo italiano. Trouxe com ele as tradições de sua terra e até alguns preciosos talismãs resgatados da destruição.

11. Mosaico do século IV d.C. do piso de uma suíte de banho da *villa* romana de Low Ham, no sul da Inglaterra, decorado com uma série de cenas da *Eneida*, de Virgílio: Eneias chegando a Cartago, Dido e Eneias caçando e, aqui, a paixão da rainha cartaginesa e do herói troiano expressa de forma sucinta.

Há nessa história tantos quebra-cabeças, problemas e ambiguidades como na história de Rômulo, e questões não resolvidas a respeito de onde, quando e por que ela foi criada. Ela se torna ainda mais complicada, além de imensamente enriquecida, graças à *Eneida*, o grande poema em doze livros de Virgílio sobre o tema, escrito durante o mandato do primeiro imperador romano, Augusto, e uma das obras mais lidas da literatura de todos os tempos. Ela se tornou *a* história de Eneias. E legou ao Ocidente alguns de seus momentos mais poderosos e belos, incluindo a trágica história de amor entre Eneias e Dido, a rainha de Cartago, quando Eneias encerra sua longa viagem de Troia (no litoral da atual Turquia) à Itália. Na sequência da história, Eneias resolve seguir seu destino e deixar a

Itália, abandonando Dido, que comete suicídio, atirando-se numa pira ardente. “Lembre-se de mim, lembre-se de mim”, diz a letra da pungente ária dessa personagem na versão operística do século XVII composta por Henry Purcell sobre o tema. O problema é que costuma ser difícil saber quais elementos da história devem-se a Virgílio (o que inclui, provavelmente, a maior parte do encontro com Dido) e quais são parte de um relato mais tradicional.

Não há dúvida de que a figura de Eneias como fundador de Roma apareceu na literatura — e deixou sua marca na paisagem — bem antes do século I a.C. Há referências a ele nesse papel em escritores gregos no século V a.C.; e no século II a.C., embaixadores da ilha grega de Delos foram pedir uma aliança com Roma e, ao que parece, tiveram o cuidado de lembrar aos romanos, como parte de sua argumentação, que Eneias havia feito escala em Delos em sua viagem rumo ao Ocidente. Na Itália, Dionísio de Halicarnasso estava convencido de ter visto o túmulo de Eneias, ou pelo menos um antigo memorial em sua homenagem, na cidade de Lavínio, não muito longe de Roma: “vale a pena vê-lo”, observou. Havia ainda uma história popular segundo a qual, entre os objetos preciosos mantidos no templo da deusa Vesta no Fórum romano — onde sacerdotisas virgens, como Reia Sílvia, da lenda de Rômulo, guardavam a chama sagrada que supostamente nunca havia se extinguido —, estava a própria estátua da deusa Palas Atena, que Eneias havia trazido de Troia. Ou pelo menos era o que dizia uma história romana. Havia vários candidatos rivais que alegavam ter resgatado essa famosa imagem, e um bom número de cidades por todo o mundo grego alegava possuir a verdadeira.

Desnecessário dizer que a história de Eneias é também um mito, tanto quanto a de Rômulo. Mas os estudiosos romanos quebraram a cabeça em cima da relação entre essas duas lendas fundadoras e gastaram montanhas de energia tentando trazê-las para um alinhamento histórico. Será que Rômulo era filho, ou talvez neto, de Eneias? E se Rômulo fundara Roma, como poderia Eneias também ter feito isso? A maior dificuldade é que havia um desconfortável intervalo entre o século VIII a.C., data que os romanos atribuíam à origem de sua cidade, e o século XII a.C., data atribuída para a queda de Troia (também considerado um evento histórico). Por volta do século I a.C., alcançou-se alguma espécie de coerência com a construção de uma complexa árvore genealógica, que ligou Eneias a Rômulo, e com a definição das datas "exatas": Eneias passou a ser visto como o fundador não de Roma, mas de Lavínio; seu filho Ascânio foi posto como fundador de Alba Longa — a cidade de onde Rômulo e Remo foram expulsos antes de fundarem Roma; e construiu-se uma dinastia obscura e, mesmo para os padrões romanos, flagrantemente ficcional de reis albanos, para cobrir o intervalo entre Ascânio e a data mágica de 753 a.C. É essa a versão que Lívio endossa.

A afirmação central da história de Eneias é a que faz eco, ou melhor, a que exagera o tema subjacente do asilo de Rômulo. Enquanto este acolhe todos os que chegam à sua nova cidade, a história de Eneias vai além, e afirma que os "romanos" na realidade eram originalmente "estrangeiros". É um paradoxo na identidade nacional, que permanece em visível contraste com os mitos de fundação de muitas cidades gregas, como Atenas, que via sua população original

como tendo brotado milagrosamente do próprio solo de sua terra natal. E há outras variantes do relato das origens de Roma que repetidamente enfatizam esse aspecto estrangeiro. Num episódio da *Eneida*, o herói visita o local da futura cidade de Roma e já a encontra ocupada por primitivos predecessores dos romanos. E quem são eles? São um grupo de colonizadores sob um certo rei Evandro, eLivros da terra da Arcádia, no Peloponeso grego. A mensagem é clara: por mais longe que você vá, os habitantes de Roma serão sempre de algum outro lugar.

Essa mensagem é resumida de modo mais esclarecedor em uma estranha etimologia registrada por Dionísio, entre outros. Os intelectuais gregos e romanos eram fascinados por derivações de palavras, e tinham a convicção de que isso dava a chave, não só da origem da palavra, mas também do seu significado essencial. Às vezes estavam corretos em suas análises, mas também cometiam erros extravagantes, e com frequência reveladores, como neste caso. Dionísio, num ponto inicial de sua história, reflete sobre outro grupo de habitantes, ainda mais primitivos, do local que veio a se tornar Roma: os aborígenes. A derivação dessa palavra deveria ter sido de uma obviedade gritante: seria o povo que estivera ali "desde o início" (*ab origine*). Dionísio, para sermos justos, chega a levantar essa explicação como possibilidade, mas dá igual ou maior peso à noção improvável de que a palavra deriva não de *origo*, mas do latim *errare* ("vagar"), e que originalmente teria sido grafada como *aberrigines*. Conclui ele então que esse povo seria composto, em outras palavras, por "vagabundos sem moradia fixa".

A ideia de que estudiosos antigos pudessem ficar cegos diante da etimologia obviamente correta que tinham bem à frente de seus olhos, em favor de uma ideia estapafurdia de que *aborígines* derivava de “vagar”, lançando mão de uma tendenciosa ortografia alternativa, não reflete uma suposta obtusidade. Mostra apenas o quanto estava entranhada a ideia de que “Roma” sempre havia sido um conceito etnicamente fluido, e que os “romanos” sempre haviam estado em movimento.

Escavações da Roma primordial

As várias histórias sobre Rômulo e os outros fundadores nos dizem muito sobre como os romanos viam sua cidade, seus valores e suas deficiências. Mostram também como os estudiosos romanos debatiam sobre o passado e estudavam sua história. Mas não nos dizem nada, ou na realidade muito pouco, sobre aquilo que eles defendem: ou seja, como era a Roma primordial, que processos a levaram a se tornar uma comunidade urbana e quando isso aconteceu. Um fato é óbvio: Roma já era uma cidade muito velha quando Cícero foi cônsul em 63 a.C. Mas se não sobreviveu literatura do período da fundação e não é possível confiar nas lendas, como iremos acessar qualquer informação sobre as origens de Roma? Existe alguma maneira de lançar luz sobre os primeiros anos da pequena cidade junto ao Tibre que se tornou um Império mundial?

Por mais que tentemos, é impossível construir uma narrativa coerente que substitua as lendas de Rômulo e Eneias. E também é muito difícil fixar datas precisas para as primeiras fases da história romana. Mas é possível começar a ter

uma ideia melhor do contexto geral em que a cidade se desenvolveu, e desfrutar de alguns vislumbres surpreendentemente nítidos desse mundo (e alguns deles ainda bastante esquivos).

Uma maneira de fazer isso é desviarmo-nos das histórias da fundação e procurarmos pistas na língua latina ou nas posteriores instituições romanas, que possam remeter à Roma primordial. A chave aqui é aquilo muitas vezes chamado, de modo simplista e equivocado, de “conservadorismo” da cultura romana. Roma não era mais conservadora do que a Grã-Bretanha do século XIX. Em ambos os lugares, inovações radicais floresciam em diálogo com todo tipo de tradições e retóricas ostensivamente conservadoras. No entanto, a cultura romana de fato estava marcada por uma relutância radical em descartar suas práticas passadas, tendendo a preservar todo tipo de “fósseis” — nos rituais religiosos ou na política, ou onde quer que fosse — mesmo quando seu sentido original já havia se perdido. Como um escritor moderno colocou muito bem, os romanos eram como aquelas pessoas que compram todo tipo de novidades em equipamento de cozinha, mas não conseguem se desfazer de seus utensílios antigos, que continuam a atravancar o lugar embora nunca sejam usados. Estudiosos, modernos e antigos, com frequência têm suspeitado de que alguns desses fósseis, ou utensílios antigos, sejam uma importante evidência das condições da Roma primordial.

Um bom exemplo é um ritual que tinha lugar na cidade todo ano em dezembro, conhecido como Septimontium [Sete colinas]. O que acontecia nessa celebração não é muito claro, mas um erudito romano observou que

“Septimontium” era o nome de Roma antes de se tornar “Roma”, e outro deu uma lista das “colinas” envolvidas nesse festival: Palatium, Velia, Fagutal, Subura, Cermalus, Oppius, Caelius e Cispius (mapa 2). O fato de serem oito nomes sugere que houve alguma confusão. Mas, voltando ao cerne da questão, a excentricidade dessa lista (Palatium e Cermalus são partes da colina que geralmente se conhece como Palatino), aliada ao fato de que “Septimontium” foi a predecessora de “Roma”, levantou a possibilidade de que esses nomes pudessem refletir locais de vilas separadas que precederam a cidade já totalmente formada. E a ausência na lista de duas colinas óbvias, Quirinal e Viminal, fez com que alguns historiadores fossem além. Escritores romanos regularmente se referiam a essas duas colinas como *colles* em vez do termo latino usual *montes* (o sentido das duas palavras é mais ou menos o mesmo). Será que essa distinção aponta para duas comunidades linguísticas separadas em algum momento da história inicial de Roma? Estaríamos lidando — para forçar o argumento um pouco mais — com alguma versão dos dois grupos que estão expressos na história de Rômulo, os sabinos associados aos *colles*, os romanos aos *montes*?

É bem provável que sim. Resta pouca dúvida de que o Septimontium esteja de algum modo relacionado com o passado distante de Roma. Mas exatamente de que modo, e quão distante seria esse passado, é muito difícil saber. Os argumentos não são mais consistentes do que os fiz parecer, talvez até menos. Por que deveríamos, afinal de contas, acreditar na afirmação de um erudito romano de que Septimontium era o antigo nome da cidade? Podia muito bem ser

também um palpite qualquer para explicar uma cerimônia arcaica que ele viu com quase a mesma perplexidade que nós. E a insistência em duas comunidades parece também suspeita, movida pelo desejo de trazer pelo menos alguma parte da lenda de Rômulo para o lado da "história".

Muito mais tangível é a evidência da arqueologia. Se você escavar bem fundo na cidade de Roma, abaixo dos monumentos antigos visíveis, verá que restaram poucos vestígios de algum assentamento primitivo. Debaixo do próprio Fórum há restos de um velho cemitério, que causaram furor ao serem descobertos, no início do século XX. Alguns dos mortos haviam sido cremados, com suas cinzas guardadas em urnas simples, junto com canecas e vasos que originalmente continham comida e bebida (a um dos homens haviam sido dadas pequenas porções de peixe, carneiro e carne de porco — e possivelmente um pouco de mingau). Outros estavam enterrados em caixões de carvalho feitos de um tronco escavado. Uma menina, de uns dois anos de idade, havia sido colocada em seu túmulo usando um vestidinho de contas e um bracelete de marfim. Achados similares foram feitos em outros locais por toda a cidade antiga. Bem abaixo de uma das grandes mansões posteriores do monte Palatino, estão as cinzas de um jovem, enterrado com uma lança em miniatura, talvez um símbolo de sua ocupação.

Os mortos e enterrados são, com frequência, mais proeminentes do que os vivos no registro arqueológico. Cemitérios implicam a existência de uma comunidade, e presume-se que serão encontrados vestígios dela nos grupos de cabanas, cujos tênues contornos têm sido detectados debaixo de várias partes da

cidade posterior, incluindo o Palatino. Temos pouca noção de qual seria a feição dessas cabanas (além do fato de serem feitas de madeira, barro e palha), e menos ainda do estilo de vida que elas abrigavam. Mas podemos preencher certas lacunas examinando os arredores imediatos de Roma. Uma dessas estruturas antigas mais bem preservadas, e escavada com grande cuidado, foi achada em Fidenae, alguns quilômetros ao norte da cidade, na década de 1980. É uma construção retangular, com cerca de 6 m × 5 m, feita de madeira (carvalho e olmo) e terra batida — a chamada construção *pisé de terre*, ainda em uso até hoje —, com um pórtico tosco em volta, formado pelo telhado sobressalente. Dentro havia um forno central, alguns jarros de cerâmica para armazenamento (e outro menor, que parece ter sido um recipiente para terra de vaso) e vestígios de alguns gêneros alimentícios bastante previsíveis (cereais e favas) e de animais domésticos (carneiros, cabras, vacas e porcos). A descoberta mais surpreendente em meio ao entulho foi a dos restos de um gato, que morreu (talvez estivesse amarrado) em um incêndio que destruiu a construção. Ganhou fama como o mais antigo gato doméstico de que se tem notícia na Itália.

Há aqui claros indícios de vida, desde a menina no túmulo com seu melhor vestido até o pobre “caçador de ratos” que ninguém tirou da coleira quando o fogo ardeu. A questão é o que esses indícios acrescentam. Os restos arqueológicos certamente demonstram que existe uma longa e rica pré-história por trás da antiga Roma que conhecemos, mas quão longa é outra questão.

12. Uma típica urna de cremação dos primeiros cemitérios de Roma e áreas adjacentes. Na forma de cabanas simples, essas casas para os mortos são uma das melhores pistas a respeito da aparência e das acomodações dos vivos.

Parte do problema são as condições da escavação na própria cidade. O local onde está Roma foi palco de construções tão intensivas ao longo dos séculos que só encontramos esses vestígios de uma ocupação anterior em pontos que por alguma razão não foram mexidos. Os alicerces escavados nos séculos I e II d.C. para erguer os vastos templos de mármore do Fórum eliminaram muito do que havia sob a superfície; os porões e adegas dos palácios renascentistas obliteraram ainda mais outras partes de Roma. Portanto, temos apenas clarões, nunca um quadro completo. Isso é arqueologia em seu grau mais difícil e — embora novos fragmentos de evidência surjam o tempo todo — sua interpretação e sua reinterpretação são quase sempre contestadas e muitas vezes controversas. Por exemplo, debate-se atualmente se os fragmentos de pau a pique encontrados em escavações no Fórum em meados do século XX indicam que havia ali também um antigo assentamento de cabanas — ou se eles foram inadvertidamente introduzidos naquele espaço como parte do entulho usado

alguns séculos mais tarde para prover uma nova superfície elevada para a área. Ressalte-se que, embora adequado para um cemitério, este teria sido um lugar úmido e pantanoso demais para uma vila.

A datação precisa é ainda mais controversa; daí meu uso intencionalmente vago da palavra "antigo" nas últimas páginas. É sempre bom enfatizar que não há uma data independente certa para os materiais arqueológicos da Roma primordial ou para a área em torno dela, e que ainda se discute muito sobre a idade de quase todo grande achado. Foram consumidas décadas de trabalho ao longo do século XX — usando diagnósticos como a cerâmica feita com roda girante (supondo que é posterior à que é feita à mão), a presença ocasional nos túmulos de cerâmica grega (cuja datação é avaliada de maneira mais precisa, mas ainda não perfeitamente) e a cuidadosa comparação entre um sítio arqueológico e outro — para produzir um esboço de esquema cronológico cobrindo o período que vai de 1000 a 600 a.C.

Em termos básicos, os enterros mais antigos no Fórum devem ter ocorrido por volta de 1000 a.C., as cabanas no Palatino são de cerca de 750-700 a.C. (um número que tem o fascínio de estar bem próximo a 753 a.C., como muitos observaram). Mas mesmo essas datas estão longe de serem seguras. Métodos científicos recentes — como a "datação por radiocarbono", que calcula a idade de qualquer material orgânico medindo a quantidade residual de seus isótopos de carbono radiativo — têm sugerido que são todas "jovens" demais, em até cem anos. Para a cabana de Fidenae, por exemplo, definiu-se uma datação por volta de meados do século VIII a.C., segundo critérios arqueológicos tradicionais. Mas

isso é jogado para até o final do século IX a.C., quando nos baseamos no radiocarbono. Atualmente, as datações estão se deslocando, mais ainda que o usual; com isso Roma parece estar ficando cada vez mais velha.

Incontestavelmente, por volta do século VI a.C. Roma era uma comunidade urbana, com um centro e alguns edifícios públicos. Antes disso, para as fases mais antigas, temos suficientes achados esparsos relativos ao período central da Idade do Bronze (entre cerca de 1700 e 1300 a.C.) para sugerir que algumas pessoas moravam no local, em vez de simplesmente "passarem por ali". Quanto ao período intermediário, podemos ter relativa certeza de que vilas maiores se desenvolveram, provavelmente (a julgar pelo que ficou nos túmulos) com um grupo cada vez mais rico de famílias da elite; e que em algum momento estas se uniram em uma única comunidade cujo caráter urbano ficou claro por volta do século VI a.C. Não temos como saber ao certo quando os habitantes desses assentamentos esparsos passaram a se ver como uma única cidade. E não temos a menor ideia de quando foi que começaram a chamar essa cidade de Roma.

Mas a arqueologia não trata apenas de datas e origens. O material escavado na cidade, na área em torno dela e até mais para o interior, tem o que nos dizer sobre o caráter do antigo assentamento de Roma. Primeiro, ele tinha extensivos contatos com o mundo exterior. Já mencionei de passagem o bracelete de marfim da menina no cemitério e a cerâmica grega (feita em Corinto ou Atenas) que foram achados nas escavações romanas. Há também sinais de ligações com o norte, na forma de umas poucas joias e ornamentos em âmbar importado; não há pistas de como eles chegaram ao centro da Itália, mas indicam contatos, diretos

ou indiretos, com o Báltico. Roma Antiga, o quanto podemos remontar no tempo, tinha boas conexões, como Cícero intuiu ao enfatizar sua localização estratégica.

Em segundo lugar, havia similaridades, e algumas diferenças importantes, entre Roma e seus vizinhos. A península Itálica, entre 1000 e 600 a.C., era extremamente variada. Havia muitos povos independentes, com tradições culturais, origens e línguas diferentes. Os mais bem documentados são os assentamentos gregos no sul; cidades como Cumae, Taranto e Nápoles [Neapolis], fundadas a partir do século VIII a.C. por imigrantes de algumas das maiores cidades da Grécia — convencionalmente conhecidas como "colônias" mas que não eram "coloniais" no sentido moderno da palavra. Em todos os sentidos e propósitos, boa parte do sul da península e a Sicília pertenciam ao mundo grego, com uma literatura e tradições artísticas correspondentes. Não é coincidência que algumas das amostras mais antigas de escritos gregos que sobreviveram, talvez as mais antigas, tenham sido descobertas ali. É muito mais difícil reconstruir a história de qualquer um dos demais habitantes da península: os etruscos ao norte, passando pelos latinos e sabinos às portas de Roma até chegarmos ao sul, com os oscanos, que constituíam a população original de Pompeia, e os samnitas mais adiante. Nada de sua literatura, se é que tiveram alguma, sobreviveu, e para obter evidências deles dependemos inteiramente da arqueologia, de textos inscritos em pedra e bronze — às vezes compreensíveis, outras não — e de relatos romanos posteriores, muitas vezes tingidos pela supremacia romana; daí a imagem-padrão dos samnitas como rústicos, bárbaros,

não urbanizados e perigosamente primitivos.

Mas o que os achados arqueológicos sem dúvida nos mostram é que Roma em seus primórdios era na realidade bastante comum. O desenvolvimento, partindo de assentamentos esparsos até chegar a uma comunidade urbana, que quase podemos detectar em Roma parece ter acontecido mais ou menos na mesma época por toda a região vizinha ao sul. E os vestígios materiais nos cemitérios, na cerâmica local e nos broches de bronze, assim como em importações mais exóticas, também são ali bastante consistentes. No mínimo, o que tem sido descoberto em Roma é menos impressionante e menos sugestivo de riqueza do que descobertas feitas em outras partes. Não emergiu nada da cidade que se compare, por exemplo, aos achados em alguns túmulos extraordinários na vizinha Praeneste — embora isto também possa ser simplesmente falta de sorte ou, como alguns arqueólogos têm suspeitado, pode resultar do fato de alguns dos melhores achados das escavações realizadas no século XIX em Roma terem sido roubados e levados diretamente ao mercado de antiguidades. Uma das questões que deveremos abordar nos próximos dois capítulos é: quando foi que Roma deixou de ser comum?

O elo perdido

A questão final deste capítulo, no entanto, é se o material arqueológico deve ficar separado das tradições míticas de Rômulo e Remo, da forma como as apresentei aqui. Seria possível unir nossas investigações sobre a história mais antiga de Roma às histórias que os próprios romanos contaram, ou às suas

elaboradas especulações a respeito das origens da cidade? Será que podemos encontrar talvez um pouco mais de história no mito?

Essa é uma tentação sedutora que tem influenciado boa parte do trabalho moderno sobre a Roma Antiga, tanto o de historiadores como o de arqueólogos. Já falamos de uma tentativa de fazer com que o relato do Septimontium refletisse a natureza dual da cidade — romana e sabina —, enfatizada pelo mito de Rômulo. Recentemente, a descoberta de algumas antigas defesas de terra ao pé do monte Palatino desencadeou todo tipo de especulação desvairada para averiguar se seriam as mesma defesas que Remo teria saltado, o que o levou à morte no dia da fundação da cidade. Isso é fantasia arqueológica. Sem dúvida, algumas obras de terra foram descobertas, por si só importantes — embora o modo como isso poderia se relacionar com o assentamento de cabanas no alto do Palatino seja nebuloso. Tais obras não têm nenhuma relação com os ficcionais personagens Rômulo e Remo. E as tentativas de "manipular" a datação da estrutura e os achados a ela associados para que coincidam com o dia 21 de abril de 753 a.C. (estou exagerando, mas só um pouco) são especialmente forçadas.

Existe apenas um lugar em toda a cidade de Roma onde é possível relacionar os vestígios de material antigo diretamente com a tradição literária. Ao fazer isso, descobrimos, em vez de concordância e harmonia entre os dois, uma lacuna ampla e intrigante. A localização é numa das extremidades do Fórum, perto das encostas do Capitólio, a alguns minutos de caminhada de onde Cícero fez seus ataques a Catilina no templo de Júpiter Stator, e bem perto da plataforma principal (ou *rostra*), local de onde os oradores se dirigiam ao povo. Ali, antes

do final do século I a.C., no pavimento do Fórum, foi colocada uma série de placas de pedra preta bem visível, formando um retângulo com cerca de 4 m × 3,5 m, delimitado por uma borda de pedra rebaixada.

Na virada do século XIX para o XX, o arqueólogo Giacomo Boni — à época, uma celebridade à altura de Heinrich Schliemann, o descobridor de Troia, mas sem a sua dúbia reputação por fraude — escavou por baixo da pedra preta, e encontrou vestígios de algumas estruturas bem mais antigas. Entre elas, um altar, uma parte de uma grande coluna única e um pilar curto de pedra, coberto por inscrições, a maior parte ininteligíveis, em latim arcaico, provavelmente um dos textos mais antigos já encontrados dessa língua. O lugar havia sido intencionalmente incendiado, e estava repleto de achados, tanto extraordinários como corriqueiros, desde taças em miniatura, contas e pedras de jogar até algumas finas peças atenienses de cerâmica decorada do século VI a.C. A explicação mais óbvia que se poderia dar, a julgar pelo que se encontrou, que parecia incluir oferendas religiosas, é que se tratava de um antigo santuário, possivelmente do deus Vulcano. Ele foi coberto quando se repavimentou o Fórum em algum momento do século I a.C. — mas a pedra preta foi colocada em cima para preservar a memória do local sagrado embaixo.

Escritores romanos posteriores conheciam bem a pedra preta e tinham várias ideias a respeito do que significava. “A pedra preta”, escreveu um deles, “marca um lugar desafortunado.” E sabiam que havia algo muito antigo embaixo dela: não um santuário religioso, como os arqueólogos estão relativamente seguros que era, mas um monumento ligado a Rômulo e sua família. Vários achavam

que era o túmulo de Rômulo; outros, talvez considerando que se Rômulo se tornara um deus não deveria na realidade ter nenhum túmulo, achavam que deveria ser o túmulo de Fáustolo, pai adotivo de Rômulo e Remo; outros ainda diziam ser o túmulo de um dos companheiros de Rômulo, Hostilius, o avô de um dos posteriores reis de Roma.

Sabiam também, seja porque o tivessem visto antes de ser coberto ou então por ouvir dizer, que havia lá embaixo uma inscrição. Dionísio registra duas versões a respeito: o epitáfio de Hostilius, “documentando sua bravura”, ou uma inscrição “registrando seus feitos”, colocada após uma das vitórias de Rômulo. Mas certamente não é nenhuma das duas. Nem era, como Dionísio afirma, “escrita em letras gregas”: trata-se de latim arcaico autêntico. Mas constitui um exemplo maravilhoso do quanto e também do quão pouco os historiadores romanos conheciam a respeito do próprio passado enterrado — e do muito que desejavam imaginar vestígios de Rômulo ainda presentes na superfície de sua cidade, ou logo abaixo dela.

13. Um diagrama dos restos do antigo santuário escavado por Giacomo Boni sob a pedra preta do Fórum. À

esquerda, um altar (uma estrutura em forma de U, encontrada também em outras partes da Itália nesse período). Logo à direita, o que restou da coluna, e pouco visível atrás dela o pilar com as inscrições.

O que esse texto diz na realidade — pelo menos o que podemos captar do seu sentido — nos leva à próxima fase da história romana e à série de reis quase que igualmente míticos que se supõe terem sucedido Rômulo.

Capítulo 3
Os reis de Roma

Escrito na pedra

A inscrição descoberta em 1899 sob a pedra preta do Fórum contém a palavra “rei”, ou em latim *rex*: *RECEI*, como aparece na forma arcaica da língua usada lá. Essa única palavra é responsável pela fama da inscrição e mudou a maneira pela qual a história da Roma Antiga vem sendo entendida desde então.

O texto é em muitos aspectos extremamente frustrante. É incompleto, já que o terço superior do pilar não sobreviveu. É quase incompreensível. O latim já é por si só difícil o bastante, mas a parte faltante torna quase impossível entender completamente o sentido. Mesmo que possamos ter certeza de que ele não marca o túmulo de Rômulo — ou de outro qualquer —, as interpretações geralmente não são muito mais do que louváveis tentativas de alinhar em algum sentido vago as palavras que podem ser reconhecidas na pedra. Uma teoria moderna digna de menção diz que se tratava de uma advertência para que não se deixasse animais soltarem excrementos perto do santuário — o que deveria representar um mau presságio. Também é muito difícil descobrir sua idade. A única maneira de datar o texto é comparando sua língua e escrita com o punhado de outros

exemplos sobreviventes do latim arcaico, a maior parte também de datação incerta. As sugestões de data têm variação de trezentos anos, de cerca de 700 a 400 a.C. O frágil consenso atual diz que a inscrição é da segunda metade do século VI a.C.

14. Seria fácil interpretar erradamente a inscrição arcaica no pilar escavado sob a pedra preta como se fosse grego, e foi isso que fizeram alguns observadores. Na verdade está em latim arcaico, com letras muito similares às do alfabeto grego, e dispostas no estilo chamado *boustrophedon* (“arado de boi”): ou seja, as linhas são lidas alternadamente da esquerda para a direita e vice-versa.

Apesar de todas essas incógnitas, os arqueólogos instantaneamente compreenderam que o identificável *RECEI* — declinação do dativo, cujo significado é “para o rei, em favor do rei” — confirmava o que os próprios escritores romanos haviam dito: que por dois séculos e meio, até o fim do século VI a.C., a cidade de Roma esteve sob o controle de “reis”. Lívio, entre outros, fala de uma sequência-padrão de seis monarcas que sucederam Rômulo, cada um com um pacote diferente de realizações ligado ao seu nome.

Suas brilhantes histórias — com um elenco de apoio de heroicos guerreiros

romanos, rivais assassinos e rainhas maquinadoras — ocupam a segunda parte do primeiro livro da *História*, de Lívio. Depois de Rômulo, governou Numa Pompílio [Numa Pompilius], de temperamento pacífico, que criou a maior parte das instituições religiosas de Roma; seguido por Túlio Hostílio [Tullus Hostilius], um renomado instigador de guerras; depois veio Anco Márcio [Ancus Marcius], fundador do porto marítimo romano em Ostia, "Foz do Rio"; na sequência Tarquínio Prisco [Tarquinius Priscus], ou "Tarquínio, o Velho", que criou o Fórum romano e os Jogos Circenses; foi seguido por Sérvio Túlio [Servius Tullius], reformador político e inventor do censo romano; e, finalmente, Tarquínio Soberbo [Tarquinius Superbus], ou "Tarquínio, o Orgulhoso", ou, talvez melhor, "o Arrogante". Foi o comportamento tirânico desse segundo Tarquínio, e de sua família, que causou a revolução, com o fim da monarquia e o estabelecimento da "liberdade" e da "República livre de Roma". Era um autocrata paranoico que eliminava seus rivais sem piedade e explorava o povo romano de forma cruel, obrigando-o a trabalhar em seus fanáticos projetos de construção. E o terrível ponto de ruptura se fez presente, como em várias outras oportunidades na história romana, com um estupro — o da virtuosa Lucrécia por um dos filhos do rei.

15. Nesta pintura, “O Julgamento dos Horácios” (1784), Jacques-Louis David retrata uma lenda do reinado de Túlio Hostílio, quando Roma entrou em guerra com a vizinha Alba Longa. Dois grupos de três homens, um trio de cada lado, concordaram em se enfrentar em nome de suas comunidades. Aqui David imagina os Horácios de Roma recebendo suas espadas do pai. Um deles voltaria para casa vitorioso, mas acabaria matando a irmã (aqui vista aos prantos), noiva de um dos três inimigos. Era uma história que para os romanos, tanto quanto para os franceses do século XVIII, celebrava o patriotismo e também questionava o preço a se pagar por ele.

Pesquisadores cautelosos no século XIX nutriam sérias dúvidas a respeito do valor histórico desses relatos sobre os reis romanos. Argumentavam que dificilmente haveria mais evidências seguras a respeito desses governantes do que sobre o lendário Rômulo: a tradição toda se baseava em rumores confusos e numa má compreensão do mito — sem falar nas fantasias propagandísticas de muitas das últimas famílias da elite de Roma, que regularmente manipulavam ou inventavam a “história” da cidade primordial de modo a dar aos seus ancestrais um papel glorioso. Faltava um pequeno passo, passo esse que muitos notáveis

historiadores deram na época, para chegar à conclusão de que o "período real" romano, como se costumava chamá-lo então, nunca existira; que aqueles famosos reis eram invenções; que a verdadeira história da Roma primordial estava totalmente perdida para nós.

O *RECEI* na inscrição de Boni conseguiu desafiar esse ceticismo radical. Nenhuma argumentação (por exemplo, que *rex* aqui se refere a uma autoridade religiosa posterior de mesmo nome, mas que não era rei no sentido técnico) poderia alterar o que agora parecia inegável: que Roma por um tempo havia sido uma espécie de monarquia. A descoberta mudou a natureza do debate sobre a história de Roma Antiga, embora, é claro, tenha levantado outras questões.

Mesmo agora, essa inscrição coloca a ideia dos reis romanos no centro das atenções e levanta a questão do sentido que uma monarquia poderia ter tido no contexto de uma pequena comunidade arcaica de poucos milhares de habitantes, vivendo em cabanas de taipa em um grupo de colinas perto do rio Tibre. A palavra "rei" quase certamente implica algo muito mais formal e grandioso do que aquilo que talvez estejamos contemplando. Mas havia muitas maneiras pelas quais os romanos posteriores viam ou imaginavam seus primeiros governantes. De um lado, após a dramática queda de Tarquínio Soberbo, os reis foram objeto de ódio pelo restante da história romana. A acusação de querer ser *rex* era uma sentença de morte política para qualquer romano; e nenhum imperador jamais permitiria ser chamado de rei, embora muitos observadores cínicos se perguntassem qual seria a diferença. Por outro lado, os escritores romanos vinculavam as origens de muitas de suas instituições políticas e religiosas mais

significativas ao período real: se, na narrativa lendária, a cidade havia sido concebida sob Rômulo, a sua gestação ocorrera sob os reis, de Numa ao segundo Tarquínio. Mesmo sendo abominados, os reis eram creditados como criadores de Roma.

Esse período real se insere nessa intrigante fronteira entre mito e história. Os reis sucessores parecem mais reais do que o fundador. No mínimo, têm nomes que soam reais, como “Numa Pompílio”, ao contrário do ficcional “Rômulo” ou “Senhor Roma”. No entanto, em suas histórias encontramos todo tipo de elementos flagrantemente míticos. Alguns dizem que Sérvio Túlio, assim como Rômulo, foi concebido de um falo que emergiu do fogo. Costuma ser difícil identificar que fatos podem estar contidos na narrativa ficcional que chegou a nós. Descartar os elementos obviamente fantásticos e supor que aquilo que sobrou representa um cerne histórico é justamente o tipo de abordagem simplista que os céticos do século XIX evitaram adotar, e com razão. Mito e história mostram-se muito mais inextricavelmente vinculados do que isso. Há todo um espectro de possibilidades e incógnitas entre os dois polos. Será que existiu alguém chamado Anco Márcio, mas que não fez nada do que lhe foi atribuído? Ou essas coisas não foram obra de Anco, mas de alguma outra pessoa, ou pessoas, cujo nome se desconhece? E assim por diante.

No entanto, é claro que por volta do final do período real — digamos, no século VI a.C., embora a datação precisa continue sempre difícil — começamos a adentrar um terreno um pouco mais firme. Como sugerem as importantes descobertas de Boni, torna-se então plausível, pela primeira vez, estabelecer

certas ligações entre as histórias que os romanos contaram sobre seu passado, os vestígios arqueológicos obtidos em campo e uma narrativa histórica, no sentido contemporâneo do termo. Além disso, conseguimos até mesmo ter um vislumbre de partes dessa história do ponto de vista dos vizinhos e inimigos de Roma. São as façanhas de Sérvio Túlio, quase com certeza, o que aparece numa série de pinturas descobertas num túmulo da cidade etrusca de Vulci, 110 quilômetros ao norte de Roma. Datadas de meados do século IV a.C., elas são a evidência mais antiga, em várias centenas de anos, de que dispomos. Entender a história de Roma nesse período depende em parte de explorar os poucos e preciosos fragmentos de evidência que temos; como faremos em breve.

Reis ou chefes?

Os céticos do século XIX têm boas razões para duvidar dos relatos romanos que sobreviveram sobre o período dos reis. Há todo tipo de informação sobre os reis que não faz muito sentido, e o mais óbvio é a sua cronologia. Mesmo imaginando que esses reis tivessem vidas saudáveis com durações incomuns, é impossível fazer com que sete reis, Rômulo incluído, cubram mais de 250 anos — de meados do século VIII ao final do século VI a.C. —, que é o que os escritores romanos fazem. Isso significaria que cada um deles teria reinado, em média, por mais de três décadas. Nenhuma monarquia moderna igualou esse nível consistente de longevidade.

A solução mais rápida para esse problema é, ou supor que o período dos reis foi realmente mais curto do que os romanos calcularam, ou propor que houve

mais reis do que os que aparecem no registro (como iremos descobrir, há um par de candidatos potenciais a “monarcas perdidos”). Mas também é possível que a tradição escrita que temos para esse período seja fundamentalmente mais enganosa do que essas soluções simples sugerem e que, seja qual for a cronologia, o caráter dessa monarquia romana fosse na realidade diferente do que Lívio e outros escritores romanos deixam implícito.

O maior problema é que os antigos historiadores de Roma tendiam de modo sistemático a modernizar o período dos reis e engrandecer suas realizações, como se vissem tais reis sob alguma lente de aumento patriótica. Segundo seus relatos, os primeiros romanos já confiavam em instituições como o Senado e as Assembleias do Povo, que eram parte da mobília institucional política da cidade meio milênio mais tarde; e ao fazerem o arranjo da sucessão de reis (que não era hereditária) seguiam complexos procedimento legais que envolviam a indicação de um *interrex* (um “inter-rei”), voto popular para o novo monarca e a ratificação pelo Senado. Além disso, as lutas de poder e as rivalidades que imaginavam ocorrer naqueles momentos de transição não teriam parecido fora de lugar na corte do imperador romano no primeiro século d.C. Na realidade, o relato de Lívio sobre os conluios e manobras após o assassinato de Tarquínio Prisco — quando sua maquinadora mulher Tanaquil escondeu cuidadosamente a morte dele até ter certeza de que o trono estaria assegurado para o seu amante, Sérvio Túlio — encontra paralelo nos conluios e manobras de Lívia, após a morte do imperador Augusto, em 14 d.C. É tão similar que alguns críticos suspeitaram que Lívio, que escrevia na década de 20 a.C., talvez só pudesse ter concluído esse

trecho de sua *História* depois de 14 d.C., e que teria baseado sua descrição nos acontecimentos daquele ano.

As relações romanas com povos vizinhos são descritas em uma escala similarmente grandiosa, incluindo tratados, embaixadores e declarações formais de guerra. Suas lutas também são apresentadas como se envolvessem confrontos em larga escala entre poderosas legiões romanas e igualmente poderosos inimigos: lemos sobre a cavalaria desferindo cargas contra os flancos do oponente, a infantaria sendo forçada a recuar, o adversário sendo levado à confusão… e vários outros clichês (ou verdades) das batalhas antigas. Na realidade, esse tipo de linguagem se insinua em relatos modernos do período, muitos dos quais se referem sem hesitar a questões como “a política externa” de Roma no século VII e VI a.C.

Neste ponto, é fundamental checar a realidade. Por mais que se escolha descrever de outra forma a comunidade urbana dos primeiros romanos, ela permanece em algum lugar do espectro entre minúscula e pequena. Sabe-se que é difícil avaliar as dimensões da população quando se trata de pré-história, mas o melhor palpite é que a população “original” de Roma — seja qual for o momento a partir do qual o pequeno agregado de assentamentos começou a se enxergar como “Roma” — chegava no máximo a alguns milhares. Na época em que o último rei foi destronado, por volta do fim do século VI a.C., segundo os cálculos modernos padrão, estamos provavelmente lidando com algo em torno de 20 mil ou 30 mil habitantes. Isso é apenas uma estimativa aceitável baseada no tamanho do lugar, na quantidade de território que Roma provavelmente

controlava a essa altura e no porte da população que seria razoável esperar que ela abrigasse. Mas é algo muito mais provável do que os totais exagerados oferecidos pelos autores antigos. Lívio, por exemplo, cita o primeiro historiador romano, Quinto Fábio Pictor [Quintus Fabius Pictor], que escreveu aproximadamente em 200 a.C., e afirmou que ao final do período dos reis o número de cidadãos homens era de 80 mil, compondo uma população total de mais de 200 mil pessoas. Essa é uma cifra absurda para uma comunidade nova na Itália arcaica (não fica muito longe da população total dos territórios de Atenas e Esparta em seu auge, em meados do século V a.C.), e não há evidência arqueológica de nenhuma cidade de tal porte nessa época, embora o número pelo menos tenha, sem dúvida, a virtude de corresponder às visões engrandecedoras da Roma primitiva encontradas em todos os escritores antigos.

Desnecessário dizer que é impossível saber muito mais sobre as instituições desse pequeno assentamento protourbano. Mas a não ser que Roma fosse diferente de todas as demais cidades arcaicas do Mediterrâneo antigo (ou cidades antigas de qualquer outra parte), ela deve ter sido muito menos estruturada formalmente do que os relatos sugerem. Procedimentos complexos envolvendo um *interrex*, voto popular e ratificação pelo Senado são totalmente implausíveis nesse contexto; na melhor das hipóteses, são uma radical reescrita da história antiga em um idioma posterior. A atividade militar é outro aspecto importante. Aqui a geografia já será suficiente para nos ajudar. Basta olhar para o local dessas heroicas batalhas: foram todas travadas dentro de um raio de cerca de doze quilômetros da cidade de Roma. Apesar do estilo em que são narradas,

como se fossem miniversões de Roma contra Aníbal, eram provavelmente algo mais próximo, em nossos termos, de incursões para roubo de gado. Talvez nem tenham sido conflitos “romanos” no sentido estrito da palavra. Na maioria das comunidades primitivas, demorou muito tempo até que as várias formas de violência privada, desde a simples justiça e a vingança até a guerrilha, passassem de vez para o controle público. Conflitos de toda sorte costumavam ficar nas mãos de indivíduos e seus seguidores, equivalentes antigos do que poderíamos chamar de chefes guerreiros particulares; e havia uma distinção nebulosa entre o que era levado a efeito em nome do “Estado” e o que se fazia em nome de um líder poderoso qualquer. Esse era quase com certeza o caso de Roma em seus primórdios.

16. Esta inscrição do final do século VI ou início do século V a.C., descoberta em 1977 em local cerca de 65 quilômetros ao sul de Roma, é uma das melhores evidências de que havia uma milícia privada na cidade. É uma dedicatória ao deus Marte (aqui, no latim da época, indicado pela última palavra, “mamartei”) dos “suodales” de Publius Valerius (aqui, “popliosio valesiosio”, na primeira linha), talvez um dos semilendários cônsules no primeiro ano da República, Públio Valério Publícola [Publius Valerius Publicola]. Seus suodales (*sodales* em latim clássico) poderiam equivaler a seus “companheiros”, numa referência polida; de modo mais realista, talvez pudéssemos dizer que eram membros de seu “bando”.

Portanto, como ficam os reis e a palavra *rex* na inscrição do Fórum? *Rex* pode certamente significar “rei” no sentido moderno — um sentido que em termos gerais compartilhamos com os romanos do século I a.C. Assim como

nós, eles teriam em mente não só uma imagem do poder autocrático e de seus símbolos, mas também uma concepção teórica de monarquia como forma de governo, em contraste com, por exemplo, democracia ou oligarquia. É extremamente improvável que qualquer coisa desse tipo estivesse na mente dos homens que séculos atrás entalharam a pedra no Fórum. Para eles, *rex* teria indicado poder e proeminência individuais, mas de uma maneira muito menos estruturada e constitucional. Quando discutimos a realidade, e não tanto os mitos, desse período inicial da história de Roma, talvez seja melhor pensar em termos de chefes ou homens poderosos e não de reis, e imaginar um período de “comandantes” em vez de um período de “reis”.

Histórias relativas à fundação: religião, tempo e política

Para os escritores romanos, os reis que vieram depois de Rômulo eram uma continuidade do processo fundacional da cidade de Roma. Assim como Rômulo, esses governantes eram vistos como personagens históricos (mesmo que muitos escritores mais céticos duvidassem de algumas das histórias mais extravagantes contadas a respeito deles); mas, novamente, é óbvio que muito da tradição que chegou a nós, longe de ser a realidade, é uma fascinante projeção mítica sobre o passado distante de algumas prioridades e preocupações romanas. Não é difícil detectar muitos dos mesmos temas e ansiedades presentes na história de Rômulo. Dizia-se, por exemplo, que esses reis sucessores tinham as mais diversas procedências: Numa, assim como Tito Tácio, era sabino; Tarquínio Prisco era da

Etrúria e filho de um refugiado da cidade grega de Corinto; Sérvio Túlio era, segundo aqueles que rejeitavam a história do falo milagroso, filho de um escravo ou no mínimo de um prisioneiro de guerra (discutia-se muito sobre sua origem paterna, tanto que, de todos os generais vencedores listados no rol do Fórum, Sérvio era o único cujo nome do pai havia sido omitido). Embora alguns textos mostrem romanos — geralmente os “maus” dessas histórias — queixando-se de que estrangeiros ou gente reles estavam tirando-lhes seus direitos de nascença, a mensagem geral é inequívoca: mesmo nos postos mais altos da ordem política romana, considerava-se como “romanos” pessoas de qualquer parte; e os de baixa extração, mesmo ex-escravos, podiam chegar ao topo.

Roma na era dos reis continuou ainda dilacerada por cruentas guerras civis e conflitos entre famílias. Os períodos de sucessão mostraram-se perigosos e sangrentos. Dos sete reis, três supostamente haviam sido assassinados; um raio divino fulminou outro como punição por um erro religioso; e Tarquínio Soberbo foi expulso. Apenas dois morreram em seus leitos. Os filhos de Anco Márcio, ressentidos por terem sido preteridos para o trono, contrataram os assassinos de Tarquínio Prisco. Sérvio Túlio foi assassinado por razões similares por Soberbo, que estava mancomunado com a própria filha de sua vítima. Num gesto particularmente repulsivo, conta-se que a filha deliberadamente passou sobre o corpo do pai com sua carruagem, levando nas rodas o sangue do pai até sua casa. Esse tema certamente capta a ideia de que o conflito civil estava entranhado na política romana, mas também aponta para outra fissura na cultura política romana: a maneira pela qual o poder era transmitido. Vale notar que, mais de

meio milênio depois, a primeira dinastia dos novos autocratas, os imperadores, de Augusto a Nero, teve um número similar, ou mesmo pior, de mortes brutais, a maioria por assassinato, ou por suposto assassinato, com envolvimento da própria família.

O período dos reis, no entanto, fez mais do que simplesmente reprisar os problemas que Rômulo levantou. Para seguir a lógica da história, por volta do final do governo de Rômulo, a formação de Roma ainda estava a meio caminho. Cada um dos sucessores deu sua contribuição, assegurando assim que, quando a monarquia finalmente caiu, Roma estava equipada com a maioria das instituições características que a tornavam romana. Numa Pompílio e Sérvio Túlio receberam os créditos pelas mais significativas entre elas. Supõe-se que foi Sérvio Túlio quem concebeu o método de contar e classificar os romanos, conhecido como censo. Isso esteve no cerne do processo político da Roma Antiga por séculos, entronizando nele um princípio hierárquico fundamental: que os ricos tinham por direito mais poder que os pobres. Mas, antes dele, diz-se que Numa estabeleceu, mais ou menos sozinho, a estrutura da religião romana oficial e das instituições religiosas que fizeram perdurar sua marca, e seus nomes, bem além dos limites cronológicos deste livro. Na realidade, o título oficial dos papas católicos até hoje — *pontifex*, ou “pontífice” — deriva ou foi tomado de empréstimo do título de um dos sacerdotes supostamente instituídos por Numa.

Quando olhavam em retrospecto para a ascensão da sua cidade à posição dominante no Mediterrâneo e além dele, os romanos posteriores atribuíam seu

extraordinário sucesso não à mera proficiência militar. Argumentavam que haviam triunfado por terem os deuses a seu lado: sua devoção à religião garantira seu sucesso. E, revertendo o axioma, qualquer fracasso com que deparassem podia ser debitado a alguma falha em suas negociações com os deuses: podiam ter ignorado maus presságios, conduzido de modo equivocado um ritual-chave ou tratado com arrogância alguns preceitos religiosos. Vangloriavam-se de sua devoção quando tratavam de questões do mundo exterior. No início do século II a.C., por exemplo, quando um oficial romano escreveu à cidade grega de Teos, no litoral ocidental da moderna Turquia, garantindo a seus habitantes independência política (a curto prazo, pelo menos), levou essa mensagem para casa. Ainda podemos ler suas pomposas palavras inscritas num bloco de mármore exibido à cidade: "O fato de nós romanos termos, de modo absoluto e consistente, prestado reverência aos deuses como algo de suma importância está demonstrado nos favores que temos recebido deles por causa disso. Além do mais, temos certeza por muitas outras razões que nosso alto respeito pelo divino tem ficado evidente a todos". Em outras palavras, a religião subscrevia o poder romano.

Há alguns vislumbres disso na história de Rômulo. Além de consagrar o templo de Júpiter Stator, ele consultou os deuses para decidir onde deveria exatamente fundar a nova cidade: foi em parte devido a uma discordância a respeito de como interpretar os sinais divinos, observados no voo de alguns pássaros, que se instalou a disputa fatal entre Rômulo e Remo. Mas foi ao seu sucessor, o pacífico Numa, que se concedeu o papel de "fundador da religião

romana”.

Isso não fez de Numa uma figura sagrada na linha de Moisés, Buda, Jesus ou Maomé. A religião tradicional de Roma era significativamente diferente da religião como costumamos entendê-la hoje. O fato de haver hoje tantos vocábulos religiosos tomados de empréstimo do latim — como as palavras “religião” e “pontífice”, por exemplo — tende a obscurecer algumas das grandes diferenças entre a religião da Roma Antiga e a nossa. Em Roma, não havia doutrina como tal, nem qualquer livro sagrado, nem mesmo algo parecido com o que poderíamos chamar de um sistema de crenças. Os romanos *sabiam* que existiam deuses; eles não *acreditavam* neles no sentido interiorizado, familiar à maioria das religiões modernas. E a religião da antiga Roma tampouco se preocupava demasiadamente com a salvação pessoal ou com a moralidade. Em vez disso, concentrava-se na realização de rituais que tinham o propósito de manter em boa ordem as relações entre Roma e os deuses, assegurando assim sucesso e prosperidade. O sacrifício de animais era um elemento central na maioria desses rituais. Alguns eram tão bizarros que solapam mais do que qualquer outra coisa o estereótipo moderno dos romanos como convencionais e serenos: na festa da Lupercália, em fevereiro, por exemplo, homens jovens corriam nus pela cidade açoitando qualquer mulher que encontrassem pela frente (trata-se da festa recriada na cena de abertura da peça *Júlio César*, de Shakespeare). Em geral, era uma religião baseada em fazer, não em acreditar.

17. Cabeça de uma estátua de Virgem Vestal, do século II d.C., reconhecível por seu característico adereço na cabeça. As Vestais eram um dos poucos grupos de sacerdotisas da religião pública romana. Eram também um dos pouquíssimos grupos de oficiantes religiosas em tempo integral, que moravam "no emprego" em uma casa anexa ao templo da deusa Vesta, com sua lareira sagrada, no Fórum. Deviam manter o voto de castidade, sob pena de morte.

Em consonância com isso, a fundação de Numa teve dois aspectos diferentes mas relacionados. Por um lado, ele estabeleceu uma série de sacerdócios para desempenhar ou supervisionar os principais rituais, que incluíam, entre um elenco esmagadoramente masculino, as Virgens Vestais, com seu dever de manter acesa a chama da lareira sagrada da cidade no Fórum. Por outro lado, ele concebeu um calendário de doze meses, que servia como referência para o rol de festas anuais, dias santos e feriados. Um aspecto crucial de qualquer comunidade organizada é sua capacidade de estruturar o tempo, e em Roma foi Numa que recebeu os créditos pela invenção dessa estrutura. Além do mais, apesar de todo tipo de inovação e aprimoramento posterior, o calendário ocidental atual

continua como descendente direto dessa versão dos antigos romanos, como mostram os nomes que damos aos meses: todos eles são romanos. De tudo que imaginamos ter herdado da Roma Antiga, dos esgotos aos nomes de logradouros, ou aos ofícios da Igreja Católica, o calendário é provavelmente o mais importante e o que mais passa despercebido. É um nexo surpreendente entre aquele antigo período dos reis e o mundo atual.

Se existiu ou não alguém de nome Numa Pompílio é impossível saber; menos ainda se ele fez alguma das coisas que lhe são atribuídas. Os que estudam Roma discutiram sua carreira intensamente, aceitando alguns aspectos da tradição a respeito dele, mas rejeitando com firmeza outros. Ele não poderia ter sido, por exemplo, discípulo do filósofo grego Pitágoras, como afirmava uma história bastante popular e persistente; pois, argumentavam eles, em qualquer cronologia plausível, Pitágoras viveu mais de um século depois de Numa (ou, como reconhecemos hoje, no século VI e não no século VII a.C.). Mas, não importa o quanto Numa seja lendário ou no mínimo obscuro, uma coisa parece certa: alguma parte do calendário que se atribui a ele é fruto de um período arcaico da história de Roma.

Na realidade, a versão escrita de um calendário romano mais antiga de que dispomos — apesar de não ser anterior ao século I a.C. — aponta para aquela direção. É um sobrevivente extraordinário, que foi encontrado pintado em uma parede na cidade de Anzio [Antium], 55 quilômetros ao sul de Roma, e que oferece um vislumbre vívido, embora um pouco desconcertante, de como os romanos da época de Cícero configuravam seu ano. Nada na Roma Antiga seria

tão complexo quanto isso. Há sinais de todo tipo de desenvolvimentos ao longo dos séculos, incluindo algumas mudanças radicais na ordenação dos meses e no ponto de início do ano — se não, de que outro modo novembro e dezembro, significando literalmente “nono mês” e “décimo mês”, poderiam ter virado nesse calendário, e no nosso, o décimo primeiro e o décimo segundo meses? Mas há também algumas dicas de uma antiga genealogia nessa versão do século I a.C.

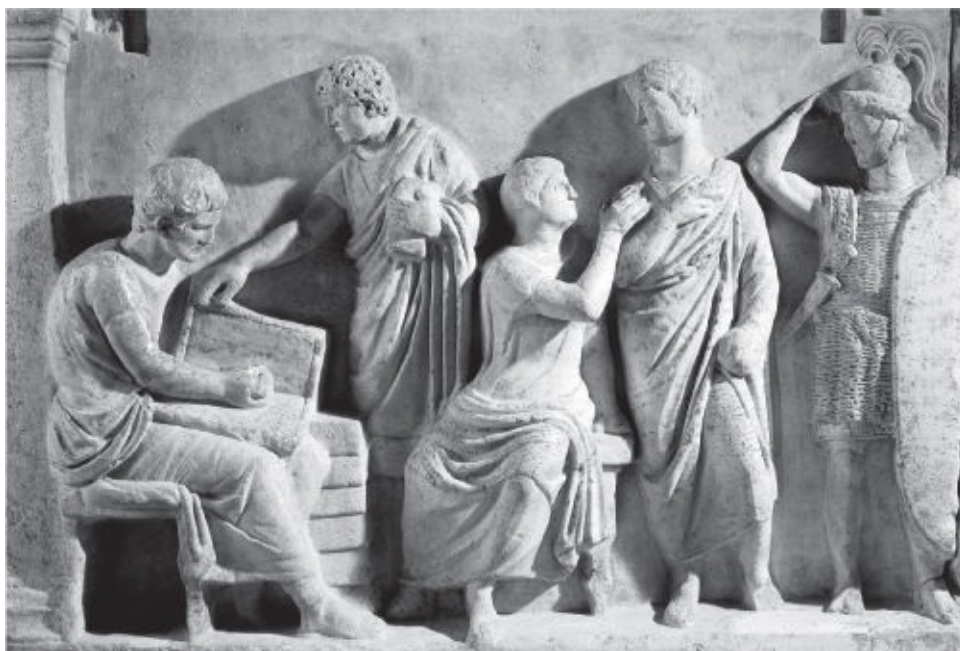
Seu sistema é basicamente o dos doze meses lunares, com um mês adicional (o distante precursor do nosso dia adicional no ano bissexto) inserido de tempos em tempos para manter esse calendário adequadamente alinhado com o ano solar. O maior desafio encarado pelos calendários primitivos em toda parte está no fato de que os dois sistemas naturais mais óbvios para a marcação do tempo são incompatíveis: ou seja, doze meses lunares, de lua nova a lua nova, somam apenas 354 dias; e não há como fazer isso corresponder de qualquer maneira prática aos 365¼ dias do ano solar, que é o tempo que a Terra leva para dar uma volta completa em torno do Sol. A saudável inserção de um mês adicional a cada poucos anos é apenas um método grosseiro, típico das primeiras tentativas para resolver o problema.

18. O mês de abril do calendário mais antigo que sobreviveu de Roma, encontrado pintado em uma parede de Anzio, ao sul de Roma. É um documento altamente codificado, arranjado em 29 dias de cima para baixo. Na coluna da esquerda, uma sequência de letras (A-H) designa um padrão regular de dias de feira. Na segunda coluna, mais símbolos de letras (C, F, N etc.) definem o status público do respectivo dia (por exemplo, C de *comitialis* indica que será realizada uma reunião nesse dia). As palavras à direita marcam as

festas individuais, a maioria tendo a ver de algum modo com a agricultura. A ROBIG(ALIA), por exemplo, dizia respeito a proteger os cultivos em crescimento da praga de cereais, a VINAL(IA) a uma nova vindima. Embora essa versão date apenas do século I a.C., seus princípios básicos são mais antigos.

Não menos revelador é o ciclo de festas religiosas que está registrado no calendário. O núcleo delas pode muito bem ter se originado no distante período dos reis. Certamente o foco de muitas delas, ao menos quanto somos capazes de reconstruir, era buscar o apoio dos deuses para preocupações sazonais, como o acasalamento dos animais e a agricultura: semeadura, colheita, coleta das uvas, armazenamento e assim por diante — exatamente as preocupações que teriam um peso enorme para uma pequena comunidade arcaica do Mediterrâneo. Seja lá o que essas festas significassem para a metrópole urbana no século I a.C., cujos habitantes, em sua maioria, pouco teriam a ver com rebanhos, manadas ou colheitas, elas provavelmente representavam um instantâneo das prioridades dos primeiros romanos.

Um conjunto de prioridades diferente se reflete nas instituições políticas atribuídas a Sérvio Túlio — que às vezes recebem hoje o inadequado título pomposo de “Constituição Sérvia”, em parte por terem sido tão fundamentais para o funcionamento da política romana posterior. Sérvio é tido como o primeiro a organizar um censo dos cidadãos romanos, classificando-os em diferentes categorias segundo suas riquezas. Porém, mais do que isso, ele vinculou essa classificação a duas outras instituições: o Exército romano e a organização das pessoas para votarem nas eleições. Os detalhes precisos mostram uma complexidade quase impenetrável e têm sido debatidos desde a

Antiguidade. Carreiras acadêmicas nasceram e se perderam na infrutífera pesquisa dos arranjos exatos supostamente implantados por Sérvio Túlio, e sua história subsequente. Mas seu esquema básico é suficientemente claro. O Exército deveria ser formado por 193 “centúrias”, diferenciadas segundo o tipo de equipamento que os soldados usavam; esse equipamento tinha relação com a classificação do censo, segundo o princípio de que “quanto mais rico você é, mais substancial e caro é o equipamento que você tem condições de obter”. A partir do topo, havia oitenta centúrias de homens da primeira classe, a mais rica, que lutavam com um kit completo de uma pesada armadura de bronze; abaixo desses vinham quatro outras classes, que usavam armaduras progressivamente mais leves, até chegarmos à quinta classe, de trinta centúrias, que lutavam apenas com atiradeiras e pedras. Além disso, acima dessas havia dezoito centúrias adicionais de cavalaria de elite, afora alguns grupos especiais de engenheiros e músicos, e no nível mais baixo dessa hierarquia de importância havia uma única centúria dos mais pobres, isentos do serviço militar.

19. O censo romano. O detalhe de uma escultura do final do século II a.C. retrata o registro dos cidadãos. À esquerda, um oficial sentado anota a informação sobre a riqueza do homem que está em pé à sua frente. Embora o procedimento exato não seja inteiramente claro, a conexão com a organização militar está indicada pela presença do soldado à direita.

Acredita-se que Sérvio Túlio tenha usado essas mesmas estruturas como base de uma importante assembleia de votação do povo romano: a Assembleia das Centúrias (conhecida posteriormente como As Centúrias), que na época de Cícero se reunia para eleger as principais autoridades, como os cônsules, e votar leis e tomar decisões sobre a entrada em guerra de Roma. A cada centúria correspondia apenas um voto em bloco; e a consequência (ou intenção) era dar às centúrias dos ricos uma vantagem política esmagadora, intrínseca. Se permanecessem juntas, as oitenta centúrias da primeira classe dos mais ricos, mais as dezoito centúrias da cavalaria de elite, podiam superar em votos todas as demais classes juntas. Em outras palavras, um votante rico individualmente tinha muito mais poder de voto do que seus concidadãos mais pobres. Isso porque,

apesar do nome — que faz crer que cada uma era composta por cem homens (*centum*) —, as centúrias na realidade não tinham todas o mesmo tamanho. Os cidadãos ricos eram em número bem menor do que os pobres, mas ficavam distribuídos em oitenta centúrias, contra as vinte ou trinta das classes baixas, mais populosas, ou contra a única centúria do grupo dos muito pobres. O poder era conferido aos ricos, tanto em termos comunitários, como individualmente.

Examinando os detalhes, vemos que isso, além de terrivelmente complicado, é também anacrônico. Embora algumas das inovações atribuídas a Numa sejam plausíveis na Roma Antiga, essa questão do voto consiste de modo flagrante numa projeção para o passado de práticas e instituições romanas muito posteriores, o que inclui até a colocação de Sérvio Túlio como pai fundador. O complexo sistema de avaliação de propriedades ensejado pelo censo é inconcebível na cidade primordial; e as elaboradas estruturas da organização centurial, tanto no Exército quanto na Assembleia, são totalmente fora de proporção com o corpo de cidadãos do período dos reis e com o provável caráter de suas guerras (não era dessa forma que se conduzia um assalto a uma vila vizinha). Quaisquer que tenham sido as mudanças na maneira de lutar ou de votar instituídas sob algum “Sérvio Túlio”, elas não poderiam ter qualquer semelhança com o que a tradição romana afirmava.

No entanto, ao empurrarem tudo isso de volta para o período de formação de sua cidade, os escritores romanos estavam sublinhando a importância de algumas instituições e conexões cruciais da cultura política romana. No censo, ficava em destaque o poder do Estado sobre o cidadão, assim como o

compromisso característico das autoridades romanas com a documentação, contagem e classificação. Isso também apontava para uma tradicional conexão entre os papéis político e militar dos cidadãos, para o fato de que, no caso de várias centúrias, os cidadãos romanos eram também, por definição, soldados romanos, e para uma das suposições caras a muitos membros da elite romana: a de que a riqueza trazia não só responsabilidade política, mas também privilégios políticos. Cícero reflete exatamente isso quando resume os objetivos políticos de Sérvio Túlio em tom de aprovação: "Ele dividiu o povo desse modo para assegurar que o poder político ficasse sob o controle não da ralé, mas dos ricos, e achou uma maneira de fazer com que o maior número não detivesse o maior poder — um princípio ao qual devemos sempre aderir em política". Na realidade, esse princípio veio a ser vigorosamente contestado na política de Roma.

Reis etruscos?

Sérvio Túlio foi um dos três últimos reis de Roma, entre Tarquínio Prisco e Tarquínio Soberbo. Os estudiosos de Roma acreditavam que esses reis haviam governado a cidade no século VI a.C., até Soberbo ser finalmente deposto (segundo a maioria dos relatos) em 509 a.C. Como acabamos de ver, partes da narrativa desse período são tão mitológicas quanto a história de Rômulo. E há nos relatos tradicionais algumas impossibilidades cronológicas — ou, pelo menos, as costumeiras longevidades implausíveis. Mesmo alguns escritores antigos sentiram-se desconfortáveis com a ideia de que haveria, grosso modo,

150 anos entre o nascimento de Prisco e a morte de seu filho Soberbo, problema que eles às vezes tentavam solucionar sugerindo que o segundo Tarquínio seria neto, e não filho, do primeiro. No entanto, a partir dessa data, fica mais fácil alinhar alguns aspectos do que lemos em Lívio e em outros autores com o que tem sido descoberto em campo. Por exemplo, vestígios de um templo (ou templos) que parece remontar ao século VI a.C. foram escavados no local aproximado onde estudiosos de Roma de períodos posteriores afirmaram que Sérvio Túlio havia criado dois grandes santuários. Isso ainda está longe de permitir afirmar que “descobrimos os templos de Sérvio Túlio” (seja lá o que isso possa significar exatamente); mas há pelo menos uma crescente convergência entre as diferentes linhas de evidências.

Para os romanos, no entanto, duas coisas distinguiam esse grupo de reis de seus predecessores. Em primeiro lugar, a sua história particularmente sangrenta: Prisco foi assassinado pelos filhos de seu predecessor; Sérvio Túlio teve sua subida ao trono facilitada por um golpe palaciano arquitetado por Tanaquil e acabou assassinado por Soberbo. Em segundo lugar, havia a conexão etrusca. Para os dois Tarquínios, tratava-se de ancestralidade direta. Supõe-se que Prisco migrou para Roma vindo da cidade etrusca de Tarquínia, junto com a esposa etrusca, Tanaquil, para tentar a sorte — porque temia, segundo diz a história, que seu sangue estrangeiro, de pai grego, atrapalhasse sua carreira na cidade natal. Para Sérvio Túlio, a questão era mais o fato de ele ser o protegido dos etruscos Prisco e Tanaquil. Cícero diverge dos demais quando insinua que ele era filho ilegítimo de Prisco.

A questão que com frequência tem desconcertado os historiadores modernos é como explicar essa conexão etrusca. Por que foi dada a esses reis de Roma uma linhagem etrusca? Será que houve de fato um período em que a cidade foi controlada por reis etruscos?

Até aqui nos concentramos nos vizinhos de Roma ao sul, aqueles que desempenharam um papel nas histórias fundacionais de Rômulo e Eneias: os sabinos, por exemplo, ou a pequena cidade de Alba Longa, fundada pelo filho de Eneias e local de nascimento de Rômulo e Remo. Mas logo ao norte de Roma, estendendo-se para a atual Toscana, ficavam as terras centrais dos etruscos, os povos mais ricos e poderosos da Itália no período em que a primeira comunidade urbana de Roma ganhava forma. O plural (*etruscos*) é importante. Pois esses povos não formavam um único Estado, e sim um grupo de vilas e cidades independentes que partilhavam uma língua e uma cultura artística peculiar; a extensão de seu poder variou ao longo do tempo, mas em seu auge os assentamentos etruscos e sua influência eram encontrados até em Pompeia e além.

Os visitantes modernos dos sítios arqueológicos da Etrúria se encantam com a beleza do lugar. Os misteriosos cemitérios das cidades etruscas, com seus túmulos ricamente adornados, alimentaram a imaginação de gerações de escritores, pintores e turistas, de D. H. Lawrence ao escultor Alberto Giacometti. De fato, os estudiosos de Roma de períodos posteriores também souberam ver a Etrúria — depois que as cidades etruscas caíram uma por uma sob o domínio romano — não só como assunto de estudo intrigantemente exótico, mas também

como fonte de partes de seu próprio cerimonial, vestes e práticas religiosas. Mas certamente, no período da história mais antiga de Roma, esses “Lugares Etruscos”, para tomar emprestado o título de um livro de Lawrence, eram influentes, ricos e bem interconectados, de uma maneira que superava Roma de longe. Tinham laços comerciais fortes pelo Mediterrâneo e além dele, como podemos ver pelos achados arqueológicos de âmbar, marfim e até de ovos de avestruz em um dos sítios, assim como em todos os vasos atenienses clássicos ricamente decorados desencavados de túmulos etruscos — foram encontrados mais vasos desse tipo na Etrúria do que na própria Grécia. A base dessa riqueza e influência eram seus recursos minerais naturais. Havia tantos trabalhos em bronze nas cidades etruscas que em 1546 foram descobertas, só no sítio de Tarquínia, três toneladas de peças arqueológicas, depois fundidas para decorar a igreja de São João de Latrão, em Roma. Em escala menor, mas não menos significativa, análises recentes mostraram que uma peça de minério de ferro descoberta na ilha de Pitecusa (Ísquia), na baía de Nápoles, era originária da ilha etrusca de Elba. Para usar uma terminologia moderna, talvez fizesse parte de seu comércio de “exportação”.

20. Fragmentos de estátuas de terracota em tamanho natural do templo do século VI a.C., com frequência associado a Sérvio Túlio, mostram Minerva com seu protegido Hércules (reconhecido pela pele de leão em volta dos ombros). Os etruscos eram famosos por sua habilidade com a estatuária de terracota; aqui, a influência da arte grega também é clara — sugerindo os contatos de Roma com o mundo mais amplo.

21. Uma habilidade particular dos etruscos era a leitura de sinais enviados pelos deuses nas entranhas de animais sacrificados. Esse fígado de bronze (séculos II para III a.C.) era um guia para interpretar os órgãos das vítimas. O fígado está cuidadosamente mapeado, com os deuses correspondentes a cada parte claramente identificados, para ajudar a decifrar as marcas ou manchas particulares que pudessem ser encontradas ali.

A posição de Roma, na porta dos fundos da Etrúria, ajudou-a a conquistar riquezas e proeminência. Mas será que não havia algo mais sinistro a respeito desses reis etruscos? Um ponto de vista suspeito que a história das conexões etruscas dos dois Tarquínios e de Sérvio Túlio talvez encubra, é uma invasão e tomada de Roma pelos etruscos, provavelmente em seu caminho ao sul, conforme se expandiram pela Campânia. Ou seja, a tradição patriótica de Roma teria reescrito esse período ignominioso da história romana como se ele tratasse não da conquista, mas da migração individual de Tarquínio Prisco e sua subsequente ascensão à condição de rei. A verdade incômoda seria que Roma havia se tornado uma possessão etrusca.

Essa é uma ideia engenhosa, mas muito improvável. Para começar, embora haja claros vestígios de arte etrusca e outros produtos em Roma, e um punhado de inscrições na língua etrusca, não há nada nos registros arqueológicos que sugira uma grande tomada de poder: vínculos estreitos entre as duas culturas, sim; conquista, não. Mas, e talvez isso venha mais ao caso, esse modelo de “tomada de poder por um Estado” é inadequado para o tipo de relações que deveríamos vislumbrar entre essas comunidades vizinhas. Como já sugeri, tratava-se de um mundo de homens poderosos e chefes guerreiros: indivíduos dotados de poder que tinham relativa mobilidade entre as diversas cidades da

região, algumas vezes por meio de uma forma amistosa de mobilidade, outras não. Junto deles deve ter havido outros membros de seus bandos de milícias com igual mobilidade, comerciantes, artesãos viajantes e migrantes de todo tipo. Quem seria exatamente o romano “Fabius”, cujo nome está inscrito em seu túmulo na cidade etrusca de Caere, é impossível saber; e tampouco podemos estar certos a respeito de “Titus Latinus” em Veii ou do híbrido “Rutilus Hippokrates” em Tarquínia, com seu primeiro nome latino e o segundo grego. Mas eles dão clara indicação de que esses lugares eram comunidades relativamente abertas.

No entanto, é a história de Sérvio Túlio que fornece a evidência mais vívida dos chefes guerreiros, das milícias privadas e das diferentes formas de migração, tanto hostis como de outro tipo, que devem ter caracterizado essa primeira sociedade romana e seus vizinhos. Tal história não tem quase nada a ver com a de Sérvio Túlio, o reformador constitucional romano e inventor do censo. Ao contrário, parece oferecer um ponto de vista etrusco — e vem da boca do imperador Cláudio, em seu discurso ao Senado em 48 d.C., quando conclamou seus membros a permitir que líderes da Gália se tornassem senadores. Um dos argumentos que usou para sustentar seu ponto de vista foi que mesmo os antigos reis foram um notável “lote estrangeiro”. Quando ele passou a tratar de Sérvio Túlio, as coisas ficaram ainda mais interessantes.

Cláudio conhecia bem a história etrusca. Entre suas muitas pesquisas eruditas havia escrito um estudo de vinte volumes sobre os etruscos, em grego, além de compilar um dicionário de etrusco. Naquela ocasião, não resistiu a

explicar aos senadores reunidos que devem ter sentido como se estivessem recebendo uma espécie de aula, que fora de Roma havia uma versão diferente da história de Sérvio Túlio. Não era a história de um homem que chegara ao trono graças aos favores, ou às maquinações, de seu predecessor, Tarquínio Prisco, e da esposa deste, Tanaquil. Para Cláudio, Sérvio Túlio era um aventureiro armado:

> Se aceitarmos a versão etrusca, ele foi fiel seguidor de Caelius Vivenna e seu companheiro de aventuras; e mais tarde, depois de ser expulso por uma mudança na sua sorte, saiu da Etrúria com tudo o que restara da milícia de Caelius e tomou a colina Celiana [em Roma], que depois passou a ser chamada pelo nome de seu líder, Célio. Quando já havia mudado de nome (pois seu nome etrusco era Mastarna), recebeu o nome que já mencionei [Sérvio Túlio] e assumiu o reino, para enorme vantagem do Estado.

Os detalhes que Cláudio fornece levantam todo tipo de dúvida. Um deles é o nome Mastarna. É um nome próprio ou é o equivalente etrusco do latino *magister*, que nesse contexto significaria algo como “chefe”? É quem é esse Célio [Caelius Vivenna] que supostamente teria dado seu nome ao monte Célio de Roma? Ele e seu irmão Aulo [Aulus Vivenna] — que, como geralmente se diz, veio da cidade etrusca de Vulci — surgem algumas vezes em relatos antigos da história romana primordial, embora de maneiras frustrantemente incompatíveis: às vezes Célio é um amigo de Rômulo; às vezes essa dupla de Vivenna é colocada no tempo dos Tarquínios; um escritor romano imaginou Aulo tornando-se rei de Roma (seria ele então um dos governantes perdidos da cidade?); na versão de Cláudio, parece que Célio nunca chegou a Roma. Mas o que fica claro aqui é o caráter geral daquilo que Cláudio descreve: milícias

rivais, chefes guerreiros mais ou menos itinerantes, lealdades pessoais, trocas de identidades — tão diferentes quanto se poderia imaginar dos arranjos constitucionais formais que a maioria dos escritores romanos atribuía a Sérvio Túlio.

Obtemos uma impressão similar do conjunto de pinturas que uma vez decoraram um grande túmulo nos arredores de Vulci. Hoje conhecido como túmulo François (nome de seu escavador francês do século XIX — ver lâmina 7), deve ter sido a cripta de uma rica família local, a julgar pela dimensão, com dez câmaras funerárias subsidiárias que se abrem para uma passagem de acesso e um saguão central, e pela substancial quantidade de ouro encontrada ali. Mas para os que se interessam pela Roma primordial, é o ciclo de pinturas do corredor central — provavelmente de meados do século IV a.C. — que o torna tão especial. O destaque são as cenas extraídas das guerras da mitologia grega, em grande parte da Guerra de Troia. Há também cenas de lutas bem mais locais. Cada personagem é nomeado, e metade dos combatentes é identificada pelo nome de sua cidade natal, a outra metade não, o que indica, presume-se, que eram homens de Vulci, e que por isso não precisavam de uma identificação adicional. Entre eles estão os irmãos Vivenna, Mastarna (a outra única referência segura sobre ele que sobrevive) e um Gnaeus Tarquinius "de Roma".

Ninguém conseguiu chegar a alguma conclusão exata sobre o que acontece nessas cenas, mas não é difícil captar o sentido geral. Há cinco pares de lutadores envolvidos. Em quatro deles, um membro local está atravessando com sua espada um "forasteiro" — um desses membros locais é Aulo Vivenna —;

entre as vítimas estão Lares Papathnas, de Volsinii, e aquele Tarquínio de Roma. Este homem provavelmente tem algo a ver com os reais Tarquínios, embora na tradição literária romana o primeiro nome desses dois reis seja citado como Lucius, e não como Gnaeus. No último par, Mastarna corta com sua espada as cordas que amarram os pulsos de Célio Vivenna. Um detalhe estranho (e talvez uma chave para a história toda) é que todos, exceto um dos homens locais vitoriosos, estão nus, e seus inimigos, vestidos. A explicação mais difundida é que as pinturas retratam uma famosa aventura local na qual os irmãos Vivenna e seus amigos foram feitos prisioneiros, desnudados e amarrados por seus inimigos, mas conseguiram escapar e voltaram suas espadas contra seus captores.

Essa é de longe a evidência direta mais antiga que sobreviveu sobre qualquer um dos personagens na história da Roma primordial e suas façanhas. Além disso, ela vem de fora, ou pelo menos está à margem da corrente principal da tradição literária romana. Claro, isso não a torna necessariamente verdadeira; a tradição mítica de Vulci pode ter sido tão mítica quanto a de Roma. Não obstante, o que vemos aqui dá uma visão mais plausível do mundo guerreiro daquelas comunidades urbanas antigas do que as versões enaltecedoras oferecidas pelos escritores romanos, e por alguns de seus seguidores modernos. Era um mundo de chefes e bandos guerreiros, não de exércitos organizados e de política externa.

Arqueologia, tirania — e estupro

Por volta do século VI a.C., Roma certamente era uma comunidade urbana pequena. Não é fácil determinar quando um mero aglomerado de cabanas e casas se torna uma cidade que vê a si mesma como uma comunidade, dotada de identidade e aspirações compartilhadas. Mas a ideia de um calendário romano estruturado, e com ele uma cultura religiosa compartilhada, e um ritmo de vida comum, com a maior probabilidade remonta ao período dos reis. Vestígios arqueológicos também deixam pouca dúvida de que no século VI a.C. Roma tinha edifícios públicos, templos e um "centro da cidade", que são claras indicações de vida urbana, mesmo que em pequena escala para os nossos padrões. A cronologia desses vestígios continua controversa: não há uma única peça cuja datação seja consensual entre todos os arqueólogos; e novas descobertas estão sempre alterando o quadro (embora muitas vezes não de maneira tão significativa quanto esperam seus descobridores!). Mesmo assim, hoje em dia somente os céticos mais empedernidos poderiam negar o caráter urbano de Roma naquele período.

Os vestígios em questão são encontrados em diversos locais sob a cidade posterior, mas a impressão mais clara dessa cidade primordial situa-se na área do Fórum. Por volta do século VI a.C., seu nível já havia sido artificialmente elevado e haviam sido feitas algumas obras de drenagem, em ambos os casos para proteger a região de inundações; e pelo menos uma ou duas sucessivas superfícies de cascalho haviam sido aplicadas, para que o local pudesse funcionar como um espaço central compartilhado pela comunidade. A inscrição com a qual iniciamos este capítulo foi encontrada em uma das extremidades do

Fórum, logo abaixo das encostas do Capitólio, onde havia sido um antigo santuário, com um altar ao ar livre. Não conhecemos o significado exato do texto, mas certamente trata-se de um comunicado público, o que por si só já implica o contexto de uma comunidade estruturada e de uma autoridade reconhecida. Na outra extremidade do Fórum, escavações dos níveis mais antigos sob um grupo posterior de edifícios religiosos, incluindo aqueles associados às Virgens Vestais, sugeriram que eles remontam ao século VI a.C., ou mesmo mais antigos. Não longe dali, foram descobertos uns poucos vestígios de uma série de casas privadas de relativo porte, aproximadamente da mesma data. Os sinais são *muito* escassos, mas podem fornecer um pálido vislumbre de alguns homens ricos vivendo bem e próximos ao centro cívico.

É difícil saber o quanto se pode aproximar esses vestígios arqueológicos à tradição literária sobre os últimos reis de Roma. Provavelmente é ir longe demais sugerir, como os escavadores gostariam de nos fazer crer, que uma dessas casas do século VI a.C., perto do Fórum, era na realidade a “Casa dos Tarquínios”, supondo que tal coisa tenha alguma vez existido. Mas tampouco é provável que seja uma completa coincidência que as narrativas romanas da última parte do período dos reis enfatizem as construções patrocinadas pelos reis. Ambos os Tarquínios já foram apontados como responsáveis pela inauguração do grande templo de Júpiter no Capitólio (escritores romanos posteriores com frequência confundiam esses dois reis); e a ambos foi também atribuída a construção do Circus Maximus e a encomenda de lojas e pórticos em volta do Fórum. Sérvio Túlio também ganhou os créditos pela fundação de

vários templos, e também por ter murado a cidade. Esse seria outro sinal importante de um sentido de comunidade compartilhada, embora se considere que a maior parte das fortificações sobreviventes que hoje conhecemos como muralha Serviana não seja anterior ao século IV a.C.

A frase italiana cunhada na década de 1930 para descrever esse período, "*La Grande Roma dei Tarquini*" [A grande Roma dos Tarquínios], talvez não seja muito enganosa — embora isso dependa bastante do que se entenda exatamente por "Grande". Roma ainda estava, em termos absolutos e relativos, distante de ser grande. Mas era uma comunidade maior e mais urbanizada do que cem anos antes, tendo tirado proveito de sua posição privilegiada para o comércio e de sua proximidade com a rica Etrúria. Levando em conta o quanto somos capazes de julgar a extensão da cidade em meados do século VI a.C. (pois parte dessa avaliação inevitavelmente cai no mero palpite), ela era agora substancialmente maior do que os assentamentos latinos ao sul e pelo menos tão grande quanto as cidades etruscas ao norte, com uma população de talvez 20 mil a 30 mil habitantes, embora bem distante da grandiosidade de alguns assentamentos gregos contemporâneos na Sicília e no sul da Itália. Ou seja, Roma seria então uma cidade importante na região, mas nada de extraordinário.

Nem todas as construções urbanas que os romanos atribuíram aos Tarquínios poderiam ser consideradas esplêndidas. Havia uma preocupação caracteristicamente romana pela infraestrutura da vida urbana, que fez escritores posteriores elogiarem suas realizações na construção de um sistema de esgoto: a *Cloaca Maxima*, ou o "Grande Dreno". O quanto do que restou dessa famosa

estrutura remonta ao século VI a.C. está longe de ser claro: as robustas seções de alvenaria que ainda é possível explorar, e que ainda carregam parte do fluxo excedente da moderna cidade e os detritos de banheiro atuais, são de vários séculos mais tarde, e agora parece provável que as primeiras tentativas de algum tipo de sistema de esgoto remontem a uma época anterior, ao século VII a.C. Mas, na imaginação romana, a *Cloaca* sempre foi uma maravilha que Roma devia aos seus últimos reis: "uma obra impressionante e maior do que as palavras são capazes de descrever", entusiasmava-se Dionísio, que presumivelmente tinha em mente o que era visível em sua época, o século I a.C. Mas a *Cloaca* tinha também seu lado negro: não só uma maravilha mas também um lembrete da cruel tirania que o fim do período dos reis representou para os romanos. Num relato particularmente lúgubre, e gloriosamente fantástico, Plínio, o Velho (ou seja, Caio Plínio Segundo [Gaius Plinius Secundus], o extraordinário sábio romano hoje lembrado principalmente como vítima célebre da erupção do Vesúvio em 79 d.C.), descreve como o povo da cidade estava tão exausto devido à construção da obra que muitos deles cometeram suicídio. O rei, em resposta, pregou os corpos dos suicidas em cruzes, na esperança de que a vergonha da crucifixão demovesse outros de fazer o mesmo.

22. Uma seção sobrevivente da subterrânea *Cloaca Maxima*. O esgoto original talvez não tenha sido grande como esta construção posterior, mas era assim a imagem que os escritores romanos tinham em mente quando se referiam ao projeto de construção de Tarquínio. Alguns romanos gabavam-se de pegar barcos e remar ao longo dela.

Mas não foi a exploração dos trabalhadores pobres que supostamente derrubou a monarquia, e sim, a violência sexual: o estupro de Lucrécia por um dos filhos do rei. Esse estupro é provavelmente tão mítico quanto o estupro das sabinas: ataques a mulheres marcando simbolicamente o início e o fim do período dos reis. Além disso, os escritores romanos que narraram mais tarde a história talvez estivessem influenciados pelas tradições gregas, que com frequência vincularam o auge, e a queda, das tiranias a crimes sexuais. Conta-se que na Atenas do século VI a.C., por exemplo, as agressões sexuais cometidas pelo irmão mais novo do governante contra o parceiro de outro homem haviam levado à queda da dinastia dos Pisístratos. Mas, mítico ou não, pelo resto do

período romano o estupro de Lucrécia marcou um ponto de virada na política, e sua moralidade foi assunto de debate. O tema tem sido retomado e reinterpretado na cultura ocidental, de Botticelli, passando por Ticiano e Shakespeare, até Benjamin Britten; Lucrécia teve até um pequeno papel na instalação feminista de Judy Chicago *The Dinner Party*, entre outras mil heroínas da história mundial.

Lívio narra uma passagem muito vívida dos últimos momentos da monarquia. Ela começa com um grupo de jovens romanos buscando formas de matar o tempo enquanto sitiavam a cidade vizinha de Ardea. Uma noite, bêbados, estavam competindo para ver quem tinha a melhor mulher, quando um deles, Lúcio Tarquínio Colatino [Lucius Tarquinius Collatinus], sugeriu que deveriam simplesmente voltar para casa (ficava a poucos quilômetros) e inspecionar as mulheres; isso iria demonstrar, afirmou ele, a superioridade de sua Lucrécia. O que de fato ficou provado: enquanto todas as demais esposas foram descobertas divertindo-se em festas na ausência de seus maridos, Lucrécia fazia exatamente o que se esperava de uma mulher romana virtuosa — trabalhava em seu tear, na companhia de suas criadas. Ela então, de modo submisso, ofereceu um jantar ao marido e a seus convidados.

Mas a consequência foi terrível, pois, durante essa visita, diz a história, Sisto Tarquínio [Sextus Tarquinius] sentiu uma paixão violenta por Lucrécia, e poucas noites depois voltou à casa dela. Após ter sido gentilmente recebido, foi até o quarto de Lucrécia e exigiu-lhe que fizesse sexo com ele, ameaçando-a com uma faca. Quando viu que a simples ameaça de morte não a convencia a ceder, Tarquínio passou a explorar o medo dela de uma desonra: ameaçou matá-la e

assassinar também um escravo (visível na pintura de Ticiano [ver lâmina 4]) para que ficasse a impressão de que havia sido flagrada na mais infame forma de adultério. Diante disso, Lucrécia cedeu, mas, depois que Tarquínio voltou para Ardea, mandou chamar o marido e o pai e contou-lhes o sucedido. Em seguida se matou.

23. A *pudicitia*, como virtude importante numa mulher, foi enfatizada em vários contextos. Esta moeda de prata do imperador Adriano, cunhada na década de 120 d.C., mostra a personificação da *Pudicitia* recatadamente sentada como uma boa esposa romana. Ao seu redor, a inscrição “cos iii” celebra Adriano como cônsul pela terceira vez, o que aponta para uma conexão entre o prestígio público masculino e o comportamento decoroso das mulheres.

A história de Lucrécia permaneceu a partir de então como uma imagem extraordinariamente poderosa na cultura moral de Roma. Para muitos romanos, representou um momento definidor da virtude feminina. Lucrécia pagou voluntariamente com a própria vida por ter perdido, como Lívio definiu, a sua *pudicitia* — a sua “castidade”, ou melhor, a sua “fidelidade”, que, por parte da mulher ao menos, definia o relacionamento entre os casais romanos. Já outros escritores antigos acharam a história mais complexa. Houve poetas e

satirizadores que previsivelmente questionaram se era de fato *pudicitia* o que um homem desejava em sua esposa. Em um epigrama desbocado, Marco Valério Marcial [Marcus Valerius Martialis] (conhecido como “Marcial”), que escreveu uma série de versos engenhosos, espirituosos e rudes no final do primeiro século d.C., brinca que sua mulher poderia ser uma Lucrécia durante o dia, se quisesse, desde que se mostrasse uma puta à noite. Em outro gracejo, diz ficar imaginando se as Lucrécias são sempre o que parecem; mesmo a célebre Lucrécia, fantasia ele, apreciava ler poemas indecentes quando o marido não estava por perto. Mais séria era a questão da culpabilidade de Lucrécia e das razões que a levaram ao suicídio. Para alguns romanos, parecia que ela estava mais preocupada com sua reputação do que com a verdadeira *pudicitia* — que certamente residia na culpa ou inocência em sua mente, não em seu corpo, e jamais teria sido afetada por falsas acusações a respeito de relações sexuais com um escravo. No início do século V d.C., santo Agostinho, que era versado nos clássicos pagãos, ficou ponderando se Lucrécia havia sido estuprada de fato: afinal, ela não acabou consentindo? Não é difícil detectar aqui versões de algumas de nossas discussões atuais sobre estupro e as questões de responsabilidade que ele levanta.

Ao mesmo tempo, esse foi visto como um momento fundamentalmente político, pois a história carrega diretamente à expulsão dos reis e ao início da República livre. Assim que a própria Lucrécia se esfaqueia, Lúcio Júnio Brutus [Lucius Junius Brutus] — que havia acompanhado o marido dela até ao local do episódio — arranca a adaga do corpo dela e, enquanto a família está ocupada demais em conversas, promete livrar Roma para sempre dos reis. Isso era em

parte, sem dúvida, uma profecia retrospectiva, pois o célebre Brutus, que em 44 a.C. liderou o golpe contra Júlio César por suas ambições reais, afirmava ser descendente desse outro Brutus. Depois de assegurar o apoio do Exército e do povo, que estavam chocados com o estupro, e exaustos de tanto trabalhar no sistema de esgotos, Lúcio Júnio Brutus mandou exilar Tarquínio e seus filhos.

Os Tarquínios não desistiram sem lutar. Segundo o relato de Lívio, implausivelmente recheado de ação, Tarquínio Soberbo fez uma tentativa de promover uma contrarrevolução na cidade e, quando esta falhou, juntou forças com o rei Lars Porsenna da cidade etrusca de Clusium, que montou um cerco a Roma com o objetivo de restaurar a monarquia — mas foi derrotado pelo heroísmo de seus habitantes recém-libertados. Lemos, por exemplo, a respeito do valente Horácio Cocles [Horatius Cocles], que sozinho defendeu a ponte sobre o Tibre bloqueando o avanço do Exército etrusco (alguns dizem que perdeu a vida ali, outros que voltou para casa e foi recebido como herói); e, sobre a coragem de Clélia [Cloelia], membro de um grupo de jovens tomadas como reféns por Porsenna, que ousou voltar para casa atravessando o rio a nado. Lívio sugere que os etruscos ficaram tão impressionados com o caráter dos romanos que simplesmente abandonaram Tarquínio. Havia, no entanto, versões menos patrióticas. Plínio, o Velho, não foi o único estudioso antigo a acreditar que Lars Porsenna foi rei de Roma por um tempo; se isso de fato ocorreu, ele pode ser outro daqueles reis perdidos e o fim da monarquia talvez tenha sido muito diferente.

24. As três colunas sobreviventes de uma reconstrução posterior do templo de Cástor e Pólux ainda deixam sua marca no Fórum romano. O restante do templo foi destruído em sua maior parte, mas a base inclinada de seus degraus, muitas vezes usada como local para oradores discursarem para o povo, ainda é visível (embaixo à esquerda). A pequena porta é um lembrete de que os porões dos templos eram destinados aos mais diferentes usos. Escavações mostraram que nesse porão havia um barbeiro/dentista.

Abandonado por Porsenna, como conta a história-padrão, Tarquínio foi buscar apoio em outra parte. Acabou sendo derrotado em meados da década de 490 a.C. (há divergência quanto à data exata) junto com alguns aliados que recrutara nas cidades latinas vizinhas, na batalha do lago Regilo [Regillus], não muito longe de Roma. Foi um momento triunfal, e com certeza parcialmente mítico, da história romana, pois os deuses Cástor e Pólux supostamente foram vistos lutando do lado de Roma e mais tarde dando de beber a seus cavalos no Fórum; um templo em homenagem a eles foi erguido ali como gratidão pela ajuda. Embora reconstruído várias vezes, esse templo ainda é um dos marcos do

Fórum, um duradouro monumento de Roma pelo fato de ter se livrado de seus reis.

O nascimento da liberdade

O final da monarquia marcou também o nascimento da liberdade e da República livre de Roma. Pelo resto da história romana, "rei", ou *rex*, foi um termo depreciativo, apesar de várias das instituições definidoras de Roma supostamente terem se originado no período dos reis. Houve vários casos nos séculos que se seguiram em que a carreira política de um homem terminou rapidamente a partir do momento em que foi acusado de querer tornar-se rei. Ter um nome de rei foi também desastroso para o infeliz viúvo de Lucrécia, que, por ser parente dos Tarquínios, foi eLivros. Em conflitos externos, reis eram os mais desejáveis como inimigos. Ao longo dos cem anos seguintes, havia sempre um *frisson* especial quando um desfile triunfal pelas ruas da cidade exibia algum rei inimigo vencido, para que a plebe romana o apedrejasse. Desnecessário dizer, muitas sátiras eram dirigidas também àqueles romanos posteriores que tinham "Rei" como sobrenome.

A queda dos Tarquínios — em algum ponto, como diziam os romanos do final do século VI a.C. — representou um novo início para Roma: a cidade teve um recomeço, agora como "República" (ou em latim *res publica*, literalmente "coisa pública"), e toda uma série de novos mitos de fundação. Uma poderosa tradição, por exemplo, insistia em que o grande templo de Júpiter no Capitólio — um edifício que se tornou um importante símbolo do poder romano e foi mais

tarde replicado em muitas cidades romanas no exterior — havia sido consagrado já no primeiro ano do novo regime. É verdade que fora prometido e também — assim se comentava com frequência — parcialmente construído sob os reis, por artesãos etruscos; mas o nome ostentado em sua fachada era o de um dos líderes da nova República. E qualquer que seja a cronologia exata de sua construção, que é de fato irrecuperável, passou a ser visto como o edifício que compartilhou seu nascimento com a República e tornou-se símbolo da própria história republicana. De fato, por séculos manteve-se o costume romano de, a cada ano, martelar um prego no batente da porta do templo, não só para marcar a passagem do tempo republicano, mas também para vincular fisicamente esse tempo à própria estrutura física do templo.

Até mesmo aspectos visivelmente naturais da paisagem de Roma passaram a ser vistos como originários do primeiro ano da República. Muitos romanos sabiam, assim como os modernos geólogos, que a ilha no meio do rio Tibre, no ponto onde ele atravessa Roma, era uma formação relativamente recente em termos geológicos. Mas como, e quando, ela emergiu? Mesmo hoje não há uma resposta definitiva para isso; mas uma ideia romana fazia datar sua origem exatamente do início da era republicana, quando o trigo que havia sido cultivado na terra de propriedade dos Tarquínios foi atirado ao rio. Como o nível da água estava baixo, o trigo ficou empilhado no leito do rio e gradualmente, ao acumular lodo e outros resíduos, formou uma ilha. É como se a forma da cidade tivesse se estabelecido somente após a derrubada da monarquia.

Nascia também uma nova modalidade de governo. Segundo os relatos,

quando Tarquínio Soberbo fugiu, Brutus e também, em vista de seu exílio iminente, o marido de Lucrécia, Colatino, imediatamente se tornaram os primeiros cônsules de Roma. Estes passariam a ser as autoridades mais importantes e definidoras da nova República. Assumindo boa parte dos deveres dos reis, presidiam a política doméstica da cidade e comandavam seus soldos na guerra; nunca houve em Roma qualquer separação formal entre os papéis militares e civis. Nesse sentido, apesar de se apresentarem como a antítese dos reis, os cônsules representavam uma continuação de seu poder: um teórico grego da política romana no século II a.C. via os cônsules como um elemento “monárquico” do sistema político romano, e Lívio insistia que suas insígnias e distintivos do cargo eram quase as mesmas dos reis que os precederam. Mas personificavam vários princípios-chave decididamente não monárquicos do novo regime político. Primeiro, eram eleitos por voto popular, e não pelo sistema parcial de envolvimento popular, que supostamente caracterizou a escolha dos reis. Segundo, tinham mandatos de apenas um ano, e uma de suas obrigações era presidir (como vimos Cícero fazendo em 63 a.C.) a eleição de seus sucessores. Terceiro, o cargo era dividido com outro cônsul e, exceto em emergências nas quais um deles precisasse assumir sozinho o controle por um curto período, o poder sempre seria compartilhado. Como veremos, pelos séculos que se seguiram esses princípios foram renovados, e se tornaram cada vez mais difíceis de serem cumpridos.

Os cônsules também deram seus nomes ao ano em que detinham o cargo. Obviamente os romanos não poderiam ter usado o sistema ocidental moderno de

datação que adotamos neste livro. Falar em “século VI a.C.” não significaria nada para eles. Ocasionalmente, os romanos calculavam as datas “a partir da fundação da cidade”, quando conseguiam algum tipo de acordo a respeito de quando havia sido. Mas geralmente se referiam aos anos pelos nomes dos respectivos cônsules. O que chamamos, por exemplo, de 63 a.C. era para eles “o consulado de Marco Túlio Cícero e Caio Antônio Hibrida”; e o vinho feito “quando Opímio [Opimius] era cônsul” (121 a.C.) foi uma safra particularmente famosa. Na época de Cícero, os romanos já haviam elaborado uma lista mais ou menos completa dos cônsules, remontando ao início da República, e colocada em exposição pública no Fórum junto com a lista de generais vencedores. Em grande parte, foi graças a essa lista que puderam definir a data precisa do fim da monarquia, já que por definição ela deveria estar relacionada à data do primeiro cônsul.

A República, em outras palavras, não era apenas um sistema político. Era um complexo conjunto de inter-relações entre política, tempo, geografia e paisagem urbana. As datas eram diretamente correlacionadas aos cônsules eleitos; os anos eram marcados pelos pregos martelados no templo, e arrumou-se um jeito de fazer coincidir sua consagração com o primeiro ano do novo regime; mesmo a ilha no Tibre era um produto da expulsão dos reis. E na base de tudo isso havia um princípio único, predominante: a liberdade, ou *libertas*.

A Atenas do século V a.C. legou ao mundo moderno a ideia de democracia, após a deposição dos “tiranos” atenienses e o estabelecimento das instituições democráticas, no final do século VI a.C. — uma correspondência cronológica

com a expulsão dos reis romanos que não passou despercebida aos observadores antigos, que tiveram a perspicácia de apresentar as histórias dos dois lugares como se corressem paralelas. A Roma republicana deixou como herança a ideia igualmente importante de liberdade. A primeira palavra do segundo livro da *História* de Lívio, que começa com a história de Roma após a monarquia, é "livre"; e as palavras "livre" e "liberdade" são repetidas juntas oito vezes apenas nas primeiras linhas. A ideia de que a República foi fundada na *libertas* vibra intensamente ao longo de toda a literatura romana, e teve repercussão nos movimentos radicais dos séculos posteriores, na Europa e na América. Não é coincidência que o slogan da Revolução Francesa — *liberté, égalité, fraternité* — tenha a "liberdade" na posição mais importante; nem que George Washington fale em restaurar ao Ocidente "o sagrado fogo da liberdade"; nem que os redatores da Constituição dos Estados Unidos a tenham defendido sob o pseudônimo de "Publius", tirado do nome de Públio Valério Publícola, outro dos antigos cônsules da República. Mas como definir a liberdade romana?

Essa foi uma questão controversa na cultura política romana pelos oitocentos anos seguintes, durante a República e adentrando o governo de um só homem do Império Romano, quando o debate político com frequência questionava em que medida a *libertas* poderia ser compatível com a autocracia. A liberdade de quem estava em jogo? Como defendê-la com maior eficácia? De que modo resolver as versões conflitantes da liberdade entre os cidadãos romanos? Todos, ou a maioria dos romanos, viam-se como apoiadores da *libertas*, do mesmo modo como hoje a maioria de nós apoia a "democracia". Mas havia repetidos e

intensos conflitos a respeito do que isso significava. Já vimos que, quando Cícero foi eLivros, sua casa foi demolida e ergueu-se no local um santuário à Libertas. Nem todos aprovaram. O próprio Cícero conta como durante a apresentação de uma peça teatral sobre Brutus, o primeiro cônsul da República, a plateia prorrompeu em aplausos ao ouvir a fala de um dos personagens: “Túlio, que apoiou a liberdade dos cidadãos”. A peça na realidade referia-se a Sérvio Túlio e sugeria que a liberdade poderia ter tido uma pré-história em Roma, anterior à República, sob um “bom rei”, porém Marco Túlio Cícero, para dar-lhe o nome completo, estava convencido — talvez com razão — de que o aplauso era para ele.

Conflitos dessa natureza constituem um tema importante nos próximos capítulos. Mas antes de explorar a história de Roma nos primeiros séculos da República — a guerra em casa, as vitórias pela “liberdade” e as conquistas militares sobre os vizinhos —, precisamos examinar um pouco mais a história do nascimento da República e da invenção do consulado. Previsivelmente talvez, não foi um processo tão tranquilo como a história-padrão, que apresentei até aqui, nos faz crer.

Capítulo 4
O grande salto adiante de Roma

Dois séculos de mudanças: dos Tarquínios a Cipião Barbato

Como foi que a República começou de fato? Os historiadores da Roma Antiga eram especialistas em transformar o caos histórico em uma narrativa bem ordenada e costumavam imaginar que as instituições que lhes eram familiares se estendiam muito mais para o passado do que era o caso. Para eles, a transição da Monarquia para a República foi tranquila: os Tarquínios fugiram; a nova forma de governo já emergiu plenamente formada; o consulado foi instituído imediatamente, provendo a nova ordem com sua cronologia a partir do ano um. Na realidade, todo o processo deve ter sido mais gradual do que esse relato sugere, e mais confuso. A “República” nasceu lentamente, ao longo de um período de décadas, se não de séculos. E foi reinventada várias vezes.

Mesmo os cônsules não remontam ao início do novo regime. Lívio sugere que a maior autoridade do Estado, e a que tinha a tarefa de pregar um prego no templo de Júpiter a cada ano, era originalmente chamada de pretor principal, embora o termo “pretor” tenha sido usado mais tarde para designar um oficial

menor, abaixo dos cônsules. Há registro de outros títulos antigos para aqueles que ocupavam o topo da hierarquia política, o que apenas complica o quadro. Entre eles, “ditador”, geralmente descrito como uma posição temporária para lidar com alguma emergência militar, e sem as conotações modernas negativas da palavra; e “tribunos militares com poder consular”, um bocado de palavras que um historiador moderno traduziu adequadamente como “coronéis”.

Há ainda um grande ponto de interrogação sobre quando exatamente foi inventado o cargo definidor da “República”, ou sobre quando e por que um outro cargo qualquer foi renomeado e passou a ser chamado de “cônsul”, ou até sobre quando se definiu pela primeira vez o princípio republicano fundamental de que o poder deve ser sempre compartilhado. “Pretor principal” tem sabor de hierarquia, não de igualdade. Mas seja qual for a data-chave, ou as datas-chave, a lista de cônsules sobre a qual se baseava a cronologia da República — recuando numa série ininterrupta até Lúcio Júnio Brutus e Lúcio Tarquínio Colatino em 509 a.C. — foi em seus trechos mais antigos o produto de uma boa dose de ajustes, inferências imaginativas, suposições engenhosas e muito provavelmente pura invenção. Lívio admitiu, em seu exame retrospectivo a partir do século I a.C., que era praticamente impossível destrinçar com muita certeza a cronologia dos detentores de cargos nesse período inicial. Como escreveu, era algo simplesmente recuado demais no tempo.

Também há um ponto de interrogação a respeito do grau de violência que levou à queda da monarquia. Os romanos vislumbravam uma mudança de regime com relativamente pouco sangue derramado. Lucrécia foi a baixa mais

destacada e trágica, mas, embora a expectativa fosse de um conflito armado, permitiu-se que Tarquínio fugisse são e salvo. A evidência arqueológica sugere que o processo de mudança dentro da cidade não foi tão pacífico assim. No mínimo, foram escavadas camadas de escombros queimados no Fórum e em outras partes da cidade plausíveis de datar por volta de 500 a.C. Elas poderiam ser mais do que meros vestígios de uma infeliz série de incêndios acidentais. Mas são suficientes como pistas de que a derrubada de Tarquínio pode ter sido sangrenta, e que a maior parte da violência interna tenha sido patrioticamente proscrita da narrativa O uso mais antigo conhecido da palavra “cônsul” data de duzentos anos mais tarde. Ela aparece no primeiro exemplo sobrevivente daqueles milhares de loquazes epitáfios romanos cuidadosamente entalhados nos túmulos por todo o Império, tanto os extravagantes quanto os humildes, e que nos contam muito sobre a vida dos indivíduos: cargos que detinham, trabalhos que desempenhavam, objetivos, aspirações e ansiedades. Este epitáfio homenageia um homem chamado Cipião Barbato [Lucius Cornelius Scipio Barbatus] (o último nome significa “barbudo”) e era ostentado na frente de seu grande sarcófago, que repousou no túmulo da família dos Cipiões nos arredores de Roma, já que não se costumava permitir enterros dentro da própria cidade. Barbato foi cônsul em 298 a.C., morreu por volta de 280 a.C. e provavelmente fundou este aparatoso mausoléu, uma despudorada promoção do poder e prestígio de sua família, uma das mais destacadas da República. Seu enterro, ao que parece, foi o primeiro de mais de trinta que ocorreram no mausoléu, e sua caixa mortuária foi colocada na posição mais proeminente, oposta à porta. O

epitáfio foi composto logo após sua morte. Tem quatro linhas de extensão e deve ser considerado a mais antiga narrativa histórica e biográfica que sobreviveu da Roma Antiga. Mesmo curto, é um dos grandes pontos de virada na nossa compreensão da história romana. Fornece informação consistente sobre a carreira de Barbato — de modo bem diferente das imaginativas reconstruções, das vagas pistas enterradas no solo ou das modernas deduções sobre "o que deve ter sido", que cercam a queda da monarquia. Fala de modo eloquente da ideologia e da visão de mundo da elite romana nesse período: "Cornelius Lucius Scipio Barbatus, progênie de seu pai Gnaeus, homem corajoso e sábio, de aparência a par com sua *virtus*. Foi cônsul e censor e edil entre vocês. Tomou Taurasia e Cisauna de Sâmnio. Submeteu toda a Lucânia e fez reféns".

25. O imponente sarcófago de Barbato dominado pelo grande túmulo dos Cipiões. A rústica pedra local (ou tufa), com seu aspecto simples, contrasta com os sarcófagos dos ricos das centúrias romanas posteriores, de mármore e elaboradamente esculpidos. Mas no século III a.C., isso era o melhor e mais sofisticado que o dinheiro podia comprar.

Seja lá quem tenha sido o autor — presume-se que um de seus herdeiros —,

extraiu o que pareceu ser o mais destacado da carreira de Barbato. Em casa ("entre vocês"), havia sido eleito cônsul e censor, um dos dois oficiais responsáveis por registrar os cidadãos e estimar suas riquezas; e também ocupou o cargo menor de edil, que por volta do século I a.C., e provavelmente antes, cuidava principalmente da manutenção e dos suprimentos da cidade e ainda de organizar espetáculos e jogos públicos. Mais adiante, faz-se ostentação de seus sucessos militares no sul da Itália, a uns trezentos quilômetros de Roma: havia capturado duas cidades dos samnitas, povo com o qual os romanos tiveram repetidos confrontos durante o tempo de vida de Barbato; e submetera a região da Lucânia, tomando reféns do inimigo, um método-padrão dos romanos para garantir "bom comportamento".

Essas façanhas sublinham a importância da guerra para a imagem pública dos romanos ilustres, mas também apontam para a expansão militar de Roma no início do século III a.C., que agora já se estendia por um longo trecho a partir da porta dos fundos da cidade. Em uma batalha em 295 a.C., na qual Barbato serviu por três anos depois que se tornou cônsul, as forças romanas derrotaram um exército italiano em Sentino [Sentinum], não muito distante da moderna Ancona. Essa foi a maior e mais sangrenta batalha travada na península até aquela data e estava tão longe de ser uma mera questão local que as notícias a seu respeito se difundiram rapidamente até bem longe, mesmo com os métodos rudimentares de comunicação (mensageiros, boca a boca e, em raras ocasiões, um sistema de faróis). Sentado em sua escrivaninha na ilha grega de Samos, a centenas de quilômetros dali, o historiador Duris, do século III a.C., concluiu que se tratava

de evento que valia a pena registrar; um breve trecho de seu relato chegou até nós.

Igualmente reveladoras são as outras características que o epitáfio escolhe para enaltecer: a coragem e a sabedoria de Barbato e o fato de sua aparência exterior estar à altura de sua *virtus*. Esse termo pode significar "virtude" no sentido moderno, mas era com frequência usado de modo mais literal, para se referir ao conjunto de qualidades que definiam um homem (*vir*), e "virtude" em termos romanos era equivalente a "hombridade". Seja como for, Barbato era um homem que ostentava suas qualidades no rosto. Embora a imagem popular do homem romano seja dificilmente a de alguém muito preocupado com a própria aparência, numa sociedade aberta, competitiva, "cara a cara", esperava-se que a figura pública se parecesse com o papel que desempenhava. Conforme ele caminhava pelo Fórum ou parava para se dirigir ao povo, suas qualidades interiores eram claramente reveladas pela sua aparência. No caso de Barbato, a não ser que ele simplesmente tivesse herdado o nome de seu pai, ele exibia uma esplêndida barba, o que pode ter sido algo cada vez mais incomum em sua época. Segundo um relato, os barbeiros começaram a trabalhar em Roma em 300 a.C., e por vários séculos depois disso a maioria dos romanos sempre manteve a barba feita.

A Roma de Barbato era muito diferente da Roma do início da República, duzentos anos antes, e tinha deixado de ser comum. Grande para os padrões da época, a cidade abrigava, numa estimativa razoável, algo entre 60 mil e 90 mil pessoas. Isso a colocava mais ou menos no mesmo patamar dos maiores centros

urbanos do mundo Mediterrâneo; Atenas a essa altura tinha uma população de menos da metade dessa cifra, e nunca em sua história abrigou mais de 40 mil habitantes. Além disso, Roma controlava diretamente uma grande extensão de terra que ia de costa a costa, com uma população total de bem mais de meio milhão de pessoas, e indiretamente, por meio de uma série de acordos e alianças, muito mais gente — prenunciando seu Império posterior. Era um lugar cuja organização Cícero e seus contemporâneos, já distantes mais de dois séculos, teriam reconhecido. Além dos dois cônsules anuais, havia uma série de cargos menores, incluindo os pretores e questores abaixo deles (os romanos costumavam chamar esses oficiais de "magistrados", mas sua função não era essencialmente ligada às leis). O Senado, composto em sua maioria por aqueles que haviam previamente ocupado cargos públicos, atuava como um conselho permanente, e a organização hierárquica dos cidadãos e a Assembleia das Centúrias, falsamente atribuídas ao rei Sérvio Túlio e com a calorosa aprovação de Cícero, davam sustento ao funcionamento da política romana.

Havia outros aspectos familiares. Entre eles um Exército organizado em legiões, os primórdios de um sistema oficial de cunhagem e também sinais de uma infraestrutura à altura do porte da cidade e de sua influência. O primeiro aqueduto a trazer água ao crescente conglomerado urbano foi construído em 312 a.C., um curso de água que corria principalmente sob a terra por cerca de dezesseis quilômetros desde as colinas próximas, e não uma daquelas extraordinárias construções aéreas que costumamos hoje chamar de "aquedutos". Foi ideia de um contemporâneo de Barbato, o dinâmico Ápio Cláudio Cego

[Appius Claudius Caecus], que no mesmo ano deu início à primeira grande estrada romana, a Via Appia (assim nomeada em sua homenagem), que seguia para o sul, de Roma a Capua. A maior parte de sua extensão era de cascalho, e não das impressionantes placas de pavimento que ainda hoje podemos pisar. Mas era um caminho útil para os exércitos romanos, um meio prático de promover uma comunicação mais pacífica e, em termos simbólicos, uma marca do poder e do controle de Roma sobre a paisagem italiana. Não foi por acaso, portanto, que para o seu grande túmulo familiar Barbato escolheu uma posição privilegiada bem ao lado dessa via, no limite da cidade, para que pudesse ser admirado pelos viajantes que entravam e saíam de Roma.

Foi em algum ponto desse período crucial entre 500 a.C. e 300 a.C., entre o fim dos Tarquínios e o tempo de vida de Cipião “Barba Longa”, que muitas das instituições características de Roma ganharam forma. Os romanos não só definiram os princípios básicos da política e das liberdades romanas, mas também começaram a desenvolver as estruturas, os pressupostos e (para evitar termos grandiosos) uma “maneira de fazer as coisas” que desse sustentação à sua posterior expansão imperial. Isso envolveu uma formulação revolucionária do que era ser romano, que definiu as ideias de cidadania por séculos, colocou Roma à parte de todas as demais cidades-Estado clássicas e acabou dando forma a muitas visões modernas dos direitos e das responsabilidades do cidadão. Não foi à toa que tanto lorde Palmerston como John F. Kennedy orgulhosamente adotaram a expressão latina *Civis Romanus sum* (“Sou um cidadão romano”) como slogan para suas épocas. Em resumo, Roma pela primeira vez começou a

parecer “romana” como a entendemos hoje, e como eles mesmos a entendiam. A grande questão é, como isso aconteceu, quando e por quê? E que evidência sobrevive que ajude a explicar, ou mesmo descrever, o grande salto adiante de Roma? A cronologia permanece obscura, e é absolutamente impossível reconstruir uma narrativa histórica confiável. Mas podemos ter um vislumbre de algumas mudanças fundamentais tanto domésticas quanto exteriores.

Escritores romanos posteriores apresentaram um relato claro e substancial dos séculos V e IV a.C. Por um lado, abordaram uma série de violentos conflitos sociais dentro da própria Roma: entre um grupo hereditário de famílias “patrícias”, que monopolizavam todo o poder político e religioso na cidade, e a massa dos cidadãos, ou “plebeus”, que eram completamente excluídos. Aos poucos — numa história vívida que envolve greves, motins e uma tentativa de estupro —, os plebeus conquistaram o direito ou, como eles teriam expressado, a *liberdade* de partilhar poder em termos mais ou menos igualitários com os patrícios. Por outro lado, participaram de uma série de importantes vitórias militares que puseram a maior parte da península Itálica sob o controle romano. Elas começaram em 396 a.C., quando a grande rival local de Roma, a cidade etrusca de Veii, caiu após décadas de lutas, e terminaram cerca de cem anos depois, quando a vitória contra os samnitas fez de Roma a maior base de poder na Itália, chamando a atenção de Duris em Samos. Não que essa fosse uma história de expansão sem desafios. Logo após a derrota de Veii, em 390 a.C., um bando de “gauleses” errantes saqueou Roma. Exatamente quem eram eles é agora impossível saber; os escritores romanos não eram bons em fazer distinções

e preferiam colocar todos no mesmo saco, como “tribos bárbaras” do norte, e tampouco tinham interesse em analisar quais seriam suas motivações. Mas, segundo Lívio, os efeitos nesse caso foram tão devastadores que a cidade teve que ser refundada (mais uma vez), sob a liderança de Marco Fúrio Camilo [Marcus Furius Camillus] — líder guerreiro, ditador, “coronel”, por um tempo eLivros e um “segundo Rômulo”.

Essa narrativa é baseada em alicerces mais firmes do que qualquer outra antes dela. É possível identificar que, mesmo em 300 a.C., a mais antiga literatura romana estava ainda a décadas de distância, e os relatos posteriores que deram atenção a esse período são carregados de mitos, retoques e fantasia. Camilo provavelmente não é muito menos ficcional do que Rômulo, e já vimos como as palavras de Catilina foram usadas para “ventriloquizar” os discursos de um antigo revolucionário republicano. No entanto, o fim desse período fica à margem da história e da escrita da história como a conhecemos, bem além de um simples epitáfio de quatro linhas. Isto é, quando o bem relacionado senador Fábio Pictor, nascido por volta de 270 a.C., sentou para compor o primeiro relato escrito extenso sobre o passado de Roma, ele deve ter lembrado de conversas de sua juventude com pessoas que estavam presentes nos eventos no final do século IV a.C., ou que haviam tido contato com homens da geração de Barbato que os haviam testemunhado. A *História* de Pictor não sobreviveu, a não ser por umas poucas citações em escritores posteriores, mas era famosa no mundo antigo. Seu nome e uma breve sinopse de seu trabalho foram encontrados pintados nas paredes de uma das poucas bibliotecas antigas já desenterradas, em Taormina, na

Sicília. Dois mil anos depois, podemos ler Lívio, que havia lido Pictor, que havia conversado com pessoas que lembravam de como era o mundo em 300 a.C. — uma frágil cadeia de conexões que mergulha na Antiguidade.

Também há cada vez mais fragmentos sobreviventes a serem confrontados com relatos históricos romanos posteriores ou que apontam para uma narrativa alternativa. O resumo da carreira no epitáfio de Barbato é um deles. Quando Lívio cobre esses anos em sua *História*, ele fala dos romanos em aliança com a Lucânia, em vez de submeter a região, e descreve Barbato lutando em algum lugar bem diferente, no norte da Itália, e não de maneira muito bem-sucedida. Na verdade, o epitáfio de Barbato provavelmente magnificou suas realizações, e "submeteu" pode ter sido como a elite romana preferiu descrever uma "aliança"; mas a inscrição ajuda a corrigir o relato posterior de Lívio. Existem outros fragmentos como esse, como algumas pinturas mais ou menos da mesma época, que retratam cenas das guerras nas quais Barbato lutou. Entre as peças mais notáveis e reveladores estão as oitenta e tantas cláusulas curtas da primeira coleção escrita de regras e regulamentações romanas (ou "leis", para usar o termo que a maioria dos escritores antigos adotava), reunidas em meados do século V a.C. e diligentemente reordenadas graças a séculos de trabalho de estudiosos modernos. A coleção é conhecida como as Doze Tábuas, pois foi originalmente inscrita e exibida dessa forma. Ela oferece uma visão de algumas das ansiedades daqueles primeiros republicanos romanos, desde preocupações com magia ou ataques a questões complexas, entre elas, se era permitido enterrar um cadáver sem remover-lhe os dentes de ouro — o que constitui um vislumbre

incidental da capacidade da antiga dentística, que a arqueologia confirma.

Portanto, é o mundo das Doze Tábuas para o qual iremos nos voltar, antes de seguir adiante e explorar as mudanças radicais, tanto internas quanto externas, que vieram depois. Reconstruir a história desse período é um processo intrigante e às vezes torturante, e parte da diversão está em tentar imaginar como algumas das peças desse quebra-cabeça incompleto se encaixam, e saber discernir o que é fato e o que é fantasia. Mas há peças suficientes para confiar que a mudança decisiva em Roma ocorreu no século IV a.C., na geração de Barbato e Ápio Cláudio Cego, e na de seus imediatos predecessores, e que aquilo que aconteceu então, por difícil que seja de especificar em detalhes, estabeleceu um padrão de política romana, doméstica e exterior, que perdurou por séculos.

26. O fazendeiro que salvou o Estado. Esta estátua do século XX da atual Cincinnati mostra Cincinato devolvendo os símbolos de seu cargo político e voltando para a sua fazenda. Muitas histórias romanas o mostram dessa maneira, como um patriota sensato. Mas havia outro lado de Cincinato, o de ferrenho oponente dos direitos dos plebeus e dos pobres da cidade.

O mundo das Doze Tábuas

O regime republicano começou com uma queixa e não com um estrondo. Há todo tipo de relato comovente feito por historiadores romanos sobre a nova ordem política, sobre guerras em grande escala ao longo das primeira décadas do século V a.C. e sobre heróis e vilões grandiosos, que também alimentaram as lendas modernas. Lúcio Quíncio Cincinato [Lucius Quinctius Cincinnatus], por exemplo, que mais de dois milênios mais tarde deu nome à cidade americana de Cincinnati, supostamente voltou de seu semiexílio na década de 450 a.C. para se tornar ditador e liderar os exércitos romanos contra seus inimigos, antes de se aposentar em sua fazenda sem buscar glórias políticas. Caio Márcio Coriolano [Gaius Marcius Coriolanus], ao contrário, que inspirou a peça *Coriolano*, de Shakespeare, foi, segundo a opinião geral, um herói de guerra que virou traidor por volta de 490 a.C., e que teria invadido a própria terra não fosse a intervenção da mãe e da esposa para dissuadi-lo. Mas a realidade foi diferente, e de dimensões bem mais modestas.

Qualquer que fosse a organização política da cidade quando os Tarquínios foram removidos, a arqueologia esclarece que, durante a maior parte do século V a.C., Roma não teve qualquer prosperidade. Um templo do século VI a.C., que às vezes é associado ao nome de Sérvio Túlio, foi um daqueles edifícios queimados nos incêndios ocorridos por volta de 500 a.C. e teve que aguardar por décadas pela reconstrução. Havia também um declínio nítido nas importações de cerâmica da Grécia, que são um bom indicador dos níveis de prosperidade.

Colocado em termos simples, se o final do período dos reis poderia ser apelidado de “*La Grande Roma dei Tarquini*”, os primeiros anos da República foram bem menos grandiosos. Quanto a todo aquele belicismo heroico que aparece nos relatos romanos, apesar do papel significativo na imaginação romana, era muito local, com lutas no raio de uns poucos quilômetros da cidade. O mais provável é que se tratasse dos costumeiros ataques entre comunidades vizinhas ou de incursões de guerrilha, posteriormente relatados, de modo anacrônico, como algo mais próximo de confrontos militares formais. Pois muito disso, sem dúvida, ainda se dava em bases semiprivadas, promovido por chefes guerreiros independentes. Pelo menos é o que indica um incidente relatado no início da década de 470 a.C., quando se conta que 306 romanos morreram em uma emboscada. Ao que parece, eram todos de uma única família, os Fabii, acrescida de seus vassalos, agregados e clientes: isto é, era mais um grande bando do que um exército.

As Doze Tábuas são o melhor antídoto a essas narrativas heroicas posteriores. As tábuas de bronze originais não sobreviveram. Mas parte de seu conteúdo foi preservado porque romanos posteriores encararam essa coleção de regulamentações como o início de uma tradição jurídica. O que havia sido inscrito em bronze foi depois colocado em forma de panfleto e era também repetido de cor, segundo o que nos conta Cícero, por estudantes no século I a.C. Bem depois dessas regras já não terem mais qualquer força prática, elas continuaram a ser reimpressas e reeditadas, e foram compilados vários comentários eruditos antigos sobre o sentido das cláusulas individuais, sua

importância legal e linguagem. Nada dessa volumosa literatura sobreviveu intacta. Mas partes dela são citadas ou parafraseadas em escritos que sobreviveram, e, vasculhando esse material, estudiosos resgataram as oitenta e tantas cláusulas das tábuas originais.

O processo todo tem sido ferozmente técnico, e ainda há debates calorosos e intrincados sobre o sentido exato do texto das cláusulas, sobre a abrangência e representatividade dessa seleção em relação às originais e sobre a acurácia dos estudiosos romanos posteriores que as citam. Alguma modernização ocorreu, sem dúvida: o latim parece arcaico, mas não arcaico o suficiente para o século V a.C., e às vezes as paráfrases tentaram aproximar o sentido original dos procedimentos posteriores da lei romana. Em alguns casos, mesmo advogados romanos cultos compreenderam mal o que leram nas Doze Tábuas. A ideia de que um devedor insolvente, que tivesse vários credores, poderia ser morto e seu corpo dividido entre eles, em pedaços de dimensões proporcionais às quantias devidas, parece ser uma dessas interpretações equivocadas. Seja como for, essas citações oferecem o acesso mais direto à sociedade de meados do século V a.C., suas casas e famílias, suas preocupações e seus horizontes intelectuais.

Trata-se de uma sociedade bem simples e de ambições bem mais restritas do que o relato de Lívio deixa implícito. Isso fica claro por meio da linguagem e do conteúdo. Embora as traduções modernas façam o seu melhor para que tudo soe razoavelmente lúcido, a construção latina original com frequência está distante disso. Em particular, a ausência de substantivos e pronomes diferenciados pode tornar quase impossível saber quem é quem. “Se ele intima judicialmente, deve

comparecer. Se não comparece, deve convocar a testemunhar, e então deve trazer", presumivelmente significa: "Se um *requerente* intima um *acusado* judicialmente, *o acusado* tem que comparecer. Se não comparecer, *o requerente* deve convocar *outra pessoa* a testemunhar, e então trazer *o acusado*". Mas não diz exatamente isso. Tudo indica que quem quer que tenha redigido essa e muitas outras cláusulas ainda tinha que fazer grande esforço para usar a linguagem escrita de modo a estruturar regulamentações precisas, e que as convenções da argumentação lógica e da expressão racional ainda estavam em sua primeira infância.

No entanto, a mera tentativa de criar um registro formal dessa espécie marca um estágio importante naquilo que hoje com frequência é chamado de formação do Estado. Um dos aspectos decisivos em muitas sociedades primitivas é a rudimentar, e geralmente muito parcial, codificação da lei. Na antiga Atenas, por exemplo, a obra de Draco no século VII a.C., embora hoje seja sinônimo de severidade ("draconiano"), foi notável como primeira tentativa de escrever o que eram regras orais; mil anos antes na Babilônia, o código de Hamurabi fez algo similar. As Doze Tábuas seguem esse padrão. Estão longe de constituir um código de leis abrangente e podem muito bem nunca ter tido essa intenção. A não ser que o âmbito das citações sobreviventes seja muito enganoso, elas praticamente não incluem nada de lei pública, constitucional. O que fica implícito é um compromisso com procedimentos acordados, compartilhados e publicamente reconhecidos de resolver disputas, e algumas reflexões sobre como lidar com obstáculos práticos e teóricos à consecução disso. O que fazer se o

acusado fosse idoso demais para comparecer diante do requerente? O requerente deveria prover um animal para transportá-lo. O que aconteceria se a parte culpada fosse uma criança? A penalidade nesse caso poderia ser uma surra em vez da forca — uma distinção que prenuncia nossas ideias sobre a idade mínima para responsabilidade criminal.

Os temas dessas regulamentações apontam para um mundo de múltiplias desigualdades. Havia escravos de vários tipos, desde aqueles que tinham caído em alguma forma de servidão por dívida até os presumivelmente capturados em ataques ou guerras (embora isso seja apenas uma suposição). E sua condição inferior estava bem explicitada: a pena por agressão a um escravo é definida como metade da pena por agressão a um homem livre, ao passo que um escravo podia ser punido com a morte por uma mesma ofensa que, se cometida por um cidadão livre, acarretaria apenas uma surra. Mas alguns escravos acabavam sendo libertos, como fica claro em uma referência a um ex-escravo, ou *libertus*.

Também havia hierarquias entre os cidadãos livres. Uma cláusula estabelece distinção entre patrícios e plebeus, outra entre *assidui* (homens com propriedades) e *proletarii* (sem propriedades — cuja contribuição para a cidade era a produção de descendência, *proles*). Outra refere-se a “patrões” e “clientes” e a uma relação de dependência e obrigações mútuas entre os cidadãos mais ricos e os mais pobres, que permaneceu importante ao longo da história romana. O princípio básico era que o cliente dependia do seu patrão para proteção e assistência, financeira e de outro tipo, como retribuição por uma variedade de serviços prestados, incluindo voto em eleições. Os escritos romanos posteriores

são cheios de retórica bombástica da classe patronal a respeito das virtudes do relacionamento, e tristes queixas do lado dos clientes sobre as humilhações pelas quais tinham que passar, e tudo por uma refeição de segunda categoria. Nas Doze Tábuas, a regra simples declara: “Se um patrão fez dano ao seu cliente, deve ser amaldiçoado” — seja lá o que isso quisesse dizer.

Em sua maior parte, as Doze Tábuas abordam problemas domésticos, com um foco intenso na vida familiar, vizinhos encrenqueiros, propriedade privada e morte. Elas tratam de procedimentos para se abandonar ou matar bebês deformados (uma prática comum ao longo da Antiguidade, que os acadêmicos modernos conhecem pelo eufemismo “deixar expostos”), herança e a conduta adequada em funerais. Cláusulas específicas proibiam mulheres de arranhar suas faces ao prantear um defunto, ou de construir piras funerárias perto demais da casa de alguém, ou ainda de enterrar ouro — exceto o dos dentes — junto ao corpo. Outra preocupação óbvia era com prejuízos criminosos ou acidentais. Tratava-se de um mundo em que as pessoas preocupavam-se em como lidar com a árvore do seu vizinho que se projetava sobre sua propriedade (a solução: tinha que ser cortada em uma determinada altura) ou com os animais do vizinho que corriam descontrolados (solução: o dano tinha que ser reparado ou o animal sacrificado). Preocupavam-se com ladrões irrompendo durante a noite — o que devia ser punido mais severamente do que os roubos diurnos —, com vândalos destruindo seus cultivos ou com armas extraviadas ferindo um inocente. Mas, caso tudo isso soe um pouco familiar demais, era também um mundo em que as pessoas se preocupavam com a magia. O que você deveria fazer se algum

inimigo enfeitiçasse seus cultivos ou lançasse uma maldição contra você? Infelizmente, perdeu-se o que seria a providência adequada nesse caso.

A julgar pelas Doze Tábuas, Roma em meados do século V a.C. era uma cidade agrícola, com complexidade suficiente para reconhecer divisões básicas entre escravo e cidadão livre e entre as diferentes categorias de cidadãos, e sofisticada o bastante para ter concebido alguns procedimentos formais para lidar de modo consistente com disputas, regulamentar relações sociais e familiares e impor regras básicas para atividades humanas como o descarte dos mortos. Mas não há evidência de que fosse mais do que isso. A notavelmente vacilante formulação de regulamentações, em alguns aspectos canhestra ou mesmo confusa, deveria colocar em questão algumas das referências que Lívio e outros escritores antigos fazem a respeito de leis e tratados complicados desse período. E a ausência, pelo menos no conjunto de cláusulas preservado, de referência a qualquer autoridade pública específica, exceto a uma Virgem Vestal (que como sacerdotisa deveria ser liberada do controle de seu pai), certamente não sugere um aparato estatal controlador. Mais ainda: praticamente não há qualquer menção ao mundo fora de Roma — além de um par de referências sobre como determinadas regras se aplicavam a um *hostis* (um "estrangeiro" ou um "inimigo"; a mesma palavra em latim, significativamente, pode significar as duas coisas) e uma referência a ser vendido como escravo "em país estrangeiro cruzando o Tibre", como uma forma de punição em último recurso por dívida. Talvez esse conjunto de cláusulas tenha um foco intencionalmente interno em vez de externo. De qualquer modo, não há indicação nas Doze Tábuas de que

fosse uma comunidade que desse grande prioridade às relações, seja de dominação, exploração ou amizade, para além de sua localidade.

Tudo parece estar a um mundo de distância da era de Cícero, e mesmo da era de Barbato e Ápio Cláudio Cego, pouco mais de cem anos depois, com seu desfile de cargos públicos, estradas se abrindo ao sul até Capua e a ostentação da tomada de reféns da Lucânia (ver lâmina 5). Então, o que foi que mudou, e quando?

O conflito das ordens

Primeiro, o que aconteceu na política interna? As Doze Tábuas foram um dos resultados do que se costuma chamar agora de Conflito das Ordens (o termo latino *ordo* significa, entre outras coisas, "hierarquia social"), que, segundo os escritores romanos, dominou a política interna naqueles duzentos anos cruciais após o fim da monarquia. Foi a luta dos cidadãos plebeus para obter plenos direitos políticos e paridade com a elite — os cidadãos patrícios —, que eram geralmente contrários a abrir mão de seu monopólio hereditário do poder. Em Roma, isso passou a ser visto sempre como uma heroica defesa da liberdade política do cidadão comum, e deixou sua marca também na política, e no vocabulário político, do mundo moderno. A palavra "plebeu" ainda é um termo especialmente carregado de sentido em nossos conflitos de classe; em 2012, a alegação de que um político conservador britânico havia insultado um policial chamando-o de *pleb* — abreviação de *plebeian* [plebeu] — levou à renúncia do cargo.

Até onde sabemos, foi apenas alguns anos após o estabelecimento da República, no início da século V a.C., que os plebeus começaram a reclamar de sua exclusão do poder e da exploração que sofriam por parte dos patrícios. Afinal, perguntavam-se eles repetidas vezes, por que lutar nas guerras de Roma se todo o lucro gerado por nós serve apenas para encher os bolsos dos patrícios? Como poderiam considerar-se cidadãos plenos, quando estavam sujeitos a punições aleatórias e arbitrárias, até mesmo a serem escravizados se caíssem na condição de devedores? Que direito tinham os patrícios de manter os plebeus como uma subclasse? Ou, como nas palavras irônicas de um reformador plebeu, registradas por Lívio e expressas em termos que lembram de modo impressionante a oposição ao *apartheid* no século XX, "Por que vocês não aprovam uma lei para impedir um plebeu de morar vizinho a um patrício, ou de andar na mesma rua, ou de frequentar a mesma festa, ou de ficar em pé, lado a lado, no mesmo Fórum?".

Em 494 a.C., atormentados por dívidas, os plebeus fizeram a primeira de várias passeatas pela cidade, uma combinação de motim e greve, para forçar os patrícios a aceitarem as reformas. Funcionou. Desencadeou uma longa série de concessões que aos poucos erodiram todas as diferenças significativas entre patrícios e plebeus e efetivamente reformularam a estrutura do poder político da cidade. Duzentos anos mais tarde, havia poucos privilégios dos patrícios além do direito de exercer alguns cargos antigos de sacerdócio e de usar uma forma particular de calçado adornado.

A primeira reforma em 494 a.C. foi a nomeação de representantes oficiais,

conhecidos como tribunos do povo (*tribuni plebis*), para defender os interesses dos plebeus. Depois, criou-se uma assembleia especial, exclusivamente para plebeus. Assim como a Assembleia das Centúrias, ela foi organizada em um sistema de votação por bloco, mas os detalhes técnicos eram radicalmente diferentes. Não se baseava em uma hierarquia de riqueza. Em vez disso, os grupos votantes eram definidos geograficamente, sendo divididos em tribos (*tribus*), ou subdivisões regionais do território romano, sem nenhuma relação com qualquer agrupamento étnico que o sentido moderno de "tribo" possa implicar. Por fim, após uma última passeata, em uma reforma que Cipião Barbato teria testemunhado em 287 a.C., as decisões dessa assembleia passaram a ter automaticamente obrigatoriedade legal sobre todos os cidadãos romanos. Em outras palavras, foi dada a uma instituição plebeia a força de legislar sobre e em nome do Estado como um todo.

Entre 494 e 287 a.C., em meio a mais retórica de agitação, greves e ameaças de violência, todos os altos cargos e postos de sacerdócio foram aos poucos sendo abertos aos plebeus e seu status de segunda classe foi desmantelado. Uma das vitórias plebeias mais célebres ocorreu em 326 a.C., quando o sistema de escravização por dívidas foi abolido, estabelecendo-se o princípio de que a liberdade de um cidadão romano era um direito inalienável. Um marco igualmente significativo, mas de menor dimensão política, havia sido aprovado quarenta anos antes, em 367 a.C. Após décadas de reclamações de patrícios de que "constituiria um crime contra os deuses deixar um plebeu ser cônsul", foi decidido abrir um dos consulados a plebeus. E, a partir de 342 a.C., aceitou-se

que ambos os cônsules poderiam ser plebeus, caso eleitos.

27. Um dos cargos que sempre fora restrito aos patrícios era o “flaminato” — cargo sacerdotal antigo relacionado a alguns dos principais deuses. Sacerdotes desse grupo são vistos aqui no Altar da Paz do século I a.C. (ver Fig. 65), reconhecíveis por seu estranho adereço cobrindo a cabeça.

De longe, os eventos mais dramáticos no conflito foram os que cercaram a elaboração das Doze Tábuas, em meados do século V a.C. As cláusulas que foram preservadas podem ser breves, alusivas e até um pouco secas, mas, segundo a história que os romanos contam, foram compiladas em uma atmosfera que envolvia uma mistura trágica e altamente emocional de enganos, acusações de tirania, tentativa de estupro e assassinato. Segundo a história, durante vários anos os plebeus haviam pedido que as “leis” da cidade fossem tornadas públicas, em vez de constituírem um mero recurso secreto dos patrícios; e, como

concessão, os cargos políticos normais foram suspensos em 451 a.C. e dez homens (*decemviri*) foram nomeados para coletar, redigir e publicar essas leis. No primeiro ano, os *decemviri* foram bem-sucedidos em elaborar dez tábuas de leis, mas a tarefa não estava concluída. Assim, para o ano seguinte outro conselho foi nomeado, mas se mostrou de caráter bem mais conservador. Esse segundo conselho produziu as duas tábuas restantes, introduzindo uma notável cláusula proibindo o casamento entre patrícios e plebeus. Embora a iniciativa da elaboração dessas leis tivesse sido originalmente reformista, ela se transformou na mais extrema tentativa de manter os dois grupos separados: "a lei mais desumana", assim chamou-a Cícero, contrária ao espírito romano de abertura.

Coisa pior estava por vir. Esse segundo conselho de *decemviri* — os Dez Tarquínios, como eram conhecidos — começou a imitar o comportamento de tiranos, descendo ao nível da violência sexual. Naquilo que foi quase uma reencenação do estupro de Lucrécia que levou à fundação da República, um de seus membros, o patrício Ápio Cláudio (trisavô do construtor de estradas), exigiu fazer sexo com uma jovem plebeia, adequadamente nomeada como Virgínia, solteira mas comprometida. Seguiram-se fraude e corrupção. Ápio subornou um dos seus agregados para que declarasse que ela era sua escrava, e que havia sido roubada por alguém que ela chamava de pai. O juiz do caso foi o próprio Ápio, que, é claro, julgou em favor de seu cúmplice e atravessou o Fórum para ir tomar Virgínia. Nas discussões que se seguiram, o pai dela, Lucius Virginius, pegou uma faca da banca de um açougueiro e apunhalou sua filha até a morte: "Estou libertando você, minha filha, do único jeito que posso", gritou.

A história de Virgínia sempre foi ainda mais perturbadora que a de Lucrécia. Ela não só combina assassinato familiar com a brutalidade do conflito de classes, como ainda levanta de modo inevitável a questão do preço a ser pago pela castidade. Que tipo de modelo de paternidade é esse? Quem incidiu mais em erro? Será que altos princípios precisam ter custos terríveis? E, uma vez mais, o (a tentativa de) estupro veio a ser o catalisador de uma mudança política. A exibição do corpo de Virgínia e o discurso veemente que Virginius fez ao Exército geraram tumultos, motins, a abolição do tirânico conselho dos *decemviri* e, nas palavras de Lívio, o restabelecimento da liberdade. Apesar da mácula da tirania, as Doze Tábuas continuaram. Logo passaram a ser vistas como honoráveis ancestrais da lei romana, exceto a proibição de casamento entre as classes, que foi rejeitada.

Essa história do Conflito das Ordens constitui uma das mais radicais e coerentes manifestações de poder popular e liberdade que sobreviveram do mundo antigo — bem mais radical do que qualquer coisa que tenha sobrevivido da democrática Atenas clássica, cuja maioria de seus escritores, quando tinha algo explícito a dizer sobre o assunto, se opunha ao poder popular. Em seu conjunto, as exigências colocadas nas bocas dos plebeus eram um programa sistemático de reforma política, baseado em diferentes aspectos da liberdade do cidadão, desde a de participar do governo do Estado à liberdade contra a exploração e de informação. Não surpreende que os movimentos da classe trabalhadora em muitos países no século XIX e início do século XX tenham descoberto um precedente memorável, e um pouco da sua retórica vencedora,

nessa história antiga sobre como a ação concertada do povo romano arrancou concessões da aristocracia patrícia hereditária e garantiu plenos direitos políticos aos plebeus. E tampouco surpreende que os primeiros sindicatos tenham olhado para as passeatas daqueles plebeus como modelo a seguir para uma greve bem-sucedida.

Mas o quanto é acurada essa história que os romanos contaram desse conflito? E que luz ela lança sobre o "grande salto adiante" de Roma? Aqui as peças do quebra-cabeça se mostram difíceis de compor. Mas, sem dúvida, também se destacam alguns contornos do quadro geral e algumas prováveis datas cruciais.

Muitos aspectos da história, do jeito que chegou a nós, devem estar errados, ou foram bem modernizados por escritores posteriores, especialmente no que diz respeito ao início do período do conflito, que ainda se mostra mais próximo ao mito do que da história. Virgínia provavelmente não é uma construção menos ficcional do que Lucrécia. Há uma discrepância estranha entre as cláusulas sobreviventes das Doze Tábuas e a elaborada história dos *decemviri*. Afinal, por que, se a compilação derivou diretamente dos conflitos entre patrícios e plebeus, existe apenas uma referência a essa distinção (na proibição de casamento) nas cláusulas preservadas? A maior parte da argumentação, e mais ainda da retórica, dos antigos reformadores plebeus é provavelmente uma reconstrução feita por escritores do século I a.C., alimentada pelos debates sofisticados de sua época, e não o resultado daquele mundo das Doze Tábuas — e poderia muito bem haver melhores evidências da ideologia política popular do último período do que do

Conflito das Ordens. Além disso, apesar da certeza romana de que a exclusão dos plebeus do poder do Estado remontava à queda da monarquia, há pistas de que ela se desenvolveu apenas no decorrer do século V a.C. A lista-padrão dos cônsules, por exemplo, por mais ficcionalizada que possa ser, inclui no início do século V a.C. muitos nomes identificáveis como de plebeus (incluindo o do primeiro cônsul, o próprio Lúcio Júnio Brutus), que desapareceram completamente na segunda metade do século.

Isto posto, não há dúvida de que longos períodos dos séculos V e IV a.C. sofreram as rupturas decorrentes de lutas sociais e políticas entre uma minoria privilegiada hereditária e o restante. Mais de meio milênio depois, a distinção formal entre famílias patrícias e plebeias ainda sobrevivia, como um daqueles "fósseis" que discuti anteriormente, com um aroma de esnobismo a ele vinculado e não muito mais que isso. Seria difícil explicar a própria existência dessa distinção se a diferença entre os dois grupos não tivesse sido em algum momento uma marca significativa de poder político, social e econômico. Há também fortes razões para pensar que o ano de 367 a.C. foi um grande ponto de virada, mesmo que não exatamente nos termos que os historiadores romanos imaginaram.

Para eles, aquele foi o momento revolucionário em que se decidiu não apenas que o consulado deveria ser franqueado aos plebeus, mas também que um dos dois cônsules deveria, sempre, ser plebeu. Nesse caso, a lei foi desconsiderada logo após ser feita, já que em várias ocasiões nos anos seguintes aparecem registrados como cônsules dois patrícios. Lívio percebeu o problema e

de modo não convincente sugeriu que os plebeus já se contentavam com o direito de concorrer e não se incomodavam se não fossem eleitos. Muito mais provável é que não houvesse um cônsul plebeu obrigatório, e que esse tivesse sido o ano em que o consulado, como grande cargo anual do Estado, foi implantado em base permanente, presumivelmente aberto tanto a patrícios como a plebeus.

Isso certamente encaixaria bem com outras duas pistas signicativas. Primeiro, mesmo no registro romano tradicional, as entradas para a maior parte dos anos entre a década de 420 e 360 a.C. trazem o nome dos misteriosos “coronéis” como autoridades principais do Estado. Isso muda de vez em 367 a.C., quando os cônsules se tornam a norma pelo resto da história romana. Segundo, é muito provável que o Senado tenha assumido sua forma definitiva nessa época. Os escritores romanos tendiam a dar como certo que as origens do Senado remontavam a Rômulo, na forma de um conselho de “idosos” (*senes*), e que por volta do século V a.C. ele já era uma instituição bem estruturada operando mais ou menos nos termos de 63 a.C. Um verbete altamente técnico de um antigo dicionário romano implica uma versão diferente, sugerindo que foi apenas por volta do século IV a.C. que o Senado se estabeleceu como corpo permanente com membros vitalícios, e não como um mero grupo de amigos e conselheiros *ad hoc* atendendo às autoridades que estivessem no poder, quaisquer que fossem, sem qualquer tipo de continuidade. Se isso for certo (e, é claro, nem todas as peças arcanas de informação técnica são necessariamente corretas), então sustenta a ideia de que o sistema político romano assumiu sua

forma característica em meados do século IV a.C. Sejam quais forem os precursores, ou os elementos, como assembleias ou censos, que já estivessem instituídos, Roma não pareceu caracteristicamente “romana” mais do que por um século depois de 509 a.C.

Isso significa que o que vimos delineado no túmulo de Barbato não é uma carreira tradicional de um membro da elite romana, embora ele tenha sido visto assim mais tarde. Enterrado em algum momento do início do século III a.C., Barbato era na verdade um representante da relativa nova ordem republicana doméstica — e, como veremos agora, externa.

O mundo exterior: Veii e Roma

A expansão do poder romano pela Itália foi impressionante. É fácil ficar deslumbrado, ou intimidado, com o Império ultramarino posterior de Roma, que chegou a abranger mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, e também aceitar como certa a ideia de que a Itália era romana. Mas ver a pequena cidade junto ao Tibre de 509 a.C. transformada em uma comunidade politicamente organizada de mais de 13 mil quilômetros quadrados na década de 290 a.C., com efetivo controle sobre pelo menos metade da península Itálica, e mais ainda no futuro, é quase tão impressionante quanto. Como isso aconteceu? E quando?

As relações de Roma com o mundo exterior foram inexpressivas, o quanto é possível afirmar, até por volta de 400 a.C. Suas relações comerciais com o Mediterrâneo mais amplo não iam além do que era típico para uma cidade italiana. Suas interações diretas eram principalmente locais, acima de tudo com

as comunidades latinas do sul, que partilhavam com Roma uma língua, um sentido de ancestralidade comum e várias festas sagradas. O máximo que se pode dizer é que, por volta do final do século VI a.C., os romanos provavelmente tinham algum tipo de controle sobre alguns dos outros latinos. Tanto Cícero quanto o historiador Políbio (um arguto observador grego de Roma, que aparecerá com destaque no próximo capítulo) afirmam ter visto documentos, ou "tratados", desse período, sugerindo que Roma era então o principal ator daquele pequeno mundo latino local. E, como temos visto, a história do século V a.C. sugere que havia surtos mais ou menos anuais de lutas, mas em escala limitada, não importa os termos grandiosos com que tenham sido mais tarde enaltecidas. Em termos bem simples, se tivessem ocorrido grandes baixas a cada ano durante décadas, a pequena cidade de Roma não teria sobrevivido.

O momento da mudança veio perto do início do século IV a.C., com dois eventos que tiveram um papel preponderante, e imensamente mitologizado, em todos os relatos antigos da expansão romana: a destruição imposta por Roma à vizinha cidade de Veii, sob o heroico Camilo em 396 a.C., e a destruição que Roma sofreu nas mãos dos gauleses em 390 a.C. Ignora-se o que estava por trás do confronto de Roma com Veii, mas foi descrito como algo equivalente à Guerra de Troia, com um cerco de dez anos para capturar a cidade assim como o cerco de Troia, e os vitoriosos romanos surgindo dentro da cidade por um túnel cavado até o templo de Juno, como algo equivalente ao Cavalo de Troia. A realidade da "conquista" (o que provavelmente é um termo exagerado) deve ter sido bem mais modesta. Não se tratava de um conflito entre duas superpotências.

Veii era uma cidade próspera, um pouco menor que Roma, e a apenas dezesseis quilômetros de distância cruzando o Tibre.

No entanto as consequências da vitória romana foram significativas, mesmo não tendo o sentido sugerido pelos escritores romanos, que enfatizaram a escravização da população, com todos os seus bens tomados como espólio, e a total destruição da cidade. Trezentos e cinquenta anos depois, o poeta Propércio [Propertius] pintou um quadro desolador de Veii, como o lugar onde nada mais havia a não ser carneiros e uns poucos "pastores ociosos". Isso é mais uma lição moral sobre os perigos da derrota do que uma descrição precisa (Propércio talvez nunca tenha estado ali), pois a arqueologia do local aponta para uma verdade diferente. Embora possa ter havido uma pilhagem perversa, e também a escravização no momento da vitória romana e um influxo de novos colonizadores, a maior parte dos santuários locais continuou operando do mesmo jeito, a cidade se manteve ocupada, mesmo que em escala menor, e a evidência que temos das fazendas dos arredores indica uma continuidade, mais do que uma ruptura.

A mudança importante é de tipo diferente. Roma anexou Veii e suas terras, o que instantaneamente aumentou as dimensões do território romano em cerca de 60%. Logo depois, quatro novas tribos geográficas de cidadãos romanos foram criadas, para poder incluir Veii, seus habitantes nativos e os novos ocupantes. Há indícios de outros desenvolvimentos importantes mais ou menos à mesma época, possivelmente relacionados. Lívio afirma que foi nos dias que antecederam o cerco de Veii que os soldados romanos passaram a ser pagos pela primeira vez,

com fundos dos impostos. Se isso é verdade ou não (e, seja lá com o que foram pagos, ainda não se tratava de moeda), pode muito bem indicar um movimento em direção a uma organização mais centralizada dos exércitos romanos e ao declínio dos conflitos armados particulares.

Mas depois dessa vitória a derrota não se fez demorar. Diz a história que, em 390 a.C., um bando de gauleses — possivelmente uma tribo peregrina buscando terras ou, o que é mais provável, um bem treinado bando de mercenários procurando trabalho mais ao sul — pôs em debandada um exército romano no rio Allia, não longe da cidade. Os romanos, ao que parece, fizeram pouco mais do que fugir, e os gauleses tomaram Roma. Um relato apócrifo descreve de que modo um plebeu virtuoso, adequadamente nomeado como Marcus *Caedicius* ("relator do desastre"), ouviu a voz de algum deus desconhecido advertindo-o de que os gauleses estavam se aproximando, mas o aviso foi ignorado devido ao seu baixo status. Isso se revelou uma lição para os patrícios — uma dura lição — de que os deuses também se comunicavam com plebeus.

Os contadores de histórias romanos fizeram uma extravagante narrativa da captura da cidade, e incluíram vários atos de heroísmo voltados a mitigar a destruição disseminada. Outro homem pobre deu provas de piedade plebeia ao pôr para fora de sua carroça a mulher e os filhos e dar uma carona às Virgens Vestais, que estavam levando embora seus emblemas e talismãs sagrados para local seguro na vizinha cidade de Caere. Muitos aristocratas idosos decidiram simplesmente enfrentar o inevitável e sentaram pacientemente em casa aguardando os gauleses, que por um momento confundiram os idosos com

estátuas antes de massacrá-los. Enquanto isso, Camilo, cumprindo breve exílio por acusações de apropriação indevida de espólios, voltou a tempo de impedir os romanos de pagarem um elevado resgate aos gauleses, e dissuadiu seus compatriotas de simplesmente abandonarem a cidade e se mudarem para Veii, fazendo-os assumir a responsabilidade de refundar a cidade. Essa é uma das versões. Outra, menos honrosa, sustenta que os gauleses triunfalmente partiram levando com eles o resgate.

Trata-se de mais um exemplo do exagero romano. As várias histórias, que se tornaram lugar-comum na memória social romana, oferecem importantes lições patrióticas: a respeito de colocar os interesses do país acima dos interesses familiares, de coragem diante da derrota inevitável e dos riscos de se medir o valor da cidade em termos de ouro. Essa catástrofe tornou-se a tal ponto parte do imaginário popular romano, que alguns obstinados a usaram em 48 d.C. como argumento (ou como artimanha desesperada) contra as propostas do imperador Cláudio de admitir gauleses no Senado. No entanto, não há evidência arqueológica para o tipo de destruição massiva que os romanos posteriores imaginaram, a não ser que aqueles vestígios de incêndio hoje datados por volta de 500 a.C. sejam na realidade, como os arqueólogos já pensaram, vestígios de uma violência gálica ocorrida cem anos depois.

28. Desenho do início do século XX (feito a partir de uma foto) das ruínas da Muralha Serviana perto da estação central de trens de Roma. Trechos dessa fortificação ainda saúdam os viajantes que saem hoje da estação Roma Termini, embora estejam agora encerradas, de modo bastante deprimente, atrás de grades.

A única marca clara que sobreviveu do “saque” na paisagem romana é o vasto muro de defesa da cidade, do qual ainda podemos ver alguns trechos impressionantes, construído após a partida dos gauleses e feito com um tipo de pedra particularmente durável — um dos produtos do novo território de Roma em torno de Veii. Mas havia fortes razões pelas quais essa derrota se mostrou um episódio propício para os historiadores romanos decidirem enfatizá-lo. Ela colocou em foco os temores romanos de invasores provindo dos Alpes, entre os quais Aníbal era o mais perigoso, mas não o único. E ajudou a explicar por que sobreviveu tão pouca informação consistente sobre a Roma primordial (desapareceu no meio das chamas), e portanto marcou o início, em termos

antigos, da “história moderna”. A derrota respondeu ainda à questão de por que na ulterior República a cidade de Roma, apesar de seu renome mundial, era aquele labirinto de toca de coelho mal planejado: os romanos tiveram que reconstruir tudo às pressas depois que os gauleses foram embora. E ainda abriu novo capítulo nas relações de Roma com o mundo exterior.

Os romanos contra Alexandre, o Grande

O que se seguiu foi uma revolução nos conflitos romanos — em seu porte, sua escala, sua localização e suas consequências. Sem dúvida, aquele padrão básico de um conflito bélico mais ou menos anual prosseguiu. Escritores antigos ficaram excitados com a longa lista de batalhas romanas travadas no século IV a.C., e celebraram, e exageraram, as vitórias heroicas, ao mesmo tempo que lamentaram um punhado de vergonhosas derrotas. A Batalha das Forcas Caudinas, em 321 a.C., na qual os samnitas do sul da Itália trucidaram os romanos, teve quase a mesma repercussão da Batalha do Allia ou do saque de Roma setenta anos antes — mesmo não tendo sido realmente uma batalha. Os romanos foram atraídos para uma armadilha em uma estreita garganta de montanha, as Forcas, sem água, e simplesmente se renderam.

No entanto, entre o saque de Roma em 390 a.C. e a Batalha de Sentino em 295 a.C., o efetivo envolvido nesses conflitos aumentou dramaticamente. As campanhas passaram a ser travadas cada vez mais longe de Roma. Enquanto Veii estava a dezesseis quilômetros pela estrada, Sentino estava a uns trezentos quilômetros de distância, cruzando os Apeninos. E os arranjos feitos entre Roma

e os derrotados tiveram consequências futuras bem mais profundas. O impacto militar de Roma ao final do século IV a.C. era tão grande que Lívio achou que valia a pena comparar o poderio romano com o daquele conquistador do mundo, Alexandre, o Grande, que entre 334 e 323 a.C. conduzira seu Exército macedônio em uma farra de conquistas da Grécia até a Índia. Lívio ficou imaginando quem teria vencido, os romanos ou os macedônios, caso tivessem se enfrentado, uma charada militar que generais em suas poltronas ainda lhe dedicam suas ponderações.

Houve dois conflitos particularmente significativos na Itália nesse período. Primeiro foi a chamada Guerra Latina, travada contra os vizinhos latinos de Roma, entre 341 e 338 a.C. Logo depois vieram as "Guerras Samnitas", quando Barbato obteve suas vitórias. Foram travadas em diversas fases entre 343 e 290 a.C. contra um grupo de comunidades baseadas nas partes montanhosas do sul da Itália: os samnitas, que eram bem menos primitivos do que os romanos, mas menos urbanizados do que outros povos de muitas outras partes da península. Essas duas "guerras" são construções artificiais, que individualizam dois inimigos e dão seus nomes a uma luta do período, muito mais disseminada e endêmica, a partir de um ponto de vista romanocêntrico (nenhum samnita jamais lutou uma "Guerra Samnita"). Feita a ressalva, elas também lançam luz sobre algumas mudanças importantes.

Segundo o relato usual, a primeira foi desencadeada por uma revolta dos latinos contra a postura dominadora dos romanos na região. Restringiu-se a um conflito local, mas foi notável, até revolucionária, pelos arranjos decorrentes

entre os romanos e as várias comunidades latinas. Pois estes deram cidadania romana a um grande número de derrotados, em diversas cidades ao longo da Itália central, em uma escala que foi bem além do arranjo anterior em Veii. Quer tenha sido um gesto de generosidade, como muitos escritores romanos o interpretaram, ou um mecanismo de opressão, como pode muito bem ter parecido àqueles que viram a cidadania romana ser-lhes imposta, foi de qualquer modo um estágio crucial na redefinição do que significava ser "romano". E trouxe, como logo veremos, enormes mudanças para a estrutura do poder de Roma.

Quase cinquenta anos depois, as décadas das Guerras Samnitas terminaram com mais da metade da península sob domínio de Roma de várias formas, desde tratados de "amizade" a controle direto. Os escritores romanos apresentaram essas guerras como uma luta entre dois Estados pela supremacia italiana. Certamente não foram isso, mas a escala do conflito era algo novo e preparou o cenário futuro. Na Batalha de Sentino, os romanos enfrentaram um grande grupo de inimigos ("aliança" seria uma palavra formal demais para isso): os próprios samnitas, assim como os etruscos e gauleses do extremo norte da península. O simples número de combatentes parece ter atraído a atenção de Duris de Samos, que registrou um vasto mas implausível total de baixas de 100 mil samnitas e aliados. Escritores romanos viram o conflito como uma vitória particularmente heroica. Chegou a virar tema de uma tragédia romana patriótica duzentos anos mais tarde, que inclui até um trágico coro de soldados romanos e destaca um dos comandantes de Roma que abriu mão da sua vida para garantir o sucesso do

Exército. Mas eles também debateram, como os modernos eruditos continuaram a fazer, o quanto essa maior batalha de todas foi de fato grande. Lívio não teve paciência com estimativas de escala da realizada por Duris. Impossível saber se a sua estimativa de forças romanas — por volta de 16 mil homens (mais o mesmo tanto de aliados) — está correta. Uma coisa é certa: era um mundo militar diferente do daquelas escaramuças de baixo nível do século V a.C.

Um mundo que ainda podemos vislumbrar em uma extraordinária descoberta feita na década de 1870 em escavações no limite da antiga cidade de Roma: um fragmento desafiadoramente pequeno de uma pintura de um túmulo, provavelmente do início do século III a.C. Originalmente muito mais extensa, cobrindo uma parede inteira, está disposta em uma série de registros, um acima do outro, que segundo se acredita mostram cenas desses conflitos entre Roma e os samnitas. Se for assim, é a primeira pintura sobrevivente no Ocidente a mostrar uma campanha militar identificável, real — a não ser que uma cena bastante genérica de combate pintada num túmulo no sul da Itália seja realmente, como alguns arqueólogos de maneira otimista imaginaram, uma orgulhosa representação da vitória samnita nas Forcas Caudinas (ver lâmina 6).

A interpretação da pintura gerou imensa controvérsia, e hoje ela está tristemente erodida, mas o perfil principal é suficientemente claro. O registro mais inferior retrata uma luta corpo a corpo, dominada por um homem cujo elmo sofisticado se estende para dentro da cena acima; bem no alto destacam-se também algumas imponentes ameias. Cada uma das cenas mais bem preservadas mostra um homem com uma toga curta segurando uma lança. Um deles, e

possivelmente ambos, tem por nome “Q Fabius”, plausivelmente Quinto Fábio Máximo Ruliano [Quintus Fabius Maximus Rullianus], que era o oficial comandante em Sentino e concedeu a Barbato sua única breve participação em batalha, instruindo-o a “trazer as reservas da retaguarda”. Aqui ele é mostrado — com um séquito de agregados atrás de si em escala perceptivelmente menor — ao que parece em negociação com “Fannius”, um guerreiro sem armas, vestido com equipamento militar que inclui pesadas proteções para as pernas e, em um dos casos, um elmo com plumas, e que estende sua mão direita desarmada. Seria este Fannius um samnita, rendendo-se a um representante da “raça que usa toga” — aqui, já no século III a.C., retratado exatamente assim?

Vistos nessas imagens simples, estilizadas, os romanos não parecem páreo para Alexandre, o Grande. Mas se teriam sido ou não é justamente a questão que Lívio levanta na longa digressão em sua *História* depois de descrever a impressionante recuperação romana da humilhação nas Forcas Caudinas. Não escapa à sua observação que as Guerras Samnitas ocorriam na Itália no final do século IV a.C., mais ou menos quando o rei macedônio devastava o Oriente. Na época de Lívio, os generais romanos já estavam havia muito tempo ansiosos para emular Alexandre. Tinham imitado seu estilo de penteado, autodenominavam-se “o Grande” e tanto Júlio César quanto o primeiro imperador, Augusto, haviam feito uma peregrinação ao túmulo de Alexandre no Egito, e Augusto — assim se dizia — havia por acidente arrancado o nariz do cadáver enquanto prestava-lhe homenagem. Portanto, talvez não surpreenda que Lívio tenha levantado uma clássica questão hipotética: quem teria vencido se Alexandre tivesse voltado seus

exércitos para o Ocidente e enfrentado os romanos em vez dos persas?

Alexandre, reconhece ele, era um grande general, apesar de ter seus defeitos, entre eles o de embriagar-se. Mas os romanos contavam com a vantagem de não depender de um único líder carismático. Tinham extraordinária disciplina militar. Também podiam, insistia Lívio, convocar um número bem maior de soldados bem treinados e — graças às alianças romanas por toda a Itália — reunir reforços mais ou menos à vontade. Sua resposta, em resumo, era que, tivesse surgido a oportunidade, os romanos teriam derrotado Alexandre.

Expansão, soldados e cidadãos

Em seu estilo cheio de rodeios, Lívio — que às vezes parece muito moroso em suas análises — oferece uma resposta perspicaz às perguntas sobre o que tornava os exércitos romanos desse período tão bons e como foi que Roma rapidamente controlou uma parte enorme da Itália. Este é um dos poucos casos em que ele olha sob a superfície da narrativa para os fatores sociais e estruturais subjacentes, desde a organização do comando romano aos recursos de efetivo de Roma. Vale a pena avançar com o ponto de vista de Lívio um pouco mais, e refletir melhor sobre o que foi, em retrospecto, o início do Império Romano.

Duas questões são claras e questionam um par de mitos modernos enganosos a respeito do poder e do "caráter" romano. Primeiro, os romanos não eram por natureza mais beligerantes do que seus vizinhos e contemporâneos, não mais do que se mostravam naturalmente melhores em construir estradas e pontes. É verdade que a cultura romana prestava um valor muito alto — para nós,

incomodamente alto — ao sucesso num combate. Perícia, bravura e violência mortal em batalha eram celebradas repetidamente, não só as do general vitorioso desfilando pelas ruas sob aclamação da multidão em sua triunfal procissão, mas as dos soldados rasos mostrando suas cicatrizes de batalha no meio de discussões políticas, na expectativa de com isso acrescentar peso aos argumentos. Em meados do século IV a.C., a base da plataforma principal dos oradores no Fórum era decorada com aríetes de bronze de navios de guerra inimigos capturados da cidade de Âncio durante a Guerra Latina, simbolizando a base militar do poder político romano. A palavra latina para “aríete”, *rostra*, tornou-se o nome da plataforma e resultou na palavra do português moderno “rostro”.

No entanto, seria ingênuo imaginar que os outros povos na Itália fossem diferentes. Tratava-se de grupos muito disparatados, e muito mais variados — na língua, cultura e organização política — do que o vocábulo “italianos” implica. Mas julgando a partir do pouco, comparativamente, que sabemos da maioria deles, do equipamento militar encontrado em seus túmulos, das referências de passagem presentes na literatura, dos seus espólios, de suas guerras e atrocidades, eram tão comprometidos com o militarismo quanto os romanos e provavelmente tinham a mesma ambição de lucro. Tratava-se de um mundo de violência endêmica, onde as escaramuças com vizinhos eram eventos anuais, a pilhagem era uma fonte de renda significativa para todos e a maior parte das questões se resolvia pela força. A ambivalência da palavra latina *hostis* capta muito bem o limite nebuloso entre o “estrangeiro” e o “inimigo”. O mesmo acontece com a expressão latina padrão para “no país e no exterior” — *domi*

militiaeque — na qual “exterior” (*militiae*) não se distingue de “em campanha militar”. A maioria dos povos da península sem dúvida partilhava essa ambiguidade. Estar fora da própria casa era sempre estar (potencialmente) em guerra.

Segundo, os romanos não planejaram conquistar e controlar a Itália. Não houve nenhum conspirador no século IV a.C. sentado com um mapa delimitando um trecho da maneira territorialista que associamos a Estados-nação imperialistas nos séculos XIX e XX. Para começar, simples como possa soar, eles não tinham mapas. O que implica o mistério de como eles concebiam o mundo ao seu redor. Tenho tentado escrever sobre a difusão do poder de Roma pela península Itálica, mas ninguém sabe quantos — ou, de modo mais realista, quão poucos — romanos naquele tempo pensavam em sua terra natal como parte de uma península do jeito que nós fazemos. Uma versão rudimentar dessa ideia está talvez implícita em referências na literatura do século II a.C. ao Adriático como Mar Superior e ao Tirreno como Mar Inferior, mas é notável que isso esteja na orientação norte-sul, enquanto a nossa é leste-oeste.

Os romanos viam sua expansão mais em termos de relações mutáveis com outros povos do que em termos de controle de território. É claro, o crescente poder de Roma de fato transformou radicalmente a paisagem da Itália. Pouca coisa havia que fosse mais transformadora do que uma nova estrada romana atravessando campos ermos, ou terras sendo anexadas e divididas entre novos colonos. Continua a ser adequado medir o poder romano na Itália em termos de espaço geográfico. No entanto, o domínio romano era primariamente sobre

povos e não sobre lugares. Como Lívio bem observou, as relações que os romanos formaram com aqueles povos foram a chave para a dinâmica da expansão romana em seus primórdios.

Os romanos impunham uma obrigação a todos que ficavam sob seu controle: fornecer soldados para seus exércitos. De fato, para a maioria daqueles que foram derrotados por Roma e forçados ou acolhidos em alguma forma de “aliança”, a única obrigação de longo prazo parece ter sido o fornecimento e a manutenção de soldados. Esses povos não foram tomados por Roma sob nenhuma outra maneira; não havia forças de ocupação romanas ou qualquer tipo de governo imposto por eles. Por que essa forma de controle foi a escolhida é impossível saber. Mas é improvável que estivesse em jogo algum cálculo estratégico particularmente sofisticado. Era uma imposição que demonstrava de modo conveniente o domínio romano e ao mesmo tempo exigia poucas estruturas administrativas ou efetivo adicional para gerenciar. Os soldados com os quais os aliados contribuíam eram recrutados, equipados e em parte comandados por gente local. A taxação sob qualquer outra forma teria sido muito mais trabalhosa; o controle direto daqueles que haviam sido derrotados, mais ainda.

Os resultados podem não ter sido intencionais, mas foram inovadores. Pois esse sistema de aliança se tornou um mecanismo efetivo para converter os inimigos derrotados de Roma em parte de sua crescente máquina militar; e ao mesmo tempo deu àqueles aliados uma participação no empreendimento romano, graças ao botim e à glória que eram partilhados em caso de vitória.

Depois que o sucesso militar dos romanos teve início, eles conseguiram torná-lo autossustentável de uma maneira que nenhuma outra cidade antiga jamais conseguiu de modo sistemático. Pois o fator mais significativo por trás da vitória nesse período não era a tática, o equipamento, o talento ou a motivação. Era quantos homens você podia colocar em combate. Por volta do século IV a.C., os romanos tinham provavelmente não muito menos do que meio milhão de soldados disponíveis (compare com os 50 mil soldados ou perto disso sob Alexandre em suas campanhas no Oriente, ou talvez 100 mil quando os persas invadiram a Grécia em 481 a.C.). Isso os tornava praticamente invencíveis na Itália: podiam perder uma batalha, mas não uma guerra. Ou, como um poeta romano escreveu na década de 130 a.C.: "O povo romano tem sido derrotado com frequência pela força e superado em muitas batalhas, mas nunca numa guerra de verdade da qual tudo depende".

Havia, porém, outras implicações de longo alcance na maneira pela qual os romanos definiram suas relações com outros povos da Itália. Os "aliados" que estavam comprometidos unicamente a fornecer efetivo eram os mais numerosos, mas constituíam apenas uma das categorias. Os romanos estenderam sua cidadania a algumas comunidades de amplas áreas do centro da Itália. Às vezes, isso envolvia plenos direitos de cidadania e privilégios, incluindo o direito de voto ou de concorrer a eleições romanas, embora continuando ainda a ser cidadão de outra cidade. Em outros casos, eles ofereciam uma forma mais limitada de direitos que passaram a ser conhecidos (autoexplicativamente) como "cidadania sem voto", ou *civitas sine suffragio*. Havia também pessoas que

viviam em territórios conquistados, em assentamentos conhecidos como colônias (*coloniae*). Estas não tinham nada a ver com as colônias no sentido moderno do termo, mas eram cidades novas (ou expandidas), geralmente compostas por uma mistura de habitantes locais e colonizadores de Roma. Alguns poucos tinham status de cidadania romana plena. A maioria tinha o que se conhecia como direitos latinos. Não se tratava de cidadania como tal, mas de um pacote de direitos que se acreditava ser compartilhado desde tempos imemoriais pelas cidades latinas, mais tarde definidos formalmente como intercasamentos com romanos, direitos mútuos para a realização de contratos, trânsito livre e assim por diante. Era algo a meio caminho entre ter cidadania plena e ser um estrangeiro, ou *hostis*.

Como foi que esse complicado mosaico de status se originou é mais uma vez difícil saber. Os escritores romanos do século I a.C., no que foram seguidos pelos modernos estudiosos das leis, tenderam a tratá-lo como parte de um sistema altamente técnico, cuidadosamente ajustado, de direitos civis e responsabilidades. Mas isso é provavelmente fruto de uma racionalização jurídica posterior. É inconcebível que homens do século IV a.C. tenham se sentado para debater as implicações precisas da *civitas sine suffragio* ou os privilégios exatos que estavam associados a quem pertencesse a uma colônia "latina". Muito mais provável é que estivessem improvisando suas novas relações com diferentes povos no mundo exterior usando, e ajustando, as rudimentares categorias de cidadania e de etnicidade que já tinham.

As implicações, porém, foram, novamente, revolucionárias. Ao estender a

cidadania a pessoas que não tinham conexões territoriais diretas com a cidade de Roma, eles romperam o vínculo que a maioria das pessoas no mundo clássico admitia como certo entre cidadania e alguma cidade específica. De uma maneira sistemática que depois não encontrou paralelo, eles permitiram não apenas *tornar-se romano*, mas também ser um cidadão de dois lugares ao mesmo tempo: da sua cidade natal e de Roma. E ao criarem novas colônias latinas por toda a Itália, redefiniram o termo “latino”, que deixou de ser uma identidade étnica e passou a ser um status político sem relação com raça ou geografia. Isso preparou o terreno para um modelo de cidadania e de “pertencimento” que teve enorme importância para as ideias romanas de governo, direitos políticos, etnicidade e “nacionalidade”. Esse modelo foi logo estendido ao exterior e acabou sustentando o Império Romano.

Causas e explicações

Não há um símbolo mais vívido da mudança no relacionamento de Roma com o mundo exterior no início do século IV a.C. do que o grande muro erigido em volta da cidade nos anos posteriores à partida dos gauleses, com um perímetro de onze quilômetros e em alguns lugares com até quatro metros de espessura. Foi ao mesmo tempo um projeto de construção mastodôntico (mais de 5 milhões de homens/hora para o trabalho de construção, segundo uma estimativa) e um ostentoso símbolo da proeminência de Roma e de seu lugar no mundo. Não há dúvida, concordam historiadores, tanto antigos quanto modernos, de que foi por volta dessa época que começou a expansão militar romana para fora de sua

vizinhança imediata. E tampouco há qualquer dúvida de que a expansão, depois de iniciada, foi sustentada pelos recursos de efetivo que vieram das alianças que se seguiram às vitórias.

Mas o que causou a mudança em primeiro lugar é uma questão complicada. O que será que aconteceu no começo do século IV a.C. para iniciar essa nova fase na atividade militar romana? Nenhum escritor antigo arrisca uma resposta, além da implausível ideia de que a semente da dominação mundial havia de algum modo sido plantada. Talvez a invasão dos gauleses tivesse produzido nos romanos a determinação de não serem pegos de novo dessa forma, de passarem à ofensiva em vez de se verem forçados a se defender. Talvez apenas um par de vitórias com sorte nas endêmicas lutas da região, seguidas por outro par de alianças e pelo efetivo adicional que elas trouxeram, tenha disparado o processo de expansão. Seja qual for o caso, parece provável que as radicais mudanças na política doméstica desempenharam seu papel.

Até aqui, na exploração desse período, mantive em grande parte a história interna de Roma separada da história de sua expansão. Isso contribuiu para obter uma narrativa mais clara, mas tende a obscurecer o impacto da política interna nas relações externas, e vice-versa. Por volta de 367 a.C., o Conflito das Ordens tinha feito algo mais significativo e de maior alcance do que simplesmente acabar com a discriminação política contra os plebeus. Havia efetivamente substituído uma classe governante definida por nascimento por outra definida por riqueza e realizações. É esse em parte o foco do epitáfio de Barbato: embora a família de Cipião fosse patrícia, o que conta aqui são os cargos que ele deteve,

as qualidades pessoais que demonstrou e as batalhas que venceu. Nenhuma realização era mais demonstrável ou mais celebrada do que a vitória em batalha, e o desejo de vitória em meio à nova elite era quase certamente um fator importante para a intensificação da atividade militar e o incentivo à guerra.

Do mesmo modo, foi o poder sobre povos cada vez mais distantes e as exigências de um Exército conquistador que impulsionaram muitas das inovações que revolucionaram a vida em Roma. Um exemplo importante disso é a cunhagem. Desde cedo em sua história, a cidade teve um sistema-padrão de determinar o valor monetário pelo peso do metal; isso está evidente nas Doze Tábuas, que atribuem penas em unidades de bronze. Mas não houve cunhagem como tal até o final do século IV a.C., quando as moedas "romanas" foram cunhadas pela primeira vez, no sul da Itália, provavelmente para pagar atividades bélicas ou construção de estradas.

Em termos mais gerais, se fôssemos perguntar o que transformou o mundo relativamente simples das Doze Tábuas no mundo complexo do ano 300 a.C., o fator mais influente teria sido o porte da dominação romana e as demandas organizacionais de lutar em grande escala. A simples logística de transporte, suprimentos e equipamento necessária para montar uma campanha com 16 mil romanos (para usar a estimativa de Lívio), mais os aliados, demandava uma infraestrutura impensável em meados do século V a.C. Embora eu tenha tentado evitar termos modernizantes como "aliança" e "tratado" ao me referir à atividade romana no século V a.C., a rede de conexões romanas ao longo da península e as diferentes definições das relações de Roma com as diversas comunidades por

volta do final do século seguinte tornam esses termos bem menos inadequados. A expansão militar impulsionou a sofisticação romana.

O túmulo da família de Cipião Barbato parece agora grandiosamente arcaico, e — com sua rústica pedra local, decoração entalhada de modo tosco e ortografia levemente antiquada (*consol* em vez de *consul*, por exemplo) — pode muito bem ter parecido curiosamente antiquado para muitos romanos que o visitaram no século I a.C. Porém, na sua época, Barbato era parte de uma geração que definiu uma nova maneira de ser romano e um novo lugar para Roma no mundo. Seus descendentes levaram isso ainda mais longe, e é para eles que vamos nos voltar agora.

Capítulo 5
Um mundo maior

Os descendentes de Barbato

Cipião Barbato construiu seu túmulo em grande escala, e nos 150 anos seguintes cerca de trinta de seus descendentes o acompanharam ali. A família Cipião compreendia alguns dos nomes mais famosos da história romana, além de sua justa cota de fracassados e medíocres. Oito de seus epitáfios sobrevivem mais ou menos completos, e vários deles celebram o tipo de romano que geralmente não consta da história: os que não alcançaram muito sucesso ou morreram jovens e as mulheres. “Este que aqui está enterrado nunca foi ultrapassado em *virtus*. Com apenas vinte anos de idade, confiaram-no ao túmulo — isso caso você pergunte por que razão nenhum cargo político lhe foi confiado”, explica o texto de um sarcófago de meados do século II a.C., em tom defensivo. Outro recorre às realizações do pai do jovem (“seu pai esmagou o rei Antíoco”). Mas outros tinham mais para se vangloriar. O epitáfio do filho de Barbato proclama: “Capturou a Córsega e a cidade de Aleria, e como gratidão dedicou um templo aos Deuses das Tormentas”. Uma tempestade quase aniquilou sua frota, e essa foi sua agradecida oferenda pelo feliz desfecho.

Outros membros da família teriam ainda mais para se vangloriar. Públio Cornélio Cipião Africano [Publius Cornelius Scipio Africanus], bisneto de Barbato, foi o homem que em 202 a.C. garantiu a derrota final de Aníbal: invadiu o território nacional cartaginês no norte da África e, na batalha de Zama, perto de Cartago, pôs o exército deles em debandada, com alguma ajuda dos elefantes de Aníbal, que correram em pânico e atropelaram seu próprio lado. O túmulo de Cipião Africano fica em sua propriedade no sul da Itália e virou uma espécie de local de peregrinação para os romanos posteriores. Mas é quase certo que, entre os memoriais no túmulo da família, esteve o do seu irmão Lúcio Cornélio Cipião Asiático [Lucius Cornelius Scipio Asiaticus], o homem que "esmagou o rei Antíoco" da Síria em 190 a.C.; o de seu primo Cneu Cornélio Cipião Híspalo [Gnaeus Cornelius Scipio Hispallus], cônsul em 176 a.C.; e o de seu neto Públio Cornélio Cipião Emiliano [Publius Cornelius Scipio Aemilianus]. Membro adotivo da família, Emiliano invadiu o norte da África e concluiu o trabalho de Africano: em 146 a.C., reduziu a antiga cidade de Cartago a entulho e vendeu como escravos a maioria de seus habitantes sobreviventes.

As carreiras desses homens apontam para um novo mundo na política e na expansão romanas dos séculos III e II a.C. Foram alguns dos atores-chave na série de campanhas militares que deram à República Romana controle sobre todo o Mediterrâneo e além dele. Seus nomes relativamente canhestros resumem bem esse novo mundo. *Barbato* presumivelmente aponta para a aparência de seu portador, e *Emiliano* é uma referência ao seu pai natural, Lucius *Emilius* Paullus; mas *Africanus*, *Asiaticus* e *Hispallus* (do serviço de seu pai na Espanha,

Hispania) refletem os novos horizontes do poder romano. Uma maneira razoável de traduzir "Scipio *Africanus*" seria "Cipião *martelo da África*".

Esses eram militares. Mas havia mais do que isso a respeito dos Cipiões. Como teria compreendido qualquer um que visse a estátua do poeta romano Quinto Ênio [Quintus Ennius] orgulhosamente exposta junto com as de Africano e Asiático na elegante fachada do túmulo familiar, os Cipiões estavam também no âmago da revolução literária romana, como patrocinadores e patronos da primeira geração de autores. Não por acaso, a origem da literatura em Roma estava intimamente ligada à expansão ultramarina: "A Musa se impôs *de maneira guerreira* aos impetuosos habitantes de Roma", descreveu um escritor do século II a.C. O início do Império e o da literatura foram dois lados da mesma moeda.

Há séculos, os romanos escreviam por diversas razões: informes, regras e regulamentações públicas, alegações de propriedade rabiscadas em um pote. Mas foi o crescente contato com as tradições do mundo grego, a partir de meados do século III a.C., o catalisador da produção e da preservação da literatura como tal. Ela nasceu da imitação dos predecessores gregos, e do diálogo, da competição e da rivalidade, em um momento que fala por si. Em 241 a.C., exatamente quando os soldados e marinheiros romanos conseguiam a primeira vitória de Roma no exterior, na ilha predominantemente grega da Sicília, em algum lugar de Roma um homem chamado Lívio Andrônico [Livius Andronicus] ocupava-se em adaptar para o latim, a partir de um original grego, a primeira tragédia a ser exibida em Roma — foi encenada já no ano seguinte, em

240 a.C.

Os antecedentes e a formação de Lívio Andrônico são típicos da mistura cultural desses primeiros escritos e seus autores. Produziu versões latinas não apenas das tragédias gregas mas também da *Odisseia* de Homero; havia sido escravizado como prisioneiro de guerra, provavelmente da cidade grega de Tarento, sul da Itália, e mais tarde libertado. Uma composição diferente é a de Fábio Pictor, senador romano que escreveu a primeira história de Roma; nascido e criado na cidade, não obstante redigiu seu trabalho em grego — só depois foi traduzido para o latim. A literatura mais antiga que sobreviveu com alguma extensão, escrita por volta da virada do século III a.C. para o século II a.C. — as 26 comédias de Tito Mácio Plauto [Titus Maccius Plautus] e Públio Terêncio Afro [Publius Terentius Afer] (Plauto e Terêncio a partir de agora) —, são versões cuidadosamente romanizadas de predecessores gregos, e destacam desventuradas histórias de amor e contos grotescos que falam de identidades trocadas, com frequência ambientados em Atenas mas também salpicados de cenas cômicas sobre togas, banhos públicos e desfiles triunfais. Terêncio, que viveu no início do século II a.C., era também ex-escravo, originalmente de Cartago.

29. Prato romano do século III a.C. com um elefante carregando uma torre de combate nas costas, e seu filhote atrás. Qualquer que fosse a dúbia vantagem militar que proporcionassem, os elefantes logo se tornaram uma forte presença no imaginário popular romano.

Como sugere a estátua do lado de fora do túmulo, Cipião Africano foi um dos patrocinadores de Ênio, muito famoso por seu poema épico latino em vários volumes sobre a história de Roma, desde a Guerra de Troia até os dias dele, no início do século II a.C., e também de outro italiano do sul, fluente em latim, grego e em sua língua latina, o oscano (um lembrete da variedade linguística da península). Emiliano demonstrou interesses literários ainda maiores, tanto em latim quanto em grego. Tinha conexões tão próximas com Terêncio que fofocas romanas sugeriam que talvez fosse ele o autor de algumas das peças deste último. O latim não seria então suficientemente elegante para alguém com os antecedentes de Terêncio? Emiliano era conhecido por saber os clássicos literários gregos na ponta da língua. Quando Cartago ardeu em chamas em 146 a.C., uma testemunha ocular viu-o derramando lágrimas e citando de memória um verso oportuno da queda de Troia, da *Ilíada* de Homero. Ele refletia naquele momento que talvez um dia o mesmo destino se abatesse sobre Roma. Lágrimas

de crocodilo ou não, elas tiveram um sabor premonitório.

Essa testemunha era o mais próximo dos amigos e conhecidos do círculo literário de Emiliano, um historiador grego, residente em Roma, chamado Políbio [Polybius]. Agudo observador da política romana interna e externa, com uma perspectiva única de Roma a partir de dentro e de fora, ele paira sobre a maior parte do restante deste capítulo — como o primeiro escritor a propor algumas das grandes questões que iremos tentar responder. Por que e como os romanos vieram a dominar tamanha extensão do Mediterrâneo em tempo tão curto? O que distinguia o sistema político romano? Ou, como Políbio observou com severidade: "Quem poderia ser tão indiferente ou negligente a ponto de não querer descobrir *como*, e *sob que tipo de organização política*, quase a totalidade do mundo habitado foi conquistada e caiu sob o único poder dos romanos em menos de 53 anos, algo sem precedentes?". Quem, de fato?

30. Esse retrato de Pirro feito mais de duzentos anos após a sua morte, encontrado em uma luxuosa mansão nos arredores de Herculano, muito provavelmente se inspirou em uma imagem feita enquanto era vivo. Há

vários "retratos" anteriores de romanos, ou de seus inimigos, mas nenhum deles pode ser associado de modo confiável a um indivíduo histórico. Neste, pela primeira vez, vemos a face real de um personagem da história de Roma.

Conquista e consequências

Os "53 anos" de Políbio cobriam o final do século III a.C. e o início do II a.C., mas foi cerca de sessenta anos antes que os romanos enfrentaram pela primeira vez um inimigo de ultramar. Tratava-se de Pirro [Pyrrhus], governador de um reino no norte da Grécia, que em 280 a.C. navegou até a Itália para dar apoio à cidade de Taranto contra os romanos. Seu chiste autodepreciativo — que suas vitórias contra Roma haviam lhe custado tantos homens que ele não teria como arcar com outra vitória — está por trás da famosa expressão moderna "vitória de Pirro", indicando um tipo de vitória com um preço tão alto que equivale a uma derrota. A expressão é até generosa com o lado romano da história, pois Pirro era um oponente à altura. Supõe-se que Aníbal o teria avaliado como o maior líder militar depois de Alexandre, o Grande, e — segundo várias anedotas afetuosas — era uma espécie de *showman* encantador. Foi o primeiro a realizar a façanha de trazer elefantes para a Itália, e dizem que em certa ocasião tentou, sem sucesso, desconcertar um romano visitante ao fazer sair de trás de uma cortina uma de suas feras escondida. É também o primeiro personagem da história de Roma a quem podemos atribuir um rosto de maneira plausível.

31. A desastrosa expedição romana ao norte da África na Primeira Guerra Púnica ganhou um toque heroico por meio da história de Marco Atílio Régulo [Marcus Atilius Regulus]. Após uma derrota romana ali em 255 a.C., os cartagineses o libertaram para que voltasse para casa e negociasse uma trégua. Em Roma, Régulo posicionou-se contra qualquer tratado de paz, e então — tendo dado a palavra como romano — voltou para Cartago para encarar a morte. Esta pintura do século XIX recria sua partida de Roma, apesar dos apelos de sua família.

Da invasão de Pirro até 146 a.C. — quando os exércitos romanos destruíram não só Cartago, no final do que ficou conhecido como Terceira Guerra Púnica (do latim *punicus*, ou “cartaginês”), mas também, quase simultaneamente, a rica cidade grega de Corinto —, houve uma guerra mais ou menos continuada, envolvendo Roma e seus inimigos, na península Itálica e além-mar. Um estudioso antigo apontou o ano “em que Caio Atílio [Gaius Atilius] e Tito Mânlio [Titus Manlius] foram cônsules” (235 a.C.) como o único momento desse período em que não houve hostilidades.

Os conflitos mais celebrados, e mais devastadores, foram as duas primeiras

Guerras Púnicas, contra Cartago. A primeira durou mais de vinte anos (de 264 a 241 a.C.), a maior parte dela travada na Sicília e nos mares em volta, exceto a desastrosa incursão romana no território cartaginês, no norte da África. O conflito terminou com a Sicília sob controle romano — e após uns poucos anos a Sardenha e a Córsega também, embora o epitáfio do filho de Barbato exagere um pouco suas realizações afirmando que ele "capturou" a ilha. Num achado recente extraordinário, alguns dos detritos da última batalha naval entre romanos e cartagineses foram dragados do fundo do Mediterrâneo. Próximo ao litoral da Sicília, onde as duas frotas supostamente se enfrentaram, arqueólogos que exploravam a área desde 2004 recuperaram vários esporões de bronze de navios afundados (a maioria romanos, mas também um de navio cartaginês), pelo menos oito elmos de bronze, um deles carregando um vestígio de algum escrito púnico, provavelmente riscado por seu dono afogado, e ânforas de cerâmica que possivelmente carregavam os suprimentos dos navios (ver lâmina 8).

A Segunda Guerra Púnica se deu em uma escala geográfica muito diferente. Travada entre 218 a.C. e 201 a.C., é hoje mais lembrada pelo heroico fracasso de Aníbal, que cruzou os Alpes com seus elefantes (mais um golpe de propaganda do que um recurso militar efetivo) e infligiu pesadas baixas aos romanos na Itália, em especial no confronto mais famoso, a Batalha de Canas [Cannae], no sul, em 216 a.C. Somente depois de mais de uma década de confrontos, o governo de Aníbal em Cartago — cada vez mais inquieto em relação ao desfecho da aventura e agora tendo que enfrentar o exército invasor de Cipião Africano — chamou-o de volta para casa. Mas não se tratou de um mero

confronto entre a Itália e o norte da África. Havia começado com uma batalha entre romanos e cartagineses na Espanha, o que fez os romanos lutarem ali pela maior parte do século II a.C. E a possibilidade de Aníbal receber apoio da Macedônia levou os romanos a uma série de guerras no norte da Grécia, que terminaram com a derrota do rei macedônio Perseu em 168 a.C. por Emílio Paulo [Aemilius Paullus], pai natural de Cipião Emiliano, e logo depois com o controle de toda a região que chamamos de Grécia continental.

Além disso, os romanos estavam também envolvidos em grandes conflitos com os gauleses no extremo norte da Itália na década de 220 a.C. E fizeram também intervenções periódicas cruzando o Adriático, em parte para lidar com aqueles que chamavam de piratas (um termo genérico para "inimigos em navios"), que eram apoiados pelas tribos e reinos do litoral oposto — pelo menos era o que se dizia. E em 190 a.C., sob o comando de Cipião Asiático, impuseram derrota decisiva a Antíoco, "o Grande", da Síria. Este não só estava ocupado em seguir o modelo de Alexandre, o Grande, e estender sua base de poder, mas também havia abrigado Aníbal, agora no exílio de Cartago, que segundo se dizia oferecia ao rei aulas sobre como enfrentar os romanos.

As campanhas militares eram um aspecto definidor da vida romana, e os escritores organizaram a história desse período, como acabei de fazer também, em torno da sucessão de guerras, dando-lhes títulos caligráficos, muitos deles mantidos até hoje. Quando Salústio chamou seu ensaio sobre o complô de Catilina de *Guerra contra Catilina*, ou *Bellum Catilinae*, estava refletindo, e talvez sutilmente parodiando, a tradição romana de encarar a guerra como *o*

princípio estruturante da história. Era uma tradição bem antiga. Há um trecho sobrevivente do poema épico de Ênio sobre a história de Roma que se refere explicitamente à “Segunda Guerra Púnica”, na qual ele lutou como aliado romano; foi escrito antes de a terceira ter acontecido.

Em termos práticos, os romanos direcionavam enormes recursos para a guerra e, mesmo como vencedores, pagaram um preço imenso em vidas humanas. Ao longo desse período, algo em torno de 10% a 25% da população adulta masculina havia servido em legiões todos os anos, uma proporção maior do que em qualquer outro Estado pré-industrial e, na estimativa mais alta, comparável à taxa de convocação da Primeira Guerra Mundial. Em Canas, combateram duas vezes mais legiões do que em Sentino oitenta anos antes — o que é uma boa indicação do crescente porte desses conflitos e da logística cada vez mais complexa. Um exército do porte daquele que os romanos e seus aliados posicionaram em Canas exigiria, por exemplo, cerca de cem toneladas só de trigo, por dia. As tratativas com comunidades locais que isso implicava, a organização de centenas de animais, que por sua vez avolumavam as exigências ao consumirem necessariamente parte do que carregavam, e as redes de coleta e distribuição, tudo isso teria sido inconcebível no início daquele século.

É mais difícil estipular uma cifra para as baixas: não havia uma contagem sistemática das mortes num campo de batalha naquela época; e todos os números dos textos antigos têm que ser tratados com reservas, vitimados por exageros, equívocos e, ao longo dos anos, por alguns terríveis erros de cópia por parte de monges medievais. Mesmo assim, o total das cifras de baixas romanas que Lívio

fornece para todas as batalhas que ele registra nos primeiros trinta anos do século II a.C. — ou seja, sem incluir as grandes perdas enfrentadas contra Aníbal — chega a pouco mais de 55 mil mortes. É uma cifra extremamente baixa. Havia provavelmente uma tendência patriótica de reduzir o número das perdas romanas; não fica claro se os aliados eram somados aos cidadãos romanos nessa conta; algumas batalhas e escaramuças podem não ter sido incluídas na lista de Lívio; e muitos morreram subsequentemente devido a ferimentos (na maioria das circunstâncias, as armas antigas eram muito melhores para ferir do que para matar; a morte sobrevinha mais tarde, por infecção). Mas isso dá uma indicação do custo humano dessa atividade bélica somente no lado romano. O preço pago pelos derrotados é ainda mais difícil de estimar, mas presume-se que tenha sido bem mais alto.

É necessário, no entanto, ver além dessa carnificina, por mais terrível que tenha sido, para examinar melhor a realidade e a organização do combate e investigar a política doméstica que sustentou a expansão romana, assim como as ambições romanas e a geopolítica mais ampla do antigo Mediterrâneo que podem tê-la incentivado. Políbio é o guia mais importante, mas há outras evidências contemporâneas eloquentes — com frequência, documentos inscritos em pedra — que tornam possível rastrear algumas interações entre os romanos e o mundo exterior. Ainda sobrevivem relatos que captam em primeira mão as experiências desconcertantes vividas em Roma por enviados das pequenas cidades gregas; e também podemos ler os textos de detalhados tratados entre os romanos e Estados estrangeiros. O fragmento mais antigo, de 212 a.C., é parte de

um tratado entre Roma e um grupo de cidades gregas, e estabelece regras precisas sobre como qualquer saque de guerra deverá ser dividido: basicamente, cidades e casas aos gregos, bens móveis aos romanos.

Também houve consequências importantes para a própria Roma do seu sucesso militar ultramarino. A revolução literária foi apenas parte disso. Em meados do século II a.C., os lucros da atividade bélica haviam tornado o povo romano de longe o mais rico entre todos em seu mundo conhecido. Milhares e milhares de cativos viraram mão de obra escrava que trabalhava nos campos romanos, em suas minas e fábricas, explorando recursos em uma escala muito mais intensiva do que já ocorrera antes e alimentando a produção romana e o crescimento de sua economia. Lingotes de ouro e prata eram transportados em carrinhos de mão, trazidos (ou roubados) das ricas cidades e reinos do Oriente, despejados no bem guardado porão do templo de Saturno no Fórum, que funcionava como o "tesouro" do Estado. E as sobras eram suficientes para encher os bolsos dos soldados, de um general ao mais reles recruta.

Os romanos tinham muito o que celebrar. Parte da riqueza foi para deleites urbanos, das novas instalações do porto e amplos armazéns no Tibre a novos templos que se enfileiravam pelas ruas, agradecendo o auxílio dos deuses em assegurar as vitórias que haviam gerado toda aquela riqueza. E é fácil imaginar o prazer generalizado quando em 167 a.C. Roma se tornou um Estado livre de impostos: o tesouro estava tão abarrotado — graças, particularmente, aos espólios da recente vitória sobre a Macedônia — que a taxação direta dos cidadãos romanos foi suspensa, exceto em emergências, embora eles

continuassem sujeitos a uma série de outras cobranças, como tributos alfandegários ou uma taxa especial sobre a libertação de escravos.

Essas mudanças, porém, também foram desestabilizadoras. O problema não se restringia a alguns moralistas romanos mal-humorados, preocupados com os perigosos efeitos de toda aquela riqueza e “luxo” (nas palavras deles). A expansão do poder romano suscitou grandes debates e paradoxos sobre o lugar de Roma no mundo, a respeito do que podia ser considerado “romano” quando uma área enorme do Mediterrâneo estava sob controle de Roma e onde se poderia colocar agora o limite entre barbárie e civilização, e de que lado dessa divisão estaria Roma. Quando, por exemplo, no final do século III a.C. as autoridades romanas deram as boas-vindas à deusa Grande Mãe dos planaltos da atual Turquia e solenemente instalaram-na num templo no Palatino, com tudo o que tinha direito, incluindo seu séquito de sacerdotes de longos cabelos, autocastrados e autoflagelantes — o quanto isso tinha de romano?

A vitória, em outras palavras, trouxe também problemas e paradoxos. Mas até mesmo as noções de “vitória” e “derrota” podem ser imprecisas. Essas incertezas ficaram agudamente reveladas na história da batalha de Canas, na segunda das Guerra Púnicas. Ela oferece um vislumbre da estratégia, das táticas e da verdadeira face do combate antigo, mas para Políbio — e talvez para Aníbal também — levantava a questão de se essa que fora a mais notória derrota de Roma não teria sido também em alguns aspectos a mais forte indicação de seu poder.

Canas e o aspecto enganoso da batalha

Em 216 a.C., as autoridades de Roma fizeram o que Lívio chama de “um ritual muito pouco romano”. Enterraram vivos no centro da cidade dois gauleses e dois gregos. Foi o mais próximo do sacrifício humano a que os romanos chegaram, e o embaraço de Lívio ao contar a história é evidente. No entanto, não foi de fato a única vez que fizeram isso: o mesmo ritual já havia sido realizado em 228 a.C. diante de uma invasão gálica do norte, e de novo em 113 a.C., quando houve ameaça de outras dessas invasões. Em 216 a.C., o sacrifício foi desencadeado pela vitória de Aníbal mais cedo naquele ano, em Canas, 350 quilômetros a sudeste, que resultou num grande número de romanos mortos após uma única tarde de combates (as estimativas variam entre 40 mil e 70 mil — em outras palavras, algo no ritmo de cem mortes por minuto). Há todo tipo de quebra-cabeça relacionado a esse cruel ritual. Por que essa escolha de nacionalidades? Que relação poderia ter com um enterro similar de Virgens Vestais vivas, condenadas por terem quebrado o voto de castidade (o que aconteceu também em 216 a.C. e 113 a.C.)? Certamente aponta para o medo e pânico que atingiram Roma depois da impressionante vitória de Aníbal — vendo o fato, agora, nos termos dele.

A Batalha de Canas e a história toda da Segunda Guerra Púnica têm desde então fascinado generais, especialistas e historiadores. Nenhuma guerra deve ter sido reencenada com tanta frequência em tantas salas de estudo e palestras, nem investigada tão atentamente por militares do mundo moderno, de Napoleão

Bonaparte ao marechal de campo Montgomery e a Norman Schwarzkopf. Suas causas continuam envoltas em nuvens de especulações e em explicações alternativas. Para os romanos, ela se tornou retrospectivamente outro confronto de superpotências, além de tema de poesia épica. A *Eneida*, de Virgílio, confere-lhe uma origem mítica na pré-história romana, quando a rainha cartaginesa Dido, abandonada por seu amante Eneias (em seu caminho para fundar Roma), se mata atirando-se numa pira funerária — e amaldiçoando-o e toda a raça dele. Na realidade, é difícil entender os objetivos dos romanos e dos cartagineses. Cartago, com sua privilegiada posição no norte da costa africana, seus portos impressionantes e sua paisagem urbana mais grandiosa que a de Roma na mesma época, tinha grandes interesses comerciais no Mediterrâneo ocidental e poderia ter tido boas razões para não aprovar o crescente poder do seu rival italiano. Escritores antigos e modernos têm apontado, em graus variáveis, a provocação que Roma fez a Aníbal na Espanha e o rancor deste contra Roma pela vitória dos romanos na Primeira Guerra Púnica. No cômputo mais recente, existem mais de trinta versões sobre o que realmente estaria por trás do conflito.

Para muitos analistas, as escolhas estratégicas que romanos e cartagineses fizeram têm sido particularmente intrigantes e reveladoras. Do lado de Aníbal, elas vão bem além dos quebra-cabeças favoritos sobre qual rota de elefantes ele poderia ter escolhido para cruzar os Alpes ou se o recurso relatado de abrir rochas alpinas despejando vinagre nelas poderia mesmo ter funcionado (provavelmente não). Mas a questão principal sempre foi a seguinte: por que razão, depois da formidável vitória em Canas, ele não foi adiante e tomou Roma

enquanto tinha a chance de fazê-lo, e, em vez disso, deu aos romanos a oportunidade de se recuperarem. Lívio imagina um dos oficiais de Aníbal, de nome Maharbal, dizendo ao general: “Você sabe conquistar uma vitória, Aníbal; mas não sabe como tirar proveito dela”. Montgomery foi um dos muitos generais que mais tarde concordaram com Maharbal. Aníbal era um soldado brilhante e um arrojado aventureiro, que teve o prêmio final ao alcance da mão, mas por alguma razão inescrutável não conseguiu agarrá-lo. Daí seu fascínio trágico.

A vitória final conquistada pelos romanos põe em evidência um confronto bem mais concreto entre estratégias e estilos militares, tendo de um lado Fábio Máximo [Quintus Fabius Maximus Verrucosus Cunctator] — os últimos três nomes, “o maior, verrugoso, protelador”, uma combinação tipicamente romana de presunção e realismo — e de outro lado Cipião Africano. Fábio assumiu o comando pouco antes de Canas, evitou batalhas campais com Aníbal e fez um jogo de adiamentos, combinando táticas de guerrilha com uma política de terra arrasada, para desgastar o inimigo (daí o “protelador”). Para alguns observadores, essa estratégia perspicaz foi a razão do sucesso. Apesar de sua íntima associação com Cipião Africano, Ênio creditou a sobrevivência de Roma a Fábio: “Um único homem nos trouxe de volta o Estado ao protelar [*cunctando*]”, escreveu. George Washington, o “Fábio americano”, como por vezes foi chamado, decidiu adotar táticas similares no início da Guerra de Independência americana, preferindo assediar o inimigo, mais do que atacá-lo diretamente, e até a associação esquerdista britânica Fabian Society adotou seu nome e exemplo — e sua mensagem era: “se você quer que a revolução triunfe,

deve, como Fábio, saber esperar". Mas sempre houve os que viram Fábio como hesitante e não como um estrategista hábil, em comparação com o mais arrojado Cipião Africano, que acabou assumindo o comando e convenceu o Senado a deixá-lo levar a guerra para a África para acabar com Aníbal por lá. Ao descrever essa reunião do Senado, Lívio cria um debate em grande parte imaginário entre Fábio, prudente e mais velho, e Africano, a dinâmica estrela em ascensão. Produz então uma oposição não só entre diferentes abordagens da guerra, mas também entre diferentes maneiras de compreender a *virtus* romana. Será que "virilidade" significa necessariamente rapidez e vigor? É possível ser heroico sendo lento?

Mas esse tipo de generalização retrospectiva pode ser enganosa, especialmente quando se trata de recriar o que aconteceu numa batalha específica. Falar em táticas, e em todos os esplêndidos diagramas militares que geralmente as acompanham, fornece uma versão altamente higienizada da atividade bélica romana e sugere que sabemos mais sobre a aparência de uma batalha romana do que sabemos na realidade — mesmo tratando-se de um conflito tão significativo como Canas. Sem dúvida, há relatos extensos em Políbio (que pode ter consultado testemunhas oculares), em Lívio e em outros historiadores, mas eles são incongruentes nos detalhes, difíceis de acompanhar e às vezes quase sem sentido. Sequer sabemos onde a batalha ocorreu exatamente, e os diferentes locais propostos são tentativas de compatibilizar versões conflitantes de escritores antigos com a disposição do terreno, do jeito que talvez se afigurasse na época, sem esquecer a mudança de curso do rio vizinho. Além

disso, apesar da moderna admiração quase mística pelos planos de batalha de Aníbal em Canas, que ainda constam dos manuais das academias militares, eles não são mais do que uma versão engenhosa da velha manobra de rodear o inimigo para atacá-lo pela retaguarda. Esse era o único truque que os generais antigos sempre tentavam quando podiam, pois oferecia a melhor chance de cercar o oponente e constituía o único modo confiável de matar ou capturar soldados em grande número.

De fato, é difícil imaginar como poderiam ser empregadas táticas mais sofisticadas em uma batalha antiga com mais de 100 mil homens em ação. De que modo os comandantes expediam instruções efetivas a seus exércitos ou como sabiam o que estava acontecendo em diferentes áreas do campo de luta é quase um mistério total.

Acrescente-se a isso as forças poliglotas, tanto os mercenários de diversas nacionalidades quanto os aliados romanos que não falavam latim, as bizarrices (alguns dos gauleses ao que parece lutavam nus), cavaleiros tentando ao mesmo tempo manobrar e lutar, sem o auxílio de estribos (invenção posterior) e, em alguns confrontos (mas não em Canas, pois os de Aníbal já tinham morrido àquela altura), elefantes feridos correndo enlouquecidos e atropelando as próprias fileiras. O quadro que se forma é de caos. Emílio Paulo talvez tivesse isso em mente quando observou: “Um homem que sabe vencer uma batalha também saberá dar um banquete e organizar jogos”. Costuma-se pensar que ele aludia à conexão entre a vitória militar e o espetáculo; mas ele pode também ter vislumbrado indícios de que os talentos de um general bem-sucedido não vão

muito além de uma competência organizacional básica.

Mesmo assim, Canas foi realmente um momento crucial na Segunda Guerra Púnica, e também na história mais longa da expansão militar romana, justamente porque os romanos perderam muitos homens e ficaram praticamente sem dinheiro. A moeda básica de bronze — o *as* — teve seu peso reduzido ao longo da guerra, de quase trezentos gramas para pouco mais de cinquenta. E Lívio conta que em 214 a.C. os romanos, como indivíduos, foram solicitados a pagar diretamente para equipar a frota de guerra — uma boa indicação do patriotismo que envolvia o esforço de guerra, da precariedade do tesouro público, e também dos fundos que estavam ainda em mãos privadas, apesar da crise. Quase qualquer outro Estado antigo nessa situação teria sido forçado a se render. Nada ressalta melhor a importância das enormes reservas romanas de cidadãos e aliados do que o simples fato de Roma ter continuado a lutar. A julgar pelas ações de Aníbal depois de Canas, ele talvez tenha percebido também esse aspecto. Quem sabe não foi o desânimo que o dissuadiu de marchar sobre Roma. Vendo que o efetivo aliado sustentava a força de Roma, optou pelo processo lento de vencer os aliados romanos — com algum sucesso, mas nunca em número suficiente para minar a resistência romana.

Isso também deve ter passado pela mente de Políbio quando ele decidiu inserir em seu *Histórias* uma longa digressão sobre a força do sistema político romano na época de Canas. Seu objetivo mais amplo era explicar por que os romanos haviam conquistado o mundo, e parte dessa explicação residia na força e estabilidade das estruturas políticas internas de Roma. Seu relato é a primeira

descrição mais ou menos contemporânea da vida política romana que sobreviveu (Políbio olhava em retrospecto para fatos ocorridos cinquenta anos antes, mas também introduzia observações relativas à sua época); e ao mesmo tempo é a primeira tentativa de análise teórica sobre o funcionamento da política romana, válida até hoje.

Políbio sobre a política de Roma

Políbio, que conheceu Roma como inimigo e como amigo, estava em posição privilegiada para refletir sobre a ascensão da cidade e sobre suas instituições. Filho da aristocracia política de uma cidade do Peloponeso, tinha trinta anos em 168 a.C. quando Emílio Paulo derrotou o rei Perseu, e viu-se então como um dos mil gregos detidos e levados a Roma como parte do expurgo político ou das medidas de precaução que se seguiram. A maioria foi colocada sob um regime leve de prisão domiciliar, espalhados por várias cidades da Itália. Políbio, já conhecido como escritor, teve melhor sorte. Logo conheceu Emiliano (ao que parece o encontro se deu a pretexto do empréstimo de alguns livros) e a família dele, e teve permissão de ficar em Roma, onde se tornou tutor *de facto* do jovem, com o qual tinha uma proximidade paternal. Trechos de conselhos de Políbio a Emiliano ainda eram citados, ou mal citados, mais de duzentos anos depois. “Nunca volte do Fórum”, supõe-se que tenha dito, “a não ser que tenha feito pelo menos um novo amigo.” Os reféns que haviam sobrevivido foram libertados por volta de 150 a.C. Apenas trezentos deles estavam vivos ainda, e conta-se que um romano mais desbocado teria se queixado de ver o Senado desperdiçar tempo

“debatendo se alguns gregos idosos deveriam ser enterrados por coveiros aqui ou na Grécia”. Mas Políbio logo estaria com seus amigos romanos, viajando com o exército para Cartago e atuando como intermediário nas negociações que se seguiram à destruição de Corinto, em 146 a.C. Ele ainda estava escrevendo o seu *Histórias*, que acabou se estendendo por mais de quarenta livros, focalizando principalmente os anos de 220 a.C. a 167 a.C., com um breve *flashback* sobre a Primeira Guerra Púnica e um epílogo para trazer a história até 146 a.C. Não importa se o público leitor que Políbio pretendia alcançar preferencialmente era grego ou romano, sua obra tornou-se um importante ponto de referência para os romanos posteriores que buscaram entender a ascensão de sua cidade. Certamente estava em cima da mesa de Lívio quando este escrevia a sua *História*.

32. Esta imagem de Políbio foi erigida no século II d.C. em uma pequena cidade da Grécia por um homem

que dizia ser um dos descendentes do historiador. Sendo o único “retrato” que sobreviveu, dificilmente podemos atribuir-lhe uma semelhança real. Na verdade, é aqui concebido com a aparência dos guerreiros do século V a.C. da Grécia clássica, isto é, trezentos anos antes de seu tempo. Para complicar as coisas, a escultura original se perdeu e sobrevive apenas nesta prova em gesso mostrada aqui.

Previsivelmente, os historiadores modernos têm achado difícil definir onde colocar os limites entre o Políbio refém romano e crítico de seu domínio e o Políbio colaborador de Roma. Ele, certamente, praticou um hábil número de equilibrismo entre suas diferentes lealdades, às vezes dando reservadamente conselhos a um distinto refém sírio sobre como escapar de sua detenção, mas tendo o cuidado de insistir no seu *Histórias* que no dia da grande fuga estava em casa, “doente de cama”. Mas, qualquer que fosse a posição política de Políbio, ele tinha a vantagem de conhecer os dois lados da história romana, e teve a oportunidade de interpelar algumas das principais figuras romanas. Ele dissecou a organização interna de Roma — que, insistia, era o sustentáculo de seu sucesso externo — de uma posição privilegiada, que combinava um par de décadas de experiências em primeira mão com toda a sofisticação da teoria política grega na qual havia sido treinado em casa. Sua obra é, com efeito, uma das mais antigas tentativas que sobreviveram de uma antropologia política comparativa.

Não surpreende, portanto, que o seu relato seja uma maravilhosa combinação de aguda observação, assombro e desesperadas tentativas ocasionais de teorizar a política romana em seus próprios termos. Ele investigou com atenção o ambiente à sua volta e seus novos amigos romanos. Identificou, por exemplo, a importância da religião, ou do “temor dos deuses”, no controle do comportamento romano, e ficou impressionado com a sistemática eficiência da

organização romana; daí a sua importante — mas hoje frequentemente desconsiderada — discussão sobre os arranjos militares, com suas regras autodidáticas sobre como dispor um acampamento do Exército, onde deveria ser colocada a tenda do cônsul, como planejar um comboio de bagagem para os legionários, e o cruel sistema de disciplina. Era também perspicaz o suficiente para enxergar, sob a superfície dos vários costumes romanos e de seus passatempos favoritos, seu sentido social subjacente. Todas aquelas histórias sobre a coragem, o heroísmo e o autossacrifício romanos que ele deve ter ouvido — contadas e recontadas em volta de fogueiras de acampamentos militares ou em mesas de jantar — não eram simples entretenimento, concluiu. Tinham a função de incentivar os jovens a imitarem os feitos nobres de seus ancestrais; eram um aspecto do espírito de emulação, ambição e competição que ele viu percorrer a elite da sociedade romana.

Outro aspecto disso — e um que se abre para um estudo de caso mais extenso, apesar de um pouco mórbido — podia ser encontrado nos funerais de "homens ilustres". Novamente, Políbio deve ter participado de um número suficiente para poder extrair seu sentido mais profundo. O corpo, explica ele, era carregado até o Fórum e colocado sobre a *rostra*, normalmente apoiado de algum modo para ficar na posição vertical, visível para uma grande plateia. Na procissão que se seguia, os membros da família usavam máscaras feitas à semelhança dos ancestrais do falecido e vestiam roupas adequadas aos cargos que cada um deles tivesse ocupado (togas com bainha roxa, e assim por diante), como se estivessem todos presentes, "vivos e respirando". O discurso no funeral,

pronunciado por um membro da família, começava com o relato das realizações do cadáver exposto na *rostra*, mas depois prosseguia com as carreiras de todos os outros personagens, que nessa hora estavam sentados em cadeiras de marfim, ou pelo menos revestidas de marfim, enfileiradas perto do cadáver. “O mais importante resultado disso”, conclui Políbio, “é que a geração mais jovem se inspira a suportar todo o sofrimento em nome do bem comum, na esperança de alcançar a glória que pertence aos valentes.”

Essa talvez seja uma visão muito cor-de-rosa do lado competitivo da cultura romana. A competição desenfreada acabou sendo mais detrutiva do que construtiva para a República. Mesmo antes, vale supor que para cada jovem romano inspirado a ficar à altura das realizações de seus ancestrais, havia outro oprimido pelo peso da tradição e pelas expectativas alimentadas a seu respeito — como Políbio poderia ter compreendido se tivesse escolhido refletir sobre todas as histórias da cultura romana que falavam de filhos que mataram seus pais. Mas essa é uma visão muito bem condensada em outro epitáfio no túmulo dos Cipiões, que é tentador achar que Políbio possa ter visto: “Tive descendentes. Procurei igualar os feitos de meu pai. Obtive elogios de meus ancestrais, que portanto ficaram felizes por eu ter nascido deles. Minha carreira enobreceu a linhagem da minha família”.

No cerne da discussão de Políbio, porém, residia uma questão maior. Como seria possível caracterizar o sistema político romano como um todo? Como funcionava? Nunca houve uma constituição romana escrita, mas Políbio viu em Roma um exemplo perfeito, na prática, de um velho ideal filosófico grego: a

“constituição mista”, que combinava os melhores aspectos de monarquia, aristocracia e democracia. Os cônsules — que tinham total controle militar, podiam convocar assembleias populares e dar ordens a todas as demais autoridades (exceto aos tribunos plebeus) — representavam o elemento monárquico. O Senado — que naquela época tinha a seu encargo as finanças de Roma, a responsabilidade por delegações para e de outras cidades e supervisionava de fato a lei e a segurança por todo o território romano e de seus aliados — representava o elemento aristocrático. O povo representava o elemento democrático. Não era “democracia” ou “o povo” no sentido moderno: não havia algo como sufrágio universal no mundo antigo — mulheres e escravos nunca tiveram direitos políticos formais em lugar algum. Políbio referia-se ao grupo de cidadãos homens como um todo. Como na Atenas clássica, eles — e só eles — elegiam as autoridades do Estado, aprovavam ou rejeitavam leis, tomavam decisões finais sobre ir à guerra e agiam como corte judicial no caso de grandes transgressões.

O segredo, sugeria Políbio, estava em uma delicada relação de pesos e contrapesos entre cônsules, o Senado e o povo, de modo que nem monarquia, nem aristocracia, nem Senado nunca prevaleciam inteiramente. Os cônsules, por exemplo, poderiam ter tido comando total, monárquico, em campanha, mas tinham que ter sido eleitos pelo povo em primeiro lugar, e dependiam do Senado para verbas — e era o Senado que decidia atribuir ou não ao general vitorioso um triunfo no final da campanha. Exigia-se também um voto do povo para ratificar qualquer tratado que pudesse ser feito. E assim por diante. Eram,

segundo Políbio, tais pesos e contrapesos no sistema político que produziam a estabilidade interna sobre a qual o sucesso exterior de Roma se assentava.

Essa é uma análise muito perspicaz, sensível às pequenas diferenças e sutis nuances que distinguem um sistema político de outro. Sem dúvida, em certos aspectos Políbio tenta forçar a vida política que ele testemunhou em Roma a se acomodar ao modelo analítico grego, que não se encaixa inteiramente. Impor à sua discussão termos como "democracia", por exemplo, é profundamente enganoso. "Democracia" (*demokratia*) era algo com raízes políticas e linguísticas no mundo grego. Nunca foi uma palavra de ordem em Roma, mesmo em seu restrito sentido antigo ou mesmo para os políticos populares romanos mais radicais. Na maior parte dos escritos conservadores que sobreviveram, a palavra significa algo próximo de "governo da massa". Faz pouco sentido perguntar o quanto os políticos da Roma republicana eram "democráticos": os romanos lutavam por liberdade, não por democracia. No entanto, sob outro aspecto, ao forçar seus leitores a atentarem para o povo em sua apreciação da política romana e olharem além do poder das autoridades eleitas e do Senado aristocrático, Políbio abriu um importante debate que é válido ainda hoje. O quanto a voz popular tinha influência na política da Roma republicana? Quem controlava Roma? Como *nós* deveríamos caracterizar o sistema político romano?

Seria fácil demais traçar um quadro dos processos políticos republicanos como sendo completamente dominados pela minoria rica. O resultado do Conflito das Ordens não foi a revolução popular, mas a criação de uma nova classe governante, compreendendo plebeus ricos e patrícios. A primeira

qualificação para a maioria dos cargos políticos era a riqueza em uma escala substancial. Ninguém podia concorrer nas eleições sem ser aprovado num teste financeiro que excluía a maior parte dos cidadãos; a quantia exata necessária para se qualificar não é conhecida, mas as implicações são de que se situava em um nível bastante elevado da hierarquia do censo, a chamada categoria da cavalaria ou equestre. Quando as pessoas se juntaram para votar, o sistema de votação foi arranjado em favor dos ricos. Já vimos como isso funcionava na Assembleia das Centúrias, que elegia altos oficiais: se as centúrias ricas se unissem, podiam determinar o resultado sem que as centúrias pobres tivessem chance de votar. A outra assembleia importante baseada nas divisões "tribais" geográficas era mais equitativa em tese — mas, conforme o tempo foi passando, deixou de ser assim na prática. Das 35 divisões geográficas finalmente definidas em 241 a.C. (até esse momento, o número de tribos foi aumentando conforme a cidadania era estendida por toda a Itália), apenas quatro cobriam a própria cidade. As 31 restantes abrangiam o então distante território rural de Roma. Como os votos só podiam ser dados pessoalmente na cidade, a influência daqueles que tinham condições de tempo e transporte para fazer a viagem era esmagadora; os votos da população urbana residente tinham impacto apenas sobre essa pequena minoria de tribos urbanas. Além disso, a rigor, as assembleias eram simplesmente para votar mediante uma lista de candidatos ou de uma proposta apresentada por uma auto-ridade importante. Não havia uma ampla discussão; de baixo não vinham propostas ou mesmo emendas; no caso de quase todas as propostas de legislação das quais temos notícia, o povo votava a

favor daquilo que lhe era apresentado. Isso não era poder popular como o entendemos hoje.

No entanto, havia outro aspecto. Além das prerrogativas formais do povo que Políbio enfatiza, há claros indícios de uma cultura política mais ampla na qual a voz popular era um elemento-chave. Os votos dos pobres importavam e eram ansiosamente caçados. Os ricos usualmente não eram muito unidos, e as eleições eram concorridas. Aqueles que detinham ou procuravam obter cargos políticos davam muita importância a persuadir o povo a votar neles ou nas leis que propunham, e dedicavam enorme atenção a aprimorar as técnicas de retórica que lhes permitiriam atingir esse objetivo. Se ignorassem ou humilhassem os pobres corriam riscos. Um dos aspectos diferenciais da cena política republicana eram as reuniões semiformais (ou *contiones*), com frequência realizadas pouco antes das assembleias de votação, nas quais autoridades rivais tentavam convencer as pessoas sobre seu ponto de vista (Cícero fez seu segundo e quarto discursos contra Catilina, por exemplo, em *contiones*). Não sabemos ao certo o quanto costumavam ser frequentes ou atrair comparecimento. Mas há várias indicações de que envolviam fervor político, entusiasmo vociferante e muito barulho. Certa ocasião, no século I a.C., conta-se que a gritaria era tão estrondosa que um corvo, que desafortunadamente passara por ali, caiu estatelado no chão, atordoado.

Há também todo tipo de anedota sobre a importância e a intensidade da caça de votos, e sobre como o voto do povo podia ser conquistado ou perdido. Políbio conta uma história curiosa sobre o rei sírio Antíoco IV (*Epifânio*, “famoso” ou

mesmo “deus manifestado”), filho de Antíoco, o Grande, que havia sido “esmagado” por Cipião Asiático. Quando jovem ele viveu mais de uma década como refém de Roma antes de ser trocado por um parente mais jovem, aquele a quem Políbio mais tarde deu conselhos sobre seu plano de fuga. Ao voltar para o Oriente, levou consigo vários hábitos romanos que havia adquirido em sua estadia. A maioria consistia em adotar uma atitude mais popular: falar com qualquer pessoa que encontrasse, dar presentes a pessoas comuns e percorrer lojas de artesãos. Mas o que causava mais impacto era que vestia toga e circulava pelo mercado como se fosse candidato a alguma eleição, apertando as mãos das pessoas e pedindo seu voto. Isso deixou perplexas as pessoas em sua vistosa capital, Antioquia, que não estavam acostumadas a esse comportamento da parte de um monarca, e o apelidaram então de *Epimânio* (“insano”, um trocadilho com seu nome). Mas fica claro que uma lição que Antíoco aprendera em Roma era que o povo e seus votos importavam.

Igualmente reveladora é uma anedota sobre outro membro da família Cipião no século II a.C., Públio Cornélio Cipião Násica [Publius Cornelius Scipio Nasica]. Ele estava um dia caçando votos em uma campanha para ser eleito ao cargo de edil e ocupava-se em apertar a mão dos eleitores (procedimento-padrão, tanto naquela época quanto hoje). Ao se deparar com alguém cujas mãos estavam calejadas pelo trabalho no campo, o jovem aristocrata brincou: “Meu Deus, você por acaso anda com as mãos?”. Alguém ouviu, e as pessoas comuns concluíram que ele estava zombando de sua pobreza e de seu trabalho. O desfecho, desnecessário dizer, foi que ele perdeu a eleição. Então que tipo de

sistema político era esse? O equilíbrio entre os diferentes interesses certamente não era tão equitativo como Políbio faz parecer. Os pobres nunca poderiam chegar ao topo da política romana; pessoas comuns jamais detinham a iniciativa política; e era axiomático que quanto mais rico fosse o cidadão, maior peso político poderia ter. Mas essa forma de desequilíbrio é familiar em muitas das chamadas democracias modernas: em Roma também os ricos e privilegiados concorriam a cargos e poder político que só podiam ser garantidos por eleições populares e pelo favor das pessoas comuns, que nunca teriam os meios financeiros para concorrer elas mesmas. Como o jovem Cipião Násica descobriu às próprias custas, o sucesso dos ricos era uma dádiva concedida pelos pobres. Os ricos tiveram que aprender a lição de que dependiam do povo como um todo.

Um Império de obediência

Políbio não tinha dúvidas de que a "constituição" estável de Roma fornecia um importante alicerce para seu sucesso no exterior. Mas havia experimentado o gume afiado do belicismo romano, e também viu Roma como um poder agressivo, com objetivos imperialistas de dominar o mundo inteiro. "Eles fizeram uma aposta ousada", insiste no final de seu relato da Primeira Guerra Púnica, "de domínio e controle universal — e tiveram sucesso em sua empreitada." Nem todos concordaram. Houve até alguns gregos, ele reconheceu, que sugeriram que as conquistas de Roma ocorreram "por acaso ou de modo não intencional". Muitos romanos insistiam que sua expansão ultramarina resultou de uma série de guerras justas, no sentido de guerras empreendidas com o

necessário apoio dos deuses, em autodefesa ou em defesa de aliados, que solicitavam a ajuda de Roma com frequência. Não se tratava de modo algum de agressão.

Se Políbio tivesse vivido para ver, menos de cem anos após sua morte, as estátuas de generais romanos em escala maior que a natural sustentando um globo nas mãos, sem dúvida teria se sentido vingado. Certamente havia uma visão de domínio do mundo por trás de muitas expressões do poder romano no século I a.C. e mais tarde ("um Império sem limites", como Júpiter profetiza na *Eneida* de Virgílio). Mas Políbio estava equivocado, como sua própria narrativa dos eventos mostra claramente, quando imaginou que nesse período inicial os romanos eram movidos por esse tipo de ideologia aquisitiva imperialista ou por algum sentido de destino manifesto. Havia sede de glória, desejo de conquista e pura ambição pelos ganhos econômicos da vitória em todos os níveis da sociedade romana. Não era à toa que a perspectiva de um rico butim foi brandida diante do povo quando solicitado a votar pela entrada de Roma na Primeira Guerra Púnica. Mas não importa quais fossem as fantasias que as pessoas expunham nas festas dos Cipiões, nada disso fala em favor de um plano para uma dominação mundial.

De modo bem similar à extensão do controle romano na Itália, essa expansão ultramarina nos séculos III e II a.C. era mais complexa do que o mito familiar das legiões romanas marchando, conquistando e tomando territórios estrangeiros. Primeiro, os romanos não eram os únicos agentes no processo. Eles não invadiram um mundo de povos amantes da paz, que viviam apenas cuidando

da sua vida até que aqueles bandidos vorazes chegaram. Por mais que possamos ser cínicos, com razão, diante das afirmações dos romanos de que estavam indo para a guerra apenas atendendo pedidos de auxílio de seus amigos e aliados (esse tem sido o pretexto para algumas das guerras mais agressivas da história), parte da pressão para que Roma interviesse realmente veio de fora.

O mundo do Mediterrâneo oriental, da Grécia à atual Turquia e além dela, foi o contexto da maior parte da atividade militar de Roma nesse período. Era um mundo de conflitos políticos, alianças instáveis e violência contínua e brutal entre os Estados, similar à da Itália em seus primórdios, mas em maior escala. Esse era o legado das conquistas do tipo “arrebentar e levar” de Alexandre, o Grande, que morreu em 323 a.C., antes que precisasse encarar o que fazer com aqueles que havia derrotado. Seus sucessores formaram dinastias rivais, que se envolveram em séries mais ou menos ininterruptas de guerras e disputas, entre eles e com Estados menores e coalizões em suas vizinhanças. Pirro foi um desses soberanos. Antíoco Epifânio foi outro: após sua detenção em Roma e tentativas de política populista em casa, conseguiu em seu reinado de dez anos, entre 175 a.C. e 164 a.C., invadir o Egito (duas vezes), o Chipre, a Judeia (o que provocou também a revolta dos Macabeus), a Pártia e a Armênia.

Quanto mais Roma era percebida como poderosa, mais esses bandos guerreiros encaravam os romanos como aliados úteis em suas disputas locais de poder e cortejavam sua influência. Representantes do Oriente vinham diversas vezes a Roma na expectativa de obter apoio moral ou intervenção militar. Esse é um tema recorrente nos relatos históricos do período: há notícias de muitos

enviados, por exemplo, durante os preparativos para a campanha de Emílio Paulo contra Perseu, tentando convencer os romanos a fazer algo a respeito das ambições da Macedônia. Mas a cena mais clara de como essa “corte” funcionava na prática vem de Teos, uma cidade no litoral ocidental da moderna Turquia. Há uma inscrição de meados do século II a.C. que registra as tentativas feitas para atrair os romanos a uma disputa menor, sobre a qual nada mais se sabe, a respeito de alguns direitos territoriais, entre a cidade de Abdera, no norte da Grécia, e um rei local, Kotys.

O texto é uma “carta de agradecimento” entalhada em pedra, dirigida à cidade de Teos pelo povo de Abdera. Pois, ao que parece, os habitantes de Teos haviam concordado em enviar dois homens até Roma, quase como lobistas no sentido moderno do termo, para conquistar o apoio de Roma à causa de Abdera contra o rei. Os abderitas descrevem de modo preciso como essa dupla agiu, detalhando suas visitas regulares às casas de membros-chave do Senado. Os delegados, ao que parece, trabalharam tanto que “ficaram esgotados física e mentalmente, e encontraram gente importante de Roma e conseguiram convencê-los fazendo-lhes obséquios diariamente”; e quando algumas das pessoas que visitavam pareciam favoráveis a Kotys (pois este também mandara enviados a Roma), “eles conquistaram sua amizade expondo-lhes os fatos e fazendo visitas diárias aos seus átrios”, isto é, aos saguões centrais de suas casas romanas.

O silêncio de nosso texto sobre o resultado dessas abordagens sugere que as coisas não foram bem para o lado dos abderitas. Mas esse instantâneo de

representantes rivais, não só abrindo caminho no Senado, mas pressionando senadores individualmente todos os dias em favor de sua tese, dá uma ideia de como o auxílio de Roma podia ser requisitado de maneira ativa e persistente. E as centenas, literalmente, de estátuas de indivíduos romanos — como "salvadores e benfeitores" — colocadas nas cidades do mundo grego mostram como essa intervenção, caso viesse a ocorrer e fosse bem-sucedida, era comemorada. Não temos como identificar cada um dos aspectos da duplicidade por trás de tais palavras: sem dúvida havia não só medo e lisonja envolvidos, mas também gratidão sincera. Mas trata-se de um lembrete útil de que a simples expressão "conquista romana" pode encobrir uma ampla gama de pontos de vista, motivações e aspirações de cada um dos lados.

Além disso, os romanos não tentavam sistematicamente anexar território ultramarino ou impor mecanismos padronizados de controle. O que explica em parte por que o processo de expansão foi tão rápido: eles não estavam implantando nenhuma infraestrutura de governo. Certamente, extraíam recompensas materiais daqueles que derrotavam, mas de maneiras diferentes, *ad hoc*. Eles impuseram grandes indenizações em dinheiro a alguns Estados, um total de mais de seiscentas toneladas de lingotes de prata só na primeira metade do século II a.C. Em outras partes, assumiram os regimes regulares de taxação já estabelecidos por governantes anteriores. Algumas vezes conceberam novas maneiras de extorquir ricas receitas. As minas de prata da Espanha, por exemplo, antes parte do domínio de Aníbal, logo passaram a produzir tanto minério que a poluição ambiental de seu processamento ainda pode ser detectada em amostras

datáveis extraídas das profundas camadas de gelo da Groenlândia. E Políbio, que visitou a Espanha em meados do século II a.C., escreveu a respeito de 40 mil mineiros, a maior parte escravos, trabalhando em apenas uma região do território de mineração (talvez não seja literal: “40 mil” era uma expressão comum para se referir a “um número muito grande”, como o nosso “milhares”). As formas de controle político dos romanos eram igualmente variadas, indo de tratados de “amizade” que asseguravam a não interferência à tomada de reféns como garantia de bom comportamento, ou à presença mais ou menos permanente de soldados ou autoridades romanas. O que aconteceu depois que Emílio Paulo derrotou o rei Perseu é apenas um exemplo da aparência de tal pacote de arranjos. A Macedônia foi dividida em quatro Estados autogovernados independentes; eles pagavam impostos a Roma, pela metade do valor que Perseu cobrava; e, neste caso, as minas macedônias foram fechadas, para evitar que seus recursos fossem usados para construir uma nova base de poder na região.

Era de fato um Império coercitivo no sentido de que os romanos levavam embora os ganhos e tentavam assegurar que poderiam impor sua vontade quando quisessem, com a ameaça da força sempre no ar. Não era um Império de anexação no sentido que romanos posteriores iriam entendê-lo. Não havia nenhuma estrutura legal detalhada de controle, nem regras ou regulamentações. Nesse período, até mesmo a palavra latina *imperium*, que por volta do final do século I a.C. podia significar “Império” como uma área inteira sob governo romano direto, tinha um sentido mais próximo de “poder de expedir ordens que são obedecidas”. E *provincia*, que se tornou o termo-padrão para uma subdivisão

bem definida do Império sob o controle de um governador, não era um termo geográfico, e sim uma responsabilidade atribuída a uma autoridade romana. Podia ser, e com frequência era, uma atribuição de atividade militar ou administrativa em um lugar determinado. A partir do final do século III a.C., a Sicília e a Sardenha passaram a ser designadas como *provinciae*, e a partir do início do século II a.C., duas *provinciae* militares na Espanha tornaram-se um padrão, embora suas fronteiras fossem fluidas. Mas podia muito bem ser uma responsabilidade em relação a algo, digamos, o tesouro romano — e, por volta da passagem para o século II a.C., Plauto em suas comédias usa o termo *provincia* como uma brincadeira para se referir aos deveres dos escravos. Nessa época, nenhum romano era enviado para ser o “governador de uma província”, como ocorreria mais tarde.

O que estava em jogo para os romanos era se poderiam vencer em batalha e depois se — por meio de persuasão, ameaça ou força — poderiam impor sua vontade onde, quando e conforme decidissem. O estilo desse *imperium* é claramente resumido na história do último encontro entre Antíoco Epifânio e os romanos. O rei estava invadindo o Egito pela segunda vez, e os egípcios tinham pedido ajuda aos romanos. Um enviado romano, Caio Popílio Lenas [Gaius Popilius Laenas], foi despachado e encontrou Antíoco fora de Alexandria. Em razão de sua longa familiaridade com os romanos, o rei sem dúvida esperava um encontro bastante cortês. Em vez disso, Lenas passou-lhe um decreto do Senado que o instruía a retirar-se do Egito imediatamente. Quando Antíoco pediu tempo para consultar seus conselheiros, Lenas pegou um pedaço de pau e desenhou um

círculo no chão empoeirado em volta do rei. Só poderia colocar o pé para fora daquele círculo depois de ter dado sua resposta. Perplexo, Antíoco mansamente concordou com a exigência do Senado. Esse era um Império de obediência.

O impacto do Império

Era também um Império de comunicação, mobilidade, mal-entendidos e pontos de vista variáveis, como se revela com nitidez ao olharmos mais de perto para a história da delegação de Teos. É muito fácil simpatizar com a situação de apuro da parte mais frágil. Os dois homens haviam atravessado meio Mediterrâneo numa viagem que, em geral, durava de duas a cinco semanas, conforme a estação do ano, a qualidade do navio e as condições de navegação durante a noite. Ao chegarem a Roma, devem ter visto uma cidade maior, mas bem menos elegante que algumas pelas quais teriam passado em sua jornada. Conta-se a história de um infeliz embaixador grego que mais ou menos nessa época caiu em um esgoto aberto de Roma e quebrou a perna — e fez o melhor que pôde de sua convalescença dando palestras introdutórias sobre teoria literária a uma curiosa plateia.

Roma também tinha costumes estranhos, estrangeiros. Fato interessante é que quem quer que tenha escrito o texto sobre a pedra em Abdera não se deu ao trabalho de traduzir alguns termos caracteristicamente romanos (como *atria* e *patronus*, “patrono”), optando pela sua mera transcrição em caracteres gregos. E quando arriscou uma tradução, ficou um tanto esquisita. O texto diz, por exemplo, que os enviados diariamente “obsequiaram” os romanos. O termo

grego aqui, *proskynesis*, quer dizer literalmente “bajular” ou “beijar os pés”. Isso, presume-se, é uma referência à prática romana da *salutatio*, quando os clientes e subordinados faziam uma visita matinal a seus patronos, mas sem nada dessa históra de beijar-lhes os pés — embora talvez esses visitantes estrangeiros vissem a prática pelo seu caráter humilhante. De que modo fizeram essas visitas e expuseram suas razões é algo que só podemos conjeturar. Muitos dos ricos em Roma falavam um pouco de grego, melhor do que os teosinos falariam latim, mas nem sempre eram fluentes. Sabia-se que os gregos se divertiam muito com o terrível sotaque dos romanos.

Assim, quando esses dois teosinos apareceram na cidade, alguns romanos podem ter se sentido pouco à vontade também. Porque embora suas atenções e seu reconhecimento do poder de Roma fossem lisonjeiros, aquele era um novo mundo, que talvez gerasse tanta perplexidade nos romanos quanto em seus visitantes. Qual seria a sensação de se deparar com uma série de estrangeiros vindo de tão longe quanto seria possível imaginar, falando rápido demais uma língua que você mal entendia, visivelmente muito preocupados por causa de um pequeno pedaço de terra sobre o qual você nada sabia, e que ameaçavam perigosamente fazer uma grande reverência e beijar-lhe os pés? Se, como coloca Políbio, os romanos haviam conquistado quase a totalidade do mundo conhecido nos 53 anos até 168 a.C., então ao longo desse mesmo período Roma e a cultura romana haviam também sido transformadas por aqueles horizontes expandidos.

Essa transformação envolveu deslocamentos de pessoas, para Roma e para fora dela, em uma escala nunca antes vista no mundo antigo. Quando escravos

de todo o Mediterrâneo foram despejados na Itália e na própria Roma, tratava-se de uma história de exploração; mas era também uma grande migração forçada. Os números que os escritores antigos dão para os cativos tomados pelos romanos em determinadas guerras podem muito bem ser exagerados (100 mil na Primeira Guerra Púnica, por exemplo, ou 150 mil tomados por Emílio Paulo apenas de uma parte do território de Perseu), e além disso muitos deles não teriam sido transportados diretamente para Roma e sim vendidos a intermediários localizados mais próximos do ponto de captura. Mas é uma estimativa razoável supor que, no início do século II a.C., o número de novos escravos que chegavam à península como resultado direto das vitórias ultramarinas superava 8 mil por ano em média, numa época em que o número total de homens adultos, cidadãos romanos, dentro e fora da cidade, era da ordem de 300 mil. No devido tempo, uma proporção significativa deve ter sido libertada e adotou a cidadania romana. O impacto disso, não só na economia de Roma, mas também na diversidade cultural e étnica do corpo de cidadãos, foi enorme; a divisão entre romanos e estrangeiros diluía-se cada vez mais.

Ao mesmo tempo, romanos eram lançados no exterior. Viajantes romanos, comerciantes e aventureiros exploravam havia séculos o Mediterrâneo. “Lúcio, filho de Caio”, o mercenário que deixou seu nome em uma inscrição em Creta no final do século III a.C., não deve ter sido o primeiro a ganhar a vida em uma das mais antigas profissões do mundo. Mas, a partir do século II a.C., milhares de romanos passavam longos períodos fora da península Itálica. Havia um enxame de comerciantes romanos no Mediterrâneo oriental, aproveitando as

oportunidades de negócios que surgiam após as conquistas, no comércio de escravos e de especiarias, ou no mais mundano negócio de fornecer suprimentos para o Exército. Antíoco Epifânio chegou a contratar um arquiteto romano, Decimus Cossutius, para construir obras em Atenas, e podemos rastrear os descendentes e ex-escravos deste homem, ainda ativos décadas mais tarde, na área da construção na Itália e no Oriente. Mas eram os soldados, agora servindo anos sem fim no exterior, mais do que apenas na tradicional campanha de verão na porta dos fundos de Roma, que compunham a maioria dos romanos no exterior. Após a Segunda Guerra Púnica, havia regularmente mais de 30 mil cidadãos romanos no Exército fora da Itália, desde a Espanha até o Mediterrâneo oriental.

Isso criou uma série de novos dilemas. Em 171 a.C., por exemplo, o Senado recebeu uma comitiva da Espanha, representando mais de 4 mil homens, filhos de soldados romanos com mulheres espanholas. Como não havia direito formal de casamento entre romanos e nativos da Espanha, esses homens eram, nos nossos termos, apátridas. Não devem ter sido os únicos com esse problema. Quando Emílio mais tarde chegou como novo comandante do Exército na Espanha, dizem que expulsou 2 mil prostitutas do acampamento romano. Mas em sua argumentação diante do Senado, esses descendentes tiveram a coragem de pedir aos romanos uma cidade que pudessem chamar de sua, e presumivelmente algum esclarecimento sobre sua condição legal. Estavam assentados na cidade de Carteia, na ponta sul da Espanha, que — com a usual tendência dos romanos para a improvisação — ganhou a condição de colônia

latina e foi definida como “colônia de ex-escravos”. Não temos ideia de quantas horas de discussão foram necessárias para que os senadores decidissem que a bizarra junção de “ex-escravo” e “latino” seria a melhor combinação disponível para a condição civil desses filhos tecnicamente ilegítimos de soldados. Mas isso sem dúvida mostra que tiveram que lidar com problemas decorrentes de ser romano (pelo menos parcialmente) fora da Itália.

Por volta de meados do século II a.C., mais da metade dos cidadãos adultos homens de Roma já havia visto algo do mundo exterior, e deixado um número desconhecido de filhos por onde havia passado. Dito de outro modo, a população romana havia de repente se tornado, de longe, mais viajada do que a de qualquer outro Estado do antigo Mediterrâneo, tendo como possíveis rivais apenas os macedônios de Alexandre, ou os comerciantes de Cartago. Mesmo aqueles que nunca haviam colocado os pés fora de Roma alimentavam novos horizontes em sua imaginação e novas maneiras de compreender seu lugar no mundo.

Os desfiles triunfais de generais vitoriosos constituíam uma das mais impressionantes *janelas* para o mundo exterior. Quando as multidões romanas enchiam as ruas para receber seus exércitos conquistadores, que desfilavam pela cidade exibindo seus saques, não era só a exuberante riqueza que os impressionava. Quando Emílio Paulo voltou em 167 a.C. de sua vitória sobre o rei Perseu, levou três dias para transportar todo o saque pela cidade, incluindo 250 vagões cheios de esculturas e pinturas, e tamanha quantidade de moedas de prata que exigiu 3 mil homens para carregá-las, em 750 enormes vasos. Não admira que Roma tenha se dado ao luxo de suspender todos os impostos diretos.

Mas isso era também a deslumbrante mostra da existência de outras terras e costumes, que captava a imaginação popular. Generais encomendavam pinturas e maquetes elaboradas para serem carregadas nesses desfiles, retratando as batalhas famosas e as cidades que haviam sido capturadas, para que o povo de Roma pudesse ver o que seus exércitos estavam fazendo no exterior. A multidão parava para ver os reis orientais derrotados em seus “trajes nacionais” e exóticas regalias, ou curiosidades como o par de globos feitos pelo cientista grego Arquimedes, morto na Segunda Guerra Púnica, ou os animais exóticos que se tornavam as estrelas do show. O primeiro elefante a pisar as ruas de Roma apareceu no desfile pela vitória sobre Pirro em 275 a.C. Era tudo muito diferente, como observou mais tarde um escritor, “do gado dos volscos e dos rebanhos das sabinas”, que haviam sido os únicos espólios um século antes, ou perto disso.

As comédias de Plauto e Terêncio ofereciam uma janela de outro tipo, com algumas reflexões sutis e talvez embaraçosas. É verdade que os enredos do tipo “rapaz-pega-moça” de quase todas essas apresentações, adaptadas de peças gregas anteriores, não são hoje em dia apreciados por sua sutileza. O “final feliz” de algumas de suas histórias de estupro pode estarrecer leitores modernos: “Boa notícia — o estuprador era o noivo dela”, era como se resumia o desfecho de uma dessas peças. Também fica claro que as apresentações originais, feitas em celebrações públicas de todo tipo, desde festas religiosas a encerramento de triunfos, eram ocasiões bagunçadas, turbulentas, atraindo uma ampla amostra da população da cidade, incluindo mulheres e escravos. Isso contrasta muito com a

Atenas clássica, onde a plateia, embora maior que a de Roma, provavelmente se restringia a cidadãos do sexo masculino, turbulentos ou não. Mesmo assim, havia uma coisa que todas essas peças romanas exigiam daqueles que as assistiam: que encarassem a complexidade cultural do mundo no qual viviam.

Isso se devia em parte ao fato de as peças serem ambientadas na Grécia. O pressuposto era que a plateia tinha alguma noção dos lugares fora da Itália, ou pelo menos que sabia reconhecê-los minimamente pelos nomes. Os enredos com frequência tratam de temas decididamente diversos. Uma comédia de Plauto traz um cartaginês para o palco, que balbucia alguma coisa em púnico, talvez com sentido, mas mesmo assim incompreensível. Outra mostra um par de personagens disfarçados de persas — e rir de atores que estão propositadamente mal *disfarçados* de persas é uma reação muito mais esclarecida do que rir de atores que simplesmente *são* persas devido ao seu papel na peça. Mas, com uma sofisticação que é impressionante neste estágio tão inicial da história da literatura romana, Plauto explora ainda mais profundamente o caráter híbrido de sua obra, e do seu mundo.

Uma de suas tiradas favoritas, repetida no prólogo de várias de suas peças, é alguma versão de "Demófilo escreveu isto, Plauto *barbarizou-o*", referindo-se à sua tradução ("bárbara") para o latim de uma comédia do dramaturgo grego Demófilo. Essa fala aparentemente descartável era, na realidade, um desafio capcioso para a plateia. Para aqueles de origem grega, sem dúvida era uma oportunidade de dar uma risadinha silenciosa à custa dos novos e bárbaros líderes do mundo. Para os outros, exigia o malabarismo conceitual de imaginar

como eles, romanos, poderiam se afigurar aos olhos de quem os via de fora. Para curtir a graça, precisavam entender, mesmo que fosse apenas como piada, que aos olhos dos gregos eram vistos como bárbaros.

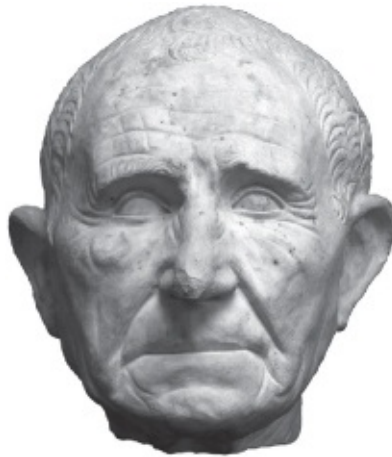
Em outras palavras, a expansão dos horizontes do Império perturbava a hierarquia simples do tipo “nós acima deles”, ou dos “civilizados acima dos bárbaros”, que sustentara a cultura grega clássica. Os romanos eram capazes de desprezar e zombar dos bárbaros conquistados, de exaltar a própria condição civilizada e sofisticada diante daqueles gauleses toscos, de longos cabelos e corpos pintados, ou de outros tipos supostamente inferiores. De fato, muitas vezes faziam exatamente isso. Mas a partir desse momento, houve sempre outra corrente de escritos romanos, que fazia uma reflexão mais subversiva sobre a posição relativa dos romanos dentro do mundo mais amplo e sobre como o equilíbrio da virtude deveria abranger os de dentro e os de fora. Quando, três séculos mais tarde, o historiador Tácito insinuou que a verdadeira virtude “romana” residia nos “bárbaros” da Escócia, e não na própria Roma, estava desenvolvendo uma tradição de argumentação que remontava àqueles primeiros dias do Império, e da literatura.

Como ser romano

Os novos horizontes do Império também ajudaram a criar — ou pelo menos a definir com contornos e sentidos ideológicos mais nítidos — a imagem do “romano antiquado”. Esse personagem prático, sensato, audacioso, sem floreios, desempenha seu papel até hoje em nosso estereótipo da cultura romana. É

provável que tenha sido em grande parte uma criação também desse período.

Alguns dos oradores mais eloquentes dos séculos III e II a.C. ficaram famosos por atacar a influência corruptora da cultura estrangeira em geral, e da grega em particular, sobre a moral e o comportamento romano tradicional. Seus alvos iam da literatura e filosofia ao hábito de se exercitar nu, à comida sofisticada e à depilação. Na linha de frente dessas críticas estava Marco Pórcio Catão [Marcus Porcius Cato] ("Catão, o Velho"), um contemporâneo e rival de Cipião Africano, que Catão criticou, entre outras coisas, por se divertir com ginástica grega e teatros na Sicília. Dizem ainda que Catão teria chamado Sócrates de "tagarela inveterado", que recomendava uma dieta medicinal romana à base de legumes e verduras verdes, pato e pombo (em contraposição às prescrições dos médicos gregos, que segundo ele podiam muito bem matá-lo), e que advertia que o poder romano podia ser derrubado por causa da paixão pela literatura grega. Segundo Políbio, Catão uma vez observou que um dos sinais da deterioração da República era que os garotos bonitos agora custavam mais caro que os campos, e que jarras de peixe em conserva valiam mais do que agricultores. Não estava sozinho nessas opiniões. Em meados do século II a.C., outra destacada figura encontrou apoio ao defender que um teatro em estilo grego em construção em Roma deveria ser demolido, já que era melhor e mais favorável à formação do caráter dos romanos que eles assistissem às peças em pé, como tradicionalmente vinham fazendo, e não sentados à moda decadente do Oriente. Em resumo, segundo tais argumentos, o que se fazia passar por "sofisticação" grega nada mais era do que uma insidiosa "flacidez" (ou *mollitia*,

no jargão romano), que fatalmente minaria a força do caráter romano.

33. Muitos retratos romanos dos séculos II e I a.C. mostram seus personagens com rostos envelhecidos, enrugados e empedrados. Chamado hoje com frequência de estilo “verista” (ou hiper-realista), é, na realidade, uma forma profundamente “idealizada” de representação, que destaca uma visão particular de como Roma deveria parecer em contraste com a jovial perfeição de boa parte da escultura grega.

Seria isso uma simples reação conservadora contra as ideias modernas que chegavam a Roma de fora, um surto de “guerras culturais” entre tradicionalistas e modernizadores? Em parte talvez fosse. Mas era também algo mais complexo, e mais interessante do que isso. Apesar de todas as suas queixas, Catão ensinara grego ao filho, e seus escritos que sobreviveram — notavelmente, um ensaio técnico sobre cultivo e gestão agrícola, além de citações de seus discursos e de sua história da Itália — mostram que era bem familiarizado com os recursos gregos de retórica que dizia deplorar. E algumas de suas afirmações sobre a “tradição romana” eram mais próximas de uma mera fantasia criativa. Não há qualquer razão para supor, por exemplo, que os veneráveis romanos idosos assistissem espetáculos teatrais em pé.

A verdade é que a versão de Catão dos valores romanos antigos e sensatos era também uma invenção do seu tempo, e não só uma defesa de tradições romanas ancestrais. Identidade cultural é sempre uma noção enganosa, e não temos ideia de como os primeiros romanos encaravam seu próprio caráter, nem como se distinguiam de seus vizinhos. Mas o sentido, diferenciado, bem demarcado, da dura austeridade romana — que romanos posteriores projetaram em seus pais fundadores e que foi preservado como uma visão poderosa de romanidade no mundo moderno — era resultado de um forte choque cultural, nesse período de expansão exterior, a respeito do que significava ser romano nesse novo e vasto mundo imperial. Colocado de outro modo, a "greguice" e a "romanidade" eram não só inseparavelmente ligadas mas também diametralmente opostas.

É exatamente isso o que vemos, de uma forma bem vertiginosa, na história que Lívio nos conta sobre o tremendo alarde com que a deusa Grande Mãe foi trazida a Roma da Ásia Menor, em 204 a.C., ao final da Segunda Guerra Púnica. Um livro sobre oráculos romanos, que se supunha remontar ao reinado dos Tarquínios, recomendava que a deusa Cibele, como era também chamada, fosse incorporada ao panteão romano. A série de divindades adoradas em Roma era assumidamente elástica, e a Grande Mãe era a divindade padroeira do lar ancestral dos romanos — a Troia de Eneias —, e por isso, em certo sentido, pertencia à Itália. Roma enviou uma delegação de alto escalão para recolher a imagem da deusa e trazê-la de volta, e, conforme o oráculo havia insistido, foi escolhido "o melhor homem do Estado" para recebê-la — que calhou de ser

novamente um Cipião. Ele foi acompanhado no comitê de recepção por uma nobre mulher romana, em alguns relatos uma Virgem Vestal, e a imagem foi retirada do navio e trazida do litoral até a cidade, de mão em mão, por uma longa fila formada por mulheres. A deusa ficou temporariamente alojada no santuário da Vitória até que seu próprio templo fosse construído. Seria o primeiro edifício de Roma, até onde podemos saber, construído com o mais romano dos materiais, aquele que foi a base de muitas das obras-primas romanas posteriores: o concreto.

34. Memorial do século II d.C. a um sacerdote da Grande Mãe. Sua imagem é marcadamente diferente da dos sacerdotes-padrão de Roma trajando toga (Fig. 61). Note-se o longo cabelo, as joias pesadas, os instrumentos musicais "estrangeiros" e os indícios de autoflagelação dados pelos chicotes e aguilhões.

Nada poderia ter deixado Catão mais satisfeito — só que nem tudo era o que parecia. A imagem da deusa não revelou ser o que os romanos possivelmente esperavam. Era um grande meteorito preto, em vez de uma estátua convencional em forma humana. E o meteorito veio acompanhado de um séquito de sacerdotes — eunucos autocastrados, com cabelo comprido, pandeiros e apaixonados pelo autoflagelo. Ninguém poderia imaginar algo menos romano. E, depois disso, persistiram para sempre questões incômodas a respeito dos “romanos” e dos “estrangeiros”, e sobre onde situar a fronteira entre os dois. Se era esse o tipo de coisa que provinha da casa ancestral de Roma, como ficava a questão do que era ser romano?

Capítulo 6
A nova política

Destruição

O longo cerco e a destruição final de Cartago em 146 a.C. foram terríveis mesmo para os padrões antigos, com atrocidades relatadas de ambos os lados. Os perdedores conseguiram ser cruéis de modo tão espetacular quanto os vencedores. Conta-se que, em certa ocasião, os cartagineses exibiram prisioneiros romanos nos muros da cidade, esfolaram-nos vivos e desmembraram-nos à vista de seus conterrâneos. Cartago ficava no litoral mediterrâneo, perto da atual Túnis, defendida por um sólido circuito de muros com perímetro de 35 quilômetros (os muros que Roma construiu após a invasão dos gauleses tinham menos que a metade disso). Apenas quando Cipião Emiliano isolou a cidade do mar, cortando seu acesso a suprimentos, foi que, depois de dois anos de cerco, os romanos conseguiram fazer o inimigo se render e então tomaram a cidade de assalto. A única descrição que sobrevive desses momentos finais é cheia de exageros de violência, mas também transmite com agudez o quanto deve ter sido difícil destruir uma cidade tão solidamente construída como Cartago — e dá vislumbres provavelmente realistas da

carnificina que se seguiu à derrota. No assalto, os soldados romanos abriram caminho lutando pelas ruas ladeadas de edifícios de vários andares; foram saltando de telhado em telhado, jogando os ocupantes lá de cima para o meio da rua, derrubando e ateando fogo às edificações, até o entulho produzido bloquear o caminho. Seguiram-se então levas que vieram remover o entulho, abrindo espaço para outra onda de ataques em meio àquela mistura de destroços de edifícios e restos humanos, onde segundo o relato era possível ver pernas de moribundos ainda se retorcendo acima do entulho, com as cabeças e o restante do corpo enterrados. Os ossos que os arqueólogos têm descoberto nessas camadas de destruição, para não mencionar os milhares de projéteis mortais de pedra e argila que foram sendo desenterrados, sugerem que tal descrição talvez não seja tão exagerada quanto gostaríamos de crer.

Havia a usual corrida para o saque, e não só dos preciosos ouro e prata. Emiliano cuidou para que a famosa enciclopédia agrícola do cartaginês Mago fosse resgatada das chamas; de volta a Roma, o Senado entregou a uma comissão de linguistas romanos a pouco invejável tarefa de traduzir para o latim seus 28 volumes, que versavam sobre tudo, desde como conservar romãs à escolha de gado de corte. Havia também ecos míticos. A citação de Homero, que Emiliano fizera expressando seu pesar ao ver a destruição, tinha seu lado pungente. Mas foi também presunçosa. Roma agora reclamava seu lugar no ciclo de grandes potências e conflitos iniciado com a Guerra de Troia. Cartago, enquanto isso, supostamente terminava onde havia começado, com um homem abandonando sua amante em favor de Roma. Segundo uma história, do mesmo

modo que Eneias, o herói de Virgílio, abandonara Dido enquanto a cidade era construída, agora, também, em meio à sua destruição, Asdrúbal, o comandante cartaginês, finalmente partia para atacar os romanos, abandonando a esposa. Assim como Dido, ela também se atirou numa pira funerária, dizem que para denunciar o marido.

Quase tão devastador, poucos meses depois, foi o saque de Corinto, a cidade mais rica da Grécia, a 1.600 quilômetros de Cartago, que havia feito fortuna graças à sua posição comercial privilegiada, com portos em ambos os lados de uma estreita faixa de terra separando o Peloponeso do restante da Grécia. Sob o comando de Lúcio Múmio Acaico [Lucius Mummius Achaicus], como ficou mais tarde conhecido devido à sua vitória sobre esses "acaios", as legiões romanas tomaram o lugar, saquearam suas fabulosas obras de arte, escravizaram o povo e atearam fogo à cidade. Foi um incêndio tão grande que, dizia uma versão, a mistura de metal derretido que produziu deu origem a um material muito valorizado, extremamente caro, chamado bronze coríntio. Estudiosos da Antiguidade não acreditam em nenhuma palavra dessa história, mas a imagem do intenso calor da destruição, derretendo primeiro o precioso bronze, depois a prata e finalmente o ouro, é bem poderosa — e um exemplo vivo da íntima proximidade na imaginação romana entre arte e conquista.

Múmio era um tipo bem diferente de Emiliano, o apreciador de Homero, e passou à história quase como uma caricatura do romano inculto e filistino. Políbio, que chegou a Corinto logo após a derrota grega, ficou chocado ao ver soldados romanos usando o verso de preciosas pinturas como tabuleiros de

jogos, ao que parece com a anuência de seu oficial comandante. E quase sete séculos depois disso, ainda se fazia piada sobre uma observação de Múmio, feita enquanto supervisionava o despacho de antiguidades valiosas para Roma, dizendo aos capitães que se danificassem qualquer peça teriam que repô-la por outra nova.

Mas essa história, como muitas outras, tinha dois lados. Pelo menos um severo comentarista romano assumiu uma postura que lembrava a de Catão, sugerindo que teria sido melhor para Roma se mais pessoas tivessem seguido o exemplo de Múmio e mantido distância do luxo grego. Talvez pela família de Múmio corresse uma tradição de austeridade, pois seu trisneto foi o parcimonioso e sensato imperador Galba, que governou alguns meses em 68-69 d.C. após a queda do extravagante Nero. Mas quaisquer que fossem seus reais pontos de vista, Múmio dispôs do espólio coríntio com cuidado. Algumas peças foram dedicadas a templos da Grécia, o que combinava demonstração de compaixão com sutil advertência aos demais gregos. Muitas foram expostas em Roma ou presenteadas a cidades da Itália. Evidências disso ainda estão emergindo. Em Pompeia, próximo ao templo de Apolo, junto ao Fórum, um plinto de estátua foi limpado em 2002, e sob uma camada de gesso descobriu-se uma inscrição em oscano, a língua local, proclamando que o que quer que estivesse acima do plinto tinha sido presente de “L Mummis L kusul”, ou“Lúcio Múmio, filho de Lúcio, cônsul”. Provavelmente, então, algum dos objetos provenientes de Corinto.

Por que razão, no espaço de poucos meses, os romanos adotaram medidas

tão brutais contra essas duas cidades magníficas e famosas é algo que vem sendo debatido desde então. Após a vitória de Africano na Batalha de Zama em 202 a.C., ao final da guerra contra Aníbal, Cartago concordara com as exigências de Roma. Cinquenta anos mais tarde, acabara de pagar a última parcela da grande indenização em dinheiro que os romanos haviam imposto. Seria essa campanha final de destruição simplesmente um ato de vingança de Roma, perpetrado com algum pretexto forjado? Ou será que os romanos tinham algum medo legítimo de que o poder cartaginês ressurgisse? Catão era o mais eloquente inimigo de Cartago, e sabidamente, de modo tedioso mas em última instância persuasivo, terminava cada discurso seu com a frase “Cartago deve ser destruída” (“*Carthago delenda est*”, frase latina ainda familiar). Uma das cenas que gostava de fazer no Senado era deixar cair de sua toga um punhado de figos de Cartago deliciosamente maduros. Explicava, então, que tinham chegado de lá havia apenas três dias. Era uma redução intencional da distância entre Cartago e Roma (a mais rápida das viagens duraria pouco menos de cinco dias), mas pretendia ser um poderoso símbolo da perigosa proximidade, e da riqueza agrícola, de um rival em potencial — expresso com o intuito de alimentar suspeitas em relação ao antigo inimigo.

Corinto deve ter tido um papel muito diferente nos cálculos romanos. Foi uma das várias cidades gregas que ignoraram as instruções bastante tíbias e não muito claras dadas por Roma na década de 140 a.C., tentando restringir alianças no mundo grego, e seguiu a própria agenda em política regional. Pior ainda, os coríntios haviam expulsado rudemente uma delegação romana. Nenhum outro

lugar na Grécia recebeu o mesmo tratamento. Estava Corinto sendo punida exemplarmente por um ato de desobediência pública, mesmo tendo sido algo trivial? Ou havia uma suspeita real de que ela viesse a se tornar uma potência alternativa no Mediterrâneo ocidental? Ou ainda, como Políbio insinua no final do seu *Histórias*, estavam os romanos começando a recorrer ao extermínio em benefício próprio?

Quaisquer que fossem as motivações por trás da violência de 146 a.C., os eventos daquele ano logo foram vistos como um momento crucial. Por um lado, marcaram o auge do sucesso militar romano. Roma acabava de aniquilar seus rivais mais ricos, mais antigos e mais poderosos no mundo Mediterrâneo. Conforme Virgílio apresentou a história mais de cem anos depois em sua *Eneida*, Múmio, ao conquistar Corinto, havia por fim vingado a derrota sofrida pelos troianos na Guerra de Troia. Por outro lado, os eventos de 146 a.C. foram vistos como o início do colapso da República e como o anúncio de um século de guerras civis, assassinatos em massa e homicídios, que trouxeram de volta o governo autocrático. O medo do inimigo, assim rezava esse argumento, havia sido bom para Roma; sem uma ameaça externa de peso, "o caminho da virtude era abandonado em favor do caminho da corrupção". Salústio foi particularmente eloquente sobre esse tema. Em outro ensaio, a respeito de uma guerra contra o rei Jugurta do norte da África no final do século II a.C., ele faz uma reflexão sobre as terríveis consequências da destruição de Cartago: desde a ambição de todas as seções da sociedade romana ("cada um por si"), até a ruptura do consenso entre ricos e pobres e a concentração de poder nas mãos de

um pequeno grupo. Tudo isso apontava para o fim do sistema republicano. Salústio era um observador arguto do poder romano, mas o colapso da República, como veremos, não tinha uma explicação tão simples.

O legado de Rômulo e Remo?

O período que vai de 146 a.C. ao assassinato de Júlio César em 44 a.C., especialmente seus últimos trinta anos, marcou um ponto alto na literatura, na arte e na cultura romana. O poeta Catulo escrevia o que ainda é tido como uma das poesias de amor mais memoráveis do mundo, endereçada à mulher de um senador romano cuja identidade ele, sem dúvida sabiamente, ocultou sob o pseudônimo de “Lésbia”. Cícero redigia os discursos que se mantiveram desde então como algumas das pedras angulares da oratória e teorizava os princípios da retórica, do bom governo e até da teologia. Júlio César compunha uma elegante descrição autoenaltecedora de suas campanhas na Gália, um dos raros relatos feitos por um general — ou, nesse caso, por qualquer outra pessoa — das próprias operações militares que sobreviveram do mundo antigo. E a cidade de Roma estava à beira de passar de um labirinto não planejado para a capital impressionante que temos hoje em nossas mentes. O primeiro teatro de pedra permanente foi inaugurado em 55 a.C., com um palco de 95 metros de largura, ligado a um vasto e novo complexo de passeios, jardins de esculturas e pórticos sustentados por colunas de mármore (Fig. 44). Hoje enterrado no subsolo perto do moderno Campo de Fiori, cobria antes uma área significativamente maior que a do posterior Coliseu.

Mesmo assim, comentaristas romanos não puseram o foco nessas realizações deslumbrantes mas no progressivo declínio político e moral. Os exércitos romanos ainda conseguiam vitórias externas muito lucrativas, e algumas vezes muito sangrentas. Em 61 a.C., Cneu Pompeu Magno [Gnaeus Pompeius Magnus] — "Pompeu, o Grande", como ele se autodenominava, imitando Alexandre — celebrou um triunfo por sua vitória sobre Mitridates vi, rei do Ponto, que antes ocupara extensos territórios em torno do litoral do mar Negro. Esta foi uma ocasião ainda mais espetacular que a do triunfo de Emílio Paulo um século antes. As "75.100.000 dracmas em moedas de prata" carregadas em procissão eram o equivalente a toda a receita anual de impostos do Império. Teriam sido suficientes para alimentar 2 milhões de pessoas durante um ano, e uma boa parte disso foi para a construção daquele primeiro e suntuoso teatro. Na década de 50 a.C., as campanhas na Gália, ao norte, que eram comandadas e também narradas em textos por César, colocaram vários milhões de pessoas sob o controle romano, sem contar o milhão aproximado que, segundo se acredita, ele levou à morte nesse processo. No entanto, cada vez mais as armas romanas se voltavam não apenas contra os inimigos externos, mas contra os próprios romanos. Deixar de lado as lembranças dos troianos de Eneias; esse era o legado de Rômulo e Remo, os gêmeos fratricidas. O "sangue do inocente Remo", como Horácio expressou na década de 30 a.C., vinha cobrar sua vingança.

35. Estátua colossal, hoje no Palazzo Spada em Roma, geralmente identificada como um retrato de Pompeu; o globo em sua mão é símbolo comum de Pompeu como conquistador do mundo. Nos séculos XVIII e X era uma obra particularmente celebrada e acreditou-se até, equivocadamente, que fosse a tal estátua de Pompeu junto à qual Júlio César havia sido assassinado. Algumas manchas no mármore foram até identificadas de maneira otimista como vestígios do sangue de César.

Ao examinarem em retrospecto o período, os historiadores romanos lamentaram a destruição gradual da política pacifista. A violência passou cada vez mais a ser aceita como instrumento político. As restrições e convenções tradicionais sofreram rupturas, uma a uma, até que espadas, porretes e tumultos praticamente tomassem o lugar das urnas de votação. Ao mesmo tempo, para acompanhar Salústio, alguns poucos indivíduos de enorme poder, riqueza e histórico militar passaram a dominar o Estado — até que Júlio César foi oficialmente estabelecido como “ditador vitalício” e depois, no prazo de

semanas, assassinado em nome da liberdade. Quando despojamos a história, reduzindo-a a seus elementos mais crus e essenciais, vemos uma série de momentos e conflitos cruciais que levaram à dissolução do Estado livre, a uma sequência de pontos culminantes que marcaram os estágios da progressiva degeneração do processo político, e a uma sucessão de atrocidades que perduraram na imaginação romana por séculos.

O primeiro ponto culminante foi em 133 a.C., quando Tibério Graco [Tiberius Sempronius Gracchus], um tribuno do povo com planos radicais de distribuir terras aos pobres romanos, decidiu pleitear um segundo ano no cargo. Para que isso não ocorresse, um grupo não oficial de senadores e seus agregados interromperam as eleições, mataram Graco e centenas de seus apoiadores a pauladas e atiraram seus corpos no Tibre. Esquecendo convenientemente a violência que havia acompanhado o Conflito das Ordens, muitos romanos sustentaram que essa havia sido “a primeira disputa política desde a queda da monarquia a ser resolvida com derramamento de sangue e morte de cidadãos”. Logo houve outra. Apenas uma década mais tarde, Caio, o irmão de Tibério Graco, teve o mesmo destino. Apresentou um programa de reformas mais radical ainda, que incluía uma cota de trigo subsidiada para os cidadãos romanos, e conseguiu se eleger tribuno uma segunda vez. Mas em 121 a.C., quando tentava evitar que sua legislação fosse desmantelada, tornou-se vítima de outro bando, mais oficial, de senadores. Dessa vez, os corpos de milhares de seus apoiadores obstruíram o rio. E aconteceu de novo em 100 a.C., quando outros reformadores foram espancados até a morte no próprio Senado, com os agressores usando

telhas do edifício como armas.

Três outras guerras civis prolongadas, ou levantes revolucionários (muitas vezes há um limite nebuloso entre as duas), seguiram-se em rápida sucessão e, em certo sentido, vieram somar-se a um único conflito intermitente que durou mais de vinte anos. Primeiro, foi declarada guerra em Roma em 91 a.C. por uma coalizão de aliados italianos, ou *socii* (daí o curioso e enganosamente adequado título moderno de Guerra Social). Em dois anos os romanos mais ou menos derrotaram os aliados, e no processo deram à maioria deles cidadania romana plena. Mesmo assim, o número de mortos — de homens que haviam antes servido lado a lado em guerras romanas de expansão — foi, segundo uma estimativa romana, de cerca de 300 mil. Por exagerada que a cifra possa ser, ela ainda aponta para baixas em uma escala não muito distante daquela da guerra contra Aníbal. Antes do fim da Guerra Social, um de seus comandantes, Lúcio Cornélio Sula [Lucius Cornelius Sulla], cônsul em 88 a.C., tornou-se o primeiro romano desde o mítico Coriolano a liderar seu exército contra a cidade de Roma. Sula pressionara o Senado para obter o comando em uma guerra no Oriente, e quando voltou de quatro anos vitoriosos marchou até sua cidade natal outra vez e foi designado ditador. Antes de renunciar em 79 a.C. introduziu um amplo programa de reformas conservadoras e presidiu um reino do terror e o primeiro expurgo organizado de inimigos políticos da história romana. Nessas "proscrições" (isto é, "notificações", como eram conhecidas, em um eufemismo aterrador), os nomes de milhares de homens, incluindo cerca de um terço de todos os senadores, foram divulgados por toda a Itália, com um generoso prêmio

por suas cabeças. Finalmente, o resultado desses dois conflitos alimentou a famosa "guerra" de escravos de Espártaco, que teve início em 73 a.C., e continua sendo um dos conflitos mais glamorizados de toda a história romana. Por mais bravos que fossem, esses escravos gladiadores desgarrados devem ter contado com o reforço de muitos dos cidadãos romanos descontentes da Itália; de outro modo, dificilmente teriam resistido às legiões por quase dois anos. Essa foi uma combinação de rebelião escrava com guerra civil.

Por volta da década de 60 a.C., a própria ordem política em Roma sofria rupturas a todo instante, superada por violência de rua, que se tornou parte da vida cotidiana. A "conspiração" de Catilina foi apenas um incidente entre muitos. Houve muitas ocasiões em que os tumultos evitaram a realização de eleições, ou em que uma distribuição massiva de propinas definiu a decisão do eleitorado ou dos júris dos tribunais, ou em que um assassinato foi a arma escolhida contra um adversário político. Públio Clódio Pulcro [Publius Clodius Pulcher], o irmão da "Lésbia" de Catulo, e o homem que arquitetou o exílio de Cícero em 58 a.C., foi mais tarde assassinado por um bando paramilitar de escravos de propriedade de um dos amigos de Cícero, em uma estúpida briga num subúrbio da cidade (a "Batalha de Bovila", como foi majestosa e ironicamente nomeada). Nunca ficou claro a quem se deveria atribuir a responsabilidade por sua morte, mas foi-lhe oferecida uma cremação de improviso no Senado, que pegou fogo junto com o corpo. Um cônsul controvertido foi removido de maneira comparativamente menos drástica em 59 a.C.: recebeu uma mera saraivada de excrementos e passou o resto do seu ano de

mandato entrincheirado em casa.

Num cenário desses, três homens — Pompeu, Júlio César e Marco Licínio Crasso — fizeram um acordo informal para lançar mão de sua influência combinada, seus contatos e seu dinheiro para ajustar o processo político aos seus próprios interesses. O “Bando dos Três”, ou “Monstro de Três Cabeças”, como definiu um satirista contemporâneo, pela primeira vez passou a tomada de decisões públicas para mãos privadas. Por meio de uma série de arranjos de bastidores, subornos e ameaças, os três asseguraram que os consulados e os comandos militares fossem parar onde eles escolhessem e que as decisões importantes seguissem sua orientação. Esse arranjo durou cerca de uma década, começando por volta de 60 a.C. (negociações em privado são difíceis de datar com precisão). Mas depois, procurando assegurar sua posição pessoal, Júlio César decidiu seguir o precedente de Sula e tomou Roma à força.

O essencial do que aconteceu em seguida é bastante claro, mesmo que os detalhes sejam de uma complexidade quase impenetrável. Saindo da Gália no início de 49 a.C., César fez a famosa travessia do rio Rubicão, que delimitava a fronteira com a Itália, e marchou em direção a Roma. Quarenta anos haviam feito uma grande diferença. Quando Sula direcionou seu exército para a cidade, apenas um de seus oficiais veteranos recusou-se a segui-lo. Já quando César fez o mesmo, apenas um ficou ao seu lado. Era um bom sinal do quanto os escrúpulos haviam sido erodidos num intervalo de tempo tão curto. A guerra civil que eclodiu em seguida, da qual César e Pompeu, aliados de outrora, eram agora comandantes rivais, espalhou-se pelo mundo mediterrâneo. Os conflitos

internos de Roma não se restringiam mais à Itália. A batalha decisiva foi travada na Grécia central, e Pompeu acabou assassinado no litoral do Egito, decapitado por alguns egípcios que o traíram.

Essa é uma história poderosa de crise política e desintegração sangrenta, mesmo contada em sua forma mais esquemática. Alguns dos problemas subjacentes são óbvios. As instituições políticas de Roma, de escala relativamente limitada, haviam mudado pouco desde o século IV a.C. Mal conseguiam estar à altura de governar a península Itálica e eram ainda menos capazes de controlar e policiar um vasto Império. Como veremos, Roma confiava cada vez mais nos esforços e no talento de indivíduos cujo poder, lucros e rivalidades ameaçavam os próprios princípios sobre os quais a República se assentava. E não havia nenhum anteparo — nem mesmo uma força policial básica — para impedir que o conflito político descambasse para a violência política assassina em uma metrópole imensa, que abrigava 1 milhão de pessoas por volta do século I a.C., onde a fome, a exploração e as imensas disparidades de riqueza eram catalisadores adicionais de protestos, tumultos e crimes.

São também eventos que historiadores, tanto antigos quanto modernos, podem examinar em retrospecto, com todas as vantagens e desvantagens desse tipo de visão. Afinal, depois que já se sabe o desfecho, é fácil apresentar o período como uma série de passos irrevogáveis e brutais na direção de uma crise ou como uma lenta contagem regressiva, seja para o fim do Estado livre, seja para a volta a um governo de um só homem. Mas o último século da República foi mais do que um mero banho de sangue. Como sugerem o florescimento da

poesia, das teorizações e da arte, foi também uma época em que os romanos viram-se às voltas com problemas que estavam minando seu processo político e no qual surgiram algumas de suas maiores invenções, como o princípio radical de que o Estado tinha alguma responsabilidade em assegurar que seus cidadãos tivessem o suficiente para comer. Pela primeira vez, tiveram que enfrentar a questão de como um Império deveria ser administrado e governado, em vez de ser simplesmente adquirido, e conceberam elaborados códigos práticos para o domínio romano. Em outras palavras, esse foi também um período extraordinário de análise e inovação política. Os senadores romanos não ficaram sentados ociosamente enquanto suas instituições políticas mergulhavam no caos, e tampouco simplesmente atiçaram as chamas da crise para proveito próprio a curto prazo (embora certamente houvesse um pouco disso). Muitos deles, a partir de diferentes extremos do espectro político, tentaram encontrar algum remédio eficaz. Não devemos permitir que a *nossa* visão retrospectiva, ou que o fracasso final *deles* ou a sucessão de guerras civis e assassinatos nos deixem cegos para os esforços empreendidos, que são o tema principal deste capítulo e do próximo.

Vamos examinar atentamente alguns dos conflitos e personagens mais famosos do período para entender a respeito do que, exatamente, os romanos estavam discutindo ou brigando. Algumas das respostas nos levarão de volta à manifestação popular de liberdade que está entranhada nos relatos e reconstruções do Conflito das Ordens. Mas há também novas questões, desde os efeitos de se garantir cidadania plena em massa aos aliados italianos, até a

questão de como os lucros do Império deveriam ser partilhados. Esses temas estão todos inextricavelmente entrelaçados: o sucesso (ou fracasso) de exércitos servindo além-mar teve consequências diretas no fronte doméstico; as ambições políticas de homens como Pompeu e César estão por trás de algumas das guerras de conquista; nunca houve uma diferenciação clara entre os papéis militares e políticos da elite romana. Não obstante, em busca de um relato claro desses desdobramentos cruciais mas complexos, o Capítulo 7 concentra-se em Roma no exterior e na ascensão de dinastias superpoderosas, especialmente as de Pompeu e de César, durante a última parte do período. Por ora, vamos nos concentrar principalmente nas questões que têm a ver com Roma e a Itália, e com a primeira parte do período, que é, em linhas gerais — para colocar nos termos de alguns nomes famosos que ainda dominam a narrativa —, a que vai de Tibério Graco a Sula e Espártaco.

Tibério Graco

Em 137 a.C., Tibério Graco — neto de Cipião Africano, cunhado de Emiliano e um dos heróis de guerra do cerco de Cartago, onde foi o primeiro a escalar o muro inimigo — partiu em viagem de Roma para o norte a fim de se juntar às legiões na Espanha. Quando atravessava a Etrúria, ficou chocado com as condições de vida no campo, pois a terra era trabalhada e os rebanhos cuidados por escravos estrangeiros em propriedades que operavam em escala industrial; os pequenos agricultores, tradicional espinha dorsal da agricultura italiana, haviam desaparecido. Segundo um planfleto escrito por seu irmão mais novo Caio, e

citado em uma biografia bem posterior, esse foi o momento em que Tibério se comprometeu com as reformas. Como ele mais tarde colocou para o povo romano, muitos dos homens que combateram nas guerras de Roma “são chamados de donos do mundo, mas não têm um pedaço de terra que possam chamar de seu”. Para ele, isso não era justo.

Em que medida os pequenos proprietários haviam de fato desaparecido da terra é algo que tem desconcertado os historiadores modernos muito mais do que os antigos. Não é difícil ver uma revolução agrícola desse tipo como consequência lógica da atividade bélica e da expansão de Roma. Durante a guerra contra Aníbal, no final do século III a.C., exércitos rivais haviam vagado pela península Itálica durante duas décadas, com efeitos devastadores para as terras cultivadas. A necessidade de atuação do Exército em terras distantes tirou mão de obra da agricultura durante anos a fio, deixando as fazendas familiares sem sua força de trabalho essencial. Esses dois fatores podem ter tornado os pequenos proprietários particularmente vulneráveis à falência ou a terem suas terras resgatadas pelos ricos, que usavam a riqueza obtida com as conquistas militares para construir grandes propriedades rurais, exploradas como fazendas agrícolas pela abundante mão de obra escrava. Um historiador moderno, fazendo eco aos sentimentos de Tibério, expõe um triste resumo da situação: não importa o saque que trouxessem para casa, muitos soldados comuns haviam estado na verdade “lutando em favor de seu próprio desalojamento”. Uma boa parcela deles teria se deslocado para Roma ou para outras cidades à procura de um meio de vida, aumentando o volume da subclasse urbana.

É um cenário plausível. Mas não há muita evidência consistente para certezas. Esquecendo um pouco o tom propagandístico dessa viagem de “tomada de consciência” de Tibério pela Etrúria (será que ele nunca antes tinha viajado sessenta quilômetros ao norte?), há apenas alguns vestígios arqueológicos desse novo tipo de fazenda que ele relata e, ao contrário, consideráveis evidências de uma ampla sobrevivência das pequenas fazendas. Não é possível afirmar nem mesmo que os danos de guerra e a ausência de jovens solteiros que foram lutar no exterior tenham provocado os efeitos devastadores de longo prazo que muitas vezes se imagina. A maior parte das terras agrícolas se recupera rapidamente desse tipo de trauma, e certamente haveria outros membros da família que poderiam ter sido recrutados como força de trabalho; e mesmo que não houvesse, uns poucos trabalhadores escravos caberiam nos recursos até mesmo de agricultores humildes. Na realidade, muitos historiadores hoje acham que, se seus motivos eram sinceros, Tibério fizera uma leitura equivocada da situação.

No entanto, qualquer que seja a verdade econômica, ele certamente viu o problema do desalojamento dos pobres das terras cultiváveis. E o mesmo vale para os pobres, se for verdadeira a história da campanha de pichações que fizeram em Roma pedindo que ele restaurasse “terra aos pobres”. E era esse problema que Tibério estava determinado a resolver quando foi eleito tribuno do povo para 133 a.C. Ele imediatamente apresentou uma lei à Assembleia Plebeia para reempossar os pequenos proprietários distribuindo lotes de “terra pública” romana aos pobres. Esses lotes eram parte dos territórios que os romanos haviam sequestrado ao tomar a Itália. Em tese, estavam disponíveis a uma ampla gama

de usuários, mas na prática os romanos e italianos ricos haviam ficado com a maior parte, transformando-os, para todos os efeitos, em propriedade privada. Tibério propôs restringir essas propriedades a um máximo de quinhentos *iugera* (cerca de 120 hectares) cada, alegando que esse era o antigo limite legal, para então dividir o restante em lotes menores para os despossuídos. Era um estilo de reforma tipicamente romano, que justificava uma ação radical por um retorno a uma prática passada.

A proposta despertou uma série de controvérsias. Primeiro, quando um de seus colegas tribunos, Marco Otávio [Marcus Octavius], tentou repetidas vezes vetá-la (algum direito de veto havia sido dado a esses “representantes do povo” séculos atrás), Tibério tratou com arrogância essa objeção e fez o povo votar para que seu oponente fosse tirado do cargo. Isso permitiu que a lei fosse aprovada, e estabeleceu-se então um conselho de três comissários, composto por Tibério, seu irmão e seu sogro, para supervisionar a realocação de terras. A seguir, quando o Senado, cujo interesse geralmente acompanhava o dos ricos, recusou-se a fazer mais do que uma insignificante contribuição em dinheiro ao fundo de operação (um recurso para bloquear uma medida que é bem conhecido nas disputas políticas modernas), Tibério novamente voltou-se ao povo e persuadiu-o a votar para que os fundos de uma loteria estatal fossem destinados a financiar a comissão.

Em uma coincidência conveniente, o rei Átalo III de Pérgamo havia morrido em 133 a.C., e — combinando uma avaliação realista do poder romano no Mediterrâneo oriental com uma arguta defesa contra o assassinato por rivais

domésticos — tornou “o povo romano” herdeiro de sua propriedade e de seu grande reino, a atual Turquia. Essa herança forneceu todo o dinheiro necessário para a complexa tarefa da comissão de investigar, medir e fazer o levantamento topográfico, selecionar os novos arrendatários e instalá-los com os utensílios básicos para a agricultura. Finalmente, quando Tibério se viu cada vez mais atacado, e até mesmo acusado de estar pretendendo virar rei, decidiu defender sua posição concorrendo mais uma vez à eleição para o ano seguinte; desse modo, como ocupante de um cargo, estaria imune a processos. Isso foi demais para alguns de seus ansiosos oponentes, e um grupo deles, senadores e sequazes variados, com armas improvisadas e sem qualquer autoridade oficial, interromperam as eleições.

As eleições romanas eram eventos que consumiam muito tempo. Na Assembleia Plebeia, que escolhia os tribunos, o eleitorado se reunia num único lugar, e os grupos tribais votavam em turnos, com cada homem — de muitos milhares — colocando seu voto individualmente, um após o outro. Às vezes era necessário mais de um dia para completar o processo. Em 133 a.C., os votos para os tribunos do ano seguinte estavam sendo lentamente colocados no Capitólio quando o bando chegou. Seguiu-se uma batalha, na qual Tibério foi espancado até a morte com o pé de uma cadeira. O homem que liderou o linchamento foi seu primo Públio Cornélio Cipião Násica Serapião [Publius Cornelius Scipio Nasica Serapio], um ex-cônsul e chefe de um dos principais grupos de sacerdotes romanos, os pontífices. Dizem que, antes de entrar nessa briga mortal, teria coberto a cabeça com a toga, como os sacerdotes romanos costumavam

fazer quando sacrificavam animais aos deuses. Presume-se que com isso estaria tentando fazer do assassinato um ato religioso.

A morte de Tibério não deteve o trabalho de redistribuição de terras. Foi colocado um substituto na comissão e a atividade nos anos seguintes ainda pode ser rastreada na série de pedras de delimitação que marcavam as intersecções das novas unidades de propriedade, cada uma ostentando os nomes dos comissários responsáveis. Mas houve mais baixas ainda, de ambos os lados. Alguns dos apoiadores de Graco foram submetidos a julgamento num tribunal especial criado pelo Senado (não está claro qual era a acusação), e pelo menos um foi sentenciado à morte, amarrado dentro de um saco com cobras venenosas — muito provavelmente uma “tradição” inventada, querendo fazer-se passar por uma horrível punição da Roma arcaica. Cipião Násica foi rapidamente mandado embora numa oportuna delegação para Pérgamo, onde morreu no ano seguinte. Cipião Emiliano, cuja reação à notícia do assassinato de Tibério fora citar outro verso de Homero, para fazer parecer que o próprio Tibério teria sido o causador, voltou para a Itália para assumir a causa daqueles aliados italianos ricos que haviam sido ejetados das terras públicas. Foi encontrado morto em 129 a.C., na manhã em que faria um discurso em favor deles. Mortes inexplicadas — e houve várias — levantaram as suspeitas dos romanos. Nesses dois casos havia rumores de um golpe sujo. Alguns romanos, como muitas vezes faziam quando não havia nenhuma evidência, alegaram influência maligna de mulheres nos bastidores: o triunfal conquistador de Cartago, diziam eles, havia sido vítima de um sórdido assassinato doméstico perpetrado pela mulher e pela sogra, convencidas de que

ele não deveria desfazer o trabalho de Tibério Graco, irmão e filho delas.

36. Esta moeda de prata romana do final do século II a.C. mostra o procedimento do voto secreto das assembleias. O homem à direita coloca sua tabuleta de voto na urna, andando por uma tábua inclinada, ou “ponte” (*pons*). À esquerda, outro homem sobe na ponte e pega sua tabuleta de um assistente embaixo. “Nerva”, escrito acima da cena, é o nome do responsável pela cunhagem da moeda.

Por que a reforma agrária de Tibério foi tão fortemente contestada? Sem dúvida, havia algum tipo de autointeresse em jogo. Observadores da época, e outros posteriores, afirmaram que, longe de estar preocupado com a condição dos pobres, Tibério foi movido por um rancor pelo Senado, que havia de modo humilhante se recusado a ratificar um tratado que ele negociara quando servia na Espanha. Muitos dos ricos devem ter se ressentido da perda de terras que há muito tempo tratavam como parte de suas propriedades privadas, enquanto aqueles que foram beneficiados pela distribuição apoiavam ardorosamente a reforma. Na realidade, houve muita gente que correu à cidade vindo de áreas distantes do território romano só para votar pela reforma. Mas havia ainda mais coisas envolvidas no conflito.

O confronto em 133 a.C. revelou dramaticamente que havia diferentes pontos de vista sobre o poder do povo. Quando Tibério convenceu-os a votar

pela destituição do tribuno que havia se oposto a ele, seu argumento foi na linha de “se o tribuno do povo não faz mais o que o povo quer, então deve ser deposto”. Isso levantou uma questão que ainda é bem conhecida dos modernos sistemas eleitorais. Por exemplo, os deputados devem ser vistos como *delegados* dos seus eleitores, isto é, obrigados a seguir a vontade de seu eleitorado? Ou são *representantes*, eleitos para exercer o próprio julgamento dentro das circunstâncias variáveis de governo? Essa foi a primeira vez, até onde podemos saber, em que essa questão foi explicitamente levantada em Roma, e não foi fácil respondê-la até agora. Para alguns, as ações de Tibério defenderam os direitos do povo; para outros, minaram os direitos de uma autoridade legalmente eleita.

Dilemas similares estavam no cerne da discussão sobre a reeleição de Tibério como tribuno. Deter um cargo por dois anos consecutivos, inteiros, não era algo sem precedentes, mas certamente alguns achavam que sinalizava um acúmulo perigoso de poder pessoal e era outra indicação de ambições monárquicas. Outros afirmavam que o povo romano tinha o direito de eleger quem quisesse, independentemente das convenções eleitorais. Além disso, se Átalo deixara seu reino para “o povo romano” (*populus romanus*), então não caberia a ele, e não ao Senado, determinar de que modo esse legado seria usado? Os lucros do Império não deveriam beneficiar os pobres também?

Cipião Násica, com seus brutamontes, seus porretes e suas pernas de cadeiras, não era um personagem simpático, e o apelido Vespillo (ou “Coveiro”) dado ao senador que assistiu ao descarte dos corpos no Tibre é um gracejo desconfortável segundo quaisquer padrões, antigos ou modernos. Mas sua

discussão com Tibério foi fundamental, e moldou o debate político pelo restante da República. Cícero, ao examiná-la em retrospecto em meados do século seguinte, descreveu 133 a.C. como um ano decisivo justamente por ter aberto uma grande fissura na política e na sociedade romanas, que não se fechou de novo durante seu tempo de vida: “A morte de Tibério Graco”, escreveu ele, “e antes disso toda a argumentação por trás de seu tribunato, dividiu um povo unido em dois grupos distintos [*partes*]”.

Trata-se de uma simplificação retórica exagerada. A ideia de que houve um tranquilo consenso em Roma entre ricos e pobres até que Tibério acabou com isso é, na melhor das hipóteses, uma ficção nostálgica. O que parece provável — do que se sabe sobre os debates políticos no prazo de mais ou menos uma década que antecede 133 a.C. — é que outros já haviam reivindicado os direitos do povo mais ou menos nesses termos. Em 139 a.C., por exemplo, um tribuno radical havia apresentado uma lei para assegurar que as eleições romanas fossem realizadas por voto secreto. Há pouca evidência que ajude a identificar o homem por trás disso, ou que lance luz sobre a oposição que isso pode ter despertado — embora Cícero dê uma dica quando diz que “todo mundo sabe que a lei eleitoral tirou dos aristocratas toda a sua influência” e descreveu o proponente como um “imundo zé-ninguém”. Mas foi uma reforma crucial e uma garantia fundamental de liberdade política para todos os cidadãos, desconhecida nas eleições do mundo grego clássico, democrático ou não.

Não obstante, foram os eventos de 133 a.C. que cristalizaram a oposição entre aqueles que defendiam os direitos, a liberdade e os benefícios do povo e

aqueles que, para colocar em seus próprios termos, achavam prudente que o Estado fosse guiado pela experiência e sabedoria dos “melhores homens” (*optimi*), o que na prática era mais ou menos sinônimo de “os ricos”. Cícero usa a palavra *partes* para esses dois grupos (*populares* e *optimates*, como foram às vezes chamados), mas não eram partidos no sentido moderno: não tinham membros, líderes oficiais ou manifestos. Representavam dois pontos de vista claramente divergentes sobre os objetivos e métodos de governo, que iriam entrar em choque muitas vezes durante quase cem anos.

Caio Graco

Em uma das tiradas mais citadas do mundo romano, o satirista Juvenal, escrevendo no final do século I d.C., dirigiu seu escárnio para a “turba de Remo”, que — afirmou ele — queria apenas duas coisas: “pão e circo” (*panem et circenses*). Como mostra a vigência dessa expressão ainda hoje, tratava-se de uma brilhante crítica aos limitados horizontes da plebe urbana, apresentada como descendente do gêmeo assassinado: eles não ligavam para nada a não ser para as corridas de bigas e a distribuição de pão com as quais os imperadores os haviam subornado, e efetivamente despolitizado. Era também uma cínica distorção da tradição romana de prover alimentação básica para o povo às custas do Estado, que teve origem com o irmão mais novo de Tibério, Caio Semprônio Graco [Gaius Sempronius Gracchus], tribuno do povo por dois anos consecutivos, 123 e 122 a.C.

Caio não introduziu uma “doação de cereais”. Para sermos exatos, ele propôs

uma lei bem-sucedida à Assembleia Plebeia, estabelecendo que o Estado deveria vender certa quantidade de grãos todo mês a preço fixo, subsidiado, para cidadãos individuais da cidade. Mesmo assim, a escala e a ambição de sua iniciativa eram enormes. E Caio parece ter planejado a considerável infraestrutura necessária para isso: a compra pública, as instalações para distribuição e alguma forma de checagem da identidade (se não, de que outro modo seria possível restringi-la aos cidadãos?), assim como estocagem em novos armazéns públicos construídos junto ao Tibre e em outros alugados. Não se sabe ao certo como toda a operação era gerida em termos de mão de obra e organização no dia a dia. Funcionários públicos de Roma tinham apenas o apoio esquemático de alguns escribas, mensageiros e guarda-costas. Assim, como ocorria com a maioria das responsabilidades do Estado — que incluíam até tarefas menores especializadas como repintar o rosto da estátua do deus Júpiter em seu templo, que dominava a cidade do alto do Capitólio —, muito do trabalho de administrar e distribuir os cereais era realizado por fornecedores privados, que ganhavam para prestar serviços públicos.

A iniciativa de Caio decorreu em parte de sua preocupação com os pobres da cidade. Em anos favoráveis, as colheitas da Sicília e da Sardenha teriam sido mais ou menos suficientes para alimentar 250 mil pessoas — uma estimativa razoável, embora um pouco conservadora, para a população de Roma no final do século II a.C. Mas as colheitas antigas do Mediterrâneo oscilavam muito, e os preços às vezes ficavam acima das possibilidades de muitos romanos — lojistas, artesãos, trabalhadores diaristas. Mesmo antes de Caio, o Estado já tomara

algumas medidas preventivas para evitar a fome na cidade. Uma inscrição reveladora encontrada na Tessália, norte da Grécia, registra a visita de um oficial romano em 129 a.C. Ele fora, de chapéu na mão, “porque a situação em seu país naquele momento era de escassez total”, e partiu com a promessa de mais de 3 mil toneladas de trigo e tendo feito arranjos complicados relativos ao transporte.

A caridade, no entanto, não era a única questão que Caio tinha em mente, nem a lógica realista, às vezes evidente em Roma, de que uma população faminta era algo a se temer. Seu plano tinha ainda uma agenda política subjacente a respeito de compartilhar os recursos do Estado. É esse certamente o ponto de uma troca de ideias relatada entre Caio e um de seus mais implacáveis oponentes, o rico ex-cônsul Lúcio Calpúrnio Pisão Frúgio [Lucius Calpurnius Piso Frugi] (seu último sobrenome, bem a propósito, significa “sovina”). Depois que a lei foi aprovada, Caio viu Frúgio em pé numa fila para distribuição de grãos e perguntou-lhe o que fazia ali, já que ele era tão contrário à medida. “Não concordo, Graco”, ele respondeu, “com a ideia de você dividir minha propriedade, mas se é isso o que você vai fazer, eu vou pegar minha parte.” Ele presumivelmente queria fazer a retórica de Caio voltar-se contra ele. A discussão era sobre quem tinha direito sobre a propriedade do Estado e onde ficava o limite entre a riqueza pública e a privada.

A distribuição de cereais a preço barato foi a reforma mais influente de Caio. A lei sofreu emendas e foi algumas vezes suspensa ao longo das décadas seguintes, mas seu princípio básico durou séculos: Roma era o único lugar no Mediterrâneo antigo onde o Estado assumia responsabilidade pelo fornecimento

regular de comida a seus cidadãos. O mundo grego, ao contrário, havia realizado distribuições ocasionais em épocas de escassez, ou assistido a esporádicas demonstrações de generosidade por parte dos ricos. Essas distribuições de comida foram, porém, apenas uma das várias inovações introduzidas por Caio.

Diferentemente de todos os reformadores romanos anteriores, Caio patrocinou não apenas uma iniciativa mas cerca de uma dúzia. Foi o primeiro político da cidade, sem contar os míticos pais fundadores, a ter um *programa* extenso e coerente, com medidas que cobriam pontos como o direito de apelar contra a pena de morte, a declaração de ilegalidade da propina e um esquema muito mais ambicioso de distribuição de terra do que aquele proposto por Tibério. O dele envolvia exportação em massa de cidadãos excedentes para “colônias” não só na Itália, mas também, pela primeira vez, para além-mar. Cartago, apenas duas décadas depois de ter sido arrasada e amaldiçoada, foi definida como uma nova cidade a ser repovoada. Mas a memória de Roma não era tão curta assim, e o projeto foi logo cancelado, embora alguns colonos já tivessem emigrado para lá. É impossível listar toda a legislação que Caio propôs em apenas dois anos, e menos ainda determinar com precisão quais foram seus termos e objetivos. Afora uma parte substancial de um texto de uma lei sobre o comportamento dos oficiais romanos, e que provia meios de reparar aqueles que tivessem sido por eles abusados, as evidências que sobreviveram em sua maior parte vêm na forma de observações marginais ou reconstruções posteriores. Mas o crucial é o âmbito. Para os oponentes de Caio, isso indicava perigosamente uma busca de poder pessoal. O caráter geral do programa parece constituir uma

tentativa sistemática de reconfigurar a relação entre o povo e o Senado.

Foi esse o entendimento de seu biógrafo grego, Plutarco (ou Lucius Mestrius Plutarchus), mais de duzentos anos depois, quando focalizou o que deve ter sido um gesto exibicionista de Caio ao se dirigir às plateias no Fórum. Oradores antes dele haviam enfrentado a casa do Senado com a audiência comprimida em uma pequena área conhecida como *comitium*. Caio desafiou as convenções ao estrategicamente virar as costas ao Senado e falar com o povo, agora reunido na praça aberta do Fórum. Tratava-se, Plutarco reconhece, apenas de um “pequeno desvio” na prática, mas assinalava algo revolucionário. Não só permitia a participação de uma plateia maior, mas indicava a liberdade do povo em relação ao olho controlador do Senado. Escritores antigos creditam a Caio um sentido particularmente agudo de política do lugar. Outra história conta que, quando havia algum espetáculo de gladiadores programado para ocorrer no Fórum (um dos locais favoritos antes da construção do Coliseu, duzentos anos mais tarde), um certo número de romanos de alto escalão colocava assentos temporários para uso próprio ou aluguel. Na noite anterior ao espetáculo, Caio mandou retirar aqueles assentos, para que as pessoas comuns tivessem suficiente espaço para assistir, sem pagar.

37. Pintura de Angelica Kauffmann, *Cornélia, mãe dos Graco*, com seus jovens filhos (1785). Cornélia é uma das poucas mães em Roma às quais se credita uma poderosa influência sobre a vida pública de seus filhos. Era conhecida por se vestir de modo menos vistoso do que muitas mulheres de seu tempo. “Meus filhos são minhas joias”, costumava dizer. Aqui, Kauffmann a imagina apresentando Tibério e Caio (à esquerda) a uma amiga.

Ao contrário de seu irmão mais velho, Caio conseguiu ser eleito duas vezes como tribuno. Mas em circunstâncias obscuras, não conseguiu ser eleito novamente para 121 a.C. Naquele ano, resistiu aos esforços do cônsul Lúcio Opímio [Lucius Opimius], um cabeça-dura que se tornou uma espécie de herói dos conservadores, de cancelar a maior parte de sua legislação. Nesse processo, foi assassinado, ou se matou para frustrar o seu assassinato, por um bando armado sob o comando de Opímio. A violência não era de um lado só. Ela havia eclodido depois que um dos criados do cônsul — ao que parece andando para cima e para baixo com as vísceras de alguns animais que haviam acabado de ser sacrificados, o que acrescentou o toque macabro à cena — gritou alguma ofensa

casual aos apoiadores de Caio (“Deixem os rapazes decentes passarem, bando de punheteiros”) e fez um gesto ainda mais grosseiro. Eles foram para cima dele e o apunhalaram até a morte com seus estiletes de escrita, claro sinal de que não estavam armados, e que, apesar de ser um grupo de letrados, não eram meras vítimas inocentes. Em reação, o Senado aprovou um decreto instando os cônsules a “certificarem-se de que o Estado não iria sofrer nenhum dano”, a mesma lei de poderes emergenciais que mais tarde foi aprovada durante o conflito de Cícero com Catilina em 63 a.C. Opímio entendeu a deixa, reuniu uma milícia entre seus apoiadores e matou 3 mil seguidores de Caio, alguns na hora, outros mais tarde num tribunal improvisado. Isso criou um precedente duvidoso e fatal.

Pois esta foi a primeira ocasião de várias ao longo dos cem anos seguintes em que esse decreto foi usado para enfrentar diversas crises, de tumultos civis a alegações de traição. Pode ter sido concebido como uma tentativa de impor algum tipo de estrutura reguladora sobre o uso da força oficial. Roma, nesse período, não tinha polícia de nenhum tipo e mal tinha recursos para controlar a violência, além daquilo que homens poderosos individualmente poderiam conseguir, com esforço, unindo-se. A instrução “certificarem-se de que o Estado não iria sofrer nenhum dano” poderia em tese ter a intenção de traçar uma linha entre as ações não autorizadas de um Cipião Násica e aquelas sancionadas pelo Senado. Na prática, era um alvará para linchamentos pela multidão, um pretexto faccioso para suspender as liberdades civis e uma cobertura legal para violência premeditada contra reformadores radicais. Por exemplo, é difícil acreditar que os

“arqueiros cretenses” que acompanhavam os apoiadores locais de Opímio estivessem ali à disposição por mero acaso. Mas o decreto seria sempre controverso e sempre passível de rejeição, como Cícero descobriu. Opímio foi devidamente submetido a julgamento, e, embora tivesse sido absolvido, sua reputação nunca se recuperou de todo. Quando teve a ousadia, ou ingenuidade, de celebrar a supressão dos Graco fazendo uma reforma luxuosa do templo da deusa Concórdia (Harmonia) no Fórum, alguém mais realista resumiu com um cinzel toda aquela debacle criminosa entalhando na fachada as palavras “Um ato de insensata Discórdia produz um templo da Concórdia”.

Cidadãos e aliados em guerra

Pouco antes das revolucionárias reformas de Caio, em meados da década de 120 a.C., um cônsul romano estava viajando pela Itália com sua mulher e chegou à cidadezinha de Teanum (moderna Teano, cerca de 160 quilômetros ao sul de Roma). A senhora decidiu que queria usar os banhos locais, normalmente reservados aos homens; então, o prefeito preparou-os para ela e os banhistas habituais foram expulsos. Mas ela se queixou de que as instalações não haviam sido aprontadas a tempo e que não estavam limpas o suficiente. “Então uma estaca foi colocada no Fórum, e o prefeito de Teanum, o homem mais distinto da cidade, foi amarrado nela. Foi despido e agredido a pauladas.”

Essa história chegou a nós contada em um discurso de Caio Graco, transcrito textualmente por um estudioso de literatura do século II d.C., dedicado a analisar seu estilo de oratória. Foi um exemplo chocante do abuso de poder de Roma,

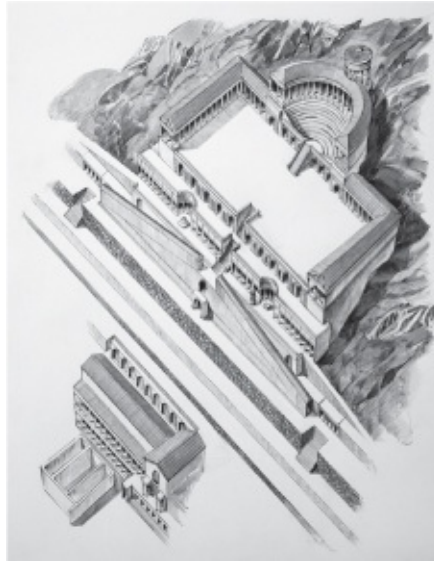
citado em apoio a outra das campanhas de Caio — a de estender a cidadania romana mais amplamente na Itália. Ele não foi o primeiro a sugerir isso. Sua proposta era parte de uma crescente controvérsia a respeito do status dos aliados de Roma e das comunidades latinas da Itália. Ela se encerrou quando muitos dos aliados entraram em conflito com Roma na chamada Guerra Social, um dos embates mais mortíferos e desconcertantes da história romana. O desconcerto diz respeito em grande parte aos objetivos dos aliados. Teriam eles recorrido à violência para obrigar Roma a garantir-lhes plena cidadania romana? Ou estavam tentando se libertar de Roma? Queriam ficar *dentro* ou *fora*?

As relações entre Roma e os demais italianos haviam tomado rumos diversos desde o século III a.C. Os aliados certamente haviam colhido boas recompensas de suas campanhas conjuntas com Roma, na forma do butim advindo da vitória e das oportunidades comerciais que se seguiam. Uma família da pequena cidade de Fregellae, tecnicamente uma colônia latina cem quilômetros ao sul de Roma, sentia orgulho suficiente dessas campanhas para decorar sua casa com frisos de terracota retratando as batalhas em lugares distantes nas quais alguns deles haviam servido. Numa escala maior, o espetacular desenvolvimento arquitetônico de muitas das cidades italianas fornece evidência concreta do lucro dos aliados. Em Praeneste, por exemplo, a apenas trinta quilômetros de Roma, foi construído um novo santuário imenso à deusa Fortuna, uma obra-prima da arquitetura ostentatória — com teatro, terraço, pórticos e colunatas —, à altura de qualquer construção em qualquer outra parte do Mediterrâneo. Dificilmente é coincidência que os nomes de várias famílias dessa cidade sejam encontrados

entre comerciantes romanos e italianos da ilha de Delos no mar Egeu, um dos maiores centros de negócios da época e núcleo de comércio de escravos.

38. As grandes construções arquitetônicas em Praeneste na parte final do século II a.C. foram incorporadas ao palácio renascentista posterior, que ainda preserva a forma básica do antigo santuário. As rampas inferiores ainda são claramente visíveis.

Quem fosse de fora, notaria em lugares como Delos pouquíssima diferença entre "romanos" e "italianos", termos que eram usados de modo mais ou menos indistinto. Mesmo na Itália, os limites iam ficando nebulosos ou erodidos. Por volta do início do século II a.C., todos os que haviam sido "cidadãos sem voto" já desfrutavam da condição de votar. Em algum ponto antes da Guerra Social, os romanos podem ter concordado que qualquer um que tivesse tido algum cargo público em uma comunidade com status latino estaria qualificado para a plena cidadania romana. Na prática, era frequente fazer vista grossa para italianos que

simplesmente alegavam ter cidadania ou que haviam conseguido ser listados formalmente no censo romano.

39. Reconstrução do antigo santuário em Praeneste. O formato semicircular do palácio no nível superior reflete o do templo subjacente à deusa Fortuna. Fato interessante é que este templo foi construído mais de meio século antes do teatro de Pompeu (Fig. 44), quando não havia nada desse porte construído em Roma.

No entanto, esse tipo de integração tão próxima era só um dos lados da questão. A história que Caio conta sobre o prefeito italiano é um dos muitos casos célebres em que indivíduos romanos, em uma escala que vai da falta de tato à crueldade, feriram ou humilharam membros destacados de comunidades aliadas. Houve um cônsul que teria mandado despir e flagelar um grupo de dignitários locais devido a algum deslize nas providências de seus suprimentos. Sejam esses episódios verdadeiros ou não (e todos vêm em última análise de ataques não corroborados de romanos a outros romanos), eles sugerem uma atmosfera de recriminação, animosidade e fofocas, alimentada ainda mais por ações arrogantes da parte do Estado romano e por uma sensação de exclusão

política e de status de segunda categoria, por parte dos principais aliados. O Senado começou a dar como certo que poderia aplicar a lei na Itália inteira. A reforma agrária de Tibério Graco, por mais popular que possa ter sido para os pobres romanos, foi uma provocação para os italianos ricos, cujas "terras públicas" foram retiradas, e também excluiu os italianos pobres das distribuições. As relações pessoais próximas que alguns membros da elite italiana tinham com romanos ilustres (de que outro modo eles teriam obtido a ajuda de Cipião Emiliano contra a reforma agrária de Tibério?) não compensava o fato de eles não terem uma participação formal na política romana e em suas tomadas de decisões.

Na década de 120 a.C., a "questão italiana" tornou-se cada vez mais sectária e provocou violentos conflitos. Em 125 a.C., o povo de Fregellae tentou se separar de Roma mas foi esmagado pelo Exército romano sob o comando do mesmo Lúcio Opímio que, alguns anos mais tarde, eliminaria Caio Graco. Os vestígios dos frisos que haviam antes orgulhosamente celebrado aquelas campanhas conjuntas foram desencavados 2 mil anos mais tarde das ruínas da destruição de Fregellae. Ao mesmo tempo, em Roma, temores de que gente de fora invadisse a cidade foram afastados de modo bastante familiar a muitas das modernas campanhas xenófobas. Um dos oponentes de Caio, dirigindo-se a um *contio*, ou encontro público, invocou imagens de romanos sendo esmagados. "Depois que tivermos dado cidadania aos latinos", instigou a plateia, "quero dizer, vocês acham que haverá ainda algum espaço para vocês, como há agora, em algum *contio* ou nos jogos ou festivais? Vocês não percebem que eles irão

tomar conta de tudo?” Havia também ocasionalmente tentativas formais de repatriar imigrantes ou de impedir que italianos se fizessem passar por cidadãos romanos plenos. Podia revelar-se perigoso ser um apoiador muito extremado da causa italiana. No outono de 91 a.C., a proposta de um certo Marco Lívio Druso [Marcus Livius Drusus] de estender os direitos de cidadania mais amplamente na Itália acabou com ele sendo assassinado em casa, apunhalado enquanto dizia adeus a um grupo de visitantes.

Esse assassinato marcou o início de uma guerra aberta, numa escala terrível. A gota d’água foi no final de 91 a.C., quando um enviado romano insultou o povo de Asculum, no centro da Itália. Eles reagiram matando-o e aproveitando para matar também todos os outros romanos da cidade. Esse exemplo brutal de limpeza étnica deu o tom do que viria a seguir, que não ficou longe de uma guerra civil: “Pode ser chamado de guerra contra os *socii*, para atenuar o ódio que gerou; a verdade, porém, é que foi uma guerra civil, contra cidadãos”, resumiu mais tarde um historiador romano. E envolveu lutas em boa parte da península, inclusive em Pompeia, onde as marcas do golpes da artilharia romana em 89 a.C. podem ser vistas ainda hoje nos muros da cidade. Os romanos investiram enormes forças para derrotar os italianos e venceram à custa de pesadas perdas e considerável pânico. Depois que um cônsul foi morto em batalha, houve tamanho pesar em Roma quando seu corpo foi trazido de volta, que o Senado decretou que, no futuro, as baixas deveriam ser enterradas onde tivessem caído, uma medida que alguns Estados modernos também adotaram. Mas a maior parte do conflito terminou em apenas dois anos. A paz foi ao que

parece acelerada por um expediente simples dos romanos: oferecer plena cidadania àqueles italianos que não haviam pegado em armas contra Roma ou que estavam dispostos a depô-las.

Isso certamente faz parecer que o objetivo de muitos aliados ao irem para a guerra teria sido obter a plena cidadania romana, o que poria fim à política de exclusão e de status inferior. É assim que a maioria dos escritores antigos explica o conflito. “Eles queriam obter a cidadania do Estado cujo poder estavam acostumados a defender com suas armas”, insiste um, bisavô de um italiano que havia lutado ao lado dos romanos. E uma das histórias favoritas da bem-sucedida transformação de italianos em romanos destaca a carreira de um homem da região de Picenum, norte da Itália: quando bebê de colo, havia sido levado em desfile entre os prisioneiros, em um dos triunfos celebrados em Roma por vitórias sobre os aliados que haviam se tornado inimigos; cinquenta anos depois, agora como general romano, celebrava o próprio triunfo na vitória sobre os moradores da Parthia — o único homem de que se tem notícia que esteve em ambos os lados de uma procissão triunfal, isto é, uma vítima que se tornou vencedor. Mas os escritores romanos podem ter estado inclinados demais a fazer o resultado da guerra se aproximar dos seus objetivos ou a dar aos italianos uma meta que se encaixasse mais confortavelmente com a posterior unidade de Roma e da Itália.

Pois a propaganda da época e a organização do lado italiano sugerem que foi de fato um movimento de ruptura, que tinha como objetivo obter total independência de Roma. Os aliados parecem ter avançado um pouco no sentido

de estabelecer um Estado rival, sob o nome de “Itália”, com capital em uma cidade rebatizada como “Italica” e até com a palavra *Itali* (“Italianos”) estampada em seus projéteis de chumbo. Cunharam moedas que ostentavam uma memorável imagem de um touro, símbolo da Itália, escornando um lobo, símbolo de Roma. E um dos líderes italianos nitidamente inverteu a história de Rômulo e Remo apelidando os romanos de “os lobos que haviam violado a liberdade italiana”. Ou seja, tudo isso não parece apontar para uma proposta de integração.

A solução mais fácil para o quebra-cabeça é imaginar que os aliados eram uma coalizão frágil, movida por objetivos diversos, com alguns determinados a resistir aos romanos até a morte, outros muito mais inclinados a fazer algum pacto. Isso, sem dúvida, é verdade. Mas há considerações mais sutis também, e indícios de que — goste ou não disso — era tarde demais para a independência italiana de Roma. A cunhagem certamente evidencia imagens anti-Roma. Mas ela era baseada inteiramente nos padrões de peso da cunhagem romana, e muitos dos outros desenhos haviam sido tomados de empréstimo diretamente das fontes romanas. Era como se a única linguagem cultural com a qual os italianos pudessem atacar Roma fosse a própria linguagem romana — uma clara indicação do quanto havia avançado a integração, ou a dominação romana na Itália.

Quaisquer que tenham sido as causas da Guerra Social, os efeitos da legislação de 90 e 89 a.C., que estendeu plena cidadania à maior parte da península, foram dramáticos. A Itália era agora a coisa mais próxima de um

Estado-nação que o mundo clássico já conhecera, e o princípio que havíamos vislumbrado séculos antes de que os "romanos" poderiam ter dupla cidadania e duas identidades cívicas, a de Roma e a de sua cidade natal, virou norma. Se as cifras relatadas por escritores antigos têm alguma precisão, o número de cidadãos romanos aumentou de um só golpe cerca de três vezes, para algo em torno de mais 1 milhão. Ficava óbvio o impacto potencial disso, e os problemas também. Havia um acirrado debate, por exemplo, a respeito de como encaixar os novos cidadãos nas tribos de votação, o que incluiu uma malsucedida proposta de restringir a influência dos italianos nas assembleias arrolando-os em um pequeno número de tribos extras, que sempre votariam por último. Mas os romanos nunca ajustaram efetivamente sua política tradicional ou suas instituições administrativas para lidar com o novo cenário político. Nunca houve um sistema de registro de votos fora de Roma, portanto, na prática, apenas aqueles italianos com dinheiro e tempo para viajar teriam auferido alguma vantagem de sua nova influência política. E o fardo de ter que arrolar formalmente esse número de cidadãos parece tê-los praticamente derrotado, apesar de algumas tentativas de transferir parte do trabalho a oficiais locais. Um censo geral foi realizado em 70 a.C. (e é dessas cifras que vem a estimativa de "algo em torno de mais 1 milhão"), mas esse foi o último arrolamento oficial realizado até 28 a.C., início do reinado do imperador Augusto. Esse intervalo em geral é atribuído a instabilidades políticas, mas o porte e a dificuldade da tarefa também devem ter influenciado.

40. A moeda mais agressivamente antirromana cunhada pelos aliados italianos na Guerra Social. A loba romana é inteiramente subjugada pelo touro italiano, e sob o desenho o nome do responsável pela cunhagem aparece escrito na língua italiana de Oscan. O outro lado da moeda de prata mostra a cabeça do deus Baco e o nome, também em oscano, de um dos principais generais italianos.

Um instantâneo muito claro de alguns dos complicados problemas que ainda se estendiam quase trinta anos após a Guerra Social aparece em um discurso que Cícero pronunciou em 62 a.C. em defesa do poeta Árquias — um homem que já havia celebrado em versos as realizações de diversos romanos proeminentes e que Cícero esperava que fizesse um adequado poema enaltecendo sua vitória sobre Catilina. Árquias nascera em Antioquia, na antiga Síria, mas afirmava ser cidadão romano, com o nome de Aulus Licinius Archias, argumentando que emigrara para a Itália, tornando-se cidadão de Heracleia, e que, portanto, após a Guerra Social tinha o direito à cidadania romana. Esse status estava sendo contestado nos tribunais. Mas a defesa teve dificuldades. Não havia prova escrita de que Árquias fosse cidadão de Heracleia, pois o escritório de registros da cidade havia sido incendiado durante a guerra. Também havia pouca prova escrita dessa sua cidadania romana, já que ele não constava de qualquer lista do censo; ele tinha se ausentado do país, de forma suspeita segundo somos levados a pensar, por ocasião dos últimos dois censos. Então Cícero precisou se apoiar

no aval de algumas testemunhas, e também nos registros privados do pretor, agora morto, que havia antes aprovado a solicitação.

Não sabemos qual foi a decisão do júri. Será que julgaram inconsistentes as explicações sobre a ausência de documentos? Ou entenderam que se tratava da série de infortúnios, como perda de identidade, que costuma decorrer de uma guerra civil? Seja como for, a defesa de Cícero é uma preciosa evidência de algumas das controvérsias e pesadelos administrativos que estavam abaixo da superfície da simples declaração de que “a cidadania foi garantida aos aliados”. Essa foi uma medida extraordinariamente ousada dos romanos, mesmo tendo-lhes sido imposta; mas por certo havia muitos outros Árquias pegos nos emaranhados legais e sem os recursos ou a influência de chamar Cícero para defender seu caso.

Sula e Espártaco

No cerco romano de Pompeia, em 89 a.C., onde o adolescente Cícero serviu como um dos mais jovens oficiais, o comandante era Lúcio Cornélio Sula Felix [Lucius Cornelius Sulla Felix] — o apelido *Felix* significa “afortunado”, ou, mais imponentemente, “o favorito da deusa Vênus”. Ele enfrentou uma oposição bem organizada dentro da cidade, a julgar pela série de avisos descobertos sob o gesso posterior nas fachadas das ruas, que supostamente davam instruções à milícia local sobre onde se reunir. Os pompeanos parecem ter resistido por algum tempo depois que Sula partiu para objetivos mais importantes, mas ele causou impacto suficiente para levar um artista a rabiscar seu nome em uma das

torres do muro da cidade.

Sula iria se tornar uma figura central e controvertida em quase uma década de guerra aberta dentro de Roma e arredores, e no seu curto e sangrento período de governo de um só homem. Nascido em uma família patrícia que atravessava tempos difíceis, foi eleito cônsul para 88 a.C., aos cinquenta anos de idade. Os conflitos tiveram início naquele ano, quando ele invadiu Roma, com soldados que havia liderado nos estágios finais da Guerra Social, para reivindicar o potencialmente glorioso e lucrativo comando da guerra contra o rei Mitridates — posto que lhe havia sido conferido e, repentinamente, transferido a um rival. Os conflitos continuaram depois que voltou vitorioso para a Itália em 83 a.C., quando teve que lutar durante quase dois anos para tomar Roma de volta de seus inimigos, que haviam conquistado o controle da cidade enquanto ele estivera fora. Em sua ausência, divergências na cidade haviam gerado violência, assassinatos e guerrilhas. E generais rivais foram enviados para assumir o comando contra Mitridates, mostrando a mesma oposição entre eles que diante de qualquer inimigo estrangeiro; uma situação que seria ridícula se não fosse tão mortal.

Escritores antigos pintam um quadro assustador, sanguinário e confuso de todo esse período de meados da década de 80 a.C. Lutas perversas no coração da cidade marcaram as duas invasões de Roma por Sula. Durante a segunda, o templo de Júpiter no Capitólio, símbolo fundador da Roma republicana, foi incendiado, e os senadores não se sentiam seguros nem mesmo na casa do Senado. Quatro deles — incluindo um ancestral do imperador Nero — foram

chacinados enquanto estavam sentados lá, obra dos inimigos de Sula. Enquanto isso, nas campanhas contra Mitridates, um comandante do exército foi assassinado por seu segundo no comando, que mais tarde se suicidou, depois que a maior parte de seus soldados desertou. O grosso dos desertores decidiu se juntar a Sula, embora dois oficiais tenham escolhido passar para o lado de Mitridates, o inimigo contra o qual deveriam estar lutando.

41. Uma moeda de prata de Sula, cunhada em 84-83 a.C., ostentando a divina proteção da qual desfrutava. Num dos lados está a cabeça de Vênus, com o filho dela, Cupido, segurando uma palma — símbolo da vitória — apenas visível à direita. No outro lado, há referências aos sucessos militares que essa proteção trouxe: IMPER(ATOR) ITERUM registra que havia sido duas vezes (*iterum*) aclamado publicamente como um poderoso vencedor (*imperator*) por seus soldados; e entre os símbolos no centro estão dois conjuntos de armaduras, que eram usados como troféus de vitória.

Os episódios mais sinistros, no entanto, são os que envolvem as proscrições homicidas e o terror provocado pelas listas friamente burocráticas daqueles que seriam exterminados. O sadismo de Sula era um dos ingredientes da história. Enquanto seus inimigos, alguns anos antes, haviam iniciado a sangrenta prática de dependurar as cabeças de suas vítimas na *rostra* do Fórum, corriam rumores de que Sula tinha ido além, instalando-as como troféus no átrio (saguão) de sua casa — uma sórdida paródia da tradição romana de exibir as cabeças esculpidas

dos ancestrais nesse local. Ele também levou as citações da literatura grega a um nível mais baixo quando, ao lhe apresentarem a cabeça de uma vítima particularmente jovem, saiu-se com uma fala de uma comédia do dramaturgo Aristófanes, sobre o fato de o rapaz tentar correr antes de saber andar. “Ninguém me fez mal sem que eu revidasse à altura” era uma das frases que reservou para o seu túmulo, algo bem distante dos epitáfios dos Cipião. Mas isso não era tudo. Outro ingrediente da história era o entusiasmo que muitos demonstravam para se juntar ao massacre, resolver velhas diferenças ou simplesmente requerer compensações financeiras por seus assassinatos. Catilina era um dos notórios criminosos, persuadindo Sula a inserir seus inimigos pessoais nas listas e, quando seu trabalho sujo estava concluído, lavava de suas mãos os vestígios da carnificina humana em uma fonte sagrada.

Como podemos explicar toda essa violência? Não basta argumentar que ela deve ter sido menos terrível do que aquilo que foi retratado. Isso é verdade até certo ponto. Muito da narrativa que chegou até nós se apoia em relatos tendenciosos feitos por aqueles que queriam exagerar a brutalidade de seus inimigos. As difamações de Catilina, por exemplo, remontam à propaganda de Cícero. Mas só até certo ponto: as duas invasões de Roma perpetradas por Sula, o atear fogo ao templo de Júpiter, as legiões em guerra e as listas de proscrição não podem simplesmente ser descartados como invenções de uma guerra de propaganda. Nem é suficiente tentar imaginar o que levou Sula a fazer o que fez. Seus motivos têm sido debatidos desde então. Era um autocrata brutal e calculista? Ou estava fazendo uma última tentativa de restaurar a ordem em

Roma? A questão é que, não importa o que estivesse por trás das ações de Sula (e isso é tão difícil de saber agora quanto na época), a violência era bem mais disseminada do que caberia atribuir à influência de um só homem.

Os conflitos desse período foram em vários aspectos uma continuação da Guerra Social: uma guerra civil entre antigos aliados e amigos desembocou em uma guerra civil entre cidadãos. O que ficou erodido nesse processo foi a distinção fundamental entre romanos e inimigos estrangeiros, ou *hostes*. Sula, em 88 a.C., declarou seus rivais na cidade como *hostes*, a primeira vez que temos notícia de se utilizar o termo publicamente, como Cícero fez mais tarde, contra um confrade romano. Assim que Sula deixou Roma, eles imediatamente o declararam um *hostis*, em revide. Essa diluição dos limites também é vista nas derrotas militares no Mediterrâneo oriental: velhas certezas estavam sendo tão radicalmente subvertidas que os soldados que desertavam de um comandante romano podiam, ao que parece, considerar tanto Sula quanto o rei Mitridates como opções plausíveis para sua nova lealdade; e uma facção de forças romanas chegou a destruir a cidade de Troia, ancestral de Roma. O equivalente mítico de um parricídio.

A Guerra Social também assegurou muita mão de obra militar prontamente disponível nas proximidades de Roma, soldados com considerável prática em lutar contra seus parentes e amigos italianos. Os precedentes recentes de violência na cidade, por controversos e brutais que fossem, haviam tido uma escala relativamente pequena e duraram pouco. Mas quando legiões armadas substituíram o tipo de bandidos que haviam assassinado os apoiadores de Graco,

a cidade facilmente virou o local daquela guerra em grande escala e de longo prazo que definiu o período de Sula. Foi quase um retorno às milícias particulares da Roma primordial, com comandantes individuais, apoiados por diferentes votos do povo ou decretos do Senado, usando suas legiões para travar lutas particulares onde lhes fosse conveniente.

No entanto, disso tudo surgiu uma tentativa extraordinária, radicalmente conservadora, de reescrever a política romana: uma mudança global disfarçada como um exercício de fazer o relógio voltar no tempo. Depois de se reinstalar na cidade em 82 a.C., Sula arquitetou sua própria reeleição como “ditador, para fazer as leis e devolver a ordem à *res publica*”. A ditadura era um antigo cargo emergencial que conferia todo o poder a um indivíduo em bases temporárias, para se poder lidar com uma crise, nem sempre militar. A última pessoa a ocupar esse cargo fora nomeada havia mais de um século, para promover eleições em 202 a.C., ao final da Segunda Guerra Púnica, quando ambos os cônsules estavam fora de Roma. A ditadura de Sula foi diferente em dois aspectos: primeiro, não tinha limite de tempo estipulado; segundo, deu a Sula poderes amplos, sem controles, para fazer ou rejeitar quaisquer leis, com imunidade garantida contra processos. Durante três anos, foi exatamente isso o que ele fez, antes de renunciar ao cargo, aposentar-se e ir para sua casa de campo na baía de Nápoles, para morrer em 78 a.C. Um fim surpreendentemente tranquilo, levando em conta como foi sua vida, embora vários escritores antigos tenham relatado com satisfação o quanto foi repulsivo: sua carne supostamente foi se dissolvendo em vermes, que se multiplicavam tão rapidamente que não podiam ser removidos.

Sula foi o primeiro ditador no sentido moderno do termo. Júlio César seria o segundo. Essa versão particular do poder político é um dos legados mais corrosivos de Roma.

Sula introduziu um programa de reformas em uma escala ainda maior do que Caio Graco. Cancelou algumas das medidas populares recentes, entre elas a da ração de trigo subsidiada. E introduziu uma série de procedimentos, regras e regulamentações legais relativas ao exercício de um cargo, muitas das quais reafirmavam a posição central do Senado como instituição do Estado. Incorporou a ele centenas de membros, a fim de dobrar seu tamanho, de cerca de trezentos para uns seiscentos (nunca houve um número fixo de membros), e com muita astúcia mudou o método futuro de recrutamento de modo a assegurar que seu novo porte fosse mantido. Em vez de os senadores serem arrolados individualmente pelos censores, a partir de agora qualquer um que tivesse o cargo menor de questor poderia automaticamente entrar no Senado, e ao mesmo tempo o número de questores subiu de oito para vinte; isso significava novos recrutados suficientes para mais ou menos substituir os que fossem morrendo a cada ano. Sula também insistiu para que os cargos políticos fossem exercidos em determinada ordem e a partir de uma idade mínima (ninguém poderia, por exemplo, se tornar questor antes dos trinta anos), e impediu qualquer cargo de ser exercido duas vezes no prazo de dez anos. Era uma tentativa de evitar o acúmulo de poder pessoal de que ele próprio desfrutava.

Essas reformas foram apresentadas como se fossem um retorno à prática tradicional romana. Na realidade, muitas delas não eram nada disso. Haviam

sido feitas uma ou duas tentativas antes de regularizar o padrão do exercício de cargos, mas, em geral, quanto mais você remonta ao passado da história de Roma, mais fluidas quaisquer dessas regras se mostram. Houve também algumas consequências não advertidas. Aumentar o número de questores resolveu um problema — o recrutamento senatorial — mas criou outro. Como o número de cônsules continuou sendo de apenas dois, cada vez mais homens entravam na corrida política pelo seu nível mais baixo, sem chegar nunca à posição superior. Certamente, alguns nem queriam isso, e outros morriam antes de alcançar a nova idade mínima estipulada — normalmente 42 anos para o consulado. Mas o sistema praticamente garantia a intensificação da competição política e produziu fracassados descontentes, como Catilina duas décadas mais tarde.

Uma das reformas mais notáveis de Sula nos dá um vislumbre de sua maneira de raciocinar. Os homens que detinham o cargo de tribuno do povo haviam introduzido quase todas as reformas radicais desde os Graco. Portanto, Sula, que deve ter percebido isso, promoveu uma redução drástica dos poderes dos tribunos. Esse cargo fora criado no século V a.C. para representar os interesses dos plebeus, mas alguns dos direitos e privilégios fizeram-no particularmente atraente a quem buscasse poder político em períodos posteriores. Em especial, propiciava o direito de propor leis na Assembleia Plebeia, assim como o direito de interpor veto em negócios públicos. Esse veto deve ter começado de uma maneira bem restrita. É impensável que nos velhos tempos do Conflito de Ordens os patrícios tivessem permitido aos representantes dos plebeus bloquearem quaisquer decisões. Mas na época em que Otávio repetidas

vezes vetou as leis de Tibério Graco em 133 a.C., deve ter ficado estabelecido o princípio de que o direito do tribuno de intervir era praticamente ilimitado.

Havia tribunos de todas as colorações políticas: tanto Otávio como o voluntário que matou Tibério Graco com a perna de cadeira eram tribunos. Todos, nessa época, eram também uniformemente ricos, e certamente não representavam a voz política dos escalões mais baixos. Mas o cargo preservava sua imagem popular. Ainda era franqueado apenas aos plebeus — embora patrícios suficientemente sagazes pudessem sempre contornar a norma ao serem adotados por uma família plebeia. E era muito comum que introduzissem reformas populares. Então Sula, de modo astuto, decidiu transformá-lo em um cargo sem atrativos para quem tivesse ambições políticas. Eliminou o direito dos tribunos introduzirem qualquer legislação, restringiu seu poder de veto e tornou aqueles que tivessem exercido o tribunato inelegíveis para qualquer futuro cargo eletivo — uma maneira segura de transformá-lo num beco sem saída. A remoção dessas restrições tornou-se a principal palavra de ordem da oposição a Sula, e, dez anos após sua aposentadoria, todas elas já estavam rejeitadas, abrindo caminho para outra geração de tribunos poderosos e destacados. Até os imperadores mais tarde se vangloriavam de ter "o poder dos tribunos" (*tribunicia potestas*), sugerindo sua preocupação com o povo comum de Roma.

No entanto, examinando em retrospecto, o tribunato parece uma espécie de distração. A discordância que havia era quanto à natureza do poder político que estava dividindo a política romana, e não quanto às prerrogativas de cada cargo em particular. Muito mais significativas no médio prazo, embora menos visíveis

e abertamente controversas, foram algumas das decisões práticas de Sula sobre licenciar suas legiões de longa data. Ele instalou muitos de seus ex-soldados nas cidades da Itália que haviam lutado contra Roma na Guerra Social, e requisitou terras próximas para prover-lhes um modo de vida. Pode ter parecido uma maneira fácil de punir os rebeldes, mas com frequência ambos os lados saíram perdendo: alguns habitantes locais foram expropriados, enquanto boa parte dos veteranos mostrou-se melhor como combatente do que como agricultor, e muitos fracassaram em fazer da terra um meio de vida. Em 63 a.C., comentava-se que esses ex-soldados que viraram pequenos proprietários fracassados haviam reforçado as fileiras dos que apoiavam Catilina. Mesmo antes disso, as diversas vítimas dos assentamentos de Sula tiveram grande papel no que se tornou — graças em parte a Stanley Kubrick e Kirk Douglas — uma das mais conhecidas de todas as guerras antigas.

Em 73 a.C., sob a liderança de Espártaco, cerca de cinquenta escravos gladiadores, improvisando armas mediante utensílios de cozinha, fugiram de uma escola de treinamento de gladiadores em Capua, no sul da Itália, e seguiram adiante juntos. Passaram os dois anos seguintes reunindo apoio e resistindo a vários exércitos romanos, até serem finalmente esmagados em 71 a.C., com os sobreviventes sendo crucificados em um desfile pavoroso ao longo da Via Ápia.

É difícil enxergar através da glamorização desse fato, para saber o que realmente estava acontecendo. Escritores romanos, para quem um levante de escravos era talvez o sinal mais alarmante de que o mundo estava perdido, exageraram muito o número de apoiadores atraídos por Espártaco; as estimativas

chegam a falar em 120 mil insurgentes. Relatos modernos com frequência tentaram transformar Espártaco em herói ideológico, até mesmo em alguém que lutava contra a própria instituição da escravatura. Isso é praticamente impossível. Muitos escravos queriam a liberdade para si, mas toda a evidência da Roma Antiga sugere que a escravidão como instituição era aceita como inevitável, até mesmo pelos escravos. Se é que eles tinham algum objetivo claramente formulado, a melhor aposta é que Espártaco e seus companheiros queriam voltar às suas respectivas casas — no caso de Espártaco, provavelmente a Trácia, no norte da Grécia; para outros, a Gália. Mas uma coisa é certa: eles conseguiram resistir às forças romanas por um período embaraçosamente longo.

42. Essa pintura esboçada de Pompeia mostra um homem lutando a cavalo — identificado, na língua oscana, escrita da direita para a esquerda, como “Spartaks”, ou seja, Espártaco. Estudiosos prudentes provavelmente estão certos em imaginar que se trata de uma cena de combate de gladiadores e não de algum confronto durante a rebelião de Espártaco. Mas, mesmo assim, pode ser a única descrição visual do famoso escravo gladiador.

O que explica esse sucesso? Não pode ser simplesmente que os exércitos romanos enviados contra eles fossem mal treinados. Nem que os gladiadores tivessem disciplina e habilidade de luta desenvolvida na arena e lutassem pelo desejo de liberdade. Provavelmente as forças rebeldes foram engrossadas pelos descontentes e expropriados que faziam parte da população livre e cidadã da Itália, incluindo alguns dos ex-soldados de Sula, que podem muito bem ter se sentido mais à vontade em campanha militar, mesmo enfrentando as legiões nas quais já haviam servido, do que arando a terra. Visto nesses termos, o levante de Espártaco não foi apenas uma rebelião de escravos com final trágico, mas também o último capítulo de uma série de guerras civis iniciada vinte anos antes com o massacre dos romanos em Asculum, que marcou o começo da Guerra Social.

Vidas comuns

A história dos conflitos políticos desse período tende a ser a história de um embate envolvendo princípios políticos e visões amplamente divergentes a respeito de como Roma devia ser governada. É uma história de grandes ideias, e quase inevitavelmente se torna uma história de grandes homens, de Cipião Emiliano a Sula. Pois é assim que foi contada por escritores romanos, de cujos relatos agora dependemos, que se concentraram nos heróis e anti-heróis, nas personalidades destacadas que parecem ter determinado o curso tanto da guerra quanto da política. Eles também se apoiaram em material, a maior parte hoje perdida, que veio da pena desses próprios homens: os discursos de Caio Graco

ou — uma das perdas mais tristes de toda a literatura clássica — a autobiografia de Sula, escrita em 22 volumes durante a sua aposentadoria, que escritores posteriores consultaram e mencionaram.

O que falta é o ponto de vista daqueles que estão fora desse grupo exclusivo: a visão dos soldados comuns, ou dos eleitores, ou das mulheres ou — excetuando as muitas ficções sobre Espártaco — dos escravos. Os homens que saltaram de telhado em telhado em Cartago, as pessoas que rabiscaram paredes pedindo a Tibério pela reforma agrária, o criado desbocado que insultou os apoiadores de Caio, e as cinco esposas de Sula, continuam todos em segundo plano ou são no máximo atores de pequenos papéis. Mesmo quando pessoas comuns falam por si, as palavras delas que sobreviveram tendem a ser breves e a não mostrar comprometimento: "Para Lúcio Cornélio Sula Felix, ditador, filho de Lúcio, de seus ex-escravos", como diz uma inscrição num pedestal de pedra; mas quem eram eles, o que havia sobre esse pedestal e por que estariam dedicando-o a ele, é algo que fica por conta das inúmeras suposições. Igualmente incerto é o quanto a vida de homens e mulheres nas ruas seguia mais ou menos normalmente por todo período, enquanto aqueles que estavam no topo lutavam com suas legiões. Ou será que a violência e a desintegração da ordem cívica acompanhavam a população a maior parte do tempo?

Às vezes é possível ver efeitos desses conflitos como respingos na vida cotidiana. Pompeia foi uma dessas pequenas cidades rebeldes que ganharam a cidadania romana após a Guerra Social, mas viu-se também forçada a dar as boas-vindas a uns 2 mil ex-soldados, que receberam terras pertencentes aos

habitantes locais. Não foi um arranjo feliz. Embora em número bem menor do que os cidadãos originais, os veteranos logo fizeram sentir sua presença de modo agressivo. Dois entre os mais ricos patrocinaram a construção de um novo e enorme anfiteatro, o que pode ter sido uma amenidade bem-vinda tanto pelos habitantes originais quanto pelos brutamontes de Sula, que deviam estar ansiosos para ver espetáculos de gladiadores. O registro de cargos exercidos na cidade nesse período mostra que os novos colonizadores deram algum jeito de excluir as velhas famílias locais. Na década de 60 a.C., Cícero referiu-se a disputas longas e crônicas em Pompeia a respeito, entre outras coisas, do direito de voto. Os efeitos indiretos do cerco de Sula ainda se faziam sentir nas ruas de Pompeia décadas depois.

Mas o testemunho mais claro dos riscos e dilemas para as pessoas comuns que viveram essas guerras vem de uma história sobre a eclosão da Guerra Social em Asculum, em 91 a.C. Uma atenta plateia, composta por romanos e habitantes locais, assistia a alguns espetáculos no teatro da cidade quando a ação abandonou o palco. A parte romana da plateia não gostou de uma posição anti-Roma de um dos atores cômicos e atacou-o com tal violência que o matou. O comediante que se apresentou em seguida era um ator viajante de origem latina, muito apreciado pelas plateias romanas por suas piadas e mímicas. Aterrorizado diante da possível reação do outro lado da plateia em relação a ele, não teve outra opção a não ser subir ao palco onde o outro homem acabara de ser morto e com um pouco de conversa e de piadas achou um jeito de sair do apuro. “Tampouco sou romano”, disse ele aos espectadores. “Viajo por toda a Itália

procurando agradar, fazendo as pessoas rirem e dando-lhes prazer. Por isso, poupem a andorinha que os deuses permitiram aninhar-se em segurança em todas as suas casas!” Isso comoveu os espectadores, e eles sentaram novamente para assistir ao restante do espetáculo. Mas foi apenas um breve interlúdio cômico: logo em seguida, todos os romanos da cidade foram mortos.

É uma história comovente e reveladora, expondo o ponto de vista de um comediante comum diante de uma plateia comum, que nessa ocasião não era apenas hostil, mas potencialmente assassina. E é um poderoso lembrete da linha muito tênue que existia ao longo desse período entre a vida civil normal — ir ao teatro, curtir um ou dois números cômicos — e um massacre mortal. Às vezes, as andorinhas não eram poupadas.

Capítulo 7
Do Império aos imperadores

Cícero versus Verres

Enquanto as sinistras cruzes ainda estavam enfileiradas na Via Ápia em 70 a.C., o ano após a derrota final do exército de Espártaco, Cícero levantou-se num tribunal romano para processar Caio Verres [Gaius Verres] em nome de um grupo de sicilianos ricos. Seu objetivo era que tivessem uma compensação pelos roubos e depredações de Verres quando governador romano da ilha. O caso deslanchou a carreira de Cícero, que derrotou de modo espetacular os advogados e oradores consagrados que se juntaram para a defesa de Verres. Na realidade, o sucesso de Cícero foi tão espetacular que, depois de duas semanas de um julgamento previsto para durar muito tempo, Verres concluiu que o resultado não poderia ser revertido e, antes que o tribunal voltasse a se reunir após pausa para férias, foi voluntariamente para o exílio em Marselha, com boa parte de seus ganhos obtidos ilicitamente. Ele viveu até 43 a.C., quando foi morto em outro *pogrom* de proscrições que se seguiu ao assassinato de Júlio César. A razão, ostensivamente, foi a sua recusa em deixar que Marco Antônio ficasse com alguns de seus preciosos bronzes coríntios.

Com o caso encerrado, e ansioso para não desperdiçar seu árduo trabalho, Cícero fez circular por escrito o que havia dito na abertura do julgamento, junto com os demais discursos que teria pronunciado contra Verres, caso o julgamento tivesse ido adiante. O texto integral deles ainda sobrevive, copiado e recopiado ao longo do mundo antigo e da Idade Média a título de modelo de como denunciar um inimigo. Com várias centenas de páginas, traz exemplos chocantes da cruel exploração a que Verres submeteu os habitantes da Sicília, com flashbacks de vilanias anteriores à sua chegada à ilha em 73 a.C. É o mais completo relato sobrevivente dos crimes que os romanos podiam cometer no exterior, sob o manto de seu status oficial. Para Cícero, a marca do comportamento de Verres, na Sicília e em seus cargos anteriores além-mar, foi uma grotesca combinação de crueldade, ambição e luxúria.

Cícero detalha, estendendo-se longamente, como Verres aliciou virgens inocentes, trapaceou com impostos, locupletou-se com o fornecimento de trigo e roubou sistematicamente algumas das famosas obras-primas da Sicília, entremeando esse relato com histórias pungentes das vítimas. Ele se estende, por exemplo, no drama de um certo Heius, orgulhoso possuidor de estátuas de alguns dos mais renomados escultores clássicos gregos, incluindo Praxíteles e Políclito, relíquias de família mantidas em um “santuário” em sua casa. Outros romanos haviam admirado essas peças, e até solicitado seu empréstimo. Verres apareceu e obrigou-o a vendê-las por um preço ridiculamente baixo. No entanto, destino pior ainda, conforme o episódio culminante nessa narrativa do crime, foi o de Publius Gavius, um cidadão romano que morava na Sicília. Verres enfiou

Gavius na prisão, torturou-o e crucificou-o, sob a falsa acusação de que era espião de Espártaco. O fato de ele ter cidadania romana deveria tê-lo protegido dessa punição degradante. Enquanto era açoitado, o pobre homem repetia aos gritos: "*Civis Romanus sum*" ("Sou cidadão romano"), em vão. Presume-se que, quando escolheram repetir essa frase, tanto Palmerston quanto Kennedy devem ter esquecido que seu uso antigo mais famoso era como inútil súplica diante de uma sentença de morte imposta por algum governante romano bandido.

É uma tarefa impossível avaliar um caso de tribunal com 2 mil anos de idade, do qual sobrevivem apenas os argumentos de uma das partes, e a maioria deles escritos posteriormente. Como todo promotor é praticamente obrigado a fazer, Cícero certamente exagerou a perversidade de Verres, em uma memorável, mas às vezes enganosa, combinação de ultraje moral, meias-verdades, autopromoção e piadas (particularmente com o nome "Verres", que significa literalmente "porco"). E há também todo tipo de fissuras em sua argumentação que qualquer defesa decente poderia ter explorado. Por exemplo, por horrível que tivesse sido a punição de Gavius, nenhuma autoridade responsável na Sicília daquela época poderia ter se eximido de procurar possíveis agentes de Espártaco; na realidade, comentava-se muito sobre um plano de Espártaco de atravessar o estreito até a ilha. Apesar de todo o arrependimento de Heius por ter se separado de suas estátuas, e por um preço tão baixo, Cícero admite que elas foram vendidas, e não roubadas. Não obstante, o fato de o acusado ter partido às pressas sugere que era culpado das acusações a ele imputadas, o suficiente para fazer com que sua retirada estratégica para um exílio confortável parecesse uma

alternativa sensata.

Esse caso notório é apenas uma das muitas controvérsias e dilemas a respeito do governo romano no além-mar que emergiram no último século da República. Na década de 70 a.C., com vastos territórios sob influência romana, fruto de dois séculos de lutas, negociações, agressão e boa sorte, a natureza do poder romano e dos pressupostos dos romanos a respeito de suas relações com o mundo que agora dominavam estava mudando. Em termos amplos, o rudimentar Império de obediência havia se transformado, ao menos em parte, em um Império de anexação. *Provincia* havia passado a significar "província" no sentido de uma região definida sob controle direto de Roma, em vez de apenas "responsabilidade" ou "tarefa'', e a palavra *imperium* era agora usada ocasionalmente no sentido de "Império". Essas mudanças de terminologia apontam para novos conceitos de território e para uma nova estrutura de organização, o que levantava outras questões sobre o que significava governar no exterior. Como se esperava que um governador romano se portasse nas províncias? Como se poderia definir sua tarefa? Que voz as populações das províncias deveriam ter, particularmente ao buscar reparações de um governo malconduzido? E o que se poderia considerar como má condução de um governo? Esses problemas a respeito do governo provincial foram trazidos para o cerne do debate político doméstico. Uma evidência preciosa disso é o texto da lei sob a qual Verres foi processado. O texto não tem a fama da retórica vistosa de Cícero, mas nos leva aos bastidores, às tentativas romanas de criar uma estrutura legal, e arranjos práticos, para lidar com os direitos dos cidadãos das

províncias.

Mais controversas até, e centrais para o eventual colapso do governo republicano, eram as questões sobre a quem confiar o comando, o controle e a administração do Império. Quem deveria governar as províncias, recolher impostos, comandar os exércitos romanos, ou servir neles? A tradicional classe governante, com seus princípios de poder partilhado e de curto prazo, seria capaz de lidar com os grandes problemas, administrativos e militares, que o Império agora enfrentava? Já no final do século II a.C., Caio Mário [Gaius Marius], um “homem novo”, atribuiu sem meias palavras a culpa por uma série de derrotas militares romanas à corrupção dos comandantes de Roma, sempre receptivos a uma propina bem colocada. Ele seguiu em frente e baseou a carreira política em sua capacidade de obter notáveis vitórias onde eles haviam falhado desastrosamente, sendo eleito cônsul nada menos do que sete vezes, cinco delas seguidas.

Esse era um padrão de repetidos exercícios do cargo que Sula mais tarde proibiu, em suas reformas do final da década de 80 a.C. Mas o problema subjacente não desapareceu. As exigências de defender, policiar e às vezes ampliar o Império incentivaram, ou obrigaram, os romanos a entregar enormes recursos financeiros e militares a comandantes individuais por anos a fio, de uma maneira que desafiava as estruturas tradicionais do Estado de modo mais fundamental ainda do que jamais havia ocorrido com as disputas domésticas entre *optimates* e *populares*. Em meados do século I a.C., montados em suas conquistas de além-mar, Pompeu, o Grande, e Júlio César haviam se tornado

rivais em busca de poder autocrático: comandavam o que, na realidade, eram seus exércitos particulares; haviam desconsiderado princípios republicanos de modo ainda mais abrangente do que Sula ou Mário; e abriram a perspectiva do governo de um homem só, que o assassinato de César não conseguiu obstruir.

Em resumo, como a última parte deste capítulo revela, o Império criou os imperadores — e não o contrário.

Governantes e governados

Verres é muitas vezes visto como um caso sintomático do domínio romano no exterior nesse período, mesmo levando em conta o grande exagero da parte de Cícero: uma maçã podre talvez, mas apenas uma de uma colheita bem ruim. O pressuposto tradicional de que uma vitória militar deveria se transformar em saque para o conquistador ou que o derrotado deveria pagar pela derrota (como Cartago havia feito quando Roma exigiu grandes reparações após a Segunda Guerra Púnica) demorou a se extinguir. Alguns governadores achavam que um posto ultramarino poderia ser uma oportunidade boa para recuperar algumas das despesas para serem eleitos a um cargo político em Roma, sem mencionar os prazeres de todo tipo, longe do olhar observador de seus pares em Roma.

Em um discurso eloquente, proferido ao voltar de um cargo menor na Sardenha, Caio Graco dirigiu palavras duras a seus colegas que iam lá com "ânforas cheias de vinho, trazendo-as para casa transbordando de prata". O domínio romano era quase sempre não intervencionista pelos padrões dos regimes imperiais mais recentes: os habitantes locais mantinham seu próprio

calendário, cunhagem de moedas, deuses, seus próprios sistemas jurídicos e governo civil. Mas onde e quando esse domínio se mostrou mais direto, parece ter caído em algum ponto do espectro entre exploração impiedosa, de um lado, e negligência, precariedade de recursos e ineficiência, de outro.

As experiências de Cícero como governador da Cilícia no final da década de 50 a.C., descritas em detalhes em suas cartas para casa, mostram um forte contraste com as depredações de Verres, mas ainda apontam para uma confusa realidade do governo provincial, com sua exploração endêmica, crônica, de baixo nível. A Cilícia era uma vasta área de cerca de 100 mil quilômetros quadrados, nos territórios ermos do atual sul da Turquia, incluindo a ilha de Chipre. A comunicação na província era tão falha que quando Cícero chegou pela primeira vez não conseguiu descobrir onde seu predecessor estava, e três destacamentos das duas legiões romanas que haviam estacionado ali, exaustas, mal pagas e levemente amotinadas, ao que parece "se perderam". Teriam se unido ao governador anterior? Ninguém sabe.

A essa altura, Cícero, que não tinha nenhuma experiência pregressa com o Exército, exceto uma curta estadia quando adolescente na Guerra Social, aproveitou a oportunidade para obter uma pequena glória militar. Após uma bem-sucedida escaramuça contra alguns dos mais resistentes habitantes locais nas montanhas, ele até presunçosamente acampou no mesmo local onde Alexandre, o Grande, havia estado quase duzentos anos antes. "Um general que não foi pouco melhor do que você e eu", escreveu a Ático, talvez com amarga ironia ou simplesmente expressando o óbvio. Mas a maior parte do seu tempo

era dividida em audiências no tribunal, em casos envolvendo cidadãos romanos, deliberando disputas entre habitantes provinciais, controlando o comportamento de sua pequena equipe de funcionários, que, ao que parece, haviam se especializado em insultar os residentes locais, ou lidando com as demandas de vários amigos e conhecidos.

Um jovem colega em Roma ficou infernizando-o para que capturasse e lhe enviasse algumas panteras — para que estrelassem, e fossem mortas, em espetáculos que estavam sendo montados em Roma. Cícero mostrou-se evasivo, dizendo que os animais andavam escassos: talvez tivessem decidido emigrar para a província vizinha para escapar das armadilhas, brincou. Mais sério era o problema dos empréstimos feitos por Marco Júnio Brutus [Marcus Junius Brutus]. O homem que seis anos mais tarde liderou os assassinos de César estava a essa altura enfiado até o pescoço na usura, ocupado em emprestar dinheiro ao povo de Salamina, em Chipre, a juros ilegais de 48%. Cícero tinha uma clara simpatia pelos salaminianos e retirou o destacamento de soldados romanos que seu predecessor havia "emprestado" aos agentes de Brutus para ajudá-lo a extrair o que lhe deviam; conta-se que haviam sitiado a Câmara de Conselheiros em Salamina, obrigando cinco dos conselheiros locais a passarem fome até morrer. Mas Cícero, em vez de ofender o bem relacionado credor, decidiu fazer vista grossa à questão toda. De qualquer modo, sua prioridade era largar a província e o cargo de governador o mais cedo possível ("os negócios me entediam"). Quando o seu ano terminou, saiu, deixando a vasta região a cargo de um de seus subalternos, que, admitiu, era "apenas um garoto, provavelmente estúpido, sem

autoridade nem autocontrole”: muita coisa para um governo responsável.

No entanto, esse quadro sombrio é apenas um dos lados da história da administração provincial romana. Apesar da brutalidade com que as exigências romanas devem ter atingido muitas pessoas das províncias — e provavelmente com maior brutalidade ainda os pobres, cuja condição quase todos os escritores antigos ignoram —, a exploração não corria descontrolada. É fácil esquecer que a única razão pela qual os tristes detalhes dos malfeitos de Verres sobreviveram é porque ele foi a julgamento, e condenado pelo modo como tratara os sicilianos. E a referência de Caio Graco à cobiça de oficiais romanos tinha a intenção de contrastar com sua correta atuação na Sardenha, como o homem que voltara “trazendo vazias as sacolas de dinheiro que havia levado cheias de prata” e que nunca pusera as mãos em uma prostituta ou um garoto escravo bonito. Corrupção, roubo de dinheiro e turismo sexual eram assuntos criticados publicamente, acusações regularmente levantadas contra rivais políticos e armas convenientes para assassinar reputações. Até onde sabemos, nunca foram assuntos dignos de celebração pública ou mesmo de ostentação presunçosa.

Muitos dos relatos desses malfeitos eram parte de uma discussão mais ampla, que começou por volta do final do século II a.C., a respeito de quais deveriam ser as regras e princípios éticos de um governo de além-mar, ou — para colocar em termos ainda mais gerais — sobre como deveria ser o relacionamento com o mundo exterior quando os estrangeiros se tornavam pessoas a serem governadas, e não só combatidas. Essa era uma contribuição romana distinta, e nova, à teoria política do mundo antigo. O mais antigo tratado de filosofia de Cícero, escrito

em 59 a.C. na forma de uma carta ao seu irmão, diz respeito principalmente à honestidade, integridade, imparcialidade e coerência no governo provincial. E um século antes, em 149 a.C., havia sido criado em Roma um tribunal criminal permanente, com objetivo principal de oferecer indenizações aos estrangeiros e o direito de obter reparação contra extorsões cometidas pelos governadores romanos. Nenhum Império mediterrâneo havia tentado fazer isso sistematicamente antes. Pode ser um sinal de que a corrupção no governo do exterior havia começado cedo. Também mostra que existia há muito tempo vontade de combater a corrupção. A lei sob a qual Verres foi indiciado, originalmente parte do programa de reformas de Caio Graco, mostra a enorme parcela de cuidado, precisão e sofisticação legal que havia sido dedicada a esse problema por volta da década de 120 a.C.

Onze fragmentos da lei de reparação de Caio, inscritos em bronze, foram descobertos por volta de 1500 d.C., perto de Urbino, norte da Itália. Dois deles se perderam e são conhecidos apenas por cópias manuscritas, mas outro foi desencavado no século XIX. Reagrupados em um quebra-cabeça que manteve os estudiosos ocupados por meio milênio, eles compõem mais ou menos metade do texto, que estabelecia os meios legais para os moradores das províncias recuperarem o valor que lhes havia sido extorquido por oficiais romanos. É um recurso extraordinário para compreender a prática e os princípios do governo romano, e um lembrete importante do tipo de informação que, sem essas descobertas ocasionais, facilmente escaparia pela rede da tradição histórica romana. Pois embora os escritores romanos façam uma alusão de passagem a

essa legislação, não dão qualquer indicação de que fosse algo como aquilo que pode ser lido nesses fragmentos recuperados. Os detalhes foram preservados graças apenas aos conselheiros de alguma cidade italiana do final do século II a.C., que decidiram mandar inscrever a lei em bronze para exibição pública — e graças a quem quer que tenha tropeçado com os fragmentos na Renascença e reconhecido sua importância.

Trata-se de lei romana em sua manifestação mais bem cuidada e precisa, demonstrando uma competência sofisticada na elaboração de documentos legais, sem paralelo em nenhum outro lugar do mundo clássico antes dessa data, e bem distante dos esforços pioneiros, mas toscos, das Doze Tábuas. O texto latino que sobreviveu totaliza cerca de dez páginas modernas e versa sobre cada aspecto do processo de reparação, desde a questão de quem está habilitado a abrir um processo ("qualquer homem de nome latino ou de nações estrangeiras, ou dentro do arbítrio, domínio, poder ou amizade do povo romano"), até as indenizações e reparações que deveriam ser concedidas (os danos são estipulados com base no dobro do valor da perda sofrida, e oferece-se cidadania romana plena aos demandantes bem-sucedidos). Entre essas duas instâncias, são tratados todos os tipos de problemas. É prometida assistência jurídica à acusação (uma forma simples de assessoria legal) àqueles que necessitassem, como pode muito bem ser o caso de estrangeiros. Tomam-se providências para obter dinheiro de homens, como Verres, que fugiram antes do anúncio do veredito. Há também regras estritas definidas sobre conflitos de interesses: ninguém que tenha pertencido ao mesmo "clube" do acusado pode servir como um dos quinze

membros do júri atribuído a cada caso. Até o método preciso de votação é especificado. Cada jurado deve indicar seu voto em um pedaço de madeira de determinado tamanho e colocá-lo numa urna, com os dedos em cima do que foi escrito para ocultar sua decisão — e com o braço nu, presumivelmente para evitar qualquer tipo de trapaça que pudesse ser feita sob as dobras de uma toga.

O quanto tudo isso era eficiente na prática é difícil saber. Apenas pouco mais de trinta processos estão registrados entre a aprovação da lei na década de 120 a.C. e o processo contra Verres em 70 a.C., e quase metade deles resultou em condenação. Mas essa estatística incompleta é apenas parte da história. Em termos realistas, mesmo a prometida assistência na acusação pode não ter encorajado as vítimas a fazerem uma viagem cruzando metade do Mediterrâneo para tentar obter reparação, em uma língua que não dominavam bem e dentro de um sistema legal estrangeiro. Além disso, a indenização aplicava-se apenas a perdas financeiras, não a outras formas de maus-tratos (não havia nada estipulado, por exemplo, para casos de crueldade, abuso ou estupro). Não obstante, a lei deixa claro que políticos radicais como Caio estavam começando a se preocupar com o mundo mais amplo, e com a situação dos menos favorecidos, não só entre os cidadãos romanos, mas também entre os súditos do Império.

Senadores sob fogo

Havia, porém, mais do que questões puramente humanitárias por trás dessa lei de reparação. Em linha com boa parte do resto de seu programa na década de 120

a.C., Caio tentava também policiar as atividades dos senadores. Sua reforma tinha tanto a ver com a política interna de Roma como com o sofrimento dos moradores das províncias. Segundo as regulamentações, eram apenas os senadores e seus filhos que podiam ser processados pela lei, embora muitos outros romanos além-mar estivessem em posição de enriquecer à custa dos locais. E os júris que os julgavam deviam ser compostos exclusiva e especificamente por uma classe dos que *não* eram senadores, das fileiras dos "equestres" ou "cavaleiros" (*equites*) romanos.

Essa era uma distinção técnica, porém crucial. Os *equites* estavam no topo da hierarquia romana de riqueza, detentores de substanciais propriedades, o que os colocava à parte da grande maioria dos cidadãos comuns, e com frequência tinham íntimas ligações com senadores. Eram muitos milhares por volta do final do século II a.C., em comparação com algumas poucas centenas de senadores. Na realidade, em termos estritamente legais, os senadores eram apenas aquele subgrupo de equestres que haviam sido eleitos a cargos políticos e por isso tinham ingressado no Senado. Mas os interesses de ambos nem sempre coincidiam, e os equestres eram uma categoria bem mais diversificada. Entre eles havia muitos homens ricos de cidades da Itália — seu número aumentou depois da Guerra Social — que nunca teriam sonhado em concorrer a uma eleição em Roma, ou homems como Ático, o influente amigo de Cícero, que escolheu ficar à margem da política. Havia também vários deles que estavam envolvidos em atividades financeiras e comerciais das quais os senadores eram formalmente excluídos. Embora houvesse, como sempre, várias maneiras de

driblar essa restrição, uma lei no final do século III a.C. proibiu senadores de serem proprietários de grandes navios comerciais, definidos como aqueles que podiam transportar mais de trezentas ânforas.

Alguns equestres estavam envolvidos nos negócios potencialmente lucrativos de taxação provincial, graças a outra lei de Caio Graco. Pois foi ele quem primeiro dispôs que a coleta de impostos na nova província da Ásia deveria, como muitas outras responsabilidades do Estado, ser contratada com empresas privadas, frequentemente de propriedade dos equestres. Esses provedores eram conhecidos como *publicani* — “provedores de serviços públicos” ou “publicanos”, como os coletores de impostos são chamados nas antigas traduções do Novo Testamento, o que confunde os leitores modernos. O sistema era simples, demandava pouca mão de obra por parte do Estado romano e forneceu um modelo para os arranjos de coleta de impostos em outras províncias nas décadas seguintes (e era comum em outros regimes antigos de arrecadação). Eram realizados em Roma leilões periódicos de direitos específicos de taxação em províncias individuais. A empresa que desse o melhor lance passava a recolher os impostos, e tudo aquilo que conseguisse arrecadar além da coleta era lucro seu. Colocado em outros termos, quanto mais os *publicani* fossem capazes de arrochar os provinciais, maior o seu ganho — e eles não eram passíveis de processo sob a lei de reparação de Caio. Os romanos sempre haviam ganhado dinheiro com suas conquistas e seu Império, mas cada vez mais estavam em jogo interesses comerciais explícitos e até organizados.

A lei de reparação introduziu uma divisão entre senadores e *equites*. A

iniciativa original combinava proteção aos súditos romanos com o controle da conduta senatorial. Ao definir um júri totalmente equestre, ela procurava garantir que não houvesse conluio possível entre um réu do Senado e um júri composto por seus amigos, e — só por garantia — equestres que tivessem senadores em sua família também eram proibidos de participar desses julgamentos. Mas o resultado foi criar conflito entre senadores e *equites* e às vezes atingir no fogo cruzado os próprios provinciais que a lei aprovada visava proteger. Alegava-se com frequência, por exemplo, que, longe de atuar como avaliadores imparciais da corrupção senatorial, os jurados equestres eram apoiadores tão parciais das empresas provedoras de coleta de impostos que rotineiramente aplicavam o veredito de culpado a qualquer governador provincial inocente que tivesse tentado conter as depredações desses provedores. Um caso notório dizia respeito a um senador, condenado por extorsão por um júri equestre tendencioso, que tinha tamanha confiança em seu histórico honrado, em sua reputação e popularidade, que foi para o exílio na própria província que supostamente seria a cena de seus crimes. Há um cheiro de favorecimento do Senado aqui. Mas mesmo assim, tais histórias apontam para uma controvérsia prolongada sobre quem poderia ser confiável para sentar e julgar o comportamento romano no exterior: senadores ou *equites*? Ao longo das décadas que se seguiram à aprovação da lei de Caio, reformadores de diferentes posições políticas alternaram as atribuições de jurados entre esses dois grupos.

Essa ainda era uma questão palpitante quando Cícero processou Verres em 70 a.C., e deu a esse julgamento um sentido político adicional. Dez anos antes,

Sula, previsivelmente, havia transferido aos jurados senadores não só o tribunal de reparação mas também uma série de outros tribunais criminais que haviam sido criados mais tarde para lidar com acusações de traição, apropriação indébita e envenenamento. Na época em que Verres foi processado, a reação contra isso era crescente, e — no texto escrito pelo menos — Cícero repetidamente instou o júri a condenar o acusado, em parte para demonstrar que os senadores eram confiáveis para fazer um julgamento justo de seus pares. O apelo chegou tarde demais. Logo após o encerramento do julgamento, uma nova legislação, que definiu o padrão para o futuro, dividiu os júris entre equestres e senadores. O julgamento de Verres foi a última ocasião na qual um júri de senadores julgou um colega do Senado: o que é outra das razões de sua fama.

Roma à venda

As alegações de corrupção, incompetência e exclusivismo esnobe de importantes senadores foram tópicos importantes nos amplos debates políticos realizados ao longo do último século da República. Esses eram os temas centrais do ensaio de Salústio *A guerra contra Jugurta*, uma devastadora análise do prolongado fracasso de Roma em lidar com o governador norte-africano, que a partir de 118 a.C. — por uma combinação de assassinatos dinásticos, intrigas e massacre indiscriminado — começou a estender seu controle pelo litoral mediterrâneo da África. O ensaio é um relato violentamente parcial, escrito cerca de setenta anos após a guerra, altamente moralizante, dramatizado e, em termos modernos, uma reconstrução, em parte, ficcional. É um ataque robusto aos privilégios

senatoriais, à venalidade e ao desdém, fruto da pena de um “homem novo” no Senado.

O território romano no norte da África no final do século II a.C. estava dividido entre as províncias da África (a área em torno do local de Cartago, diretamente administrada no novo estilo por um governador romano) e outras regiões que ainda eram parte do Império no antigo estilo de obediência, como o reino vizinho da Numídia. Depois da morte de um submisso rei numídio em 118 a.C., houve uma longa disputa de poder entre seu sobrinho Jugurta e um herdeiro rival, que terminou em 112 a.C., com Jugurta matando seu rival, junto com um grande número de comerciantes romanos e italianos que tiveram o azar de estar na mesma cidade naquele momento; costuma-se supor que foram vítimas inocentes, embora o relato de Salústio indique que podiam estar atuando como milícia armada. Foi uma lição quanto à instabilidade desse velho estilo de controle, que era sempre vulnerável à desobediência por parte daqueles tidos como obedientes, e ao conhecimento privilegiado que os aliados iam adquirindo por seu longo contato com Roma. No caso de Jugurta, o fato de ter servido antes no exército de Cipião Emiliano na Espanha, como comandante de um destacamento aliado de arqueiros da Numídia, deu-lhe experiência útil sobre as táticas militares romanas e boas conexões com o lado romano.

Durante anos, as reações romanas às atividades de Jugurta variaram entre a cautela e a ineficiência. O Senado enviou várias delegações à África e tentou de maneira bastante desconexa intermediar um acordo entre ele e seu rival. Foi só depois do massacre dos comerciantes que Roma declarou guerra, em 111 a.C., e

despachou um exército, cujo comandante rapidamente costurou um acordo de paz. Jugurta foi convocado a comparecer a Roma, mas foi logo mandado de volta quando veio à luz que havia arquitetado o assassinato de um primo na Itália por receio de que ele também pudesse se tornar um rival. Os exércitos romanos mais uma vez o perseguiram na África, com sucesso parcial. Por volta de 107 a.C., Jugurta havia sido de algum modo contido, mas ainda continuava com liberdade de ação.

Essa lamentável história no norte da África levantou grandes questões. Seria o Senado de fato capaz de conduzir o Império e proteger os interesses de Roma além-mar? Se não, que tipo de capacidade era necessária, e onde poderia ser encontrada? Para vários observadores romanos, a vulnerabilidade do Senado à propina era um grande fator para o fracasso: “Roma é uma cidade à venda e fadada a cair tão logo encontre um comprador”, foi o comentário sarcástico que Jugurta supostamente teria feito ao deixar a cidade. A incompetência geral da classe governante era outro fator. Para Salústio, essa incompetência decorria de seu estreito elitismo e de sua recusa em reconhecer talentos fora de um pequeno grupo. A exclusão dos plebeus dos cargos políticos fora interrompida havia muito tempo, mas duzentos anos mais tarde — assim seguia a discussão — a nova aristocracia mista de patrícios e plebeus tinha se tornado extremamente exclusiva. As mesmas famílias monopolizavam os mais altos cargos e os comandos de maior prestígio, geração após geração, e não se inclinavam a aceitar a entrada de “novos homens” competentes. O Senado era dominado pelo equivalente antigo ao grupinho dos veteranos.

O ensaio de Salústio destaca a história de Caio Mário, um “homem novo” e experiente soldado, que havia servido na África na guerra contra Jugurta como segundo no comando de um daqueles aristocratas, Quinto Cecílio Metelo [Quintus Caecilius Metellus]. Quando Mário, que alcançara o cargo de pretor, decidiu em 108 a.C. voltar a Roma para concorrer à eleição para o consulado, de olho no grande comando militar, pediu apoio a Metelo. A reação deste, pelo menos segundo Salústio, foi um exemplo clássico de esnobismo paternalista. Com desdém, afirmou que tornar-se pretor era o bastante para um homem com o histórico de Mário. Salústio resume isso mais nitidamente ainda em seu *Guerra contra Catilina*: “A maior parte da aristocracia acredita que o consulado fica praticamente poluído quando um ‘novo homem’ ocupa o cargo, por mais excelente que seja”. Mário ficou irado mas não desistiu. Voltou à cidade para concorrer ao consulado. Depois de eleito para o posto que exerceu por sete vezes — algo inédito —, uma votação na Assembleia Popular passou às suas mãos o comando contra Jugurta.

O relato de Salústio não pode ser levado ao pé da letra. Jugurta pode ter sido perito em enfiar dinheiro na bolsa dos senadores — era convicção nos tribunais romanos de que o fato de ter aceitado propinas em uma delegação para a África havia sido o que finalmente obrigara Opímio, o assassino de Caio Graco, a se retirar para o exílio. Mas os romanos tendiam a usar o suborno como uma escusa prática toda vez que a guerra, as eleições ou os vereditos da corte não tinham o desfecho que esperavam. Corrupção direta desse tipo era provavelmente menos comum do que alegavam. E qualquer que fosse o esnobismo no cerne da classe

governante, havia na prática mais espaço para talentos novos, ou talentos mais atuais, do que as raivosas afirmações de Salústio admitem. Listas sobreviventes de nomes, que por esse período são bastante precisas, sugerem que cerca de 20% dos cônsules do final do século II a.C. vinham de famílias cuja rede de relações não havia produzido nenhum cônsul nos cinquenta anos precedentes.

A carreira de Mário teve impacto enorme no restante da história republicana, de formas imprevistas. Primeiro, quando voltou à África para assumir o comando contra Jugurta, alistou em seu exército qualquer cidadão que estivesse disposto a ser voluntário. Até então, exceto em emergências, os soldados romanos haviam sido recrutados oficialmente apenas de famílias detentoras de propriedades. Com isso, os problemas de recrutamento tinham ficado evidentes havia algum tempo e podem ter estado por trás das preocupações de Tibério Graco a respeito dos pobres sem terra; pois, se não tivessem terra, não poderiam servir nas legiões.

Ao alistar todos que se apresentavam, Mário cortou caminho, mas no processo criou um Exército romano dependente, semiprofissional, que desestabilizou a política doméstica por oitenta anos mais ou menos. As legiões de estilo novo dependiam cada vez mais de seus comandantes, não só para obter uma parte do saque mas também um pacote de assentamento, de preferência em terras, ao final do serviço militar, que lhes daria algum meio de vida no futuro. Os efeitos disso foram sentidos de várias maneiras. Os conflitos na pequena cidade de Pompeia depois que Sula impingiu seus veteranos ali em 80 a.C. foram apenas um de muitos casos de conflitos locais, exploração e

ressentimento. Criou-se um problema perene: decidir de onde viria a terra para esses soldados, e às custas de quem. Mas foi a relação estabelecida entre cada general e seus soldados que teve as consequências mais drásticas. Em essência, os soldados trocavam a absoluta lealdade a seus comandantes pela promessa de um pacote de aposentadoria — em uma permuta que na melhor das hipóteses passava ao largo dos interesses do Estado e na pior delas transformava as legiões em uma nova modalidade de milícia privada concentrada inteiramente nos interesses de seu general. Quando os soldados de Sula, e depois os de Júlio César, seguiram seu líder e invadiram Roma, foi em parte devido à relação entre legiões e comandantes forjada por Mário.

Igualmente significativo para o futuro foi o papel desempenhado pelo povo em garantir a Mário seus comandos militares. Foi um voto da Assembleia, proposto por um tribuno e que derrubou a nomeação feita pelo Senado, que colocou Mário no comando da guerra contra Jugurta. Esse procedimento havia sido usado em uma ou duas ocasiões emergenciais antes. Mas em 108 a.C. constituiu uma poderosa afirmação do direito do povo como um todo, e não do Senado, de decidir quem iria comandar os exércitos de Roma. Nem bem Mário acabara de assegurar a vitória romana na África, e voltara a Roma com Jugurta acorrentado, outro general foi deposto por voto popular, depois de sofrer terrível derrota nas mãos de invasores germânicos vindos do outro lado dos Alpes. Em uma atmosfera de pânico, que incluiu uma rara repetição em Roma de sacrifícios humanos patrocinados pelo Estado, o comando desse exército foi também transferido para Mário — que agiu de modo a justificar as esperanças do povo e

expulsou os invasores.

Mário teve um triste fim. Já com quase setenta anos, um tribuno tentou mas não conseguiu usar um voto da Assempleia Popular para transferir-lhe um último comando militar. Pois o ano era 88 a.C., o comando era contra o rei Mitridates, e o comandante rival era Sula, que marchou sobre Roma para evitar essa transferência de comando. Sula estava no Oriente quando Mário faleceu, algumas semanas de atividade de seu sétimo consulado, para o qual havia sido eleito como candidato “anti-Sula”. Alguns dizem que, alucinando em seu leito de morte, agia como se tivesse obtido o comando contra Mitridates e expedia ordens para seus cuidadores, como se fossem soldados. Uma história triste de um homem idoso e iludido, mas o princípio do controle popular das nomeações no exterior que ele havia defendido foi várias vezes reafirmado ao longo das décadas seguintes. Assembleias do Povo repetidamente votaram vastos recursos para aqueles que, em sua convicção, poderiam empreender melhor a defesa, ou a expansão, do Império de Roma. Na realidade, votaram pela condução de autocratas ao poder, como mostra o caso de Pompeu: Pompeu, o Grande, como se autodenominava — mas, segundo outros, “o Carniceiro”.

Pompeu, o Grande

Apenas quatro anos após o processo contra Verres, em 66 a.C., Cícero dirigiu-se ao povo romano em um encontro público sobre a segurança do Império. Agora pretor, e de olhos voltados para o consulado, falou em favor da proposta de um tribuno de colocar Pompeu no comando de uma guerra de longa duração,

intermitente, contra o mesmo rei Mitridates, que já durava vinte anos, com sucesso dúbio. Os poderes de Pompeu incluiriam o controle quase total de um grande trecho do Mediterrâneo oriental por período ilimitado, com mais de 40 mil soldados à sua disposição, e o direito de propor a paz ou de manter a guerra e de firmar tratados de modo mais ou menos independente.

43. A cabeça de Mitridates vi em uma de suas moedas de prata. A cabeleira vasta, puxada para trás, faz lembrar — sem dúvida, intencionalmente — o estilo característico de cabelo de Alexandre Magno. No conflito entre Mitridates e Pompeu, "o Grande", dois novos aspirantes a Alexandre se enfrentavam.

Cícero pode ter estado genuinamente convencido de que Mitridates era uma real ameaça à segurança de Roma e que Pompeu era o único homem à altura da tarefa. Do coração de seu reino no mar Negro, o rei já havia obtido ocasionais vitórias aterradoras sobre os interesses romanos no Mediterrâneo oriental, incluindo em 88 a.C., um notório e altamente mitologizado massacre de dezenas de milhares de romanos e italianos num único dia. Explorando o que deve ter sido um ódio disseminado pela presença romana e oferecendo estímulos adicionais (qualquer escravo que assassinasse um senhor romano seria libertado), ele coordenou ataques simultâneos a residentes romanos nas cidades

da costa ocidental da atual Turquia, de Pérgamo, ao norte, até Caunos, a “capital simbólica” do Egeu, no sul, matando — em estimativas romanas muito inflacionadas — algo entre 80 mil e 150 mil homens, mulheres e crianças. Mesmo que tenha apenas chegado perto desses números, foi um massacre frio e calculado, mas é difícil resistir à sensação de que por volta da década de 60 a.C., após as campanhas de Sula nos anos 80 a.C., Mitridates poderia ter sido mais propriamente perturbador do que perigoso, e que havia se tornado um inimigo conveniente nos círculos políticos romanos: um bicho-papão que justificava campanhas potencialmente lucrativas e uma arma com a qual era possível bater em rivais acusando-os de inativos. Cícero também de certo modo admitiu ter sido influenciado por interesses comerciais em Roma, ansioso pelo efeito que essa instabilidade prolongada, real ou imaginária, no Oriente poderia ter sobre seus lucros pessoais tanto quanto sobre as finanças do Estado. A fronteira entre os dois foi cuidadosamente apagada.

Ao defender seu apoio a esse comando especial, Cícero destacou o sucesso relâmpago de Pompeu no ano anterior ao limpar o Mediterrâneo de piratas, graças também aos poderes abrangentes votados por uma Assembleia Popular. No mundo antigo, os piratas eram não só uma ameaça endêmica mas uma figuração genérica do medo, muito útil, não muito diferente do moderno “terrorista” — abrangendo qualquer coisa, desde a Marinha de um Estado bandido a triviais traficantes de escravos. Pompeu livrou-se deles em três meses (sugerindo que talvez fossem um alvo mais fácil do que se imaginava) e deu prosseguimento ao seu sucesso com uma política de reassentamento, com um

caráter esclarecido pouco frequente tanto no mundo antigo quanto no moderno. Deu aos ex-piratas pequenos lotes a uma distância segura do litoral, onde podiam ganhar a vida honestamente. Mesmo que alguns não se dessem melhor do que os veteranos de Sula, um dos que se saíram bem em sua nova vida faz uma pequena aparição em sua nova condição no poema de Virgílio sobre a vida agrícola, as *Geórgicas*, escrito no final da década de 30 a.C. O velho homem vive tranquilamente perto de Taranto, sul da Itália, agora um especialista em horticultura e criação de abelhas. Seus dias como pirata ficaram distantes; em vez disso, "plantando ervas espalhadas entre os arbustos e lírios brancos por toda a volta, verbenas e esguias papoulas, em seu espírito ele iguala as riquezas dos reis".

O argumento subjacente de Cícero, porém, era que novos problemas pediam novas soluções. O perigo que Mitridates representava para os rendimentos comerciais de Roma, seus ganhos com impostos e a vida dos romanos instalados no Oriente demandava uma mudança de abordagem. Como o Império havia se expandido nos dois séculos anteriores, todos os tipos de ajustes já haviam sido feitos no tradicional sistema romano de exercício de cargos para lidar com as exigências do governo de além-mar e para aumentar a mão de obra disponível. O número de pretores, por exemplo, aumentara para oito na época de Sula; e havia agora um sistema regular pelo qual os oficiais eleitos iam para cargos provinciais por um ou dois anos (como *pro* cônsules ou *pro* pretores, " *em cargos de* cônsules ou pretores") depois de terem completado um ano de mandato em Roma. No entanto, esses cargos continuavam sendo parciais e de curto prazo

quando o que Roma necessitava diante de um inimigo como Mitridates era do melhor general, com um comando prolongado, sobre toda a área que poderia ser afetada pela guerra, com dinheiro e soldados para fazer o trabalho, sem ser estorvado pelos controles habituais.

Houve oposição, como previsível. Pompeu era um quebrador de regras radical e ambicioso, que já havia passado por cima da maioria das convenções da política romana sobre as quais os tradicionalistas insistiam cada vez mais. Como filho de um "homem novo", alcançara a proeminência militar explorando os tumultos da década de 80 a.C. Quando estava ainda na casa dos vinte anos, havia reunido três legiões entre seus clientes e seguidores fiéis para lutar apoiando Sula, e logo foi premiado com um triunfo por ter saído à caça de rivais de Sula e pequenos chefes inimigos na África. Foi então que ganhou o apelido de *adulescentulus carnifex*: "garoto carniceiro", algo mais do que *enfant terrible*. Não havia exercido nenhum cargo eletivo quando lhe foi dado, pelo Senado, um comando de longo prazo na Espanha, para lidar com um general romano que havia "virado nativo" com um grande exército, outra das fatalidades de um Império muito disperso. Bem-sucedido novamente, acabou virando cônsul para 70 a.C., com a idade de apenas 35 anos e saltando todos os cargos menores, flagrantemente em desacordo com as recentes regulamentações de Sula sobre o assunto. Era tão ignorante do que acontecia no Senado — que como cônsul ele deveria presidir —, que pediu a um amigo mais esclarecido que escrevesse para ele um manual sobre os procedimentos senatoriais.

Algumas indicações das objeções feitas a esse novo comando podem ser

garimpadas no discurso de Cícero. Sua enorme ênfase, por exemplo, no perigo imediato representado por Mitridates (“chegam cartas todos os dias contando que vilas de nossas províncias estão sendo queimadas”) sugere que algumas pessoas realmente afirmavam que a situação estava passando dos limites, como pretexto para oferecer grandes poderes a Pompeu. Os objetores não levaram a melhor, mas devem ter sentido que seus medos não eram infundados. Ao longo dos quatro anos seguintes, sob os termos de seu novo comando, Pompeu empenhou-se em redesenhar o mapa da parte oriental do Império Romano, do mar Negro ao norte à Síria e Judeia ao sul. Na prática, não pode ter feito isso sozinho; contou com a ajuda de centenas de amigos, oficiais menores, escravos e assessores. Mas essa reescrita particular da geografia foi na época atribuída ao próprio Pompeu. Seu poder era em parte resultado de operações militares. Mitridates foi rapidamente expulso da Ásia Menor, para os seus territórios na Crimeia, onde mais tarde foi deposto por um golpe dado por um de seus filhos e se matou; e houve um bem-sucedido cerco romano à fortaleza em Jerusalém, onde dois rivais contestavam o alto sacerdócio e a coroa. Porém, a maior parte desse poder foi proveniente de uma judiciosa mistura de diplomacia, ameaça e bem-colocadas demonstrações do poderio romano. Meses do tempo de Pompeu foram dedicados a transformar a parte central do reino de Mitridates em uma província romana de governo direto, ajustando os limites de outras províncias, fundando dezenas de novas cidades e assegurando que muitos dos monarcas e dinastias locais tivessem seu porte reduzido e passassem a ser obedientes, no estilo antigo.

No triunfo que ele celebrou em 61 a.C., em seu retorno a Roma e no dia em que completava 45 anos de idade (sem dúvida uma coincidência planejada), conta-se que Pompeu usou uma capa que havia pertencido a Alexandre, o Grande. Onde ele poderia ter encontrado essa fantasiosa peça de vestuário é impossível saber — e ele não enganou muitos observadores romanos sagazes, que se mostraram não menos céticos do que nós em relação à autenticidade do tecido. Mas era algo presumivelmente voltado para combinar não só com o nome ("o Grande") que havia tomado emprestado de Alexandre, mas também as ambições de uma conquista imperial grandiosa. Alguns romanos ficaram impressionados, outros decididamente em dúvida a respeito daquela exibição. Plínio, o Velho, escrevendo cem anos mais tarde, destacou como ponto de desaprovação uma cabeça esculpida de Pompeu que o próprio general encomendara, feita inteiramente de pérolas: "a derrota da austeridade e o triunfo do luxo". Mas havia uma questão maior. Essa celebração foi a mais poderosa expressão até então do Império Romano em termos territoriais, e até mesmo da ambição romana pela conquista do mundo. Um dos troféus carregados em desfile, provavelmente com o formato de um grande globo, exibia a seguinte inscrição: "este é um troféu do mundo todo". E uma lista das realizações de Pompeu exposta num templo romano incluía a afirmação jactanciosa e superotimista de que ele "estendeu as fronteiras do Império aos limites da Terra".

O primeiro imperador

Pompeu tem boas razões para ser chamado de primeiro imperador romano. É

verdade que acabou passando para a história como o homem que por último apoiou a causa da República contra o poder cada vez mais independente de César, e portanto como um oponente ao poder imperial. Mas o tratamento que recebeu no Oriente e as honrarias que choveram sobre ele (ou que ele fazia chover) prefiguraram de perto muitos dos elementos definidores da imagem e do status do imperador romano. Era quase como se as formas e os símbolos do poder imperial, que, algumas décadas mais tarde com Júlio César, e mais ainda com seu sobrinho-neto, o imperador Augusto, tornaram-se padrão na Itália e em Roma, tivessem seus protótipos no poder romano no exterior.

Júlio César, por exemplo, foi a primeira pessoa viva cuja cabeça figurou em uma moeda cunhada em Roma. Até então, as moedas romanas tinham desfilado apenas imagens de heróis havia muito tempo falecidos, e a inovação foi um sinal ostensivo do poder pessoal de César, e um exemplo seguido por todos os governantes romanos posteriores. Mas, uma década antes, comunidades no Oriente haviam produzido moedas mostrando a cabeça de Pompeu. Essa honra veio acompanhada por outros elogios extravagantes e até com várias formas de culto religioso. Havia um grupo de "adoradores de Pompeu" (*Pompeiastae*) na ilha de Delos. Novas cidades adotaram seu nome: Pompeiópolis, ou "Cidade de Pompeu"; Magnópolis, ou "Cidade do Grande". Ele foi saudado como "igual a um deus", "salvador" e até simplesmente como "deus". E em Mytilene, em Lesbos, um mês do calendário passou a ter seu nome — do mesmo modo que, em Roma, os meses ganharam mais tarde os nomes de Júlio César e Augusto.

Houve precedentes para muitas dessas glorificações, individualmente. Os

reis que vieram depois de Alexandre, o Grande, em territórios da Macedônia ao Egito, haviam com frequência expressado seu poder em termos mais ou menos divinos. Antigas religiões politeístas tratavam as fronteiras entre deuses e humanos de modo mais flexível e utilitário do que os modernos monoteísmos. Antigos comandantes romanos no Mediterrâneo oriental haviam ocasionalmente sido homenageados com festas religiosas criadas em seu nome, e Cícero deixa implícito em uma carta a Ático, escrita da Cilícia, que havia recusado a oferta de um templo. Mesmo assim, como um pacote, as honrarias a Pompeu ocorreram em uma escala totalmente nova. É difícil entender como foi possível, depois desse tipo de engrandecimento no Oriente, e depois do poder que exerceu na reorganização de vastas extensões de território, que Pompeu voltasse a Roma para se tornar um senador comum, apenas um entre vários. Ao que parece, foi exatamente isso o que fez. Não houve nenhuma marcha pela cidade ao estilo de Sula. Mas também havia indicações de uma mudança em Roma.

O grande projeto de construções iniciado por Pompeu, com um teatro, jardins e salas de reuniões, abrigando famosas esculturas, foi uma inovação decididamente imperial. Era de porte muito maior em relação aos templos que costumavam ser erguidos por generais anteriores em agradecimento à ajuda prestada pelos deuses nos campos de batalha. Consagrado em 55 a.C., foi o primeiro de uma série de grandes empreendimentos arquitetônicos que constituíram a marca de imperadores posteriores, que quiseram deixar sua imagem em mármore reluzente na paisagem de Roma, e que formam a imagem que temos hoje da antiga cidade. Há também sinais de que mesmo em Roma

Pompeu foi apresentado em termos divinos, nos moldes de imperadores posteriores. Isso foi tema de discurso de Cícero em 66 a.C., que várias vezes se refere aos talentos de Pompeu como “divinos” ou “concedidos pelos deuses”, destacando sua “*incredibilis ac divina virtus*” (“sua inacreditável e divina *virtus*”). O quanto devemos interpretar literalmente a palavra *divina* não fica claro, mas no mundo romano ela nunca foi a metáfora totalmente morta que “divino” muitas vezes tem para nós. No mínimo, sugeria que havia algo um pouco mais que humano em Pompeu. Isso também está fortemente implícito em uma honraria devotada a ele na proposta de dois tribunos em 63 a.C., prevendo seu retorno do Oriente: Pompeu deveria ser autorizado a usar as vestes de um general triunfante toda vez que comparecesse às corridas do circo.

44. Uma recente tentativa de reconstruir o teatro que era a peça central do projeto de construções de Pompeu, com seu elaborado fundo de palco e auditório com capacidade, segundo uma estimativa antiga, para 40 mil espectadores, quase a lotação do Coliseu. No fundo havia um pequeno templo a Vênus Victrix (“Doadora da Vitória”), agradecendo o apoio dos deuses a Pompeu e a vitória militar que havia financiado a

construção.

Isso era muito mais significativo do que pode parecer, e certamente mais do que uma mera questão de código de vestuário. Porque o traje tradicionalmente usado pelo general bem-sucedido em seu desfile triunfal era idêntico ao traje usado pela estátua do deus Júpiter em seu templo no Capitólio. Era como se a vitória militar facultasse ao general literalmente assumir o lugar de um deus, apenas por aquele dia — o que explica por que o escravo que o seguia a pé supostamente cochichava a ele, repetidas vezes: “Lembre-se de que você é (apenas) um homem”. Permitir que Pompeu se vestisse com galas triunfais em outras ocasiões equivalia a dar-lhe status divino também fora daquele contexto ritual rigorosamente definido. Deve ter parecido um passo arriscado, pois conta-se que Pompeu desfrutou desse novo privilégio apenas uma vez — e isso, como um escritor romano muito bem observou setenta anos mais tarde, “já foi frequência excessiva”.

Um dos grandes dilemas ao longo da República romana sempre foi como equilibrar a realização individual e a celebridade com a igualdade idealizada da elite e com os princípios de compartilhamento do poder. Muitas histórias míticas da Roma primordial levantam a questão de heróis arrojados que saíram da linha e enfrentaram o inimigo sozinhos. Mereceriam punição por desobediência ou honrarias por levar à vitória de Roma? Sempre houve figuras históricas antes de Pompeu cuja proeminência entrou em conflito com a estrutura de poder tradicional do Estado. Mário e Sula são exemplos óbvios. Porém, mais de cem anos antes deles, apesar de sua série de grandes vitórias, ou talvez por causa

disso, Cipião Africano decidiu passar o fim de sua vida em um exílio virtual, após várias tentativas de tribunais romanos diminuírem-lhe a importância: daí seu enterro no sul da Itália e não no grande túmulo da família Cipião em Roma. Havia até histórias de que ele pedia inspiração divina e costumava passar a noite no templo de Júpiter para tirar proveito de sua relação especial com o deus. Mas em meados do século I a.C., as apostas eram bem mais altas, o porte das operações e obrigações de Roma era muito maior e os recursos de dinheiro e mão de obra disponíveis tão mais volumosos que a ascensão de homens como Pompeu tornou-se quase inevitável.

O que acabou detendo Pompeu foi um rival — Júlio César, um membro de uma velha família patrícia, com um programa político na tradição radical dos Graco e, como se veria, com ambições que levaram diretamente ao governo de um só homem. Mas antes os dois homens fizeram parte de uma aliança tríplice.

O Bando dos Três

Em 60 a.C., dois anos depois de voltar a Roma, Pompeu ficou frustrado com o Senado, que não havia ainda ratificado formalmente seu assentamento no Oriente; em vez disso, procrastinava, confirmando o assentamento passo a passo, em vez de fazê-lo em bloco. E, como qualquer general da época tinha que fazer, ficou à procura de terra onde estabelecer seus ex-soldados. Marco Licínio Crasso, que por fim levara os soldados romanos à vitória contra Espártaco e era tido como o homem mais rico de Roma, assumira o caso de uma empresa combativa de provedores de serviços ao Estado. Eles haviam pedido muito alto

pelos direitos da coleta de impostos da província da Ásia, e Crasso tentava obter para eles uma renegociação do preço. Júlio César, o menos experiente e o menos rico dos três, queria assegurar a sua eleição para o consulado de 59 a.C. e obter depois um importante comando militar, não apenas as meras obrigações de policiar salteadores na Itália que o Senado pretendia oferecer-lhe. O apoio mútuo pareceu a melhor maneira de conseguir esses vários objetivos. Assim, num acordo totalmente não oficial, os três juntaram recursos, poder, contatos e ambições para conseguir o que queriam a curto e também a longo prazo.

Para muitos observadores antigos esse foi outro marco na estrada que levou à queda do governo republicano. O poeta Horácio, examinando retrospectivamente as coisas a partir da outra ponta dessa queda, foi um daqueles que apontaram o ano 60 a.C., ao aludir, conforme a datação romana tradicional, à "guerra civil que começou quando Metelo era cônsul". "Catão, o Jovem" — o grande neto do "Velho" e um dos inimigos mais devotados de César — argumentou que a cidade havia sido subvertida não quando César e Pompeu brigaram, mas quando se tornaram amigos. A ideia de que o processo político estava sendo definido nos bastidores parecia sob certos aspectos pior do que a violência explícita das décadas anteriores. Cícero entendeu bem o ponto quando observou que num caderno de anotações de Pompeu havia uma lista não só de cônsules passados, mas também dos futuros.

Não foi bem uma tomada de poder tão completa como esses comentários sugerem. Houve todo tipo de tensões, desentendimentos e rivalidades entre os três homens, e se Pompeu de fato tinha um caderno de anotações com uma lista

das escolhas do bando para futuros cônsules, o processo eleitoral algumas vezes levava a melhor, e era eleito alguém bem diferente, de quem nenhum dos três gostava. Mesmo assim, eles conseguiram suas metas imediatas. César foi devidamente eleito cônsul para 59 a.C. e, em meio a uma série de medidas que lembrava muito os programas de tribunos radicais anteriores, legislou em favor dos outros dois. E também assegurou para si um comando militar no sul da Gália, onde uma vasta área do outro lado dos Alpes foi anexada.

Pela maior parte da década de 50 a.C., as maquinações dos membros do bando continuaram tendo grande força na política romana, embora César fizesse apenas visitas periódicas à Itália e Crasso nunca mais fosse voltar da campanha que liderou em 55 a.C. contra o Império Parto, atual Irã, que de muitas maneiras substituiu Mitridates como foco do medo romano. É em parte a morte precoce de Crasso que torna difícil avaliar seu papel e sua importância dentro do trio. Mas a tragédia de sua derrota e sua sanguinária decapitação, e a humilhação da captura dos estandartes cerimoniais de seu exército, repercutiram durante anos. A vitória decisiva dos partos veio em 53 a.C. na Batalha de Carras, na atual fronteira entre Turquia e Síria. A cabeça de Crasso foi enviada como troféu à residência do rei inimigo, onde foi aproveitada na mesma hora como objeto de cena, representando a cabeça do trágico Penteu, decapitado pela mãe, em uma encenação da peça de Eurípides, *As Bacantes* (que, curiosamente, fazia parte do repertório dos partos). Os estandartes foram conservados orgulhosamente como peça do butim até que o imperador Augusto, por uma competente diplomacia vestida de façanha militar, trouxe-os de volta a Roma em 19 a.C.

As controvérsias desse período em meados do século I a.C. estão documentadas em microdetalhes graças em grande parte às cartas de Cícero, às vezes diárias e cheias de rumores sem fundamento, palpites, indícios de complôs, meias-verdades, fofocas, especulações e previsões duvidosas. “A situação política me deixa mais alarmado a cada dia” e “Há um cheiro de ditadura no ar” são refrões típicos, em meio a trocas de informações sobre questões mais práticas, a respeito de empréstimos e dívidas ou notícias triunfalistas do ousado, embora temporário, desembarque na Britânia. Elas oferecem extraordinárias evidências da maneira que transcorria a política, e são um caso único no mundo clássico, e provavelmente em qualquer mundo anterior ao século XV d.C. Mesmo assim elas também tendem a exagerar a impressão de confusão e colapso político, ou pelo menos a apresentar um quadro que é difícil de comparar com períodos anteriores. Vale perguntar: o quanto poderia parecer desordenado e cruel o mundo de Cipião Africano e Cunctator se tivessem também sobrevivido suas cartas privadas e anotações, e não apenas os relatos retrospectivos de Lívio e outros? Mais ainda, a impressionante quantidade de material escrito por Cícero pode nos prender aos seus pontos de vista e preconceitos.

A carreira de Públio Clódio Pulcro é um bom exemplo. Clódio teve um embate com Cícero em um escândalo no fim de 62 a.C., quando um homem foi descoberto no que se supunha ser uma festa religiosa solene só para mulheres, promovida pela esposa de Júlio César. Alguns suspeitaram de um encontro amoroso e não uma simples brincadeira, e César rapidamente providencou o

divórcio, sob a famosa justificativa de que “a mulher de César deve parecer honesta”. Muitos acusaram Clódio, que foi então levado a julgamento, do qual Cícero participou como testemunha-chave de acusação. O desfecho foi a absolvição e uma prolongada inimizade entre Clódio e Cícero — que, de modo previsível mas talvez equivocado, afirmou que um generoso suborno ao júri havia assegurado o veredito de inocência. A subsequente reputação de Clódio como perfeito mau-caráter deveu-se quase inteiramente à inimizade de Cícero. Clódio passou à história como o patrício maluco, que não só arrumou um jeito de ser adotado por uma família plebeia a fim de concorrer ao tribunato, mas também mandou às favas o procedimento todo ao escolher como pai adotivo alguém mais novo que ele. Depois de eleito, em 58 a.C., arquitetou o exílio de Cícero com base no rigor que este demonstrara contra os cúmplices de Catilina, introduziu uma série de leis que atacavam toda a base do governo romano e aterrorizou as ruas com sua milícia privada. Roma safou-se desse monstro somente quando ele foi morto em 52 a.C., depois de brigar com escravos de um dos amigos de Cícero, na chamada batalha de Bovila. Não sobreviveram pontos de vista alternativos sobre Clódio. Mas provavelmente o outro lado da história teria feito dele um reformador radical na tradição dos Graco (uma de suas leis tornou a distribuição da ração de trigo na cidade inteiramente gratuita), linchado por um bandido reacionário e seus agregados.

45. Uma moeda de prata emitida sob Augusto celebra a devolução dos estandartes romanos capturados na Batalha de Carras. O inimigo que submissamente oferece de volta os estandartes está trajando as tradicionais calças orientais. A figura do outro lado é, significativamente, a deusa “Honra”. Na realidade, tratou-se mais de um acordo negociado do que de uma vitória militar dos romanos.

A política da década de 50 a.C. é uma curiosa mistura de negócios, como sempre, de colapso iminente e de engenhosidade, ou tentativa desesperada de adaptar as regras da política tradicional para poder enfrentar novas crises conforme iam surgindo. É difícil interpretar Cícero no final da década de 50 a.C., na segurança da sua sala de estudos, escrevendo sobre a teoria da política romana de forma que teria soado familiar a Políbio, uma vez que a apenas cem metros de sua casa, no Palatino, havia tumultos cada vez mais frequentes no Fórum e surtos de violência e incêndios criminosos, como o perpetrado na casa do Senado por ocasião da pira funerária de Clódio. Talvez essa fosse sua tentativa de restaurar a ordem, pelo menos em sua cabeça. Outros tomaram medidas mais práticas e conceberam algumas corajosas inovações. Em 52 a.C., por exemplo, após o assassinato de Clódio, Pompeu foi eleito cônsul único. Em vez de nomear um ditador para cuidar da crescente crise, com todas as memórias da ditadura de Sula, o Senado decidiu dar a um só homem um cargo que por definição sempre fora compartilhado. Dessa vez a aposta rendeu. Em poucos

meses, Pompeu não só havia tomado firme controle da cidade como também arrumara um colega cônsul, embora da própria família: seu novo sogro.

Mais problemáticas eram as táticas adotadas, ou impostas, pelo colega cônsul de Júlio César em 59 a.C., Marco Calpúrnio Bíbulo [Marcus Calpurnius Bibulus], um feroz oponente de boa parte da legislação que César estava introduzindo. Ameaçado pelos apoiadores de César, recebendo chuvaradas daquele familiar veículo romano de desafeição — excremento — e mais ou menos confinado à sua casa, foi incapaz de verbalizar sua oposição por meio das formas usuais. Então permaneceu em casa e enviava mensagens anunciando que estava "observando os céus" à procura de sinais e presságios. Havia uma clara força religiosa e política por trás disso. O apoio dos deuses sustentava a política romana, e um axioma essencial sustentava que nenhuma decisão política podia ser tomada enquanto não ficasse claro que não havia quaisquer presságios adversos. No entanto, "observar os céus" nunca fora usado como um meio de obstruir indefinidamente a ação política, e aqueles do lado de César alegaram que Bíbulo estava manipulando regras religiosas de modo ilegítimo. A questão nunca foi resolvida. Era típico das incertezas do período — e das dificuldades que os romanos enfrentavam em tentar fazer com que velhas regras resolvessem novos dilemas — que durante anos o status de todos os negócios públicos conduzidos em 59 a.C. continuasse obscuro. No final dos anos 50 a.C., Cícero ainda ponderava sobre a legalidade da adoção de Clódio e do assentamento dos veteranos de Pompeu. Teria a legislação sido adequadamente aprovada ou não? Visões muito diversas eram possíveis.

No entanto, a questão política mais premente do período não veio diretamente de Roma, mas de César na Gália. Ele saíra da Itália em 58 a.C. para um período de comando de cinco anos, e isso foi estendido para outros cinco anos em 56 a.C. — com o caloroso apoio, em público ao menos, de Cícero, que destacou o perigo dos inimigos gauleses, da mesma forma que havia anteriormente apontado o perigo de Mitridates. A descrição que César fez dessas campanhas nos sete volumes do seu *Comentários sobre a Guerra na Gália*, uma versão editada de seus despachos oficiais anuais desde a linha de frente, enviados a Roma, começa com sua famosa e impessoal abertura, "*Gallia est omnis divisa in partes tres*" ("A Gália inteira divide-se em três partes"). A obra se equipara à descrição feita por Xenofonte (a *Anábase*, ou *Subida*) de suas aventuras com um exército mercenário grego, escritas no século IV a.C., como um dos únicos relatos testemunhais detalhados de uma guerra antiga que sobreviveu até hoje. Não é exatamente um documento neutro. César era extremamente preocupado com sua imagem pública, e os *Comentários* são uma justificativa cuidadosamente elaborada de sua conduta e um desfile de seus talentos militares. Mas são também um dos primeiros exemplos do que poderíamos chamar de etnografia imperial. Diferentemente de Cícero, cujas cartas da Cilícia não mostram interesse de qualquer tipo pelo ambiente local, César mostra-se muito envolvido com os costumes estrangeiros que testemunha, desde os hábitos dos gauleses em relação à bebida, incluindo a bárbara proibição do vinho entre algumas tribos, aos rituais religiosos dos druidas. Demonstra uma visão maravilhosamente romana de pessoas que ele claramente não consegue

entender bem, mas que ainda constitui a referência básica para as discussões modernas da cultura pré-romana do norte da Europa — uma ironia, já que se fala de uma cultura que ele estava mudando para sempre.

Lendo as entrelinhas dos *Comentários*, qualquer um pode notar que os motivos da década de confrontos com a Gália foram as ansiedades romanas a respeito dos inimigos no norte, e também o desejo de César de superar em glória militar qualquer um de seus rivais. César terminou anexando mais territórios ao controle romano do que Pompeu havia feito no Oriente e atravessou o que os romanos chamavam de "o Oceano", ou seja, o canal que separava o mundo conhecido do grande desconhecido, pondo os pés por breve tempo na remota e exótica ilha da Britânia. Foi uma vitória simbólica que repercutiu muito em Roma, chegando a ganhar uma menção em um poema de Catulo, quando este escreve a respeito de "visitar os memoriais do 'César, o Grande': o Reno, na Gália, o terrível mar e os distantes bretões".

Ao fazer isso, César lançou os alicerces da geografia política da moderna Europa, além de massacrar 1 milhão de pessoas por toda a região. Seria errado imaginar que os gauleses eram inocentes amantes da paz brutalmente esmagados pelas forças de César. Um visitante grego no início do século I a.C. ficou chocado ao encontrar cabeças inimigas casualmente pregadas na entrada de casas gaulesas, embora admitisse que, depois de um tempo, você se habituava com aquela visão; e os mercenários gauleses haviam trabalhado muito na Itália até que o poder de Roma fechou-lhes o mercado. Mas o assassinato em massa daqueles que se interpunham no caminho de César ultra-passava até mesmo

aquilo que alguns romanos conseguiam suportar. Catão, sem dúvida movido em parte por sua inimizade a César, e expondo motivos tendenciosos mas também humanitários, sugeriu que ele deveria ser levado a julgamento pelas tribos cujas mulheres e crianças havia matado. Plínio, o Velho, tentando mais tarde chegar a uma contagem das vítimas de César, soa surpreendentemente moderno ao acusá-lo de “um crime contra a humanidade”.

A questão premente era o que aconteceria quando César voltasse da Gália e de que maneira, depois de quase dez anos lá desde 58 a.C., com o poder e a riqueza que havia acumulado, seria reintegrado à corrente principal da política comum. Como era frequente, os romanos debateram isso em termos legais. Havia controvérsias acirradas e técnicas sobre a data precisa em que seu comando militar deveria chegar ao fim e se então ele teria permissão de passar diretamente, sem qualquer interrupção, para outro consulado. Isso porque qualquer período como cidadão privado, fora do cargo, constituiria uma oportunidade para processá-lo, entre outras coisas pela questionável legalidade de seus atos em 59 a.C. De um lado havia os que, por quaisquer razões que fossem, queriam mandar César de volta à sua dimensão original; do outro, César e seus apoiadores insistiam que esse tratamento seria humilhante, que a sua *dignitas* — uma combinação caracteristicamente romana de autoridade, prestígio e direito ao respeito — estaria sendo atacada. A questão subjacente era brutalmente direta: César, com mais de 40 mil soldados à sua disposição e a apenas alguns dias da Itália, seguiria o exemplo de Sula ou de Pompeu?

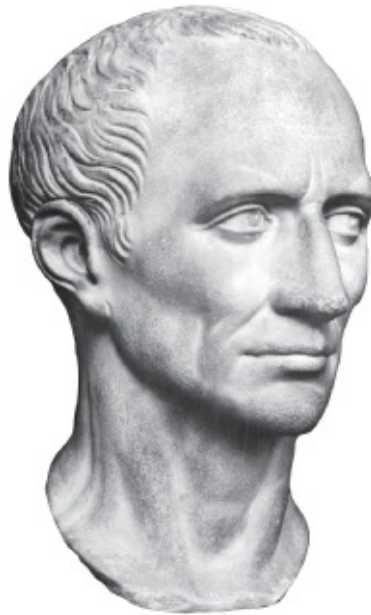
O próprio Pompeu mantivera-se cautelosamente à margem quase até o final

do colapso e, em meados de 50 a.C., ainda tentava encontrar para César uma saída estratégica razoavelmente honrosa. Em dezembro daquele ano, o Senado votou por uma maioria de 370 a 22 que César e Pompeu deveriam abrir mão de seus comandos simultaneamente. Pompeu estava em Roma à época, mas desde 55 a.C., graças a outro lance engenhoso, era governador da Espanha, exercendo o cargo remotamente, por meio de delegados — um arranjo inédito que virou um recurso-padrão do governo dos imperadores. O sinal mais claro da impotência do Senado a essa altura é que a reação de Pompeu a essa votação esmagadora tenha sido simplesmente ignorá-la, e que César, após mais algumas rodadas de negociações infrutíferas, tenha decidido marchar para a Itália.

Lançando os dados

Em algum momento por volta de 10 de janeiro de 49 a.C., Júlio César, com apenas uma de suas legiões da Gália, atravessou o Rubicão, o rio que marcava o limite norte da Itália. Não se sabe a data exata, e tampouco a localização desse que é um dos rios mais significativos da história. Era provavelmente um pequeno riacho, não a furiosa torrente da imaginação popular, e — apesar dos esforços dos escritores antigos para embelezar a realidade com impressionantes aparências de deuses, fantásticos presságios e sonhos proféticos — a situação talvez fosse bem mais trivial. Para nós, "cruzar o Rubicão" passou a ter o sentido de "cruzar o ponto de onde não é mais possível voltar atrás". Mas não queria dizer isso para César.

Segundo um de seus companheiros de jornada — Caio Asínio Polião [Gaius

Asinius Pollio], historiador, senador e fundador da primeira biblioteca pública de Roma —, quando finalmente chegou ao Rubicão depois de alguma hesitação, César citou em grego algumas palavras do dramaturgo ateniense, autor de comédias, Menandro: literalmente, em uma frase tomada de empréstimo dos jogos de azar, “Que o dado seja lançado”. Apesar da tradução mais usual — “A sorte está lançada” —, que de novo parece indicar um passo irrevogável sendo dado, a frase que César proferiu em grego era muito mais uma expressão de incerteza, uma sensação de que tudo estava nas mãos dos deuses. Quem pode saber o que acontecerá em seguida?

46. Um retrato de Júlio César? Descobrir a verdadeira aparência de César, deixando de lado as minúsculas imagens das moedas, tem sido um dos grandes desafios da moderna arqueologia. Há centenas de “retratos” feitos depois de seu tempo de vida, mas as versões contemporâneas têm sido bem mais elusivas. Esse retrato no Museu Britânico já foi um bom candidato, mas hoje suspeita-se que não corresponde à realidade.

O que aconteceu em seguida foram quatro anos de guerra civil. Alguns dos

apoiadores de César em Roma logo se juntaram a ele no norte da Itália, enquanto Pompeu foi empurrado para o comando dos "anticesarianos" e decidiu sair da Itália e lutar a partir de sua base de poder no Oriente. Em 48 a.C., suas forças foram derrotadas na Batalha de Farsalos, no norte da Grécia, e Pompeu foi assassinado logo depois, quando tentou se refugiar no Egito. Mas apesar de sua famosa rapidez (*celeritas* era um de seus lemas), César ainda levou mais três anos, até 45 a.C., para superar seus adversários romanos na África e na Espanha, assim como para resolver os problemas com Farnácio, filho e usurpador de Mitridates. Entre a travessia do Rubicão e sua morte em março de 44 a.C., César fez apenas algumas rápidas visitas a Roma; a mais longa foi a estadia de cinco meses, a partir de outubro de 45 a.C. Do ponto de vista da cidade, tornou-se um ditador em grande medida ausente.

Sob vários aspectos, a guerra civil entre Pompeu e César foi tão singular quanto a Guerra Social. Quantas pessoas estiveram envolvidas diretamente é impossível dizer. A prioridade de muitos dos habitantes da Itália, e do Império, era provavelmente evitar ser pego de surpresa nos conflitos entre exércitos rivais e manter-se imune à onda de crimes que a guerra desencadeou na Itália. Apenas ocasionalmente pessoas comuns à margem do confronto tiveram alguma participação: uma delas, o capitão de um navio comercial, Gaius Peticius, que bondosamente resgatou um combalido Pompeu do litoral grego após a Batalha de Farsalos; outro foi Sotérides, o sacerdote eunuco que fez uma inscrição na pedra expondo suas preocupações a respeito de seu "parceiro", que havia partido de barco com um grupo de voluntários locais e sido aprisionado. Entre os

partisans, de um lado estavam os apoiadores de César, com seu programa político popular e claras inclinações ao governo de um só homem. Cícero supôs que era para esse lado que as simpatias e interesses dos pobres se inclinavam naturalmente. Do outro lado, ficava um grupo variado daqueles que, por razões diversas, não apreciavam o que César se dispunha a fazer ou os poderes que ele parecia estar perseguindo. Alguns poucos eram movidos tanto por altos princípios quanto por uma visão não realista; como Cícero comentou uma vez sobre Catão: "Ele fala como se estivesse na *República* de Platão, quando na realidade está no meio das fezes de Rômulo". Mas foi só mais tarde, na romântica nostalgia vivida sob os primeiros imperadores, que eles foram reinventados em bloco como combatentes da liberdade e mártires unidos na luta contra a autocracia. O irônico é que Pompeu, sua figura-símbolo, era tão autocrático quanto César. Qualquer que fosse o lado vencedor, como observou Cícero, o resultado estava destinado a ser o mesmo: escravidão para Roma. O que passou a ser visto como uma guerra entre a liberdade e o governo de um só homem era na realidade uma guerra para escolher um entre dois imperadores rivais.

47. A família do Peticius que resgatou Pompeu era ativa no comércio do Mediterrâneo oriental havia séculos. Essa lápide de um de seus descendentes, encontrada no norte da Itália, mostra um camelo carregado, que deve ter sido um símbolo — até mesmo uma marca comercial — de seu negócio ultramarino.

Uma grande mudança, porém, ocorreu: a guerra civil romana agora envolvia quase todo o mundo conhecido. Enquanto as guerras entre Sula e seus rivais haviam testemunhado incidentes ocasionais no Oriente, a guerra entre os seguidores de César e de Pompeu abrangeu o Mediterrâneo, da Espanha à Grécia e Ásia Menor. Nomes famosos tiveram seu fim em lugares distantes. Bíbolo, o infeliz colega de César em 59 a.C., morreu no mar perto de Corfu enquanto tentava bloquear o litoral grego. O assassino de Clódio, Titus Annius Milo, abandonou o exílio para se juntar a um levante do grupo de Pompeu e tombou na

ponta da bota da Itália, atingido por uma pedra. Catão, quando ficou claro que César seria inevitavelmente o vencedor, matou-se na cidade de Utica, no litoral da atual Tunísia, da maneira mais sangrenta imaginável. Segundo seu biógrafo, que escreveu 150 anos mais tarde, trespassou-se com a própria espada mas sobreviveu ao corte. Apesar das tentativas dos amigos e da família para salvá-lo, Catão afastou o médico que haviam chamado e arrancou as próprias entranhas pelo corte ainda aberto.

O Egito teve papel importante em fornecer apoio. Foi ali que Pompeu, o homem que havia antes governado o mundo romano, encontrou seu ignominioso fim em 48 a.C. Ele esperava uma calorosa acolhida quando aportou. Na realidade, foi decapitado pelos apoiadores de uma dinastia local, convencidos de que, ao eliminarem o líder inimigo, estariam ganhando pontos com César. Ao refletir sobre esse episódio, muitos observadores romanos, Cícero incluído, concordaram que teria sido muito melhor para Pompeu ter morrido uns dois anos antes, quando caiu gravemente doente em 50 a.C. Do jeito que aconteceu, “sua vida durou mais do que seu poder”. O assassinato, no entanto, revelou-se um lance equivocado para os seus perpetradores. César, que chegou alguns dias depois, ao que parece chorou ao lhe mostrarem a cabeça de Pompeu, e em seguida apoiou um dos rivais ao trono do Egito. Esse rival era a rainha Cleópatra vii, mais conhecida por sua aliança, política e romântica, com Marco Antônio, no capítulo seguinte das guerras civis romanas. Mas a essa altura os interesses dela estavam todos em César, com quem teve um caso e — a crer em suas afirmações sobre paternidade — também um filho.

De volta a Roma, as procissões triunfais de César apresentaram um desfile dos espólios, animados e inanimados, conquistados por todo o mundo romano (ver lâmina 9). Em seu triunfo de 46 a.C., celebrado durante uma de suas breves visitas à cidade, exibiu não apenas o rebelde gaulês Vercingetorix, mas também a meia-irmã de Cleópatra, que estivera do lado errado nas disputas de poder egípcias; ela foi exposta ao lado de uma maquete do farol de Alexandria. A vitória de César sobre Farnácio, filho de Mitridates, que havia morrido perto do mar Negro, foi comemorada nas mesmas celebrações com um único cartaz, sobre o qual estava escrito um dos mais famosos slogans de todos os tempos: "*Veni, vidi, vici*" ("Vim, vi, venci", que buscava transmitir a rapidez do sucesso de César). Mas ali havia também sinais alarmantes, nas imagens das vítimas romanas de César. Desfiles triunfais supostamente destinavam-se a celebrar vitórias sobre inimigos estrangeiros, não sobre cidadãos de Roma. César expôs pinturas dos últimos momentos de figuras destacadas do grupo de apoiadores de Pompeu: desde Catão desentranhando a si mesmo a Metelo Cipião atirando-se ao mar. A aversão de muitas pessoas a esse tipo particular de triunfalismo ficou registrada nas lágrimas das multidões quando essas imagens foram exibidas. Em retrospecto, foi uma estranha antecipação do sangrento destino de César, menos de dois anos depois.

Os Idos de Março

Júlio César foi assassinado em 15 de março de 44 a.C., os Idos, no sistema de datação romano. Em algumas partes do mundo mediterrâneo a guerra civil

estava longe de ter terminado. Sexto [Sextus], filho de Pompeu, ainda contava com uma força de pelos menos seis legiões na Espanha e seguia lutando pela causa de seu pai. Mas César estava reunindo uma grande força de 100 mil soldados para um ataque ao Império Parto, uma vingança pela ignominiosa derrota de Crasso em Carras e uma oportunidade útil de obter glória militar contra um estrangeiro, em vez de um inimigo romano. Deveria partir para o Oriente no dia 18 de março, mas apenas alguns dias antes disso, um grupo de cerca de vinte senadores descontentes, apoiados ativa ou passivamente por outros doze, levou-o à morte.

A ação, apropriadamente, teve lugar na nova casa do Senado, que Pompeu construíra em seu novo complexo do teatro, diante de uma estátua dele próprio, que acabou salpicada com o sangue de César. Graças em parte à reelaboração do tema na peça *Júlio César*, de Shakespeare, o assassinato do ditador romano em nome da *libertas* tem sido desde então o modelo para o último recurso da oposição contra a tirania e para assassinatos baseados em princípios. Não foi por acaso que John Wilkes Booth, por exemplo, usou “Idos” como senha para o dia em que planejou matar Abraham Lincoln. Mas como mostra um olhar retrospectivo para a história romana, esse foi o último de uma série de assassinatos de políticos populares, radicais, mas talvez poderosos demais, que começou com o linchamento de Tibério Graco em 133 a.C. A questão deveria ser: o que César estava tentando fazer e o que o tornou tão inaceitável para esse grupo de senadores a ponto de o assassinato se mostrar como única saída?

Apesar de suas raras aparições em Roma, César iniciou um grande programa

de reformas maior ainda que o de Sula. Um deles governa nossa vida até hoje. Pois — com ajuda dos cientistas especialistas que conheceu em Alexandria — César introduziu em Roma o que veio a se tornar nosso sistema ocidental de medição do tempo. O tradicional ano romano tinha apenas 355 dias, e havia séculos era tarefa dos sacerdotes romanos acrescentar um mês de tempos em tempos para manter o calendário alinhado com as estações naturais. Por alguma razão — talvez uma combinação de falta de experiência com má vontade — haviam falhado em acertar nos cálculos. O resultado era que o ano do calendário e o natural às vezes ficavam defasados semanas, com o equivalente romano das festas da colheita caindo em períodos em que os cultivos ainda estavam crescendo e o clima do mês chamado de abril dando a impressão de ser fevereiro (o que de fato era real). A verdade é que sempre foi perigoso na história republicana supor que qualquer data correspondesse de modo preciso a um determinado clima. Usando o conhecimento alexandrino, César corrigiu o erro e, para o futuro, estabeleceu um ano de 365 dias, com um dia adicional inserido no final de fevereiro a cada quatro anos. Foi um desdobramento bem mais importante de sua visita ao Egito do que qualquer flerte com Cleópatra.

Outras medidas remontavam a temas familiares aos cem anos anteriores. César, por exemplo, criou um grande número de novas colônias além-mar para reassentar os pobres da cidade de Roma, nos moldes da iniciativa de Caio Graco com sua bem-sucedida colônia em Cartago. Pode ter sido isso que lhe permitiu obter sucesso ao reduzir pela metade o número de receptores de trigo, para cerca de 150 mil no total. Também estendeu a cidadania romana àqueles que viviam

no extremo norte da Itália, depois do rio Pó, e propôs garantir status latino à população da Sicília. Mas tinha planos ainda mais ambiciosos de reformular o governo romano, incluindo tentativas de regularizar — até de microgerir — todo tipo de aspecto da organização civil, não só em Roma, mas em toda a Itália. Isso abrangeria desde questões sobre quem poderia exercer cargos em comunidades italianas (nada de coveiros, alcoviteiros, atores ou leiloeiros, a não ser que estivessem aposentados) até questões como a manutenção de estradas (donos das casas seriam responsáveis pela calçada em frente a sua residência) e administração do trânsito (nada de veículos de carga pesada em Roma durante o dia, exceto para propósitos como a construção ou reparos de templos, ou remoção de entulho de demolições).

César, além de ter reescrito o calendário, também se tornou parte dele. Talvez tenha sido apenas depois do seu assassinato que o mês Quintilis foi renomeado como Julius, nosso Julho, em sua homenagem; os escritores romanos nem sempre deixam a cronologia clara. Mas foram honras pretensiosas dessa natureza, votadas durante seu tempo de vida por um congresso complacente, combinadas com o fato de ter encampado de maneira mais ou menos oficial os processos democráticos, o que provocou a oposição mortífera. Tais coisas foram muito além da cunhagem de sua cabeça nas moedas. Ele tinha permissão de usar trajes triunfais praticamente onde quisesse, incluindo a coroa triunfal de louros, o que ele achou adequado para disfarçar sua calvície. Ao que parece foram prometidos também templos e um sacerdócio em sua homenagem, e sua estátua foi colocada em todos os templos de Roma. Havia planos ainda de decorar sua

residência particular com um frontão triangular, para dar-lhe o aspecto de um templo, o lar de um deus.

Quase piores no contexto romano foram os fortes indícios de que ele pretendia tornar-se rei. Em ocasião famosa mas bastante sombria, apenas um mês antes de seu assassinato, seu leal lugar-tenente e um dos cônsules daquele ano, Marco Antônio, aproveitou a festa religiosa da Lupercália para oferecer a César uma coroa real. Era obviamente uma ação de propaganda coreografada com muito cuidado, e pode ter sido arquitetada como um teste da opinião pública. Será que os assistentes iriam saudar César quando lhe fosse oferecida a coroa? Em caso afirmativo, seria um sinal de que ele deveria aceitar? Mesmo na época, a reação de César e a mensagem geral foram tema de discussão. Teria ele, como imaginava Cícero, pedido a Antônio para mandar a coroa ao templo de Júpiter, o deus que — César insistia — era o único rei de Roma? Ou a coroa teria sido atirada à plateia e depois colocada sobre uma estátua de César? Era suspeitosamente duvidoso se ele estava dizendo “Não, obrigado” ou “Sim, por favor”.

Mesmo que fosse um “Não, obrigado”, sua postura de ditador, assumida de várias formas desde 49 a.C., parecia perniciosa a alguns. Ele primeiro foi nomeado para o cargo para um curto mandato, para realizar eleições para o consulado do ano seguinte — um procedimento absolutamente tradicional, exceto pelo fato não tradicional de ele ter supervisionado a sua própria eleição. Em 48 a.C., após sua vitória na Batalha de Farsalos, o Senado novamente o fez ditador por um ano, e depois, em 46 a.C., por mais dez. Por fim, no início de 44

a.C., ele se tornara ditador vitalício: para o observador médio, a diferença entre isso e ser rei deve ter sido difícil de discernir. Segundo os termos de sua ditadura, César tinha o direito de nomear diretamente alguns candidatos a serem “eleitos”, e controlou as outras eleições nos bastidores de modo mais eficiente do que Pompeu havia feito com seu caderno de anotações com os nomes de futuros cônsules. No final de 45 a.C., ele causou uma agitação particular quando a morte de um dos cônsules em exercício foi anunciada no último dia do ano. César na mesma hora convocou uma assembleia para eleger um de seus amigos, Caio Canínio Rébilo [Caius Caninius Rebilus], para o posto vacante, por apenas meio dia. Isso deu margem a uma onda de piadas de Cícero: Canínio era um cônsul tão extraordinariamente vigilante “que não foi dormir uma única vez durante todo o seu mandato”; “no consulado de Canínio ninguém nunca tomou café da manhã”; “quem eram os cônsules quando Canínio foi cônsul?”. Mas Cícero sentiu-se ultrajado, assim como muitos conservadores. Pois isso era quase pior do que determinar as eleições; era não levar a sério os cargos eletivos da República romana.

O que agora pode parecer a melhor qualidade de César era, ironicamente, a que estava em conflito mais flagrante com a tradição republicana. Ele deu muito valor à sua *clementia*, ou misericórdia. Preferiu perdoar em vez de punir seus inimigos, e fez questão de mostrar que abria mão de um revide cruel contra seus confrades romanos, desde que deixassem de se opor a ele (Catão, Metelo Cipião e a maior parte dos gauleses eram outra questão, bem diferente, e mereceram tudo que tiveram). César perdoara vários de seus futuros assassinos, entre eles

Brutus, depois de eles terem lutado do lado de Pompeu na guerra civil. De muitas maneiras, a *clementia* era o slogan político da ditadura de César. No entanto, provocou tanta oposição quanto gratidão, pelo simples fato de que, por virtuosa que possa ter sido em muitos aspectos, era de feição inteiramente monárquica. Apenas aqueles com o poder de fazer de outro modo podem exercer a misericórdia. A *clementia*, em outras palavras, era a antítese da *libertas* republicana. Diziam que Catão havia se matado para escapar dela.

48. Uma moeda de prata emitida pelos “libertadores” de Roma no ano seguinte ao assassinato de César (43-42 a.C.). Um dos lados celebra a liberdade conseguida: o *pileus*, quepe usado pelos escravos recém-libertos, é aqui ladeado pelas adagas que realizaram a ação, e embaixo está a famosa data eid mar (os “Idos de março”, isto é, 15 de março). No verso, a cabeça do próprio Brutus traz uma mensagem bem diferente. O retrato de uma pessoa viva em uma moeda romana era vista como sinal de poder autocrático.

Portanto, não foi apenas por mera ingratidão que Brutus e os outros se voltaram contra o homem que lhes havia dado uma segunda chance. Foi isso em parte. Isto é, a motivação parcial foi o autointeresse e a divergência, guiados pelo sentido de *dignitas* dos assassinos. Mas eles estavam também defendendo uma visão de liberdade e da importância das tradições republicanas que remontava, na mitologia de Roma, ao momento em que o ancestral distante de Brutus foi

fundamental para expulsar os Tarquínios e se tornar um dos membros do primeiro par de cônsules. Na realidade, o desenho de uma moeda de prata emitida mais tarde pelos assassinos sublinha exatamente esse aspecto, ao mostrar o chapéu característico — o *pileus*, ou quepe da liberdade — que os escravos usavam quando lhes era concedida a liberdade. A mensagem, portanto, era que o povo romano havia sido libertado.

Será? Como veremos, revelou-se um tipo muito estranho de liberdade. Se o assassinato de Júlio César tornou-se um modelo para a efetiva remoção de um tirano, foi também um poderoso lembrete de que livrar-se de um *tirano* não significa necessariamente livrar-se da *tirania*. Apesar de todos os slogans, das bravatas e dos altos princípios, o que os assassinos de fato trouxeram, e o que sobrou para o povo, foi uma longa guerra civil e o estabelecimento permanente do governo de um só homem. Mas essa é a história do Capítulo 9. Primeiro vamos nos voltar para alguns aspectos igualmente importantes da história de Roma que estão por trás da política e das grandes manchetes.

Capítulo 8
O fronte doméstico

Público e privado

Um dos lados da história de Roma é a história da sua política, suas guerras, vitórias e derrotas, a cidadania e tudo mais que ocorreu em público entre homens proeminentes. Esbocei uma vívida versão dessa história, à medida que Roma se transformava de uma pequena e inexpressiva cidade próxima ao rio Tibre em um núcleo de poder local e depois internacional. Quase todos os aspectos dessa transformação sofreram contestações, e às vezes foram literalmente combatidos: os direitos do povo contra o Senado, questões sobre o que significava a liberdade e como era garantida, o controle que era exercido — ou deixava de ser — sobre territórios conquistados, o impacto do Império, positivo ou negativo, sobre a política e os valores romanos tradicionais. Nesse processo, foi inventada de algum modo uma versão de cidadania que se mostrou nova no mundo clássico. Os gregos haviam às vezes partilhado cidadania, em bases *ad hoc*, entre duas cidades. Mas a ideia de que a norma fosse, como os romanos insistiam, ser um cidadão de dois lugares — isto é, considerar dois lugares como seus — foi fundamental para o sucesso romano no campo de batalha e fora dele, e tem se

mostrado influente até o século XXI. Essa foi uma revolução romana, e somos todos herdeiros dela.

Existem, porém, alguns aspectos elusivos nesses relatos. Apenas ocasionalmente é possível descobrir na grande narrativa da história romana até o século I a.C. o papel que pessoas comuns, mulheres, pobres ou escravos desempenharam. Temos visto apenas aparições fugazes: o ator assustado no palco de Asculum, o criado desbocado que de forma imprudente ofendeu os apoiadores de Caio Graco, o sacerdote eunuco preocupado com seu amigo na guerra civil, até mesmo o pobre gato que ficou preso no incêndio que destruiu a cabana em Fidenae. Há muito mais evidências a respeito desses grupos em períodos posteriores, e elas aparecem com maior destaque no restante deste livro. Mas o que sobrevive relativo aos primeiros séculos da história romana tende a nos oferecer um quadro extremamente unilateral das prioridades mesmo do homem da elite romana. É fácil ficar com a impressão de que os personagens principais desses relatos estavam preocupados apenas com as grandes questões do poder político romano e nada mais, como se as magníficas conquistas, a perícia militar e a eleição a cargos políticos que aparecem expressos em suas lápides tumulares fossem o objetivo final de suas existências.

Não eram. Já tivemos vislumbres de alguns outros aspectos de suas vidas e seus interesses, como quando se divertiam com as comédias no estilo rapaz-pega-garota, escrevendo e aprendendo poesia e ouvindo palestras literárias de embaixadores gregos. Não é difícil imaginar alguma coisa do mundo cotidiano de Políbio em Roma, quando comenta sobre os funerais aos quais comparecia ou

quando foi esperto e decidiu alegar estar doente no dia em que um refém amigo seu tentou fugir. Também não é difícil resgatar algo do prazer que Catão deve ter sentido ao rememorar seu truque de deixar cair os figos de Cartago de sua toga. Mas é somente no século I a.C. que começamos a ter um quadro rico de todas as questões que preocupavam a elite romana, além da guerra e da política.

Esses aspectos vão desde a curiosidade quanto à língua que falavam (um prolífico estudioso dedicou 25 livros à história do latim, sua gramática e etimologia) até a intensa especulação científica dos romanos sobre as origens do universo e os debates teológicos a respeito da natureza dos deuses. A eloquente discussão sobre a insensatez em temer a morte, de Tito Lucrécio Caro [Titus Lucretius Carus], em seu poema filosófico *Sobre a natureza das coisas* (*De rerum natura*), é um dos destaques da literatura clássica e um exemplo de bom-senso até hoje (aqueles que não existem não podem lamentar sua não existência, como reza parte de seu argumento). Mas, de longe, o *insight* mais consistente sobre os interesses, as preocupações, os prazeres, os medos e os problemas de um dos notáveis romanos vem das mil e tantas cartas privadas escritas e recebidas por Cícero, reunidas, editadas e publicadas após sua morte em 43 a.C., e que têm sido lidas e estudadas desde então.

Elas contêm, como temos visto, muitas fofocas sobre os altos escalões da política romana, e lançam luz rara sobre a linha de frente do governo provincial, da maneira como Cícero a experimentou na Cilícia. Mas, não menos importante, revelam o que mais chamava a atenção de Cícero enquanto enfrentava Catilina, lidava com o Bando dos Três, planejava ataques militares sobre gente local que

criava problemas ou decidia para onde encaminhar suas lealdades na guerra civil. Ao longo dessas crises políticas e militares, se preocupava também com dinheiro, dotes e casamentos, demonstrava pesar diante da morte dos que amava, divorciava-se da esposa, queixava-se de uma indisposição estomacal depois de um cardápio pouco usual no jantar, tentava localizar o paradeiro de escravos fugidos ou adquirir algumas belas estátuas para decorar uma de suas muitas casas. Pela primeira vez, quase a única, na história romana, essas cartas nos permitem olhar de perto o que estava acontecendo no interior de uma residência romana.

Este capítulo acompanha alguns desses temas presentes nas cartas de Cícero. Começaremos com a sua experiência da guerra civil e da ditadura de Júlio César — às vezes confusas, outras sombriamente engraçadas, e quase tão distantes dos sonoros slogans públicos de *libertas* e *clementia* quanto poderíamos imaginar — e depois passaremos a questões mais fundamentais, que podem ficar perdidas no meio de todas as controvérsias políticas, negociações diplomáticas e campanhas militares. Quanto tempo os romanos esperavam viver? Com que idade as pessoas se casavam? Que direitos tinham as mulheres? De onde vinha o dinheiro que sustentava o luxuoso estilo de vida dos ricos e privilegiados? E os escravos?

Os outros lados da guerra civil

Em 49 a.C., após várias semanas de indecisão e apesar de seu senso realista de que não havia muito o que escolher entre César e Pompeu, Cícero decidiu não permanecer neutro na guerra civil, e juntou-se a Pompeu, navegando até seu

acampamento no norte da Grécia. Embora não estivesse muito associado a nenhum dos dois protagonistas, era ainda uma figura importante para que nenhum dos lados o quisesse ter como inimigo declarado. Mas alguns de seus hábitos irritantes tornaram Cícero um membro impopular do esquadrão de Pompeu. Seus companheiros de luta não suportavam seu jeito, passando pelas barracas de cara feia, tentando aliviar a tensão e soltando piadinhas sem graça. Quando um candidato decididamente inadequado foi promovido a um posto de comando sob a alegação de que era "amável e sensato", ele falou: "Então, por que não empregá-lo como guardião de seus filhos?". No dia da Batalha de Farsalos, Cícero usou a tática de Políbio e ficou de fora, alegando convenientemente estar doente. Após a derrota, em vez de seguir da Grécia para a África junto com alguns membros da linha-dura, voltou diretamente para a Itália para aguardar uma anistia de César.

As cartas de Cícero desse período, umas quatrocentas ao todo, revelam alguns aspectos vergonhosos e aterrorizantes da guerra civil, tais como a desorganização, os mal-entendidos, as traições e ambições pessoais, até mesmo algumas passagens do sublime ao trivial, próprias desse ou de qualquer conflito, e de suas consequências. Elas oferecem um antídoto útil aos relatos artificiosamente parciais de partidários de César, como os *Comentários sobre a Guerra Civil*, e à presunção retórica e de altos princípios que o choque entre os dois lados ainda evocava. A guerra civil teve também seu lado sórdido.

Parte da indecisão de Cícero em 49 a.C. foi causada não por ambivalência política, mas por ambição quase grotesca. Ele acabara de voltar da Cilícia e

desejava que o Senado o premiasse com um triunfo para celebrar sua bem-sucedida escaramuça na província um ano antes. Para isso, as regras exigiam que ele não entrasse na cidade nem dispensasse seu *staff* oficial até que a decisão sobre o prêmio fosse tomada. Ele estava preocupado com sua família e em dúvida se a mulher e a filha deveriam permanecer em Roma. Elas teriam alguma utilidade ali? Haveria comida suficiente para elas? Ficaria uma má impressão delas se permanecessem na cidade enquanto outras mulheres ricas estavam indo embora? De qualquer modo, para manter alguma chance de ser contemplado com um triunfo, Cícero tinha poucas opções, a não ser passar alguns meses perambulando fora de Roma, sentindo-se cada vez mais incomodado por andar com seu destacamento de guarda-costas oficiais, que ainda carregavam as folhas de louro murchas com as quais havia sido homenageado pela sua pequena vitória. Por fim, aceitou o inevitável: os senadores tinham questões mais prementes a tratar do que a sua “ninharia”, como ele a chamava às vezes; ele abriria mão de qualquer esperança de um triunfo e se juntaria a Pompeu.

Mesmo depois que voltou daqueles inglórios meses na linha de frente, Cícero ainda enfrentou rompimentos pessoais, incertezas e efeitos secundários da violência que era parte cotidiana do grande quadro da guerra civil. Houve discussões com o irmão, Quinto, que parecia estar tentando fazer as pazes com César falando mal de Cícero. Houve suspeitas em relação ao assassinato na Grécia de um de seus amigos, um destacado adversário de César, que numa briga após um jantar foi fatalmente apunhalado no estômago e atrás da orelha. Teria sido uma briga pessoal por questões de dinheiro, como Cícero suspeitava, já que

o assassino sabidamente estava precisando de dinheiro? Ou estaria César de algum modo por trás daquela morte? Violência à parte, dar as cartadas certas e manter boas relações com o lado vencedor podia revelar-se algo cansativo.

Nunca foi mais cansativo do que quando, dois anos mais tarde, Cícero recebeu César para um jantar em uma de suas propriedades na baía de Nápoles, onde muitos romanos ricos da cidade tinham refúgios de luxo. Ele faz uma descrição zombeteira das dificuldades que isso envolveu em uma carta ao seu amigo Ático, do final de 45 a.C., que é também um dos registros mais eloquentes que sobreviveram de César em seus momentos de folga (e um momento da carreira de Cícero particularmente apreciado por Gore Vidal séculos mais tarde). César viajava com um batalhão de cerca de 2 mil soldados, como guarda e escolta, o que era um terrível fardo até mesmo para o hóspede mais generoso e tolerante: "um aquartelamento mais do que uma visita", como Cícero expressou. E isso sem contar o grande séquito civil de César, de escravos e ex-escravos. Cícero explica que mandou preparar três salas de jantar só para o *staff* dos altos visitantes, e que fez os arranjos necessários para acomodar os que vinham abaixo na hierarquia, enquanto César tomava banho e recebia massagem antes de se reclinar para comer, como pedia a formalidade romana. Ele mostrou grande apetite, em parte porque vinha seguindo um regime de eméticos, um recurso popular de desintoxicação entre os romanos ricos, que provocava vômitos regulares; e desfrutou de uma conversação educada, mais sobre literatura do que a respeito de "algo sério" (ver lâmina 14).

De que maneira seus escravos e seu próprio *staff* lidaram com essa invasão,

Cícero não se detém a relatar, mas se gabou pelo fato de a noite ter transcorrido bem, embora ele não tenha desfrutado de uma repetição: “Meu hóspede não era do tipo a quem você possa dizer, ‘Por favor, quando estiver passando por aqui, apareça’. Uma vez é suficiente”. O que podemos notar é que recepcionar um vitorioso Pompeu provavelmente teria causado o mesmo desconforto.

As cartas de Cícero também revelam que os desafios da guerra e o esforço exigido para receber um ditador eram apenas parte das dificuldades daquele período. Entre a travessia do Rubicão e o assassinato de César nos Idos de Março de 44 a.C., a família de Cícero e sua vida doméstica se desintegraram. Naqueles cinco anos, ele se divorciou de Terência, sua esposa por trinta anos, e logo depois casou de novo. Tinha sessenta anos de idade, e sua nova noiva Publília apenas quinze. O relacionamento durou poucas semanas, até ele mandá-la de volta para a mãe. Enquanto isso, sua filha Túlia divorciou-se do terceiro marido, Públio Cornélio Dolabela [Publius Cornelius Dolabella], um entusiástico apoiador de César. Túlia estava grávida à época de seu divórcio e morreu no início de 45 a.C., pouco depois de dar à luz o filho, que sobreviveu por pouco tempo. Seu filho anterior com Dolabela nasceu prematuro e também faleceu, com poucas semanas. Cícero caiu em profunda depressão, o que não ajudou em nada seu relacionamento com a nova noiva, já que ele se retirou para ficar sozinho em uma de suas propriedades mais isoladas, a fim de planejar de que modo poderia homenagear a filha; logo já estava ocupado refletindo em como proceder para dar-lhe algum status divino. Como ele mesmo comentou, queria assegurar à filha sua “apoteose”.

Maridos e esposas

O casamento romano era, em essência, um negócio simples e privado. Diferentemente do que ocorre no mundo moderno, a cerimônia tinha um papel pequeno. Na maioria dos casos, um homem e uma mulher eram considerados casados se afirmassem que eram casados, e paravam de sê-lo se ambos (ou um deles) afirmassem que não eram mais. Isso, mais uma festa ou duas para celebrar a união, era provavelmente tudo que bastava para a maioria dos cidadãos romanos comuns. Para os mais ricos, com frequência havia cerimônias mais formais e caras, com aquele elenco relativamente familiar a esse rito de passagem: roupas especiais (as noivas costumavam vestir amarelo), músicas e procissões e a recém-casada sendo carregada para dentro da casa conjugal. Considerações a respeito de propriedades tinham maior peso para os ricos também, em particular o dote que o pai da noiva oferecia, e que era devolvido em caso de divórcio. Um dos problemas de Cícero na década de 40 a.C. foi ser obrigado a devolver o dote de Terência, ao passo que Dolabela, com poucos recursos, ao que parece, não fez o mesmo com Túlia, ou pelo menos não totalmente. O casamento com a jovem Publília teria sustentado a perspectiva de uma boa fortuna como compensação.

O principal propósito do casamento em Roma, como em todas as culturas passadas, era a produção de filhos legítimos, que automaticamente herdavam a cidadania romana se ambos os pais fossem cidadãos ou se atendessem a várias condições que regiam o “intercasamento” com estrangeiros. É isso que está na

base da história da Mulher Sabina, que retrata o primeiro casamento na nova cidade como um processo de “estupro legítimo” para o propósito de procriação. As mesma mensagem foi expressa repetidas vezes nos túmulos das esposas e mães ao longo da história romana.

49. Uma pintura mural romana retrata uma cena idealizada de um casamento antigo, onde se misturam deuses e humanos. A noiva de véu está sentada ao centro, em seu novo leito conjugal, e é incentivada pela deusa Vênus, sentada com ela. Contra a cama reclina-se uma figura vulgar, a do deus Hímen, uma das divindades que supostamente protegiam o casamento. Na extrema esquerda, o banho da noiva é preparado.

Um epitáfio escrito em algum momento do século II a.C., em homenagem a uma certa Cláudia, capta com perfeição a imagem tradicional: “Aqui está o desagradável túmulo de uma adorável mulher”, diz a lápide. “... Ela amou o marido de todo coração. Deu à luz dois filhos. A filha vive na terra, o filho, sob a terra. Ela foi graciosa no falar e elegante no andar. Cuidou bem da casa. Ela teceu lã. É isso o que se pode dizer sobre ela.” O papel adequado da mulher, em outras palavras, era dedicar-se ao marido, produzir a geração seguinte, ser um adorno, uma administradora do lar e contribuir com a economia doméstica, fiando e tecendo. Outras homenagens destacam-se por elogiar mulheres que

haviam permanecido como fiéis esposas de um só marido por toda a vida, e enfatizavam as virtudes “femininas” da castidade e da fidelidade. Contrastam com os epitáfios de Cipião Barbato e seus descendentes homens, onde a ação militar, o exercício de cargos políticos e o destaque na vida pública são o conteúdo das frases lapidares.

Em que medida essa imagem da mulher romana foi, em qualquer período, muito mais a expressão de um desejo do que o reflexo preciso de uma realidade social, é impossível dizer. Havia, sem dúvida, muita nostalgia em Roma a respeito dos bons velhos tempos, quando as esposas eram mantidas em seu lugar. “Egnatius Metellus pegou um porrete e bateu na mulher até matá-la por ela ter tomado um pouco de vinho”, insistiu um escritor do primeiro século d.C., com aparente aprovação, referindo-se a um incidente mítico no reinado de Rômulo. Até o imperador Augusto tirou vantagem das associações tradicionais do trabalho com lã e, numa atitude que era como um equivalente antigo de uma foto de publicidade, fazia a esposa Lívia posar no seu tear na sala frontal da casa à vista de todos. Mas o mais provável é que esses bons velhos tempos fossem em parte fruto da imaginação de moralistas posteriores.

Não menos problemática é a imagem que compete com essa, proeminente no século I a.C., de um novo estilo de mulher liberada, que supostamente desfrutava uma vida social livre, sexual, adúltera, sem muitas restrições impostas pelo marido, pela família ou pela lei. Algumas dessas personagens eram convenientemente desdenhadas, vistas como um mundo marginal de atrizes, coristas, acompanhantes e prostitutas, como uma ex-escrava célebre, Volumnia

Cytheris, que diziam ter sido amante, em diferentes ocasiões, tanto de Brutus quanto de Marco Antônio, isto é, tendo dormido tanto com o assassino de César quanto com seu maior apoiador. Mas muitas delas eram esposas ou viúvas de senadores romanos do alto escalão.

A mais notória foi Clódia, irmã de Clódio, grande inimigo de Cícero, esposa de um senador que havia morrido em 59 a.C., e amante do poeta Catulo — e de muitos outros. Corriam boatos de que Terência teria suspeitado das relações de Cícero com Clódia. Ela era alternadamente atacada e admirada como uma sedutora promíscua, manipuladora calculista, deusa idolatrada e doida criminosa. Para Cícero, era "a Medeia do Palatino", epíteto sagaz que associava a bruxa passional e assassina dos filhos da tragédia grega com o local de residência de Clódia em Roma. Catulo deu-lhe a alcunha de "Lésbia" em sua poesia, não só como camuflagem, mas também como remissão à poetisa grega Safo, da ilha de Lesbos: "Vamos viver, minha Lésbia, e vamos amar / E aos murmúrios de homens idosos carrancudos / Vamos dar-lhes o valor de um tostão... / Dá-me mil beijos", diz a abertura de um dos poemas.

Por mais vívido que seja esse material, não pode ser tomado ao pé da letra. Parte dele não passa de fantasia erótica, e a outra parte constitui um reflexo clássico de meras preocupações patriarcais. Ao longo da história, alguns homens têm justificado seu domínio sobre as mulheres, comprazendo-se e deplorando ao mesmo tempo uma imagem da fêmea como perigosa e transgressora, cujos crimes, a maioria imaginários, e cuja promiscuidade sexual (com as incômodas interrogações que isso coloca sobre a paternidade de qualquer filho) e ebriedade

irresponsável justificam a necessidade de um controle rígido por parte do homem. A história da conduta inflexível de Egnatius Metellus em relação ao pileque da esposa e os rumores das loucas festas de Clódia são dois lados da mesma moeda ideológica. Além disso, em muitos casos as chocantes descrições de criminalidade, poder e excessos femininos nada têm a ver com a realidade, mas são veículos para um debate sobre algo bem diferente.

Quando Salústio fala de duas mulheres que supostamente teriam sido proeminentes na conspiração de Catilina, está utilizando-as como símbolos terríveis da imoralidade decadente daquela sociedade que produziu Catilina. “Se o intuito dela era desperdiçar seu dinheiro e sua reputação, é difícil saber”, comenta Salústio sobre a mulher de um senador, e mãe de um dos assassinos de César, captando o que entendeu como o espírito da época. Cícero, por sua vez, usou Clódia para uma bem-sucedida estratégia de despiste, em um caso jurídico capcioso no qual defendia um de seus jovens amigos desertores, que era também um dos ex-amantes de Clódia, de uma acusação de assassinato. É do discurso que ele proferiu naquela oportunidade que vem a grande maioria dos detalhes desabonadores a respeito dela: dos adultérios em série às loucas orgias. O objetivo de Cícero era desviar a culpa de seu cliente desacreditando uma ciumenta Clódia, fazendo com que fosse vista como algo risível, uma má influência sobre seu cliente e a principal vilã da história. É difícil imaginar que Clódia fosse uma perfeita esposa e viúva celibatária, mas se ela teria se reconhecido ao ler o quadro que Cícero pintou dela, essa já é outra questão.

Fica claro, porém, que a mulher romana em geral tinha maior independência

do que as mulheres do mundo grego e do Oriente próximo da época, por mais limitada que pareça pelos padrões atuais. Há um contraste particularmente marcante com a clássica Atenas, onde as mulheres das famílias ricas deviam viver isoladas, longe dos olhares alheios, largamente segregadas dos homens e da vida social (os pobres, desnecessário dizer, não tinham suficiente dinheiro ou espaço para impor essas divisões). Havia, sem dúvida, restrições desconfortáveis também sobre as mulheres em Roma: o imperador Augusto, por exemplo, relegou-as às fileiras do fundo nos teatros e nas arenas de gladiadores; as suítes femininas nos banhos públicos eram geralmente mais apertadas do que as dos homens; e na prática as atividades masculinas dominavam as áreas mais nobres de um lar romano. Mas isso não significava que as mulheres fossem publicamente invisíveis, e a vida doméstica não parece ter sido formalmente dividida em espaços masculinos e femininos, com áreas restritas em função do gênero.

As mulheres também comiam regularmente com os homens, e não apenas as profissionais do sexo, acompanhantes e artistas de entretenimento, que proviam a companhia feminina nas festas da Atenas clássica. Na realidade, um dos primeiros procedimentos equivocados de Verres foi em relação à diferença entre gregos e romanos quanto às práticas à mesa. Na década de 80 a.C., quando servia na Ásia Menor, mais de uma década antes de seu mandato na Sicília, Verres e alguns membros de sua equipe fizeram-se convidar para jantar na casa de um infeliz grego e, após uma considerável ingestão de álcool, pediram ao anfitrião que a filha dele se juntasse a eles. Quando o homem explicou que uma

mulher grega de respeito não comia em companhia masculina, os romanos se recusaram a acreditar nisso e foram tentar encontrá-la. Seguiu-se uma briga na qual um dos guarda-costas de Verres foi morto e o anfitrião foi encharcado com água fervente; ele foi mais tarde executado por assassinato. Cícero pinta todo o incidente em termos extravagantes, quase como uma repetição do estupro de Lucrécia. Mas o episódio também envolveu uma série de mal-entendidos por embriaguez sobre as convenções que regiam o comportamento feminino ao se cruzar as fronteiras culturais do Império.

Algumas das regras legais que governavam o casamento e os direitos das mulheres nesse período refletem essa relativa liberdade. É verdade que havia algumas normas rígidas estabelecidas no papel. Deve ter existido o mito nostálgico de que outrora um homem tinha o direito de espancar a mulher até a morte pelo “crime” de ela ter tomado um copo de vinho. E há alguma evidência de que a execução de uma esposa flagrada em adultério era direito do marido. Mas não existe um único exemplo conhecido de que isso tenha acontecido, e a maioria das evidências aponta para uma direção diferente. Uma mulher não assumia o nome do marido nem ficava inteiramente sob sua autoridade legal. Após a morte de seu pai, uma mulher adulta podia ser dona de propriedades por direito próprio, comprar e vender, herdar ou fazer um testamento e libertar escravos — muitos dos direitos que as mulheres na Grã-Bretanha só adquiriram a partir da década de 1870.

A única restrição era a necessidade de haver um guardião nomeado (*tutor*) para aprovar qualquer que fosse a decisão ou transação que a mulher fizesse. Se

Cícero estava sendo paternalista ou misógino ou, como alguns críticos mais generosos acreditam, fazendo piada quando atribuiu essa regra a uma “fraqueza de julgamento” natural das mulheres, é difícil saber. Mas certamente não há indício de que para a sua esposa isso fosse um empecilho: quer quando ela vendeu uma fileira de casas a fim de levantar fundos para Cícero no exílio ou quando cobrava os aluguéis das suas propriedades, nunca se mencionou nenhum *tutor*. Na realidade, uma das reformas de Augusto por volta do final do século I a.C., ou início do século seguinte, foi permitir que as cidadãs livres que tivessem gerado três filhos fossem liberadas da exigência de ter um guardião; ex-escravas precisavam ter quatro para se qualificar. Tratava-se de um engenhoso exemplo de tradicionalismo radical: permitia novas liberdades às mulheres, desde que tivessem preenchido seu papel tradicional.

Estranhamente, as mulheres tinham bem menos liberdade quando se tratava do ato do próprio casamento. Para começar, não podiam decidir se casariam ou não. A regra básica era que toda mulher livre tinha que casar. Não havia tias solteironas, e eram apenas membros de grupos especiais, como as Virgens Vestais, que optavam ou eram obrigadas a permanecer solteiras. Além disso, a liberdade que uma mulher podia desfrutar na escolha de um marido era bastante limitada, e isso ocorria entre os ricos e poderosos, cujos casamentos eram arranjados para firmar alianças políticas, sociais ou financeiras. Mas seria ingênuo imaginar que a filha de um agricultor que estivesse disposto a fazer algum negócio com seu vizinho, ou a garota escrava que fosse obter sua liberdade para se casar com seu dono (algo que não era incomum), tivessem voz

nessas decisões.

Os pactos de casamento estiveram na base de alguns grandes desdobramentos da política romana no final da República. Em 82 a.C., por exemplo, Sula tentou assegurar a lealdade de Pompeu “dando-lhe” sua enteada como esposa, embora ela já estivesse casada com outro e grávida; a aposta não vingou, porque a pobre mulher morreu no parto. Vinte anos mais tarde, Pompeu selou seu acordo com César no Bando dos Três ao casar com a filha de César, Júlia. As apostas não eram tão altas no caso de Cícero e sua filha Túlia, mas fica claro que a ascensão da família e os bons contatos sempre estiveram na mente de Cícero, mesmo que as coisas não andassem necessariamente do jeito que ele queria.

Encontrar um marido para Túlia era, admitiu ele, a coisa que mais o preocupava quando saiu de Roma para a província da Cilícia, em 51 a.C. Depois dos dois breves casamentos de Túlia com homens de famílias importantes, mas sem gerar herdeiros — um deles terminou com a morte do marido, o outro em divórcio —, era preciso achar um terceiro arranjo para ela. Nessa ocasião as cartas de Cícero dão um vislumbre das negociações, conforme ele ponderava a respeito dos candidatos. Um deles não lhe pareceu um proponente sério; outro tinha maneiras delicadas; a respeito de um terceiro, escreveu mostrando relutância: “Duvido que nossa garota possa ser convencida”, reconhecendo que Túlia tinha alguma voz na questão. Mas as comunicações eram um problema. Como levava em geral três meses para que uma carta fosse da Cilícia até Roma, e a resposta chegasse de volta, era difícil para Cícero manter o controle do

processo, e ele foi mais ou menos obrigado a deixar a decisão final para Terência e Túlia. Elas não ficaram com nenhuma das principais escolhas dele, mas com o recém-divorciado Dolabela, outro homem com credenciais aristocráticas inatacáveis e, pelos relatos romanos, um malandro envolvente, sedutor inveterado e incomumente baixinho. "Quem foi que amarrou meu genro à sua espada?" é uma das piadas mais lembradas de Cícero.

Casamentos arranjados não eram necessariamente uniões tristes e desprovidas de sentimentos. Comentava-se que Pompeu e Júlia eram devotados um ao outro, que ele ficou arrasado quando ela morreu em trabalho de parto em 54 a.C., e que a morte dela contribuiu para a ruptura política entre Pompeu e César. Em outras palavras, este casamento revelou-se bem-sucedido demais em relação ao propósito pretendido. E várias das cartas mais antigas que sobreviveram, de Cícero a Terência, com quem ele se casou de forma arranjada, são repletas de expressões de intensa devoção e amor, quaisquer que fossem as emoções que corressem por baixo: "Luz da minha vida, desejo do meu coração. Pensar que você, querida Terência, está tão atormentada, quando todos costumavam recorrer a você por ajuda", escreve ele do exílio em 58 a.C.

Do mesmo modo, há também muitos sinais de brigas conjugais, insatisfações e decepções. Túlia não demorou a achar Dolabela mais malandro do que envolvente, e em três anos já viviam separados. Mas o casamento mais infeliz no círculo de Cícero era o de seu irmão Quinto, com Pompônia, irmã de Ático, amigo de Cícero. Previsivelmente, e talvez de modo injusto, as cartas de Cícero lançam a maior parte da culpa à esposa, mas também registram alguns

argumentos em termos estranhamente modernos. Em certa ocasião, quando Pompônia reclamou: “Eu me sinto uma estranha na minha própria casa” diante de convidados, Quinto retrucou com a queixa clássica: “Está vendo? É isso o que tenho que tolerar todo dia!”. Pois após 25 anos disso, acabaram divorciando-se. Ao que parece, Quinto observou: “Nada é melhor do que não ter que partilhar um leito”. Desconhece-se a reação de Pompônia.

No entanto, foi o breve segundo casamento de Cícero com Publília, então uma adolescente, que se destacou de todas as outras histórias. Cícero e Terência haviam se divorciado, provavelmente em 46 a.C. Quaisquer que fossem as razões principais da separação — e os escritores romanos trouxeram abundantes especulações não confiáveis sobre o assunto —, a última carta dele para ela que sobreviveu, escrita em outubro de 47 a.C., sugere que a relação entre os dois havia mudado. Com umas poucas linhas para a esposa, que ele não via fazia dois anos (em parte por ter ficado afastado com as forças de Pompeu na Grécia), a carta se resume a um par de instruções sobre sua iminente chegada. “Se não houver uma pia na sala de banhos, mande instalar” é o ponto principal. Pouco mais de um ano depois, tendo considerado outras possibilidades — incluindo a filha de Pompeu e uma mulher que ele considerava “a mais feia que já vi” —, Cícero casou-se com uma garota pelo menos 45 anos mais nova que ele. Isso era comum?

Um primeiro casamento por volta dos catorze ou quinze anos não era nada incomum para uma garota romana. Túlia foi prometida ao seu primeiro marido quando tinha onze anos, e casou-se aos quinze; quando Cícero em 67 a.C. fala

em prometer a “querida pequena Túlia a Caio Calpúrnio Pisão [Gaius Calpurnius Piso]”, ele quer dizer exatamente isto, *pequena*. Ático já pensava em futuros maridos para a filha quando esta tinha apenas seis anos. A elite em geral fazia essas alianças bem cedo. Mas há muita evidência, nos epitáfios de pessoas comuns, de garotas casando-se no meio da adolescência e, às vezes, até mais novas, com dez ou onze anos. Se esses casamentos foram ou não consumados é uma questão bizarra e sem resposta. Por sua vez, os homens, ao que parece, casavam-se pela primeira vez entre os vinte e poucos e os trinta anos, com mulheres dez anos mais novas, e algumas noivas jovens viam-se casadas com um homem ainda mais velho em sua segunda ou terceira união. Quaisquer que fossem as liberdades relativas das mulheres romanas, sua subordinação certamente baseava-se nessa disparidade entre um macho adulto e o que chamaríamos hoje de uma noiva criança.

50. Uma lápide romana para marido e mulher (século I a.C.). Ambos eram ex-escravos: o marido, à esquerda, Aurelius Hermia, está identificado como açougueiro do Monte Viminal em Roma; à direita, sua esposa, Aurelia Philematium, é descrita como “casta, modesta e de quem nunca se falou mal”. Mais perturbadora para nós é a escala de tempo da relação entre os dois. Conheceram-se quando ela tinha sete

anos e, como diz o texto, “ele a colocou sentada sobre seu joelho”.

Isto posto, a diferença de idade de 45 anos causou espanto até mesmo em Roma. Por que Cícero havia feito isso? Por dinheiro? Ou, como afirmou Terência, pela paixão tola de um homem velho? Na verdade, ele enfrentou alguns questionamentos diretos sobre por que raios, na sua idade, estava se casando com uma jovem virgem. No dia do casamento, ao que parece teria respondido a um desses questionamentos dizendo: “Não se preocupe, ela será uma mulher adulta [*mulier*] amanhã”. O crítico antigo que citou essa resposta considerou-a uma maneira brilhantemente espirituosa de rebater críticas e apresentou-a de forma elogiosa. Nós, é mais provável que a situemos em algum ponto do espectro entre uma resposta grosseira ditada pelo desconforto e algo tristemente desolador — uma indicação contundente da distância entre o mundo romano e o nosso.

Nascimento, morte e pesar

A tragédia se abateu quase instantaneamente sobre o novo casamento de Cícero. Túlia morreu logo depois de dar à luz o filho de Dolabela. Cícero parece ter ficado tão incapacitado pelo pesar que se retirou, sem Publília, para sua propriedade na pequena ilha de Astura, no litoral ao sul de Roma. Sua relação com Túlia sempre havia sido muito próxima — íntima demais, segundo a terrível fofoca espalhada por alguns de seus inimigos, que condescendiam com a tática romana favorita de atacar um oponente por meio de sua vida sexual. Era sem dúvida uma relação mais próxima do que a que Cícero mantinha com o

irmão mais novo dela, Marcus, que, entre outras falhas menores, nunca pareceu ter gostado da vida intelectual e das palestras sobre filosofia em Atenas, às quais o pai o havia enviado. Com a morte de Túlia, Cícero afirmou que havia perdido a única coisa que o mantinha comprometido com a vida.

Procriar era uma obrigação perigosa. O parto sempre foi a maior causa de morte das romanas, de esposas de senadores a escravas. Milhares dessas mortes foram registradas, desde as que atingiam o alto escalão, como a de Túlia e a de Júlia de Pompeu, até mulheres comuns por todo o Império, gravadas em lápides tumulares por suas famílias enlutadas. Um homem do norte da África lembrou da esposa, que "viveu por 36 anos e quarenta dias. Foi seu décimo parto. No terceiro dia, morreu". Outro, da atual Croácia, colocou um memorial simples à "sua companheira escrava", que "sofreu agonias para dar à luz por quatro dias, e não conseguiu parir, e então morreu". Pondo isso numa perspectiva mais ampla, as estatísticas disponíveis para períodos históricos mais recentes sugerem que pelo menos uma em cada cinquenta mulheres tinha probabilidade de morrer no parto, com uma chance maior ainda se fosse muito jovem.

Elas morreram devido a muitos dos infortúnios do parto que a moderna medicina ocidental consegue evitar quase totalmente, desde hemorragia até obstrução ou infecção — embora a inexistência de hospitais, onde as infecções nos primórdios da moderna Europa passavam facilmente de uma mulher a outra, de algum modo diminuía esse risco. A maioria das mulheres confiava no auxílio de parteiras. Além disso, as intervenções de obstetrícia provavelmente só acrescentavam mais riscos. Os cortes cesarianos, que apesar do que diz o mito

moderno não têm conexão com Júlio César, eram usados para retirar um feto vivo de uma mulher morta — ou prestes a morrer. Para casos em que o bebê estivesse completamente obstruído, alguns médicos romanos recomendavam inserir uma faca na mãe e desmembrar o feto no útero, procedimento que poucas mulheres conseguiam superar incólumes.

A gravidez e o parto devem ter dominado a vida da maior parte das mulheres, inclusive aquelas que os escritores romanos decidiram apresentar como libertinas despreocupadas. Poucas devem ter lamentado sua incapacidade de engravidar ou de levar adiante uma gravidez. Os romanos quase universalmente culpavam a mulher quando o casal não conseguia ter filhos, e esta era uma razão-padrão para o divórcio. A moderna especulação (não mais do que isso) é que foi justamente por isso que o segundo marido de Túlia se divorciou dela, que só pariu um bebê vivo quase aos trinta anos. A maioria das mulheres, porém, enfrentava décadas de gravidez sem qualquer meio confiável de evitar filhos, exceto a abstinência. Havia alguns métodos precários e perigosos para abortar. A amamentação prolongada pode ter protelado outras gravidezes nas mulheres que não recorriam a amas de leite. E havia muitas poções e recursos anticoncepcionais, desde coisas totalmente inúteis (usar as larvas encontradas na cabeça de uma espécie particular de tarântula) a outras de eficácia questionável (inserir praticamente qualquer coisa grudenta na vagina). Mas a maior parte dos esforços contraceptivos era derrotada pelo saber antigo que afirmava que os dias após a cessação da menstruação eram os mais férteis da mulher, quando ocorre exatamente o oposto.

Aqueles bebês que eram paridos em segurança também corriam muitos riscos. Os que pareciam fracos ou deficientes eram “deixados expostos”, o que com frequência significava serem jogados fora ou abandonados em algum depósito de lixo. Os indesejados tinham o mesmo destino. Há indícios de que as meninas poderiam ser menos desejadas que os bebês meninos, em parte devido às despesas com seus dotes, que devem ter sido um peso no orçamento de famílias modestas. Uma carta sobrevivente em papiro, do Egito romano, escrita por um marido à sua mulher grávida, dá instruções para que ela crie a criança se for um menino, mas “se for uma menina, livre-se dela”. Com que frequência isso ocorria, e qual era a proporção exata dos sexos entre as vítimas, é uma questão a especular, mas com frequência era suficiente para que os depósitos de lixo fossem vistos como uma fonte de escravos livres.

51. Uma parteira romana do porto de Ostia é retratada em seu trabalho nesta placa de terracota de seu

túmulo. A mulher que dá à luz está sentada numa cadeira, com a parteira à frente dela.

Mesmo os bebês que eram criados também corriam perigo. A melhor estimativa — baseada em grande parte em números de populações posteriores comparáveis — é que metade das crianças morria por volta dos dez anos de idade, de todo tipo de doenças e infecções, incluindo doenças infantis comuns, hoje não mais fatais. O que isso significa é que, embora a expectativa média de vida no nascimento fosse provavelmente muito baixa, em torno de vinte e poucos anos, uma criança que sobrevivesse até os dez teria uma expectativa de vida não muito diferente da nossa. Segundo as mesmas cifras, uma criança de dez anos viveria em média mais quarenta anos, e uma pessoa de cinquenta anos podia contar com mais uns quinze anos de vida. Idosos não eram tão raros quanto se poderia imaginar na Roma Antiga. Mas a alta taxa de mortalidade entre os mais jovens também tinha implicações para a gravidez das mulheres e para o tamanho das famílias. Com o intuito de apenas manter a população existente, cada mulher deveria ter em média cinco ou seis filhos. Na prática, isso eleva esse valor para algo próximo a nove filhos, quando se tem em conta outros fatores, como esterilidade e viuvez. Dificilmente seria uma receita para uma ampla liberação feminina

52. Espéculo vaginal da Roma Antiga, surpreendentemente similar à versão moderna. As ideias romanas sobre o corpo feminino e seus ciclos de reprodução eram, porém, muito diferentes das nossas, desde como ocorria a concepção até quando e como ela poderia ser evitada (ou incentivada).

Como esses padrões de nascimento e morte afetavam a vida emocional no seio familiar? Às vezes argumenta-se que, pelo simples fato de tantas crianças não sobreviverem, os pais acabariam evitando investir muito emocionalmente nelas. Há uma imagem assustadora de pai na literatura e na contação de histórias romanas, que enfatiza seu controle sobre os filhos, não seu afeto, insistindo nas terríveis punições que ele poderia aplicar em casos de desobediência, chegando ao ponto da execução. No entanto, quase não há indícios disso na prática. É verdade que um recém-nascido às vezes só passava a ser visto como pessoa quando se tomava a decisão de criá-lo e então o bebê era formalmente aceito na família; por causa disso, em certa medida, a atitude aparentemente tolerante para aquilo que nós conhecemos como infanticídio. Mas os milhares de epitáfios comoventes dedicados pelos pais aos seus jovens descendentes sugerem tudo menos falta de emoção. “Minha pequena boneca, minha querida Mania, jaz

enterrada aqui. Só fui capaz de lhe dar meu amor por alguns anos. Seu pai agora chora constantemente por ela”, são os versos de uma lápide no norte da África. Cícero também, em 45 a.C., por um tempo “chorou constantemente” a morte de Túlia, documentando sua dor e seus planos para homenageá-la em uma notável série de cartas a Ático.

Não sabemos os detalhes da morte de Túlia, exceto que ocorreu na casa de campo de Cícero em Tusculum, arredores de Roma; e nada se sabe sobre seu funeral. Cícero quase imediatamente se isolou em seu refúgio na ilha de Astura, onde leu toda a filosofia que tinha em mãos sobre perda e consolo, e até escreveu um tratado sobre o luto para uso próprio — até decidir, depois de dois meses, que tinha que voltar à casa onde ela havia morrido: “Vou dominar meus sentimentos e ir para a casa de Tusculum, ou nunca mais voltarei lá”. A essa altura já começara a canalizar seu pesar para o memorial dela, que não deveria ser um “túmulo”, mas um “santuário” ou um “templo” (*fanum*, que em latim tem sentido exclusivamente religioso). Suas preocupações imediatas eram com o local, a proeminência e a futura manutenção, e logo ele passou a planejar a compra de uma propriedade suburbana, perto do atual Vaticano, onde ergueria a construção, chegando até a encomendar algumas colunas.

Ele tinha em mente a apoteose de Túlia, que entendia, provavelmente, como imortalidade em algum sentido geral, e não como uma afirmação cabal de que ela deveria tornar-se uma divindade. Não obstante, trata-se de outro exemplo da nebulosa fronteira no mundo romano entre os mortais e os imortais, e da maneira pela qual poderes e atributos divinos eram usados para expressar a proeminência

e a importância de alguns indivíduos. Há certa ironia, porém, no fato de que, embora Cícero e seus amigos estivessem cada vez mais preocupados em relação às honrarias endeusantes dispensadas a César, o próprio Cícero planejava oferecer algum status divino para a filha falecida. Mas o projeto para o santuário não vingou, pois a área escolhida por Cícero acabou sendo reservada para uma grande obra de reurbanização promovida por César.

Questões de dinheiro

As casas em Astura e Tusculum eram apenas duas das vinte propriedades que Cícero possuía na Itália em 45 a.C. Algumas eram mansões elegantes. Em Roma, ele tinha uma grande casa nas encostas baixas do Monte Palatino, a alguns minutos a pé do Fórum, e era vizinho de muitas das grandes figuras da elite romana, incluindo Clódia; suas outras casas estavam espalhadas por toda a península, de Puteoli na baía de Nápoles, onde recepcionou César naquele famoso jantar, até Formiae, mais ao norte, onde tinha outra *villa* à beira-mar. Algumas eram casas pequenas de férias ou alojamentos, estrategicamente situados em estradas entre suas propriedades maiores mais distantes, onde podia pernoitar para evitar dormir em pousadas ou alojamentos precários, ou incomodar amigos. Algumas, incluindo as propriedades da família em Arpinum, eram fazendas ativas, embora tivessem residências de luxo anexadas. Outras eram propriedades de aluguel, voltadas exclusivamente para renda, como as construções de baixo nível das quais “até os ratos” haviam fugido; dois blocos grandes, e ainda mais lucrativos, no centro de Roma haviam sido parte do dote

de Terência, e em 45 a.C. provavelmente foram devolvidos em razão do divórcio.

O valor total de seu portfólio de propriedades era algo em torno de 13 milhões de sestércios. Aos olhos dos romanos comuns, era um grande patrimônio, suficiente para sustentar mais de 25 mil famílias pobres por um ano. Mas ainda assim não colocava Cícero no grupo dos super-ricos. Ao refletir sobre a história da extravagância, Plínio, o Velho, afirmou que em 53 a.C. Clódio comprara por quase 15 milhões de sestércios a casa de Marco Emílio Escauro [Marcus Aemilius Scaurus], um dos amigos de Cícero e mal-afamado oficial de Pompeu na Judeia na década de 60 a.C. Os restos do porão da casa foram em princípio identificados, também nas encostas do Palatino, perto de onde fica ainda hoje o Arco de Tito; são cerca de cinquenta pequenos quartos e um banheiro, provavelmente para escravos, que as gerações anteriores de arqueólogos haviam identificado de modo assertivo (mas equivocado) como um bordel do centro da cidade. Num nível ainda superior, a propriedade de Crasso foi avaliada em 200 milhões de sestércios; com isso, ele poderia ter financiado um exército particular.

Apesar de algumas tentativas engenhosas, nenhuma das propriedades de Cícero foi identificada de modo seguro em pesquisas de campo. Mas é possível ter alguma ideia de como eram a partir de seus relatos, que incluem planos de melhorias, e também de vestígios arqueológicos daquela época. As ricas residências da elite do final da República no Monte Palatino estão geralmente em estado precário de conservação, pela simples razão de que, no primeiro

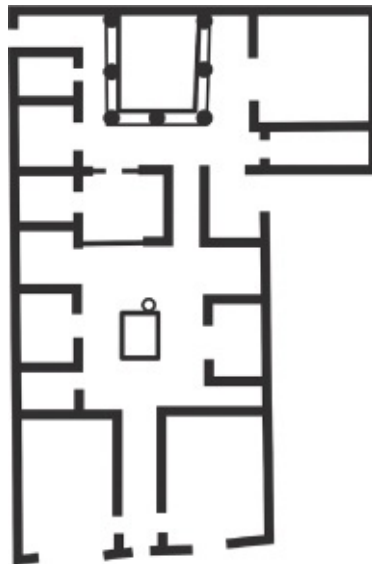
século d.C., o palácio imperial, que logo seria a construção dominante no monte, foi erguido sobre elas. Alguns dos vestígios mais impressionantes do período antigo estão na chamada Casa dos Grifos. Incluem vários quartos do que deve ter sido o andar térreo de uma impressionante residência do início do século I a.C., ainda parcialmente visível nos alicerces das estruturas palacianas que estão em cima dela, mostrando paredes pintadas em cores vivas e pisos de mosaico simples. No plano geral e no design, ela e outras casas do Palatino provavelmente não eram muito diferentes daquelas mais bem preservadas cujos restos podemos ver em Pompeia e Herculano.

Um ponto a destacar em relação a essas residências da elite romana, tanto as de senadores de Roma, como as dos ricaços de fora, é que não eram casas particulares no sentido moderno; não eram (pelo menos não exclusivamente) locais para se resguardar dos olhares públicos. Certamente, havia alguns refúgios, como o retiro de Cícero em Astura, e algumas partes da casa eram mais privadas que outras. Mas de várias maneiras a arquitetura doméstica tinha a intenção de fomentar a imagem pública e a reputação do romano proeminente, e era em sua casa que ocorria boa parte dos negócios públicos. O grande salão, ou átrio, primeiro aposento que um visitante normalmente adentrava, depois de passar pela porta de entrada, era um local-chave. Geralmente de pé-direito duplo, a céu aberto e projetado para impressionar, ornado com estuque, pinturas, esculturas e belas vistas, proporcionava o cenário de muitos encontros entre o dono da casa e uma variedade de subordinados, peticionários e clientes — desde ex-escravos precisando de ajuda até aquela delegação de Teos que foi de átrio

em átrio tentando beijar os pés dos romanos. Além disso, na planta-padrão, a casa se estendia para o fundo, com mais salas de entretenimento, áreas de refeições, salas de estar/dormitórios (*cubicula*), e passagens e jardins cobertos, quando havia espaço para isso — e, nas paredes, decorações adequadas à função de cada espaço, desde grandes pinturas a painéis intimistas e cenas eróticas. Os visitantes, quanto mais entravam para as áreas menos públicas da casa, mais honrados se sentiam. Negócios com amigos íntimos e colegas podiam ser feitos, como os romanos diziam, *in cubiculo*, isto é, naquelas pequenas e aconchegantes salas onde a pessoa costumava às vezes dormir, embora não fossem exatamente dormitórios no sentido moderno. Era onde, podemos supor, o Bando dos Três fechava seus acordos.

53. Aqui, os alicerces posteriores dos edifícios acima (à direita) atravessaram o que era antes uma esplêndida sala de uma casa republicana, a “Casa dos Grifos” no Palatino. A casa deriva seu nome das figuras dos grifos em estuque; uma delas é visível ao fundo. O piso de mosaico é uma decoração sóbria em losango, e as paredes são pintadas com painéis simples coloridos, imitando mármore. Antigas gerações de arqueólogos especularam que essa havia sido a residência de Catilina.

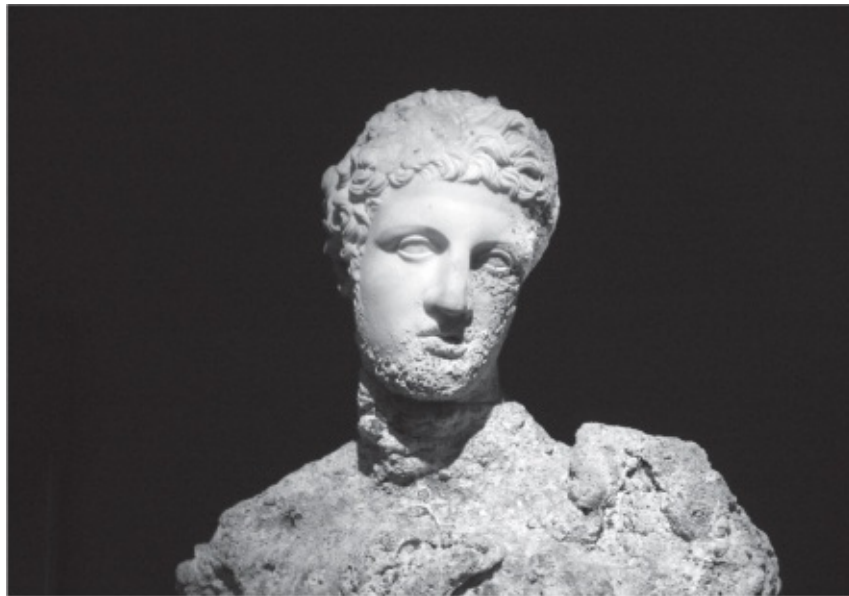
A casa e sua decoração marcavam pontos a favor da imagem de seu dono. Mas a ostentação tinha que ser cuidadosamente calculada, para evitar possíveis críticas de luxo excessivo. Não foi vista com bons olhos a decisão de Escauro de usar no átrio de sua casa palatina algumas das 380 colunas de onze metros de altura que havia comprado para decorar um teatro temporário, que encomendara para espetáculos públicos. Eram de mármore de Lucullus — uma pedra grega preciosa conhecida em Roma pelo nome do primeiro homem que a havia importado, Lúcio Licínio Lúculo [Lucius Licinius Lucullus], imediato predecessor de Pompeu na guerra contra Mitridates. Muitos romanos acharam que Escauro cometera um grave erro ao enfeitar sua casa num estilo tão luxuoso, que julgavam mais adequado a um ambiente destinado ao público. Salústio não foi o único a imaginar que as extravagâncias imorais de algum modo estavam na raiz de muitos dos problemas de Roma. Em várias passagens em suas cartas, Cícero mostra-se preocupado em decorar suas propriedades de modo adequado, em projetar uma imagem de si como homem de bom gosto, instruído e de cultura grega, e em conseguir as obras de arte necessárias para isso, muitas vezes sem sucesso. Um problema complicado que enfrentou em 46 a.C. revela um pouco de suas preocupações. Um de seus agentes não oficiais havia adquirido para ele na Grécia uma pequena coleção de estátuas, que era não só cara demais (por aquele

preço ele poderia ter comprado um novo alojamento, explica) mas bastante imprópria para as finalidades que tinha em mente. Para começar, havia uma estátua do deus da guerra Marte, quando Cícero precisava apresentar-se como o grande advogado da paz. Pior, havia também um grupo de Bacantes, as desinibidas, extáticas, embriagadas seguidoras do deus Baco, que não seria possível usar para decorar uma biblioteca da forma como ele imaginava: numa biblioteca, você precisa de Musas e não de Bacantes, ele explicou.

54. A planta da “Casa do Poeta Trágico” em Pompeia dá uma boa ideia da disposição básica de uma casa romana moderadamente rica, dos séculos II e I a.C. A entrada estreita segue entre duas lojas (a) de frente para a rua, e leva para um saguão principal, ou átrio (b). A principal sala de recepção formal (c) ficava de frente para o átrio; depois havia uma área de refeições (d) e um pequeno jardim com colunas (e). Os demais quartos pequenos, alguns deles no andar superior, incluíam as salas de estar/ dormitórios onde os convidados mais favorecidos podiam ser levados, para negócios, assim como para lazer.

Não ficou registrado se Cícero conseguiu vender essas esculturas, como pretendia, ou se elas acabaram guardadas em algum quarto de uma de suas propriedades. Mas o relato mostra como o ambiente doméstico de Roma, assim

como o público, exigia obras de arte, tanto antiguidades quanto réplicas, num comércio dinâmico com o mundo grego. Os vestígios materiais desse comércio estão agora mais bem documentados pelos carregamentos que não conseguiram chegar aos seus destinos, em uma série de navios comerciais romanos naufragados, que mergulhadores têm resgatado no leito do Mediterrâneo. Um dos mais impressionantes, com data provável da década de 60 a.C., a julgar pelas moedas que carregava, afundou entre Creta e o extremo sul do Peloponeso, perto da ilha de Antikythera — daí seu nome moderno, "destroços do Antikythera". Ele carregava esculturas de bronze e mármore, entre elas uma refinada estatueta de bronze sobre uma base que girava dando-se corda; mobília de luxo; elegantes tigelas em vidro e mosaico; e a peça mais famosa de todas, o "mecanismo de Antikythera" — um intricado dispositivo de bronze com um mecanismo de relógio, ao que parece projetado para prever os movimentos dos planetas e outros eventos astronômicos. Embora muito distante do primeiro computador do mundo, como ele ocasionalmente foi apelidado, devia ter como destino a biblioteca de algum cientista romano.

A relação que as figuras de destaque do final da República tinham com suas propriedades era bastante curiosa sob vários aspectos. Cícero e seus amigos identificavam-se fortemente com suas casas. Afora os arranjos cuidadosamente planejados de esculturas e obras de arte, as máscaras de cera de seus ancestrais (*imagines*), que haviam sido usadas em procissões funerais, eram exibidas nos átrios das famílias aristocráticas, que às vezes tinham diferentes conjuntos de réplicas para suas diversas propriedades. Na parede do átrio, uma árvore

genealógica pintada era um elemento-padrão, e os espólios que um homem havia tomado em batalha — a indicação suprema da realização romana — podiam também figurar ali para serem admirados. Inversamente, se a maré política virasse, a casa podia se tornar quase um sucedâneo de seu proprietário a ser agredido, ou um alvo adicional. Quando Cícero foi para o exílio em 58 a.C., Clódio e seu bando não só destruíram a propriedade de Cícero no Palatino, como houve um dano considerável em suas propriedades em Formiae e Tusculum. E ele não foi o primeiro a sofrer esse tipo de retaliação. Na mítica origem de uma longa linha de ocorrências desse tipo, um radical chamado Espúrio Mélio [Spurius Maelius], em meados do século V a.C., foi executado, e sua casa demolida, quando — em uma clássica inferência conservadora romana — sua generosidade para com os pobres levantou suspeitas de que visava à tirania.

55. Algumas das esculturas dos destroços do Antikythera oferecem imagens assustadoras. Nessa anteriormente bela peça, algumas partes de sua *carne* de mármore foram corroídas, enquanto outras foram preservadas intactas — dependendo da posição em que repousaram no fundo do mar ou de terem sido

protegidas pela areia do leito marinho.

No entanto, sob outro aspecto, a conexão entre a família e a casa era surpreendentemente frouxa. De modo bem diferente, por exemplo, do que ocorre com a aristocracia britânica, cujas tradições colocam grande ênfase na continuada posse de suas propriedades rurais, a elite romana estava sempre comprando, vendendo e se mudando. É verdade que Cícero era apegado a uma propriedade em Arpinum, mas ele só comprou sua casa no Palatino no ano de 62 a.C., de Crasso, que devia mantê-la não como residência, mas como investimento. E, antes disso, o local abrigava a casa de Lívio Druso [Livius Drusos], onde ele foi assassinado em 91 a.C. A propriedade de Cícero em Tusculum havia passado de Sula a um senador muito conservador, Quinto Lutácio Cátulo [Quintus Lutatius Catulus], e finalmente a um rico ex-escravo, que conhecemos apenas como Vettius, que ali viveu 25 anos antes que Cícero a adquirisse, no início da década de 60 a.C. Presumivelmente, quaisquer máscaras que estivessem no átrio deviam ser empacotadas e retiradas por ocasião de uma venda e transportadas para a nova propriedade. Mas, estranhamente, era costume que os espólios da vitória ficassem na casa e não fossem levados com o homem que os havia conquistado. Em um dos ataques posteriores de Cícero a Marco Antônio, ele se queixou de que Antônio estava morando e farreando bêbado em uma casa que havia pertencido a Pompeu, cheia de carrancas de navios capturados, provavelmente na campanha contra os piratas, que ainda enfeitavam o corredor de entrada.

Esse padrão de transferência de propriedade levanta várias questões

importantes. As somas envolvidas eram muito grandes. Em 62 a.C., Cícero teve que pagar 3,5 milhões de sestércios por sua nova casa no Palatino, e não há praticamente informação alguma sobre como esse tipo de pagamento foi efetuado na prática. É improvável que os escravos de Cícero tenham simplesmente empurrado vagões cheios de dinheiro pelas ruas sob uma guarda armada. A transação toda aponta tanto para o uso de lingotes de ouro, que pelo menos teriam exigido menos vagões, ou, o mais provável, para algum sistema de pagamento por meio de papéis financeiros ou apólices, e portanto para um sistema de banco e crédito relativamente sofisticado, que sustentava a economia romana, do qual sobrevivem apenas evidências fugazes.

Mais basicamente ainda, de onde viria todo esse dinheiro? Logo depois de ter comprado a casa do Palatino, Cícero brincou em uma carta ao seu amigo Públio Séstio [Publius Sestius] que estava tão afundado até as orelhas em dívidas "que me disporia a entrar em alguma conspiração se houvesse uma que me admitisse" — uma irônica alusão à conspiração de Catilina do ano anterior. Empréstimos certamente fizeram parte disso, mas a maior parte teria que ser paga, às vezes mais cedo do que se gostaria; Cícero, por exemplo, dispôs-se a saldar um grande empréstimo de quase 1 milhão de sestércios a Júlio César, antes que a eclosão da guerra civil desse a isso um caráter embaraçoso. Então, quais eram as fontes de renda de Cícero? Como havia passado de uma condição de relativo enriquecimento local para ser um dos ricos de Roma, mesmo estando ainda distante dos muito ricos? Algumas dicas nas cartas ajudam a esboçar parte do quadro.

Antes uma negativa. Não há sinal de que Cícero tivesse qualquer grande interesse comercial ou de negócios. Estritamente falando, os senadores eram impedidos de ter negócios além-mar, e a riqueza da elite política de Roma era sempre definida oficialmente por terras, e assentava-se nelas. Não obstante, algumas famílias senatoriais beneficiavam-se indiretamente de empreendimentos comerciais, seja por meio de relações não senatoriais ou pelo uso de seus ex-escravos como homens de fachada. A família desse mesmo Públio Séstio é um dos melhores exemplos disso. Milhares de ânforas de vinho do início a meados do século I a.C. com a marca “SES” ou “SEST” têm sido descobertas ao longo do Mediterrâneo, da Espanha até Atenas, com uma concentração particular no sul da Gália, incluindo cerca de 1.700 delas nos destroços de um naufrágio perto de Marselha. Esses são claros indícios de um grande negócio de exportação associado a alguns membros da família Séstio, conhecidos por terem possuído propriedades perto da cidade de Cosa, norte da Itália, onde foi encontrada outra concentração do mesmo tipo de ânforas, com a mesma marca impressa. Não importa quem estivesse formalmente encarregado do negócio, os lucros certamente também eram transferidos para os Séstios senatoriais. Mas não há indícios de que Cícero tivesse envolvimento em algo desse tipo, à parte alguns poucos comentários maldosos, esnobes e imprecisos, feitos por seus inimigos, de que o pai dele havia tido negócios de lavanderia.

56. O local do naufrágio no litoral de Marselha foi explorado na década de 1950 por uma equipe de mergulhadores trabalhando com Jacques Cousteau. Essa é apenas uma parte do carregamento de ânforas da Itália que o navio trazia.

Parte do dinheiro de Cícero vinha, de modo bem tradicional, de aluguéis e de produtos agrícolas de suas propriedades, o que foi incrementado pela propriedade que havia feito parte do dote de Terência. Mas ele tinha duas outras fontes substanciais de renda. A primeira foram algumas heranças que vieram de fora de sua família. Em 44 a.C., ele afirmou ter tecebido ao todo a soma de 20 milhões de sestércios provenientes dessa via. É impossível agora identificar todos os benfeitores. Mas boa parte desse legado deve ter vindo das pessoas que ele havia ajudado de diversas maneiras: ex-escravos que fizeram a própria fortuna ou clientes satisfeitos com suas representações nos tribunais. Os advogados romanos eram expressamente proibidos de receber honorários por seus serviços, e costuma ser correto afirmar que o que Cícero ganhou ao advogar em casos importantes foi proeminência pública. No entanto, havia também

muitas vezes um retorno financeiro de alguma forma indireta. Públio Sula [Publius Sulla], sobrinho do ditador, dificilmente pode ter sido um caso incomum quando recompensou Cícero por uma defesa bem-sucedida no tribunal. Emprestou 2 milhões de sestércios para a compra da casa do Palatino, e ao que parece o pagamento do empréstimo nunca foi solicitado.

A outra fonte era a província de Cícero. Apesar de se vangloriar, talvez com razão, de nunca ter violado a lei extorquindo dinheiro dos provinciais, mesmo assim ele saiu da Cilícia em 50 a.C. com mais de 2 milhões de sestércios em moeda local na bagagem. De que modo exatamente eles foram adquiridos, não se sabe: talvez uma combinação da avareza de Cícero com o lucro de sua pequena vitória, incluindo a venda posterior de cativos como escravos. Em vez de transportar esse dinheiro de volta para a Itália, ele o depositou na viagem de volta em uma companhia de *publicani* de Éfeso, ao que parece visando a alguma forma econômica de transferência de fundos. Mas a guerra civil logo sabotou quaisquer planos de longo prazo que ele pudesse ter. No início de 48 a.C., o fundo de guerra de Pompeu precisava de todo o dinheiro que fosse possível obter, e Cícero concordou em emprestar-lhe 2 milhões de sestércios, que presumivelmente ajudaram um pouco a compensar seu comportamento irritante no acampamento. Não há nada que sugira que ele tenha recuperado esse dinheiro. O lucro proveniente de uma guerra contra um inimigo estrangeiro, como aconteceu com muitos outros, acabou financiando uma guerra de romanos contra romanos.

Propriedade humana

Também havia seres humanos entre as propriedades de Cícero. Nas cartas, ele menciona ao todo apenas vinte escravos: um grupo de seis ou sete rapazes mensageiros, alguns secretários, escriturários e “leitores” (que liam livros ou documentos em voz alta para a comodidade de seu patrão), assim como um contínuo, um operário, um cozinheiro, um criado e um ou dois contadores. Na prática, seu círculo doméstico deve ter sido maior do que isso. Os serviços exigidos por vinte propriedades sugerem uma equipe de no mínimo duzentas pessoas, mesmo que algumas casas fossem apenas pequenos alojamentos e outras ficassem desativadas meses a fio: havia jardins para cuidar, reparos a serem feitos, fornalhas para alimentar, provisão de segurança, sem falar nos campos a serem trabalhados nas fazendas. Conta muito sobre a invisibilidade que os escravos tinham para o seu mestre o fato de Cícero não dar atenção a grande parte deles. A maioria dos que ele menciona em suas cartas são os que estão, como os mensageiros e secretários, envolvidos na produção e envio das próprias cartas.

Numa estimativa aproximada devia haver entre 1,5 e 2 milhões de escravos na Itália em meados do século I a.C., o que correspondia a cerca de 20% da população total. Eles compartilhavam uma única característica definidora: eram seres humanos de propriedade de alguém. Afora isso, eram tão variados em histórico e estilo de vida quanto os cidadãos livres. Não havia algo como o escravo típico. Alguns sob a posse de Cícero devem ter sido escravizados no

exterior, depois de terem perdido alguma guerra. Talvez fossem o produto de um comércio implacável que obtinha lucro traficando pessoas das margens do Império. Outros teriam sido “resgatados” de um depósito de lixo ou nascidos como escravos, em casa, filhos de escravas. Cada vez mais nos séculos seguintes, à medida que a escala das guerras romanas de conquista diminuía, era essa “criação doméstica” que constituía a principal fonte de suprimento, com isso consignando às escravas praticamente o mesmo regime de produção de filhos das mulheres livres. Em termos mais gerais, as condições de vida e de trabalho dos escravos variavam de cruéis e rígidas a outras que beiravam o luxo. Os cinquenta cubículos apertados sob a mansão de Escauro não eram o pior a um escravo. Alguns, em instalações maiores, industriais ou agrícolas, eram mantidos mais ou menos em cativeiro. Muitos eram espancados. Na verdade, essa vulnerabilidade à punição corporal era uma das coisas que fazia de um escravo um escravo; “Bode expiatório” era um de seus apelidos comuns. No entanto, havia também alguns, uma minoria que parece maior nas evidências que sobreviveram, cujo estilo de vida pode ter parecido invejável aos cidadãos romanos pobres, livres e famintos. Pelos seus padrões, os ajudantes escravos de homens ricos em mansões luxuosas, de médicos particulares ou de conselheiros literários, geralmente escravos instruídos de origem grega, viviam vidas confortáveis.

As atitudes da população livre em relação aos seus escravos e à escravidão como instituição eram igualmente variadas e ambivalentes. Para os proprietários, desdém e sadismo ficavam lado a lado com medo e preocupação em relação à

sua dependência e vulnerabilidade, que numerosos ditos populares e anedotas captavam. “Todo escravo é inimigo” era uma dessas peças de sabedoria romana. E no reinado do imperador Nero, quando alguém teve a brilhante ideia de fazer os escravos usarem uniforme, ela foi rejeitada com a alegação de que isso deixaria claro para a população escrava o quanto ela era numerosa. No entanto, qualquer tentativa de traçar linhas claras e consistentes entre escravos e livres ou de definir a inferioridade dos escravos (eram eles coisas em vez de pessoas?, questionavam em desespero alguns teóricos antigos) era necessariamente frustrada pela prática social. Escravos e livres trabalhavam em íntimo contato em muitos contextos. Numa oficina comum, escravos podiam ser amigos e confidentes tanto quanto propriedades humanas. E eram parte da família em Roma; a palavra latina *familia* sempre incluiu os não libertos e os membros livres de um arranjo doméstico (ver lâminas 16, 17).

Para muitos, a escravidão era de qualquer modo apenas uma condição temporária, o que fazia aumentar a confusão conceitual. O hábito romano de libertar escravos pode ter sido movido por todo tipo de considerações práticas: certamente era mais barato, por exemplo, dar aos escravos sua liberdade do que mantê-los em sua idade avançada improdutiva. Mas esse era um aspecto crucial da imagem disseminada de Roma como uma cultura aberta, e fazia do corpo de cidadãos romanos o mais diverso etnicamente que já existiu antes do mundo moderno — também causa adicional de preocupação cultural. Será que os romanos estavam libertando escravos demais?, questionavam-se. Estariam libertando-os pelas razões erradas? E qual seria a consequência disso para

qualquer ideia de romanidade?

Na maioria das vezes em que Cícero se dá conta de seus escravos mais do que meramente de passagem, é porque algo deu errado, e suas reações revelam algumas dessas ambivalências e tensões dos arranjos cotidianos. Em 46 a.C., ele escreveu a um de seus amigos, então governador da província da Ilíria, na costa leste do Adriático. Ele tinha um problema. Seu bibliotecário, um escravo de nome Dionísio, roubara seus livros e então, temendo ser desmascarado, fugira. Acontece que Dionísio fora visto na Ilíria (quem sabe perto de seu lar original), onde ao que parece havia declarado que Cícero lhe concedera a liberdade. "Não é nenhum problema", Cícero admitia, "mas algo que pesa na minha mente." Ele pedia que seu amigo ficasse de olho, em vão, ao que parece. Um ano depois, teve a notícia por meio do novo governador que "o seu fugido" havia se escondido entre as pessoas locais, os Vardaei, e nada mais se soube dele, mesmo que Cícero fantasiasse tê-lo visto sendo trazido de volta a Roma, conduzido como cativo em procissão triunfal.

Ele já tivera o mesmo problema com um ex-escravo alguns anos antes, outro bibliotecário, explica em uma carta a Ático. Esse Crísipo [Chrysippus] — com seu nome grego maravilhosamente erudito, de um filósofo do século III a.C. — havia sido incumbido da tarefa de acompanhar o filho de Cícero, Marcus, então adolescente, e um primo um pouco mais velho do rapaz, para trazê-los de volta da Cilícia até Roma. Em algum ponto da viagem, Crísipo abandonou os jovens. O problema não eram todos aqueles pequenos furtos, Cícero explodiu, o que ele não podia suportar era simplesmente a fuga, já que os ex-escravos, mesmo

depois que lhes era concedida a liberdade, ainda tinham obrigações para com seu senhor. A reação de Cícero foi recorrer a uma filigrana legal para cancelar a liberdade de Crísipo e reconduzi-lo à escravidão. Porém Crísipo já estava longe.

É difícil julgar a exatidão dessas histórias contadas por Cícero. O quanto seria fácil vender livros roubados em Roma? Dionísio vendeu-os para financiar sua fuga? Será que Cícero acreditava que ele ainda estaria com seus livros (provavelmente haveria menos mercado ainda para vendê-los entre os Vardaei)? Ou em vez de roubo não seria mais a paranoia e a obsessão que Cícero nutria por sua biblioteca? Qualquer que seja a verdade, essas histórias são um útil antídoto ao "modelo Espártaco" de insatisfação e resistência dos escravos. Pouquíssimos escravos enfrentavam de igual para igual a autoridade romana, menos ainda suas legiões. Para resistir aos senhores, a maioria simplesmente fugia, como esses dois fizeram, escondendo-se e, se inquiridos, diziam que haviam sido libertados. Do lado de Cícero, isso mostra um homem para quem os escravos domésticos podiam ser de fato o inimigo interno, mesmo que isso na maioria das vezes se resumisse a algum furto, e para quem a diferença entre os escravos que havia libertado e os outros era menor do que muitos historiadores modernos querem fazer crer. Não deve surpreender que, embora *libertus* ("liberto") seja o termo latino padrão para um ex-escravo, em muitas ocasiões a palavra *servus* ("servo, escravo") era usada para ambos.

A única grande exceção a esse quadro é a relação de Cícero com seu escravo e secretário Tiro, o homem que na imaginação medieval foi creditado como inventor de uma conhecida forma de caligrafia. As origens de Tiro são

desconhecidas, a não ser que uma fofoca romana, pouco crível, estivesse certa em suspeitar que, por Cícero lhe dedicar tanto afeto, ele só poderia ser seu filho natural. Ele foi liberto com muita celebração em 54 ou 53 a.C., e se tornou cidadão romano com o nome de Marco Túlio Tiro [Marcus Tullius Tiro]. A relação de Tiro com a família de Cícero tem sido vista com frequência como a "face aceitável" da escravidão romana.

Muitas das cartas da família dirigidas a ele (nenhuma resposta sobreviveu) são cheias de afeto, conversas e com frequência preocupações com sua saúde. "Sua saúde nos deixa terrivelmente preocupados", Quinto Cícero escreveu em 49 a.C., "[...] e é uma enorme preocupação que você fique tanto tempo longe de nós [...] mas, realmente, não se comprometa a fazer uma longa viagem a não ser que esteja bem e forte". E a ocasião em que se concedeu a liberdade a Tiro foi marcada por congratulações e autocongratulações. Quinto, mais uma vez, escrevendo ao seu irmão desde a Gália, onde servia com Júlio César, capta um pouco da importância dessa mudança de status: "Fiquei realmente feliz com o que você fez a respeito do Tiro e que tenha decidido que o status dele estava abaixo do que merecia e que tenha preferido tê-lo como amigo do que como escravo. Eu pulei de alegria quando li sua carta. Obrigado". Tiro parece desempenhar o papel quase de sucedâneo do filho, em torno de quem a família, às vezes disfuncional, podia se reunir feliz. Mas mesmo assim há uma ambivalência persistente, e a servidão de Tiro nunca foi totalmente esquecida. Anos depois de ter-lhe sido concedida a liberdade, Quinto escreveu a Tiro para se queixar de que, uma vez mais, não recebera nenhuma carta dele. "Eu aqui, na

minha cabeça, já lhe dei uma boa surra, ou no mínimo uma silenciosa repreensão", expressou Quinto. Uma brincadeira inofensiva? Uma piada sem graça? Ou uma clara indicação de que, na imaginação de Quinto, Tiro sempre seria visto como alguém em quem você poderia bater?

Por uma nova história — de imperadores

Tiro viveu mais tempo que seu senhor. Cícero, como veremos, teve um fim escabroso em dezembro de 43 a.C., assim como seu irmão Quinto. Tiro seguiu adiante, é o que se conta, até 4 a.C., morrendo aos 91 anos. Passou muito tempo incentivando e controlando a memória de Cícero, ajudando a editar sua correspondência e seus discursos e escrevendo a biografia dele, que — embora não tenha sobrevivido — tornou-se uma fonte-padrão de informações para historiadores romanos posteriores. Publicou também uma grande coleção de suas piadas. Um dos admiradores posteriores de Cícero sugeriu que sua reputação como alguém com presença de espírito poderia ter sido melhor se Tiro tivesse sido um pouco mais seletivo.

Tiro também viveu para ver um novo regime permanente de governo de um só homem, com imperadores firmemente instalados no trono de Roma e a velha República como uma memória cada vez mais distante. Esse novo regime é o tema dos últimos quatro capítulos deste livro, que exploram o período de 250 anos que vai do assassinato de César em 44 a.C. até o início do século III d.C. — mais especificamente, o ponto de inflexão em 212 d.C., quando o imperador Caracala deu cidadania romana a todo habitante livre do Império. É uma história

muito diferente daquela dos primeiros setecentos e tantos anos que exploramos até aqui.

A história romana nesse período posterior é muito mais familiar do que qualquer coisa que tenha acontecido antes. Foi durante esses séculos que se construiu a maior parte dos famosos marcos ainda presentes na cidade de Roma: o Coliseu, erigido como local popular de entretenimento na década de 70 d.C., o Panteão ("Templo de Todos os Deuses"), erguido cinquenta anos mais tarde, sob o imperador Adriano, e o único templo antigo no qual ainda podemos entrar e encontrá-lo mais ou menos em seu estado original — foi salvo por ter sido convertido em igreja cristã, o que evitou que sofresse uma reconstrução indiscriminada. Mesmo no Fórum Romano, o centro da antiga cidade, palco das grandes batalhas políticas da República Romana, a maior parte do que vemos hoje acima do solo foi construída sob os imperadores, não na era dos Graco, ou de Sula ou Cícero.

No geral, há muito mais evidências do mundo dos primeiros dois séculos d.C., mesmo que nenhum outro indivíduo se destaque com detalhes tão vívidos quanto Cícero. Não porque tenha sobrevivido grande quantidade de literatura, poesia ou história, embora haja certamente muitos volumes disso, e de tipos cada vez mais variados. Ainda contamos com biografias cheias de fofocas de cada imperador; sátiras cínicas, escritas por Juvenal e outros, despejando desdém sobre os preconceitos romanos; e novelas de inventividade extravagante, incluindo o célebre *Satyricon*, escrito por Petrônio [Gaius Petronius Arbiter], ex-amigo e depois vítima do imperador Nero e representado 2 mil anos depois por

meio do filme de Federico Fellini. A obra conta uma história dissoluta de um grupo de velhacos viajando pelo sul da Itália, mostrando orgias, pousadas baratas com camas cheias de percevejos, e um memorável retrato — e paródia — de um ex-escravo rico e vulgar, Trimálquio, que quase deu seu nome a uma clássica novela moderna; o título provisório do livro de F. Scott Fitzgerald *O grande Gatsby* era *Trimalchio in West Egg*.

A radical mudança está bastante documentada em pedra. Já analisamos alguns desses documentos de séculos anteriores, seja a pedra tumular de Cipião Barbato ou a parcialmente compreensível inscrição que mencionava o “rei” (*rex*), escavada no Fórum. Mas naqueles períodos anteriores eles eram relativamente escassos. A partir do primeiro século d.C., por razões que ninguém jamais vislumbrou, houve uma explosão de escritos em pedra e bronze. Em particular, milhares e milhares de epitáfios sobreviveram por todo o Império, celebrando pessoas relativamente comuns ou pelo menos aquelas com dinheiro suficiente para encomendar um memorial permanente para si mesmas. Às vezes, há apenas menção à ocupação do morto (“vendedor de pérolas”, “peixeiro”, “parteira” ou “padeiro”), outras vezes conta-se uma história de vida. Uma dessas pedras, particularmente loquaz, homenageia uma mulher de pele clara, belos olhos e mamilos pequenos que estava no centro de um *ménage à trois*, interrompido com sua morte. Há também milhares de biografias curtas de cidadãos importantes escavadas nos plintos de suas estátuas por todo o mundo romano, e cartas de imperadores ou decretos do Senado orgulhosamente expostos em comunidades longínquas do Império. Se a tarefa do historiador da

Roma primordial é esgotar cada evidência sobrevivente para que nos dê tudo o que for capaz de dar, para o primeiro século d.C. a questão é como selecionar as melhores evidências.

Uma diferença ainda maior, porém, na reconstrução dessa parte da história de Roma é que teremos agora que seguir quase sempre sem o luxo, ou a limitação, da cronologia. Isso se deve em parte à expansão geográfica do mundo romano. Não há uma narrativa única que ligue, de algum jeito útil ou revelador, a história da Britânia romana à história da África romana. Há numerosas micro-histórias de diferentes regiões que não se encaixam entre si necessariamente e que, recontadas uma por uma, iriam compor um livro decididamente inútil. Mas é também porque, após o estabelecimento do governo de um só homem no final do século I a.C., por mais de duzentos anos não houve uma história significativa de mudança em Roma. A autocracia representou, em certo sentido, uma espécie de fim da história. É claro, houve todo tipo de eventos, batalhas, assassinatos, impasses políticos, novas iniciativas e invenções; e os participantes teriam relatos interessantes a fazer e divergências a discutir. Mas ao contrário da história do desenvolvimento da República e do crescimento do poder imperial, que revolucionaram quase todos os aspectos do mundo de Roma, não houve nenhuma mudança fundamental na estrutura da política romana, do Império ou da sociedade entre o final do século I a.C. e o final do século II d.C.

Portanto, iremos começar examinando no próximo capítulo como, após o assassinato de Júlio César, o imperador Augusto conseguiu estabelecer o governo de um só homem como um recurso permanente — talvez a revolução

mais importante na história de Roma — e depois explorar as estruturas, problemas e tensões que sustentaram e ao mesmo tempo minaram esse sistema durante os dois séculos seguintes. O elenco variado de personagens irá incluir senadores dissidentes, clientes bêbados dos bares romanos e cristãos perseguidos (e, para os romanos, também importunos). A grande questão é: como podemos entender melhor o mundo do Império Romano sob um imperador?

Capítulo 9
As transformações de Augusto

Herdeiro de César

Cícero pode muito bem ter estado presente no Senado nos Idos de Março de 44 a.C., quando César foi assassinado, como testemunha ocular de um homicídio conturbado e que quase teve sua execução comprometida. Um bando de cerca de vinte senadores se agrupou em torno de César a pretexto de entregar-lhe uma petição. Um senador do segundo escalão deu o sinal para o ataque ao se ajoelhar aos pés do ditador e puxar sua toga. Os assassinos não foram muito precisos na ação, ou talvez o pânico os tenha deixado desajeitados. Um dos primeiros golpes de adaga errou o alvo e deu a César a oportunidade de contra-atacar com a única arma que tinha em mãos — seu afiado estilete. Segundo o relato mais antigo que sobreviveu, de Nicolau de Damasco, um historiador grego da Síria escrevendo cinquenta anos depois, mas provavelmente a partir de descrições de testemunhas oculares, vários dos assassinos foram atingidos por "fogo amigo": Caio Cássio Longino [Gaius Cassius Longinus] atacou César mas acabou ferindo Brutus; outro golpe errou o alvo e acertou a coxa de um companheiro.

Ao cair, César gritou em grego para Brutus, "Até tu, filho?", o que era tanto

uma ameaça ("Eu vou pegá-lo, garoto!") como um pungente lamento pela deslealdade de um jovem amigo ("Até você, meu filho?"), ou até, como alguns contemporâneos desconfiados imaginaram, uma revelação final de que Brutus era, na verdade, filho natural de César, e que portanto não se tratava de parricídio. A famosa frase latina "*Et tu, Brute*?" ["Até tu, Brutus?"] é uma invenção de Shakespeare. Os senadores que assistiam à cena fugiram; se Cícero estava lá, presumivelmente não foi mais corajoso que os outros. Mas qualquer fuga rápida foi bloqueada por uma multidão que saía naquela hora do Teatro de Pompeia, ao lado, depois de uma apresentação de gladiadores. Quando essas pessoas souberam o que havia acontecido, também quiseram chegar à segurança de seus lares o mais depressa possível, apesar da tentativa de Brutus de garantir que não havia com o que se preocupar e que era uma boa notícia. A confusão ficou ainda maior quando Marco Emílio Lépido [Marcus Aemilius Lepidus], um dos aliados mais próximos de César, deixou o Fórum para reunir alguns soldados acampados à saída da cidade, e quase deu de cara com o grupo de assassinos que vinha da outra direção para anunciar o feito vitorioso, seguidos de perto por três escravos que carregavam o corpo de César em uma maca, rumo à casa dele. Era uma tarefa penosa, pois eram apenas três, e alguns relatos contam que os braços feridos do ditador pendiam de lado, balançando, numa cena horrível.

Naquela noite, Cícero encontrou Brutus e alguns de seus companheiros "Libertadores" no Capitólio, onde haviam ficado. Ele não participara do complô, mas alguns disseram que Brutus havia pronunciado o nome de Cícero ao enfiar a faca em César — e de qualquer modo, sendo um estadista veterano, ele

provavelmente seria uma figura útil para se ter a bordo na sequência dos acontecimentos. O conselho de Cícero foi claro: eles deveriam convocar imediatamente o Senado para uma reunião no Capitólio. Mas eles hesitaram e deixaram a iniciativa para os seguidores de César, que logo exploraram o sentimento popular, que certamente não era favorável aos assassinos, apesar das fantasias posteriores de Cícero de que a maioria dos romanos comuns no final acreditou que o tirano deveria mesmo ser deposto. A maioria ainda preferia as reformas de César — o apoio aos pobres, os assentamentos de além-mar e as ocasionais ajudas em dinheiro — em vez das belas ideias de liberdade, que talvez não fossem mais do que um álibi para os interesses egoístas da elite e para a continuidade da exploração das classes baixas, como poderiam muito bem ter observado aqueles que estiveram sob o fio da navalha das arrecadações extorsivas de Brutus em Chipre.

Alguns dias mais tarde, Marco Antônio promoveu um impressionante funeral para César, que incluiu um modelo em cera suspenso acima do cadáver, com a intenção de facilitar aos assistentes a visão de todas as feridas que recebera, e onde haviam sido feitas. Um tumulto irrompeu, e o corpo acabou sendo cremado de improviso no Fórum, com o combustível fornecido em parte por bancos de madeira dos tribunais próximos, por roupas que os músicos rasgaram e atiraram às chamas e pelas joias e togas das crianças, que as mulheres empilharam em cima de tudo.

De início, pelo menos, não houve represálias. Brutus e Cássio acharam mais seguro sair da cidade após o funeral, mas não foram destituídos de seus cargos

políticos (ambos eram pretores). Brutus foi até autorizado, como pretor, a patrocinar um festival *in absentia*, mas os partidários de César logo substituíram a peça que ele tencionara apresentar — sobre o primeiro Brutus e a expulsão dos Tarquínios — por algo da mitologia grega. Seguindo uma proposta de Cícero, o Senado já havia antes concordado que todas as decisões de César deveriam ser ratificadas, em troca de uma anistia para os assassinos. Pode muito bem ter sido uma trégua frágil, mas evitou violência adicional.

Isso mudou quando o herdeiro indicado por César chegou a Roma, em abril de 44 a.C., vindo do outro lado do Adriático, onde estivera envolvido nos preparativos para uma invasão da Pártia. Quaisquer que fossem os rumores e as alegações, e qualquer que fosse o status do menino que Cleópatra intencionalmente decidira chamar de Cesarião, César não reconhecia ter nenhum filho legítimo. Por isso, tomara a medida pouco usual de adotar seu sobrinho-neto em seu testamento, tornando-o principal beneficiário de sua fortuna. Caio Otávio [Gaius Octavius] tinha então apenas dezoito anos e logo começou a capitalizar em cima do nome famoso que ganhou na adoção, passando a se fazer chamar Caio Júlio César [Gaius Julius Caesar] — embora para os seus inimigos, assim como para a maioria dos modernos escritores desejosos de evitar confusões, seja conhecido como Otaviano [Octavianus] (isto é, “ex-Otávio”). Por que César favoreceu esse jovem será sempre um mistério, mas Otaviano tinha interessse em garantir que os assassinos do homem que era agora oficialmente seu pai não escapassem incólumes, e que nenhum dentre os seus vários possíveis rivais, principalmente Marco Antônio, viesse a ocupar o lugar

do ditador morto. César era o passaporte de Otaviano para o poder, e depois que um complacente Senado decidiu em janeiro de 42 a.C. que César havia se tornado um deus, Otaviano rapidamente proclamou seu novo título e status: “filho de um deus”. Seguiu-se uma guerra civil que durou mais de uma década.

Otaviano — ou Augusto, como ficou oficialmente conhecido depois de 27 a.C. (um título inventado, significando algo próximo de “Reverenciado”) — dominou a vida política romana por mais de cinquenta anos, até sua morte em 14 d.C. Indo muito além dos precedentes estabelecidos por Pompeu e César, foi o primeiro imperador romano a ocupar o posto e o governante que por mais tempo serviu em toda a história romana, superando até os míticos Numa e Sérvio Túlio. Como Augusto, transformou as estruturas da política e do Exército romanos, o governo do Império, a aparência da cidade de Roma e o sentido subjacente do poder, da cultura e da identidade em Roma.

No processo de tomar o poder e mantê-lo, Augusto também transformou a si mesmo, de chefe guerreiro brutal e insurgente a estadista veterano responsável, consolidando a mudança com sua astuta troca de nome. Em seu primeiro momento como Otaviano, foi uma mistura de sadismo, escândalo e ilegalidade. Abriu caminho à força na política romana em 44 a.C., usando um exército particular e táticas golpistas. Seguiu adiante e foi um dos responsáveis por um pavoroso *pogrom* no estilo das proscrições de Sula, e, se acreditarmos na tradição romana, acumulou muito sangue, literalmente, em suas mãos. Um relato chocante afirma que Otaviano pessoalmente arrancou os olhos de um oficial veterano que ele suspeitava estar tramando um golpe. Apenas um pouco menos

chocante para a sensibilidade romana era a história de como ele levianamente personificou-se como deus Apolo em um lauto banquete e festa à fantasia, realizado enquanto a população passava fome devido às privações da guerra civil. Como ele deixou tudo isso para trás e se tornou o pai fundador de um novo regime e, aos olhos de muitos, o imperador modelo e o padrão segundo o qual seus sucessores foram com frequência julgados, é uma questão que muitos observadores romanos tentaram responder. E historiadores têm ficado desconcertados e vêm debatendo desde então, não só a sua radical transformação como a natureza do regime que ele estabeleceu e a base de seu poder e autoridade. Como ele conseguiu isso?

A face da guerra civil

Por volta do final de 43 a.C., pouco mais de dezoito meses após a chegada de Otaviano à Itália, a política de Roma estava de cabeça para baixo. Brutus e Cássio haviam sido destinados a províncias no Oriente e deixaram o país. Otaviano e Marco Antônio tiveram uma série de confrontos militares no norte da Itália e depois se acertaram novamente, formando com Lépido um "triunvirato para o estabelecimento de um governo". Era um acordo formal de cinco anos, que dava a cada um dos três poder igual ao de cônsules, permitindo-lhes escolher a província que quisessem e controlar as eleições. Roma estava sob o comando de uma junta.

E Cícero estava morto. Havia cometido o erro de falar com excessiva eloquência contra Marco Antônio, e na rodada seguinte de assassinatos em

massa, que foi a principal realização do triunvirato, seu nome figurou entre aquelas centenas de outros senadores e equestres das temidas listas. Um esquadrão da morte especial foi enviado atrás dele em dezembro de 43 a.C., e o decapitaram enquanto era transportado de liteira de uma de suas propriedades rurais, para onde fora em uma desesperançada tentativa de se esconder (desesperançada em parte porque um dos ex-escravos da família havia vazado seu paradeiro). Foi outro final simbólico da República romana, e que continuou sendo debatido por séculos. Na verdade, os últimos momentos de Cícero foram repetidos à exaustão nas escolas de oratória de Roma, onde a questão se ele deveria ter implorado misericórdia a Marco Antônio ou (mais complicada ainda) se deveria ter proposto destruir todos os seus escritos em troca de sua vida, era um dos tópicos favoritos para debate. No entanto, a continuação foi ainda mais sórdida. Sua cabeça e sua mão direita foram enviadas a Roma e pregadas à *rostra* no Fórum. Fúlvia, esposa de Marco Antônio, que já havia sido casada com Clódio, outro grande inimigo de Cícero, veio ver o troféu. Conta-se que, em sua exultação maligna, derrubou a cabeça no chão, cuspiu nela e puxou a língua para fora, perfurando-a repetidas vezes com os grampos que retirara do próprio cabelo.

Agora, qualquer frágil trégua que porventura tivesse sido acordada havia sido esquecida. Em outubro de 42 a.C., as forças unidas do triunvirato derrotaram Brutus e Cássio perto da cidade de Filipos, no extremo norte da Grécia (foco de boa parte da tragédia *Júlio César*, de Shakespeare), e os aliados vitoriosos começaram então a se voltar uns contra os outros. De fato, quando

Otaviano voltou de Filipos para a Itália a fim de supervisionar um grande programa de confisco de terras destinado a prover pacotes de assentamento a milhares de soldados em vias de se aposentar e perigosamente insatisfeitos, ele logo enfrentou a oposição armada de Fúlvia e do irmão de Marco Antônio, Lúcio Antônio [Lucius Antonius]. Eles encamparam a causa dos proprietários de terras que haviam sido expropriados, e conseguiram controlar a cidade de Roma, embora por breve tempo. Otaviano não demorou a submetê-los a um cerco na cidade de Perusia (atual Perugia). A fome obrigou-os a se render no início de 40 a.C., mas o palco havia sido montado para mais de uma década de guerras, entremeadas por breves tréguas, entre as diferentes facções que clamavam representar o legado de César.

Costuma ser difícil achar um sentido coerente nas coalizões cambiantes dos vários atores nas diferentes rodadas desse conflito. Fica por conta de cada um adivinhar que combinação de indecisão, realinhamento político e autointeresse fez com que Dolabela, ex-genro de Cícero, mudasse de lado duas vezes em poucos meses — antes de assumir no Oriente um comando contra os Libertadores, enganando, torturando e executando o infeliz governador da Ásia a caminho, e por fim morrendo em 43 a.C., ao tentar enfrentar Cássio na Síria. “Será que algum dia alguém terá a competência de colocar tudo isso por escrito de modo que se pareça com fatos e não com ficção?”, perguntava um autor romano posterior, claramente esperando um *não* como resposta. Mas, por confusos que sejam os papéis de vários dos principais personagens, esse conflito oferece mais evidências do que qualquer outro anterior na história romana a

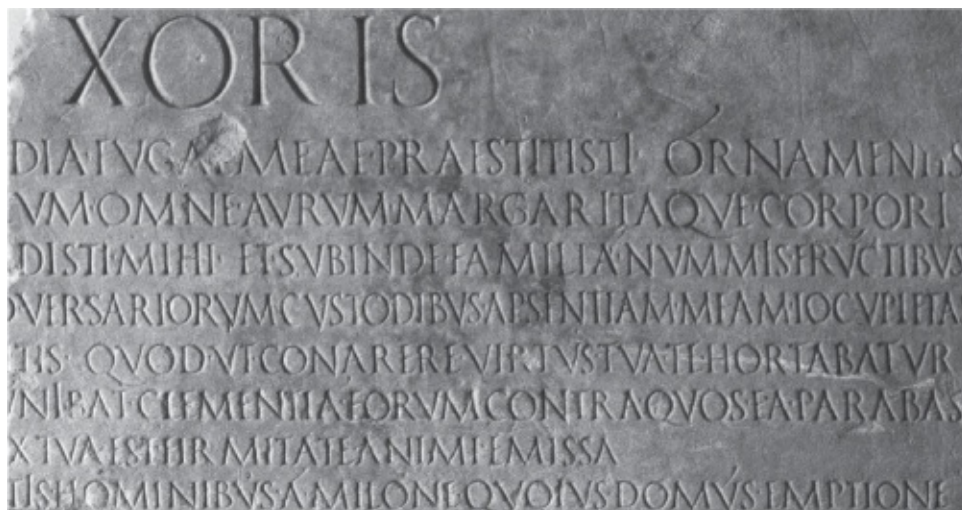
respeito do que esse tipo de guerra significava para o restante da população da Itália, de soldados e civis — incluindo as vozes reais ou representadas de algumas das vítimas inocentes.

Os pobres camponeses que perderam suas terras nos confiscos do triunvirato são um dos focos da primeira grande obra do poeta Virgílio, as *Éclogas* (“Seleções”). Embora mais tarde ele se tornasse um dos “poetas laureados” do regime de Augusto, no final da década de 40 e início da de 30 a.C. dirigiu os holofotes para as consequências da guerra civil na até então idílica e inocente vida dos pastores e vaqueiros da Itália rural, tendo ao fundo Otaviano como uma figura poderosa e ameaçadora. Enquanto eles cantam a vida e os amores em seu mundo pastoral, alguns de seus rústicos personagens revelam-se tristes vítimas da expropriação. “Algum soldado ímpio e ingrato vai tomar minhas terras, que cuidei com tanto zelo”, um deles se queixa. “Vejam o que as rixas civis causaram a nós, pobres cidadãos.”

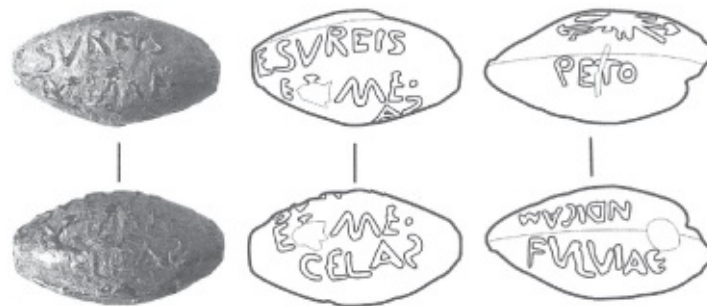
Outros escritores se concentram no lado humano das proscrições, em uma série de histórias sobre esconderijos bem pensados, suicídios deploráveis, e sobre a brava lealdade e a cruel traição de amigos, familiares e escravos. Uma engenhosa esposa salvou o marido enfiando-o em um saco de roupa suja; outra empurrou o marido para dentro de um esgoto, onde o cheiro fétido conseguiu dissuadir os que vinham assassiná-lo. Dois irmãos se refugiaram em um grande forno até que seus escravos os descobriram: mataram um deles na hora (vingando sua crueldade, somos levados a crer), enquanto o outro escapou — deu um salto mortal no Tibre, mas alguns bondosos pescadores, que

interpretaram seu salto como uma queda acidental, o resgataram. Certamente esses relatos literários foram um pouco enfeitados com heroísmo. Mas não são muito diferentes da descrição da conduta de uma leal esposa, como está claramente inscrito em seu espitáfio. Esse explica que ela foi pessoalmente até Lépido para implorar pela vida do marido e saiu, depois de ser tratada rudemente, “toda machucada, como se fosse uma escrava”, diz o texto — uma indicação não só da coragem da mulher, mas também da conexão direta entre escravidão e punição corporal.

Há também alguns indícios de como os soldados rasos deviam ver as coisas. Na atual cidade de Perugia, e arredores, dezenas de pequenas balas de atiradeira foram desencavadas, projéteis mortais de chumbo que eram catapultados de lá para cá e vice-versa entre as forças de Otaviano, que sitiava a cidade, e as de Lúcio Antônio e Fúlvia, dentro dela. Muitas eram feitas em moldes, que imprimiam uma frase curta na bala, como para levar uma mensagem ao inimigo. Essa não era uma ideia incomum no mundo antigo: há balas gregas mais antigas desse tipo com o equivalente a “Te peguei!” ou “Ai!”, e algumas da Guerra Social traziam escrito “*Get Pompeius*” (significando “Pai de Pompeu, o Grande”) ou “Nas suas tripas”. Mas as balas de Perugia são bem mais eloquentes. Algumas são provocações: “Vocês estão famintos e fingem não estar”, lê-se numa mensagem lançada sobre a cidade, onde a fome acabou levando à rendição. Várias outras carregam mensagens brutalmente obscenas dirigidas a partes previsíveis da anatomia de seus diversos alvos, machos e fêmeas: “Lúcio Antônio, seu careca, e você também, Fúlvia, arregacem seu cu”;

“Estou indo me enfiar no cu da madame Otávio”; ou “Estou indo atrás do clitóris de Fúlvia” (*landica*, “clitóris”, o mais antigo uso comprovado do termo em latim). Essa perturbadora sobreposição de violência militar e sexual, além dos insultos aleatórios de praxe dos romanos contra uma calvície incipiente, são provavelmente típicos das obscenidades comuns na linha de frente dos legionários: bravatas, agressão, misoginia e até medo mal disfarçado.

57. Fragmento do epitáfio de uma leal esposa. Infelizmente faltam os nomes do casal, mas fica claro que ele devia ser um destacado senador. “XORIS” na primeira linha é o que restou de “UXORIS” — “esposa”. O trecho aqui relata o auxílio durante a fuga do marido; na segunda linha, por exemplo, há a referência a AURUM MARGARI TAQUE (“o ouro e as pérolas”), que ela enviou para prover-lhe fundos.

Lúcio Antônio e Fúlvia reconheceram a derrota no início de 40 a.C. O quanto Fúlvia estivera de fato no comando militar conjunto é duvidoso; porque uma das maneiras mais fáceis que o outro lado teria para atacar Lúcio, como mais tarde atacaria seu irmão, era fazer crer que estava dividindo o comando com uma mulher. De qualquer modo, Fúlvia voltou para Marco Antônio na Grécia e morreu em seguida. Por um tempo, o triunvirato havia sido aplacado, e

como garantia para o futuro, o enviuvado Marco Antônio casou com a irmã de Otaviano, Otávia. Tratava-se, porém, de uma pretensa garantia, uma vez que a essa altura Marco Antônio já entrara na parceria que viria a defini-lo; estava praticamente morando com a rainha Cleópatra do Egito, e ela acabara de dar à luz a seus gêmeos. De qualquer modo, a coalizão dos três logo ficou reduzida a dois, quando Lépido, que sempre fora um ator menor, foi expulso em 36 a.C. Na hora do duelo final, em 31 a.C., não havia dúvida a respeito do que estava em jogo. Quem iria governar o mundo romano? Seria Otaviano ou Marco Antônio — com Cleópatra ao seu lado?

58. As pequenas balas de chumbo, de poucos centímetros de comprimento, que não só matavam como levavam uma mensagem ao inimigo. “*Esureis et me celas*” (“Vocês estão famintos e fingem não estar”) tem dado margem a outras traduções, incluindo algumas explicitamente eróticas (“Você está doida por mim...”).

Cleópatra estava em Roma quando César foi assassinado, hospedando-se em uma das mansões do ditador nos arredores da cidade. Era o melhor que o dinheiro romano podia comprar, embora provavelmente estivesse longe do ambiente luxuoso de sua casa em Alexandria. Após os Idos de Março de 44 a.C., ela rapidamente voltou para casa (“A partida da rainha não me preocupa”, escreveu Cícero para Ático). Mas ela manteve seu dedo na política romana por

razões óbvias e prementes: ainda precisava de apoio externo para sustentar sua posição como governadora do Egito, e tinha muito dinheiro e outros recursos para dar a qualquer um que pudesse apoiá-la. Ela primeiro se aproximou de Dolabela, o ex-genro de Cícero, mas após a morte deste voltou-se para Marco Antônio. Essa relação sempre foi narrada em termos eróticos. A paixão pode até ter sido um dos elementos em jogo, mas a parceria era sustentada por algo mais prosaico: necessidades militares, políticas e financeiras.

Em 40 a.C., Otaviano e Marco Antônio haviam repartido o mundo mediterrâneo entre eles, deixando apenas um pequeno pedaço para Lépido. Assim, pela maior parte da década de 30 a.C., Otaviano comandou no Ocidente, lidando com alguns de seus inimigos romanos que permaneciam à solta — incluindo o filho de Pompeu, o Grande, principal elo sobrevivente das guerras civis do início da década de 40 a.C. — e conquistando novos territórios do outro lado do Adriático. Enquanto isso, no Oriente, Marco Antônio montava campanhas de um perfil bem mais ambicioso, contra a Pártia e a Armênia, mas com sucesso variado, apesar dos recursos de Cleópatra.

Relatos que chegavam a Roma alardeavam o luxo da vida do casal em Alexandria. Circulavam histórias fantásticas sobre seus fabulosos banquetes, e a famosa aposta entre eles sobre quem era capaz de promover o banquete mais caro. Um relato romano registra, em tom de profunda reprovação, que Cleópatra venceu, ao oferecer uma festa de 10 milhões de sestércios (quase o valor da casa mais majestosa de Cícero), que incluiu o custo de uma fabulosa pérola que — num ato de consumo conspícuo e absolutamente sem sentido — ela dissolveu em

vinagre e bebeu. Igualmente preocupante para os tradicionalistas romanos era a sensação de que Marco Antônio estava começando a tratar Alexandria como se fosse Roma, a ponto de celebrar ali um triunfo pela pequena vitória na Armênia. “Por causa de Cleópatra, ele proporcionou aos egípcios as honrosas e solenes cerimônias do seu próprio país”, como reportou as objeções um escrito antigo.

Otaviano explorou esses medos em uma intervenção drástica em 32 a.C. Marco Antônio havia se divorciado de Otávia mais cedo naquele ano, e Otaviano reagiu pondo as mãos no testamento de Marco Antônio e lendo em voz alta no Senado alguns trechos particularmente incriminadores. Eles revelaram que Antônio reconhecia o jovem Cesarião como filho de Júlio César, que planejava deixar grandes quantias de dinheiro para os filhos que tivera com Cleópatra e que queria ser enterrado em Alexandria ao lado dela, mesmo que morresse em Roma. O boato nas ruas de Roma era que seus planos de longo prazo eram abandonar a cidade de Rômulo e transferir a capital toda para o Egito.

Foi contra esse pano de fundo que irrompeu a guerra aberta. No início do conflito, em 31 a.C., a melhor aposta teria sido uma vitória de Marco Antônio: ele tinha mais soldados e dinheiro à disposição. Mas Antônio e Cleópatra perderam a primeira batalha marítima, perto de Ácio [Actium] (o nome significa apenas “promontório”) no norte da Grécia, e nunca retomaram a iniciativa. Considerando que foi um dos confrontos militares decisivos da história mundial, que colocou um ponto final na República romana, a Batalha de Ácio, em setembro de 31 a.C., foi um conflito contido, um pouco vexaminoso até — embora talvez outros confrontos militares decisivos tenham tido também um

caráter mais contido e vexaminoso do que tendemos a imaginar. A vitória fácil de Otaviano foi mérito de seu segundo no comando, Marco Agripa [Marcus Agrippa], que conseguiu cortar a linha de suprimentos de seu oponente; ou então de um punhado de desertores bem informados, que revelaram os planos do inimigo; ou dos próprios Antônio e Cleópatra, que simplesmente desapareceram. Tão logo as forças de Otaviano mostraram estar levando a melhor, os dois bateram em retirada da Grécia para o Egito, com um pequeno destacamento de navios, abandonando os demais soldados e marinheiros, que incompreensivelmente não se incomodaram em continuar lutando por mais algum tempo ainda.

No ano seguinte, Otaviano navegou até Alexandria para terminar o serviço. No que foi com frequência descrito como uma espécie de farsa trágica, Antônio apunhalou a si mesmo quando imaginou que Cleópatra já estivesse morta, embora ele tenha sobrevivido o suficiente para descobrir que ela estava viva. Cerca de uma semana mais tarde ela também, ao que se diz, suicidou-se, com a picada de uma serpente trazida escondida aos seus aposentos em uma cesta de frutas. Segundo a versão oficial, o motivo foi privar Otaviano da presença dela em sua procissão triunfal: “Não serei vencida”, teria murmurado repetidas vezes. Mas talvez a coisa não tenha sido tão simples — ou tão shakespeariana assim. Suicídio por picada de serpente é um feito difícil de conseguir, e de qualquer modo as mais confiáveis cobras mortais são robustas demais para se esconder em uma fruteira real. Embora Otaviano lamentasse publicamente ter perdido o principal troféu de seu triunfo, talvez no íntimo tenha concluído que a rainha

morta era um problema menor do que viva. No mínimo — como vários historiadores modernos suspeitam — ele facilitou a morte dela. Certamente não quis correr riscos com Cesarião, dada a sua suposta paternidade. Mas este, então com dezesseis anos, foi morto.

No triunfo de Otaviano, no verão de 29 a.C., o que se exibiu foi uma réplica em tamanho natural da rainha no momento de sua morte, e mesmo assim ela roubou a atenção da multidão. Como relatou um historiador posterior, “Foi como se ela estivesse ali com os demais prisioneiros”. A procissão foi um evento cuidadosamente coreografado, com duração de três dias, ostensivamente para celebrar as vitórias de Otaviano pelo Adriático na Ilíria e contra Cleópatra em Ácio e no Egito. Não houve menção explícita a Marco Antônio ou a qualquer outro inimigo das guerras civis, e tampouco esteve presente nenhuma das horropilantes imagens de romanos mortos que Júlio César havia feito desfilar, ouvindo maus conselhos, em suas celebrações quinze anos antes. No entanto, não poderia haver nenhuma dúvida a respeito de quem realmente havia sido derrotado, ou sobre quais seriam as consequências do sucesso de Otaviano. Esse foi não só um desfile da vitória mas igualmente um ritual de coroação.

Perdedores e vencedores

Há outras questões implicadas nessa história da guerra entre Otaviano e Marco Antônio do que é possível ver à primeira vista. O que sobrevive é a versão autoconfiante, autojustificadora escrita pelos vencedores, isto é, Otaviano e seus amigos. Mas a viabilidade do suicídio por meio de uma picada de cobra é apenas

um aspecto da história desse período que deve levantar suspeitas. Há também um ponto de interrogação sobre o quanto o estilo de vida de Cleópatra e Marco Antônio foi de fato tão extravagantemente imoral, ou antirromano. Os relatos que chegaram até nós não são uma completa invenção. Uma das fontes da biografia que Plutarco fez de Marco Antônio, escrita 150 anos após a morte dele e repleta dos mais chocantes episódios de sua vida de luxo, era um descendente de um homem que trabalhara nas cozinhas de Cleópatra — e pode muito bem ter preservado uma visão do estilo culinário da corte dela, do ponto de vista dos criados. Mas é absolutamente claro que, tanto na época quanto, ainda mais, em retrospecto, Augusto (como ele logo passou a ficar conhecido) explorou a ideia de um conflito entre suas próprias tradições romanas, ocidentais, profundamente arraigadas, e o excesso "oriental" que Antônio e Cleópatra representavam. Na guerra de palavras, e em justificativas posteriores da ascensão de Augusto ao poder, isso se tornou uma batalha entre as virtudes de Roma e os perigos e a decadência do Oriente.

O luxo da corte de Cleópatra foi muito exagerado, e ocasiões relativamente inocentes em Alexandria foram distorcidas até ficarem irreconhecíveis. Por exemplo, embora Antônio tenha decidido celebrar sua vitória armênia em Alexandria, não há evidência, a não ser as críticas romanas, de que tenha sido algo próximo de um triunfo romano (as escassas descrições que sobrevivem indicam que foi algo mais nos moldes de um ritual do deus Dionísio). E aquelas citações incriminadoras do testamento de Antônio provavelmente foram uma seleção preconceituosa, ou até mesmo pura invenção.

A Batalha de Ácio também teve um papel-chave nas representações posteriores. Foi transformada em um encontro muito mais impressionante do que deve ter sido, e engrandecido para se tornar o momento fundador do regime de Augusto, que ainda se costuma dizer que começou em 31 a.C.; um historiador posterior foi ao ponto de sugerir que “o dia 2 de setembro”, dia exato do confronto, é uma das poucas datas romanas que vale a pena relembrar. Uma nova cidade chamada Nicopolis (“Cidade da Vitória”) foi construída perto do local da batalha, assim como um grande monumento em frente ao mar, decorado com as carrancas dos navios capturados e com um friso retratando a procissão triunfal de 29 a.C. Roma foi também saturada de lembranças disso, de esculturas monumentais a preciosos camafeus (ver lâmina 19), e muitos soldados comuns que haviam lutado do lado vencedor orgulhosamente acrescentaram ao seu nome o adicional Actiacus, ou “homem de Ácio”. Além disso, na imaginação romana a batalha foi quase que instantaneamente transformada em um conflito entre soldados firmes e disciplinados e hordas selvagens de orientais. Apesar de Antônio ter tido o convicto apoio de várias centenas de senadores, toda a ênfase recaía sobre a ralé exótica, com — segundo Virgílio — “sua riqueza bárbara e estranhas armas”, e também sobre Cleópatra, expedindo comandos e brandindo uma matraca egípcia.

Cleópatra era um elemento crucial nesse quadro todo. É questionável se ela desempenhou, como Fúlvia, um papel central no comando militar, da forma que afirmam escritores antigos. Mas foi um alvo útil. Ao focar nela e não em Antônio, Otaviano pôde apresentar a guerra como uma luta contra um inimigo

estrangeiro e não romano — e liderado por um comandante não só perigoso, real e sedutor, mas também não natural, em termos romanos, que tomava de um homem as responsabilidades da guerra e do comando. Antônio podia até figurar como uma vítima dela, que fora seduzido a abandonar a via do dever romano por uma rainha estrangeira. Quando Virgílio na sua *Eneida*, escrita apenas alguns anos depois da vitória de Otaviano, imagina a rainha Dido "ardendo de amor" em seu reino africano de Cartago, e tentando seduzir Eneias para desviá-lo de seu destino de fundar Roma, temos mais do que um eco distante de Cleópatra.

59. Um fragmento do recém-descoberto monumento à vitória no local da Batalha de Ácio mostra o carro triunfal de Otaviano em sua procissão de 29 a.C. Duas crianças, vistas sob o braço de Otaviano, participam do desfile. São muito provavelmente a filha dele, Júlia, e Druso, filho de sua mulher Lívia, de um casamento anterior, ou o filho de Cleópatra e Marco Antônio.

Seria então possível reconstruir uma versão alternativa dessa história? Em detalhes, não. O problema é que nesse caso o ponto de vista do vencedor é tão dominante que fica mais fácil suspeitar da linha-padrão do que substituí-la por

outra. Há, porém, uns poucos indícios de visões alternativas. Não é difícil imaginar como ficaria a imagem de Otaviano se Marco Antônio tivesse vencido em Ácio: a de um jovem criminoso sádico com uma perigosa tendência à autoexaltação. De fato, algumas das piores anedotas a respeito de sua juventude podem remontar à propaganda negativa de Antônio, incluindo a história do banquete à fantasia, no qual Otaviano personificou o deus Apolo; seu biógrafo Caio Suetônio Tranquilo [Gaius Suetonius Tranquillus] (apenas "Suetônio" a partir de agora) declara explicitamente que essa combinação de sacrilégio e extravagância foi uma das acusações que Antônio lançou contra ele.

60. O túmulo de Marcus Billienus, que serviu na décima primeira legião ("*legione XI*") na Batalha de Ácio e assumiu o nome Actiacus ("Homem de Ácio") para celebrar sua participação na vitória. Embora a parte de baixo da pedra esteja faltando, o que ficou, combinado com o local onde foi encontrado, sugere que ele acabou virando conselheiro (*decurio*) em um assentamento de veteranos no norte da Itália.

Algumas pessoas na época mostravam-se suficientemente fatalistas, ou realistas, para achar que não fazia muita diferença qual dos dois vencesse. Uma curiosa anedota a respeito de corvos falantes resume de modo bem-humorado essa ideia. Otaviano, assim reza a história, voltava a Roma depois da batalha de

Ácio quando foi abordado por um trabalhador comum, que havia treinado um corvo para que dissesse: “Parabéns, César, nosso vitorioso comandante”. Ele ficou tão impressionado com o truque que deu ao homem uma substancial recompensa em dinheiro. Mas acontece que o treinador tinha um parceiro, que não recebera a parte que lhe cabia do dinheiro, e para se defender foi até Otaviano e sugeriu que o seu parceiro devia ser solicitado a apresentar seu outro corvo. O par de charlatães havia tido o bom-senso de cercar todas as possibilidades. Quando esse segundo pássaro foi trazido, guinchou “Parabéns, Antônio, nosso vitorioso comandante”. Por sorte, Otaviano viu o lado engraçado da história e simplesmente insistiu para que o primeiro homem dividisse a recompensa com seu parceiro.

Parte do propósito dessa anedota foi mostrar o lado humano de Otaviano e sua atitude generosa em relação a uma dupla inofensiva. Mas ela contém também uma mensagem política. O par de pássaros idênticos, com suas frases quase idênticas, serve para indicar que havia muito menos a escolher entre Otaviano e seu rival do que sugere a habitual história partidarizada. A vitória de um em lugar do seu rival não exigiu mais ajustes do que trocar um pássaro falante por outro.

O enigma de Augusto

É impossível até mesmo conjeturar como Antônio teria governado o mundo romano se tivesse tido essa chance. Mas resta pouca dúvida de que, quem quer que emergisse como vitorioso após as longas guerras civis, o resultado não seria

um retorno ao padrão tradicional de divisão de poder de Roma, mas alguma forma de autocracia. Por volta de 43 a.C., até Brutus, o Libertador, estava cunhando moedas com sua própria efígie, o que era uma boa indicação da direção que estava tomando (Fig. 48). O que não ficava tão claro era a forma que esse governo de um só homem assumiria ou o que se deveria fazer para que vingasse. Otaviano provavelmente não voltou para a Itália do Egito com um plano autocrático pronto para ser aplicado. Mas por meio de uma longa série de experimentos práticos, improvisações, inícios abortados, alguns poucos fracassos e, em pouco tempo, um novo nome, destinado a consignar ao passado as associações sanguinárias de “Otaviano”, ele no final concebeu um modelo de como ser imperador romano que durou na maioria de seus detalhes significativos pelos duzentos anos seguintes, ou perto disso e, em termos amplos, mais tempo ainda. Algumas de suas inovações ainda são admitidas tranquilamente como parte de nossos mecanismos de poder político.

No entanto, o próprio pai fundador de todos os imperadores romanos sempre se mostrou difícil de definir. Na realidade, o novo nome “Augusto”, que ele adotou logo após voltar do Egito (e que usaremos de agora em diante), capta muito bem esse aspecto evasivo. A palavra evocava ideias de autoridade (*auctoritas*) e correta prática religiosa, com ecos do título de um dos principais grupos de sacerdotes romanos, os *augures*. Soava esplêndida e não tinha nenhuma das associações desventuradas, fratricidas ou de realeza de “Rômulo”, outro nome potencial que dizem ter sido por ele rejeitado. Ninguém havia antes sido chamado assim, embora o nome tenha sido usado ocasionalmente como um

adjetivo um tanto pretensioso, significando algo mais ou menos como “sagrado”. Todos os imperadores posteriores adotaram “Augusto” como parte de seu título. Mas a verdade é que ele nunca *significou* nada realmente. O “Venerado” talvez seja o que capte melhor seu sentido.

Até mesmo na época de seu funeral, as pessoas ainda debatiam sobre em que se baseava exatamente o regime de Augusto. Era uma versão moderada da autocracia, fundada no respeito ao cidadão, no primado da lei e na proteção e incentivo das artes? Ou algo não muito distante de uma tirania manchada de sangue, sob um líder cruel, que não havia mudado muito desde os anos da guerra civil e que executara uma série de vítimas de alto perfil, por tramarem contra ele ou irem para a cama com Júlia, sua filha?

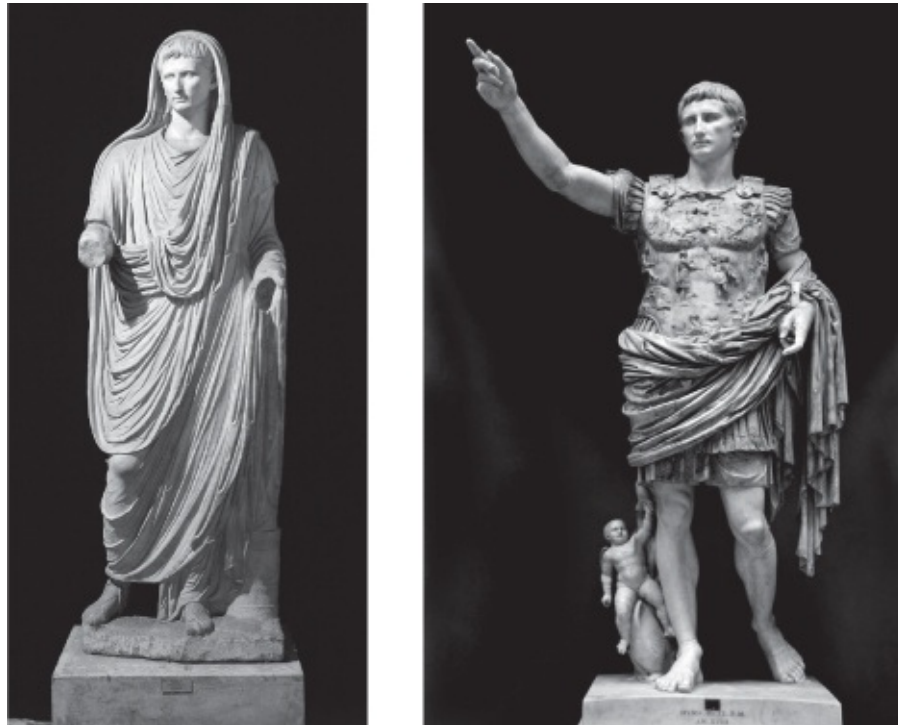
Quer as pessoas gostassem dele ou o odiassem, foi em muitos aspectos um revolucionário desconcertante e contraditório. Um dos mais radicais inovadores que Roma já havia visto. Exerceu tal influência nas eleições que o processo democrático popular definhou: o novo grande edifício, concluído em 26 a.C. para abrigar as assembleias, logo passou a ser usado com mais frequência para espetáculos de gladiadores do que para votações, e um dos primeiros atos de seu sucessor foi transferir para o Senado o que restara de eleições, deixando o povo de fora. Ele controlou o Exército romano ao contratar e demitir diretamente os comandantes de legiões e fazer de si mesmo o governador geral de todas as províncias onde houvesse presença militar. Tentou fazer uma administração minuciosa do comportamento dos cidadãos, de uma maneira totalmente nova e invasiva, o que implicava desde regular a vida sexual das classes altas,

ameaçadas de sofrer penalidades políticas se não produzissem suficientes filhos, até estipular o que as pessoas deviam trajar no Fórum — apenas togas, sem túnicas, nem calças ou belos e quentes capotes. E, diferentemente de qualquer um antes dele, dirigiu os tradicionais mecanismos do apoio literário romano para uma campanha coordenada, com patrocínio centralizado. Cícero tivera que procurar ansiosamente poetas que se dispusessem a celebrar suas várias realizações. Augusto, para todos os efeitos, tinha escritores como Virgílio e Horácio em sua folha de pagamento, e a obra produzida por eles oferece uma imagem memorável e eloquente de uma nova era de ouro de Roma e seu Império, com Augusto no centro do palco. "Eu lhes dei um Império infindável" (*imperium sine fine*), profetiza Júpiter para os romanos na *Eneida* de Virgílio, um épico nacional, um clássico desde a primeira hora e um livro que foi diretamente para o currículo escolar da Roma de Augusto. E ainda permanece no currículo do moderno Ocidente, 2 mil anos depois.

No entanto, Augusto parecia não ter abolido nada. A classe governante permaneceu intacta (não houve revolução no sentido estrito do termo), os privilégios do Senado foram em vários sentidos ampliados, em vez de removidos, e os velhos cargos de Estado, como consulados e pretorias, entre outros, continuaram a ser cobiçados e preenchidos. A maior parte da legislação que em geral se atribui a Augusto foi introduzida formalmente, ou pelo menos assumida, por esses oficiais regulares. Uma piada sempre comentada era que os dois cônsules que haviam proposto uma de "suas" leis de promoção do casamento eram ambos solteiros. A maioria de seus poderes formais foi votada

em termos oficiais e atribuída a ele pelo Senado, expressa quase inteiramente no formato republicano tradicional, sendo a única exceção importante o seu uso contínuo do título “filho de um deus”. E Augusto residia não em um majestoso palácio, mas no tipo de casa do Monte Palatino que você atribuiria a um senador, e onde sua esposa Lívia podia ser vista às vezes trabalhando sua lã. A palavra que os romanos usavam com maior frequência para descrever sua posição era *princeps*, significando “primeiro cidadão”, e não “imperador”, como nós escolhemos chamá-lo; e uma de suas expressões mais famosas era *civilitas* — “somos todos cidadãos juntos”.

Mesmo onde parece haver maior visibilidade, Augusto se mostra elusivo; e isso era presumivelmente parte de seu segredo. Uma de suas inovações mais importantes e duradouras foi inundar o mundo romano com seu retrato: sua cabeça estampada nas moedas de pequeno valor estava no bolso das pessoas, estátuas em tamanho natural ou em grande escala, de mármore e bronze, eram expostas em praças públicas e templos, sem contar as miniaturas incrustadas ou gravadas em anéis, pedras preciosas e talheres de prata nas salas de jantar. Isso se deu em proporção muito maior do que em qualquer manifestação anterior desse tipo. Não há nenhum romano anterior de quem se conheça mais do que um punhado de possíveis retratos, e de qualquer modo a maioria deles não tem uma identificação segura. Mesmo para Júlio César, excetuando as moedas, há apenas dois candidatos muito duvidosos a um retrato feito em seu tempo de vida. Em contraste com isso, cerca de 250 estátuas, sem mencionar as imagens em joias e pedras preciosas, encontradas em todos os territórios romanos e além deles, da

Espanha à Turquia e ao Sudão, mostram Augusto de muitos modos diferentes, de heroico conquistador a devoto sacerdote.

61. Duas diferentes imagens de Augusto. À esquerda, em seu papel de sacerdote, com a toga cobrindo a cabeça, como era costume quando se oferecia algum sacrifício. À direita, como guerreiro heroico, semidivino. Junto ao seu pé, uma pequena imagem de Cupido, lembrando que o imperador, por meio de Eneias, descendia da própria deusa Vênus.

Todos os retratos mostram tal similaridade nos traços faciais que devem ter sido feitos a partir de modelos enviados de Roma, numa tentativa coordenada de divulgar a imagem do imperador a seus súditos. O estilo é sempre idealizado, jovial, lembrando a arte clássica de Atenas no século V a.C., e contrasta muito com o exagerado "realismo" dos retratos da elite romana dos primórdios do século I a.C., com rostos escarpados, envelhecidos, cheios de rugas (Fig. 33). A intenção dessas representações era fazer com que a população distante, a maior

parte da qual nunca veria o homem pessoalmente, ficasse frente a frente com seu governante. No entanto, elas provavelmente não guardam a menor semelhança com o Augusto real. Não só não batem com a única descrição sobrevivente de seus traços faciais, que — seja fiel ou não — prefere enfatizar seu cabelo desalinhado, seus dentes ruins e os sapatos plataforma que, como muitos autocratas desde então, ele usou para disfarçar sua baixa estatura; elas também conservam praticamente o mesmo aspecto ao longo de toda a sua vida, de modo que aos setenta e tantos anos ele ainda era retratado como um jovem perfeito. Essa era na melhor das hipóteses uma imagem oficial — ou, em termos menos lisonjeiros, uma máscara de poder — e a distância entre ela e o imperador de carne e osso, o homem por trás da máscara, sempre foi, para a maioria das pessoas, impossível de eliminar.

Como seria de esperar, vários observadores antigos bem informados concluíram que o aspecto enigmático de Augusto era aquilo que melhor o resumia. Quase quatrocentos anos mais tarde, em meados do século IV d.C., o imperador Juliano escreveu uma perspicaz paródia sobre seus predecessores, imaginando todos eles comparecendo a uma grande festa com os deuses. Chegam em bando, cada um correspondendo ao que àquela altura havia se tornado sua caricatura. Júlio César, enlouquecido pelo poder, parece decidido a destronar o rei dos deuses e anfitrião da festa; Tibério mostra-se terrivelmente mal-humorado; Nero não suporta ficar afastado de sua lira. Augusto entra como um camaleão impossível de definir, um velho réptil cheio de truques, continuamente mudando de cor, do amarelo para o vermelho e deste para o

preto, uma hora melancólico e sombrio, outra exibindo todos os encantos da deusa do amor. Os anfitriões não têm outra opção a não ser encaminhá-lo a um filósofo, para que o torne mais sábio e moderado.

Escritores antigos perceberam que Augusto se comprazia com esse tipo de provocação. Se não, que outro motivo teria para adotar como desenho do sinete com o qual autenticava sua correspondência — o equivalente antigo de uma assinatura — a imagem da criatura enigmática mais famosa de toda a mitologia greco-romana: a esfinge? Dissidentes romanos, no que têm sido acompanhados por vários historiadores modernos, levaram esse ponto adiante, acusando o regime de Augusto de se basear na hipocrisia e na simulação, e de abusar das formas e da linguagem tradicionais da República para encobrir uma tirania relativamente linha-dura.

Há certamente um pouco disso. A hipocrisia é uma arma comum do poder. E em muitas ocasiões pode ter sido conveniente a Augusto ser do jeito que Juliano o retrata, enigmático, fugidio e evasivo, e dizer uma coisa significando outra. Mas dificilmente isso resumiria tudo. Deve ter havido fundamentos mais sólidos sob o novo regime do que uma série de charadas, duplos sentidos e disfarces. Mas então quais eram esses fundamentos? Como Augusto lidou com eles? É essa a questão.

É quase impossível enxergar os bastidores do regime de Augusto, apesar de toda a evidência que temos à disposição. Esse é um dos períodos da história romana mais bem documentado. Há volumes de poesia contemporânea, a maioria tecendo elogios ao imperador, embora nem sempre. A hilariante sátira de

Ovídio sobre como escolher um parceiro, que ainda sobrevive sob o título de *Ars Amatoria* (*A arte de amar*), estava em conflito suficiente com o programa moral de Augusto para constituir uma das razões da ida do poeta para o exílio no mar Negro; sua relação com Júlia pode ter sido outra. E muitos historiadores e estudiosos posteriores da Antiguidade acharam em Augusto um tema de interesse, seja para refletir sobre seu estilo imperial, seja para coletar suas piadas e observações espirituosas. A partilha da recompensa no caso dos treinadores de corvos é apenas um exemplo de uma miniantologia de suas tiradas, que incluem ainda algumas irreverências paternas sobre o hábito de sua filha de arrancar seus fios de cabelo grisalhos ("Conte-me, você preferiria ser grisalha ou careca...?"). Outra peça memorável que sobreviveu é a biografia loquaz e cheia de episódios escrita por Suetônio quase cem anos após a morte do imperador: é a fonte das observações sobre seus dentes e cabelo, assim como de muitos outros instantâneos e fragmentos, confiáveis ou não, que descem até seus percalços com a ortografia, seu terror de tempestades com trovões e seu hábito de usar quatro túnicas e uma camiseta sob a toga no inverno.

No meio disso tudo, porém, não há praticamente evidências consistentes, e certamente nenhuma delas contemporânea, sobre o dia a dia, as discussões e tomadas de decisões que sustentaram a nova política de Roma. As poucas cartas privadas de Augusto, das quais Suetônio destaca excertos, foram escolhidas mais pelo que diziam sobre sua sorte na mesa de jogos ou seu cardápio de almoço ("um pouco de pão e algumas tâmaras na minha carruagem") do que sobre estratégia política. Quase todos os historiadores romanos se queixaram da

mesma questão que os modernos: quando tentaram escrever a história desse período, descobriram que havia tanta coisa importante transcorrendo de modo privado, e não público — na casa do Senado ou no Fórum, como antes —, que ficava difícil saber exatamente o que havia acontecido, e mais ainda explicá-lo.

O que, no entanto, sobrevive é o texto do curriculum vitae de Augusto, um documento que ele escreveu ao final de sua vida, resumindo suas realizações (*Res Gestae*, como a versão sobrevivente costuma ser intitulada em latim — ou "Meus feitos"). É uma obra autorreferente, partidária e com frequência vazada em tons cor-de-rosa, que tem o cuidado de mascarar ou ignorar completamente as ilegalidades criminosas do início da sua trajetória. É também um breve relato singular daquilo que o velho réptil queria que a posteridade ficasse sabendo sobre seus muitos anos como *princeps*, a respeito de como definia seu papel e afirmava ter mudado Roma. Vale a pena atentar para as suas às vezes surpreendentes palavras antes de começar a tentar enxergar o que há por trás delas.

Meus feitos

O que permitiu preservar essa versão da história de vida de Augusto é um bom exemplo de sorte arqueológica. Em seu testamento, ele pediu que ela fosse inscrita em dois pilares de bronze na entrada do seu grande túmulo familiar, como um registro permanente do que havia feito e algo não muito distante de uma descrição de cargo para os seus sucessores. Os pilares originais já foram derretidos há muito tempo — provavelmente viraram alguma forma de balística

medieval —, mas o texto foi copiado em pedra em outras partes do Império, para imortalizar seu governo também fora de Roma. Fragmentos de quatro dessas cópias foram descobertos, entre eles uma versão quase completa em Ankyra (a moderna Ankara).

Essa versão havia sido inscrita nas paredes de um templo em homenagem a "Roma e Augusto", tanto em latim quanto numa tradução para o grego, atendendo aos habitantes da região — e conseguiu sobreviver porque o templo foi transformado em igreja cristã no século VI d.C. e depois em mesquita. Há todo tipo de história sobre os esforços heroicos empreendidos a partir de meados do século XVI para decifrar e copiar as palavras do imperador, o que com frequência envolveu imensas dificuldades, até que Kemal Atatürk, como presidente da Turquia, orgulhosamente apresentou a inscrição preservada na década de 1930 para celebrar os 2 mil anos do nascimento de Augusto. Mas o simples fato de que o melhor texto sobre as palavras do imperador tenha sobrevivido a milhares de quilômetros e, em termos do mundo antigo, a mais de um mês de viagem de Roma, diz bastante sobre o regime imperial e sua face pública.

O *Res Gestae* é uma rica fonte de detalhes sobre a carreira de Augusto e o mundo romano de seu tempo. Começa com uma descrição sutilmente eufemística de sua ascensão ao poder, que omite qualquer menção ao *pogrom* ("Libertei o Estado da opressão exercida pelo poder de uma facção" é como ele se refere ao conflito tanto com Antônio como com Brutus e Cássio). Ele prossegue comentando brevemente suas esplêndidas procissões triunfais ("nove

reis ou filhos de reis caminharam como prisioneiros diante de seu carro", vangloriava-se com o típico deleite romano diante da realeza capturada) e sua administração emergencial do fornecimento romano de trigo quando a fome espreitou como ameaça. Para alguns historiadores modernos, as sentenças mais importantes são as duas que relatam os resultados de seus censos dos cidadãos romanos, com uma contagem total de 4.063.000 em 28 a.C., subindo para 4.937.000 em 14 d.C. Esses são os dados mais confiáveis que temos sobre o porte da sociedade da Roma Antiga em qualquer época, em grande parte porque, inscritos em pedra, não estão sujeitos a nenhum dos erros que copiadores de manuscritos podiam facilmente fazer. Mesmo assim, ainda se discute muito se esses números se referem apenas aos homens ou também incluem mulheres e crianças — em outras palavras, se a população romana inteira de cidadãos era de cerca de 5 milhões, admitindo uma margem de não registrados, ou algo acima de 12 milhões. Nada disso, porém, era um assunto principal para Augusto. E muitos outros tópicos similares não são sequer mencionados. Não há nada sobre sua família, exceto uma referência a homenagens prestadas a dois de seus filhos adotivos que morreram jovens. Nenhuma referência sobre seu programa de legislação moral ou suas tentativas de aumentar a taxa de natalidade, embora os números do censo talvez tivessem a intenção de demonstrar que houve sucesso nesse aspecto — provavelmente de modo errôneo, já que é muito mais provável que a criação de novos cidadãos e o estabelecimento de uma contagem mais eficiente sejam a razão da maior parte do aumento desse índice, mais do que o dedo imperial repreendendo a classe alta por não produzir suficientes bebês. Há

pouco mais do que meras alusões a qualquer legislação específica ou reforma política. Em vez disso, cerca de dois terços do texto são dedicados a apenas três tópicos principais: vitórias e conquistas de Augusto, obras em favor do povo romano e construções.

62. O mausoléu de Augusto em Roma, à frente do qual ficavam os pilares de bronze com o relato de seus feitos. Foi erguido numa escala bem fora de proporção mesmo em relação aos mais ricos túmulos da aristocracia republicana, e conservado em Roma durante a maior parte do longo reinado de Augusto. Sua conclusão precoce constituiu em parte uma medida de precaução (havia numerosos temores quanto à saúde de Augusto) e também uma afirmação agressiva do poder do Império, de suas aspirações dinásticas e do compromisso de Augusto de ser enterrado em Roma.

63. O templo de Roma e Augusto em Ankara, de onde vem o texto mais completo do *Res Gestae* (logo atrás vê-se o minarete da mesquita que foi construída depois, parcialmente dentro do templo). O texto em latim estava inscrito de ambos os lados da entrada principal, e o texto em grego sobre uma das paredes externas. Nenhuma das versões sobreviveu inteira, e as partes faltantes em latim foram completadas com as do texto grego e vice-versa.

Mais de duas páginas do texto moderno do *Res Gestae* catalogam os territórios que ele acrescentou ao Império, os governantes estrangeiros que submeteu a Roma e as embaixadas e peticionários que correram a reconhecer o poder do imperador. "Estendi o território de todos as províncias do povo romano que tinham vizinhos não obedientes ao nosso domínio", anuncia ele, com um pouco de exagero, antes de passar à lista, que agora pode nos parecer tediosamente extensa, de seus sucessos imperiais pelo mundo afora: o Egito tornado possessão romana; os partos obrigados a devolver os estandartes militares romanos perdidos em 53 a.C.; um exército romano chegando à cidade de Meroe no sul do Saara e uma frota avançando pelo mar do norte; delegações alcançando pontos tão distantes quanto a Índia, sem falar na miscelânea de reis renegados implorando misericórdia, com nomes gratificantemente exóticos para o ouvido latino — "Artavasdes, rei dos medos, Artaxerxes dos adiabenianos, Dumnobelauno e Tincômio dos bretões. E isso é apenas uma pequena parte.

Há algo muito tradicional aqui. Os sucessos militares tinham sido um dos alicerces do poder político, e recuavam na história romana até onde é possível conhecê-la. Augusto livrou-se de todos os rivais, colocando mais território sob o controle romano do que qualquer um antes ou depois dele. Mas era também um novo tipo de imperialismo. A frase de abertura de seu texto inscrito, que é o mais

próximo de um título original que o texto contém, diz o seguinte: “Foi assim que ele sujeitou o mundo ao poder do povo de Roma”. Pompeu, mais de meio século antes, havia apenas dado indícios desse tipo de ambição. Augusto transformou a conquista global — e uma visão territorial de “anexação” a um Império centrado em Roma, em vez do antigo mosaico de Estados obedientes — em uma razão explícita do seu domínio. Que sentido isso fazia para o público provincial de Ankyra é impossível saber. Mas é uma ideia refletida em outros monumentos que Augusto patrocinou na cidade de Roma, cujo exemplo mais famoso é o “mapa” do mundo que ele e seu colega Marco Agripa [Marcus Agrippa] encomendaram e expuseram publicamente. Não sobrevive nenhum vestígio dele, e a melhor conjetura é que talvez fosse algo mais próximo de uma planta com anotações das rotas romanas do que uma geografia realista nos nossos termos (ver lâmina 21). Mas seja qual for sua aparência exata, se encaixava na visão de Império de Augusto. Como definiu Plínio em sua enciclopédia, o propósito do mapa era tornar “o mundo [*orbis*] uma coisa visível à cidade [*urbis*]”, ou mostrar o mundo como um território romano sob domínio do imperador.

A generosidade de Augusto para com as pessoas comuns no plano interno ocupa tanto espaço na *Res Gestae* quanto suas conquistas no exterior. Ele era rico em uma nova escala. A combinação do que herdara de César com as riquezas do Egito que ele tomou após derrotar Antônio e Cleópatra, e mais a ocasional diluição dos limites entre os fundos do Estado e os seus, significava que podia superar qualquer um como benfeitor do povo. Nas inscrições, ele tem o cuidado de listar as distribuições regulares de dinheiro: datas, quantias precisas

que doou por cabeça (com frequência o equivalente ao recebimento por vários meses de um trabalhador comum) e o número de beneficiários; “essas doações minhas nunca alcançaram menos do que 250 mil homens”, ressalta. Ele também cataloga outros tipos de presentes e patrocínios. Tratava-se geralmente de espetáculos de gladiadores, “espetáculos atléticos”, caçadas de animais selvagens com feras especialmente importadas da África (um escritor posterior refere-se a 420 leopardos em uma única ocasião) e uma simulação de batalha naval que se tornou lendária. Foi um imenso triunfo de engenharia e engenhosidade, encenada, como Augusto com orgulho explica, em um lago artificial, com mais de 500 por 350 metros, especialmente construído “do outro lado do Tibre” (no atual bairro de Trastevere), e que contou com trinta grandes navios de guerra e um número ainda maior de pequenos barcos, fora os 3 mil combatentes e remadores. Fazendo os cálculos, o povo romano poderia ter contado por alto que dispunha de um grande evento de entretenimento por ano às custas do imperador. Estava longe de ser o banho de sangue voltado para o prazer popular que o cinema moderno sugere como imagem da Roma Antiga, mas mesmo assim envolvia grande investimento de tempo, logística e dinheiro, além de vidas humanas e animais.

A mensagem é clara. Era um axioma do regime de Augusto que o imperador oferecia sua generosidade às pessoas comuns da cidade de Roma e que elas em retribuição olhavam a ele como seu patrono, protetor e benfeitor. Ele também destacou esse ponto quando tomou (ou, tecnicamente, quando lhe foi dado) “o poder de um tribuno” por toda a vida. Ele buscava vincular-se à tradição dos

políticos populares, remontando pelo menos até os Graco, que defendiam nas ruas os direitos e o bem-estar dos romanos.

O tema final são suas construções. Parte delas era um grande programa de restaurações, abrangendo tudo, de estradas e aquedutos ao templo de Júpiter no Capitólio, o monumento fundador da República. Com tremenda bravura, Augusto afirma ter restaurado 82 templos de deuses em um único ano — um número não muito distante do total de templos da cidade, e que tem a clara intenção de sublinhar a sua zelosa devoção, embora também sugira que o trabalho prático realizado em cada um deles não deve ter sido muito substancial. Mas, como muitos tiranos, monarcas e ditadores antes e a partir dele, também se dedicou a construir o que acabou virando uma nova Roma, e também construiu literalmente o próprio poder. A *Res Gestae* lista todos os itens de uma abrangente reconstrução do centro da cidade, que pela primeira vez aproveitou as pedreiras de mármore do norte da Itália e as mais brilhantes, coloridas e caras pedras que o Império podia oferecer. Isso transformou a velha cidade degradada em algo que parecia de fato uma capital imperial. Havia agora um imenso novo Fórum para competir com o antigo ou até superá-lo, uma nova sede do Senado, um teatro (em pé ainda hoje como Teatro Marcello), pórticos, saguões públicos (ou basílicas) e calçadas, assim como mais de uma dúzia de novos templos, incluindo um em homenagem ao seu pai Júlio César. Quando Augusto disse, como Suetônio menciona, “Encontrei uma cidade de tijolos e deixei-a construída em mármore”, é a isso que se refere. A *Res Gestae* constitui uma referência da transformação da paisagem urbana de Roma operada por ele. Também equivale a

um projeto claro do domínio de um só homem. O poder de Augusto, como ele o formulou, é balizado pelas conquistas militares, por seu papel como protetor e benfeitor do povo de Roma e pelas construções e reconstruções em larga escala que promoveu; e foi sustentado por imensas reservas de dinheiro, combinadas com demonstrações de respeito pelas antigas tradições romanas. É em relação a esse projeto que todos os demais imperadores nos duzentos anos seguintes foram julgados. Mesmo os menos militaristas puderam usar a conquista para afirmar seu direito ao poder, como fez o idoso Cláudio em 43 d.C., quando procurou tirar o máximo proveito de “sua” vitória, conquistada totalmente por seus subordinados, sobre a ilha da Britânia. E havia uma competição em andamento entre os sucessivos governantes para ver quem conseguia se mostrar o mais generoso com a população romana ou escrever a própria história de maneira mais visível no tecido da cidade. A alta coluna do imperador Trajano, documentando suas conquistas para além do rio Danúbio no início do século II d.C. — e, de modo sagaz, assegurando o máximo de impacto para um mínimo de área conquistada —, foi uma solução obviamente bem-sucedida. O Panteão de Adriano também. Concluído na década de 120 d.C., tinha um vão livre de concreto em sua cúpula que permaneceu como o maior do mundo até 1958 (quando foi superado pelo edifício do Centro das Novas Indústrias e Tecnologias, em Paris), e doze das colunas originais de seu pórtico tinham cada uma doze metros de altura, esculpidas a partir de um único bloco de granito cinza e especialmente transportadas por 4 mil quilômetros desde o deserto egípcio. Em última análise, tudo isso remontava a Augusto.

64. Uma imaginativa reconstrução do novo Fórum de Augusto, do qual sobrevivem apenas pequenas partes (mais visíveis a partir da rua de Mussolini, a Via dei Fori Imperiali, que passa acima da maior parte da praça do Fórum). Embora seja pouco confiável nos detalhes, o desenho dá uma boa ideia do caráter elaborado e altamente planejado dessa nova construção, em contraste com a imagem bastante degradada do velho Fórum republicano.

A política do poder

A *Res Gestae* sempre teve a intenção de ser um registro do sucesso, um desfile retrospectivo de realizações que também iriam ditar um padrão para o futuro. Ela evita qualquer sinal de dificuldade, conflito ou contestação, exceto quando faz uma breve rejeição dos adversários há muito falecidos da guerra civil. E com a sua insistente série de verbos na primeira pessoa ("Eu paguei", "Eu construí", "Eu dei") e os correspondentes pronomes (usa quase cem vezes os pronomes "mim" e "meu"), é mais egocêntrico do qualquer documento público romano anterior, composto no estilo de um autocrata que dá a impressão de encarar seu poder pessoal como inquestionável. Mas esse é apenas um lado da história de Augusto, vista desde o seu final bem-sucedido e após mais de quarenta anos no

poder. Uma história bem diferente de quando ele retornou à Itália em 29 a.C., ainda como Otaviano, com o exemplo de Júlio César pairando agigantado. César foi seu principal acesso ao poder, sua legitimação e sua justificativa para o título de “filho de um deus”, mas era também uma advertência do destino que poderia estar reservado a ele. Ser o filho de um ditador assassinado era uma bênção ambivalente. A grande questão naqueles primeiros dias era simples: como ele iria conceber uma forma de governo que conquistasse corações e mentes, neutralizasse a oposição não totalmente extinta ao final da guerra e lhe permitisse continuar vivo?

Parte da resposta está na linguagem do poder. Por razões romanas óbvias, ele não chamou a si mesmo de rei. Montou um elaborado show em cima de sua rejeição do título de “ditador”, distanciando-se do exemplo de César. A história de que uma multidão de manifestantes bloqueou a sede do Senado e ameaçou atear fogo à casa para que caísse em cima de suas cabeças se eles não fizessem de Augusto um ditador serve apenas para acrescentar um brilho a mais a essa sua recusa. Em vez disso, ele decidiu enquadrar todos os seus poderes nos termos do exercício de um cargo republicano normal. Para começar, isso significava ser repetidamente eleito cônsul, ao todo por onze vezes entre 43 e 23 a.C., e mais tarde em duas ocasiões isoladas. Depois, a partir de meados da década de 20 a.C., ele arrumou uma maneira de garantir uma série de poderes formais que seguiam os moldes dos poderes dos cargos políticos tradicionais romanos, mas sem implicar o exercício dos próprios cargos: ele assumiu “o poder de um tribuno” sem assumir o tribunato, e os “direitos de um cônsul” sem exercer o

consulado.

Isso estava muito distante da prática republicana tradicional, especialmente pelo fato de ele acumular múltiplos títulos e cargos simultaneamente: o poder de um tribuno sobreposto ao mesmo tempo aos direitos de um cônsul era algo inédito; também era inédito ele exercer não apenas um, mas todos os principais sacerdócios romanos juntos. Quaisquer que fossem as posteriores alegações de hipocrisia, dificilmente ele poderia ter usado confortavelmente esses antiquados títulos para fingir que se tratava de um retorno à política do passado. Os romanos em geral não eram tão desatentos a ponto de não terem identificado a autocracia que espreitava por trás da folha de figueira dos “direitos de um cônsul”. O ponto era que Augusto estava adaptando de modo muito inteligente as expressões tradicionais para que servissem a uma nova política, justificando e tornando compreensível um novo eixo de poder ao reconfigurar sistematicamente uma velha linguagem.

Seu domínio também era apresentado como inevitável, como parte da ordem natural e histórica: em suma, como parte de *como são as coisas*. Em VIII a.C., o Senado decidiu (sabe-se lá a partir de quais pressões) que o mês Sextilis, o mês seguinte ao Julho de Júlio César, deveria ser renomeado como Augustus (o nosso Agosto) — e então Augusto tornou-se parte da passagem regular do tempo, como é até hoje. Apenas um ano antes, o governador da província da Ásia pensou em termos similares quando persuadiu os habitantes locais a alinharem seu calendário com o ciclo de vida do imperador e iniciar seu ano civil no dia do aniversário de Augusto. Em 23 de setembro, o governador declarou (em termos

ainda preservados em uma inscrição) que possa “com justiça ser considerado igual ao início de todas as coisas... pois [Augusto] tem dado uma aparência diferente ao mundo inteiro, um mundo que teria encontrado sua ruína se... ele não tivesse nascido”. Em Roma, a linguagem usada pode ter sido menos bombástica, mas mesmo assim, mito e religião podiam ser úteis para sustentar a posição de Augusto. Sua afirmação de descender diretamente de Eneias ajudou a retratar o imperador como alguém que cumpria o destino romano, alguém ordenado para refundar Roma.

Esse é certamente um elemento da épica história de Eneias escrita por Virgílio, com seus claros ecos vinculando o imperador ao lendário herói fundador. Mas é também evidente no projeto escultural do novo Fórum de Augusto. Ali destacavam-se estátuas tanto de Eneias e Rômulo como uma de Augusto em pé sobre um carro triunfal no centro da *piazza*. Os pórticos ao redor e as arcadas abrigavam dezenas de outras estátuas, retratando “os famosos homens da República”, cada um com um texto curto resumindo seus motivos para a fama: desde Camilo e vários Cipiões até Mário e Sula. A mensagem clara era que o curso todo da história romana levava a Augusto, que agora assumia o centro do palco. A história da República não havia sido obliterada; havia sido transformada em um pano de fundo para o poder de Augusto, cujas raízes podiam ser encontradas na própria origem de Roma. Ou, em outros termos, Augusto assumiu onde os políticos anteriores de Roma haviam falhado. Era notório que ele nascera em 63 a.C., o ano da conspiração de Catilina. Suetônio chega a afirmar que o pai de Augusto ficou retido por causa do nascimento e por

isso chegou atrasado a um dos grandes pronunciamentos de Cícero no Senado sobre o tema. Nenhuma reunião senatorial foi realizada em 23 de setembro, pelo que se sabe até agora. Verdade ou não, o ponto era apresentar o mesmo dia como o fim da política republicana, demonstrada por meio da corrupção de Catilina, e o início da vida do imperador.

Mas havia muito mais *realpolitik* pura e simples envolvida do que isso. Arte, religião, mito, símbolo e linguagem, desde a poesia de Virgílio às extravagâncias esculturais do Fórum, desempenharam um papel importante em fundamentar o novo regime. Mas Augusto também deu passos concretos para garantir sua posição, assegurando que o Exército fosse fiel a ele e a ninguém mais, isolando potenciais oponentes e transformando o Senado de uma aristocracia de dinastias concorrentes, e possíveis rivais, em uma aristocracia voltada para servir e honrar. Como exemplo clássico de "caçador transformado em guarda-caça", Augusto empenhou-se em garantir que ninguém tivesse facilidade em seguir o exemplo de sua própria juventude: ou seja, montar um exército particular e tomar de assalto o Estado.

Ele assumiu o monopólio da força militar, mas seu regime não tinha nada a ver com uma moderna ditadura militar. Para os nossos padrões, Roma e Itália nesse período eram notavelmente livres de soldados. Quase todos os 300 mil legionários romanos estavam posicionados a uma distância segura, perto das fronteiras do mundo romano e em áreas de campanhas ativas, com apenas poucas tropas, incluindo as famosas forças de segurança conhecidas como a Guarda Pretoriana, baseadas em Roma, que de resto era uma zona

desmilitarizada. Mas Augusto tornou-se algo que nenhum romano havia sido antes: o comandante em chefe de todas as Forças Armadas, que nomeava seus principais oficiais, decidia onde e contra quem os soldados deveriam lutar, e assumia todas as vitórias como suas por definição, não importando quem tivesse comandado as tropas na batalha.

Ele também assegurou sua posição cortando os vínculos de dependência e lealdade pessoal entre os exércitos e seus comandantes individuais, em grande parte graças a um processo simples e prático de reforma da aposentadoria. Essa deve ser considerada uma das mais importantes inovações de todo o seu governo. Augusto estabeleceu termos e condições uniformes para o serviço no Exército, fixando para os legionários um prazo-padrão de dezesseis anos (logo aumentado para vinte) e garantindo-lhes na aposentadoria um pagamento, com dinheiro público, no valor de cerca de vinte vezes o pagamento anual, ou o equivalente disso em terras. Essas medidas acabaram de vez com a dependência que os soldados tinham de seus generais, que eram os provedores de suas aposentadorias — o que, no último século da República, havia feito com que a lealdade particular dos soldados aos seus comandante superasse muitas vezes sua lealdade a Roma. Em outras palavras, após centenas de anos de uma milícia entre o público e o privado, Augusto nacionalizou totalmente as legiões romanas e excluiu-as da política. Embora a Guarda Pretoriana continuasse sendo uma força política problemática, simplesmente devido à sua proximidade do centro do poder em Roma, houve apenas dois breves períodos de guerra civil ao longo dos dois séculos seguintes, nos anos 68 a 69 d.C., e de novo em 193 d.C., em que

as legiões posicionadas fora da cidade foram providenciais para levar seus candidatos ao trono de Roma.

Essa reforma foi uma das medidas mais caras que Augusto tomou, e era quase insustentável. A não ser que ele tenha cometido um erro grosseiro de aritmética, o custo é uma indicação da alta prioridade que dava a esse aspecto. Num cálculo grosseiro, usando os valores conhecidos dos salários dos militares, a conta anual para um pagamento normal e mais os pacotes de aposentadoria para o Exército todo daria algo em torno de 450 milhões de sestércios. Isso era equivalente, em um cálculo ainda mais grosseiro, a mais da metade da receita anual de impostos do Império. Há claros indícios de que, mesmo com as imensas reservas do Estado e do imperador juntas, seria difícil conseguir esse dinheiro. Essa certamente foi a razão das queixas dos soldados que se amotinaram na fronteira alemã logo após a morte de Augusto, que não concordaram em ser mantidos em serviço por mais tempo do que os vinte anos de praxe ou em receber um pedaço de pântano sem valor como pagamento por terras, em vez de uma área cultivável. Tanto na época como hoje, a tática mais fácil para um governo tentar reduzir a conta da previdência sempre foi aumentar a idade da aposentadoria.

No plano interno, havia uma lógica similar por trás do gradual declínio e do eventual fim das eleições populares. Não se tratou primordialmente de um assalto ao que havia restado de democracia em Roma, mesmo que esta tenha sido uma das consequências inevitáveis. Mais importante, foi uma maneira astuta de inserir uma divisória entre os potenciais rivais do imperador e qualquer

apoio em larga escala dentro da cidade, tanto popular quanto de alguma facção. Eleições livres haviam proporcionado a “liga” para uma dependência mútua entre políticos de destaque e o povo como um todo. Assim que indivíduos ambiciosos passaram a depender da anuência do imperador e não mais do voto popular para chegar a um cargo público, eles não precisaram mais atrair o apoio das massas ou formar grupos de seguidores, e não tinham mais uma moldura institucional dentro da qual pudessem fazer isso. A intenção era, como a *Res Gestae* mais ou menos deixa claro, colocar Augusto como aquele que deveria monopolizar o apoio do povo, deixando os senadores fora do quadro, a uma distância segura.

No entanto, apesar de todo o seu poder autocrático, Augusto ainda precisava do Senado. Nenhum governante governa de fato sozinho. O Império Romano tinha um peso administrativo leve em comparação com a burocracia de todos os Estados modernos. Mesmo assim, alguém precisava comandar as legiões, governar as províncias, gerir os suprimentos de trigo e água e atuar em termos gerais como delegado de um imperador que não poderia fazer tudo. Como costuma ocorrer nas mudanças de regime, o novo é mais ou menos obrigado a depender de uma versão cuidadosamente reformulada do velho, caso contrário a anarquia pode se instalar.

Em termos gerais, Augusto comprou a aquiescência do Senado e os préstimos senatoriais, e o preço pago foi o de garantir aos senadores honrarias, respeito e, em alguns casos, novos poderes. Muitas das antigas inseguranças foram solucionadas, em geral em favor do Senado. Os decretos senatoriais

haviam antes tido um caráter apenas de orientação e em último caso podiam até ser ignorados, como o fizeram César e Pompeu em 50 a.C., quando o Senado instruiu ambos a se desarmarem. Esses decretos agora ganhavam força de lei e aos poucos, junto com os pronunciamentos do imperador, tornaram-se a principal forma de legislação romana. A divisão que Caio Graco havia inaugurado na década de 120 a.C. entre senadores e equestres foi consolidada. Os dois grupos foram formalmente separados, e uma nova estipulação da riqueza em 1 milhão de sestércios, contra 400 mil para os equestres, foi então definida para a "classe senatorial". O status foi também tornado hereditário por três gerações. Isso significava que filhos e netos de um senador podiam manter todas as vantagens sem jamais assumirem as funções públicas. Essas vantagens também aumentaram, assim como as proibições destinadas a marcar a superioridade senatorial: de um lado a garantia dos assentos na primeira fileira em todos os espetáculos públicos, e de outro, uma proibição total de desempenhar a função de ator.

Assim, o Senado tornou-se algo mais próximo de um braço da administração a serviço do imperador. A introdução por Augusto de uma idade senatorial de aposentadoria é apenas um dos indícios disso. Os senadores também perderam algumas de suas mais importantes e tradicionais marcas de glória e status. Durante séculos, o auge da ambição romana, o sonho de todo comandante, até mesmo de alguém como Cícero, desajeitado e pouco afeito à vida militar, havia sido celebrar um triunfo, desfilando pelas ruas seus espólios, prisioneiros e soldados em júbilo, vestido como o deus Júpiter. Quando em 27 de março de 19

a.C. Lúcio Cornélio Balbo [Lucius Cornelius Balbus], ex-homem de confiança de Júlio César, celebrou algumas vitórias que havia obtido em nome do novo regime de Augusto contra alguns poderosos povos bárbaros nos arredores do Saara, essa foi a última procissão triunfal de um senador comum. A partir daí, a cerimônia ficou restrita apenas a imperadores e a membros próximos de sua família. Não era do interesse da autocracia partilhar a fama e a proeminência que um triunfo trazia, e isso era um sinal claríssimo de que a velha República havia terminado.

Houve também outro caso de mudança radical da prática, à qual se deu a aparência de algo inevitável. Como parte de sua celebração do passado — *enquanto passado* —, Augusto encomendou o registro de todos os generais triunfantes, de Rômulo a Balbo, para expô-lo no Fórum romano. Muito disso ainda sobrevive, desencavado em pequenos fragmentos de um quebra-cabeça de mármore que foi pela primeira vez montado, segundo se diz, por Michelangelo no século XVI, para decorar o novo Palazzo dei Conservatori, redesenhado por ele. Foi exposto em quatro painéis, e graças a um cuidadoso cálculo por parte dos que fizeram a inscrição, o triunfo de Balbo é registrado na parte de baixo do último painel, sem nenhum espaço vago abaixo dele, ou seja, sem deixar lugar para outros nomes. Havia mais em jogo nisso do que a mera simetria do design. A mensagem era que a instituição havia chegado ao seu fim natural.

Problemas e sucessões

Nem tudo correu da maneira que Augusto queria. Mesmo através do esplendor

antigo geralmente celebrativo que cobre seu governo, é possível vislumbrar como seria um relato bem mais atribulado. Em 9 d.C., cinco anos antes de sua morte, houve um terrível desastre militar na Germânia nas mãos de rebeldes locais e de combatentes pela liberdade, que destruiu a maior parte de três legiões. Isso não impediu que a pacificação da Germânia fosse mesmo assim motivo de orgulho na *Res Gestae*, mas supõe-se que a severidade dessa derrota tenha levado Augusto a determinar uma suspensão dos projetos de conquista do mundo. No plano interno, houve mais oposição aberta ao seu governo do que parece à primeira vista: havia literatura ofensiva que acabou sendo queimada e conspirações às quais ele sobreviveu muito provavelmente por sorte. Suetônio enumera vários dissidentes e conspiradores, mas como sempre acontece com golpes que fracassam, é difícil dizer o que estava movendo-os, entre questões políticas e rixas pessoais. Nunca é do interesse da vítima pretendida dar-lhes muita publicidade.

Em uma das ocasiões, parece que um fator importante por trás do descontentamento fosse a mudança do papel político da elite e o controle das eleições por parte de Augusto. A história de Marco Inácio Rufo [Marcus Egnatius Rufus], como chegou a nós, é confusa nos detalhes, como seria previsível, mas seu esqueleto é suficientemente claro. Inácio, antes de mais nada, desafiou Augusto quando ofereceu ao povo benemerências por conta própria. De forma privada, enquanto exercia o cargo de edil em 22 a.C., usou seu próprio dinheiro para montar uma brigada de incêndio rudimentar na cidade. Augusto desaprovou, mas decidiu se sobrepor a Inácio e disponibilizou seiscentos de seus

próprios escravos para o combate ao fogo. Alguns anos mais tarde, enquanto Augusto estava no exterior, Inácio tentou concorrer ao consulado sem a aprovação do imperador e com idade inferior à legal. Isso não poderia ser um complô organizado contra o imperador: seja como for, ele não estava em Roma para ser deposto, o que pode ter sido a razão de Inácio achar que poderia levar adiante a ideia de concorrer. Mas quando sua candidatura foi recusada, houve agitações populares. Ele foi executado, por decisão do Senado, ao que parece com a concordância do imperador ausente.

Quantos dos seus colegas senadores simpatizavam com Inácio Rufo é uma questão conjetural. Não sabemos nada sobre seu histórico e só podemos inferir quais seriam seus objetivos e motivações. Alguns historiadores modernos quiseram fazer dele uma espécie de defensor do povo, nos moldes de Clódio e outros tribunos do final da República. Mas parece bem mais provável que ele estivesse protestando contra a erosão da independência do Senado e afirmando os direitos dos senadores a seus tradicionais vínculos com o povo romano.

Por trás da linha de frente política, havia visões subversivas do mundo simbólico que Augusto estava empenhado em patrocinar e de sua nova imagem de Roma. O poeta Ovídio, uma vítima do lado cruel do regime de Augusto, dá uma clara indicação do murmúrio das ruas. Escrevendo desde o seu infeliz exílio nas praias do mar Negro, em uma série de poemas intitulados *Tristezas* (*Tristia*) — com frequência mais ressentidos do que tristes —, ele deu uma bem-humorada cutucada na decoração do templo que dominava o novo Fórum de Augusto, com suas estátuas dos deuses Marte e Vênus. Na condição de pai de

Rômulo e mãe de Eneias, as duas divindades eram as fundadoras de Roma. E eram também as duas divindades mais adúlteras da mitologia clássica. Desde os tempos de Homero, era contada a história de como Vulcano, deus da manufatura e marido traído de Vênus, havia surpreendido o casal em flagrante, prendendo-os em uma engenhosa rede de metal que ele havia construído especialmente para esse propósito. O poeta insinua então que esse dificilmente seria um símbolo apropriado para a nova Roma moralista do imperador, onde o adultério era crime. Algumas das elaboradas ostentações de *civilitas* podem também ter tido resultado contrário ao esperado. Se é de fato verdade que toda vez que Augusto entrava ou saía do Senado ele cumprimentava cada um dos senadores pelo nome, o palavrório todo — concedendo dez segundos para cada homem e imaginando a casa relativamente cheia — teria exigido cerca de uma hora e meia na entrada e na saída. Para alguns, isso deve ter parecido mais uma ostentação de poder do que um igualitarismo cidadão.

Mesmo a *Eneida*, de Virgílio, o poema épico patrocinado pelo próprio imperador, coloca questões difíceis. A figura de Eneias, o mítico ancestral de Augusto e com o claro propósito de ser um reflexo dele, é um herói pouco equilibrado. Os leitores modernos talvez sintam bem menos desconforto do que os antigos diante da maneira pela qual ele abandona a infeliz Dido e a leva ao terrível suicídio na pira: a mensagem é que a mera paixão não deve desviar do cumprimento do dever patriótico, e a imagem da perigosa Cleópatra por trás da aparência de rainha de Cartago ressalta esse ponto. Mas a cena final do poema, na qual Eneias, agora estabelecido na Itália, permite que sua raiva triunfe

enquanto assassina brutalmente um inimigo já rendido, sempre constituiu um fecho perturbador. Tais ambivalências, é claro, fizeram da *Eneida* uma obra de literatura ainda mais poderosa do que milhares de linhas de elogios patrioteiros poderiam fazer. Mas continua a levantar questões a respeito do relacionamento entre Virgílio e seu patrono. O que deve ter passado pela cabeça de Augusto quando ele pela primeira vez leu, ou ouviu, aquelas linhas finais? Virgílio não viveu para contar. Ele morreu em 19 a.C., antes, dizem, de ter concluído a revisão final de seu poema.

Mas o maior problema de Augusto era como encontrar um sucessor. Não há dúvida de que ele tencionava passar seu poder adiante. Seu enorme túmulo em Roma, já concluído em 28 a.C., era um sinal poderoso de que ele, ao contrário de Marco Antônio, seria enterrado em solo italiano e de que haveria uma dinastia para segui-lo. Ele também construiu a ideia de uma família imperial, incluindo sua esposa Lívia. O governo de um só homem costuma dar às mulheres maior proeminência, não porque elas tenham necessariamente algum poder formal, mas porque, quando uma pessoa toma decisões cruciais de Estado de modo privado, qualquer um com acesso privilegiado a essa pessoa é percebido como influente. A mulher que pode sussurrar algo ao ouvido do marido detém mais poder de fato, ou pelo menos costuma-se defender essa ideia, do que o colega que é capaz apenas de enviar-lhe uma solicitação oficial ou um memorando. Em certa ocasião, Augusto admitiu em uma carta à cidade grega de Samos que Lívia havia agido nos bastidores no sentido de influenciar certas decisões. Mas ele parece ter feito uma promoção mais ativa do papel dela como forma de

promover suas ambições dinásticas.

Lívia tinha uma imagem oficial em uma escultura romana, assim como Augusto (ver lâmina 12). E foi-lhe oferecida uma série de privilégios legais especiais, incluindo assento na primeira fileira no teatro, independência financeira e, a partir dos anos de guerra civil, o direito de *sacrosanctitas* (“inviolabilidade”), o que seguia o modelo de privilégio dos tribunos. A *sacrosanctitas* havia se originado na República e tinha intenção de proteger os representantes do povo de algum ataque. Não fica claro do que é que ele na prática estaria protegendo Lívia, mas a novidade importante é que isso foi explicitamente baseado nos direitos de uma autoridade pública do sexo masculino, o que a aproximava do palco oficial mais do que qualquer outra mulher antes dela. Um poema, composto em sua homenagem pela morte de seu filho Druso, em 9 a.C., a chama de *romana princeps*. Era o equivalente feminino de um termo regularmente aplicado a Augusto, *romanus princeps*, ou “primeiro cidadão de Roma”, e o sentido era algo próximo de “primeira-dama”. Era um texto extravagante e hiperbólico, composto talvez por um lisonjeador, e certamente não era um sinal de uma crescente emancipação da mulher em geral, mas aponta para a importância pública da mulher do imperador em uma futura dinastia imperial.

O problema era que o casal não teve filhos. Augusto tinha uma única filha, Júlia, de um casamento anterior, e Lívia já tivera Druso e estava grávida de outro filho, Tibério, quando os dois se casaram em 37 a.C. Qualquer que fosse a respeitabilidade posterior dos dois, o início de seu relacionamento tinha toques

de escândalo, que foram condenados por Marco Antônio como um deplorável exemplo de promiscuidade. Talvez como revide por todos os perversos boatos espalhados sobre suas imoralidades, Antônio fazia acusações de que o casal se encontrava nas festas do marido dela, sumiam na metade do jantar e voltavam desgrenhados. Mas, escandaloso ou respeitável, o casamento não produziu descendentes: com Augusto, segundo Suetônio, Lívia havia tido apenas um prematuro natimorto.

65. Detalhe de um friso processional do Altar da Paz (*Ara Pacis*) em Roma, encomendado em 13 a.C., que destaca a família imperial estendida, incluindo à esquerda Agripa. A mulher atrás dele pode ser sua esposa à época, Júlia, mas é mais frequentemente identificada como Lívia.

Portanto, o imperador fez de tudo para garantir herdeiros que pudesse apresentar, nas circunstâncias, como sucessores legítimos. Júlia, como sua filha natural, era o instrumento favorito de seus planos. Ela primeiro se casara com seu primo Marcelo, que morreu quando ela tinha apenas dezesseis anos; depois

com o amigo e colega de seu pai, Marco Agripa, vinte e poucos anos mais velho que ela; em seguida, no que deve ter parecido o arranjo perfeito, casou-se com o filho de Lívia, Tibério. Quando algum parceiro era um obstáculo à formação de qualquer um desses pares, Augusto insistia no divórcio. Só raramente encontramos alguma indicação sobrevivente do custo pessoal acarretado por tudo isso. Conta-se que Tibério ficou arrasado ao ser forçado a se separar de sua esposa Vipsânia Agripina, filha de Agripa, de um casamento anterior, a fim de se casar com Júlia, então viúva de Agripa — um exemplo característico de confusão dinástica. Em uma ocasião, após seu divórcio, conta-se que Tibério viu Vipsânia por acaso, e na mesma hora ficou com os olhos cheios de lágrimas; os que cuidavam dele providenciaram para que não mais a visse. Quanto a Júlia, talvez essa série de casamentos arranjados tivesse algo a ver com a sua notória vida sexual tumultuada. Uma história chocante conta que ela dava festas licenciosas na *rostra* do Fórum; por uma simetria gratificante, ou horrível, era exatamente nesse lugar que o pai dela havia defendido restrições ao adultério. Verdade ou não, seus casos amorosos foram um dos fatores (a alegação de traição foi outro) que a levaram a ser enviada ao exílio em II a.C., em uma ilha de menos de um quilômetro quadrado, para nunca mais voltar a Roma.

O resultado final de todo esse planejamento dinástico é que a árvore genealógica do que hoje conhecemos como dinastia Júlio-Claudiana (Júlio sendo o nome de família de Augusto, Cláudio o do primeiro marido de Lívia) ficou tão complicada que é impossível traçar um diagrama claro e, muito menos, destrinchar seus detalhes. Mesmo assim, os herdeiros desejados não apareciam

ou, se apareciam, morriam cedo demais. O casamento de Tibério e Júlia produziu apenas um filho, que não sobreviveu à infância. Augusto adotou dois filhos do casamento dela com Agripa como uma maneira de fazê-los herdeiros (embora isso confundisse ainda mais a árvore genealógica). Eles foram cuidadosamente retratados por todo o mundo romano com a mesma aparência de seu pai adotivo; mas um morreu de doença em 2 d.C. com apenas dezenove anos, e o outro em 4 d.C., depois de ferido em campanha no Oriente e antes que seu casamento (com outra parente) tivesse produzido um filho. No final, apesar de todos os seus esforços, Augusto voltou ao lugar onde começara, com o filho de Lívia, Tibério, que se tornou o próximo imperador em 14 d.C. Plínio, o Velho, apontou a ironia. Tibério Cláudio Nero [Tiberius Claudius Nero], o pai do novo imperador, havia lutado ao lado de Marco Antônio na guerra civil, e sua família era uma das que ficaram sitiadas em Perusia. Augusto morreu, gracejou Plínio, "tendo o filho de seu inimigo como herdeiro".

66. Esta é uma versão *simplificada* da família e descendentes de Augusto e Lívia; imperadores são destacados em negrito. As complexidades da adoção e dos múltiplos casamentos, combinadas com a existência de várias pessoas com o mesmo nome, deixam tudo confuso; mas essa complexidade desconcertante era parte da questão da dinastia.

Augusto morreu. Viva Augusto!

Augusto morreu em 19 de agosto de 14 d.C., pouco antes de completar 76 anos, em uma de suas casas no sul da Itália. Segundo Suetônio, ele passara as férias na ilha de Capri, em jogos eruditos com seus convidados — insistindo, por exemplo, que todos os convidados romanos se vestissem e falassem como gregos, enquanto os convidados gregos deviam se portar como romanos. O fim foi todo ele bastante melancólico. Quando voltou ao continente, seu estômago estava causando problemas, e acabou deixando-o de cama, onde morreu, de modo um pouco surpreendente dado o destino de tantos de seus contemporâneos. Houve rumores mais tarde de que Lívia teria tido participação no seu fim, com

alguns figos envenenados, a fim de faciliar a ascensão de Tibério ao poder, também disseram que ela apressara o fim de outros membros da família por medo de que comprometessem as chances de Tibério chegar ao trono. Mas foi um caso a mais de morte inexplicada do mundo romano — já que a maioria delas ocorria em batalhas, no parto ou por acidente —, e que despertou toda sorte de fofocas. E o envenenamento sempre era visto como a arma feminina preferida. Não exigia força física, apenas esperteza, e era uma inversão medonha do papel tradicional de nutrir da mulher.

Outros acreditaram, o que era mais plausível, que Lívia houvesse desempenhado um papel importante em suavizar a transição de Augusto para Tibério. Assim que a morte do marido pareceu iminente, mandou chamar o filho, que estava a uns cinco dias de distância do outro lado do Adriático. Enquanto isso, ela expedia boletins otimistas quanto à saúde de Augusto, até que Tibério chegou e a morte pôde ser anunciada. O momento exato em que o velho homem realmente morreu virou tema de discussão a partir de então. Mas tenha sido antes ou depois da chegada de seu herdeiro, a posse aconteceu sem sobressaltos. O corpo foi carregado por mais de 160 quilômetros até Roma, desde o local em que havia morrido em Nola, nos ombros dos principais homens de cada cidade pelo caminho. Não houve cerimônia de coroação; qualquer que tenha sido o uso que Augusto fez de seu triunfo em 29 a.C., não aconteceu nenhum ritual romano específico para marcar a ascensão imperial. Mas Tibério já estava efetivamente no controle como novo imperador quando providenciou uma reunião do Senado para tornar público o testamento de Augusto, os legados e outras instruções para

o futuro, e para discutir os arranjos do funeral.

Há alguns indícios de que os organizadores estavam preocupados com possíveis problemas. Se não, por que fizeram com que a cerimônia e o percurso do funeral fossem protegidos por soldados? Mas tudo transcorreu em paz, e de uma maneira que teria parecido mais ou menos familiar a Políbio mais de 150 anos antes, mesmo que em uma escala mais luxuosa. Um modelo em cera de Augusto foi colocado em pé na *rostra* enquanto Tibério pronunciava o discurso fúnebre. A procissão mostrou imagens não só dos ancestrais de Augusto, mas também de grandes romanos do passado, incluindo Pompeu e Rômulo, como se Augusto tivesse sido descendente deles todos. Após a cremação, Lívia — agora chamada de Augusta, porque Augusto a havia adotado formalmente em seu testamento — recompensou com a soma de 1 milhão de sestércios o homem que jurou ter visto Augusto elevando-se aos céus. Augusto era agora um deus.

O imperador em sua forma humana manteve-se enigmático até o fim. Entre as suas palavras finais, aos amigos reunidos, antes de um demorado beijo em Lívia, fez uma citação caracteristicamente evasiva de uma comédia grega: “Se eu fiz bem meu papel, então, por favor, aplaudam”. Que tipo de papel havia desempenhado aqueles anos todos?, eles poderiam estar se perguntando. E onde estava o verdadeiro Augusto? E quem havia escrito as suas falas? Essas questões persistem. Como foi que Augusto conseguiu refazer tão radicalmente a paisagem política romana, como conseguiu traçar seu próprio caminho por mais de quarenta anos, e com que apoios, é algo que ainda desconcerta. Quem, por exemplo, tomou a decisão sobre a imagem oficial dele (ou de Lívia)? Que

discussões, e com quem, estiveram por trás do novo esquema implantado para o serviço do Exército e para as aposentadorias? O quanto foi simplesmente uma questão de sorte ele ter sobrevivido por tanto tempo?

Seja como for, a ampla estrutura que ele montou como imperador durou mais de duzentos anos — ou, para colocar em outros termos, pelo restante do período coberto por este livro. Todo imperador posterior com o qual iremos deparar *foi* ou no mínimo personificou Augusto. Todos usaram o nome Augusto entre seus títulos imperiais e herdaram seu anel pessoal de sinete, que se supõe ter passado de um para outro. Não era mais o seu favorito, o da esfinge. Ao longo das décadas, Augusto mudou o desenho, primeiro para um retrato de Alexandre, o Grande, e por fim para um retrato dele mesmo. A cabeça de Augusto, em outras palavras, e seus traços distintivos tornaram-se a assinatura de cada um de seus sucessores. Quaisquer que tenham sido as idiossincrasias, as virtudes, os vícios e os antecedentes deles, quaisquer que tenham sido os diferentes nomes pelos quais os conhecemos, foram todos reencarnações melhores ou piores de Augusto, atuando segundo o modelo de autocracia que ele estabeleceu e lidando com os problemas que deixou sem resolver. É para alguns dos problemas enfrentados por essa série de novos Augustos que iremos voltar nossa atenção agora — começando por outra morte.

Capítulo 10
Catorze imperadores

Os homens no trono

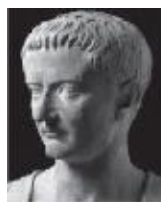
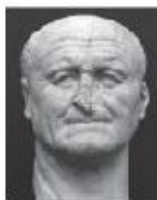
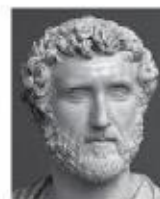
Em 24 de janeiro de 41 d.C., quase trinta anos após a morte do primeiro Augusto em seu leito e quase 85 anos após a morte de Júlio César, houve outro assassinato violento em Roma. Dessa vez, a vítima foi o imperador Caio — ou, Caio Júlio César Augusto Germânico [Gaius Julius Caesar Augustus Germanicus] — que quatro anos antes havia sucedido seu tio-avô, o idoso Tibério, no trono. Foi o segundo da série de catorze imperadores (sem contar três requerentes de vida curta em um breve período de guerra civil entre 68 e 69 d.C.), que governaram Roma nos quase 180 anos entre a morte de Augusto e a do imperador Cômodo [Commodus], assassinado em 192 d.C. Entre eles, estão alguns dos nomes mais ressonantes da história romana: Cláudio, que substituiu Caio e ganhou um papel estelar como erudito e agudo observador da política palaciana nos romances de Robert Graves *Eu, Cláudio* e *Cláudio, o Deus*; Nero, com sua reputação de assassino de seus familiares, tocador de lira, perseguidor de cristãos e piromaníaco; Marco Aurélio, o “filósofo imperador”, cuja obra *Pensamentos* é um best-seller até hoje; e Cômodo, cujas aventuras na arena

foram recriadas, não de forma totalmente inexata, no filme *Gladiador*. Incluem-se ainda aqueles que, apesar de toda a engenhosidade dos modernos biógrafos, sobrevivem como pouco mais do que nomes: o velho Nerva, por exemplo, que ficou no poder apenas dezoito meses no final do século I d.C.

O assassinato de Caio é um dos eventos mais bem documentados de toda a história romana, e certamente seu relato é o mais detalhado que sobreviveu à queda de qualquer imperador. São trinta e poucas páginas (das nossas), em uma elaborada digressão dentro de uma história enciclopédica dos judeus, escrita cerca de cinquenta anos após o evento por Tito Flávio Josefo [Titus Flavius Josephus] — um destacado judeu que se rebelou contra os romanos na década de 60 d.C. (sob o nome de Joseph ben Matthias), depois mudou de lado, politicamente, embora não religiosamente, e acabou quase que como um escritor residente na corte romana. Para Josefo, o assassinato de Caio foi uma punição divina aplicada a um imperador que havia escarnecido os judeus e até erguido uma estátua de si mesmo no templo. Mas, a julgar pelos detalhes circunstanciais, ao recontar a história, Josefo tinha em mãos um relato do que havia acontecido em janeiro de 41 d.C., escrito por alguém muito próximo da ação.

O texto de Josefo sobre o assassinato é muito revelador do novo mundo político que se seguiu ao primeiro Augusto — das intrigas palacianas, passando pelos slogans vazios da velha elite senatorial e pelos problemas de sucessão, até chegar aos perigos de ser um imperador. Mais ainda, as diversas avaliações, tanto as antigas quanto as modernas, das falhas e dos fracassos de Caio, do que estava por trás do seu assassinato e depois dele, tudo isso aponta para questões

importantes: sobre como era criada a reputação dos imperadores romanos, como sucesso ou fracasso eram, e são, julgados e — o mais fundamental — em que medida o caráter e as qualidades, os casamentos e assassinatos, de cada um dos governantes nos ajudam a entender a história mais ampla de Roma sob governo imperial.

Então, de que modo Caio foi morto, e por quê?

67. Três imperadores de curto mandato — Galba, Oto e Vitélio — entre a morte de Nero e a posse de Vespasiano

O que houve de errado com Caio?

O imperador Tibério, que assumiu o lugar de seu pai adotivo Augusto em 14 d.C., ao que parece sem sobressaltos, tornou-se cada vez mais recluso na última década de seu governo, passando a maior parte do tempo na ilha de Capri, mantendo contato apenas remoto com a capital. Quando Caio foi aclamado imperador após a morte de Tibério em 37 d.C., deve ter dado a impressão de ser uma mudança bem-vinda. Com apenas 24 anos, tinha tanto direito a reivindicar o trono quanto se poderia esperar de qualquer Júlio-Claudiano. Sua mãe, Agripina, era filha de Júlia, e portanto neta de Augusto em linhagem direta de sangue. Seu pai, Germânico — que era visto como futuro imperador antes de sua morte precoce e, como seria de esperar, suspeita —, era não só neto de Lívia, mas também sobrinho-neto de Augusto. Foi graças a seus pais que Caio acabou ganhando o embaraçoso apelido de Calígula (“Botinhas”), pelo qual ficou conhecido. Eles o levavam ainda criança às campanhas militares, vestindo-o em trajes de combate, como um soldado em miniatura, incluindo as características botinhas do Exército (*caligae* em latim)

68. Este busto mostra Caio em trajes militares, com um elaborado peitoral. Em volta da cabeça, ele tem uma coroa de folhas de carvalho, a *corona civica* (ou “coroa cívica”), um prêmio tradicional dado aos romanos que salvavam vidas de seus cidadãos em batalha.

Seu assassinato, depois de apenas quatro anos no trono, por três soldados da Guarda Pretoriana, foi tão sangrento e confuso quanto o de César. No mundo antigo, raramente era possível cometer o assassinato a uma distância segura. Em geral, para matar era preciso chegar perto e com frequência derramar muito sangue. Assim como César e Caio descobriram, os maiores riscos para quem estivesse no poder eram as pessoas que tinham permissão de chegar mais perto: esposas e filhos, colegas, amigos e escravos. Mesmo assim, o contraste entre os dois assassinatos é grande, e também constitui um sinal de mudança dos tempos entre a República e o governo dos imperadores. Foram colegas senadores que apunhalaram César, em um evento público, à vista de todos, fingindo estar apresentando uma petição. Caio foi cortado em pedaços em casa, sozinho, em

um corredor vazio, por alguns dos soldados de elite que supostamente deveriam garantir a segurança doméstica do regime. E quando sua esposa chegou com a filha ainda bebê e descobriu o corpo, ambas foram mortas também.

O imperador, explica Josefo, assistia a alguns espetáculos no monte Palatino durante a festa anual ali realizada em memória do primeiro Augusto, programada para coincidir com o aniversário de casamento do primeiro casal imperial. No final da apresentação da manhã, ele decidiu não almoçar — outra versão diz que estava nauseado depois dos excessos da noite anterior — e foi sozinho do teatro até seus banhos privados. Quando atravessava uma passagem entre duas das propriedades do "complexo do palácio" em expansão (já bem mais amplo do que as acomodações relativamente modestas de Augusto), os três pretorianos, equivalentes a oficiais não comissionados nos nossos termos atuais, o atacaram. Pelo que se conta, foi uma rixa pessoal que motivou o líder, Cássio Quereia [Cassius Chaerea]. Ele desempenhava com frequência a função de agente do imperador, torturador e guarda-costas, mas Caio, ao que parece, costumava zombar em público de seus modos afeminados (uma de suas provocações favoritas era chamá-lo de "mocinha"). Foi uma vingança de Quereia.

Princípios mais elevados devem ter ajudado no complô e é provável que houvesse um apoio mais amplo entre soldados e senadores. Ou pelo menos é o que sugerem as muitas histórias contadas sobre as perversidades de Caio. O incesto dele com suas irmãs e seus planos malucos de tornar cônsul o seu cavalo ficaram famosos. Seus projetos voltados para alimentar a própria vaidade têm sido situados em algum ponto do espectro entre uma afronta às leis da natureza e

exibições bizarras (basta imaginá-lo, na cena descrita por mais de um escritor antigo, cavalgando todo empinado por uma passarela construída acima de uma ponte atravessando a baía de Nápoles, vestindo o peitoral de Alexandre, o Grande). Seus valentes soldados foram tristemente humilhados quando ele os mandou catar conchinhas numa praia francesa. E sua divertida ameaça dirigida à resignada aristocracia romana tornou-se legendária. Foi numa famosa ocasião em que ele, de repente, caiu na gargalhada, durante um jantar festivo no palácio, quando estava reclinado junto aos dois cônsules. “Qual foi a piada?”, um deles perguntou educadamente. “Apenas o pensamento de que bastaria eu acenar com a cabeça e a garganta de vocês dois seria cortada na mesma hora”, foi a resposta. Se não tivesse sido Quereia, outro teria usado o punhal contra ele.

Mas quaisquer que tenham sido os motivos exatos do assassinato, podemos afirmar que foi uma novidade: um esquadrão da morte operando a portas fechadas e um assassinato dinástico que fez a família imediata da vítima compartilhar o mesmo destino. Ninguém havia ido atrás da mulher de Júlio César. Revelou também que, apesar das tentativas amplamente bem-sucedidas de Augusto de tirar as legiões romanas da política, os poucos soldados estacionados na cidade podiam exercer um enorme poder. Em 41 d.C., o que ocorreu não foi apenas um grupo de pretorianos insatisfeitos decidido a matar um imperador; a Guarda Pretoriana imediatamente instalou também seu sucessor. A guarda pessoal mais próxima do imperador, uma pequena milícia de germânicos, escolhidos porque seu barbarismo era visto como uma garantia contra a corrupção, também desempenhou um sangrento papel no que aconteceu em

seguida.

Assim que a notícia do assassinato se espalhou, os germânicos demonstraram sua lealdade brutal e criminosa. Saíram correndo pelo Palatino, matando quem quer que suspeitassem estar envolvido no complô. Um senador foi abatido porque sua toga estava manchada de sangue, o que deu a impressão de que poderia ter estado envolvido na morte do imperador. E aterrorizaram as pessoas que ainda estavam no teatro depois que o imperador havia saído. Esses remanescentes da plateia foram encurralados, até que um médico amável interveio. Ele fora até lá atender as pessoas feridas na esteira do assassinato, e engenhou uma maneira de evacuar aqueles inocentes espectadores mandando-os embora, a pretexto de que iam buscar suprimentos médicos.

Enquanto isso, o Senado se reuniu no templo de Júpiter no Capitólio, o grande monumento simbólico da República, e os senadores passaram a proferir belas palavras sobre o fim da escravidão política e a volta da liberdade. Fazia cem anos, calcularam eles, que a liberdade havia sido perdida — presumivelmente, consideravam como ponto crucial o acordo em 60 a.C. entre Pompeu, César e Crasso, o Bando dos Três — e, portanto, era um momento particularmente auspicioso para reivindicá-la. O cônsul Cneu Sêntio Saturnino [Gnaeus Sentius Saturninus] pronunciou o discurso mais emocionante. Era novo demais, admitiu, para lembrar da República, mas havia visto com os próprios olhos “os males com que as tiranias preenchem o Estado”. Um novo alvorecer havia chegado com o assassinato de Caio: “Nenhum déspota poderá agora ser-nos impingido e ter sucesso em arruinar a cidade [...] o que recentemente tem

alimentado a tirania não é outra coisa que a nossa inação [...] Enfraquecidos por nossa satisfação com a paz, aprendemos a viver como escravos [...] Nosso primeiro dever agora é proporcionar as mais altas honrarias possíveis àqueles que assassinaram o tirano". Isso soava impressionante, mas se revelou vazio. Por todo o tempo em que discursou, Saturnino usou seu habitual anel de sinete, que lealmente exibia a cabeça de Caio. Um observador, notando a incongruência entre as palavras e a joia, arrancou o anel de seu dedo.

De qualquer modo, a encenação toda acontecia tarde demais. A Guarda Pretoriana, que não acreditava na capacidade do Senado e não tinha nenhum desejo de retornar à República, já havia escolhido um novo imperador. Segundo o relato, aterrorizado com a violência e a comoção, o tio de Caio, o cinquentão Cláudio, havia se escondido em uma viela escura. Mas foi logo descoberto pelos pretorianos e, embora temendo ser morto, foi em vez disso proclamado imperador. Seu parentesco de sangue com Lívio e Augusto fez dele um candidato tão plausível quanto qualquer outro, e ele estava na hora e no lugar certos.

Seguiram-se negociações tensas, uma cuidadosa publicidade e decisões estranhas. Cláudio deu a cada um dos pretorianos uma grande doação: "o primeiro imperador a usar o suborno para assegurar a lealdade dos soldados", censurou o biógrafo Suetônio, como se Augusto não tivesse feito quase a mesma coisa. Os senadores desistiram da ideia de liberdade republicana e logo estavam pedindo apenas que Cláudio aceitasse formalmente o trono que eles lhe outorgavam, enquanto a maioria deles rapidamente fugia para a segurança de

suas casas de campo. Em vez de receber “as mais elevadas honrarias possíveis”, Quereia e um de seus comparsas assassinos foram executados, com os conselheiros do novo imperador argumentando preocupados que, embora o feito tivesse sido glorioso, a deslealdade deveria, não obstante, ser punida a fim de desestimular qualquer repetição. Cláudio continuou relutando em ser governante, afirmando que fora atirado ao poder contra a sua vontade. Talvez fosse verdade, mas a demonstração de relutância com frequência tem sido uma capa muito útil para acobertar ambições desmedidas. Não demorou muito para que os escultores do mundo romano se alinhassem aos novos tempos e se dedicassem a transformar os agora supérfluos retratos de Caio em versões aceitáveis dos traços físicos de seu velho tio, o novo imperador.

Esses eventos nos dão um instantâneo vívido da política da autocracia romana quase trinta anos após a morte de Augusto. A postura ineficaz do Senado a respeito da restauração da República serve apenas para provar que o velho sistema de governo havia desaparecido completamente, restando apenas uma fantasia nostálgica daqueles que nunca o haviam experimentado. Como Josefo alude, se alguém era capaz de defender a plena voz um retorno ao governo republicano, ao mesmo tempo que ostentava em seu anel o retrato do imperador, é porque não entendia do que se tratava a República. A confusão e a violência que se seguiram ao assassinato mostram não só o quanto era fácil uma manhã pacífica de espetáculos teatrais transformar-se em um banho de sangue, mas também as diferentes visões políticas do Senado, dos soldados e das pessoas comuns. A maioria dos ricos e privilegiados celebrava a morte de um tirano. Os

pobres lamentavam o assassinato de seu herói. Josefo destaca e ridiculariza a loucura das mulheres, das crianças e dos escravos, que “relutavam em aceitar a verdade” e acreditavam alegremente nos falsos boatos de que Caio havia sido medicado e estava caminhando em torno do Fórum. É suficientemente claro que aqueles que estavam felizes por vê-lo fora do caminho não entravam em acordo quanto ao que deveria acontecer em seguida. E havia muitos outros que não aceitavam a ideia de ver seu imperador assassinado.

Essas diferenças de opinião desafiam as ortodoxias e levantam algumas questões históricas ainda maiores. Era Caio realmente tão monstruoso quanto tem sido consistentemente pintado? Será que as pessoas comuns, como sugere Josefo, haviam sido ludibriadas por um imperador conhecido por seus gestos de extravagante generosidade para com as multidões? — conta-se que em uma ocasião ficou em pé no alto de um edifício diante do Fórum, jogando dinheiro para quem passava. Talvez fosse esse o caso. Mas há algumas fortes razões para duvidar de muitas das histórias que nos foram legadas sobre a perversidade de Caio.

69. A aparência um pouco estranha desse retrato de Cláudio, especialmente seu cabelo, deve-se a uma mudança de identidade. Uma cabeça de Caio foi refeita para virar a de seu sucessor. É um bom símbolo de como se apagava um regime, e também dá uma pista de que a diferença entre os indivíduos era menor do que gostaríamos de supor.

Algumas dessas histórias são simplesmente implausíveis. Deixando de lado seu histrionismo na baía de Nápoles, será que ele realmente poderia ter mandado construir uma imensa ponte em Roma, do monte Palatino ao Capitólio, e que não tenha sobrado nenhum vestígio dela? Quase todas as histórias foram escritas anos após a morte do imperador, e as mais extravagantes vão ficando mais frágeis quanto mais as examinamos. Aquela sobre as conchas do mar pode muito bem ter sido uma mera confusão quanto ao termo latino *musculi*, que pode significar “moluscos” ou “vigor militar”. Será que os soldados não estavam desmontando um acampamento temporário em vez de catando conchas? E a primeira referência sobrevivente a incesto é encontrada apenas no final do século I d.C., e a evidência mais clara parece ser seu profundo pesar com a morte de sua irmã Drusila, o que dificilmente seria uma prova segura de relações sexuais. A ideia de alguns escritores modernos de que seus jantares eram espécies de orgias,

com suas irmãs “por baixo” dele e sua mulher “por cima”, apoia-se simplesmente em uma má tradução das palavras de Suetônio, que se refere aos ambientes do lugar — “acima” e “abaixo” — de uma mesa romana de jantar.

Seria ingênuo imaginar que Caio foi um governante inocente e benevolente, que tivesse sido muito mal compreendido e representado. Mas é difícil resistir à conclusão de que, qualquer que seja o fundo de verdade que possam ter, as histórias contadas a seu respeito são uma mistura inextricável de fatos, exageros, interpretações equivocadas e tendenciosas ou coisas totalmente inventadas — e algo em grande medida construído após sua morte, e principalmente em benefício do novo imperador, Cláudio, cuja legitimidade no trono dependia também da ideia de que seu predecessor havia sido eliminado com justa razão. Assim como interessou a Augusto fazer de Antônio um vilão, interessava ao regime de Cláudio, e àqueles sob o novo imperador que queriam se distanciar do antigo, acumular ofensas sobre Caio, verdadeiras ou não. Colocado de outro modo, Caio talvez tenha sido assassinado porque era um monstro, mas é igualmente possível que tenha sido transformado em monstro para justificar seu assassinato.

Mas vamos supor — ignorando todas as suspeitas — que as histórias sejam exatas, que as pessoas comuns eram meramente crédulas e que Roma estivesse de fato sob o domínio de um sádico maluco, a meio caminho entre um psicopata qualquer e um Stálin. A verdade é que o assassinato de Caio, além de tornar absolutamente claro que os imperadores haviam se tornado um recurso permanente, não teve qualquer impacto significativo na longa história do

governo imperial. Havia uma coisa que os assassinos de 41 d.C. tinham em comum com os de 44 a.C.: haviam matado um autocrata (Júlio César) apenas para acabar nas mãos de outro (Augusto). Porque apesar de toda a excitação gerada pelo assassinato de Caio — todo o suspense, a incerteza do momento e o flerte com o republicanismo, tão breve quanto pouco realista —, o resultado final foi outro imperador no trono, não muito diferente daquele que viera substituir. Cláudio pode ter tido uma reputação póstuma melhor e bem mais livresca do que Caio; afinal, seu filho adotivo e sucessor, Nero, não demonstrou interesse tão óbvio em difamar sua memória. Mas basta ir além da superfície e encontraremos também em Cláudio um sombrio registro de crueldades e crimes (35 senadores, de um total de seiscentos, e trezentos equestres mortos durante seu reinado, segundo uma contagem antiga), e ele ocupou a mesma posição na estrutura romana de poder.

Essa é uma das mensagens contidas no fato de se esculpir um novo rosto nas estátuas do antigo imperador. Em parte essas engenhosas alterações devem ter sido motivadas pelo bom-senso econômico. Qualquer escultor que tivesse quase terminado uma cabeça de Caio em janeiro de 41 d.C. não gostaria de ver todo seu tempo e dinheiro desperdiçados naquele retrato inútil de um governante deposto; bem melhor seria refazê-lo rapidamente de modo a se parecer com o novo homem no trono. Algumas das mudanças podem também ter sido uma forma simbólica de eliminação. Os romanos com frequência tentavam suprimir dos registros aqueles que não mais caíam em suas graças, demolindo suas casas, derrubando suas estátuas e apagando seus nomes de inscrições públicas (muitas

vezes com marcas brutais de cinzel, o que quase sempre só servia para atrair mais atenção para os nomes que queriam fazer esquecer).

Mas o outro aspecto subjacente, mais ou menos na linha da mensagem de Augusto e dos corvos, é que os imperadores eram mais parecidos entre eles do que diferentes, e que bastavam alguns ajustes superficiais para que um se transformasse em outro. Os assassinatos eram pequenas interrupções à narrativa maior do governo imperial.

“Bons imperadores” e “maus imperadores”?

A história-padrão dos quase dois séculos de autocracia, de Tibério a Cômodo, com os catorze imperadores ao longo de três dinastias imperiais, foca nas virtudes e defeitos do homem no trono, e em seu abuso e uso do poder autocrático. É difícil imaginar a história romana sem Nero “tocando violino enquanto Roma ardia” (mais precisamente, tocando irresponsavelmente sua lira enquanto a cidade era destruída por um grande incêndio em 64 d.C.), ou desastradamente tentando matar a mãe afogando-a em um barco armadilha, previamente preparado para afundar (uma peculiar combinação de engenho, crueldade e absurdo), ou torturando cristãos, como se tivessem sido os culpados pelo grande incêndio, na primeira de uma série de reações violentas esporádicas dos romanos contra a nova religião. Mas Nero é apenas um exemplo do vasto repertório de versões do sadismo imperial.

O imperador Cômodo, vestido de gladiador e ameaçando os senadores sentados na primeira fileira do Coliseu brandindo em sua direção a cabeça de um

avestruz decapitado, é algo usado com frequência para resumir o absurdo sadismo da autocracia corrupta. Uma testemunha ocular, descrevendo o incidente, admite ter sentido terror, mas ao mesmo tempo, ter ficado tão perigosamente perto de cair na gargalhada que para abafar o riso precisou enfiar na boca algumas folhas de louro da própria guirlanda. As travessuras do recluso Tibério em sua piscina na ilha de Capri, onde, comentava-se, recrutava garotos ("peixinhos") para bolinar seus genitais debaixo d'água, apontam para uma sexualidade baseada na exploração por parte do poder imperial — as cenas alegremente reencenadas no filme *Calígula*, de Bob Guccione, na década de 1970. Mais deprimente ainda é a história de como Domiciano transformou o sadismo em um passatempo solitário. Dizem que se trancava sozinho em seu quarto, e desperdiçava o tempo torturando moscas e matando-as com sua pena. "Tem alguém aí com o imperador?", alguém uma vez perguntou. "Nem uma mosca sequer", foi a resposta espirituosa de um cortesão.

Também há exemplos ocasionais de virtudes imperiais destacadas. A obra filosófica *Pensamentos*, de Marco Aurélio, embora boa parte dela tenha virado clichê ("Não aja como se fosse viver dez mil anos. A morte está à espreita"), ainda encontra muitos admiradores, compradores e defensores hoje em dia, desde gurus da autoajuda ao ex-presidente americano Bill Clinton. O heroico senso comum de Vespasiano, pai de Domiciano, merece ser mais bem conhecido. Subindo ao trono em 69 d.C., após o extravagante Nero, conta-se que foi um astuto administrador das finanças imperiais, a ponto de instituir um imposto sobre a urina humana, ingrediente-chave na indústria antiga da lavagem

e processamento de tecidos. Ele provavelmente nunca pronunciou o dito mordaz que corria sobre o tema, "*Pecunia non olet*" ("Dinheiro não tem cheiro"), atribuído a ele, mas que capta perfeitamente o espírito. Também ficou famoso por questionar as pretensões imperiais, incluindo as próprias. "Bem-feito para mim, por ter sido um velho tolo e querer um triunfo na minha idade", conta-se que teria dito ao final de seu desfile triunfal em 71 d.C., depois de passar o dia inteiro em pé sobre um carro sacolejante, aos 61 anos de idade.

Esses imperadores são alguns dos retratados com maior riqueza de detalhes no mundo romano. Mas todos os pormenores circunstanciais intrigantes, desde o oscilar de suas togas às suas calvícies, podem nos desviar das questões mais fundamentais já vislumbradas sob a história de Caio. Até que ponto é útil ver a história romana a partir das biografias imperiais ou dividir o período do império em trechos do tamanho de cada imperador (ou de cada dinastia)? O quanto são precisas essas imagens-padrão que chegaram até nós dos governantes? O que o caráter do imperador explica exatamente? E as qualidades do homem que ocupa o trono, que diferença fazem? E para quem?

Biógrafos, historiadores e analistas políticos antigos certamente acreditavam que isso fazia muita diferença, daí seu foco nos defeitos e falhas, hipocrisias e sadismos dos Augustos, e vez por outra na sua obstinada paciência e no seu tolerante bom humor. Suetônio, em sua série de biografias *Os doze imperadores*, de Júlio César a Domiciano, incluindo os três breves requerentes de 68 a 69 d.C., dá grande destaque ao tipo de anedotas pessoais reveladoras que acabei de mencionar, e esbanja atenção nas minúcias diagnósticas dos hábitos alimentares

de seus sujeitos, seu estilo de vestir, sua vida sexual e seus comentários sagazes, desde as piadas às últimas palavras que proferiram. É nele que lemos sobre a acne de Tibério, as recorrentes indigestões de Cláudio e o hábito de Domiciano de nadar com prostitutos.

Mesmo o mais cerebral Tácito [Publius Cornelius Tacitus] comprazia-se nesses detalhes pessoais. Em seu relato das duas primeiras dinastias imperiais, terminando com Domiciano, Tácito, um senador bem-sucedido e historiador cínico, oferece a mais devastadora análise da corrupção política que sobreviveu do mundo antigo — apesar de ter sido escrita a uma distância segura, no reinado de Trajano, início do século II d.C. Ele certamente tinha um olhar para o quadro geral. A primeira frase do seu *Anais* (ou *Crônicas*), uma história dos imperadores Júlio-Claudianos de Tibério a Nero, diz simplesmente: *"Urbem Romam a principio reges habuere"* ["A cidade de Roma foi governada desde os primórdios por reis"]. Com apenas seis palavras latinas, lançou um desafio direto aos fundamentos ideológicos do regime e à insistência dos Augustos de que não eram uma monarquia no sentido antigo. Mas Tácito regularmente apoia sua tese no caráter e nos crimes dos indivíduos no trono. Ele embeleza a descrição que faz, por exemplo, da tentativa de Nero de assassinar a mãe, Agripina, no barco armadilha, e a transforma em um conto terrivelmente barroco, que inclui até um escabroso detalhe de ingenuidade humana e crueldade imperial: enquanto Agripina nadava corajosamente para a margem, sua criada, sentindo que se afogava, tentou se salvar gritando que a mãe do imperador era *ela* — uma mentira desesperada que serviu apenas para que os homens de confiança de Nero

a eliminassem na mesma hora.

Muito da grande tradição de escrita moderna sobre os imperadores romanos tem sido estruturado em termos similares, em torno de personagens imperiais bons ou maus. As palavras de Edward Gibbon, em *Declínio e queda do Império Romano*, publicado em episódios a partir de 1776, têm tido imensa influência na visão das gerações de historiadores posteriores. Antes de abordar o tema principal de seu título, Gibbon faz uma breve reflexão sobre o período inicial do governo de um só homem, que vai de Tibério a Cômodo, e considera dignos de elogios os imperadores do século II d.C. Seu memorável aforismo, expresso com a típica assertividade do século XVIII, ainda é muito citado: "Se alguém fosse chamado a determinar o período da história do mundo no qual a condição da raça humana foi mais feliz e próspera, ele sem hesitar indicaria aquele que transcorreu desde a morte de Domiciano até a ascensão de Cômodo" — ou seja, o que muitos desde então têm chamado de período dos "bons imperadores": Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Lúcio Vero.

Esses eram governantes, prossegue Gibbon, cujo caráter e autoridade "despertavam respeito involuntário" e que "se compraziam na imagem da liberdade". A única coisa que devem ter lamentado, conclui ele, é saber que algum sucessor indigno ("algum jovem licencioso ou um tirano ciumento") logo iria surgir para arruinar tudo, como quase todos os seus predecessores haviam feito no passado: "o sombrio e implacável Tibério, o colérico Calígula, o frágil Cláudio, o devasso e cruel Nero e o tímido e desumano Domiciano".

É uma maneira professoral de resumir quase dois séculos de história romana.

Gibbon viveu em uma época em que historiadores julgavam “sem hesitar” e estavam dispostos a acreditar que o mundo romano teria sido um lugar melhor para se viver do que o deles. É também uma maneira profundamente enganosa, por várias razões. Os diversos governantes não se encaixavam facilmente em qualquer imagem-padrão, estereotipada. O próprio Gibbon admite — em linhas que são hoje raramente citadas, porque estragam a esplêndida assertividade do aforismo — que um de seus favoritos, Adriano, podia também ser fútil, caprichoso e cruel — um excelente príncipe, tanto quanto um tirano ciumento. Gibbon deve ter tido conhecimento do episódio em que Adriano mandou matar seu arquiteto por discordar do projeto de um edifício; se verdadeiro, é um exemplo de abuso imperial digno de um Caio.

E alguns dos modernos admiradores do gentil filósofo imperador Marco Aurélio iriam admirá-lo menos se refletissem sobre a brutalidade de sua supressão dos germanos, orgulhosamente ilustrada nas cenas de batalha que sobem ao redor da sua coluna comemorativa, ainda em pé no centro de Roma; embora menos famosa, ela teve a clara intenção de competir com a de Trajano, e houve até o cuidado de fazê-la um pouco mais alta (ver lâmina 10). Há que se considerar também todos os problemas de separar o que é fato do que é fantasia nas várias histórias sobre os malfeitos de Caio. Os diversos relatos antigos de transgressões imperiais nos dão vislumbres importantes das preocupações, suspeitas e preconceitos romanos. O grau de exatidão com que os escritores romanos imaginavam que seus maus imperadores revelavam sua maldade pode nos dizer muita coisa sobre as suposições culturais e a moralidade romanas em

geral, desde o *frisson* particular que era associado — e ainda é — ao sexo em piscinas, à objeção, mais surpreendente, em relação à crueldade com as moscas (provavelmente um sinal de que não havia nada no mundo de Domiciano tão trivial que não pudesse se tornar um hobby para seu sadismo). Mas enquanto evidências da realidade do domínio imperial, tais relatos ainda são uma mistura de narrativa precisa, exagero e suposições, impossível de ser desvendada.

70. Uma típica cena de violência romana da coluna de Marco Aurélio. Os prisioneiros germanos atados estão em fila, para serem executados um por um. A cabeça no chão, perto do corpo, é um detalhe particularmente assustador.

O que acontecia atrás das portas do palácio era geralmente secreto. Alguns fatos vazavam, alguns pronunciamentos eram tornados públicos, mas na maioria das vezes o que prosperava eram teorias da conspiração. Não custava muito transformar um acidente de barco quase trágico em uma desastrada tentativa de assassinato (aliás, como será que Tácito ficou sabendo da tola artimanha da

criada de Agripina?). E havia abundância do que chamaríamos hoje de mitos urbanos. Anedotas mais ou menos idênticas e ditos espirituosos aparentemente espontâneos aparecem nas biografias de diferentes governantes. Foi Domiciano ou foi Adriano que fez o irônico comentário de que ninguém acredita que há um complô contra um imperador até que ele seja encontrado morto? Talvez ambos. Talvez Domiciano tenha cunhado a frase e Adriano simplesmente a repetiu. Ou quem sabe era um clichê à mão para se falar dos perigos das altas hierarquias, e que podia ser colocado na boca de praticamente qualquer governante. Em termos mais gerais, a política da mudança de regime tinha uma grande influência na maneira pela qual cada imperador passava à história, já que as carreiras e os personagens imperiais eram reinventados para atender aos interesses daqueles que os apoiavam. A regra básica da história romana é que todo aquele que era assassinado acabava sendo, como Caio, demonizado. Aqueles que morriam em seu leito, sucedidos por um filho e herdeiro, natural ou adotivo, eram exaltados como personagens generosos e afáveis, dedicados ao sucesso de Roma, que por sua vez não os levava muito a sério.

Essas são as considerações que recentemente incentivaram algumas tentativas corajosas e revisionistas de reabilitar alguns dos mais notórios monstros imperiais. Vários historiadores modernos têm apresentado Nero, particularmente, mais como uma vítima da propaganda da dinastia Flaviana, que começa com Vespasiano, seu sucessor, do que como um piromaníaco assassino da própria mãe, a quem se atribui ter iniciado o grande incêndio de 64 d.C., não só para apreciar o espetáculo, mas também para limpar a área e poder construir

seu novo palácio, a Casa Dourada [*Domus Áurea*]. Mesmo Tácito admite, apontam os reabilitadores, que Nero foi o patrocinador de medidas de ajudas efetivas para os desabrigados após o incêndio; e a propalada extravagância de sua nova residência, com todos os seus luxos (incluindo uma sala de jantar giratória), não impediu que o parcimonioso Vespasiano e seus filhos se apoderassem de parte dela como sua casa. Além disso, nos vinte anos após a morte de Nero, em 68 d.C., pelo menos três falsos Neros, com lira e tudo, apareceram nas regiões orientais do Império, reivindicando o poder e apresentando-se como o imperador em pessoa, ainda vivo, apesar de todas as notícias de seu suicídio. Foram todos rapidamente eliminados, mas o engodo sugere que, em algumas áreas do mundo romano, Nero era lembrado afetuosamente: ninguém buscaria alcançar o poder fingindo ser um imperador odiado por todos.

Esse ceticismo histórico é saudável. Mas ele nos desvia da questão principal: quaisquer que sejam as visões de Suetônio e outros escritores antigos, as qualidades e personalidades individuais de cada imperador não importavam muito para a maioria dos habitantes do Império, ou para a estrutura essencial da história romana e seus principais desdobramentos.

Isso provavelmente era importante para alguns membros da elite metropolitana, para os conselheiros do imperador, o Senado e o pessoal do palácio. O trato diário com o adolescente imperador Nero pode muito bem ter sido mais desafiador do que lidar com Cláudio ou com Vespasiano. E a ausência de Tibério, em seu retiro em Capri, ou de Adriano em uma de suas muitas

viagens pelo mundo romano (ele foi um turista inveterado, passando mais tempo no exterior do que em casa) deve ter tido um impacto sobre a administração para aqueles diretamente envolvidos — incluindo a certa altura o próprio Suetônio, que trabalhou por um breve período no secretariado de Adriano.

Fora desse pequeno círculo, porém, e certamente fora da cidade de Roma, já que apenas nela os efeitos da generosidade de um imperador podiam ser espargidos sobre homens e mulheres nas ruas, dificilmente faria muita diferença quem estivesse no trono, ou quais fossem seus hábitos pessoais ou intrigas. E não há qualquer indício de que a personalidade do governante tenha afetado o modelo básico de governo no plano doméstico ou no exterior de alguma maneira significativa. Se Caio ou Nero ou Domiciano eram realmente tão irresponsáveis, sádicos e malucos como são pintados, isso fez pouca ou nenhuma diferença no funcionamento do Império Romano, ficando restrito ao âmbito do anedótico. Por baixo das histórias escandalosas e dos relatos de sodomia (que obscurecem tanto quanto vivificam), e para lá dos aforismos cuidadosamente construídos de Gibbon, havia uma estrutura de governo notavelmente estável e — como veremos — um conjunto de problemas e tensões também estável por todo o período. São eles que precisamos entender para que o domínio imperial faça sentido para nós, e não as idiossincrasias de cada governante. Afinal, nenhum cavalo chegou de fato a ser nomeado cônsul.

71. Parte da decoração da Casa Dourada de Nero. As partes que sobreviveram, a maioria preservada dentro dos alicerces das posteriores termas de Trajano, são impressionantes, mas não coincidem muito com as descrições escritas que sobreviveram. Apesar de algumas asserções otimistas, não há vestígios seguros de sua sala de jantar giratória. É bem possível que muito da decoração preservada, e que causou grande impacto em artistas da Renascença (que a copiavam), seja da ala dos criados do palácio.

Mudanças no topo

Não é o caso de dizer que tudo continuou igual entre 14 e 192 d.C. Houve uma enorme expansão na sede palaciana do poder imperial; a equipe da administração imperial cresceu e ganhou aspecto totalmente diverso; e a infraestrutura ficou muito mais complexa. Além disso, por volta do início do século II d.C., o imperador começou a olhar de modo muito diferente para seus súditos.

O primeiro Augusto havia feito uma grande ostentação (em parte proposital) de que vivia mais ou menos nos mesmo termos que os aristocratas romanos tradicionais. Décadas depois, porém, os imperadores passaram a viver em um

estilo de luxo e extravagância inigualável no mundo ocidental. A cidade romana de Pompeia dá uma clara indicação da escala dessa mudança. No século II a.C., a maior casa de Pompeia (que hoje conhecemos como a Casa do Fauno, por causa da estátua de bronze de um fauno ou sátiro dançante encontrada ali) equivalia mais ou menos ao tamanho dos palácios de alguns dos reis do Mediterrâneo oriental, que haviam tomado, ou recebido, partes do território conquistado por Alexandre, o Grande. No século II d.C., a *villa* (como é agora eufemisticamente chamada) que Adriano construiu em Tivoli, a alguns quilômetros de Roma, era maior que toda a cidade de Pompeia. E ali ele recriou uma miniatura do Império Romano, com réplicas dos principais monumentos e tesouros imperiais — desde os cursos d'água egípcios ao famoso templo de Afrodite na cidade de Cnido, com sua ainda mais famosa estátua da deusa nua.

No meio-termo, as duas casas que Augusto ocupou no monte Palatino haviam sido ampliadas para formar um palácio. Nero foi o mais notório dos primeiros imperadores no que se refere a edifícios domésticos extravagantes. Sua Casa Dourada continha o que havia de mais refinado em luxo e engenharia, e o seu porte era igualmente impactante. As dependências residenciais e o parque estendiam-se, assim se dizia, por metade da cidade, quase como se séculos mais tarde o palácio de Versalhes ocupasse o centro de Paris. Isso produziu alguns sagazes *graffiti* de seus críticos. "Roma inteira está virando uma única casa. Fujam para Veii, cidadãos", rabiscava um dos gracejos. Era uma alusão que remontava à proposta feita séculos antes, após a invasão dos gauleses em 390 a.C., que os romanos abandonassem sua cidade e se instalassem no que

havia sido uma cidade etrusca inimiga. Mas por controvertida que fosse a "invasão" de Roma por Nero, seus grandes projetos de construção definiram um padrão para o futuro.

72. Uma escultura de crocodilo — para dar um toque egípcio —, ao lado de uma piscina ornamental na *villa* de Adriano em Tivoli. A *villa* era ainda mais extravagante que a Casa Dourada de Nero. Adriano saiu-se bem com ela, o que não ocorreu com Nero, em grande parte porque sua construção ficava relativamente escondida no interior, e não parecia usurpar espaço da cidade de Roma.

Por volta do final do século I d.C., os imperadores desfrutavam de luxuosas propriedades recém-adquiridas nos subúrbios da maior parte da cidade (combinações de palácios e parques de lazer conhecidos como *horti*, ou "hortos"), e haviam mais ou menos tomado todo o monte Palatino para a sua sede central, ou "palácio" (de "Palatino"). Esse então incluía câmaras para audiências, salões de jantar oficiais, suítes de recepção, escritórios, banhos e acomodações para família, equipe e escravos — e na porta dos fundos, simbolicamente fechada, havia a fictícia "Cabana de Rômulo", onde Roma havia

começado. O palácio era não apenas amplamente visível, com vários andares elevando-se sobre a cidade; ele ocupava terrenos do Palatino que durante séculos foram o local de residência favorito dos senadores. Era aqui que ficava a principal casa de Cícero na cidade, assim como a de Clódio e muitos outros atores principais da política da República romana. Não poderia haver um símbolo mais claro da mudança no equilíbrio de poder em Roma do que o fato de as ruínas das velhas casas do Palatino estarem agora enterradas junto com os alicerces do palácio erguido mais tarde, ou no fato de as famílias da elite, ao se verem expulsas de seu bairro de escolha, terem sido obrigadas a migrar para o monte Aventino, que nos primeiros dias de Roma havia sido a fortaleza de radicais plebeus.

Ao lado da expansão do palácio imperial houve também a expansão da administração imperial, no núcleo central do Império. Sabemos poucos detalhes de como era organizada a primeira equipe de Augusto, mas é provável que fosse uma versão expandida dos esquemas domésticos de um senador de destaque do século anterior: um grande número de escravos e ex-escravos, cada um com sua função, de faxineiros a secretários, tendo a família e os amigos como conselheiros, confidentes e ouvintes. É essa certamente a impressão dada pelos ocupantes de um grande túmulo comunitário (chamado *columbarium*, ou “pombal”), descoberto em 1726 na Via Ápia. Ele continha originalmente as cinzas de mais de mil escravos e ex-escravos de Lívia, com pequenas placas registrando nomes e funções. Os que sobreviveram dão uma ideia da composição da equipe: havia cinco médicos e um supervisor médico, duas parteiras

(presume-se que para o restante da casa), um pintor, sete costureiras (ou reformadoras), uma criada de quarto (*capsarius*, possivelmente o equivalente antigo do “carregador de malas”), um provedor de mantimentos e um eunuco (de função não especificada). Isso se parece com a equipe de escravos que qualquer dama da aristocracia poderia ter, mas em uma escala bem mais expandida. Onde todos eles moravam é um mistério. Dificilmente caberiam nas casas do casal imperial no Palatino e presume-se que ficavam alojados em outra parte.

Na época de Cláudio, trinta anos mais tarde, a organização administrativa ligada ao imperador tinha uma escala e um nível de complexidade completamente diferentes. Havia sido criada uma série de departamentos ou escritórios para lidar com os diferentes aspectos da organização: uma seção para correspondência em latim e outra separada para correspondência em grego, um escritório para lidar com petições ao imperador, outro para a contabilidade, mais um para preparar e organizar os processos legais julgados pelo imperador. A maioria da equipe era constituída por escravos, muitas centenas deles, chefiados por gerentes de seção, que de início eram geralmente ex-escravos — administradores confiáveis, cuja lealdade ao imperador estava mais ou menos garantida. Mas quando o imenso poder que esses homens exerciam tornou-se motivo de controvérsia no seio da elite tradicional, membros da ordem equestre passaram a substituí-los como gerentes. Os senadores nunca gostaram de ser eclipsados por uma poderosa subclasse servil que ficava por ali se pavonenando (pelo menos era assim que alguns sentiam sua atuação), como se fossem mais importantes do que eles.

Isso se parece bastante com o moderno funcionalismo público, mas em um aspecto importante não era assim. Não há sinal de hierarquias claramente definidas abaixo dos gerentes de seção ou que houvesse graduação de postos, ou as qualificações e os concursos que associamos hoje à ideia de serviço público, seja no Ocidente moderno ou na antiga China. Até onde sabemos, era tudo ainda baseado na estrutura do antiquado ambiente doméstico de escravos, como o de Cícero, embora bastante ampliado. Mas isso também aponta para outro aspecto da função de imperador que com frequência fica esquecida em meio a tantas histórias de luxos e excessos: o trabalho burocrático.

A maioria dos governantes romanos passava mais tempo em sua mesa de trabalho do que na mesa de jantar. Esperava-se deles que trabalhassem em sua função, precisavam ser vistos exercendo poder na prática, respondendo petições, julgando disputas por todo o Império e dando vereditos em complexas questões legais, até chegar àquelas tarefas que, vistas de fora (embora não pelas partes envolvidas, é claro), podiam parecer relativamente triviais. Em uma ocasião, assim explica uma longa inscrição, pediu-se ao primeiro Augusto que julgasse uma questão em Cnido, de onde vinha a famosa Afrodite, na costa sudoeste da atual Turquia. Era uma sórdida disputa local que terminara com um dos envolvidos sendo morto por um penico que havia sido acidentalmente derrubado por um escravo, da mesma janela que a "vítima" estava tentando invadir. Quem era o culpado, Augusto teria que decidir, o agressor, o escravo que derrubara o penico ou o seu senhor?

Foi o apoio de uma equipe cada vez maior do imperador que tornou possível

lidar com muitos casos como esse, e com os sacos de cartas que chegavam à sala de correio do palácio e com as filas de enviados que apareciam, todos aguardando uma resposta do imperador ou uma audiência. Nesse sentido, o cenário era mais ou menos como o do serviço público moderno: o imperador quase sempre tinha uma equipe de escravos e ex-escravos que liam os documentos, aconselhavam-no quanto ao curso de ação adequado e, sem dúvida, já deixavam esboçadas muitas das decisões e respostas. Em termos realistas, uma boa proporção das cartas "do imperador" recebidas pelas comunidades locais nas províncias e orgulhosamente colocadas à vista de todos, inscritas de forma permanente em mármore ou bronze, dificilmente devem ter contado com pouco mais do que uma anuência da sua parte, um mero aceno de cabeça e a impressão de seu selo. Mas talvez isso não importasse tanto assim para quem as recebia.

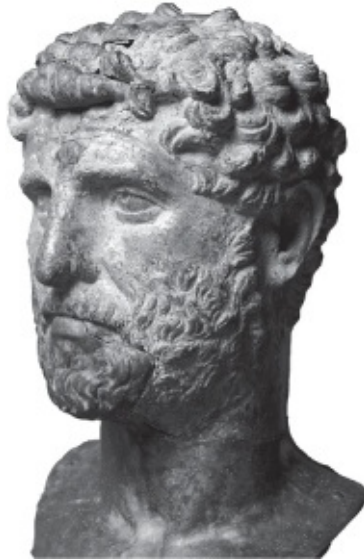
A maioria daqueles que viviam nas províncias, ou mesmo na Itália, tinha apenas uma vaga ideia, se é que tinha, de como era o palácio imperial ou de como funcionava a administração do Império. Apenas um número muito reduzido havia alguma vez visto o imperador em pessoa. A sua imagem, porém, era vista muitas vezes nas moedas que tinham nos bolsos e nos retratos que continuavam inundando o mundo romano. A atmosfera não era muito diferente daquela que vemos em uma ditadura moderna, com o rosto do governante exposto em cada fachada de loja, esquina de rua e repartição pública. Chegava às vezes a ser convertida em algo comestível, estampada em biscoitos distribuídos em sacrifícios religiosos, como deixam claro alguns moldes culinários que

sobreviveram. Na realidade, o estudioso, professor e cortesão do século II d.C., Marco Cornélio Frontão [Marcus Cornelius Fronto], em carta ao seu mais famoso discípulo, Marco Aurélio, tratou a disseminação de imagens imperiais como uma fonte de orgulho, mesmo que deplorasse a falta de talento artístico das iniciativas espontâneas das pessoas comuns. "Em todos os bancos, lojas, bares, frontões, colunatas e janelas, por toda parte", escreveu ele, "retratos seus estão publicamente expostos, mesmo que mal pintados, modelados e esculpidos em estilo rude, quase sem valor algum."

O rosto do imperador estava por toda parte, mas podia ser representado de maneiras diversas. Só quem não estivesse prestando atenção deixaria de ver a radical mudança que ocorreu perto do início do século II d.C. na aparência dos governantes. Com a ascensão de Adriano em 117 d.C., depois de mais de cem anos de retratos imperiais sem qualquer vestígio de pelos no rosto (apenas uma barba rala se eles estivessem supostamente de luto), os imperadores começaram a ser retratados com barba farta, uma tendência que durou pelo resto do século e continuou bem depois do período coberto por este livro. É uma boa maneira de datar todas as cabeças imperiais que agora se alinham nas prateleiras dos museus: se estiverem com barba, são posteriores a 117 d.C.

Essa mudança não pode ter sido um mero capricho da moda ou, como um escritor antigo previsivelmente especulou, um recurso de Adriano para esconder suas pintas. Mas a razão disso continua a intrigar. Seria uma tentativa de emular os filósofos gregos do passado? Adriano era um conhecido admirador da cultura grega, assim como o filosófico Marco Aurélio. Seria então parte de uma

tentativa de intelectualizar o poder imperial romano, de reapresentá-lo em termos gregos? Ou apontaria na direção oposta, remontando aos duros heróis militares da Roma mais antiga, até antes da era de Cipião Barbato, no início do século III a.C., quando ostentar barba já parecia algo notável em um romano? Impossível saber, e não há nenhum escrito antigo sobrevivente que explique a novidade das barbas. Mas, no mínimo, sugere que dentro do palácio alguém estava pensando a respeito da imagem imperial, até mesmo no detalhe da barba, e, quaisquer que fossem as razões, estava disposto a romper a tradição.

Por mais importantes, e visíveis, que fossem alguns desses desdobramentos, a estrutura básica do poder imperial, do modo como havia sido formulada por Augusto, continuou a mesma ao longo do governo desses catorze imperadores, não importa quem estivesse no trono: Tibério, perto do início do século I d.C., não teria dificuldades em se colocar na posição imperial de Cômodo, perto do final do século seguinte. Todos continuaram ostentando o título de “Augusto”, em meio a uma série de outros nomes, com frequência muito similares. Sempre foi preciso um olho muito atento para diferenciar César Públio Élio Trajano Adriano Augusto do homem que foi imperador depois dele, César Tito Élio Adriano Antonino Augusto Pio, isto é, o par que conhecemos como Adriano e Antonino Pio. Todos que se postassem diante deles os chamariam de César. “Ave, César, aqueles que estão para morrer o saúdam”, como os gladiadores gritavam ao imperador antes das lutas; essa teria sido uma forma apropriada de se dirigir a qualquer um deles.

73. A cabeça de Adriano folheada a bronze, com sua barba característica. Ficou uma vez constantemente exposta em uma cidade do norte da Itália (Veleia, perto da atual Parma).

Todos continuaram seguindo o precedente de Augusto ao construírem seu caminho dentro do poder, ostentando sua generosidade com o povo e exibindo perícia militar — e eram duramente criticados quando não faziam isso. A mais famosa construção de Vespasiano, o anfiteatro inaugurado por seu filho Tito, em 80 d.C., foi uma habilidosa combinação desses três objetivos. Conhecido como Coliseu [Colosseum], devido à colossal estátua de Nero que ficava perto e que durou muito tempo após a morte dele, era ao mesmo tempo um imenso projeto de construção (levou quase dez anos para ser concluído, com o emprego de 100 mil metros cúbicos de pedra), uma comemoração de sua vitória sobre os rebeldes judeus (o butim de guerra o financiou) e um conspícuo ato de generosidade para com o povo romano (o mais famoso local de entretenimento que já existira). Foi também uma crítica ao seu antecessor, pois erguia-se significativamente no local onde antes ficava o parque privado de Nero.

Mas os catorze imperadores foram também herdeiros dos problemas e tensões deixados por Augusto. Pois o “modelo augustiano”, embora duradouro e sólido em alguns aspectos, era em outros um precário número de equilibrismo. Deixara algumas questões perigosamente mal resolvidas. Em particular, Augusto nunca deu solução ao problema da sucessão ao poder imperial. Havia deixado altamente contestados o papel do Senado e as relações entre o imperador e o restante da elite. E, no plano mais geral, sobraram questões complexas sobre como o poder do governante do mundo romano deveria ser definido e representado. De que maneira, por exemplo, o desfile das *civilitas* ou a ideia de que ele simplesmente era “o primeiro entre iguais” (“*primus inter pares*”, na expressão latina) poderiam conviver com as imensas honrarias imperiais e o status quase divino de imperador? Ou seja, o quanto exatamente o governante romano era próximo de um deus?

Todos os imperadores e seus conselheiros tiveram que lidar com esses dilemas, que ficavam logo abaixo da superfície de muitos episódios sombrios. Por exemplo, várias das histórias do envenenamento de herdeiros imperiais indicam que havia incertezas quanto aos direitos de sucessão. As provocações ofensivas de Caio aos seus resignados cônsules refletem o relacionamento tenso entre o Senado e o governante. Portanto, é para esses conflitos definidores do poder imperial que iremos nos voltar agora: a sucessão, o Senado e o status do imperador, divino ou não. Eles são tão importantes para a nossa compreensão de como o poder político romano funcionava, quanto os projetos mastodônticos de construção, as campanhas militares e as generosas benemerências; e bem mais

importantes que todas as histórias curiosas sobre crimes, conspirações ou cavalos candidatos a cônsules.

Sucessão

O assassinato de Caio foi um episódio particularmente sangrento de mudança de regime, mas a transmissão de poder imperial em Roma muitas vezes era homicida. Apesar da impressionante taxa de sobrevivência dos imperadores (catorze governantes em quase duzentos anos é uma prova de estabilidade), o momento da sucessão era repleto de violência e envolvido por acusações de traição. Vespasiano, em 79 d.C., foi o único imperador das duas primeiras dinastias a morrer sem que viessem à tona quaisquer boatos de trapaça. Caio, Nero e Domiciano obviamente tiveram fins violentos. Houve rumores de assassinato nas mortes de todos os demais. Os nomes, datas e detalhes mudam, mas a história permanece a mesma. Alguns disseram que Lívia envenenou Augusto para facilitar a ascensão de Tibério ao trono; muitos acreditaram que Tibério havia sido envenenado ou sufocado para dar lugar a Caio; supõe-se que Agripina despachou o marido Cláudio com alguns cogumelos envenenados em sua bem-sucedida aposta de tornar seu filho Nero imperador; e alguns diziam que Domiciano teve participação na morte precoce de Tito — contrariando a história ingênua do Talmude, segundo a qual, depois que Tito destruiu o templo de Jerusalém, um inseto entrou em seu nariz e aos poucos corroeu seu cérebro.

Muitas dessas histórias são ficção. É preciso muito esforço e boa vontade para acreditar que a idosa Lívia teria tido o trabalho de envenenar figos que

ainda cresciam no pé, e que depois usasse de artifícios para fazer o marido comê-los. No entanto, verdade ou não, todas elas destacam a incerteza e o perigo envolvidos na transmissão do poder. A mensagem é que a sucessão quase nunca aconteceu sem disputas ou vítimas. Esse era um padrão que remontava também aos mitos dos reis antigos: eles desfrutaram de longos reinados, mas apenas dois dos sete tiveram mortes naturais. Por que era tão difícil? E que soluções os romanos acharam?

O primeiro Augusto tentou tornar permanente o governo de um só homem e mantê-lo dentro da família. Mas a série de mortes daqueles apontados como seus herdeiros, e a ausência de filhos sobreviventes de seu casamento com Lívia, atrapalharam seus planos. A sucessão ao longo da primeira dinastia continuou sendo tensa, já que entraram em choque diversas reivindicações ao trono, de diversos lados da árvore genealógica da família Júlio-Claudiana. Mas havia problemas maiores do que esses, que não teriam desaparecido mesmo que o casal imperial tivesse produzido meia dúzia de meninos saudáveis.

Augusto estava tentando inventar a partir do zero um sistema de sucessão dinástica, tendo como cenário um conjunto instável de regras romanas sobre a maneira de legar status e propriedade. O aspecto crucial é que a lei não estipulava que o primogênito era o único ou principal herdeiro. O sistema-padrão moderno de primogenitura é um mecanismo à prova de falhas para dirimir qualquer dúvida sobre quem deve suceder, embora — ao tornar a ordem de nascimento o único critério — envolva o risco de colocar no trono pretendentes inaptos. Em Roma, o filho homem mais velho do imperador teria certa vantagem

em tentar seguir o pai, mas nada além disso. Uma reivindicação bem-sucedida do poder também dependia de manobras de bastidores, do apoio de grupos-chave de interesse, da pessoa ter sido preparada para o papel e de uma cuidadosa manipulação da opinião pública. E dependia também de o pretendente estar no lugar certo, na hora certa. A única maneira confiável de garantir uma transição pacífica era já dispor imediatamente do novo imperador para assumir o anel de sinete do velho Augusto no momento em que esse desse seu último suspiro, sem nenhum intervalo inconveniente. Era isso o que os espalhadores de boatos compreendiam: a maioria das acusações de envenenamento sob os Júlio-Claudianos apresentava o assassinato não como parte de um complô para colocar novos candidatos no poder, mas como uma manobra para obter o *timing* certo e assegurar uma tomada de poder sem sobressaltos para o homem que já estava definido como provável sucessor.

Essas incertezas sobre como fazer uma reivindicação legítima ao poder também ajudam a explicar a imagem peculiarmente assassina da corte imperial romana, onde parece que havia perigo à espreita em cada figueira e que a atmosfera de suspeição era tamanha que, segundo se diz, Domiciano mandara revestir as paredes do palácio com pedra refletora para que pudesse ver quem vinha logo atrás. Sem nenhum sistema pactuado para a transmissão do poder, todo parente contava como um potencial rival do imperador ou de seu provável herdeiro — e disso se seguia que aqueles na penumbra da família imperial viam a si mesmos em uma posição muito perigosa. Algumas das histórias podem muito bem conter mais ficção do que realidade; a elite romana não era por

natureza particularmente cruel e implacável, mesmo que seja esta a imagem que ela projeta nos filmes e na literatura. O que de fato se mostrava implacável era a lógica fundamental da sucessão imperial. Tácito registra isso, com seu característico cinismo, ao descrever os eventos do início do reinado de Nero em 54 d.C. “A primeira morte sob o novo imperador”, começa ele, já deixando implícito que haveria mais mortes em seguida, foi a de Marco Júnio Silânio Torquato [Marcus Junius Silanus Torquatus], o governador da Ásia. Era um homem sem qualquer ambição, tão despudoradamente apático, explica Tácito, que Caio o apelidara de Carneiro Dourado. Mas sua morte foi inevitável, e a razão era óbvia: “Era bisneto de Augusto”.

Havia rotas alternativas para o poder. Uma delas era exatamente aquela que o primeiro Augusto tentara eliminar: a condução pelo Exército. Em 41 d.C., a Guarda Pretoriana de Roma havia desempenhado papel principal em colocar Cláudio no trono. Em 68 d.C., para citar de novo Tácito, “o segredo do poder imperial foi revelado, que um imperador poderia ser feito em outro lugar que não fosse Roma”. “Em outro lugar que não fosse Roma” é um eufemismo para “pelas legiões nas províncias”, já que cada um dos quatro rivais que reivindicavam o lugar de Nero era apoiado por unidades do Exército de diferentes províncias. Em dezoito meses, Vespasiano foi alçado ao poder no Oriente, sem nenhuma conexão de nascimento com a dinastia Júlio-Claudiana. É claro, porém, que ele e seus apoiadores sentiram que a força militar sozinha não era suficiente para assegurar sua posição. Apesar da imagem de prático e realista que ele projetou mais tarde, no início de seu governo relatos muito difundidos

dos milagres que havia operado sustentaram sua reivindicação ao trono. No Egito, pouco antes de sua proclamação como imperador, contava-se que havia devolvido a visão a um cego ao cuspir em seus olhos e curado a mão atrofiada de outro homem ao colocar a planta do pé em cima dela. Não importa a manipulação cuidadosa feita em cima desses relatos (e nem a estranha similaridade com um operador de milagres bem mais conhecido do primeiro século da nossa era), testemunhas oculares ao que parece atestaram essas curas milagrosas anos mais tarde, bem depois da morte de Vespasiano.

Os pretorianos continuaram a influenciar a sucessão imperial; certamente, ninguém seria capaz de manter o trono se os soldados na cidade se opusessem ativamente. Mas no período até 192 d.C., eles nunca arquitetaram novamente um golpe aberto da forma como fizeram em 41 d.C., e tampouco as legiões das províncias durante esse período criaram de novo um imperador. Uma das razões disso é que a partir do fim do século I d.C. — após um breve interlúdio de sucessão relativamente sem problemas no qual Vespasiano foi seguido por seus dois filhos naturais — foi concebido um caminho alternativo para o trono, que pareceu driblar algumas das dificuldades anteriores: a adoção.

Em Roma, a adoção nunca havia sido um meio principal para um casal sem filhos constituir uma família. Qualquer um que quisesse um bebê podia facilmente achar um em algum depósito de lixo. A adoção dentro da elite sempre havia sido um meio de assegurar a transmissão de status e propriedade e a continuidade do nome familiar na ausência de filhos biológicos sobreviventes. Os adotados eram de preferência adolescentes ou adultos jovens que se

distinguiam de algum modo, e não bebês, cujo alto risco de morte fazia deles um investimento pouco sensato. Foi assim que Cipião Emiliano, por exemplo, amigo de Políbio e conquistador de Cartago, em 146 a.C., filho natural de outro famoso comandante romano, Emílio Paulo, terminou na família Cipião.

Não era surpresa nenhuma que Augusto e seus sucessores da dinastia Júlio-Claudiana usassem a adoção, como outras famílias da elite às vezes faziam, para escolher o herdeiro favorito em meio ao vasto grupo de parentes. Portanto, Augusto adotou seus netos e, quando eles morreram, fez o mesmo com o filho natural de Lívia, Tibério; Cláudio, do mesmo modo, adotou Nero, filho de sua mulher. Mas a partir do fim do século I d.C., o padrão passou a ser outro. Quando Domiciano foi assassinado em 96 d.C., o Senado ofereceu o trono ao idoso Nerva, que não tinha filhos — alguém confiável, presumivelmente. Entre Nerva e Marco Aurélio, os herdeiros ao trono foram selecionados e adotados sem nenhuma preocupação óbvia com as relações familiares. Alguns não tinham nenhum vínculo com o imperador existente, nem de sangue nem de casamento, ou apenas um vínculo remoto, e vieram de mais longe. Trajano, o primeiro dos adotados, era originário da Espanha; as famílias de outros provinham também da Gália. Eram os descendentes de antigos colonizadores romanos no exterior, que provavelmente haviam casado com gente das comunidades locais. Mas, de uma maneira que atendia muito bem ao projeto romano de incorporação, eles defenderam a tese de que o imperador poderia vir das províncias do Império.

Esse novo sistema, que operou pela maior parte do século II d.C., era às vezes apresentado como uma grande mudança na ideologia do poder político,

quase como uma revolução meritocrática. Caio Plínio Cecílio Segundo [Gaius Plinius Caecilius Secundus] (hoje chamado de “Plínio, o Jovem”, para diferenciar de seu tio, “o Velho”) justificou o procedimento exatamente nesses termos, em um discurso feito ao imperador Trajano: “Quando você está prestes a passar o controle do Senado e do povo de Roma, dos Exércitos, das províncias, dos aliados, a um só homem, você olharia para a barriga de uma esposa para produzi-lo, e procuraria um herdeiro do supremo poder apenas dentro das paredes da própria casa?... Se ele vai governar sobre todos, deve ser escolhido entre todos”. Tácito, escrevendo também durante o governo de Trajano, faz eco a esse sentimento em um discurso que colocou na boca de Sérvio Sulpício Galba [Servius Sulpicius Galba], um dos pretendentes ao trono, que sustentou o poder por breve período após a morte de Nero. Alguns dias antes de sua morte, idoso e sem herdeiros, Galba procurou alguém fora da sua família para adotar como sucessor. As palavras de Tácito justificam sua decisão em 69 d.C.; mas elas na realidade pertencem ao mundo da adoção imperial da sua época: “Sob Tibério e Caio e Cláudio”, ele faz Galba dizer, “nós romanos nos tornamos a herança de apenas uma família... Agora que a dinastia Júlio-Claudiana terminou, a adoção irá selecionar apenas o melhor. Pois ser descendente e nascido de imperadores é puro acaso, e não é mais tão altamente considerado”.

São excelentes palavras, e sugerem um novo estilo de reflexão sobre a natureza do poder e das qualidades de um imperador. Na prática, também, o sistema de adoção às vezes funcionou muito bem. Com a morte de Nerva em 98 d.C., a sucessão de Trajano estava tão garantida que o novo imperador sequer

voltou para Roma da Alemanha, onde ficou por mais de um ano. Mas não era a solução perfeita que alguns dos inflamados relatos antigos faziam parecer. Lendo nas entrelinhas, fica claro que os pretorianos haviam pressionado Nerva a adotar Trajano (o discurso de Plínio deixa escapar de modo bastante estranho que Trajano havia sido “imposto” ao velho homem) e que as legiões reunidas com Trajano no Reno poderiam muito bem ter sido um fator adicional. E quando Trajano morreu, quase vinte anos mais tarde, o que quer que tenha acontecido de fato, as maquinações relatadas seguem muito mais o modelo Júlio-Claudiano: havia rumores de envenenamento, a adoção de Adriano foi anunciada apenas na última hora e alguns suspeitaram que Plotina, mulher de Trajano, havia manipulado a sucessão em favor de Adriano, ocultando a morte até que todos os arranjos estivessem feitos.

Além disso, apesar da esplêndida retórica sobre a meritocracia, a adoção ainda era tratada como o segundo melhor meio de sucessão. Quando Adriano escreveu um pequeno poema em homenagem a Trajano, preferiu chamá-lo de descendente de Eneias e não de filho de Nerva — uma fantasia de genealogia que talvez se referisse à origem ultramarina de Trajano. Plínio encerrou seu fastidioso discurso de louvação a Trajano com esperanças de que o imperador viesse oportunamente a ter filhos, que seu sucessor de fato viesse da “barriga de uma esposa”. E quando Marco Aurélio foi o primeiro imperador em mais de setenta anos a produzir um filho e herdeiro que sobreviveu à infância, esse filho o sucedeu sem que houvesse nenhuma desculpa para procurar o melhor homem para a função. O resultado foi desastroso. O assassinato de Cômodo em 192 d.C.

foi seguido pela intervenção dos pretorianos e de legiões rivais de fora de Roma e por outra rodada de guerra civil, que marcou o início do fim do modelo augustiano de governo imperial.

Os imperadores romanos e seus conselheiros nunca resolveram o problema da sucessão. Eles foram derrotados em parte pela biologia, em parte pelo prolongamento das incertezas e discordâncias a respeito de como a herança devia operar da melhor forma. A sucessão sempre se reduziu a uma combinação de sorte, improviso, conspiração, violência e negócios secretos. O momento em que o poder romano era transmitido era sempre aquele em que se mostrava mais vulnerável.

Senadores

Outro problema que perturbou a história dos catorze imperadores ao longo dos primeiros dois séculos d.C., e que preocupou os escritores antigos mais do que qualquer outra coisa, era o da relação entre os homens no trono e os senadores, que incluía a questão de como o Senado devia operar sob uma autocracia. Os senadores eram essenciais para a condução do Império. Entre eles, contavam-se a maioria dos amigos do imperador, seus conselheiros, confidentes, hóspedes de jantares e companheiros de bebida — assim como os homens que, atrás apenas dos membros de sua própria família, provavelmente iriam se tornar seus rivais de sucessão, oponentes ardorosos e assassinos. Augusto tentou fazer um delicado número de equilibrismo, combinando privilégios adicionais para o Senado com uma demonstração de *civilitas*, na tentativa de reconfigurar a antiga instituição

republicana em algo mais próximo da administração em seu novo regime.

Era um compromisso frágil, que deixou estranhamente mal definido o papel político do Senado sob um autocrata. Logo após a morte do primeiro Augusto, Tibério expôs o problema quando, ao reabilitar de surpresa procedimentos mais antiquados, tentou fazer com que os senadores tomassem decisões por conta própria, e estes repetidamente se recusaram a fazê-lo. Segundo Tácito, quando o imperador em uma ocasião insistiu que eles deveriam apresentar sua decisão em uma votação aberta, da qual ele também participaria, um senador astuto resumiu a questão com uma deferência talvez irônica: “Poderia me dizer em que ordem dará seu voto, César?”, perguntou ele. “Se for o primeiro a dá-lo, terei algo em que me basear. Mas se votar por último, receio que eu possa me ver inadvertidamente do lado errado”. Consta que Tibério interpretava tudo isso como um servilismo insuportável da parte do Senado, e sempre que saía de suas reuniões costumava declarar em grego: “Homens feitos para a escravidão!”. Se foi assim, ele falhou em perceber que o Senado livre, que ele dizia desejar, era incompatível com seu próprio poder.

Relatos romanos do período, escritos geralmente de um ponto de vista senatorial, concentram-se nas disputas ou na hostilidade aberta entre o imperador e os senadores. Há registro de tristes contagens realizadas, sejam precisas ou não, do número de senadores executados ou forçados a se suicidar sob cada imperador, e destacam-se exemplos notórios. Supõe-se que a maioria dos governos começou com clamores conciliatórios do imperador ao Senado, que depois em vários casos degeneraram em hostilidade aberta entre o governante e

alguns grupos da elite. Em seu primeiro discurso aos senadores reunidos, Nero insistiu que eles “iriam manter seus antigos privilégios”, uma promessa que alguns constataram ser algo decididamente vazio apenas alguns anos mais tarde. Adriano começou com belas palavras sobre não condenar nenhum senador à morte sem julgamento, embora pouco tempo depois quatro ex-cônsules fossem executados por nada além de alguns boatos sobre um complô que estaria sendo tramado contra o novo governante. Tácito não é o único historiador antigo a pintar uma atmosfera de suspeitas mortais entre o Palatino e a casa do Senado.

Mesmo o mais discreto dos dissidentes entre os senadores corria sempre o risco de ser delatado por informantes, que, supõe-se, fizeram fortuna vazando para o imperador os nomes dos menos leais. Outros não se preocupavam em ser discretos e expunham publicamente que eram contra o servilismo e a adulação de sua classe e os ridículos excessos do imperador no poder. No reinado de Nero, por exemplo, Públio Clódio Trásea Peto [Publius Clodius Thraseas Paetus], que sempre se apresentava detentor de altos princípios, saiu indignado do Senado depois de ouvir a respeito de uma carta do imperador justificando o assassinato (que acabou ocorrendo) de sua mãe, recusou-se a fazer os votos anuais de lealdade ao imperador e mostrava ostensiva recusa em aplaudir as performances de palco de Nero. Como resultado desses e outros “crimes”, foi julgado por traição *in absentia*, declarado culpado e forçado a se suicidar. Tácito tem dúvidas sobre o quanto esses protestos ostensivos eram úteis. A respeito de uma das atitudes de Trásea, escreve: “Conseguiu se colocar em risco, sem abrir caminho à liberdade para os outros”.

Nesse contexto político, a imagem de Brutus e Cássio como sustentáculos da República livre e do poder senatorial, e como opositores da autocracia, acabou virando um poderoso símbolo de dissidência. Como temos visto, não havia chance realista de fazer o relógio recuar para a "liberdade" (segundo alguns) dos antigos tempos. O Senado desperdiçou a oportunidade de ganhar algum controle em 41 d.C. Quase trinta anos depois, em 69 d.C., quando Vespasiano, que havia acabado de ser declarado imperador, estava ainda no exterior, eles tampouco fizeram a tentativa; ao contrário (no relato de Tácito, pelo menos), sentaram-se na ausência do novo imperador para resolver velhas questões entre eles. A essa altura, de qualquer modo, a ideia da República havia se tornado para muitos apenas uma nostalgia inofensiva, uma versão dos "bons e velhos tempos" e uma fonte de anedotas famosas sobre as virtudes tradicionais de Roma. Mesmo ainda no governo de Augusto, o historiador Lívio podia impunemente assumir-se como um conhecido partidário de Pompeu, o Grande, que acabou virando inimigo de Júlio César; Augusto simplesmente caçoava dele.

Mesmo assim, uma admiração pública pelos assassinos de César podia em alguns casos ser uma sentença de morte para um senador. Sob Tibério, em 25 d.C., o historiador Aulo Cremúcio Cordo [Aulus Cremutius Cordus] passou fome até morrer depois de ser julgado por traição. Seu crime foi ter escrito uma história que elogiava Brutus e Cássio e ter chamado o segundo de "o último dos romanos". O livro foi queimado. Mas o longo poema sobre a guerra civil entre César e Pompeu, de Marco Aneu Lucano [Marcus Annaeus Lucanus] ("Lucano"), que os apresenta como terrivelmente falhos e reconhece verdadeira

virtude apenas no ferrenho republicano Catão, escapou desse destino e ainda sobrevive. Mas essas visões não podem estar totalmente desvinculadas da participação do poeta em um alegado complô contra Nero e de seu subsequente suicídio.

O poder que o imperador tinha de humilhar, assim como de causar danos, era também um grande tema de desaprovação. A “piada” de Caio sobre ser capaz de executar os cônsules com um mero aceno de cabeça, e a performance de Cômodo com o pobre avestruz decapitado, são apenas duas de uma série de histórias sobre imperadores quixotescos aterrorizando ou ridicularizando senadores das maneiras mais engenhosas.

O historiador Lúcio Cássio Dio [Lucius Cassius Dio], cujo vasto compêndio cobria a história da Roma de Eneias até seus dias, no início do século III d.C., descreveu alguns dos incidentes mais memoráveis. Como senador sob Cômodo, foi testemunha ocular de alguns dos extravagantes espetáculos de gladiadores do imperador, mas também relata um dos mais estranhos exercícios de ameaça imperial, concebido por Domiciano em 89 d.C. Diz o relato que o imperador convidou um grupo de senadores e equestres para um jantar festivo, onde para seu horror descobriram ao chegar que toda a decoração era em preto, desde os sofás até a louça de barro e os garotos que serviam. O nome de cada convidado foi escrito em uma placa similar a uma lápide mortuária, e durante toda a noite, a conversa do imperador em momento algum se desviou do assunto morte. Todos ficaram certos de que não iriam sobreviver ao dia seguinte. Mas estavam equivocados. Ao voltarem para suas casas e ouvirem a esperada batida na porta,

em vez de um matador encontraram um criado do imperador carregado de presentes da festa, entre eles a placa com seu nome inscrito, e o próprio garoto que os havia servido.

Difícil saber o que é possível concluir dessa história ou onde Dio foi buscá-la. Se for baseada em fatos, é tentador imaginar que havia uma curiosa festa à fantasia por trás disso (a perdulária elite romana é conhecida por ter promovido elegantes banquetes com comidas feitas segundo códigos de cores) — ou mesmo alguma ostentação filosófica da parte do imperador ("Comam, bebam e sejam felizes, porque amanhã irão morrer", era um tema favorito das manifestações romanas moralizantes). Mas Dio certamente conta isso como um exemplo tanto dos jogos sádicos do imperador às custas do Senado como dos endêmicos conflitos entre o governante e o restante de sua elite. Essa é uma história clássica do medo romano, alimentado por paranoias, suspeitas e desconfianças. A mensagem era que nenhum convite para jantar com o imperador podia ser o que parecia.

Existe, porém, um lado muito diferente desse quadro das relações entre o Senado e o imperador. Depois de Cícero, o mais conhecido escritor romano de cartas é Plínio, o Jovem, com dez livros de cartas sobreviventes em seu nome: 247 cartas em seus primeiros nove livros e mais de cem no décimo, todas documentando sua carreira no Senado sob os imperadores Nerva e Trajano, com alguns vislumbres a Domiciano. Os livros de um a nove contêm cartas a vários amigos, muito mais elaboradas que as de Cícero, ordenadas de modo artístico e provavelmente muito editadas para formarem juntas um autorretrato coerente. O

livro dez é de outro tipo, talvez não tão retrabalhado, e consiste de cartas entre Plínio e Trajano. A maioria delas foi correspondência trocada depois que Trajano escolheu Plínio, em 109 d.C., como seu enviado especial para governar a província da Bitínia no mar Negro. Plínio escrevia regularmente para casa com o intuito de consultar o imperador a respeito de questões administrativas em pauta, em geral assuntos como finanças locais, projetos de construção superambiciosos ou sobre como seria celebrado o aniversário de Trajano na província. Trata-se de um importante exemplo de protocolos, mesmo que envolva um imperador reconhecidamente prático como Trajano.

Ao longo da coletânea, Plínio apresenta a si mesmo como o tipo de servidor público culto e consciencioso, que Augusto deve ter sonhado ver em um senador. Era orador e advogado, e seu nome ganhou prestígio na corte por sua especialização em disputas de heranças. Sua carreira política, que começou sob Domiciano e continuou sob imperadores posteriores, incluía grandes responsabilidades administrativas — para o financiamento do Exército e para o curso d'água do Tibre —, além da sequência ainda padrão de cargos políticos. Foi quando ele entrou formalmente em seu consulado, em 100 d.C., que fez seu discurso a Trajano, abordando, entre várias outras coisas, o tema dos filhos e da adoção.

As cartas de Plínio não estão isentas de queixas e contrariedades: ele entra em choque com seu colega advogado Régulo, cujo caráter ele sistematicamente assassina ao longo da correspondência, despejando escárnio que não poupa nem o tapa-olho do homem e sua constituição física; e fica irritado de um jeito bem

pouco condescendente quando colegas senadores começam a distorcer seus textos de votação no Senado com piadas sujas. Mas no geral as cartas oferecem uma imagem solar, e levemente autoenaltecedora da vida senatorial. Plínio escreve sobre seu prazer de jantar com o imperador, o patronato da sua cidade natal no norte da Itália, incluindo a doação de uma biblioteca, o apoio aos amigos e clientes, as atividades literárias e os interesses pela história; sua resposta a uma carta de seu amigo Tácito nos dá o único relato de testemunha ocular que sobreviveu da erupção do Vesúvio em 79 d.C. (quando jovem, Plínio havia estado perto dali na época da catástrofe, e anos mais tarde um historiador, pesquisando essa parte de suas histórias, pediu-lhe para relatar suas recordações do evento). Ele até mesmo tinha relações de amizade com alguém que demonstrava estima por estátuas de Brutus e Cássio, sem que isso, ao que parece, representasse riscos à sua segurança.

O que mais chama a atenção em relação à carreira de Plínio é o seu sucesso, ao longo de diferentes reinados e dinastias, indo do assassinado Domiciano, que primeiro o notou e promoveu, passando pelo idoso Nerva, até chegar ao militar Trajano. Esse padrão não era incomum. Em uma de suas cartas ele descreve um banquete promovido por Nerva, provavelmente em 97 d.C. A conversa girou até chegar a um dos mais perversos apoiadores de Domiciano, que morrera havia pouco. “O que você acha que ele estaria fazendo se tivesse sobrevivido?”, perguntou o imperador, talvez com falsa ingenuidade. “Estaria jantando aqui conosco”, respondeu um dos convidados, muito ponderado. O ponto era que bastava apenas um pequeno ajuste, e difamar um pouco, de modo adequado, o

último homem no trono, para continuar como convidado bem recebido na mesa do novo imperador, ainda galgando aos poucos a escada do poder senatorial. Mesmo Tácito, um crítico particularmente cáustico de Domiciano, admitia que sua própria carreira havia prosperado sob seu odiado reinado. Esse é outro sinal de que as características individuais do imperador não importavam tanto assim quanto a tradição biográfica insiste em fazer crer.

Então, como explicar a diferença entre essas duas imagens da vida senatorial, entre um coleguismo cavalheiresco e uma atmosfera de terror, entre o relaxado e autoconfiante Plínio e os senadores que se tornaram vítimas dos cruéis caprichos do imperador, ou de seu esquadrão da morte? Seriam dois tipos diferentes de senadores: de um lado alguns poucos azarados, e talvez cansados, que se recusavam a concordar com o sistema, levavam as piadas do imperador e suas fanfarronices a sério demais, tornavam sua oposição manifesta e pagavam por isso; de outro lado, a maioria geralmente silenciosa de homens que se sentiam gratos por servir e prosperar no palco da corte imperial, qualquer que fosse o imperador, que se dispunham a votar pela destruição de um livro quando fosse exigido e que concordavam em celebrar o aniversário do imperador e supervisionar a limpeza do Tibre?

Em parte, é provável que houvesse esses dois tipos de senadores. De qualquer modo, ao longo dos primeiros dois séculos d.C., os senadores foram mudando. Muitos deles provinham, assim como Plínio, de famílias novas ou relativamente novas, e cada vez mais de províncias do exterior. Eles devem ter sido bem menos afetados por algumas fantasias do passado republicano, bem

menos suscetíveis a respeito de alguns dos mais irritantes exemplos dos caprichos do imperador e felizes por estarem levando o cargo adiante. Também é claro que a oposição mais inflexível aos imperadores tendia a vir das famílias, uma tradição de dissidência que era passada de pai para filho, e às vezes para a filha. O genro de Trásea Peto, Quinto Helvídio Prisco [Quintus Helvidius Priscus], seguiu de perto seus passos e sofreu praticamente o mesmo destino; ele insistia, por exemplo, em se dirigir ao imperador Vespasiano com um mero "Vespasiano", e certa feita no Senado interpelou-o com tal vigor que o levou quase às lágrimas.

Não era, porém, tão simples assim. Plínio não estava ingenuamente inconsciente em relação ao que havia acontecido a alguns dos opositores do imperador enquanto ele mesmo prosperava durante o reinado de Domiciano. De fato, suas cartas são cuidadosamente dispostas de maneira repetitiva para destacar sua relação próxima com as vítimas de Domiciano. Uma delas registra de modo memorável a grave doença de uma velha senhora chamada Fannia ("uma febre constante e uma tosse que está ficando cada vez pior"), que era ninguém menos do que a filha de Trásea Peto e a viúva de Helvídio Prisco. Isso dá a Plínio a oportunidade de elogiar a nobre carreira dela no seio de uma família de dissidentes senatoriais e de enfatizar seu apoio a eles ("Prestei-lhes serviços nas épocas boas e ruins; confortei-os no exílio e os vinguei quando voltaram"). Isso não bate inteiramente com seu sucesso sob Domiciano, e uma interpretação não lisonjeira colocaria Plínio como um culpado colaborador, mudando de opinião sob o novo regime de Trajano e inventando um registro

como apoiador da oposição. Mas havia algo mais além disso.

A maioria dos senadores romanos escolheu uma mistura de colaboração e dissidência, que a canhestra tentativa do primeiro Augusto de conciliar poder senatorial e serviço senatorial tornou quase inevitável. Os oponentes ardorosos do regime eram sem dúvida homens e mulheres de princípios firmes, mas também cegos — intransigentes, poderíamos dizer — a um número sutil de equilibrismo e a uma delicada coreografia que na prática davam ao relacionamento entre o imperador e o Senado sua frágil estabilidade. A maioria dos senadores era diferente: mais realistas, menos teimosos e menos confiantes em seu julgamento moral. Em suas noitadas, entre amigos, podiam muito bem entreter um ao outro com aquelas horrorosas histórias de humilhação e abuso do poder que ainda lemos. Eles, sem dúvida, entusiasmavam-se com a heroica oposição dos mártires pela causa da liberdade. Mas, quase sempre, como Tácito e a maioria dos demais historiadores antigos, travavam suas batalhas no passado, contra imperadores que já era seguro demonizar. De dia, como Plínio, levavam adiante o trabalho de senadores — como qualquer um faria.

Oh querida, acho que estou virando um deus...

Uma das grandes questões que está por trás de muitos dos conflitos entre o imperador e seus opositores no Senado dizia respeito ao modo como o poder do governante do mundo conhecido, e de sua família, deveria ser definido, descrito e compreendido. A ideia de que o imperador era simplesmente o “primeiro entre

iguais” ficava num dos extremos do vasto espectro de possibilidades, e o status de deus, ou algo próximo disso, ficava no outro extremo. Helvídio Prisco foi deselegante ao se aferrar à primeira opção, recusando usar os títulos imperiais para se dirigir a Vespasiano. Trásea Peto fez objeção ao estender as honras divinas não só ao imperador mas também aos seus parentes do sexo feminino. Ele encenou uma de suas públicas ausências no Senado em 65 d.C. quando foi realizada a votação para proclamar honrarias a Popeia Sabina, esposa de Nero, que segundo se conta morreu depois que o marido chutou sua barriga de grávida (se foi um trágico acidente ou um terrível abuso doméstico é algo que ainda se debate, infrutiferamente). Entre as honrarias que lhe foram concedidas, ela foi declarada uma deusa. Isso foi demais para Trásea Peto.

Popeia, no entanto, não foi a primeira. Ela se juntou a várias outras mulheres da família imperial que haviam sido elevadas ao panteão romano desde que Júlio César fora declarado um deus em 42 a.C. Juntando-se ao primeiro Augusto, e a Cláudio em 54 d.C., as novas divindades formalmente decretadas pelo Senado eram a irmã de Caio, Drusila, seguida por Lívia “Augusta”, como era chamada na época, e pela filha bebê de Popeia, Cláudia, que foi divinizada em 63 d.C., após sua morte com apenas quatro meses. A divinização oficial dava a todas elas o direito a um templo e a sacerdotes, e a receberem sacrifícios. Não há nenhum vestígio sobrevivente de qualquer templo para a pequena Cláudia, mas segundo Dio, logo foi dedicado um templo a Popeia sob o título de “Vênus Sabina”.

A ideia de um pequeno bebê se tornar uma deusa deve ter ultrajado mais gente do que apenas os mais obstinados dissidentes. Mas já vimos que isso há

muito tempo era prática comum em muitos lugares do antigo mundo Mediterrâneo para representar o poder político avassalador com linguagem e imagens expressas em termos divinos. Os reis que sucederam Alexandre, o Grande, na parte Oriental do Mediterrâneo, assim como os generais romanos que assumiram seu lugar, eram agraciados com festejos nos moldes das festas religiosas, e usavam epítetos próprios dos deuses (como “Salvador”). Essa era uma maneira lógica de entender homens que haviam transcendido muito o poder humano comum e de recorrer a uma categoria existente, na qual essas pessoas sobre-humanas pudessem mais ou menos se encaixar. A representação do general bem-sucedido como Júpiter nas cerimônias de triunfo e a tentativa de Cícero de reinterpretar sua perda de Túlia em termos de uma divinização são outros exemplos da flexibilidade de uma religião politeísta como a de Roma.

Em grande parte, o legado dos dois principais monoteísmos do mundo antigo — judaísmo e seu desdobramento, o cristianismo — é o que tem nos incentivado a ver como algo ligeiramente absurdo a invenção de novos deuses, o ajuste e a extensão do panteão e a fluidez dos limites entre humanos e deuses. Os cristãos, em particular, não só ridicularizavam a própria noção de que o imperador, obviamente humano, fosse divino, como às vezes pagavam com a própria vida sua recusa em prestar-lhe qualquer tipo de homenagem religiosa. Mas isso não é dizer que o status divino do imperador não fosse problemático para os pré-cristãos romanos ou que não houvesse debates e discordâncias sobre o quanto o governante humano, e ainda mais sua família, era similar a um deus. Foi mais um estranho número de equilibrismo legado a seus sucessores por Augusto, que

conseguiu operar nessa fronteira entre o humano e o divino com maior sucesso do que vários daqueles que o seguiram.

Algumas reivindicações imperiais ao status divino foram sempre julgadas inegavelmente equivocadas. Para a maior parte dos habitantes do Império Romano, teria sido um erro crasso de categorização e uma hiperbólica afronta que um imperador considerasse a si próprio um deus vivo, como se não houvesse diferença entre ele e Júpiter. Os romanos não eram estúpidos: sabiam a diferença entre olímpicos *bona fide* e um imperador vivo. É verdade (e não uma calúnia perversa) que Caio transformou o templo de Cástor e Pólux do Fórum no vestíbulo de sua residência no Palatino acima dele, e que sentava ali entre as estátuas dos deuses para desfrutar da adoração que qualquer um que passasse decidisse prestar-lhes, e que isso constituiu um símbolo memorável de megalomania imperial e rompeu com todos os protocolos oficiais de culto imperial. Era do mesmo modo um abuso de poder que um imperador tentasse ampliar o panteão romano oficial para acomodar bebês mortos, namorados e até irmãs favoritas; Adriano não foi melhor nesse sentido do que Nero ou Caio quando transformou em deus o seu jovem companheiro Antínoo, após a misteriosa morte dele por afogamento no Nilo em 130 d.C. A teologia do imperador e da família imperial era bem mais sutil do que isso e tem que ser vista em duas partes: primeira, o status divino do imperador vivo; segunda, o dos mortos.

Por todo o mundo romano, o imperador vivo era tratado *muito como* um deus. Era incorporado aos rituais celebrados em homenagem aos deuses, as

pessoas se dirigiam a ele em linguagem que se confundia com a linguagem divina, e a suposição era a de que ele teria poderes similares. O nome de Augusto, por exemplo, era incluído nos textos de algumas ladainhas religiosas. Escravos fugidos podiam solicitar asilo agarrando-se à estátua do imperador, assim como à estátua de um deus. Na cidade de Gytheum, perto de Esparta no Peloponeso, uma inscrição sobrevivente descreve com detalhes os procedimentos para uma festa regular que durava vários dias, com procissões ao redor da cidade, competições musicais e sacrifícios, em homenagem a um par de benfeitores locais, ao imperador no poder, Tibério, e a vários membros da sua família, ao general republicano Tito Quíncio Flaminino [Titus Quinctius Flamininus], assim como às divindades tradicionais do Olimpo.

É possível que tenha havido muitas pessoas, especialmente as de fora da cidade de Roma, para quem o imperador fosse uma figura quase tão remota e poderosa quanto uma divindade do Olimpo, e que não vissem muita diferença entre ambos. Mas onde quer que os detalhes formais fossem expressos, uma cuidadosa distinção era traçada entre o imperador e os deuses. Em Gytheum, por exemplo, e em outras partes, era possível notar uma diferença técnica, porém crucial. Os sacrifícios animais deviam ser realizados *para* os deuses tradicionais, mas eram realizados *em nome do* ou *para a proteção do* imperador vivo e de sua família; em outras palavras, o imperador ainda estava sob a proteção dos deuses do Olimpo em vez de ser igual a eles. Em Roma, era usualmente o *numen*, ou o "poder", do imperador vivo que recebia o sacrifício, não o próprio imperador. Em termos mais amplos, o pacote de honrarias oferecido à família imperial no

mundo grego era conhecido como *isotheoi timai*: isto é, honrarias equivalentes (*iso*-) às dos deuses (*theoi*), mas não idênticas. Era sempre uma transgressão ignorar a diferença entre os deuses e o imperador vivo, por mais *similar a um deus* que ele pudesse ser.

Não era a mesma coisa quando eles já estavam mortos. Seguindo o padrão de Júlio César, o Senado podia escolher incorporar o imperador morto ou um de seus parentes próximos ao panteão oficial; pois era uma decisão que, formalmente ao menos, ficava nas mãos do Senado e constituía um poder póstumo sobre seu governante que alguns senadores devem ter apreciado. Nesse caso, a distinção entre deuses e imperadores era irrelevante; havia sacerdotes e templos, sacrifícios realizados em sua homenagem — não em nome deles —, e algumas imagens maravilhosas sobreviventes, que literalmente colocam os deuses imperiais nos céus olímpicos (ver lâmina 20). Mas as diferenças não ficavam de todo erodidas. Escritores romanos, pensadores e artistas repetidamente perguntavam-se a respeito da natureza da transição de imperador para deus e como alguém que havia sido um dia um ser humano poderia ser divino no dia seguinte. De um modo que lembra a exigência da moderna Igreja Católica de autenticar os milagres ao canonizar um novo santo, eles pediam provas ou testemunhas; o surgimento de um cometa, ao que parece, demonstrou a apoteose de Júlio César, mas as histórias sobre a soma suspeitamente grande que Lívia deu como recompensa ao senador que estava preparado para dizer que havia visto Augusto ascender aos céus sugerem que havia algumas dúvidas sobre o processo.

A transição era falha o suficiente para dar margem a piadas e sátiras. Segundo Suetônio, Vespasiano continuou prático e realista, com humor autodepreciativo, até suas últimas palavras: “Oh querida, acho que estou virando um deus...”. O processo todo de se tornar ou não um deus é tema de um longo *sketch*, provavelmente escrito em meados da década de 50 d.C., por Lúcio Aneu Sêneca [Lucius Annaeus Seneca] — tutor de Nero por um tempo e mais tarde vítima dele, ao que se diz por causa de uma conspiração contra o imperador, e obrigado a um difícil suicídio. Estava tão velho e ressequido que, segundo outro texto desagradável de Tácito, achou difícil verter sangue suficiente de suas artérias cortadas. O tema desse seu *sketch* é a tentativa do imperador Cláudio de ser admitido na companhia dos deuses: logo após sua morte (últimas palavras: “Oh querida, acho que eu me borrei...”), mancando em direção ao céu para se juntar aos deuses. As coisas parecem promissoras a princípio, especialmente quando vê Hércules como a primeira divindade que vem cumprimentá-lo, e citando Homero, o que impressiona o imperador morto. Mas quando o julgamento de seu caso tem início, o divino Augusto, fazendo seu discurso inaugural no Senado celestial (fica implícito que os imperadores divinizados ocupam escalão bem baixo na hierarquia), expõe a perversa crueldade de Cláudio diante de todos: “Este homem, colegas senadores, que pode parecer-lhes incapaz de machucar uma mosca, costumava matar pessoas com a mesma facilidade com que um cão caga”. E há uma sombria referência àqueles 35 senadores que ele levou à morte.

74. A base da coluna (perdida) de Antonino Pio mostra a apoteose do imperador e de sua esposa Faustina. Sob vários aspectos é uma imagem estranha. Eles são representados indo para o céu juntos, mas Faustina morreu vinte anos antes do marido. A criatura alada que os transporta parece uma tentativa desesperada de conseguir representar os processos por meio dos quais os imperadores viravam deuses.

Não há dúvida de que, na política romana em tempo real, Cláudio foi transformado em um deus; ele tinha sacerdotes e um templo, cujos vestígios foram escavados. Mas na fantasia desse texto ele não passa no teste, e é concebida para ele uma punição sob medida. Dada a sua conhecida paixão pelo jogo, é condenado a passar a eternidade sacudindo dadinhos em um recipiente sem fundo. Ou isso teria acontecido caso o imperador Caio não houvesse surgido e declarado Cláudio seu escravo, entregando-o a um membro de sua equipe para que o fizesse trabalhar por toda a eternidade como um secretário bem humilde no departamento jurídico do império. Isso nos dá um ótimo vislumbre da nova burocracia do regime imperial, com todos os seus departamentos especializados, e é um exemplo hilário de como os governantes mortos eram alvos mais seguros

e mais fáceis do que suas contrapartidas vivas; satiriza todo o improvável processo pelo qual um imperador humano se tornava um deus manifesto. E, no plano da ficção, promove uma reviravolta no assassinato com o qual esse capítulo começou. Cláudio pode ter se tornado imperador, mas ao menos aqui, quem riu por último foi Caio.

Capítulo 11
Os que têm e os que não têm

Rico e pobre

Os romanos ricos tinham um estilo de vida luxuoso sob quaisquer padrões, antigos ou modernos. O imperador, com suas residências palacianas, hectares de parques, às vezes uma sala de refeições giratória (se funcionava direito ou não e qual era o mecanismo que a movia é outra história), paredes com ricas decorações e consumo em uma escala que impressionava a maioria dos observadores romanos, estava na parte mais alta do espectro, superando até os super-ricos. Sua fortuna tinha por base as rendas das vastas propriedades imperiais espalhadas por todo o mundo romano, que passavam de um governante ao seguinte e incluíam minas e propriedades industriais, além de fazendas; um fator que aumentava sua fortuna eram as linhas nebulosas entre as finanças do Estado e as do próprio imperador; e também — pelo menos às vezes era essa a acusação — várias formas de apropriação, como heranças compulsórias, quando o dinheiro em caixa ficava mais curto (ver lâmina 13).

Mas havia muitos habitantes abastados do Império que também tinham uma vida de conforto privilegiado. A crítica enérgica do "luxo" e a admiração pela

vida camponesa simples, à moda antiga, coexistiam, como é comum ocorrer, com gastos vultosos e com hábitos de luxo. Aqueles que censuravam sempre precisavam de algo para censurar; e, de qualquer modo, a distinção entre um gosto refinado (meu) e uma ostentação vulgar (sua) é necessariamente subjetiva.

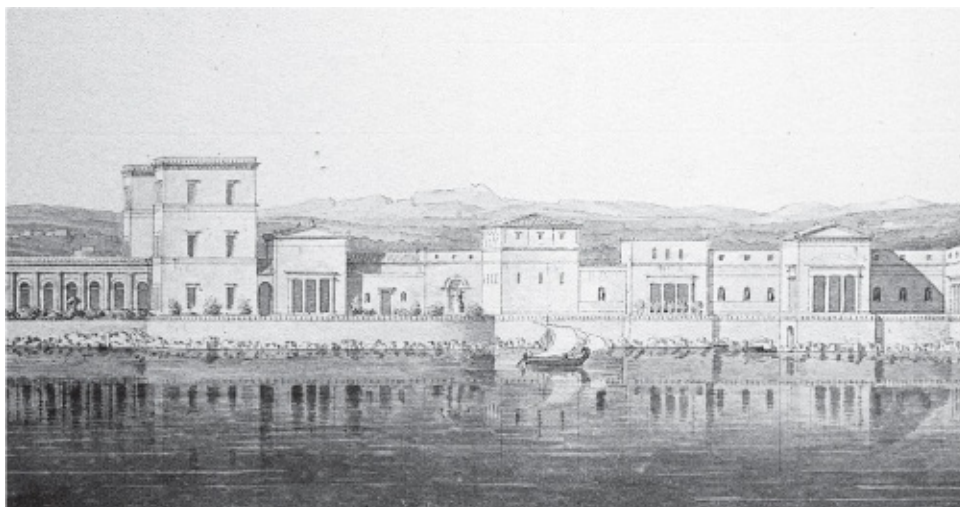
Plínio, o Jovem — cujo tio, “o Velho”, era um dos mais ferozes críticos da extravagância, em tudo, desde mesas de uma perna só até usar vários anéis no mesmo dedo —, descreveu sua própria *villa* no campo, a poucos quilômetros de Roma, em uma de suas cartas. Era, explica ele, “adequada ao propósito e não muito cara de manter”. Apesar da modesta descrição, tratava-se na realidade de uma vasta propriedade, com salas de jantar para uso nas diversas estações, uma suíte de banhos privada e piscina, pátios e pórticos sombreados, aquecimento central, abundância de água corrente, um *gymnasium*, espaços ensolarados providos de janelas com vista para o mar, e jardins reclusos, onde Plínio, que não era homem inclinado a diversões ruidosas, podia fugir da agitação das festas nos raros dias que os escravos ficavam de folga.

Por todo o Império os ricos ostentavam sua riqueza em acomodações amplas e caras, medidas não pela área do piso mas pelo número de telhas no teto (segundo declarava uma lei, para se qualificar como conselheiro local a pessoa precisava ter uma casa com 1.500 telhas). E desfrutavam dos muitos prazeres que o dinheiro podia comprar, desde sedas a especiarias orientais, escravos capacitados e antiguidades caras. Também ostentavam sua riqueza ao patrocinarem entretenimento às comunidades locais. O imperador tinha o monopólio dos edifícios públicos em Roma, mas, nas cidades da Itália e nas

províncias, a elite, tanto homens quanto mulheres, cultivava sua proeminência do mesmo modo.

Plínio, de maneira característica, colocava parte de seu dinheiro em projetos de construção na sua cidade natal de Comum, no norte da Itália, incluindo uma nova biblioteca pública, cuja construção custou 1 milhão de sestércios (o equivalente à fortuna mínima requerida para se tornar senador). Sua amiga, a idosa Ummidia Quadratilla, falecida por volta de 107 d.C., fez coisas similares em sua cidade natal ao sul de Roma. Embora Plínio a descreva como uma senhora durona com uma inclinação por jogos de tabuleiro, há inscrições sobreviventes que mostram que ela também patrocinou um novo anfiteatro e um templo, restaurou o teatro e financiou um banquete público ("para o conselho local, o povo e as mulheres"), para celebrar as novas instalações. Em lugares distantes como a pequena cidade de Timgad, no norte da África, fundada originalmente à beira do Saara em 100 d.C. como assentamento de soldados romanos veteranos, um casal local por volta de 200 d.C. estava construindo um minipalácio de pelo menos dois andares, não tão majestoso quanto a *villa* de Plínio, mas ainda assim dotado de várias salas de refeições, termas privadas, jardins internos, pomposos jogos d'água, custosos pisos em mosaico e aquecimento central para o frio inverno africano. E patrocinaram também um imenso novo templo e um novo mercado esplêndido, decorado com doze estátuas — representando eles mesmos.

O dinheiro não conseguia proteger os ricos de todos os desconfortos e dos aspectos mais desagradáveis da vida daquela época. Embora em Roma o

imperador vivesse a uma distância segura das massas, e os ricos preferissem uma ou duas áreas em particular (o monte Palatino, antes de ser usurpado pelo palácio imperial, é um exemplo óbvio), em geral as cidades antigas não eram divididas em zonas como as cidades modernas. Ricos e pobres viviam lado a lado, e casas grandes com muitas telhas compartilhavam as mesmas ruas e distritos com pequenas choupanas. Os romanos não tinham uma Quinta Avenida. Transitar em uma liteira cortinada, carregada por robustos escravos, protegia algumas senhoras e cavalheiros dos piores aspectos de uma rua pública em qualquer grande cidade do Império. Mas a falta de qualquer coleta organizada de lixo, o uso da rua como banheiro público (com o conteúdo de penicos despejado por toda parte das janelas dos andares superiores, como o poeta Juvenal nos conta, provavelmente com algum exagero satírico) e o barulho e congestionamento de carrinhos e carroças disputando espaço nas ruas, muitas vezes estreitas demais para trânsito de duas mãos, deveriam ter sido no mínimo uma agressão aos sentidos de ricos e pobres, e às vezes algo perigoso. Embora saibamos que o transporte com rodas era proibido nas ruas da cidade durante o dia (como hoje em algumas áreas para pedestres), isso se aplicava no máximo a transporte pesado, ou ao equivalente antigo de uma carreta. E isso, como Juvenal também se queixa, podia tornar o barulho à noite quase insuportável para qualquer um de todas as classes sociais: “tirava o sono até de um imperador dorminhoco”.

75. Uma reconstrução sóbria da *villa* palaciana de Plínio feita pelo arquiteto Karl Friedrich Schinkel (1841). Durante séculos, foi um passatempo acadêmico tomar por base as descrições que o próprio Plínio fez do lugar (*Cartas* 2, 17) para tentar recriar uma imagem ou planta dele.

Os germes tampouco respeitavam os ricos. Aqueles que eram abastados o suficiente para possuir propriedades no campo tinham a chance de escapar das epidemias periódicas que afetavam todas as cidades, especialmente Roma, e procuravam lugares relativamente livres de mosquitos para passar os meses de verão. Uma dieta melhor poderia também ajudar os mais prósperos a resistir às doenças, o que não ocorria com aqueles que viviam com rações de subsistência. Mas as mesmas doenças, e praticamente a mesma sujeira, matavam filhos de ricos e pobres. E qualquer um que frequentasse os banhos públicos — e isso certamente incluía, uma vez ou outra, aqueles que tinham suas próprias suítes de banho em casa — corria riscos naqueles locais de adquirir infecções. Um sensato médico romano estava absolutamente certo quando escreveu que se você tivesse alguma ferida aberta deveria evitar os banhos públicos, se não o resultado poderia ser uma gangrena fatal.

76. A cidade de Timgad, na atual Argélia, com as ruínas da cidade em primeiro plano e ao fundo o grande templo patrocinado pelo rico casal com seu minipalácio. Timgad é uma das cidades romanas mais evocativas do mundo, contendo desde um conjunto de banheiros públicos muito bem concebido até uma das poucas bibliotecas públicas que sobreviveram da Antiguidade.

Na realidade, mesmo no palácio imperial, os imperadores eram mortos por doenças com maior frequência do que por envenenamento. Por mais de uma década, a partir de meados da década de 160 d.C., boa parte do Império Romano padeceu de uma pandemia, muito provavelmente de varíola, ao que parece trazida pelos soldados que serviram no Oriente. Galeno, o mais perspicaz e prolífico autor de medicina do mundo antigo, discutiu casos individuais e deu detalhadas descrições de testemunhas oculares sobre os sintomas, como as erupções com bolhas na pele e a diarreia. O quanto esse surto foi devastador é algo que ainda se discute. Evidências seguras são escassas, e o número de mortes conta com estimativas que variam entre 1% e algo improvável como 30% da população total. Em 169 d.C., o imperador Lúcio Vero, que a partir de 161 d.C.

havia governado junto com Marco Aurélio, foi provavelmente uma das vítimas.

Havia alguma imparcialidade, portanto, nesses poucos aspectos, em grande parte biológicos, do infortúnio. Mesmo assim, para a grande maioria a principal divisão no mundo romano era entre os que tinham algo e os que não tinham nada: entre a pequena minoria de pessoas com um substancial excedente de riqueza e a grande maioria, incluindo a população de não escravos, que tinha na melhor das hipóteses uma modesta quantia de dinheiro disponível (para comprar mais comida, um quarto extra, joias baratas, um túmulo simples) e nos piores casos era formada por destituídos, desempregados e sem-moradia.

Sobre os privilegiados do mundo romano — os que tinham algo — sabemos muita coisa. Foram os autores de quase toda a literatura que sobreviveu da Antiguidade. Mesmo escritores como Juvenal, que às vezes se incluem entre os socialmente desamparados, estavam bem de vida, apesar de suas queixas sobre as cachoeiras de penicos. E são os ricos que deixam de longe as maiores marcas nos registros arqueológicos, desde majestosas casas a novos teatros. Por todo o Império, eles compõem uma generosa estimativa de 300 mil pessoas ao todo, incluindo figurões locais comparativamente ricos, assim como os plutocratas das grandes cidades — o que dá um total bem maior se acrescentarmos os demais membros dos ambientes domésticos. Supondo que a população do Império nos primeiros dois séculos d.C. estivesse por volta de 50 e 60 milhões, quais eram as condições de vida, os estilos de vida e os valores da esmagadora maioria, os 99% dos romanos?

Escritores da elite romana geralmente mostravam desdém pelos menos ricos

do que eles. Excetuando sua nostálgica admiração pelo estilo de vida simples do campo — uma fantasia de piqueniques na relva e preguiçosas tardes à sombra das árvores —, eles viam pouca virtude na pobreza ou nos pobres ou mesmo em ganhar a vida honestamente como assalariado. Juvenal não é o único a condenar as prioridades de "pão e circo" do povo romano. Frontão, tutor de Marco Aurélio, apresenta exatamente a mesma justificativa quando escreve sobre o imperador Trajano, afirmando que "ele compreendeu que o povo romano é mantido sob controle por duas coisas principalmente: a ração de trigo e os entretenimentos". Cícero tratou com escárnio aqueles que trabalhavam para ganhar a vida: "O dinheiro que vem de vender o seu trabalho é vulgar e inaceitável para um cavalheiro [...] pois os soldos são efetivamente os grilhões da escravidão". Tornou-se um clichê dos discursos moralizantes romanos dizer que um verdadeiro cavalheiro sustentava-se com proventos de suas propriedades, não com trabalho assalariado, inerentemente desonroso. O próprio vocabulário latino captava a ideia: o estado desejado para a humanidade era o *otium* (não tanto o "lazer", como costuma ser traduzido, mas a condição de ter controle do próprio tempo); "negócios" de qualquer espécie eram, portanto, o oposto indesejável, isto é, *negotium* ("não *otium*").

Aqueles que haviam ficado ricos partindo do nada também eram objeto de desprezo esnobe, como arrivistas pretensiosos. O personagem Trimálquio, ex-escravo novo-rico da peça *Satyricon*, de Petrônio, que havia feito fortuna comercializando de tudo com escravos, de bacon a perfumes, é uma paródia envolvente e cáustica de um homem com mais dinheiro do que bom gosto, que a

toda hora faz interpretações sutilmente equivocadas do comportamento da elite. Ele mantém seus escravos em uniformes de desenho extremamente vulgar (o porteiro na entrada da casa de Trimálquio veste-se de verde com um cinto vermelho e mata o tempo descascando ervilhas numa tigela de prata); as paredes de sua casa são ostentosamente decoradas com pinturas que narram a história da sua carreira, do mercado de escravos ao seu atual esplendor, sob a proteção de Mercúrio, o deus do enriquecimento; e o banquete que ele oferece é uma impossível combinação de todas as comidas romanas elogiadas, desde arganazes, preparados no mel e com sementes de papoula, ao vinho com mais de cem anos de idade, safra 121 a.C., "quando Opímio [Opimius] era cônsul". O ignorante Trimálquio presumivelmente não percebe que o nome do ferrenho conservador, que em 121 a.C. mandou executar 3 mil seguidores de Caio Graco, dificilmente poderia ser um nome auspicioso para uma safra, mesmo que o vinho pudesse ser preservado por tanto tempo.

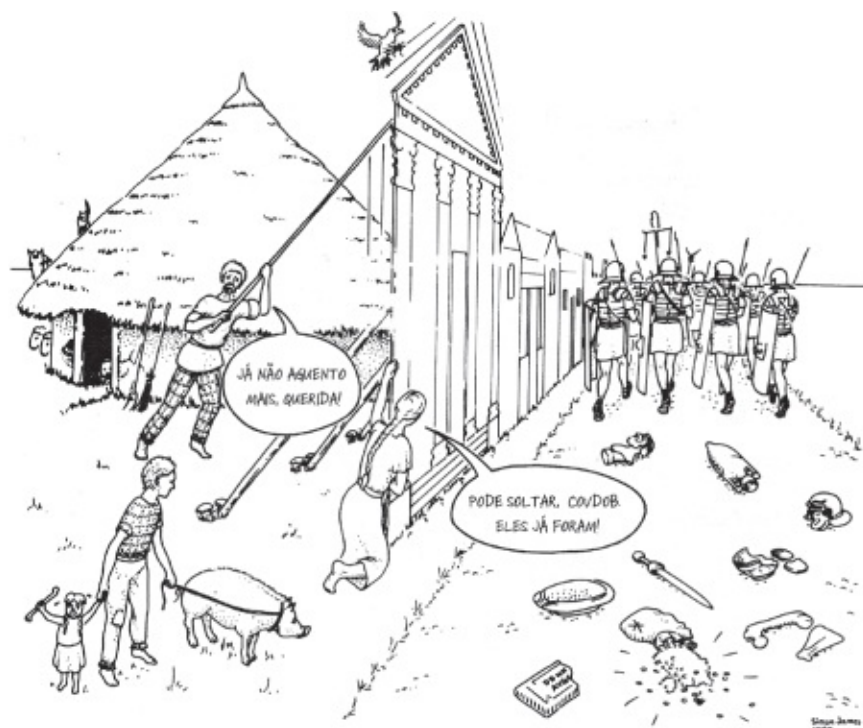
Os preconceitos são óbvios, e eles nos dizem mais sobre o mundo dos escritores do que sobre os seus temas — especialmente se considerarmos, como alguns modernos críticos têm sugerido, que a paródia que Petrônio cria do estilo de vida da elite tivesse o objetivo de fazer seus leitores da elite refletirem se eram de fato tão diferentes assim daquele vulgar ex-escravo. A grande questão é se, e como, podemos recriar um quadro das vidas dos romanos comuns que eles mesmos pudessem reconhecer. Se a literatura sobrevivente produz essas caricaturas arrogantes, para onde mais podemos nos voltar?

Graus de pobreza

Os cerca de 50 milhões de habitantes do Império Romano não se enquadram em uma categoria única. A sociedade romana não era dividida de modo simples entre um pequeno grupo de muito ricos e o resto, uma massa bastante indiferenciada, batalhando para não morrer de fome. Entre aqueles que devemos considerar como não pertencentes à elite havia diferentes graus de privilégios, status e dinheiro, com muita gente "comum" ou "mediana" além dos muito pobres. E revela-se mais fácil ter vislumbres da vida de alguns desses tipos do que da de outros.

A maioria da população deveria ser de agricultores, não as criações fantasiosas dos escritores romanos, mas pequenos proprietários de terras espalhados pelo Império, lutando para cultivar o suficiente para seu próprio sustento, às vezes saindo-se melhor, conseguindo um pequeno excedente. Para essas famílias, o domínio romano contava pouco, exceto por implicar um coletor de impostos diferente, uma economia de maior porte onde podiam vender sua produção e uma gama maior de bugigangas para comprar se tivessem algum dinheiro sobrando. Na Britânia, por exemplo, até onde podemos afirmar pelos vestígios arqueológicos, houve poucas mudanças significativas na vida dos agricultores durante mais de um milênio, do final da Idade do Ferro até imediatamente antes da bem-sucedida invasão romana em 43 d.C., e passando pelos anos de ocupação romana até a Idade Média. Mas não há praticamente evidência sobrevivente quanto às atitudes, aspirações, esperanças ou medos

desses agricultores e suas famílias. Nesse sentido, as únicas pessoas comuns do mundo romano que podemos conhecer, ou cujo estilo de vida é possível tentar começar a reconstruir, são aquelas que viveram nas vilas e cidades.

Havia extrema pobreza urbana. As leis romanas proibiam expressamente qualquer ocupação dos túmulos: “Qualquer um que assim deseje poderá processar uma pessoa que viva ou faça sua moradia em um túmulo”, diz um parecer legal romano. Fica implícito que havia pessoas sem teto, fossem locais ou estrangeiros, cidadãos, novos imigrantes ou escravos fugidos, fazendo exatamente isto, acampando nos grandes túmulos da aristocracia situados à beira das ruas nas principais cidades do Império. Outros, ao que parece, preferiam improvisar cabanas apoiando algum anteparo inclinado sobre qualquer muro que estivesse disponível, de arcos a aquedutos, que segundo outras leis podiam ser demolidas se oferecessem risco de incêndio ou ainda, se não, ter aluguel cobrado. A periferia de muitas cidades romanas pode não ter sido muito diferente do que vemos nos grandes aglomerados urbanos do moderno “Terceiro Mundo”, cheias de áreas invadidas ou favelas povoadas por quem está praticamente passando fome e por aqueles que levam a vida entre o trabalho e mendicância. Os moralistas romanos fazem muitas referências a mendigos — com frequência concluindo que é melhor ignorá-los — e uma série de pinturas de Pompeia sobre a vida no Fórum local inclui uma pequena cena de um mendigo encurvado, com seu cão, que recebe uns trocados de uma senhora elegante com sua criada, que não está seguindo a recomendação dos moralistas.

77. Esse cartum capta uma visão do impacto do poder romano sobre os habitantes comuns das províncias. Eles vivem em cabanas, como sempre, mas quando é eventualmente exigido, são capazes de fazer de conta que estão acolhendo a cultura romana.

Na verdade, há muito menos evidência desses casos-limite de destituição do que poderíamos esperar. Mas as razões disso são claras. Primeiro, aqueles que não têm nada deixam pouquíssimos vestígios nos registros históricos ou arqueológicos. Favelas efêmeras não deixam uma marca permanente no solo; aqueles que são enterrados em valas comuns contam-nos muito menos a respeito deles do que os que morrem acompanhados por um eloquente epitáfio. Mas, além disso — e mais importante para o assunto em questão —, a extrema pobreza no mundo romano era uma condição que geralmente se resolvia por si só: suas vítimas morriam. Aqueles que não contassem com um mecanismo de apoio não conseguiam sobreviver. Nem mesmo a doação de trigo na cidade de

Roma, fruto da iniciativa de Caio Graco na década de 120 a.C., podia garantir a sobrevivência dessas pessoas, mas certamente sublinha a responsabilidade do Estado pela alimentação básica de seus cidadãos. No entanto, os beneficiários eram um grupo grande, mas ainda assim limitado e privilegiado, de cerca de 250 mil cidadãos homens nos séculos I e II d.C., que recebiam o suficiente para manter cerca de duas pessoas à base de pão. A doação não chegava a ser uma rede de segurança para todos.

78. Desenho de uma das cenas hoje muito apagadas que ilustram a vida no Fórum, da casa de Júlia Felix em Pompeia (século I d.C.). É uma rara imagem de interação entre ricos e pobres no mundo romano. O mendigo barbudo é inequivocamente um “excluído”, coberto com farrapos, e acompanhado por um cão.

79. O bem preservado bloco de apartamentos que ficava junto ao esplendor do Capitólio em Roma. Hoje está encoberto pelo imenso monumento a Vitório Emanuel e é pouco notado pela maioria das pessoas.

Muito mais pessoas ocupavam os degraus seguintes na escala de riqueza, e deixaram vestígios claros de suas vidas. Há ainda um amplo espectro de privilégios e conforto. Numa ponta, havia aqueles com um meio de sustento mais ou menos assegurado, em geral na manufatura, produção e venda de qualquer coisa, desde o pão básico até roupas finas; eram famílias que viviam em vários quartos, às vezes sobre a própria loja ou oficina, talvez com um par de escravos, mesmo que (como costumava ser o caso) eles mesmos fossem ex-escravos ou filhos de ex-escravos. Uma visão particularmente intimista do estilo de vida nesse nível foi dada por uma fossa escavada sob um pequeno bloco de unidades de varejo e apartamentos na cidade de Herculano, vizinha de Pompeia, também destruída pela erupção do Vesúvio em 79 d.C. O conteúdo dessa fossa, ainda em análise, é tudo aquilo que descia dos banheiros dos modestos apartamentos, depois de ter passado pelo trato digestivo dos seus cerca de 150

residentes. A dieta era variada e decente: entre outras coisas, comiam peixe, ouriços-do-mar (sobrevivem fragmentos dos espinhos), frango, ovos, castanhas e figos (os caroços passam direto pelo intestino, sem serem digeridos). Aqueles que moravam nos andares superiores também usavam os banheiros como unidades rudimentares de despejo de lixo, quando precisavam se livrar de vidros e louça quebrados, além de às vezes deixarem cair acidentalmente suas pedras preciosas. Eram pessoas que tinham algum dinheiro para gastar.

Na outra ponta do espectro estavam aqueles em posição bem mais precária — homens, mulheres e crianças sem ocupação permanente ou habilidade especial, que devem ter tentado arrumar algum trabalho eventual em bares e restaurantes ou na indústria do sexo, como carregadores ou transportadores nas docas ou como peões na construção. Havia bastante oferta desse tipo de trabalho. Uma estimativa bem geral, calculando a quantidade total de itens básicos — azeite, vinho e grãos — que deve ter sido importada para manter 1 milhão de pessoas na cidade de Roma, avalia que seriam necessários mais de 9 milhões de “carregamentos” individuais para trazer mercadorias do navio para o cais, em sacos ou ânforas, a cada ano. Apenas esses carregamentos já teriam gerado trabalho suficiente para 3 mil homens por cerca de cem dias. Mas tratava-se de ocupação sazonal, por isso o uso de trabalhadores avulsos em bases informais no lugar de escravos, o que constituía um meio de vida inseguro. Muitas dessas pessoas com frequência devem ter passado fome. Algumas lesões reveladoras em esqueletos encontrados (especialmente nos dentes) apontam para vários tipos de má nutrição, que afetavam não só os muito pobres da cidade. Eles devem ter

vivido no equivalente anti-go de pousadas, alugadas por hora, ou compartilhando um único quarto com outras pessoas, dormindo por turnos. Provavelmente não devem ter desfrutado dos entretenimentos considerados itens de primeira necessidade e paixão dos romanos pobres. A capacidade de assentos do Coliseu, por grande que ele seja, era de aproximadamente 50 mil espectadores, o que em uma cidade de 1 milhão de habitantes significa que o público para os espetáculos de gladiadores e para as sanguinárias caçadas de animais era seleto. Não era constituído por aquelas pessoas que, se descessem mais um degrau, teriam que acampar em algum túmulo ou morar em assentamentos invadidos.

Os imensos blocos de apartamentos de vários andares (*insulae*, ou “ilhas”), comuns em Roma e em seu porto de Óstia, simbolizam essa hierarquia entre os romanos mais comuns e revelam um espectro que ia desde os que contavam com relativo conforto até quem mal conseguia se sustentar. As *insulae* propiciavam hospedagem alugada de alta densidade, que é como uma população de tal porte conseguia se espremer em uma área relativamente pequena na cidade de Roma. Eram uma atraente oportunidade de investimento para os seus proprietários e deram emprego a implacáveis cobradores de aluguéis. O epitáfio de um inquilino, Ancarenus Nothus, um ex-escravo que morreu aos 43 anos de idade e cujas cinzas foram enterradas em um túmulo compartilhado logo à saída dos muros de Roma, dá uma pista das queixas comuns nas simples linhas de um verso, como se falasse desde o além-túmulo: “Não estou mais preocupado se vou morrer de fome / Estou livre de dores nas pernas e de ter que pagar aluguel / Tenho comida e casa de graça para toda a eternidade”. Mas embora o senhorio

fosse duro com todos os inquilinos, alguns viveram de modo mais confortável que outros.

A lógica básica era sempre que quanto mais baixo no edifício você morasse, mais espaçosa e cara era sua acomodação, e quanto mais alto, mais barata, apertada e perigosa, sem instalações para cozinhar ou para se lavar e sem meios de escapar na eventualidade (frequente) de um incêndio. Como brinca Juvenal, alguém que morasse no último andar ("sem nada para protegê-lo da chuva a não ser as telhas") era simplesmente o último a morrer se o incêndio começasse mais embaixo. A lógica é exatamente oposta à dos prédios de apartamentos modernos, com suas luxuosas coberturas, e está ilustrada com perfeição em uma das mais bem preservadas *insulae* da cidade de Roma, ainda visível logo abaixo do Capitólio e a poucos metros dos reluzentes templos que antes se erguiam ali (literalmente reluzentes: ao final do século I d.C., o templo de Júpiter foi coberto com telhas folhadas de metal). Nesse bloco, lojas com acomodações para moradia em um mezanino ocupavam o nível da rua. O primeiro andar, ou *piano nobile*, continha uns poucos apartamentos espaçosos; lá pelo quarto andar, que ainda sobrevive, havia uma série de pequenos dormitórios, embora cada um provavelmente abrigasse uma família em vez de uma só pessoa; e acima deste, as coisas devem ter sido piores. A ausência de zoneamento na cidade significava que algumas das grandes celebrações públicas no Capitólio tinham lugar a alguns passos daquilo que era uma espécie de favela nos últimos andares. É esse mundo, das pessoas que ocupavam os blocos, e de outras como elas, que constitui o tema do restante deste capítulo. Em termos realistas, será mais o

mundo daquelas pessoas que ocupavam os andares mais baixos do que as dos andares de cima: quanto maior a renda das pessoas, maiores as evidências que elas nos deixaram. Iremos examinar o mundo do trabalho, do lazer, da cultura e das preocupações: não apenas onde e como as pessoas comuns viviam, mas também como elas encaravam a desigualdade da vida romana, de que maneira se divertiam e que recursos dispunham contra adversidades de todos os tipos, desde delitos menores a dores e doenças.

O mundo do trabalho

Cícero e a maioria da elite professavam desprezo pelo trabalho assalariado. Mas para a maioria dos habitantes urbanos do mundo romano, como ocorre hoje, o trabalho que desempenhavam era crucial para sua identidade. Costumava ser trabalho duro. Aqueles que precisavam de uma renda regular para sobreviver (e isso era a maioria) trabalhavam, se pudessem, até morrer; o Exército era uma exceção por contar com uma forma de aposentadoria, o que geralmente implicava trabalhar em uma pequena fazenda. Muitas crianças trabalhavam a partir do momento em que estavam fisicamente aptas, fossem livres ou escravas. Esqueletos de jovens foram descobertos em escavações com claros sinais em seus ossos e juntas de árduo trabalho físico; um cemitério em particular, nos arredores de Roma, perto de uma antiga unidade de lavanderia e trabalho com tecidos, contém os restos de jovens que obviamente tinham acumulado anos de trabalho duro — mostrando os efeitos de pisotear roupa, atividade necessária ao tratamento de tecidos, um esforço bem maior que o exigido para saltar e brincar

de bola. Crianças são também celebradas como trabalhadores em epitáfios. As sensibilidades modernas talvez acreditem que uma simples lápide na Espanha de uma criança de quatro anos, mostrada carregando suas ferramentas de mineração, tenha sido colocada em memória de algum jovem mascote do sítio de mineração. Mas é mais provável que tenha sido de um trabalhador ativo.

Somente os filhos dos ricos passavam a juventude aprendendo gramática, retórica, oratória e filosofia — ou com um plano de estudos menos substancial, aprendendo a ler e escrever, ou a fiar e tocar algum instrumento musical, no caso das meninas. Trabalho infantil era a norma. Não era visto pela maioria dos romanos como um problema, ou mesmo como uma categoria. A invenção da “infância” e a regulamentação de que tipo de trabalho as “crianças” poderiam fazer surgiu quinze séculos mais tarde e ainda é uma preocupação peculiar do Ocidente.

80. Esse memorial bastante combalido é uma das poucas pedras tumulares que aparentemente celebram uma criança trabalhadora. Em suas mãos, o menino de uns quatro anos de idade segura um cesto e uma

picareta, similares a objetos escavados em sítios de mineração espanhóis.

As lápides deixam claro o quanto o trabalho era importante para a identidade pessoal dos romanos comuns. Enquanto Cipião Barbato, e outros como ele no topo da hierarquia social, destacavam os cargos políticos que haviam exercido ou as batalhas que haviam vencido, um número muito maior de pessoas ostentava o trabalho que havia tido. Mais de duzentas ocupações ficaram conhecidas desse modo apenas na cidade de Roma. Homens e mulheres com frequência resumiam suas carreiras em poucas palavras e imagens, com uma descrição de seu trabalho e alguns símbolos reconhecíveis de sua profissão. Gaius Pupius Amicus, por exemplo, um ex-escravo que trabalhava como tingidor de "púrpura" — uma tinta notoriamente cara obtida de pequenos moluscos e, segundo a lei, usada apenas para colorir roupas dos senadores e do imperador — descreve a si mesmo orgulhosamente como *purpurarius*, e teve vários itens do seu equipamento de ofício esculpidos na pedra. Outros túmulos ostentavam painéis retratando a pessoa falecida exercendo seu trabalho, fosse ela parteira, açougueiro ou um vendedor de frangos particularmente destacado.

81. Lápide de um “tingidor de púrpura” do norte da Itália. Abaixo do retrato dele estão as ferramentas de seu ofício, incluindo balança, frascos e novelos de lã dependurados.

Ocasionalmente, o túmulo todo era projetado de modo mais ambicioso, para exibir o ofício da pessoa falecida, de certo modo igualando o homem ou a mulher ao trabalho que exerciam. No final do século I a.C., um padeiro empreendedor foi responsável por um grande memorial a si mesmo e à esposa em um local nobre logo à saída dos muros da cidade de Roma. Marcus Vergilius Eurysaces era provavelmente um ex-escravo, e — a julgar pelo porte do túmulo, com dez metros de altura — havia ganhado muito dinheiro com seus negócios. O epitáfio descreve-o como “padeiro e fornecedor”, o que aponta no mínimo para uma rede de padarias e provavelmente para lucrativos contratos públicos de fornecimento de pão. O edifício todo é construído no formato de um equipamento para confecção de pão, e em volta do topo, onde nos monumentos oficiais você normalmente veria um friso esculpido retratando uma procissão

religiosa ou um triunfo, há em vez disso cenas do trabalho em uma das padarias de Eurysaces; uma figura de toga dirigindo as operações provavelmente é a representação dele mesmo. Se Eurysaces soubesse das palavras depreciativas de Cícero sobre a natureza do comércio e do trabalho assalariado, seu túmulo seria o equivalente a dar uma banana a tal ideia esnobe. Do mesmo modo, um aristocrata que passasse por ali poderia muito bem sentir um toque de Trimálquio naquilo.

82. Um relevo em mármore mostra a banca de um vendedor de frangos de Óstia, talvez parte de um túmulo ou a placa de uma loja. O segundo homem a partir da esquerda parece estar anunciando um produto, e atrás do balcão uma mulher atende os clientes. A banca é feita com gaiolas (contendo um par de coelhos), sobre as quais estão sentados dois macacos.

Mas havia mais em jogo aqui do que a identidade individual. Havia aspectos comunitários e sociais também, já que as lojas e oficinas criavam um contexto para atividades conjuntas dos trabalhadores, para a promoção dos interesses que eles tinham em comum e também um senso de identidade compartilhado. Por todo o Império, floresceram associações de comércio local (*collegia*), com membros que eram livres ou escravos, uma combinação que reflete a usual

mistura de status na maior parte das modalidades de trabalho. Em um *collegium* sediado nos arredores de Roma, regras criadas no século II d.C. estipulavam que qualquer escravo a quem fosse concedida liberdade teria que doar “uma ânfora de bom vinho” aos demais, presumivelmente para uma festa de celebração. Às vezes as sedes eram impressionantes, e as associações tinham uma estrutura administrativa definida, regras e regulamentos, taxas de admissão e anuidades, podendo agir como grupos de pressão política, abrigar núcleos de discussão e jantares de confraternização e também funcionar como agências de seguro para enterros. Isso porque um dos motivos que levavam a pessoa a se filiar a alguma associação era a garantia de um funeral decente, o que pode explicar em parte o destaque dado às descrições dos trabalhos nos epitáfios. Você era enterrado como carpinteiro, em um funeral pago por carpinteiros.

83. O túmulo do padeiro empreendedor Eurysaces, datado do século I a.C., conservou-se porque foi incorporado a uma torre dos muros da cidade construídos mais tarde. Os estranhos círculos na fachada provavelmente representam máquinas de misturar massa usadas em grandes padarias.

Essas associações estavam bem distantes das guildas medievais; não estipulavam qualificações para a prática de determinados ofícios, nem criavam o que seria efetivamente um círculo fechado. Tampouco eram exatamente uma versão antiga de um sindicato — embora, ao que parece a partir de uma regulamentação sobrevivente de um governo provincial local, os padeiros de Éfeso, na atual Turquia, causaram um tumulto em meados do século II d.C. ao entrarem em greve, e Petrônio faz um dos seus personagens do *Satyricon*

queixar-se de que os padeiros (novamente) estão em conluio com as autoridades locais para manter elevado o preço do pão. Mas, em determinado momento, um marco histórico na sociedade romana foi inventado para essas associações. Era uma espécie de história da carochinha, porém importante, de que o segundo rei de Roma, Numa, foi quem estabeleceu as associações, junto com construtores, artesãos, ceramistas, ourives, tingidores, processadores de couro e músicos. Quem quer que tenha sonhado isso, e *era* um sonho, estava dando aos artesãos e às suas organizações uma genealogia muito antiga e ilustre.

Ainda é possível encontrar em Pompeia evidências do perfil público dessas associações de negócios e de trabalhadores. Os slogans eleitorais visíveis ainda hoje nos muros da cidade, as marcas temporárias pintadas que incentivavam os eleitores a apoiar um ou outro candidato nas eleições ao conselho local, são um exemplo. Não diferem muito dos cartazes políticos atuais, embora sejam bem mais padronizados, assumindo quase sempre a forma de uma simples frase, como esta: *"Crescens pede Gnaeus Helvius Sabinus como edil"*. Variações sobre o tema incluem poucos vestígios de campanhas negativas ("Os pequenos ladrões pedem Vatia como edil" era presumivelmente o equivalente a dizer "Não vote em Vatia"); mas há também uma série de avisos que informavam um candidato sobre o apoio de um grupo particular de comerciantes, como padeiros, carpinteiros, cozinheiros, trabalhadores em lavanderias e condutores de mulas. O quanto esse apoio era formal não se sabe. Não devemos necessariamente imaginar algum voto oficial de apoio dado pelas associações locais, embora isso possa ter acontecido. Mas, no mínimo, algumas delas tiveram que se reunir para

decidir *como trabalhadores em lavanderias* (ou outra coisa qualquer) estavam apoiando um determinado candidato.

Pompeia também nos oferece uma rara visão do ambiente de trabalho de algumas dessas pessoas, em particular nas lavanderias. O trabalho nas lavanderias e tinturarias (unidades convencionalmente chamadas de “fulônicas”) não era uma atividade glamorosa. Um dos ingredientes básicos nesse processo era a urina humana, o que originou a piada atribuída ao imperador Vespasiano a respeito do dinheiro não ter cheiro. E os esqueletos jovens encontrados no cemitério perto dessas unidades de processamento de roupas nos arredores de Roma mostram as intensas fadigas e demandas do trabalho físico envolvido na atividade. Mas uma das muitas dessas unidades em Pompeia oferece outra imagem desse tipo de indústria, para consumo dos próprios trabalhadores. Como decoração das áreas de trabalho onde os homens — e a maioria eram homens — processavam a roupa dando-lhes murros, havia pinturas descrevendo exatamente os elaborados e imundos processos. Eram essas pinturas que os homens viam — uma versão daquilo que estavam fazendo refletida de volta em uma forma mais higienizada e glamorizada — enquanto levavam adiante suas longas jornadas de trabalho (ver lâmina 18).

Os rivais de Cícero devem ter zombado dele, com ou sem razão, por ser filho do proprietário de uma lavanderia. Mas nesta lavanderia em Pompeia, como certamente em muitas outras espalhadas por todo o Império, transmitia-se aos trabalhadores uma imagem de nobreza do trabalho, orgulho por executá-lo e senso de pertencimento, com o qual Cícero nunca teria sonhado.

Cultura de bar

Romanos de elite costumavam ignorar o que o restante da população fazia quando não estava trabalhando. Já era conhecido seu entusiasmo por exibições e espetáculos, mas o pior eram os bares e restaurantes baratos onde homens comuns se reuniam. Invocavam-se imagens assustadoras do tipo de pessoa que você podia encontrar ali. Juvenal, por exemplo, faz um retrato de um desses antros de bebida no porto de Óstia, cuja clientela, afirma ele, era composta por homicidas, marinheiros, ladrões e escravos fugidos, carrascos e fazedores de caixões de defunto, além de sacerdotes eunucos (presumivelmente de folga do santuário da Grande Mãe na cidade). Mais tarde, no século IV d.C., um historiador romano queixava-se de que o tipo “mais baixo” de pessoa passava a noite inteira em bares, e destacou como especialmente odioso o ronco que os jogadores de dados faziam quando se concentravam ao redor do tabuleiro e inspiravam o ar por suas narinas cheias de ranho.

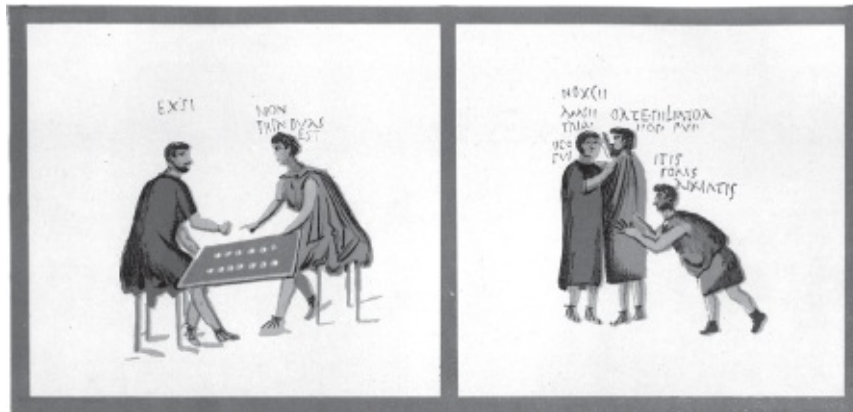
Há também registro de várias tentativas de impor restrições legais ou cobrar impostos desses estabelecimentos. Tibério, por exemplo, ao que parece proibiu a venda de bolos e doces; conta-se que Cláudio aboliu totalmente as “tabernas” e proibiu servir carne cozida e água quente (que presumivelmente era misturada, no estilo romano, ao vinho — mas então por que não proibir o vinho?); e, segundo alguns, Vespasiano teria estipulado que bares e botequins não deveriam vender nenhum tipo de comida, exceto ervilha e feijão. Supondo que tudo isso não seja uma fantasia de biógrafos e historiadores antigos, só pode ter sido uma

encenação infrutífera, uma legislação no máximo simbólica, que o Estado romano não tinha meios de fazer cumprir.

As elites, por toda parte, tendem a se preocupar com os locais onde os baixos estratos sociais se reúnem, e, embora os bares tivessem aspecto violento e fossem locais de fala grosseira, a realidade ali era normalmente mais tranquila do que sua má reputação fazia crer. Os bares não eram apenas antros de bebida, mas uma parte essencial da vida cotidiana para aqueles que tinham, no máximo, instalações bem limitadas para cozinhar onde viviam. Como vimos no arranjo dos blocos de apartamentos, o padrão romano era justamente o oposto do nosso: os romanos ricos, com suas cozinhas e várias salas, comiam em casa; os pobres, se quisessem bem mais do que o equivalente antigo a um sanduíche, tinham que sair. As cidades romanas eram cheias de bares, e era neles que um grande número de romanos comuns gastava várias horas de sua vida fora do trabalho. Pompeia de novo é um dos melhores exemplos. Levando em conta as partes ainda não escavadas da cidade e resistindo à tentação (algo que alguns arqueólogos não conseguiram) de chamar de bar qualquer construção que tenha um balcão, podemos calcular que houvesse uma centena deles ali, para uma população de talvez 12 mil residentes, além dos viajantes de passagem.

84. Vista de um dos bares romanos típicos, em Pompeia. O balcão fica de frente para a rua e tem grandes tigelas, onde a comida ou a bebida eram servidas “para viagem”. Os degraus à esquerda funcionavam como mostrador para outros itens oferecidos.

Eles eram construídos segundo uma planta bastante padronizada: um balcão defronte à calçada, para quem pedia comida “para viagem”; uma sala interna com mesas e cadeiras para consumo no local, com garçons servindo; e geralmente um mostrador para comida e bebida, assim como um braseiro ou forno para preparar pratos e bebidas quentes. Em alguns poucos casos em Pompeia, assim como vimos na fulônica, a decoração era uma série de pinturas retratando cenas — em parte fantasiosas, em parte reais — da vida no próprio bar. Não há muita evidência da terrível torpeza moral que os escritores romanos temiam. Uma imagem mostra o suprimento de vinho sendo despejado num grande tonel, em outra alguns petiscos estão sendo consumidos debaixo de algumas linguiças e outros acepipes dependurados do teto. Os “piores” indícios são uma imagem ostensiva de sexo (difícil de discernir agora porque algum moderno moralista tentou desfigurá-la), alguns *graffiti* na linha de “Eu já comi a dona deste bar” (se era fato, fanfarronice ou insulto, é impossível dizer) e várias

pinturas que mostram clientes jogando dados, presume-se que a dinheiro, quer roncassem ou não por causa do ranho no nariz. Nas paredes de um bar, onde balões com as falas acompanham os desenhos e ilustram melhor o que acontece, a partida está se encaminhando para uma briga e para o uso de uma linguagem decididamente chula. Depois de um lance controvertido (“Foi um ‘dois’, e não um ‘três’”), o dono tem que intervir: “Se querem brigar, vão lá fora”, diz ele, como os donos de bar sempre fazem, enquanto começam os xingamentos (“Seu monte de bosta, eu joguei ‘três’, fui eu que ganhei”, “Ah, vá chupar pau, quem ganhou fui eu!”).

85. Briga de bar por causa de um jogo de dados. Nesta cópia do século XIX de algumas das pinturas do bar de Salvius em Pompeia, a discussão começa no painel da esquerda. “*Exsi*”, grita um dos jogadores, “eu ganhei, eu saio”, enquanto seu oponente discute o lance. Na cena seguinte, o dono do bar, à direita, está dizendo aos dois que saiam enquanto os coloca para fora à força.

Jogos de azar e de tabuleiro eram um dos exemplos mais extremos de duplo padrão da elite romana. Alguns dos aristocratas mais imponentes tinham paixão por jogos. Segundo Suetônio, o imperador Cláudio tinha tal entusiasmo pelo jogo que escreveu um livro sobre o de dados e tinha sua carruagem

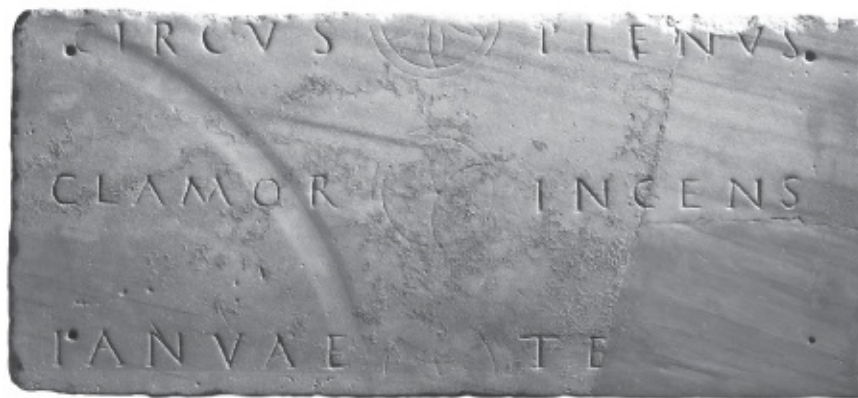
especialmente adaptada para que pudesse continuar jogando com ela em movimento. O primeiro Augusto era tão viciado em jogo — mas com tamanha consideração pelo bolso de seus amigos — que dava a seus convidados grandes quantias de dinheiro para que pudessem apostar (embora Suetônio dê indícios de reprovar isso, quando observa que Augusto não procurava combater esse hábito, e o compara maliciosamente a outro dos supostos hobbies do imperador: deflorar virgens). Jogos de tabuleiro não eram um passatempo apenas de homens. Eram uma das diversões favoritas da idosa Ummidia Quadratilla — se jogava a dinheiro ou não, Plínio não diz. Mas, como observa Juvenal, apontando um dedo acusador para a hipocrisia romana, quando via pessoas comuns jogando, a elite mostrava-se ultrajada, considerando-os “um vexame”.

Uma de suas principais objeções era que os dados constituíam uma porta para o crime. A briga retratada no bar de Pompeia aponta para isso em escala pequena; em outra maior, a proeminência de “jogadores de dados” (*aleatores*) entre os seguidores de Catilina sugeria uma conexão entre conspiração e traição. Mas, na cabeça dos ricos e poderosos, um fator também importante era o efeito desestabilizador do jogo. Em um mundo em que a hierarquia da riqueza sempre estivera diretamente correlacionada ao poder político e ao status social, a possibilidade, mesmo que remota, de que a ordem estabelecida fosse subvertida pelo dinheiro obtido por mera obra do acaso era perigosamente perturbadora. As riquezas de Trimálquio eram bastante indignas; mas a ideia de que uma fortuna pudesse ser obtida por um lance de dados era muito pior. Portanto, houve tentativas de controlar o jogo em meio à população, de restringi-lo a

determinados horários ou ocasiões e de limitar a responsabilidade legal pela recuperação das dívidas contraídas. Essa legislação teve mais ou menos o mesmo efeito que a da restrição aos bares. Jogos de tabuleiro são encontrados por todo o mundo romano. Os que sobreviveram são feitos em pedra e provêm dos túmulos, bares e quartéis do Exército ou estão esculpidos em pisos e nos degraus de edifícios públicos — presumivelmente como uma diversão para pessoas com tempo ocioso.

Os jogos de dados tinham vários nomes e eram jogados segundo diferentes regras e sobre tabuleiros de configurações diversas. Ninguém nunca conseguiu reconstruir em detalhes como é que qualquer um desses jogos funcionava. Mas, apesar disso, havia um tipo comum de tabuleiro que oferece vislumbres importantes da atmosfera do jogo e da atitude dos jogadores. Esses tabuleiros eram feitos para um jogo que claramente envolvia mover peças ao longo de 36 posições, dispostas em três fileiras de doze, cada fileira dividida em dois grupos de seis. Porém, ocupando o lugar das "casas" que encontramos geralmente em um tabuleiro moderno, havia letras do alfabeto, e os jogadores moviam suas peças de uma letra a outra. As letras com frequência eram cuidadosamente arranjadas para formar palavras, portanto os tabuleiros proclamavam alguns slogans petulantes: em seis palavras de seis letras cada. Eram refrões da cultura de bar e dos próprios jogadores.

Alguns refletem um pouco de moralismo melancólico, destacando aspectos negativos da própria atividade para a qual os tabuleiros eram feitos. "Os odiosos pontinhos dos dados obrigam até o mais hábil jogador a depender da sorte"

(*INVIDA PUNCTA IUBENT FELICE LUDERE DOCTUM*) ou “O tabuleiro é um circo. Saia quando perder. Você não sabe jogar” (*TABULA CIRCUS BICTUS RECEDE LUDERE NESCIS*). Há mais frases em tom triunfalista, de um jeito bem romano, mesmo que remetam às vezes a triunfos bastante antigos. “Os partos foram chacinados, os bretões conquistados, divirtam-se romanos” (*PARTHI OCCISI BRITTO VICTUS LUDITE ROMANI*), como proclama um tabuleiro provavelmente do século III d.C. Outras destacam um hedonismo popular realista, referindo-se às corridas no Circus Maximus (“O circo está lotado, o povo grita, os cidadãos se alegram”, *CIRCUS PLENUS CLAMOR POPULI GAUDIA CIVIUM*) ou prazeres ainda mais simples da vida. Nos degraus do Fórum de Timgad, um tabuleiro resume tudo com “Caçar, banhar-se, jogar, rir: isso é viver” (*VENARI LAVARE LUDERE RIDERE OCCEST VIVERE*).

86. Outra variação de “O circo está lotado...”. A última linha (aqui, quebrada à direita) diz IANUAE TENSAE — “as portas estão apinhadas”.

Esses slogans atenuam algumas das severas censuras da elite romana, ao captarem o tom brincalhão e provocador da vida dos bares, o prazer que as pessoas comuns extraíam do fato de serem romanas (dos circos às conquistas), e

transmitem uma visão realista do que era viver bem e ter prazer. Era embalado por slogans como esses que o trabalhador médio de lavanderias em Pompeia sentava à noite no seu bar local, com um copo ou dois de vinho (misturado com água quente), na companhia de um amigo, com um tabuleiro e alguns dados — e sonhava em chegar a uma vida melhor jogando e apostando.

Alguns tinham sorte. Uma pichação rabiscada em Pompeia registra o prazer que um vencedor sentiu com a sorte que teve num jogo em uma cidade vizinha: “Ganhei em Nuceria, jogando dados, 855 1/2 denários. Sério, é verdade”. Tratava-se, como fica claro pela excitação de quem escreveu, de uma vitória quase inacreditável e de uma soma substancial; a quatro sestércios por denário, totalizava quase 4 mil sestércios, ou, aproximadamente, quatro vezes o salário anual de um soldado romano. Deve ter feito grande diferença para o ganhador. Em primeiro lugar, ele não deveria ser desesperadamente pobre. Como o perspicaz Augusto compreendeu bem, o jogo sempre requeria apostar algo, mesmo nos bares e nas ruas, ou seja, era o passatempo daqueles que tinham um pouco de dinheiro para gastar. Presumivelmente, ganhar uma soma dessas significaria um alojamento melhor, roupas novas, transporte mais rápido (quinhentos sestércios compravam uma mula nova) e melhor comida e vinho (um sestércio, segundo uma lista de preços que sobreviveu em Pompeia, comprava um copo, ou jarra, de vinho da melhor safra falerniana, quatro vezes o preço do vinho barato local). Mas, qualquer que fosse a paranoia da elite, nada disso tinha a probabilidade de minar os alicerces da ordem social.

Resistir e resignar-se

De qualquer modo, 4 mil sestércios eram uma bolada rara e ficava bem além dos sonhos da maioria dos pequenos jogadores dos bares locais. E mesmo os slogans mais simples dos jogos de tabuleiro na verdade soariam ambiciosos demais para alguns. “Caçar, banhar-se, jogar, rir” podem ter sido prazeres básicos para habitantes de cidades periféricas como Timgad, mas para homens e mulheres de Roma, caçar era apenas um sonho. Para quem morava no alto de um bloco de apartamentos do tipo *insula*, as corridas — como em “O Circo está lotado...” — teriam sido uma iguaria rara (embora mais acessíveis do que os espetáculos de gladiadores: a capacidade do Circus Maximus, a principal pista de corridas, era de 250 mil pessoas, isto é, cinco vezes a lotação do Coliseu). Mesmo aqueles que viviam nos andares mais baixos e confortáveis dos *insulae* sem dúvida enfrentavam, nos nossos termos, um futuro incerto; seu conforto era sempre precário. Alguns historiadores modernos têm até especulado que a popularidade dos jogos de azar entre os romanos comuns tinha algo a ver com o fato de eles serem um reflexo da estrutura de suas vidas. Para a maioria dos romanos, a vida era sempre um jogo, e ganhar dinheiro não passava de uma aposta.

Aqueles que conseguiam ganhar um pouco de dinheiro em um dia podiam estar arruinados no seguinte, por alguma doença que os impedisse de trabalhar ou pelas inundações e incêndios que destruíam suas casas. A grandiosidade dos vestígios da cidade de Roma e suas defesas contra inundações do século X, que em grande parte têm impedido enchentes devastadoras, podem desviar nossa

atenção dos desastres naturais que costumavam cair sobre a cidade, e afetavam de modo desigual ricos e pobres, embora com frequência ambos fossem vizinhos próximos. Uns poucos metros de altura a mais, subindo a encosta de um monte, davam a uma casa rica a proteção contra inundações. O fogo podia ser um problema para qualquer um; em um incêndio terrível, em 192 d.C., Galeno perdeu o conteúdo de seu almoxarifado, trancado perto do Fórum, inclusive alguns de seus escritos sobre medicina, utensílios médicos, remédios e outros valores (como ficamos sabendo por meio do manuscrito de seu ensaio sobre o tema, redescoberto apenas em 2005). Mas era um problema particularmente sério em um bloco de apartamentos alto, especialmente quando os residentes tentavam cozinhar ou se aquecer com braseiros instáveis nos andares mais altos.

Roubos e furtos, pequenos ou nem tanto, podem regularmente ter deixado algumas dessas pessoas sem suas economias, preciosas posses, roupas ou ferramentas de trabalho. Então como agora, os ricos com seus cães de guarda e o equivalente a sistemas de segurança (na forma de escravos) queixavam-se com maior veemência dos furtos domésticos e dos roubos nas ruas. Os pobres eram as principais vítimas. Algumas histórias preservadas em documentos escritos em papiros descobertos no Egito romano — com frequência ainda mais diretos e informais que os pronunciamentos públicos inscritos em pedra em outras partes do Império — oferecem relatos pessoais de crimes cotidianos, violência e ação delinquente, que eram endêmicos. Um homem, por exemplo, queixa-se de um bando de jovens que atacaram sua casa, espancaram-no (“em cada um dos membros do meu corpo”) e foram embora levando algumas de suas roupas,

inclusive uma túnica e uma capa, e mais um par de tesouras e um pouco de cerveja. Outro se queixa que um malfeitor que lhe devia dinheiro tinha aparecido na sua casa e atacado sua esposa grávida, que por causa disso abortara e corria "risco de morte". A mais de 5 mil quilômetros dali, na cidade de Bath (na época, Aquae Sulis), província da Britânia, outras inscrições registradas apontam para roubos persistentes de roupas e acessórios, desde anéis e luvas a (especialmente) capas.

Havia poucos recursos e ausência quase total de serviços públicos regulares para mitigar essas crises. A cidade de Roma, por volta do século I d.C., contava com um serviço de combate a incêndio pequeno e rudimentar, equipado apenas com uns poucos cobertores e baldes, e vinagre para apagar as chamas, o que acabava demolindo as propriedades vizinhas para apagar o fogo (uma boa ideia, a não ser que você morasse em alguma dessas propriedades). E não havia força policial à qual se pudesse comunicar crimes ou pleitear alguma reparação. A maior parte das vítimas de crimes deve ter confiado nas próprias mãos, ou nas de amigos, família ou vigilantes locais, para acertar as contas com os responsáveis. Não havia nenhum sistema para lidar efetivamente, por meio de canais oficiais, com os malfeitos comuns, apenas um ciclo de justiça tosca e retaliação brutal. A infeliz esposa grávida que abortou depois de assaltada pode ter sido vítima exatamente disso, apesar do relato lacrimoso de seu marido ofendido, aparentemente inocente. A história a seguir, por exemplo, de um lojista romano, indica o início de outro ciclo desse tipo. Numa noite escura ele saíra atrás de um ladrão que havia roubado uma lâmpada que ficava junto ao seu balcão. Na briga,

o ladrão pegou um chicote e passou a açoitar o lojista, que revidou — e nisso arrancou um dos olhos do assaltante.

O sofisticado edifício da lei romana, apesar de sua extraordinária competência em formular regras e princípios legais, em decidir questões de responsabilidade e determinar direitos de propriedade e contratos, tinha pouco impacto na vida daqueles que ficavam abaixo da elite e oferecia pouca ajuda para solucionar seus problemas. Quando tentavam recorrer a ela, o sistema costumava estar simplesmente sobrecarregado demais. Não sabemos até onde as queixas dessas vítimas comuns do Egito romano avançaram, embora fossem dirigidas a oficiais da província, na esperança de alguma ação legal. O que sabemos, a partir de outro documento em papiro, é que no início do século III d.C. um governante do Egito (o prefeito, como era então chamado) havia recebido em apenas três dias, em um único local, mais de 1.800 petições para mover processos. A maioria desses casos deve ter sido varrida para debaixo do tapete.

As instituições jurídicas oficiais estavam pouco interessadas nos problemas das pessoas comuns. Ocasionalmente, os acadêmicos e especialistas romanos em leis examinavam os infortúnios dos pobres como casos de estudo complicados; concordavam, por exemplo, que o lojista não havia agido fora da lei, desde que o ladrão realmente tivesse primeiro feito uso do chicote. E de modo mais ocasional ainda, especialmente em questões de herança e estado civil, as pessoas comuns achavam que valia a pena obter uma decisão judicial. Em Herculano, por exemplo, foram descobertos vários documentos escritos em tabuletas de cera (os

rabiscos do estilete ainda são visíveis na madeira que ficava sob a cera original) registrando várias declarações de testemunhas que depuseram em uma disputa local delicada e que hoje nos parece desconcertante. A questão era se uma mulher da cidade havia nascido livre ou escrava. Como a maioria das pessoas no mundo romano, ela não tinha nenhuma prova de sua condição, e nesse caso (o resultado não é conhecido) alguém tivera tempo, contatos e dinheiro para levar o assunto até o alto escalão de Roma. Mas em geral a lei estava fora do alcance da maioria da população, que, como logo veremos, frequentemente encarava julgamentos e processos legais mais como uma ameaça a ser temida do que como uma possível proteção.

Então, se não procuravam a lei, onde é que as pessoas comuns buscavam ajuda, além da família e dos amigos? Com frequência, era em sistemas de apoio "alternativos", isto é, os deuses, o sobrenatural e aqueles, como cartomantes baratas, que afirmavam ter acesso a informações sobre o futuro e o desfecho de problemas — e para quem a elite previsivelmente torcia o nariz. A única razão pela qual sabemos a respeito do furto de capas na romana Bath é porque as pessoas iam até a fonte sagrada de Sulis, a deusa local, e inscreviam uma maldição ao ladrão em pequenas tabuletas de chumbo e as atiravam na água. Muitas dessas tabuletas foram encontradas com suas mensagens raivosas ou desesperadas: "Docilianus filho de Brucerus à muito sagrada deusa Sulis, eu amaldiçoo quem tiver roubado minha capa com capuz, seja homem ou mulher, escravo ou livre, que a deusa Sulis possa infligir-lhe a morte e não deixá-lo dormir ou gerar filhos agora ou no futuro até que traga minha capa de volta ao

templo de sua divindade", diz uma das placas.

Um dos recursos alternativos, e um dos documentos mais estranhos que sobreviveram da Antiguidade, leva-nos diretamente a problemas e preocupações específicos do cotidiano de pessoas comuns. Intitulado *Os oráculos de Astrampsychus*, nome de um antigo e lendário mago egípcio (com o qual o livro não tinha absolutamente nada a ver), e afirmando em sua introdução (de modo implausível) ter sido escrito pelo filósofo Pitágoras e constituir o segredo por trás do sucesso de Alexandre, o Grande, é na verdade um kit prático de adivinhação, datado provavelmente do século II d.C., ou seja, vários séculos depois de Pitágoras e de Alexandre. Consiste em uma lista numerada de 92 perguntas que alguém poderia querer fazer a um adivinho, junto com outra lista de mais de mil possíveis respostas. A ideia era que a pessoa que perguntasse escolhesse a pergunta que representasse melhor seu problema e dissesse o número ao adivinho, que ao seguir as instruções do kit — que envolviam uma boa dose de bobagens, como escolher outros números, descartar aquele que você havia tirado primeiro e assim por diante — acabava sendo conduzida para a resposta certa.

Quem quer que tenha feito essa compilação dos *Oráculos* imaginou que aquelas 92 questões resumiam os problemas que levariam as pessoas até um clarividente. Uma ou duas delas podem sugerir algum cliente relativamente sofisticado: "Vou me tornar senador?", dificilmente seria uma preocupação de muita gente — embora talvez fosse equivalente a perguntas fantasiosas, do tipo "Será que vou me casar com um lindo príncipe?", que seriam feitas hoje por

quem não tem a menor possibilidade de conhecer um membro de qualquer família real. A maioria das perguntas se concentra em preocupações bem mais corriqueiras. Algumas, previsivelmente, são sobre saúde, casamento e filhos. A de número 42, “Vou sarar da doença?”, deve ter sido uma escolha comum, embora é interessante notar que a pergunta “Será que me envenenaram?” também aparece na lista, uma suspeita obviamente não restrita à casa imperial. A de número 24, “Minha mulher vai ter bebê?”, é muito bem contrabalançada pela questão cheia de culpa “Será que vou ser pego como adúltero em breve?” e por “Eu vou ter que criar um bebê?”, que apontava para o dilema antigo de abandonar ou não um recém-nascido. Fica claro também que havia escravos entre os clientes visados (“Vou ser libertado?” e “Vou ser vendido?”) e que uma viagem era encarada como um dos perigos mais prementes da vida (“O viajante ainda está vivo?” e “Vou navegar com segurança?”). Mas a principal preocupação é com dinheiro e sustento, que aparece em muitas perguntas: “Vou conseguir dinheiro emprestado?”, “Vou abrir uma oficina?”, “Vou pagar o que devo?”, “Meus pertences serão leiloados?”, “Vou ganhar uma herança de algum amigo?”. A lei, quando presente, tende a ser uma ameaça à espreita: desde “Corro risco de ser processado?” a “Vou ter problemas se alguém me delatar?”.

Esse sistema complicado podia produzir todo tipo de respostas. Supondo que esses clientes levassem as respostas a sério (e alguns devem ter se mostrado tão céticos quanto muitos leitores atuais de horóscopos), “Você não será flagrado como adúltero” era obviamente melhor do que “Você será flagrado como adúltero, mas ainda vai levar um tempo”. “Você não foi envenenado, e sim

enfeitiçado” teria meramente despertado uma ansiedade diferente, enquanto “O viajante continua vivo, está a caminho” seria na maioria dos casos recebido como boa notícia. O que atravessa todo o material é um tom persistente de resignação nas respostas: “Espere”, “Ainda vai levar um tempo”, “Tenha paciência” e “Não alimente ilusões” são alertas de advertência frequentes.

Esse é também o tom do único gênero de literatura romana que pode reivindicar sua origem fora do universo da elite: a fábula animal. As mais famosas dessas histórias são as atribuídas a Esopo, supostamente um escravo grego de alguns séculos antes, que ainda dá nome a muitas coletâneas modernas (*Fábulas de Esopo*). Mas havia em Roma outra figura-chave que adaptou versões anteriores e compôs novas com um toque bem romano: Fedro, um ex-escravo da casa imperial, que escreveu durante o reinado de Tibério, no início do século I d.C. Muitas dessas histórias captam de maneira perspicaz as injustiças da sociedade romana e o ponto de vista daqueles que estavam embaixo, confrontando os pequenos animais do mundo, como raposas, sapos e carneiros, às criaturas de poder, representadas por leões, águias, lobos e falcões.

Raras vezes o pobre coitado vence. Uma mãe raposa, por exemplo, recupera seus filhotes, que uma mãe águia havia roubado para alimentar os dela; a raposa provoca um incêndio, e a água solta os filhotes da raposa para poder salvar suas crias. Mas em geral os dados da sorte vão contra os que não têm poder. Em uma das histórias, uma vaca, uma cabra e um carneiro fazem parceria com um leão, mas quando todos juntos capturam um veado enorme e saboroso, o leão recusa-se a dividi-lo. Em outra história, uma garça enfia a cabeça pela garganta de um

lobo para retirar um osso com o qual o bicho havia engasgado, mas é ludibriada e não recebe a retribuição prometida (segundo o lobo: já não foi suficiente ela não ter tido seu pescoço arrancado?). No geral, a mensagem contrasta muito com as fantasias otimistas em jogo. A única opção real, segundo insistem em ensinar muitas dessas fábulas, é aceitar pacientemente o destino reservado para cada um. Os sapos pedem a Júpiter que lhes dê um rei, e ele lhes dá um tronco; quando eles pedem um deus melhor, recebem uma cobra, que come todos eles. Uma pequena gralha, que se veste com lindas plumas, como se fosse um majestoso pavão, é rejeitada pelos pavões como impostora e depois rejeitada novamente quando tenta voltar para as gralhas, desta vez por ter se mostrado uma ave presunçosa. É a história de Trimálquio com outra feição, e vista por outro ângulo.

Uma coisa é certa: nenhuma dessas pobres criaturas recebe qualquer ajuda das forças da lei. Isso é demonstrado de maneira horrível na história de uma andorinha voltando do exterior, que construíra seu ninho na parede de uma sala de tribunal e pusera sete ovos ali. Uma serpente aproveitou a ausência da mãe e foi até lá devorar os filhotes. A lei podia proteger os direitos de alguns, assim dizia a moral da história, mas não os dos pobres filhotes de andorinha, cujo assassinato ocorrera debaixo do nariz dos juízes.

Andorinhas e serpentes

Tendo em vista o imenso fosso entre os que tinham e os que não tinham no mundo romano, por que não ocorriam mais conflitos? Como era possível que na

cidade de Roma o imperador e alguns milhares de ricos, mais suas equipes de escravos, conseguissem monopolizar hectares de terras, incluindo suas vastas mansões e espaçosos parques de lazer em volta do perímetro da cidade, quando perto de 1 milhão de pessoas viviam espremidas no espaço restante? Por que, colocando nos termos de uma fábula, as andorinhas não se revoltavam contra as serpentes?

Uma resposta é que talvez grande parte dos conflitos não fossem registrados, mesmo que na maioria das vezes se tratasse de atos de guerrilha e não de revolta generalizada: ovos podres atirados contra as cortinas das liteiras que passavam, mais do que ataques coordenados aos portões do palácio imperial. Os escritores romanos não tinham muitos olhos para os níveis moderados de agitação. Mas os imperadores certamente ficavam preocupados com o tipo de recepção que teriam ao comparecer a jogos e espetáculos públicos. E, embora a ordem pública não costumasse ser rompida sob o domínio dos imperadores como havia sido nos conflitos do final da República, há evidências de ocasionais tumultos violentos em Roma e outras cidades do Império. A causa principal era a perturbação no fornecimento de comida. Em 51 d.C., Cláudio recebeu uma saraivada de pães no Fórum (uma arma inesperada em tempos de escassez de comida, você pode achar) e teve que ser conduzido para o interior do palácio por uma porta dos fundos. Mais ou menos à mesma época, em Aspendus, na moderna Turquia, um oficial local escapou por pouco de ser queimado vivo por uma multidão furiosa, que protestava contra os proprietários de terras, que haviam escondido seus cereais em local seguro, com vistas a exportá-los. Mas a comida não era o único

problema.

Em 61 d.C., um destacado senador foi assassinado por um de seus escravos, e o Senado decidiu seguir a regra tradicional para esse tipo de crime, que exigia que todos os escravos da vítima fossem mortos com o culpado (a ameaça de tal punição tinha o propósito de incentivar a delação entre os escravos). Dessa vez, eram quatrocentos no total, todos inocentes. As pessoas tomaram as ruas, inconformadas com o rigor daquilo que estava sendo proposto e demonstrando que havia solidariedade entre escravos e população livre, composta também por muitos ex-escravos. Mas embora um bom número de senadores apoiasse os manifestantes, o imperador Nero mandou os soldados intervirem para evitar problemas e fez cumprir a sentença.

Outra resposta é que, apesar das grandes disparidades de riqueza, do desprezo da elite pelos menos afortunados e do flagrante padrão duplo, a sobreposição cultural entre os ricos e, pelo menos, as pessoas “medianas” de Roma, ou aqueles dos primeiros andares dos blocos tipo *insula*, era bem maior do que poderíamos imaginar. Arranhando a superfície, as duas culturas eram mais permeáveis do que pareciam à primeira vista, com o perfil das andorinhas nem sempre tão diferente assim do perfil das serpentes.

Já vimos algumas pistas disso. Os balões com dizeres no bar e os epitáfios muito bem escritos (às vezes em verso, seguindo todas as complexas regras da poesia latina) sugerem um mundo onde a capacidade de ler e escrever era dada como certa. Têm havido debates infindáveis e inconclusivos nos últimos anos sobre a proporção exata de habitantes alfabetizados do Império Romano.

Considerando o mundo romano como um todo, zona rural mais urbana, o número pode ter sido baixo, inferior a 20% dos adultos homens. Mas deve ter sido bem mais alto do que isso nas comunidades urbanas, onde pequenos comerciantes, artesãos e escravos precisariam de algum nível básico de alfabetização e de domínio de aritmética para desempenhar suas funções (anotar pedidos, contar dinheiro, organizar entregas e assim por diante). Há indicações também de que uma “alfabetização funcional” proporcionava até mesmo às pessoas “medianas” algum acesso ao que poderíamos considerar como alta cultura clássica.

Há mais de cinquenta citações da poesia de Virgílio rabiscadas nas paredes de Pompeia. Isso certamente não quer dizer que a *Eneida* ou seus outros poemas fossem muito lidos na íntegra. A maioria das citações são das palavras iniciais do primeiro livro da *Eneida* (“*Arma virumque cano*”, “As armas e os homens eu canto”) ou do início do segundo livro (“*Conticuere omnes*”, “Todos mantiveram silêncio”) — versos que talvez fossem citados com a mesma facilidade de “*To be or not to be*”. E muitos deles podem ter sido obra de gente rica, para quem Virgílio era um de seus livros de escola; é uma falácia imaginar que apenas os pobres escreviam nas paredes. Mas seria implausível supor que todos esses escritos tivessem um rico pedigree.

As indicações são de que, mesmo em porções digeríveis, a poesia de Virgílio era um bem cultural compartilhado, a ser citado, adaptado ou mesmo usado em piadas e brincadeiras. A fachada de uma lavanderia de Pompeia era decorada com uma cena extraída de uma história da *Eneida*, mostrando o herói Eneias

conduzindo o pai e o filho dos destroços de Troia, a caminho de fundar a nova Troia na Itália. Bem perto dela, algum brincalhão escreveu, parodiando o famoso primeiro verso do poema, “*Fullones ululamque cano, non arma virumque*” — “Os pisoteadores da fulônica e sua coruja eu canto, não as armas e o homem” (referindo-se à ave-mascote do ofício de pisoteador daquelas lavanderias). Está longe de ser alta cultura, mas sem dúvida aponta para um quadro de referência compartilhado entre o mundo das ruas e o da literatura clássica.

Um exemplo ainda mais claro disso é encontrado na decoração de um bar, datada do século II d.C., na cidade portuária de Ostia. O tema principal da pintura é o elenco-padrão antigo de filósofos gregos e gurus, tradicionalmente agrupados sob o título de “Os sete sábios”, entre eles: Tales de Mileto, o pensador do século VI a.C., famoso por afirmar que a água era a origem do universo, e seus aproximadamente contemporâneos Sólon de Atenas, um legislador quase lendário, e Quílon de Esparta, outro antigo luminar e intelectual. Algumas das pinturas não sobreviveram, mas originalmente todos os sete estavam ali sentados em elegantes poltronas e segurando pergaminhos. Mas havia uma surpresa. Cada um deles estava acompanhado por um slogan que não tinha nada a ver com seus temas de predileção, como política, ciência, lei ou ética — mas com defecação e outras escatologias (ver lâmina 15).

Acima de Tales estava a frase “Tales aconselhava aqueles que cagavam muito a realmente se empenharem nisso”; acima de Sólon, “Para cagar bem, Solon batia na barriga”; e acima de Quílon, “O esperto Qúilon ensinava a peidar sem fazer barulho”. Abaixo dos sábios havia outra fileira de personagens, todos

sentados em um banheiro coletivo com vários assentos (um arranjo normal no mundo romano). Eles também proferiam frases de mictório, por exemplo, “Dê pulinhos e você irá mais rápido” e “Já está saindo”.

Uma maneira de explicar essa produção é encará-la como piadas populares agressivas contra a cultura de elite. Os rapazes comuns de um bar curtiam um pouco de diversão escatológica às custas dos pilares da elite intelectual, tratando essa sabedoria em termos de inscrições de banheiro. E esse deve ter sido um dos aspectos: trazer os altos pensamentos para o nível da defecação. Mas era mais complexo do que isso. Esses slogans pressupõem um público alfabetizado, ou pelo menos que houvesse entre os clientes alfabetizados em número suficiente para explicarem os slogans aos não alfabetizados. Nesse caso, para poder inventar a piada você tinha que saber algo sobre aqueles sábios; se Tales de Mileto não significasse absolutamente nada, então o conselho sobre a defecação dificilmente teria alguma graça. Para poder fazer um comentário sarcástico contra as pretensões da vida intelectual, você precisava ter algum conhecimento a respeito dela.

Existem muitas maneiras de imaginar a vida nesse bar: a gargalhada grosseira diante do humor de banheiro, a discussão ocasional sobre por que exatamente Quílon era alguém famoso, a provocação bem-humorada com a dona do bar, o flerte com o pessoal que atendia. Os clientes deviam frequentar o bar por várias razões: para levar uma boa refeição quente, para curtir uma noitada em um ambiente mais alegre e caloroso que aquele que tinham em casa ou simplesmente para se embebedar. Alguns deviam sonhar com riquezas obtidas

por um bom lance de dados. Outros talvez achassem melhor suportar o que lhes cabia na vida do que perder num tabuleiro de jogo o pouco que tinham. Muitos deviam estar ressentidos com a arrogância e o desprezo, com os padrões duplos e o estilo de vida de seus vizinhos mais ricos; a falta de um zoneamento nas cidades romanas pode ter tido seu lado igualitário, mas também humilhava os mais pobres ao serem confrontados com os privilégios dos ricos.

Todos, porém, deviam concordar, ricos ou pobres, que ser rico era uma condição desejável, e que a pobreza devia ser evitada, se possível. Assim como a ambição dos escravos romanos em geral era ganhar a liberdade, e não abolir a escravidão como instituição, também a ambição dos pobres não era reconfigurar radicalmente a ordem social, e sim encontrar um lugar mais perto do topo na hierarquia da riqueza. Exceto alguns poucos pensadores extremistas, ninguém no mundo romano acreditava seriamente que a pobreza fosse digna — isso até a expansão do cristianismo, que iremos explorar mais no próximo capítulo. A ideia de que um rico pode ter problemas para entrar no reino dos céus soaria tão absurda para aqueles que passavam o tempo no bar de Ostia quanto para o plutocrata em sua mansão.

Capítulo 12
Roma fora de Roma

A província de Plínio

Em 109 d.C., Plínio, o Jovem, deixou a Itália e sua luxuosa mansão no campo para viajar durante pelo menos quatro semanas, mais de 3 mil quilômetros, até a província da Bitínia. Jurista, advogado e ex-cônsul, na época com quase cinquenta anos, era o novo governador provincial, designado pelo imperador Trajano, incumbido da missão especial de examinar a condição das cidades da região. Era um amplo território, que cobria boa parte da margem sul do mar Negro, cerca de 40 mil quilômetros quadrados, incluindo o que restara do antigo reino do Ponto, de Mitridates. Como companhia, Plínio levou sua terceira esposa, Calpúrnia, 25 anos mais jovem que ele (não havia filhos sobreviventes de nenhum de seus casamentos). Ela voltou para casa dois anos depois, ao receber notícia da morte de seu avô. Plínio nunca retornou à Itália. O mais provável é que tenha morrido exercendo a mesma função, não muito depois da partida de Calpúrnia.

O que Plínio realizou como governador é conhecido a partir de cem cartas sobreviventes que ele trocou com o imperador durante seu tempo na Bitínia —

cartas sobre a organização e administração da província, sobre disputas legais, reformas urbanas, administração financeira e protocolos imperiais. Quem quer que tenha selecionado e editado essas cartas para circulação pública preocupou-se em apresentá-lo como um auxiliar confiável, probo, atento aos detalhes, que levou a sério o trabalho da administração provincial. Ele com frequência aparece como alguém bom demais para ser verdade.

As cartas mostram-no inspecionando escrupulosamente as finanças das cidades locais, relatando ao imperador o estado dos serviços públicos e pedindo que sejam enviados arquitetos e engenheiros de Roma. Plínio estava preocupado com o estado do aqueduto da Nicomédia, as termas de Claudiópolis e o teatro e o ginásio de Niceia; os muros de seis metros de espessura do novo ginásio tinham problemas estruturais, suspeitava ele, mas era necessário obter a opinião de um especialista. Na Nicomédia, desejava estabelecer uma brigada de incêndio local, embora Trajano se mostrasse contrário ao plano, com base no revelador argumento de que uma organização desse tipo poderia se transformar num grupo de pressão política, e sugeriu que em vez disso fosse providenciado simplesmente algum equipamento de combate ao fogo. Plínio preocupava-se também com a punição de escravos que houvessem tentado se alistar no Exército, permitido apenas para aqueles nascidos livres, se o conselho da cidade de Niceia deveria ter permissão para se apropriar dos bens de qualquer pessoa que morresse sem ter deixado testamento e também se Trajano se importaria em ter sua estátua colocada em um edifício onde restos humanos haviam sido enterrados.

Qualquer parecer do imperador demoraria pelo menos dois meses para chegar a Plínio, mesmo supondo que a resposta fosse expedida imediatamente após a chegada da carta ao palácio. Mas Trajano respondia regularmente, e seu tom ocasional de irritação sugere que as cartas haviam sido ditadas ou esboçadas pelo próprio, e não simplesmente deixadas aos cuidados de algum subordinado. É claro, ele rosna, não se importa que sua estátua fique próxima de restos humanos; por que diabos Plínio foi imaginar que ele poderia tomar isso como ofensa?

Tanto Plínio quanto Trajano provavelmente ficariam surpresos se descobrissem que 2 mil anos mais tarde a carta mais famosa de sua correspondência era a que falava de um novo grupo religioso aparentemente insignificante, mas estranho: os cristãos. Plínio admitiu que não tinha muita certeza de como lidar com eles. Para começar, dera-lhes várias oportunidades de abjurar e havia executado apenas aqueles que se negavam a isso ("sua teimosia e obstinação inflexível certamente deve ser punida"). Mas então muitos outros nomes foram trazidos à sua atenção, conforme as pessoas começaram a acertar velhas contas acusando seus inimigos de serem cristãos. Plínio continuou permitindo que aqueles sob investigação abjurassem, desde que provassem sua sinceridade derramando vinho e incenso diante de estátuas do imperador e dos verdadeiros deuses. Mas a fim de descobrir o que estava no fundo de tudo isso, ele mandara torturar e questionar duas escravas cristãs (tanto na Grécia quanto na Roma Antiga, os escravos só podiam fornecer evidência legal sob tortura) e concluiu que o cristianismo era "apenas uma superstição perversa e rebelde". Ele

também queria que Trajano confirmasse se o método usado era correto. E o imperador mais ou menos assentiu, embora tenha acrescentado uma nota de precaução: “Cristãos não devem ser perseguidos”, escreveu ele, “mas se forem acusados e considerados culpados, devem ser punidos”. Essa é a mais antiga discussão sobre o cristianismo que sobreviveu fora da literatura judaica ou cristã.

O contraste com as cartas que Cícero enviou da Cilícia 150 anos antes não poderia ser maior. Para Cícero, a província oferecia a oportunidade de exploração militar e ensejava sonhos de Alexandre, o Grande — além de se tratar de um mundo masculino (na República, as esposas de governadores ao que parece eram terminantemente proibidas de acompanhar seus maridos ao exterior). Ele pinta um quadro de incerteza e desorganização que, apesar de todas as boas intenções, ele podia no máximo atenuar, mas jamais resolver. E isso combinava-se com uma exploração persistente e de baixo nível da população local por parte de muitos membros do *staff* provincial romano, incluindo Brutus, o assassino de César, cujos altos princípios políticos ele certamente não aplicava a todos: tentara cobrar 48% de juros dos infelizes cipriotas. Plínio, ao que consta, não teve aspirações a heroísmos armados, e estava ali com a esposa, embora só possamos tentar adivinhar como a jovem Calpúrnia ocupava seu tempo. A província de Plínio dá a impressão de ser um lugar ordenado, onde eram impostas boas práticas financeiras e a corrupção era detectada e combatida, onde as diversões locais eram priorizadas na agenda do governador e as divergências eram resolvidas dentro de uma clara moldura jurídica.

Seria um equívoco interpretar esse contraste ao pé da letra. Os despachos enviados ao imperador quase sempre estavam fadados a ter um sabor diferente, e a dar uma impressão diversa de cartas como as de Cícero, endereçadas a amigos íntimos e confidentes. Além disso, algumas das molduras jurídicas específicas dentro das quais Plínio operava remontavam à época de Cícero; pois havia sido Pompeu que estabelecera as regulamentações para a nova província depois de derrotar o velho inimigo de Roma, Mitridates, na década de 60 a.C. Plínio em diversas ocasiões refere-se a elas explicitamente (como a *lex Pompeia*, ou "código pompeano"). Mesmo Cícero, ocasionalmente, volta sua atenção para as irregularidades que aconteciam nas cidades provinciais. Não obstante, havia um novo estilo de governo nas províncias a partir do reinado de Augusto, e a correspondência de Plínio capta isso com perfeição.

O comando era mais claro. Plínio havia ido para a Bitínia com instruções específicas de Trajano, e sabia exatamente a quem se reportar. Fica claro também que o imperador podia tomar decisões a respeito de assuntos das províncias, até mesmo questões específicas sobre determinados edifícios em certas cidades, de uma maneira que o Senado da República nunca fizera. Alguns maus governadores teriam gostado de se comportar como miniautocratas, agindo por iniciativa própria, impondo a própria lei e desfrutando de um estilo de vida luxuoso, bem fora de sintonia com a capital; e nem todos eles eram totalmente leais ao homem que ocupava o trono. Mas havia um novo sentido de que governadores eram oficiais que se reportavam diretamente a uma autoridade maior em Roma. Como veremos, a administração do palácio, embora distante

várias semanas de muitas províncias, tinha formas de acompanhar o que os oficiais faziam fora de casa.

Esse era um novo mundo de “Roma fora de Roma”, e Plínio é um bom guia para ele. Suas cartas levantam questões sobre o quanto o Império sob os imperadores era diferente do Império sob a República, quer para governados, quer para governantes, tanto para conquistadores como para vítimas. Elas apontam para dilemas importantes a respeito das relações oficiais com os cristãos, que acabaram protagonizando um dos conflitos mais desagregadores do mundo romano, e dão pistas sobre muitas questões da infraestrutura do domínio imperial nesse período. Mas Plínio também tem seus pontos cegos.

Ele deu pouca atenção a quaisquer fontes gerais de oposição aos romanos ou às oportunidades comerciais do imenso Império, e não se preocupou com as diferenças culturais entre sua província e sua cidade natal. Ninguém adivinharia com base na correspondência que a principal língua de sua província era o grego, e não o latim. Trajano a certa altura chega a emitir uma opinião sobre as atividades de condicionamento físico dos gregos: “Greguinhos”, escreve ele, indicando com isso os habitantes da província de fala grega, “adoram ginástica”. Mas o mais próximo que Plínio consegue captar sobre a variedade cultural é quando considera o cristianismo “uma superstição perversa e rebelde” e tenta compreender melhor seus rituais e cerimônias.

A província da Bitínia e do Ponto, como era tecnicamente conhecida, era um mundo à parte de Roma, com uma desconcertante, e às vezes “exótica”, mistura de tradições gregas e locais, como outros escritores antigos tiveram a perspicácia

de destacar. O ensaísta e satirista Luciano — ele próprio um ótimo exemplo de hibridismo cultural, pois era cidadão romano da Síria e sua primeira língua foi o grego — dedicou uma historieta satírica a um novo oráculo muito estranho que surgiu na província apenas cinquenta anos após a morte de Plínio. O texto fala de uma profética serpente com cabeça humana, que acabou ficando imensamente popular, atraindo a atenção de membros da elite romana, entre eles o imperador Marco Aurélio. Luciano a ridicularizou como uma fraude para ganhar dinheiro, uma marionete feita em casa.

87. O deus serpente Glycon é imaginado de maneira impactante nessa escultura do século II d.C. O relato curto e cético que Luciano faz do culto ao deus fala de uma série de inacreditáveis façanhas que ele teria realizado para uma multidão crédula.

Para historiadores contemporâneos, uma das questões mais prementes sobre o Império Romano é justamente de que modo diferenças culturais e extravagâncias desse tipo eram debatidas, o quanto aqueles que habitavam fora de Roma e da Itália haviam se tornado “romanos”, e como as pessoas das

províncias se referiam às próprias tradições, religiões, línguas e, em alguns casos, literaturas, quando se dirigiam ao poder imperial — e vice-versa. Plínio não parece ter nutrido o menor interesse por essas questões.

As fronteiras do Império

A expansão do Império com o primeiro Augusto chegou a um final abrupto em 9 d.C., quando, no decorrer da estabilização das conquistas romanas na Germânia, o comandante romano Públio Quintílio Varo [Publius Quinctilius Varus] perdeu a maior parte de três legiões na Batalha da Floresta de Teutoburgo, ao norte da moderna cidade de Osnabrück. Foi uma derrota equiparada na imaginação romana ao desastre de Canas na guerra contra Aníbal, com histórias pavorosas sobre como os soldados capturados foram sacrificados em rituais bárbaros. Por causa de violentas tempestades, contava-se que os impotentes romanos não conseguiam disparar suas flechas, atirar dardos ou mesmo manejar seus escudos ensopados. No final, as baixas chegaram bem perto de 10% das forças armadas romanas; os restos de alguns desses romanos, e de seus animais de carga, foram descobertos há pouco no local, incluindo crânios com vestígios de feridas profundas na cabeça. O inimigo vitorioso era um rebelde germânico, Armínio [Arminius] ("Herman, o Germano", como é agora afetuosamente conhecido), um homem que servira o Exército romano e em quem Varo confiava como se fosse um amigo leal; Armínio atraiu Varo para uma emboscada depois de enganá-lo dizendo que estava partindo em busca de apoio local para os romanos. Como em outras ocasiões, os adversários mais efetivos das legiões eram aqueles que os

próprios romanos haviam treinado.

Augusto planejara expandir o território romano para o leste da Germânia, além do rio Reno. Claros indícios dessas intenções têm sido descobertos nos últimos vinte anos em escavações de uma cidade romana inacabada, em Waldgirmes, cem quilômetros a leste do rio; seu Fórum central já estava construído, com uma estátua dourada do imperador a cavalo. Nunca foi concluída porque, após o desastre, Augusto desistiu dos planos de prosseguir com as conquistas, retirou-se para o Ocidente e ao morrer deixou instruções de que o Império não deveria ser expandido.

Essas instruções não eram, porém, tão simples assim. Pois, como vimos, Augusto também deixou um modelo para o poder imperial, fundado na conquista e na tradicional proficiência militar romana. E legou a seus sucessores, e ao povo romano, a visão de um Império Romano estendendo-se sobre o mundo inteiro. Seria possível, por causa de uma única derrota, colocar de lado a profecia de Júpiter na *Eneida* de Virgílio, de que os romanos teriam poder “ilimitado”? Esse dificilmente poderia ser o espírito de Canas.

Pelos duzentos anos seguintes, até o fim do século II d.C., essas duas visões incompatíveis do Império — consolidação versus expansão — coexistiram com surpreendente facilidade. Houve alguns poucos acréscimos ao território romano. Cláudio, por exemplo, contrabalançou sua imagem decididamente não militar ao receber os créditos pela conquista da Britânia e celebrar o evento com uma procissão triunfal em 44 d.C., a primeira em cerca de trinta anos. Isso tinha um valor simbólico considerável. Era a primeira conquista romana naquelas

estranhas terras além do Oceano (o nosso conhecido Canal da Mancha) e transformou a temporária investida de Júlio César na ilha, cem anos antes, em uma ocupação permanente. Mas dificilmente poderia ser considerada expansão em grande escala, e ao longo das décadas seguintes ela seguiu para o norte em direção à Escócia muito lentamente. A prudente avaliação do geógrafo Estrabão, escrevendo no início do século I d.C. da viabilidade de se anexar a Britânia, é na realidade uma reveladora ilustração de uma cultura imperial de inédita cautela. Depois de descrever as características dos bretões (altos, de pernas tortas e esquisitos) e os recursos da ilha (cereais, gado, escravos e cães de caça), ele argumenta que o custo da guarnição iria superar qualquer rendimento de impostos que pudesse obter. Mas Cláudio precisava da glória.

88. A cabeça do cavalo dourado de Waldgirmes — aqui em restauração — é um claro sinal de que, antes do revés militar de 9 d.C., a cidade estava sendo planejada como um grande centro, com todo um complemento de personagens (incluindo o próprio Augusto a cavalo). A cidade tem sido escavada em sua condição de

semiacabada.

Apenas as campanhas de Trajano levaram a alguma expansão significativa do Império: ao longo de 101 e 102 d.C. ele conquistou a Dácia, parte do que é hoje a Romênia, nas operações que são descritas em detalhes em sua coluna em Roma; entre 114 e 117 d.C. invadiu a Mesopotâmia e foi além, até o atual Irã. Foi o ponto mais oriental que o poder romano alcançou formalmente, mas não por muito tempo. Dias depois de subir ao trono em 117 d.C., Adriano abandonou a maior parte do território. O sucesso foi celebrado em uma procissão triunfal peculiarmente bizarra. Como Trajano havia morrido a caminho de casa, uma efígie tomou seu lugar no carro triunfal — e, de qualquer modo, as terras conquistadas já haviam sido tomadas de volta.

89. Na coluna de Trajano o Exército apresenta-se como uma eficiente máquina militar, tanto no que diz respeito à logística quanto à chacina. Aqui os soldados estão ocupados em limpar florestas na Dácia, e é possível ver o forte atrás deles.

Muitos obstáculos desaceleraram as conquistas romanas. As instruções de Augusto enquanto vivo tinham uma força, mas são poucos os desejos póstumos que preservam o peso que o falecido desejou dar-lhes enquanto vivo. O fim da competitiva cultura política republicana era mais importante. Os imperadores, que reivindicavam as glórias do sucesso militar quer tivessem ou não participado dos combates, estavam competindo principalmente com seus predecessores mortos: uma rivalidade muito menos intensa do que aquela, digamos, entre Sula e Mário ou entre Pompeu e César. Isso ia de mãos dadas com um crescente sentido de que o Império poderia, em termos práticos, ter limites, mesmo que a extravagante profecia da *Eneida* nunca viesse a ser esquecida. Isso não significava uma fronteira fixa, num sentido preciso. Sempre houve uma zona nebulosa onde o controle romano enfraquecia à medida que se avançava em território não romano, e sempre houve povos que não eram formalmente integrantes das províncias do Império, mas que mesmo assim faziam o que os romanos mandavam, segundo o velho modelo de obediência. É por isso que os mapas modernos que traçam os limites do Império com uma linha contínua podem ser mais enganosos do que úteis. Esses limites estavam se tornando aos poucos menos fluidos e mais importantes, como sugere o muro construído no norte da Britânia por ordens de Adriano.

O Muro de Adriano, como o chamamos, estendia-se por mais de 110 quilômetros, ao longo da ilha, de um litoral ao outro. Sua construção foi um enorme investimento de homens e tempo — mas é surpreendentemente difícil compreender sua real utilidade. A velha ideia de que era uma edificação

defensiva contra os “bárbaros” não convence. É verdade que o único escritor antigo que menciona sua construção — um biógrafo anônimo do final do século IV d.C. (embora por alguma razão desconhecida ele finja estar escrevendo um século antes) — refere-se ao fato de Adriano estar “separando” os romanos dos bárbaros. Mas dificilmente o muro pode ter dissuadido quaisquer inimigos relativamente impetuosos e bem organizados que se dispusessem a escalá-lo, ainda mais porque boa parte dele foi construída apenas com turfa, contradizendo os trechos de pedra sólida que aparecem na maioria das fotos. Como não tinha qualquer tipo de passarela em seu topo, era pouco útil para propósitos de vigilância e patrulhamento. Já como barreira alfandegária, que é uma recente interpretação, ou como tentativa de controlar o movimento de pessoas em termos mais gerais, ele parece uma construção mais robusta do que o necessário. O que o muro afirma é o poder romano sobre a paisagem, ao mesmo tempo que sugere um sentido de conclusão. Talvez não seja coincidência que outros muros, diques e fortificações bem menos impressionantes tenham sido erguidos em outras zonas fronteiriças mais ou menos à mesma época, sugerindo que os limites do poder romano estivessem começando a assumir uma forma mais concreta.

No entanto, ninguém, que olhasse em volta de Roma, e de muitas outras cidades do Império, poderia ter conjeturado que o projeto de conquista do mundo havia sido refreado. Havia por toda parte imagens das vitórias romanas e das derrotas dos bárbaros. Os acordos diplomáticos com vizinhos inconvenientes eram aclamados com manifestações espetaculares, como se tivessem sido conseguidos com armas. Após um tratado de paz particularmente inglório com

Tirídates, rei da Armênia, Nero persuadiu-o em 66 d.C. a viajar milhares de quilômetros até Roma, para receber sua coroa do próprio imperador — que na ocasião trajava as roupas de um general triunfante e, segundo se conta, cobriu todo o teatro de Pompeu com folhas douradas, para tornar o evento deslumbrante. Vitórias em guerras defensivas contra inimigos internos, rebeldes e invasores foram celebradas como se fossem gloriosas realizações militares em contendas travadas nos termos de Roma. A Coluna de Marco Aurélio, por exemplo, concluída em 193 d.C., e que significativamente é alguns metros mais alta que a do seu rival Trajano, celebra campanhas que foram uma resposta bem-sucedida, mas muito custosa, a uma invasão germânica. E por toda parte havia estátuas de imperadores em esplêndidas armaduras, e imagens de bárbaros conquistados, amarrados e pisoteados. Talvez essa tenha sido a forma mais fácil de conciliar o contraditório legado do primeiro Augusto: usar a arte e a representação para compensar o fato de que, na vida real, poucos bárbaros foram vencidos.

90. O Muro de Adriano, qualquer que fosse seu propósito original, ainda escala o alto dos morros no norte da Inglaterra. Provavelmente era mais simbólico do que uma barreira defensiva; não devia ser tão difícil assim escalá-lo. Mas certamente representava alguma espécie de delimitação de fronteira.

91. Uma imagem clássica do poder militar romano. O primeiro Augusto, à esquerda, com uma águia a seus pés (símbolo das legiões) é emparelhado a uma figura representando a "Vitória", à direita. Entre ambos, uma armadura, troféu de vitória militar (Fig. 41), e embaixo, esmagado, um prisioneiro nu, de braços amarrados às costas. Faz parte de uma série de painéis que retratam imperadores romanos e o Império, de um santuário em homenagem aos Augustos em Afrodísias, na atual Turquia.

A administração do Império

Na prática, embora não na imaginação romana, o Império dos dois primeiros séculos d.C. tornou-se menos um campo de conquista e pacificação e mais um território a ser administrado, policiado e taxado. Cipião Emiliano e Múmio teriam ficado assombrados ao descobrir que as cidades de Cartago e Corinto, que eles haviam destruído em 146 a.C., tinham sido refundadas, por iniciativa de Júlio César, como assentamentos de soldados veteranos, e, por volta do final do século I d.C., eram duas das mais prósperas cidades em uma espécie bem diferente de mundo romano.

Isso não era o resultado de algum grande plano imperial de promover um processo gradual de mudança, ou de uma série de pequenos ajustes e modificações. Até onde podemos saber, mesmo sob o domínio dos imperadores, praticamente não havia nada como uma política geral para condução do Império ou uma estratégia abrangente de posicionamento militar. A diretriz de Augusto, contrária a uma ampliação da conquista em geral, era uma rara intervenção desse tipo. Embora grandes projetos de construção, como o Muro de Adriano, possam ter resultado de alguma decisão do alto escalão, na maioria das vezes o envolvimento do imperador seguia o padrão de Trajano na Bitínia, de lidar com os problemas conforme apareciam. O imperador de fato representava uma nova camada na estrutura de comando, mas seu papel costumava ser reativo; não era um estrategista ou um planejador de olho no futuro. Plínio, em outras palavras, não foi o inquieto criador de casos que às vezes parece ser aos olhos dos modernos leitores de suas cartas, bombardeando o chefe com perguntas sobre todo tipo de trivialidades. Ele seguia a lógica da administração imperial romana, de que você só conseguia uma decisão do imperador se a solicitasse.

O governo das províncias foi melhor ou mais justo nos dois primeiros séculos d.C. do que havia sido no último século da República? Depende de quem você era ou de onde estava. É muito fácil comparar o diligente Plínio com Cícero ou, ainda mais óbvio, com o chantagista Verres, e afirmar, tendo por base alguns indivíduos absolutamente não representativos (ou inadequadamente representativos), que houve uma grande melhora. Alguns aspectos certamente melhoraram. Houve um gradual afastamento das grandes empresas de coletores

de impostos, cujo incentivo sempre havia sido extrair o máximo de dinheiro possível da população das províncias. O sistema continuou diversificado e os *publicani* seguiram desempenhando seu papel, mas uma parcela bem maior da coleta de impostos passou à responsabilidade dos locais, o que também era a opção mais barata. Na maioria das províncias também, um oficial especialista em finanças, ou *procurator*, designado pelo imperador, cuidava das propriedades imperiais e supervisionava a coleta de impostos. Ele e sua equipe de escravos e ex-escravos da casa imperial (a *familia Caesaris*, como era conhecida) podiam também ficar de olho no que o governador fazia e algumas vezes alertavam Roma. Mas a verdade é que, na prática, o padrão de governo era tão variado como sempre fora.

Os julgamentos por extorsão e por práticas ilícitas nas províncias continuaram, o que pode ser um sinal tanto do persistente desrespeito às leis, como da falha em fazê-las serem cumpridas. Muitos tipos de exploração cotidiana dos habitantes das províncias eram simplesmente aceitos como prática comum. O imperador Tibério resumiu bem a ética básica do domínio romano dizendo, como reação a alguns rendimentos excessivos extraídos das províncias, “Quero meus carneiros tosquiados, mas não barbeados”. Estava fora de questão deixar a lã dos carneiros provinciais do jeito que estavam. Uma causa constante de irritação era a necessidade de prover transporte e alojamento a oficiais romanos. O *staff* do governador não tinha frota própria de veículos. O mensageiro que levava a correspondência para Roma, ou o governador viajando de cidade em cidade, requisitava transporte a cada necessidade: cavalos, mulas e

carros. Pagavam uma pequena taxa, mas os habitantes locais não tinham escolha a não ser fornecer o que era requisitado. Como talvez fosse de esperar, muitos parasitas romanos tentavam se aproveitar disso em vez de providenciar seus arranjos, complicados e custosos. Plínio deu à sua esposa um *voucher* oficial de viagem para que ela pudesse voltar à Itália rapidamente quando o seu avô morreu. Ele sentiu necessidade, depois de feito, de confessar a Trajano que havia passado por cima das regras.

O novo método de nomear governadores pode ter levado à escolha de candidatos mais responsáveis. Isso passava a ficar diretamente nas mãos do imperador, em vez de resultar de uma combinação de sorte e chicanas do Senado. Mas os critérios do imperador para fazer essa escolha não levavam em conta apenas, e talvez raramente o fizessem, a capacidade do candidato ou os interesses dos habitantes das províncias. Se Trajano quisesse de fato um administrador cuidadoso para lidar com os problemas do governo local na Bitínia, então Plínio era esse homem. Mas virou uma piada corrente, e talvez verdadeira, que Nero nomeara seu amigo Marco Sálvio Otão [Marcus Salvius Otho], um homem que compartilhava muitos dos entusiasmos do imperador, como governador da província da Lusitânia, atuais Portugal e Espanha, simplesmente para curtir mais facilmente seu caso amoroso em Roma com a ex-esposa de Otão, Popeia. Mesmo que as nomeações fossem geralmente feitas em bases menos levianas, não há indícios de que houvesse algum treinamento ou diretriz específica para o cargo, além de umas poucas instruções (*mandata*) dadas pelo imperador. Só nos resta tentar imaginar como um novo governador

conseguia administrar durante cinco anos uma província remota e desconhecida, cuja língua nativa não compreendia, cujos estranhos costumes apenas ouvira falar, e onde não conhecia ninguém, exceto um receoso *procurator*. Do seu ponto de vista, era um mergulho no escuro.

O que pode-se afirmar com certeza é que os romanos praticamente não fizeram nenhuma tentativa, mesmo durante essa fase mais tranquila de controle imperial, de impor suas normas culturais ou de erradicar tradições locais. Eles sem dúvida tentaram aniquilar os druidas na Britânia. Os relatos de que os druidas praticavam sacrifícios humanos podem ter sido imensamente exagerados pelos romanos, e de qualquer modo se tratava de um ritual que não era de todo desconhecido em Roma, mas que as autoridades romanas não estavam dispostas a tolerar desses estranhos sacerdotes estrangeiros. Havia também o caso particular dos cristãos. Mas eram exceções. A metade oriental do império continuou em grande parte operando em grego, não em latim. Os calendários locais não foram muito alterados, exceto por algum realinhamento ocasional ao ciclo de vida do imperador ou à celebração de seus feitos. Viajar pelo Império significava transpor fusos horários e também mover-se entre maneiras completamente diferentes de calcular as datas e as horas do dia (como é que as pessoas conseguiam administrar seus compromissos é um mistério). As tradições locais floresceram em todos os aspectos, da roupa (calças e capas gregas) à religião. Era um mundo repleto de deuses e festas, com grande variedade, cujas singularidades eram enfatizadas quando narradas. A serpente oracular com cabeça humana não parece tão estranha assim quando comparada ao egípcio

Anúbis, parte chacal, parte humano, ou à chamada Deusa Síria, também satirizada por Luciano, em cujos rituais os participantes supostamente escalavam imensos falos de pedra no santuário da deusa.

Os romanos podem muito bem não ter desejado impor nenhuma dessas normas. Mas mesmo que esse tivesse sido seu objetivo, não havia mão de obra para isso. Uma estimativa razoável avalia que em todo o Império, em qualquer época, sempre houve menos de duzentos administradores da elite romana, e talvez mais uns poucos milhares de escravos do imperador, enviados do centro imperial para governar um Império de mais de 50 milhões de pessoas. Plínio refere-se apenas ao seu delegado (*legatus*) e ao *procurator*. Mas então, como conseguiam isso?

O Exército é uma das respostas. Nas primeiras décadas do período dos imperadores, os soldados passaram cada vez mais a ser recrutados fora da Itália (eram habitantes das províncias que na prática guardavam o Império), cada vez mais estacionados nas fronteiras do mundo romano (a uma distância segura de Roma, segundo o modelo de Augusto) e muito envolvidos em tarefas administrativas. Isso fica bem ilustrado em cartas e documentos, recuperados nos últimos quarenta anos, nas escavações da pequena base do Exército de Vindolanda, ao sul do Muro de Adriano, que abrigava uma unidade da guarnição romana. Originalmente escritos sobre cera, e preservados pelos leves traços deixados na madeira que sobreviveu embaixo, eles datam do início do século II d.C. Esse é o outro lado do mundo romano, mas trata-se de escritos mais ou menos contemporâneos à correspondência entre Plínio e Trajano.

Os documentos transmitem uma impressão da vida nos quartéis romanos muito diferente da imagem usual de um regime exclusivamente masculino, altamente militarizado. Certamente, fornecem pistas de escaramuças armadas e de alguns comentários depreciativos a respeito dos nativos. Assim como Trajano se refere aos “greguinhos [*graeculi*] que adoravam ginástica”, algum soldado do muro refere-se aos “pequenos bretões [*brittunculi*, um diminutivo similarmente paternalista] atirando seus dardos sem conseguir montar a cavalo”. Mas o que é especialmente interessante é o lado do cotidiano doméstico e de manutenção da casa em Vindolanda. Uma das cartas é um convite para uma festa de aniversário endereçado pela mulher do comandante do campo a uma amiga, e a descoberta nas escavações de um significativo número de sapatos de couro de mulheres e crianças — apesar da proibição legal de casamentos de soldados em serviço — confirma a presença de mulheres na base. Claro, os sapatos não podem nos dizer o que faziam exatamente aqueles que os usavam ou o quanto essas pessoas tinham presença permanente. Mas há bons indícios de que havia uma vida familiar ali.

Igualmente revelador é um “relatório da força”, um registro dos soldados da base e daqueles que cumpriam obrigações externas. Mais da metade dos 752 estavam ausentes ou indisponíveis para o trabalho. Desses, 337 estavam num campo vizinho, 31 doentes (inflamação dos olhos era um problema maior do que os ferimentos) e quase cem ocupavam-se de outras responsabilidades: 46 estavam a quinhentos quilômetros dali em Londres, como guarda-costas do governador; um ou mais haviam sido designados para um “cargo” não

especificado; e vários centuriões (oficiais subalternos) cumpriam serviço em outras partes do país. Isso corresponde perfeitamente a uma das preocupações de Trajano em suas cartas a Plínio: havia muitos soldados fora de suas unidades.

A outra resposta para como os romanos administravam é que as populações locais desempenharam um grande papel na condução do Império, por meio das vilas e cidades ao longo do mundo romano que Roma apoiou ou fundou. A cidade (*polis*) foi a instituição definidora na Grécia e no Oriente, muito antes da chegada de Roma, e continuou sendo depois, às vezes com considerável injeção de dinheiro romano. O imperador Adriano, por exemplo, patrocinou grandes programas de construção em Atenas. No norte e no oeste do Império, onde isso não ocorreu, a fundação de cidades a partir do zero, segundo um modelo romano, foi o impacto mais significativo da conquista romana na paisagem provincial.

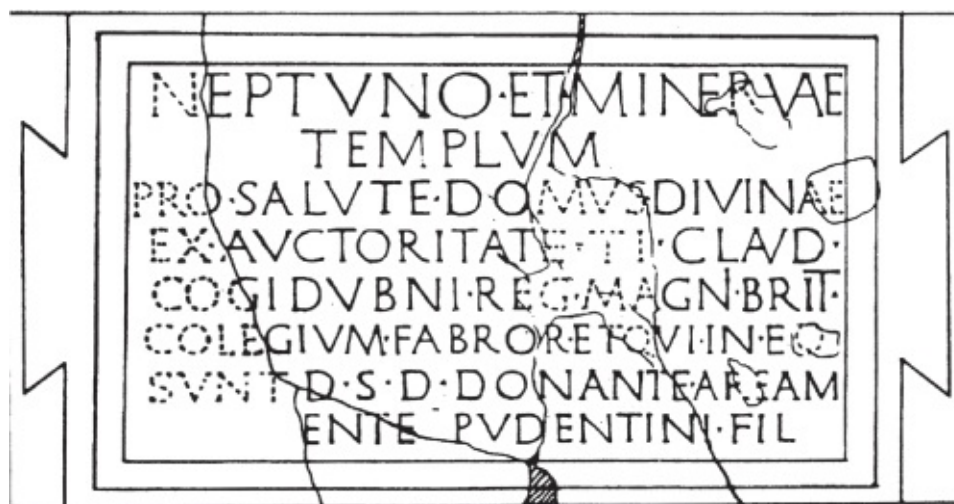
Era isso exatamente que as forças de Augusto haviam feito em Waldgirmes, antes que o imperador desse ordens de retirada. E muitas das cidades da moderna Bretanha, incluindo Londres, devem seus locais aos romanos. Algumas foram mais bem-sucedidas que outras. Pode haver uma história triste por trás daquela piscina ao ar livre em estilo mediterrâneo das termas de Viriconium (na atual Wroxeter, perto da fronteira entre Inglaterra e Gales), que não sobreviveu a muitos invernos gélidos e logo virou o depósito de lixo da cidade. E os hábitos da vida urbana devem ter feito pouco ou nenhum sentido para a maioria da população, que continuou a viver, como sempre, no campo. Mas no Ocidente, assim como no Oriente, uma rede de cidades mais ou menos autogovernadas

passou a ser o alicerce da administração romana. Só quando se achava que as coisas estavam indo mal é que alguém como Plínio interferia. Houve urbanização em uma escala sem precedentes.

As elites provinciais — ou “nativas” — que viviam nessas cidades agiram como cruciais intermediários entre o governador romano, com seu pequeno *staff*, e a população provincial de forma geral. É por meio dessas elites que a maior parte dos impostos foi recolhida e que um grau aceitável de lealdade, ou pelo menos de ausência de problemas, foi assegurado. Foram provavelmente também alguns de seus membros que entraram em contato com o novo e inseguro governador quando ele deu os primeiros passos na província. Os detalhes desses arranjos e encontros devem ter sido muito diferentes nas diversas partes do Império. Os salões literários da Atenas romana não tinham praticamente nada em comum com as cervejarias ao ar livre da Colchester romana. Mas a mesma lógica subjacente operou por todo o Império: hierarquias locais preexistentes foram transformadas em hierarquias que serviam a Roma, e o poder dos líderes locais foi subordinado às necessidades do governador imperial.

Na Britânia, um governante nativo de nome Togidubnus foi um exemplo clássico. Ele havia ficado do lado romano quando as forças de Cláudio invadiram em 43 d.C. e provavelmente era uma espécie de aliado antes disso, pois por mais remota e rural que a Britânia fosse, havia vínculos entre sua aristocracia e o continente europeu desde pelo menos a época das invasões de César na década de 50 a.C. Togidubnus pode ou não ter sido o dono da grande vila perto de Chichester, hoje conhecida majestosamente como Palácio Romano

de Fishbourne; a conexão é apenas conjetura. Mas ele certamente recebeu a cidadania romana e com ela o novo nome de Tiberius Claudius Togidubnus. E há clara evidência de que continuou a agir como fonte local de autoridade nas áreas pacificadas da nova província.

O que havia originalmente por trás desse sistema de governo era muito mais uma mera necessidade do que uma visão ideológica. Fora das áreas de combate ativo, os romanos estavam em número muito pequeno para governar de outra forma. Mas o caráter do domínio imperial era cada vez mais definido por sua colaboração com a elite dos povos dominados. Eles por sua vez identificavam cada vez mais seus interesses com os dos romanos, tanto em termos culturais como políticos; acabou predominando a sensação de que tinham participação no projeto romano, como gente de dentro, mais do que de fora; e alguns dos mais bem-sucedidos assumiram, no devido tempo, um lugar como cidadãos romanos no governo central de Roma. Para esses homens e suas famílias, a experiência do domínio romano fazia parte da experiência de *tornar-se romano*.

92. Essa inscrição do século I d.C., de Chichester, sul da Inglaterra, registra a dedicatória de um templo a Netuno e Minerva, “para o bem-estar da casa imperial” (literalmente, da “divina casa”). O templo foi erigido sob a autoridade de Tiberius Claudius Togidubnus, aqui restaurado como Cogidubnus (a ortografia é incerta).

Romanização e resistência

O historiador Tácito faz comentários sagazes, e cínicos, sobre esse processo de romanização, como costuma ser chamado agora. Aparecem na curta biografia que escreveu do seu sogro, Cneu Júlio Agrícola [Gnaeus Julius Agricola], governador da Britânia de 77 a 85 d.C., um período excepcionalmente longo. A maior parte do relato de Tácito diz respeito às bem-sucedidas operações militares na província, à extensão do poder romano para o norte até a Caledônia (Escócia) e ao ciúme do imperador Domiciano, que recusou conceder a Agrícola as honras e glórias que merecia por seu sucesso. A biografia é ao mesmo tempo uma crítica à autocracia e um elogio do distinto parente de Tácito: a mensagem que sobressai é que o regime imperial não dava lugar à tradicional virtude e competência militar romanas. Ocasionalmente, porém, Tácito se volta para os aspectos civis do governo de Agrícola na província.

Alguns dos tópicos são bem rotineiros e não pareceriam fora de lugar nas cartas de Plínio, que era amigo de Tácito nos círculos literários de Roma no início do século II d.C. Agrícola é elogiado por manter seu ambiente doméstico sob rígido controle (“uma tarefa tão dura para muitos como a de governar a província”). Ele também coibiu abusos nas solicitações do Exército, e investiu dinheiro para melhorar as cidades da Britânia, com novos templos e edifícios

públicos em estilo romano. É bem mais surpreendente descobrir que ele tinha uma política educacional local: procurou assegurar que os filhos da elite provincial fossem educados nas “artes liberais” (literalmente “as disciplinas intelectuais adequadas para ser livre”) e na língua latina. E logo, como Tácito coloca, os bretões já estavam vestindo togas e dando os primeiros passos no caminho da depravação, graças aos pórticos, às termas e aos banquetes. Ele resume isso em uma frase incisiva: “Eles, em sua ignorância, davam a isso o nome de ‘civilização’, mas na realidade era parte de sua escravização” (“*Humanitas vocabatur, cum pars servitutis esset*”). Esse aspecto vem tendo imensa influência, positiva ou negativa, nas tentativas modernas de se compreender como o Império Romano funcionava.

Em certo sentido, é a mais aguda análise a respeito do governo romano na parte ocidental do Império (mas não no Oriente: nenhum oficial de Roma teria sonhado em instruir os gregos em “civilização” dessa maneira). Apesar da atitude esnobe de Tácito em relação à ingênua ignorância daqueles pobres provincianos, que não deixaram nenhum relato escrito do seu ponto de vista a respeito dessas transações, apesar de seu cinismo em vestir a escravidão de sofisticação, ele captou com precisão a conexão entre cultura e poder, e compreendeu também que, ao se tornarem romanos, os bretões estavam desempenhando o papel até então reservado aos conquistadores. Mas em outros aspectos os comentários de Tácito dão uma impressão muito enganosa do que estava acontecendo.

Para começar, se Agrícola realmente promoveu um programa organizado de

educação da maneira que Tácito sugere, inculcando hábitos romanos aos altos escalões da sociedade britânica, ele foi o único governador provincial, até onde se sabe, a fazer isso. A romanização não costumava ser algo imposto de cima, diretamente. Era muito mais consequência de uma opção das elites provinciais por uma versão da cultura romana. Era de baixo para cima, e não o contrário. Tácito sem dúvida teria objetado que, dado o equilíbrio de poder militar e político tão esmagadoramente em favor de Roma, não se tratava exatamente de uma livre escolha. É verdade. Mas, mesmo assim, em um nível prático, cotidiano, a população urbana mais ou menos bem de vida da província tornou-se agente de sua própria romanização, e não o objeto de uma campanha romana orquestrada de reprogramação cultural ou de missão civilizatória.

A evidência arqueológica deixa claro que eles optaram por novas formas romanas em tudo, da arquitetura e urbanismo, passando por louças de barro e utensílios de cozinha, até tecidos, comida e bebida. São poucos os itens de escolha romanos encontrados enterrados na Britânia mesmo antes da conquista de 43 d.C.; e já no início do século I a.C., o mesmo visitante grego que ficara chocado ao ver cabeças inimigas espetadas à entrada das cabanas também constatou que — apesar do que César tivesse dito sobre a aversão dos locais pela uva — os ricos do local haviam começado a tomar vinho importado, deixando a tradicional cerveja para os pobres. Por volta do início do século II d.C., havia menos cervejarias ao ar livre e mais vinherias na romana Colchester; pelo menos é o que os fragmentos sobreviventes de jarros usados para o transporte de vinho sugerem. E, pela primeira vez, no início de outra longa tradição cujas origens

remontam ao Império Romano, uma substancial quantidade de vinho estava sendo produzida no que é agora a França, superando em desempenho as safras italianas.

Havia aqui uma dinâmica combinação de forças em ação: de um lado, o poder de Roma tornava a cultura romana uma meta desejável; de outro, a tradicional abertura de Roma significava que aqueles que quisessem “fazer do jeito romano” seriam bem-vindos — e, é claro, isso interessava à estável manutenção do domínio romano. Os principais beneficiários (ou vítimas, como Tácito os via) eram os ricos. Mas eles não eram os únicos a criar uma identidade romana para si mesmos.

Um surpreendente vislumbre de uma maneira diferente de se tornar romano vem da cerâmica do sul da Gália, que durante um *boom* nos séculos I e II d.C. produziu em escala industrial algumas das mais características louças de mesa vermelho brilhante “romanas”. Os nomes de muitos dos ceramistas individuais foram preservados em registros e listas encontrados no sítio arqueológico da cerâmica. Ainda há discussões sobre a maneira correta de ler esses nomes, mas eles parecem ser uma mistura de nomes tipicamente romanos (Verecundus, Lucundus) e celtas (Petrecos, Matugenos). Isso não ocorre dessa maneira nos próprios objetos de cerâmica: quando esses mesmos homens estamparam seus nomes nos pratos e tigelas que seriam postos à venda, muitos adotavam versões romanizadas. Petrecos chamava a si mesmo Quartus; Matugenos virava Felix. Pode ter havido aqui um pouco de incentivo comercial. Clientes que compravam cerâmica em estilo romano produzida no sul da Gália talvez fossem mais

atraídos por um fabricante de nome romano. Mas também é possível que, para a face pública de seu comércio, esses artesãos bem-sucedidos, mas relativamente humildes, vissem a si mesmos como um pouco romanos e adotassem uma versão de romanidade.

Versão é uma boa maneira de expressar esse fenômeno. Porque outro problema da análise de Tácito é que ela implica uma oposição simples entre as culturas “nativa” e “romana”, ou um único espectro, ao longo do qual fosse possível demarcar graus de romanidade: Togidubnus, o novo cidadão romano bebedor de vinho, ficaria mais adiante na linha do que Petrecos, o ceramista, que usava um epíteto latino para o seu trabalho, mas pode ter sido celta em muitos outros aspectos. Na realidade, a interação entre Roma e outras culturas do Império é impressionante pela variedade de formas que assume e pelas versões híbridas que resultavam disso. Pelo mundo romano, emergiram todos os tipos de diferentes amálgamas culturais, a partir de tentativas locais particulares de adotar, acomodar ou resistir ao poder imperial.

93. Retrato de Trajano no estilo de um faraó, do templo de Hator em Denderá, Egito. O quanto isso é romano ou egípcio depende do observador: trata-se de Trajano assimilado à cultura egípcia, ou de Trajano inserindo-se nas convenções da comunidade provincial?

Os sinais vão das imagens dos imperadores romanos na província do Egito, todas elas apresentadas como se fossem tradicionais faraós egípcios, à vistosa escultura na fachada do templo de Sulis Minerva na cidade romana de Bath, no sul da Inglaterra. Em alguns aspectos, ela é um dos mais claros exemplos de romanização. Fazia parte de um templo clássico construído segundo um desenho desconhecido na Britânia antes da conquista romana; foi colocada em honra a uma divindade celta, Sulis, agora vista como equivalente à romana Minerva; e inclui vários elementos, desde o disco em folha de carvalho às figuras de apoio da Vitória, extraídos diretamente do repertório tradicional romano. Mas ao mesmo tempo é um evidente exemplo de uma cultura provincial que não consegue chegar a ser romana ou que se recusa a ser romana. O caso mais notável desse tipo de interação é encontrado nas províncias do mundo grego,

onde ocorreu um extraordinário renascimento literário e cultural, como resultado do que poderíamos chamar agora de “confronto colonial”. No primeiro período da expansão militar romana de ultramar, iniciada no século III a.C., a literatura e as artes visuais romanas se desenvolveram em diálogo com os modelos e predecessores gregos. O poeta Horácio exagerou quando, no final do século I a.C., resumiu o processo como de simples encampação cultural: “A Grécia, uma vez conquistada, conquistou seu selvagem vencedor e trouxe a cultura para a rústica terra do Lácio” (melhor em latim: “*Graecia capta ferum victorem cepit et artes intulit agresti Latio*”). Era uma inter-relação bem mais complexa do que isso, como mostra a própria poesia de Horácio, uma combinação caracteristicamente romana de homenagem à cultura grega, de transformação ambiciosa dos modelos literários gregos e de celebração das tradições latinas. Mas, seja como for, ele tinha razão.

No Império Romano dos dois primeiros séculos d.C., o confronto assumiu um rumo diferente. Não é que muitos gregos, como muitos bretões, adotassem hábitos como banhar-se ao estilo romano e assistir a lutas de gladiadores. A transformação da cultura local no Oriente não tinha nada da radicalidade do Ocidente, mas os sofisticados gregos não torciam necessariamente o nariz para os brutais e sangrentos esportes romanos. Há clara evidência de que os teatros e estádios gregos foram adaptados tanto para gladiadores como para caçadas de animais ferozes; vestígios da fixação de redes para proteger o público dos animais são um sinal claro. Mas o desdobramento de maior impacto foi a expansão da literatura em grego, na qual o poder de Roma ou paira nos

bastidores ou é diretamente mencionado — como sátira brincalhona, resistência passiva, curiosidade ou admiração. A quantidade de material desse tipo é imensa. A grande maioria da literatura grega antiga que sobreviveu vem desse período do domínio imperial. Para termos uma ideia da escala, a obra de apenas um desses autores — Plutarco, do século II d.C., biógrafo, filósofo, ensaísta e sacerdote do famoso oráculo grego de Delfos — abrange tantas páginas modernas quanto toda a obra que sobreviveu do século V a.C., desde as tragédias de Ésquilo à história de Tucídides.

Os escritos gregos do Império vão de elaborados elogios ao domínio romano a óbvios exercícios de sua rejeição. Em 144 d.C., por exemplo, Públio Élio Aristides [Publius Aelius Aristides], mais conhecido como o hipocondríaco que escreveu vários volumes sobre suas doenças, pronunciou seu *Discurso em homenagem a Roma* diante do imperador Antonino Pio. Pode ter produzido bom efeito no dia, mas hoje constitui uma leitura tediosa, mesmo para aqueles acostumados a investigar as entrelinhas dos panegíricos. Roma superou todos os impérios anteriores, trazendo paz e prosperidade ao mundo inteiro: “possam todos os deuses e seus filhos ser invocados para garantir que o Império e sua cidade floresçam para sempre e não cheguem a um término até que as pedras flutuem nos mares”. Mais ou menos à mesma época, Pausânias escrevia os dez volumes da sua *Descrição da Grécia* (ou *Periegesis*), onde dá ao domínio romano tratamento exatamente oposto: uma silenciosa erradicação. Qualquer que tenha sido seu histórico (não sabemos praticamente nada sobre a vida de Pausânias), conforme ele guia seus viajantes pelos monumentos, paisagens e

costumes da Grécia, de Delfos ao Peloponeso ao sul, ele simplesmente omite menções à maioria dos edifícios de seu trajeto erigidos por romanos ou pelo dinheiro de Roma. Este não era bem um guia no sentido moderno, mas uma tentativa literária de fazer o relógio voltar atrás e recriar a imagem de uma Grécia “sem Roma”.

94. Em Bath, há uma lacuna entre a estrutura rigidamente clássica dessa fachada e a figura central de barba. Ela tem sido interpretada como uma imagem celta da Górgona clássica, que tinha serpentes em vez de cabelos, mas a Górgona era uma figura feminina e essa parece masculina. Ou seria a face do Oceano?

No entanto, foi o prolífico Plutarco que fez a tentativa mais sistemática de definir a relação entre Grécia e Roma, dissecou suas diferenças e similaridades e imaginou o que poderia ser uma cultura *greco-romana*. Em seus volumes de ensaios — sobre temas muito diversos, desde como ouvir palestras e diferenciar um lisonjeador de um amigo a uma descrição das vestes do seu santuário de Delfos — ele explora os detalhes de religião, política e tradições que distinguem

(ou unem) as duas culturas. Por que, pergunta ele, os romanos definem o início de um novo dia à meia-noite? Por que as mulheres de Roma se vestem de branco quando estão de luto? Mas é o seu *Vidas paralelas* que se mostra especialmente revelador: uma série de pares de biografias — 22 pares ainda sobrevivem — baseados nas histórias de vida de uma figura grega e uma figura romana, com uma breve comparação no final. Ele junta dois pais fundadores, Rômulo e o grego igualmente lendário Teseu; dois grandes oradores, Cícero e o ateniense Demóstenes; dois famosos conquistadores, Júlio César e Alexandre, o Grande; e um par de traidores igualmente célebres, Coriolano e seu contemporâneo, o glamoroso mas pouco confiável ateniense Alcibíades.

Historiadores modernos tendem a separar esses pares em histórias de vida individuais. Isso é ignorar totalmente o ponto de vista de Plutarco. Não se trata apenas de biografias, mas de uma tentativa de avaliar os grandes homens (e foram de fato grandes homens) da Grécia e de Roma, um em relação ao outro, e refletir sobre as forças e fragilidades relativas das duas culturas e sobre o que significava ser "grego" ou "romano". São biografias sutilmente ambivalentes: colocam os sujeitos romanos no mesmo nível dos antigos heróis gregos e — a partir da outra perspectiva — tornam os personagens do passado grego comparáveis àqueles que então governavam o mundo. Sob certo aspecto, cumpria um projeto esboçado 250 anos antes por Políbio, que como refém grego em Roma, e amigo dos Cipiões, havia sido o primeiro a tentar essa antropologia política intercultural de Roma e seu Império, e a buscar explicar sistematicamente as razões pelas quais a Grécia havia perdido para Roma.

Movimento livre

A interação cultural que definiu o Império Romano não era algo que tivesse lugar apenas na cabeça das pessoas, fossem elas humildes ceramistas ou teóricos antigos. E não era uma questão dos diferentes tipos de composições locais do poder de Roma, embora isso fosse uma parte importante. Havia também grandes movimentos de pessoas e bens por todo o Império, que intensificavam essa diversidade cultural e ao mesmo tempo geravam enormes lucros para alguns enquanto transformavam outros em vítimas. Era um mundo em que as pessoas podiam, como nunca antes nessa escala, fazer suas casas, fortunas ou túmulos a milhares de quilômetros de onde haviam nascido; em que a população de Roma dependia de um suprimento básico de comida cultivada nas margens do Império; e no qual o comércio difundia novos gostos, cheiros e luxos — especiarias, marfim, âmbar e sedas — de uma ponta a outra do Mediterrâneo, e mais longe ainda, e não apenas para os super-ricos. Entre as preciosas posses de uma casa relativamente comum de Pompeia havia uma delicada estatueta de marfim feita na Índia; e um documento de Vindolanda mostra a quantidade de pimenta, do Extremo Oriente, que estava sendo vendida à guarnição local.

As rotas para a Itália, provenientes do resto do Império, eram um importante eixo desse movimento. Tudo o que Roma queria era absorvido para dentro da metrópole. E pessoas eram uma dessas *commodities*. Embora a cidade fosse superpopulosa, as altas taxas de mortalidade significavam que havia sempre espaço, e necessidade, de mais gente. Algumas dessas pessoas eram escravos

obtidos na guerra ou, provavelmente, a essa altura, vítimas de um impalatável tráfico de pessoas, que fazia das margens do mundo romano um lugar perigoso para se viver. Outros devem ter migrado para a cidade movidos por esperanças e aspirações, ou pelo desespero. Suas histórias em grande parte se perderam para nós; mas o curto epitáfio de um jovem chamado Menophilos, que morreu em Roma, vindo "da Ásia" e talentoso em música ("Nunca proferi palavras de ofensa, e fui amigo das Musas"), dá uma pista das ingênuas ambições de alguns daqueles que achavam que as ruas da capital eram pavimentadas de ouro.

Os produtos naturais do Império, seus luxos e curiosidades, também chegavam em abundância a Roma e indicavam o status da cidade como potência imperial. Árvores balsâmicas da Judeia foram exibidas no desfile triunfal de 71 d.C. Animais exóticos capturados na África, de leões a avestruzes, eram sacrificados na arena. Atraentes mármores coloridos, escavados em locações remotas, decoravam teatros, templos e palácios na capital. Imagens de bárbaros subjugados não eram as únicas que representavam o domínio romano. Também exerciam esse papel as cores dos pisos sobre os quais caminhavam os romanos nos mais majestosos edifícios da sua cidade: eram pedras que equivaliam a uma afirmação — e a um mapa — do Império.

95. Uma estatueta indiana, sem dúvida um bem precioso, encontrada em uma casa de Pompeia. Como ela veio da Índia é um mistério. Talvez tenha sido trazida diretamente por alguém que negociava com o Oriente, ou tenha passado por diversas mãos, graças a uma série de conexões indiretas entre Roma e o mundo exterior.

Elas também indicam o enorme esforço, tempo e dinheiro que os imperadores estavam dispostos a dedicar, a fim de ostentar seu controle sobre possessões distantes. Um exemplo: sustentando o pórtico do Panteão do imperador Adriano, concluído na década de 120 d.C., havia doze colunas, cada uma com doze metros de altura e esculpida a partir de um único bloco de granito cinza egípcio. Isso não chega a ser, aos olhos modernos, um material espetacular, mas era uma pedra de imenso prestígio, usada em vários projetos imperiais, em parte porque era encontrada apenas em um lugar distante, a 4 mil quilômetros de Roma, no Mons Claudianus (a "Montanha de Cláudio", imperador que primeiro financiou os trabalhos ali), no meio do deserto oriental do Egito. Era com grande

dificuldade que colunas desse porte podiam ser escavadas e transportadas até Roma em uma só peça.

96. Panteão de Adriano, com as exóticas colunas egípcias sustentando o pórtico. É uma construção enganosa. Embora em sua forma atual seja uma obra de Adriano, as letras de bronze no frontão proclamam que foi construída pelo colega de Augusto, Marco Agripa. Ele certamente estava por trás de uma versão anterior do templo, mas o edifício posterior de Adriano era inteiramente novo — e sua referência a Agripa foi um ato piedoso.

Escavações no Mons Claudianus ao longo dos últimos trinta anos revelaram uma base militar, pequenas vilas para os trabalhadores nas pedreiras e um centro de suprimentos e transporte; e trouxeram à luz várias centenas de documentos escritos, com frequência grafados sobre pedaços reciclados de cerâmica quebrada (uma alternativa prática às tabuletas de cera), que dão uma pista da organização e dos problemas. A provisão de comida e bebida era só a primeira delas. Havia uma complexa rede de suprimentos de praticamente tudo, que nem

sempre funcionava (“Por favor, mande dois filões de pão, porque não chegou nenhum trigo aqui até agora”, lê-se em uma carta suplicante). A água era racionada (um dos documentos é uma lista de distribuição de água que enumera 917 pessoas trabalhando nas pedreiras). O trabalho era fatigante. Cada uma das colunas do Panteão deve ter exigido três homens trabalhando por bem mais de um ano para cortá-la e desbastá-la, e ocasionalmente, como alguns dos documentos atestam, um monólito inacabado podia rachar e exigir que o trabalho começasse de novo. O transporte era o obstáculo seguinte, especialmente porque as pedreiras ficavam a cerca de 150 quilômetros do Nilo. Uma carta em papiro do Mons Claudianus implora a um oficial local que mande suprimentos de cereais, pois as pedreiras tinham uma coluna de quinze metros (peso: cem toneladas) pronta para ser despachada, mas a comida para os animais de carga que a levariam até o rio estava no fim. Mesmo no caso do Panteão, fica claro que nem tudo seguiu conforme planejado: alguns aspectos um pouco estranhos do desenho do edifício concluído indicam a possibilidade de os arquitetos de Adriano terem contado com doze colunas de quinze metros, mas na última hora descobriram que tudo o que as pedreiras conseguiram fornecer foram doze colunas de doze metros.

As pedras transportadas do Mons Claudianus são um exemplo incomum do movimento de bens pelo mundo romano. Esse movimento ficou em grande parte nas mãos da administração imperial, sustentada por soldados; e é difícil não suspeitar que a intenção em parte foi ostentar a capacidade romana de levar a cabo o virtualmente impossível — uma *reductio ad absurdum* do poder romano.

Mas em muitos outros mercados, quer se tratasse de coisas essenciais ou de artigos de luxo, o comércio e o lucro expandiram-se muito no Império. Sobrevivem registros eloquentes de homens que tiveram muita sorte em todo tipo de empreendimento comercial. Um papiro de meados do século II d.C. lista os bens, com seu valor em dinheiro, trazidos em um único navio do sul da Índia para o Egito, com destino a Roma. Valiam, descontados os impostos, mais de 6 milhões de sestércios, o equivalente na época a uma propriedade senatorial respeitável (Plínio comprara uma propriedade grande, mas um pouco degradada, por 3 milhões), e a carga incluía cerca de cem pares de presas de elefante, caixas de azeite e especiarias, e muito provavelmente grande quantidade de pimenta. Um homem chamado Flavius Zeuxis não estava exatamente nesse nível, mas seu epitáfio, encontrado na antiga cidade têxtil de Hierópolis, no sul da atual Turquia, gaba-se de que ao longo de sua carreira havia feito 72 viagens contornando o cabo Malea, no extremo sul do Peloponeso, em seu caminho até Roma para vender tecidos. Uma realização que merecia ser ostentada.

97. O local do Mons Claudianus, de onde o famoso granito cinza das colunas do Panteão foi escavado; a quase cinquenta quilômetros de distância pelo deserto havia outra pedreira, Mons Porphyrites, fonte de pórfiro. Eram literalmente operações militares, servindo às necessidades de construção do Estado romano.

Indo além desses empreendedores individuais, o quadro geral é revelado por fatos e cifras bem menos glamorosos, mas ainda mais impressionantes, a respeito dos suprimentos básicos. Uma pequena colina à margem do rio Tibre, em Roma, hoje conhecida como monte Testaccio (“Montanha Pote Quebrado”), reflete melhor do que qualquer outra coisa a escala do comércio de suprimentos alimentícios básicos para manter 1 milhão de residentes na cidade, e a rede logística exigida para sustentá-lo. Apesar de sua aparência, essa não é uma colina natural, e sim os restos de um depósito de lixo romano — basicamente fragmentos quebrados de 53 milhões de recipientes de azeite, ou seja, ânforas de barro com capacidade de aproximadamente sessenta litros cada. Quase todas foram importadas do sul da Espanha, ao longo de cem anos, de meados do século II a meados do III d.C. Faziam parte de um enorme comércio de exportação que transformou a economia da Espanha em uma monocultura, que fornecia à cidade de Roma apenas uma parte da demanda. Numa estimativa geral, o requisito básico chegava a 20 milhões de litros de azeite por ano (para iluminação e limpeza, além de culinária), 100 milhões de litros de vinho e 250 toneladas de cereais. Quase tudo vindo a Roma de fora da Itália.

A mobilidade do Império, porém, não se restringia ao eixo entre o centro metropolitano e o restante do mundo romano. Um dos principais desdobramentos do Império nos primeiros dois séculos d.C. foi ter se tornado um

território através, em torno e dentro do qual as pessoas circulavam, muitas vezes sem passar por Roma; o tráfego não fluía simplesmente entre o centro e a periferia. Há várias maneiras de rastrear esse movimento. A mais atualizada envolve examinar evidências de esqueletos humanos, particularmente as bocas. A análise científica moderna mostra como marcas distintivas de clima, suprimento de água e dieta de crianças em fase de crescimento deixam vestígios nos dentes de adultos, fornecendo pistas sobre o local em que qualquer pessoa morta cresceu. Os estudos são ainda bastante provisórios, mas parecem indicar que uma substancial proporção da população urbana, digamos, da Britânia romana, cresceu em regiões climáticas diferentes daquela em que morreu.

Algumas dessas viagens podem ser rastreadas a partir das histórias de pessoas que morreram perto do Muro de Adriano. A imagem frequentemente invocada de um bando de soldados miseráveis da ensolarada Itália obrigados a suportar a névoa, geada e chuva do norte da Britânia é muito enganosa. A guarnição era em grande parte composta por forças recrutadas em lugares igualmente enevoados, do outro lado do Canal da Mancha, onde hoje ficam Holanda, Bélgica e Alemanha. Mas ainda assim havia indivíduos de lugares mais afastados, até dos extremos opostos do Império. Eles abrangem desde Victor, ex-escravo de um soldado de cavalaria, cujo túmulo o identifica como um “mouro”, até um dos mais destacados romanos da província, Quinto Lólio Úrbico [Quintus Lollius Urbicus], governador da Britânia entre 139 e 142 d.C. Graças aos felizes achados podemos identificar tanto o trabalho de construção que ele patrocinou no norte da Britânia, como o túmulo familiar encomendado

no outro extremo do mundo romano, em sua cidade natal (Tiddis, como é hoje chamada), no norte da Argélia.

98. O monte Testaccio é uma das colinas, e depósitos de lixo, mais surpreendentes do mundo — constituído quase todo por ânforas quebradas, usadas no transporte de azeite da Espanha. Não podiam ser reutilizadas porque o óleo que penetrava nas paredes do recipiente ficava rançoso.

A mais evocativa de todas é a história de Barates, natural de Palmira, na Síria, que trabalhava perto do muro de Adriano no século II d.C. Não se sabe o que o levou a atravessar 6.500 quilômetros (talvez a viagem mais longa que alguém deste livro tenha feito); pode ter sido motivada por comércio, ou ele talvez tivesse alguma conexão com o Exército. O caso é que se instalou na Britânia por tempo suficiente para se casar com Regina (“Queenie”), uma ex-escrava britânica. Quando ela morreu aos trinta anos, Barates homenageou-a com uma lápide, perto do forte romano de Arbeia, na atual South Shields. A lápide retrata Queenie — que, como o epitáfio deixa claro, havia nascido e sido criada ao norte de Londres — como uma imponente matrona de Palmira; e

embaixo do texto em latim, Barates inscreveu o nome dela na língua aramaica de sua terra natal. É um memorial que resume bem a circulação de povos e a mistura cultural que definia o Império Romano, e levanta questões ainda mais estimulantes. Quem Queenie achava que era? Ela teria se reconhecido como essa digna senhora de Palmira? E o que o casal teria achado da “Roma” em cujo mundo vivia?

99. A figura de Regina em sua lápide é similar a muitas encontradas em Palmira. Mas o texto latino embaixo explica que “Barates, o palmireno, ofereceu isso para Regina, ex-escrava e esposa, trinta anos de idade, da tribo dos catuvelaunianos”. Não está dito de forma explícita, mas ela provavelmente havia sido *sua própria* escrava. A produção do memorial é um quebra-cabeça interessante. Será que Barates forneceu um esboço do que queria a algum escultor local? Ou já havia um artesão em South Shields familiarizado com o estilo?

Eles criam desolação e chamam isso de paz

Certamente havia também forte oposição a determinados aspectos do domínio romano. Integração, mobilidade, luxos e lucro comercial eram apenas um dos lados da história do Império. O outro incluía desobediência e sonegação de impostos, resistência passiva e protestos populares, com frequência dirigidos tanto às elites locais quanto aos romanos. Mas rebelião aberta, armada, contra a "ocupação" romana parece ter sido fato raro nos dois primeiros séculos d.C. Alguns rebeldes valentes, embora no final sempre subjugados, que enfrentaram o invencível poder de Roma viraram heróis e heroínas lendários de nações modernas, quer se trate de "Herman, o Germano" ou de Boadiceia [Boudicca], cuja majestosa estátua de bronze ergue-se orgulhosamente junto ao Parlamento às margens do Tâmisa. E a fortaleza de Massada, onde em 73 d.C. cerca de 900 rebeldes judeus, após longo cerco, preferiram o suicídio à rendição, é hoje um monumento nacional israelita. Mas são exceções. O Império Romano não foi um império de insurreições.

Essa impressão pode ser um pouco enganosa. As autoridades romanas, como vários Estados modernos, tinham grande interesse em erradicar rebeliões políticas sustentadas por princípios, vendo-as como uma forma de traição, agitação ou simplesmente como crime. É impossível conhecer as aspirações dos chamados bandidos que trouxeram problemas para os governadores romanos em muitas partes do mundo, ou demarcar onde ficavam exatamente os limites entre salteadores de estrada e dissidentes ideológicos. E quando os judeus em Jerusalém recorreram à violência no reinado de Cláudio, depois que um soldado romano se expôs no templo, foi apenas um distúrbio? Ou deve ser visto como a

centelha de uma rebelião incipiente, esmagada pelas autoridades romanas na província à custa da vida de milhares de judeus? Além disso, imperadores sedentos de glória militar podiam achar conveniente representar a supressão de uma insurreição interna como se fosse uma conquista externa nos moldes da velha tradição. O arco erigido em celebração ao triunfo de Vespasiano e Tito sobre os judeus em 71 d.C., antes da vitória romana final em Massada, não dá nenhuma pista de que a vitória havia sido contra rebeldes internos armados, e não contra um inimigo externo.

As rebeliões que conhecemos não foram obra de nacionalistas com altos princípios ou de fanáticos. Livrar-se dos romanos nunca equivaleu a um movimento de independência no sentido moderno. E as rebeliões tampouco partiram de uma subclasse de excluídos ou foram movidas por excesso de zelo religioso. A religião com frequência confirmava as aspirações dos rebeldes e contribuía com rituais e símbolos agregadores — desde as esperanças messiânicas dos judeus aos sacrifícios humanos que supostamente eram perpetrados por Armínio na floresta de Teutoburgo —, mas as rebeliões não eram levantes especificamente religiosos. Geralmente lideradas pela aristocracia provincial, eram um sinal de que o relacionamento de conluio entre elites locais e autoridades romanas havia se rompido. Ou ainda em outros termos, era o preço que os romanos pagavam por depender da colaboração nativa. As rebeliões eram usualmente desencadeadas por algum ato isolado mais inflamado ou ofensivo perpetrado por romanos, que perturbava o delicado equilíbrio do poder.

100. Arco próximo ao Fórum romano que celebra a vitória de Vespasiano e Tito sobre os judeus. O painel esculpido na passagem pelo centro do arco mostra a procissão triunfal, com a *menorah* trazida a Roma como parte dos espólios.

A revolta judaica, que começou em 66 d.C., derivou em grande parte de divisões na classe governante da Judeia e da desconfiança mútua entre ela e as autoridades romanas. A ordem do governador de açoitar e crucificar alguns judeus na província, que eram também cidadãos romanos, foi uma forte provocação. A maior parte dos líderes rebeldes tinha conexões muito próximas com a administração romana. Armínio, que massacrou as legiões de Varo, em 9 d.C., e Júlio Civil, que liderou outra rebelião germânica em 69 e 70 d.C., eram ambos cidadãos romanos e ex-menbros do Exército romano, além de pertencerem à aristocracia local. Mesmo o levante de Boadiceia na Britânia em 60 d.C. segue esse padrão.

Boadiceia (Boudicca ou Buduica, não sabemos ao certo a ortografia, mas

presume-se que nem ela soubesse) não era uma inveterada inimiga de Roma, pertencia a uma família da elite local de colaboradores. Era viúva de Prasutagus, líder dos bretões do leste da Inglaterra e aliado de Roma: ou seja, um Tiberius Claudius Togidubnus em escala menor. Ao morrer, deixou metade de seu reino tribal para o imperador e metade para suas filhas, uma divisão sensata que pretendia assegurar uma continuidade pacífica. Nesse caso, segundo escritores romanos, foi o comportamento de alguns romanos ao tomarem posse do legado que provocou a centelha da rebelião. Eles avançaram com brutalidade determinada, ou imprudente: soldados saquearam a propriedade de Prasutagus, estupraram suas filhas e açoitaram a viúva. Como reação, Boadiceia reuniu seus apoiadores e partiu para o ataque.

Como usual nessas rebeliões, o sucesso a curto prazo dos insurgentes e o terror dos romanos era seguido, cedo ou tarde, por uma sonora vitória romana. A milícia de Boadiceia destruiu instantaneamente três cidades romanas na nova província, incendiando-as e matando cruelmente os habitantes. Um historiador romano, misturando fantasia — é o que se espera — com misoginia e patriotismo, refere-se aos soldados de Boadiceia enforcando as mulheres inimigas, cortando-lhes os seios e costurando-os dentro da boca das vítimas, “para dar a impressão de que estavam comendo-os”. Mas tão logo as notícias chegaram ao governador da província, que lutava em Gales, este marchou de volta e arrasou os insurgentes britânicos. Tácito dá uma cifra jactanciosa mas altamente implausível de 80 mil baixas britânicas, contra apenas quatrocentas romanas; Boadiceia tomou veneno e, segundo uma lenda, jaz enterrada em

algum ponto perto da Plataforma 10 da estação ferroviária King’s Cross, ao norte de Londres.

Quanto aos objetivos de Boadiceia, só podemos conjeturar. Sua verdadeira história está ofuscada pela criação de mitos, modernos e antigos. Para escritores romanos, era uma figura ao mesmo tempo terrível e fascinante. Uma rainha guerreira, intersexual, uma Cleópatra bárbara: “de estatura muito alta, com um físico másculo, olhos penetrantes e voz áspera, e uma massa de cabelo ruivo caindo até os quadris”, como a descreveu séculos mais tarde alguém que não teria como saber qual era sua aparência. Na Bretanha, nos últimos séculos, ela não só foi transformada em heroína nacional, a partir da suposição otimista de que seus aspectos menos palatáveis eram invenção da propaganda romana; foi também reinventada como ancestral do Império Britânico, que um dia sobrepujou a Roma Antiga. “Regiões que César jamais conheceu / Tua posteridade irá dominar” é a mensagem esculpida no plinto de sua estátua junto ao Tâmisa: de um império ao outro — ainda maior.

Nenhuma palavra de Boadiceia, ou de qualquer dos outros rebeldes, chegou a nós. O mais próximo que temos nesse sentido são os vários volumes das histórias judaicas de Josefo, ex-insurgente, que do conforto de seu escritório em Roma escreveu um relato em causa própria sobre a rebelião que terminou com o cerco de Massada. Quer fosse um traidor, um asilado ou um político de visão presciente, o fato é que ele assumiu residência ali sob a proteção do imperador Vespasiano. Mas esse é um caso muito peculiar. As histórias de Tácito, e de outros escritores romanos, contêm longos discursos de muitos dos destacados

opositores ao domínio romano. Neles, Boadiceia denuncia os luxos imorais da "civilização" romana e os seus modos efeminados, ao mesmo tempo que lamenta a *libertas* perdida dos bretões — uma perda simbolizada pelo estupro de suas filhas e por seu próprio açoitamento. Júlio Civil na Germânia incentiva seus seguidores comparando o domínio romano à escravidão, e não a uma aliança, ao listar as injustas arrecadações feitas pelo poder imperial. Mas a fala mais memorável de todas, presente na biografia que Tácito escreve de seu sogro, é a de um dos inimigos de Roma, que, no discurso proferido antes de entrar em batalha contra Agrícola, desafia o domínio romano e o que ele traz como consequência. Os romanos, sustenta, são os ladrões do mundo, insaciáveis por domínio e lucro. E numa frase muito citada que ainda faz sentido, resume o projeto imperial romano assim: "eles criam desolação e chamam isso de paz", "*solitudinem faciunt, pacem appellant*".

101. A estátua de Boudicca (ou "Boadicea", a forma latina de seu nome), no aterro do Tâmisa em Londres,

obra de Thomas Thornycroft. É uma imagem magnífica de uma rainha guerreira, mas quase todos os seus detalhes são arqueologicamente inexatos, incluindo as mortíferas segadeiras presas às rodas da carruagem. Iniciada na década de 1850, a escultura só foi exposta ao público em 1902, após muito debate sobre o local onde deveria ser colocada.

É quase certo que esses rebeldes locais não se dedicavam a pronunciar belas frases nos momentos que antecediam a batalha. E os historiadores romanos que as cunharam não tinham de modo algum como saber o que era dito nessas ocasiões e deviam estremecer só de pensar em viver sob uma Boadiceia. Mas sabiam exatamente quais eram as objeções políticas ao domínio dos romanos e como expressá-las. Embora possamos lamentar o fato de não sermos capazes de ler sobre as autênticas visões dos dissidentes provinciais do Império, a ideia de que escritores romanos fossem capazes de imaginar como seria estar em oposição ao seu próprio poder imperial talvez seja ainda mais importante, e é um traço distintivo da cultura e do poder romanos. Ao final do século I a.C., o historiador Salústio, olhando em retrospecto, viu a destruição promovida por Roma em Cartago e Corinto em 146 a.C., como um momento crucial rumo à decadência romana, e tentou reconstruir algumas das visões do rei Jugurta a respeito dos romanos (sedentos de poder, corruptos e irracionais opositores da monarquia). Mais ou menos um século depois, Tácito e outros imaginaram com detalhes vívidos qual poderia ter sido o discurso desses provinciais que se rebelaram contra Roma. Nunca houve uma crítica melhor ao poder imperial romano do que a expressa pelas palavras que os próprios escritores romanos colocaram na boca dos rebeldes.

Problemas com cristãos

As dificuldades que surgem para se entender os conflitos entre os antigos romanos e os problemáticos cristãos são o oposto exato disso. Com a vitória do cristianismo, que no século IV d.C. passou a ser a religião "oficial" do Império Romano, ficamos com uma enorme quantidade de evidências, argumentos e autojustificativas dos escritores romanos cristãos, mas quase nada dos tradicionais opositores romanos "pagãos" sobre suas objeções à nova religião. As cartas entre Plínio e Trajano compõem uma das discussões não cristãs mais eloquentes que sobreviveram a respeito da nova religião. Os textos cristãos dos séculos III, IV e V d.C. são alguns dos exemplos mais extremos de tentar reescrever a história para enquadrá-la à agenda dos vencedores. Compõem uma triunfalista história do cristianismo, vitorioso não só contra seus rivais pagãos — apesar da cruel perseguição movida pelo Estado romano — mas também contra todas as suas variantes internas ("heresias", como foram definidas mais tarde pelos cristãos), que desafiaram o que veio a constituir a ortodoxia cristã.

A verdade é que pelos dois séculos após a crucifixão de Jesus, ocorrida em algum momento do início da década de 30 d.C., o cristianismo mostrou-se difícil de descrever. Começou como seita judaica radical, mas como e quando se tornou claramente separado do judaísmo é impossível dizer. Não se sabe ao certo quando foi que os "cristãos" passaram a se autodenominar regularmente assim; pode ter sido de início um apelido dado por gente de fora. Por muitos anos foram minoria. A melhor estimativa é que por volta de 200 d.C. havia cerca de 200 mil

cristãos no Império Romano, que tinha um total de 50 a 60 milhões de pessoas, embora possam ter sido em maior número, já que se concentravam esmagadoramente nas cidades; “pagão” era como se referiam a quem não fosse cristão ou judeu, e significava qualquer coisa, de “intruso” a “tosco”. Sustentavam uma variedade de pontos de vista e crenças sobre a natureza de Deus e de Jesus, e sobre os princípios básicos da fé cristã — que foram aos poucos, com grande dificuldade, reduzidos ao âmbito das ortodoxias cristãs (ainda não unificadas) que conhecemos hoje. Jesus era casado e tinha filhos? O que ocorreu de fato na crucifixão? Ele morreu ou não?, muitos se perguntavam.

De tempos em tempos, durante os primeiros dois séculos d.C., as autoridades romanas puniram os cristãos. Nesse período não houve uma perseguição geral ou sistemática; só se registraram sinais disso em meados do século III d.C. Na prática, a maioria das primeiras gerações de cristãos vivia sem ser perturbada pelo Estado. No entanto, às vezes serviam como bode expiatório. Nero, por exemplo, atribuiu-lhes a culpa pelo grande incêndio de Roma em 64 d.C. Talvez fossem candidatos plausíveis, já que alguns cristãos vinham profetizando que o mundo acabaria em chamas. As cartas entre Plínio e Trajano sugerem que havia alguma legislação romana que, explícita ou implicitamente, proibia a religião, embora não saibamos nada além disso. A incerteza e a perplexidade de Plínio estão refletidas em algumas outras ocasiões em que os romanos decidiram punir cristãos em diferentes partes do Império, da Gália à África.

Um momento particularmente revelador é o relato que uma mulher cristã fez do próprio julgamento, antes de ser morta por animais selvagens em um

anfiteatro da Cartago romana em 203 d.C. Vibia Perpetua, uma cristã recém-convertida, de 22 anos, casada e com um filho bebê, foi presa e trazida à presença do *procurator* da província, que assumira o lugar do governador recém-falecido. Seu texto é o mais extenso, pessoal e íntimo relato de uma mulher sobre a própria experiência que sobreviveu de todo o mundo antigo, e versa sobre suas preocupações com o filho e os sonhos que vinha tendo na prisão antes de ser atirada às feras. No texto transparece a frustração do seu interrogador, assim como seu empenho em fazê-la abjurar. "Tenha pena dos cabelos brancos do seu pai, tenha pena do seu pequeno bebê", pressionava ele. "Simplesmente faça um sacrifício pelo bem-estar de seu imperador." "Não vou fazer isso", ela respondeu. "Você é cristã?", pergunta ele, agora colocando a questão formal. Quando ela diz que sim — "*Christiana sum*" — é sentenciada à morte. O *procurator* obviamente fica desconcertado, e ao que parece também a plateia que a vê morrer no anfiteatro. Os esportes romanos sanguinários obedeciam a um conjunto rígido de regras. Eram animais e criminosos, e a subclasse dos escravos, que iam para a morte, mas não jovens mães. Na realidade, "a multidão estremeceu diante daquela visão", quando viram que Felicitas, companheira de martírio de Perpetua, tinha leite gotejando de seus seios. Então por que afinal estavam os romanos fazendo isso?

Qualquer que fosse a letra da lei, e as circunstâncias específicas de qualquer julgamento em particular, havia um conflito irreconciliável entre os valores romanos tradicionais e o cristianismo. A religião romana era politeísta e tratava os deuses estrangeiros mais ou menos como os povos estrangeiros: pela via da

incorporação. Desde os remotos tempos da tomada de Veii, no início do século IV a.C., Roma havia regularmente acolhido o deus dos conquistados. Havia eventuais controvérsias e preocupações a respeito disso; os sacerdotes da deusa egípcia Ísis viram-se expulsos da cidade de Roma em mais de uma ocasião. Mas a regra básica era que à medida que o Império Romano se expandia, o mesmo se dava com seu panteão de divindades. O cristianismo era, em tese, um monoteísmo excludente, pois rejeitava os deuses que por séculos haviam garantido o sucesso de Roma. Na prática, para cada Perpetua que ia corajosamente, ou, aos olhos romanos, teimosamente, ao encontro da morte, havia talvez centenas de cristãos comuns que optavam por fazer sacrifícios aos deuses tradicionais, cruzar os dedos e pedir perdão. Mas em tese não havia acordo.

O mesmo valia, em certo sentido, para o judaísmo. Mas num grau notável e sob alguns aspectos inesperado, os judeus conseguiram operar dentro da cultura romana. Para os romanos, o cristianismo era muito pior. Primeiro, ele não tinha um lar ancestral. Os romanos, em sua geografia religiosa ordenada, esperavam que as divindades *fossem de algum lugar*: Ísis do Egito, Mitra da Pérsia, o deus judaico da Judeia. O deus cristão não tinha raízes, era exaltado como universal e procurava por adeptos. Momentos místicos de iluminação podiam atrair novos devotos para a religião, digamos, de Ísis. Mas o cristianismo era definido como um processo de conversão espiritual totalmente novo. Não só isso: alguns cristãos pregavam valores que ameaçavam derrubar alguns pressupostos greco-romanos fundamentais sobre a natureza do mundo e das pessoas que o

habitavam: que a pobreza, por exemplo, era boa; ou que o corpo devia ser domado ou rejeitado em vez de nos preocuparmos em cuidar dele. Todos esses fatores ajudam a explicar as ansiedades, a confusão e a hostilidade de Plínio e de outros.

Ao mesmo tempo, o sucesso do cristianismo tinha raízes no Império Romano, em sua extensão territorial, na mobilidade que promovia, em suas cidades e em seu *mix* cultural. Da Bitínia de Plínio à Cartago de Perpetua, o cristianismo espalhou-se de suas origens de pequena escala na Judeia, principalmente graças aos canais de comunicação ao longo do mundo Mediterrâneo que o Império Romano havia franqueado, e devido ao movimento de pessoas, bens, livros e ideias que viajavam por esses canais. A ironia é que a única religião que os romanos tentaram erradicar foi aquela cujo sucesso seu Império tornou possível e que se desenvolveu inteiramente dentro do mundo romano.

Cidadãos

Mas o cristianismo era de fato uma religião romana? Sim e não. Pois isso obviamente depende do que entendemos por “romano” — um adjetivo maleável e esquivo, que pode ser usado em vários sentidos, indicando desde controle político a estilo e arte, de lugar a período de tempo. A resposta certa à pergunta de quantos “romanos” viviam na “Britânia romana” poderia muito bem ser “cerca de cinco”, se nos referirmos apenas àqueles nascidos e criados em Roma. E poderia igualmente ser “cerca de 50 mil”, se contarmos cada soldado e mais o

pequeno *staff* da administração imperial, incluindo os escravos. E também algo como “3 milhões” se considerarmos que todos os habitantes da província romana passaram a ser, em certo sentido, romanos, embora a maioria, que vivia fora das cidades, provavelmente nem soubesse onde ficava Roma e de lá só conhecesse as moedas que carregava no bolso.

Uma importante definição apoiava-se ainda na cidadania romana. Para um número cada vez maior de habitantes do Império, tornar-se romano significava tornar-se um cidadão romano. Em todas as províncias nos primeiros dois séculos d.C., havia várias maneiras pelas quais isso podia acontecer. Os não cidadãos que serviam no Exército romano eram considerados cidadãos ao completarem o período de serviço; os oficiais locais nas cidades de todo o Império recebiam de maneira mais ou menos automática a cidadania romana; comunidades inteiras ou indivíduos (como Tiberius Claudius Togidubnus) eram feitos cidadãos por serviços especiais prestados; e escravos de cidadãos romanos onde quer que vivessem tornavam-se cidadãos romanos assim que fossem libertados. Não havia nenhum teste ou exame como os que hoje associamos à obtenção de cidadania, nenhuma saudação à bandeira, juramento de lealdade ou pagamento de taxas. A cidadania era uma doação, e por volta de 200 d.C., segundo a estimativa mais recente, cerca de 20% da população livre havia obtido a cidadania. Colocado em outros termos, havia provavelmente pelo menos 10 milhões de cidadãos romanos provinciais.

A cidadania trazia com ela todo tipo de direitos específicos sob a lei romana, cobrindo ampla gama de questões, de contratos a punições. A razão simples pela

qual, na década de 60 d.C., são Pedro foi crucificado enquanto são Paulo desfrutou do “privilégio” de ser decapitado foi porque Paulo era cidadão romano. Para alguns poucos, a cidadania era o primeiro passo para entrar na elite do governo central romano, em um percurso que podia levar até o Senado e o palácio imperial. Vários imperadores no século II d.C. tinham origens fora da Itália, desde Trajano, cuja família vinha da Espanha, a Septímio Severo, que governou entre 193 e 211 d.C., e foi o primeiro imperador originário da África.

Cada vez mais senadores eram também de origem provincial. Entre eles, Lólio Úrbico [Lollius Urbicus], o governador da Britânia, originário do norte da África; Agrícola, cuja família vinha do sul da Gália; e muitos outros, que ostentavam orgulhosamente suas realizações na capital (“o quinto homem de toda a Ásia a entrar no Senado”) em inscrições em suas cidades natais. Alguns imperadores estimularam essa tendência. Em seu discurso em 48 d.C. defendendo a admissão no Senado de homens do norte da Gália (“a Gália cabeluda”, como os romanos a chamavam), Cláudio justificou a proposta rememorando a abertura de Roma aos estrangeiros em seus primeiros dias e antecipando uma objeção óbvia: “Se alguém se concentrar no fato de que os gauleses deram a Júlio César, agora um deus, imenso trabalho na guerra por dez anos, deverá considerar também que eles vêm sendo leais e confiáveis há cem anos desde então”. Ao final do século II d.C., mais de 50% dos senadores eram das províncias. Não vinham uniformemente de todas as partes do Império (não havia nenhum da Britânia), e alguns deles, como os primeiros imperadores “estrangeiros”, podem ter sido descendentes de italianos que haviam se

assentado nas províncias, e não “nativos”. Os provinciais agora governavam Roma.

Isso não quer dizer que as classes governantes de Roma fizessem parte de algum cadinho cultural acolhedor e liberal. Nos nossos termos, eram na verdade relativamente indiferentes à questão racial. A razão pela qual ainda podemos debater sobre as origens étnicas do imperador africano Septímio Severo é que os escritores antigos não fizeram nenhum comentário a respeito disso. Mas a elite romana certamente mostrava-se esnobe em relação a senadores das províncias. As pessoas zombavam do fato de eles não serem capazes de achar o caminho até o Senado. Mesmo Septímio Severo supostamente teria ficado embaraçado com o péssimo sotaque latino de sua irmã, a ponto de mandá-la de volta para casa. E o discurso de Cláudio defendendo a admissão dos “gauleses cabeludos” no Senado foi recebido com amplas objeções dos senadores. No entanto, pelo menos por volta do século II d.C., no centro do mundo romano havia um substancial número de homens e mulheres que viam o Império a partir de ambos os lados, que tinham dois lares — romano e provincial — e eram culturalmente bilíngues.

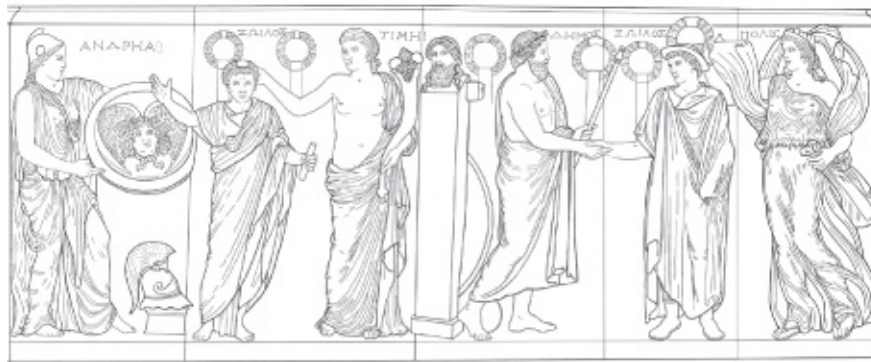
Gaius Julius Zoilos

É com a história de um desses bilíngues que encerramos este capítulo. Gaius Julius Zoilos não é um nome familiar. Não era nenhum Políbio, Cipião Barbato, Cícero ou Plínio; não deixou nenhum escrito (exceto umas poucas palavras inscritas em pedra) e nunca é mencionado na literatura que sobreviveu do mundo romano. Mas os diferentes períodos da história romana são captados por

diferentes tipos de pessoas. Zoilos, um ex-escravo, agente imperial e rico benfeitor de sua cidade natal, é a expressão de vários temas do Império Romano. Ao mesmo tempo, é um poderoso lembrete daquelas muitas vidas romanas praticamente escondidas da história e que ainda estão sendo reconstruídas.

Tudo o que sabemos sobre Zoilos foi revelado em escavações, principalmente nos últimos cinquenta anos, feitas na pequena cidade romana de Afrodísias, no sul da atual Turquia, que deve ter sido sua cidade de origem — e onde morreu. Seu elaborado túmulo foi descoberto ali, o que nos dá um vislumbre de sua aparência, embora infelizmente a maior parte de seu rosto não tenha sobrevivido. Ele é citado em uma carta do futuro imperador Augusto, escrita em 39 ou 38 a.C., e inscrita em pedra por habitantes de Afrodísias no centro da cidade: “Você sabe o quanto eu gosto do meu Zoilos” são as palavras exatas. E os projetos de construção que Zoilos patrocinou na cidade, como o novo palco do teatro e uma grande restauração do templo principal, marcaram seu nome como benfeitor e filantropo. De tudo isso é possível reconstruir apenas um esboço de sua trajetória.

Ele provavelmente nasceu livre, simplesmente como Zoilos, em algum momento da primeira metade do século I a.C., mas foi levado como escravo — talvez por piratas ou traficantes de gente, ou então como prisioneiro de guerra de algum dos muitos conflitos do período. E acabou em Roma como escravo, e agente de Júlio César, que lhe concedeu a liberdade e com ela a cidadania romana e o nome de Gaius Julius Zoilos. Seguiu adiante e trabalhou bem próximo do primeiro Augusto, que o conhecia bem o suficiente para afirmar que

gostava dele, até voltar para sua terra como um homem muito rico, provavelmente graças ao espólio das campanhas de César, cujos respingos beneficiavam até mesmo escravos e ex-escravos. Ali acabou ganhando proeminência e, ao morrer, em algum momento do reinado de Augusto, obteve um túmulo monumental financiado com dinheiro público. Se um epitáfio encontrado em Roma, para um “filho de Zoilos”, se refere ao seu filho (havia outros Zoilos no mundo romano), então parte da sua família não voltou para Afrodísias com o pai. Pois esse “Tiberius Julius Pappus, filho de Zoilos” é celebrado como o bibliotecário chefe das bibliotecas do imperador em meados do século I d.C., durante os reinados de Tibério, Caio e Cláudio.

102. Uma reconstrução da escultura do túmulo de Zoilos, com a figura bem preservada do próprio (esquerda). No lado esquerdo da escultura ele aparece em estilo marcadamente romano (orando e de toga). No lado direito é representado como grego.

É o túmulo de Zoilos em Afrodísias que capta melhor a cultura do Império: um grande bloco quadrado decorado com um refinado friso esculpido em volta de sua base, que mesmo nos fragmentos que sobrevivem mostra Zoilos, mais de uma vez, com feições radicalmente diferentes. No lado mais bem preservado do monumento, havia duas imagens do homem falecido sendo coroado, claramente nomeadas. À esquerda, ele é homenageado pelas figuras romanas da Virtus, com seu escudo, e Honos (“Heroísmo másculo” ou “Prestígio”). À direita, é a vez do

seu “povo” local e da sua “cidade”. Mas são as diferenças entre os dois trajes de Zoilos que fornecem a chave. À esquerda, ele veste uma toga claramente romana, com um braço erguido como se estivesse se dirigindo à plateia, e na outra mão segura talvez um papiro. À direita, é mostrado com uma capa grega, ou *chlamys*, e um chapéu caracteristicamente grego.

O monumento destaca o sucesso de Zoilos, sua riqueza, mobilidade social e pelo mundo romano. Mas, acima de tudo, mostra-o criando sua identidade de duas formas muito diferentes, aqui vistas lado a lado. Na cultura do Império Romano, era possível ser ao mesmo tempo grego e romano.

Epílogo

O primeiro milênio romano

Em 212 d.C., o imperador Caracala decretou que todos os habitantes livres do Império Romano, onde quer que vivessem, da Escócia à Síria, eram cidadãos romanos. Foi uma decisão revolucionária, que eliminou da noite para o dia a diferença legal entre governantes e governados, e foi também a culminação de um processo que vinha em marcha havia quase um milênio. Mais de 30 milhões de provinciais tornaram-se legalmente romanos. Foi um dos maiores atos isolados de concessão de cidadania — se não *o maior* — da história da humanidade.

Durante séculos, os inimigos derrotados vinham tornando-se romanos. Concedia-se a escravos a cidadania romana juntamente com a liberdade. E, com o passar do tempo, grande número de provinciais, tanto soldados como civis, viravam cidadãos em recompensa por lealdade, serviço e colaboração. Não era algo totalmente isento de controvérsia ou conflito. Nem todos os que recebiam a cidadania a desejavam. Alguns romanos não escondiam suas suspeitas dos estrangeiros, cidadãos ou não (“Não suporto uma cidade cheia de gregos”, queixava-se o satirista Juvenal). E o desejo de alguns dos aliados italianos de Roma de ganhar a cidadania da qual se sentiam excluídos foi em parte o que

motivou um dos mais sangrentos conflitos da história romana, a chamada Guerra Social, do início do século I a.C. Mas o padrão subjacente é claro. Caracala em 212 d.C. concluiu um processo que Rômulo, no mito romano, iniciara mil anos antes — de acordo com a data convencional, em 753 a.C. O pai fundador de Roma só havia sido capaz de fundar sua nova cidade oferecendo cidadania a todos os que chegavam, transformando estrangeiros em romanos.

Por que Caracala decidiu dar esse passo, justamente naquele momento, é algo que sempre intrigou os historiadores. Ele foi o segundo governante de uma nova dinastia que chegou ao poder após o assassinato de Cômodo, em 31 de dezembro de 192 d.C. Na primeira guerra civil em Roma, desde o breve conflito após a morte de Nero em 68 d.C., diferentes unidades do Exército, incluindo a Guarda Pretoriana e legiões estacionadas nas províncias, tentaram instalar seu candidato no trono. Um deles foi Lúcio Septímio Severo, originário da Léptis Magna, norte da África, que marchou sobre a Itália apoiado pelo exército que vinha comandando no rio Danúbio. Seus primeiros anos como imperador, até 197 d.C., foram dedicados a eliminar a oposição. Caracala era seu filho e herdeiro, e governou a partir de 211 d.C. Era oficialmente conhecido como Marco Aurélio Antonino [Marcus Aurelius Antoninus]; por causa de uma ridícula manobra sobre o uso da adoção na sucessão imperial, e uma tentativa desesperada de obter legitimidade, Septímio Severo deu um jeito, para si mesmo e sua família, de ser retrospectivamente adotado pelo havia muito falecido imperador Marco Aurélio. “Caracala” era um apelido derivado de certo tipo de capa militar (*caracallus*) que costumava usar.

Caracala não é lembrado como um reformador radical, de visão perspicaz. É mais conhecido como o patrocinador do maior conjunto de termas públicas construídas até então em Roma, cujos altos muros de tijolo constituem hoje o impressionante cenário de uma temporada de ópera de verão ao ar livre. Mas isso dificilmente dá pistas sobre os aspectos mais sanguinários de seu reinado, iniciado em 211 d.C., com o assassinato de seu irmão mais novo e rival, Geta. Em uma triste reedição do fratricídio que marcou a origem da cidade de Roma, Caracala, ao que parece, contratou um bando de soldados para dar cabo do jovem, que fora buscar proteção nos braços da mãe. E terminou quando Caracala tinha apenas 29 anos, em 217 d.C., quando foi assassinado por um de seus guarda-costas, que aproveitou um momento íntimo em que o imperador se aliviava à beira da estrada e o apunhalou. O comandante da Guarda Pretoriana à época, Marco Opélio Macrino [Marcus Opellius Macrinus], sucedeu-o no trono por breve período. Provavelmente implicado no assassinato, Macrino foi o primeiro imperador romano que não havia sido senador.

Essa inglória carreira de Caracala com frequência sugere que devem ter existido motivos sinistros, ou pelo menos egoísticos, por trás do decreto de cidadania. Muitos historiadores, incluindo Cássio Dio e Edward Gibbon, suspeitaram que sua motivação foi a necessidade de levantar dinheiro, pois esses novos cidadãos automaticamente ficariam sujeitos ao imposto romano sobre heranças. Nesse caso, teria sido uma maneira muito canhestra de tratar a questão. Não era necessário dar cidadania a mais de 30 milhões de pessoas se tudo o que você queria era aumentar a arrecadação.

Seja lá o que estivesse por trás, o decreto mudou o mundo romano para sempre, e é por isso que o meu relato sobre Roma se encerra aqui, ao final do primeiro milênio romano. A grande questão que tem guiado a política e o debate há séculos, sobre a divisão entre os romanos e aqueles que eles governavam, havia sido respondida. Depois de mil anos, o "projeto de cidadania" de Roma havia sido concluído e uma nova era começava. Não se tratava, porém, de uma era de igualdade pacífica, multicultural. Pois nem bem uma barreira de privilégios foi removida, outra tomou seu lugar, em termos muito diferentes. A cidadania, uma vez concedida a todos, tornou-se irrelevante. Ao longo do século III d.C., a distinção entre os *honestiores* (literalmente "os mais honoráveis", a elite rica, incluindo soldados veteranos) e os *humiliores* (literalmente "os da classe inferior") foi o critério que passou a ter importância e a dividir os romanos novamente em dois grupos, com direitos desiguais formalmente definidos na lei romana. Por exemplo, apenas os *honestiores* eram isentos, como todos os cidadãos antes haviam sido, de punições particularmente cruéis ou degradantes, como a crucifixão ou o açoitamento. A "classe inferior" de cidadãos era sujeita ao tipo de penalidade antes reservada a escravos e não cidadãos. A nova divisão entre os de dentro e os de fora seguia a linha da riqueza, classe e status.

O decreto de cidadania foi apenas um dos aspectos de uma ampla gama de transformações, rupturas, crises e invasões que mudaram o mundo romano até torná-lo irreconhecível no século III d.C. O segundo milênio romano — que só acabou quando Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, no século VI d.C., caiu nas mãos dos turcos otomanos em 1453 d.C. — assentava-se

em princípios inteiramente novos, em uma outra ordem mundial e, pela maior parte do tempo, em uma religião diferente. O regime autocrático estabelecido pelo primeiro Augusto baseara-se em uma linguagem e em instituições políticas que remontavam, o quanto era possível determinar, ao primeiro milênio da história romana, e o que tenho chamado aqui de modelo augustiano de domínio imperial forneceu uma estrutura política relativamente estável por quase duzentos anos após a morte de Augusto, em 14 d.C. Mas embora o imperador Tibério, que sucedeu o primeiro Augusto, talvez se sentisse à vontade nas condições imperiais das quais Cômodo desfrutou no final do século II d.C., ele no entanto não teria compreendido o que significava ser imperador algumas décadas mais tarde. Roma em seu segundo milênio era efetivamente um novo Estado, sob um velho nome. E então, dependendo do ponto de vista que adotarmos, poderemos ver esse milênio como um longo e lento período de declínio; ou como uma série de mudanças culturais e políticas descontínuas, que acabaram transformando o mundo antigo no medieval; ou como uma era extraordinariamente dinâmica de arte, arquitetura e reflexão cultural.

Os historiadores agora falam com frequência da "crise" do século III d.C. O que indicam com isso é o processo por meio do qual, após o assassinato de Cômodo, em 192 d.C., o modelo augustiano desmoronou. O número de imperadores é um dos sinais óbvios disso. Nos quase 180 anos entre 14 e 192 d.C. — excetuando o único breve interlúdio da guerra civil após a morte de Nero, quando houve três malsucedidos requerentes ao trono — foram apenas catorze imperadores. Nos cem anos entre 193 e 293 d.C., houve mais de setenta

(a lista é elástica, dependendo de quantos obscuros coimperadores, usurpadores ou “impostores” sejam incluídos). Porém, e direto ao ponto, quaisquer tentativas de manter as legiões fora do processo de fazer imperadores fracassaram totalmente. Quase todos os homens que reivindicaram o trono em meados do século III d.C. fizeram isso com o apoio de alguma unidade do Exército. Houve uma guerra civil mais ou menos continuada. E também flagrantes subversões das tradicionais reivindicações de poder. Septímio Severo, ao anunciar que ele e sua família haviam sido adotados como herdeiros por um imperador falecido mais de dez anos antes, levou ao extremo até os mais flexíveis padrões romanos de adoção.

Ao mesmo tempo, a cidade de Roma foi eclipsada como o centro de poder. Os imperadores não costumavam mais ficar ali, e sim a centenas de quilômetros, com seus exércitos. Não tinham mais tempo, incentivo ou dinheiro para seguir o modelo augustiano de deixar suas marcas na cidade em pedra e mármore, ou de agir como benfeitores populares. Depois das grandes termas que Caracala construiu na década de 210 d.C., praticamente não houve projetos imperiais importantes de construção na capital durante oitenta anos, até o imperador Deocleciano construir seu conjunto de banhos públicos, na década de 290 d.C. (grande parte disso ainda está do lado de fora da principal estação ferroviária de Roma). O fato de os imperadores se ausentarem de Roma também acelerou o declínio do Senado. Não havia lugar para *civilitas* entre imperadores e senadores, para delicadas consultas ou mesmo para passeatas e persistentes protestos de senadores idealistas e pouco realistas quando o homem no trono não

estava à vista. Os imperadores cada vez mais governavam de longe, por decretos ou cartas, e sem consultas ao Senado. A condução ao trono de Macrino, que não era senador (e houve outros imperadores nessa condição), foi outra clara indicação de que o Senado podia ser contornado.

O que havia por trás dessas mudanças, e qual era a causa e o efeito, são questões ainda muito debatidas. Invasões por grupos de "bárbaros" mais eficientes e com frequência substancialmente "romanizados", provenientes de fora do Império, desempenharam um papel. E também os efeitos de uma praga amplamente disseminada no final do século II d.C., que, mesmo segundo estimativas moderadas sobre sua taxa de mortalidade, devem ter minado seriamente os recursos humanos de Roma. E ainda o frágil equilíbrio do modelo augustiano, que falhou em definir regras claras para a sucessão e seus estranhos acordos entre imperador e Senado. Este, depois de ser desconsiderado, ruiu. Mas quaisquer que tenham sido as causas, a nova Roma que emergiu da "crise" do século III d.C. era notavelmente diferente de qualquer modelo que tenhamos visto do primeiro milênio.

A cidade de Roma perdeu irrevogavelmente seu lugar como capital do Império e caiu nas mãos de invasores em três ocasiões durante o século V d.C., pela primeira vez desde que foi saqueada pelos gauleses oitocentos anos antes. O mundo romano passou a ser controlado a partir de capitais regionais, como Ravena e Constantinopla — a moderna Istambul. As partes ocidental e oriental do Império eram governadas separadamente. E, após períodos de coordenada perseguição aos cristãos no final do século III d.C., o Império universal decidiu

abraçar a religião universal (ou vice-versa). O imperador Constantino, fundador da cidade de Constantinopla no início do século IV d.C., foi o primeiro imperador romano a se converter formalmente ao cristianismo, batizado em seu leito de morte em 337 d.C. Constantino, em certo aspecto, seguiu o modelo augustiano de incorporar-se às suas construções, mas o que ele construiu foram igrejas.

Nem tudo mudou na nova Roma, e certamente não mudou de uma hora para outra. A população da cidade, cristã ou não, ainda aproveitava os espetáculos no Coliseu, provavelmente com caçadas a feras em vez de gladiadores, até já bem avançado o século V d.C., e os imperadores em Constantinopla patrocinavam entretenimentos no velho modelo da benemerência, com frequência na forma de corridas de bigas. Mas muitas das continuidades políticas eram superficiais, ou mesmo mal compreendidas. Como um aceno à tradição, Constantinopla ganhou uma casa senatorial, mas tratava-se de um edifício para uma instituição que se tornara um fóssil. Quando um comentarista reconhecidamente confuso tentou explicar o nome daquele edifício no século VIII d.C., achou que havia sido construído por um homem chamado “Senatus”.

103. O Arco de Constantino. Quase todas as esculturas visíveis na fachada vieram de monumentos anteriores. Inclusive os medalhões acima dos arcos laterais, que são adriânicos, e os painéis retangulares no nível do ático, que vêm de um monumento a Marco Aurélio. Os bárbaros, também no ático, são de Trajano.

Na cidade de Roma, a melhor indicação de que o mundo havia mudado é o arco erigido em 315 d.C. em homenagem à vitória do imperador Constantino sobre seus rivais internos. Ele ainda sobrevive, preservado graças à sua incorporação a uma fortaleza renascentista, entre o antigo Fórum romano e o grande anfiteatro do Coliseu. À primeira vista, parece bem tradicional, remetendo aos arcos erigidos em homenagem às muitas vitórias militares de Roma e copiados nos memoriais imperiais desde então, do Arco do Triunfo em Paris ao Arco de Wellington no Hyde Park Corner em Londres. É decorado com uma série de cenas que celebram a autoridade de Constantino em um idioma familiar aos dois primeiros séculos do poder autocrático romano. O imperador é mostrado combatendo inimigos bárbaros, discursando para seus soldados, anistiando prisioneiros, fazendo sacrifícios aos deuses tradicionais, sendo

coroado pela Vitória e cumprimentando a multidão. Tudo isso poderia ter sido esculpido 150 anos antes.

Na realidade, boa parte havia sido. Excetuando alguns painéis modestos, todas essas esculturas foram tomadas de monumentos mais antigos que celebravam Trajano, Adriano e Marco Aurélio. Os rostos dos imperadores originais foram grosso modo refeitos para ficarem parecidos com Constantino, e as peças remontadas para exibição no novo arco. Foi um exercício de nostalgia caro e destrutivo. Para alguns observadores antigos, pode ter sido bem-sucedido no sentido de colocar o novo imperador dentro da ilustre tradição dos antigos. Porém, mais do que qualquer outra coisa, esse cuidadoso falseamento aponta para a histórica distância entre o primeiro milênio da Roma Antiga, que é o tema deste livro, e o segundo milênio de Roma, que é uma história que fica para outra vez, outro livro — e outro escritor.

E para encerrar

Passei boa parte dos últimos cinquenta anos da minha vida com esses “romanos do primeiro milênio”. Aprendi suas línguas da melhor maneira que pude. Li boa parte da literatura que nos deixaram (ninguém leu tudo) e estudei algumas das centenas de milhares de livros e documentos escritos ao longo dos séculos sobre eles, de Maquiavel a Gibbon e Gore Vidal, entre outros. Tentei decifrar as palavras que esculpiram em pedra, e também as desencavei, literalmente, em sítios arqueológicos úmidos e sem qualquer glamour, da Britânia romana. E fiquei refletindo um longo tempo a respeito da melhor maneira de contar a

história de Roma e explicar por que eu acho que ela tem importância. Também tenho feito parte daqueles 5 milhões de pessoas que todo ano fazem fila para entrar no Coliseu. Deixei meus filhos serem fotografados ali, pagando uma taxa, ao lado daqueles que ganham a vida vestindo-se de gladiadores. Comprei para eles elmos de plástico, e, fazendo vista grossa para as crueldades do mundo moderno, tranquilizei-os dizendo que hoje em dia a gente não comete mais crueldades como aquelas. Para mim, tanto quanto para qualquer outra pessoa, os romanos não são apenas um tema de história e pesquisa, mas sim de imaginação e fantasia, horror e diversão.

Não acredito mais, como ingenuamente acreditei um dia, que temos muita coisa a aprender diretamente *dos* romanos — ou, nesse sentido, dos antigos gregos, ou de qualquer outra civilização antiga. Não precisamos ler sobre as dificuldades das legiões romanas na Mesopotâmia ou em sua luta contra os partos para entender por que as modernas intervenções militares na Ásia ocidental podem ter sido mal orientadas. Não tenho certeza sequer se aqueles generais que afirmam seguir as táticas de Júlio César realmente fazem isso mais do que apenas imaginam fazer. E por mais atraentes que possam soar algumas das abordagens romanas à cidadania, como tentei explicá-las, seria insensato imaginar que poderiam ser aplicadas à nossa situação, séculos mais tarde. Além disso, “os romanos” mostravam-se tão divididos quanto nós a respeito de como o mundo funcionava — ou deveria funcionar. Não existe um modelo romano simples que possa ser seguido. Seria ótimo se as coisas fossem tão fáceis assim.

Mas estou cada vez mais convencida de que temos muita coisa a aprender —

tanto a respeito de nós quanto a respeito do passado — ao nos *envolvermos com* a história dos romanos, com sua poesia e prosa, suas controvérsias e discussões. A cultura ocidental tem uma herança muito variada. Felizmente, não somos herdeiros apenas do passado clássico. Não obstante, desde o Renascimento pelo menos, muitos dos nossos pressupostos mais fundamentais a respeito de poder, cidadania, responsabilidade, violência política, império, luxo e beleza têm sido formados, e testados, em diálogo com os romanos e seus escritos.

Não queremos seguir o exemplo de Cícero, mas o conflito que ele teve com o aristocrata falido, ou revolucionário popular, com o qual iniciei este livro ainda subjaz às nossas visões dos direitos do cidadão e ainda provê uma linguagem para a dissidência política: "*Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia evaa?*". A ideia de "devastação" disfarçada de "paz", que Tácito põe na boca dos inimigos britânicos de Roma, ainda ecoa nas críticas atuais ao imperialismo. E as sombrias perversidades atribuídas aos mais célebres imperadores romanos sempre levantaram a questão de onde termina o excesso autocrático e começa um reino do terror.

Prestamos aos romanos um desserviço quando fazemos deles heróis, e também quando os demonizamos. Mas prestaremos a nós mesmos um desserviço se deixarmos de levá-los a sério — e se pusermos um fim ao nosso longo diálogo com eles. Este livro, espero, não é apenas *Uma história da Roma Antiga*, mas parte desse diálogo com o seu Senado e o seu Povo: *SPQR*.

Leituras complementares

A bibliografia sobre a história de Roma supera aquilo que uma pessoa é capaz de ler em uma vida. O que ofereço a seguir são sugestões para continuar explorando os tópicos que abordei, ou indicações para alguns dos textos ou fontes mais fora do comum que mencionei, incluindo algumas contribuições pessoais favoritas ao assunto, novas e velhas. Em capítulos específicos, primeiro cito importantes assuntos temáticos antes de identificar a fonte de argumentos particulares ou de informações que de outro modo seria difícil rastrear.

Geral

Quase toda a literatura antiga sobre a qual me baseei está disponível em boas traduções modernas. Os volumes da Loeb Classical Library (Harvard University Press) trazem todos os autores clássicos da corrente principal, exceto um punhado deles, com o texto em grego ou latim e, na página oposta, a tradução inglesa. A série Penguin Classics é mais seletiva e não traz o original grego ou latino. Cada vez mais, os textos estão disponíveis de graça na internet. Os sites mais úteis são *Lacus Curtius* (http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/home.html) e *Perseus Digital Library* (www.perseus.tufts.edu/hopper/collections). Ambos trazem textos na língua original e traduções, e com frequência ambos. Dou aqui indicações principalmente de traduções não disponíveis nessas séries-padrão.

Inscrições antigas e papiros podem ser difíceis de localizar. Seus textos originais com frequência fazem parte de coleções que estão em andamento, que começaram a ser compiladas no século XIX. A principal coleção (o *Corpus Inscriptionum Latinarum*) também tem um site: http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html. É técnico, mas agora a maior parte dele está disponível em inglês. O site do Oxford Centre for the Study of Ancient Documents (www.csad.ox.ac.uk/) oferece um vislumbre das evidências vívidas que podem ser obtidas de papiros. Algumas coleções menores de traduções desses documentos, selecionadas por período ou tema, estão disponíveis, e constam a seguir.

Qualquer pessoa que se disponha a escrever sobre um milênio da história romana segue os passos de ilustres predecessores. O início da obra de Edward Gibbon *Declínio e queda do Império Romano* continua sendo um dos mais memoráveis relatos sobre os dois primeiros séculos d.C.; a versão resumida editada por David Womersely (Penguin, 2000)[1] é um prático volume único, mas omite partes substanciais desse período. Duas séries importantes de vários autores cobrem o período de *SPQR*. A Routledge History of the Ancient World inclui dois volumes especialmente relevantes: T. J. Cornell, *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)* (1995), e Martin Goodman, *The Roman World, 44 BC-AD 180* (2011). Na Edinburgh History of Ancient Rome (Edinburgh up), destaca-se Nathan Rosenstein, *Rome and the Mediterranean 290 to 146 BC: The Imperial República* (2012), Catherine Steel, *The End of the Roman República 146 to 44 BC: Conquest and Crisis* (2013), J. S. Richardson, *Augustan*

Rome 44 BC to AD 14: The Restoration of the Republic and the Establishment of Empire (2012) e, retomando mais ou menos de onde parei, Clifford Ando, *Imperial Rome AD 193 to 284* (2012). As partes mais relevantes — volumes 7.2 a 11 — do *Cambridge Ancient History* (Cambridge up, 2ª edição, de 1990 em diante) incluem ainda mais relatos e análises detalhados. Em uma escala mais sucinta, aprendi muito com Christopher Kelly, *The Roman Empire: A Very Short Introduction* (Oxford up, 2006), Simon Price e Peter Thonemann, *The Birth of Classical Europe: A History from Troy to Augustine* (Viking, 2011), Brian Campbell, *The Romans and Their World: A Short Introduction* (Yale up, 2011), Greg Woolf, *Rome: An Empire's Story* (Oxford up, 2013) e Peter Garnsey e Richard Saller, *The Roman Empire: Economy, Society and Culture* (Bloomsbury, 2ª edição, 2014). Todas essas obras estão subjacentes à minha discussão ao longo deste livro.

A maioria dos aspectos da religião romana podem ser acompanhados em Mary Beard, John North e Simon Price, *Religions of Rome* (Cambridge up, 1998), e também abordei os detalhes e a história da cerimônia do triunfo no livro de minha autoria: *The Roman Triumph* (Harvard up, 2007). Os ensaios em *The Cambridge Economic History of the GrecoRomanWorld*, editado por Walter Scheidel, Ian Morris e Richard P. Saller (Cambridge up, 2007), oferecem discussão atualizada sobre a economia e a demografia do mundo romano, embora todas as estimativas de população em *SPQR* devam ser encaradas pelo que são: estimativas (aproximadas).

Para referência geral, *The Oxford Classical Dictionary*, editado por Simon Hornblower, Antony Spawforth e Esther Eidinow (Oxford up, 4ª edição, 2012, e on-line), contém verbetes confiáveis sobre centenas de pessoas, lugares e tópicos clássicos (um bom presente para qualquer pessoa que tenha interesse na história de Roma). Para mapas, o *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*, editado por Richard J. A. Talbert (Princeton up, 2000), é o padrão ouro, e é também disponível pelo custo baixo de um aplicativo. Grátis pela internet, *Orbis*, com o subtítulo "Stanford Geospatial Network Model of the Roman World", permite a você traçar trajetos e distâncias pelo mundo romano e mostra o tempo e dinheiro gastos para ir de A a B (http://orbis.stanford.edu/). Todos os meus tempos de viagem estão baseados nele. Para qualquer um que planeje uma visita aos sítios arqueológicos de Roma, o melhor guia é Amanda Claridge, *Rome: An Oxford Archaeological Guide* (Oxford up, 2ª edição, 2010).

Prólogo

O ensaio de um médico romano (Galeno) foi traduzido por Vivian Nutton em *Galen: Psychological Writings*, editado por P. N. Singer (Cambridge up, 2014). Os dados técnicos sobre a camada de gelo da Groenlândia foram apresentados por S. Hong et al. em "Greenland ice", *Science* 265 (1994), e por C. J. Sapart et al. em "Natural and anthropogenic variations", *Nature* 490 (2012). A fossa em Herculano extrai uma parte de suas evidências de Andrew Wallace-Hadrill, *Herculaneum: Past and Future* (Frances Lincoln, 2011).

Capítulo 1

A minha biografia moderna favorita de Cícero ainda é a de Elizabeth Rawson, *Cicero: A Portrait* (Allen Lane, 1975; reimpressão, Bristol Classical Paperbacks, 1994). *The Cambridge Companion to Cicero*, editado por Catherine Steel (Cambridge up, 2013), é um bom guia para abordagens mais atuais. Há uma astuta discussão sobre a retórica de Cícero contra Catilina em Thomas Habinek, *The Politics of Latin*

Literature: Writing, Identity, and Empire in Ancient Rome (Princeton up, 1998). O historiador grego residente no século II a.C. era Políbio, que assume protagonismo no Capítulo 5. John R. Patterson, *Political Life in the City of Rome* (Bloomsbury, 2000) é um guia sucinto exatamente sobre isso. Sobre as condições da vida urbana romana nesse período, John E. Stambaugh, *The Ancient Roman City* (Johns Hopkins up, 1988), é uma introdução muito útil.

Cícero "o inquilino" é colocado na boca de Catilina por Salústio, *Guerra contra Catilina* 31; sua piada sobre os ratos é encontrada em suas *Cartas a Ático* 14, 9; sua abjeta autopiedade quando no exílio é captada nas cartas que escreveu à esposa, recolhidas no Livro 14 de suas *Cartas aos Amigos*, enquanto os fragmentos presunçosos de seu poema sobre seu consulado estão largamente preservados em seu tratado *De Divinatione*. O verso "*O fortunatam natam...*" é endereçado por Juvenal, *Sátiras* 10, 122, e pelo admirador de Cícero, Quintiliano, *Manual de Oratória* 11, 1, 24, embora defendido, por exemplo, por Sander M. Goldberg, *Epic in Republican Rome* (Oxford up, 1995). A carta a Lucceius está em *Cartas aos Amigos* 5, 12; o poeta grego que Cícero esperava vê-lo assumir seu consulado é Árquias, que aparece no Capítulo 6. Alvaro Sanchez-Ostiz analisa os fragmentos bilíngues dos discursos em papiro em "Cícero graecus", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 187 (2013). Os ecos de "*Quo usque...*" são explorados por Andrew Feldherr em "Free spirits", *American Journal of Philology* 134 (2013); a história de Mânlio é contada, e seu discurso inventado, em Lívio, *História* 6, 11-20; e a breve aparição de Catilina ocorre na *Eneida* 8, 666-70. Os cálculos do fornecimento de dinheiro são claramente explicados por Keith Hopkins em "Taxes and trade", *Journal of Roman Studies* 70 (1980), com reflexões mais gerais sobre o uso de moedas no contexto histórico antigo por Christopher Howgego, *Ancient History from Coins* (Routledge, 1995). A alegação de que Cícero tirou proveito da conspiração é feita em Pseudo-Salústio, *Invectivas contra Cícero* 2. As tradições medieval e renascentista sobre Catilina são o tema de Patricia J. Osmond, "Catiline in Fiesole and Florence", *International Journal of the Classical Tradition* 7 (2000).

Capítulo 2

R. Ross Holloway, *The Archaeology of Early Rome and Latium* (Routledge, 1994); Christopher J. Smith, *Early Rome and Latium: Economy and Society c. 1000-500 BC* (Oxford up, 1996) e G. Forsythe, *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War* (Univ. of California Press, 2005) são úteis introduções ao período desse capítulo e dos seguintes. T. P. Wiseman discute de modo brilhante (embora, no final, pouco convincente) a mitologia de Rômulo e Remo em *Remus: A Roman Myth* (Cambridge up, 1995) e explora temas relacionados na história mais antiga da cidade em *Unwritten Rome* (Exeter up, 2008); a história de Troia em Roma é o tema de Andrew Erskine, *Troy Between Greece and Rome: Local Tradition and Imperial Power* (Oxford up, 2003). O relato de Lívio é dissecado por G. Miles, *Livy: Reconstructing Early Rome* (Cornell up, 1997). A obra de Emma Dench, *Rômulo' Asylum: Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian* (Oxford up, 2005) é uma discussão sofisticada do papel das lendas fundadoras na identidade romana.

Cícero como o novo Rômulo é um dos temas de Ann Vasaly, *Representations: Images of the World in Cíceronian Oratory* (Univ. of California Press, 1993); "Rômulo of Arpinum" é uma zombaria em Pseudo-Salústio, *Invectiva Contra Cícero* 7. A questão do lobo de bronze como obra medieval é colocada por Anna Maria Carruba, *La Lupa capitolina: Un bronzo medievale* (De Luca, 2007). A versão de Cícero da lenda de fundação está em *Do Estado* 2, 4-13. A tragédia sobre o Rapto das Sabinas era de Ênio; o verso pode ser

encontrado no volume 1 da coleção de Loeb *Remains of Old Latin* (Harvard up, 1935). Os cálculos de Juba foram registrados por Plutarco, *Rômulo* 14; a passagem da *História* (Livro 4, 67) de Salústio foi traduzida por Patrick McGushin em Sallust, *The Histories* 2 (Oxford up, 1992); a herança de Rômulo é a visão de um antigo historiador romano, citado por Aulo Gélio [Aulus Gellius], *Noites Áticas* 13, 23, 13; e as piadas de Ovídio estão em *A arte de amar* 1, 101-34. O pouco que se sabe sobre Egnatius está em *The Fragments of the Roman Historians*, editado por T. J. Cornell (Oxford up, 2014); Dionísio dá sua visão da reação de Rômulo em *Antiguidades Romanas* 1, 87; as reflexões de Horácio sobre a guerra civil estão em *Epodos* 7. P. S. Derow e W. G. Forrest discutem "An inscription from Chios" en *Annual of the British School at Athens* 77 (1982); a inscrição está agora no Museu Arqueológico de Quios. Uma tradução do discurso de Cláudio está em David C. Braund, *Augustus to Nero: A Sourcebook on Roman History 31 BC-AD 68* (Croom Helm, 1985; reimpressão, Routledge, 2014). As palavras do rei da Mace-dônia (preservadas em uma inscrição) estão citadas em Michel Austin, *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation* (Cambridge up, 2ª edição, 2006); a zombaria de Juvenal está em seu *Sátiras* 8; a "ralé" de Rômulo é um gracejo nas *Cartas a Ático* 2, 1, de Cícero. A cabana de Rômulo foi vista por Dionísio (*Antiguidades Romanas* 1, 79) e é discutida por Catharine Edwards em *Writing Rome* (Cambridge up, 2006). Os debates sobre a data da origem de Roma são um tema central em Denis Feeney, *Caesar's Calendar: Ancient Times and the Beginnings of History* (Univ. of California Press, 2007). Sobre o "destino de Rômulo" como ameaça, ver Plutarco, *Pompeu* 25. Dionísio menciona Romus e Odisseu em *Antiguidades romanas* 1, 72, 5 e refere-se ao túmulo de Rômulo em 1, 64, 4-5; a embaixada de Delos é discutida por Andrew Erskine em "Delos, Aeneas and *IG* XI.4.756", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 117 (1997). A tentativa de Dionísio de entender o sentido de "aborígenes" está em *Antiguidades romanas* 1, 10. Para a erudita discussão de Varrão sobre o Septimontium, ver o seu *Sobre a língua latina* 6, 24. A cabana em Fidenae é descrita por Rosanna Cappelli, *Fidene: Una casa dell'età del ferro* (Electa, 1996). Os fragmentos de pau a pique no Fórum são reanalisados por Albert J. Ammerman, "On the origins of the Forum Romanum", *American Journal of Archaeology* 94 (1990). Várias interpretações da pedra preta são encontradas em Festus, *On the Significance of Words* 184L e Dionísio, *Antiguidades romanas* 1, 87 e 3, 1.

Capítulo 3

The Roman Historical Tradition: Regal and Republican Rome, editado por James H. Richardson e Federico Santangelo (Oxford up, 2014), é uma importante coleção de ensaios sobre o final do período dos reis e o início do republicano. O funcionamento do calendário romano é o tema principal de Jörg Rüpke, *The Roman Calendar from Numa to Constantine: Time, History and the Fasti* (Blackwell, 2011). Para uma introdução à Etrúria, ver Christopher Smith, *The Etruscans* (Oxford up, 2014), e *The Etruscan World*, editado por Jean Macintosh Turfa (Routledge, 2013). O papel central da *libertas* ao longo da história romana foi recentemente discutido por Valentina Arena em *Libertas and the Practice of Politics in the Late Roman Republica* (Cambridge up, 2012). Os debates posteriores sobre a história de Lucrécia são analisados em Ian Donaldson, *The Rapes of Lucretia: A Myth and Its Transformation* (Oxford up, 1982).

G. Dumézil, *Archaic Roman Religion* (Chicago up, 1970) propõe a "interpretação do excremento" da inscrição do Fórum. Uma afirmação clássica do ceticismo do século XIX a respeito dos reis romanos pode ser encontrada também em Ettore Pais, *Ancient Legends of Roman History* (Dodd, Mead, 1905). A

estimativa de população de Fabius Pictor é citada em Lívio, *História* 1, 44. Uma tradução da carta a Teos é dada em Beard, North e Price, *Religions of Rome*, volume 2, junto com detalhes adicionais sobre o calendário de Âncio. Lívio descarta a ideia de Numa ser discípulo de Pitágoras em *História* 1, 18. O bronze da decoração de são João de Latrão está documentado em John Franklin Hall, *Etruscan Italy: Etruscan Influences on the Civilizations of Italy from Antiquity to the Modern Era* (Indiana up, 1996). Os nomes latinos na antiga Etrúria são discutidos por Kathryn Lomas, "The polis in Italy", em *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*, editado por Roger Brock e Stephen Hodkinson (Oxford up, 2002). O Túmulo François é tema de um capítulo em Peter J. Holliday, *The Origins of Roman Historical Commemoration in the Visual Arts* (Cambridge up, 2002). Wiseman, em *Unwritten Rome*, faz uma revisão cética da evidência relativa às grandes casas junto ao Fórum. As queixas de Plínio sobre a *Cloaca Maxima* estão em sua *História natural* 36, 104. Para as ironias de Marcial sobre Lucrécia, ver seus *Epigramas* 11, 16 e 104, e para as reflexões de Agostinho, ver *Cidade de Deus* 1, 19. Plínio, *História natural* 34, 139 sugere que Lars Porsenna deteve poder em Roma. A expressão "livrar-se dos reis" foi emprestada do artigo de John Henderson com esse título em *Classical Quarterly* 44 (1994), que faz um escrutínio do sobrenome "Rex". Lívio, *História* 7, 3 refere-se ao prego no templo Capitolino, e em 2, 5 à formação da ilha do Tibre. O teórico grego é outra vez Políbio. Mortimer N. S. Sellers discute apropriações posteriores do ideal romano de liberdade em "The Roman Republic and the French and American Revolutions", em *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, editado por Harriet I. Flower (Cambridge up, 2014).

Capítulo 4

Além dos úteis capítulos em *A Companion to the Roman Republic*, editados por Nathan Rosenstein e Robert Morstein-Marx (Blackwell, 2007), os conflitos no início da Roma Republicana são o tema de *Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*, editado por Kurt A. Raaflaub (Univ. of California Press, 1986). Uma cuidadosa visão geral do exercício de cargos nos primórdios da República é dada por Christopher Smith, "The magistrates of the early Roman Republic", em *Consuls and Res Publica: Holding High Office in the Roman Republic*, editado por Hans Beck et al. (Cambridge up, 2011). As estruturas da vida política republicana são o assunto de C. Nicolet, *The World of the Citizen in Republican Rome* (Univ. of California Press, 1980).

O "pretor principal" é mencionado em Lívio, *História* 7, 3; a tradução "coronéis" eu tomei emprestada de T. P. Wiseman (em *Remus*; ver *Capítulo 2*). A camada queimada suspeita no Fórum e em outras partes foi mencionada por Filippo Coarelli em *Il Foro Romano* 1 (Quasar, 1983) e *Il Foro Boario dalle origini alla fine della repubblica* (Quasar, 1988). O Túmulo dos Cipiões na Via Ápia é o tema de Filippo Coarelli, "Il sepolcro degli Scipioni", em seu *Revixit Ars* (Quasar, 1997). O sarcófago de Barbato é bem analisado por Harriet I. Flower, em *The Art of Forgetting: Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture* (Univ. of North Carolina Press, 2011), que descarta a ideia comum de que seu epitáfio seja uma composição bem posterior; traduções dos principais epitáfios do mausoléu familiar estão disponíveis na internet, em www.attalus.org/docs/cil/epitaph.html (ver também Lívio, *História* 10 sobre o contexto da carreira de Barbato). Os comentários de Duris sobre Sentinum foram citados por Diodorus Siculus, *Biblioteca da história* 21, 6. Sobre barbeiros romanos, ver Varrão, *Das coisas do campo* 2, 11. Uma análise atualizada da obra de Fabius Pictor está incluída em *The Fragments of Roman Historians*, editado por T. J. Cornell (ver

Capítulo 2); a proeza dos Fabii é descrita por Lívio, *História* 2, 48-50; Coriolano foi atentamente analisado por Tim Cornell, "Coriolanus: Myth, History and Performance", em *Myth, History and Culture in Republican Rome,* editado por David Braund e Christopher Gill (Exeter up, 2003). Um vislumbre da dentística antiga é oferecida por D. J. Waarsenburg, "Auro dentes iuncti", em *Stips Votiva*, editado por M. Gnade (Allard Pierson Museum, 1991). A coleção da Loeb *Remains of Old Latin*, volume 3 (Harvard up, 1938), reúne os fragmentos das Doze Tábuas, mas a edição mais atualizada está em *Roman Statutes*, editado por M. H. Crawford (Institute of Classical Studies, 1996). Os advogados irritados são mencionados por Aulo Gélio, *Noites áticas* 20, 1. Sobre a conversão do Senado a um corpo permanente, ver T. J. Cornell, "Lex Ovinia and The Emancipation of the Senate", em *The Roman Middle Republic: Politics, Religion and Historiography*, editado por C. Bruun (Institutum Romanum Finlandiae, 2000). A cronologia da arqueologia de Veii ainda é de J. B. Ward-Perkins, "Veii: the historical topography of the ancient city", *Papers of the British School at Rome* 29 (1961), agora com Roberta Cascino et al., *Veii, the Historical Topography of the Ancient City: A Restudy of John Ward-Perkins's Survey* (British School at Rome, 2012). A visão de Propércio é encontrada em *Elegias* 4, 10. Sobre um possível muro de defesa mais antigo que o do quarto século, ver S. G. Bernard, "Continuing the debate on Rome's earliest circuit walls", *Papers of the British School at Rome* 80 (2012). A tragédia sobre Sentinum é de Lucius Accius; os fragmentos sobreviventes estão em *Remains of Old Latin* 2 (Harvard up, 1936). O túmulo esquilino é discutido por Holliday, *The Origins of Roman Historical Commemoration* (ver *Capítulo 3*). Os mares "Superior" e "Inferior" são referidos por Plauto, *Menaechmi* 237 e Cícero, *Cartas a Ático* 9, 5. O impacto romano sobre a paisagem é bem enfatizado por Nicholas Purcell, "The Creation of the Provincial Landscape", em *The Early Roman Empire in the West*, editado por Thomas Blagg e Martin Millett (Oxbow, 1990).

Capítulo 5

Debates modernos sobre o imperialismo romano remontam ao clássico estudo de William V. Harris *War and Imperialism in Republican Rome, 327-70 BC* (Oxford up, 2ª edição, 1985), que dá forte ênfase à agressiva expansão romana. A obra de Arthur Eckstein, por exemplo, *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome* (Univ. of California Press, 2006), oferece uma visão alternativa, que em muitos aspectos eu segui neste livro; ainda mais poderoso é o breve ensaio de J. A. North "The Development of Roman Imperialism", no *Journal of Roman Studies* 71 (1981). As origens culturais da literatura romana e a interação entre os mundos romano e grego são exploradas por Erich S. Gruen em *Culture and National Identity in Republican Rome* (Cornell up, 1992) e de modo bem diferente por Andrew Wallace-Hadrill em *Rome's Cultural Revolution* (Cambridge up, 2008). A obra de Brian C. McGing, *Polybius* (Oxford up, 2010), é uma introdução sucinta ao historiador; a principal análise de Políbio sobre a política romana está no Livro 6 de suas *Histórias*. Discussões úteis sobre as guerras romanas contra os cartagineses e seus principais protagonistas podem ser encontradas em A. E. Astin, *Scipio Aemilianus* (Oxford up, 1967), Adrian Goldsworthy, *The Fall of Carthage: The Punic Wars 265-146 BC* (Cassell, 2003), e em *A Companion to the Punic Wars*, editado por Dexter Hoyos (Blackwell, 2011). Philip Kay discute aspectos econômicos do imperialismo romano em *Rome's Economic Revolution* (Oxford up, 2014). Os funerais romanos e celebrações são o tema de Harriet I. Flower, *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture* (Oxford up, 1999). Importantes contribuições aos debates sobre o elemento popular na política romana estão em John North, "Democratic Politics in Republican Rome", em *Studies in Ancient Greek and*

Roman Society, editado por Robin Osborne (Cambridge up, 2004), Fergus Millar, *The Crowd in the Late República* (Michigan up, 1998), Henrik Mouritsen, *Plebs and Politics in the Late Roman Republic* (Cambridge up, 2001) e em Robert Morstein-Marx, *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic* (Cambridge up, 2004).

A Musa bélica é imaginada por Porcius Licinius, citado em Aulo Gélio, *Noites áticas* 17, 21. As lágrimas de Emiliano são descritas por Políbio, *Histórias* 38, 21-22. A história de Pirro com os elefantes é contada por Plutarco, *Pirro* 20; os esporões são discutidos por Sebastiano Tusa e Jeffrey Royal em "The Landscape of the Naval Battle at the Egadi Islands", *Journal of Roman Archaeology* 25 (2012). Uma tradução dos fragmentos sobreviventes do épico de Ênio sobre Roma (os *Anais*, ou *Crônicas*) faz parte do volume 1 da coleção Loeb *Remains of Old Latin* (Harvard up, 1935); a citação que Lívio faz de Maharbal está em *História* 22, 51. A realidade da Batalha de Canas é discutida por Victor Davis Hanson em *Experience of War: An Anthology of Articles from MHQ, the Quarterly Journal of Military History* (Norton, 1992); a observação de Emílio Paulo sobre batalhas e jogos aparece em Políbio, *Histórias* 30, 14, e o conselho de Políbio a Emiliano foi registrado por Plutarco, *Symposiacs* 4. O comentário de Catão sobre os gregos idosos é mencionado por Políbio, *Histórias* 35, 6, e o relato sobre o infeliz corvo foi feito por Cássio Dio, *História romana* 36, 30. Políbio nota os hábitos romanos de Antíoco Epifânio em *Histórias* 26, 1, e Valerius Maximus conta a anedota sobre Cipião Násica em seu *Feitos e ditos memoráveis* 7, 5. A profecia de Júpiter está registrada na *Eneida* 1, 278-79. Uma tradução da inscrição de Teos aparece em Robert K. Sherk, *Rome and the Greek East to the Death of Augustus* (Cambridge up, 1984); as minas espanholas são discutidas na obra de Kay, *Rome's Economic Revolution*; o vocabulário do Império é um tema em John Richardson, *The Language of Empire: Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD* (Cambridge up, 2011); e a ideia de obediência tem destaque em Robert Kallet-Marx, *Hegemony to Empire: The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 BC* (Univ. of California Press, 1996). O truque de Lenas é descrito por Políbio, *Histórias* 29, 27; o embaixador grego que caiu no esgoto era Crates de Mallos (Suetônio, *Dos gramáticos* 2); as piadas sobre o sotaque ruim dos romanos ao falarem em grego estão, por exemplo, em Dionísio, *Antiguidades romanas* 19, 5. Para a inscrição de Lúcio, o mercenário, ver Sherk, *Rome and the Greek East*; e para os Cossuti, Elizabeth Rawson, "Architecture and Sculpture: The Activities of the Cossutii", *Papers of the British School at Rome* 43 (1975). A fundação de Carteia é citada por Lívio, *História* 43, 3, e a presença de "prostitutas" pelo "Sumário" sobrevivente do Livro 57 perdido de sua *História*. O historiador Floro [Lucius Annaeus Florus] comparou espólios posteriores ao "gado dos volscos" (*Epitome* 1, 13). O estranho "final feliz" está na peça *Hecyra*, de Terêncio; as peças relevantes de Plauto são *O persa* e *O pequeno cartaginês*, e uma piada sobre "barbarização" está no prólogo da *Asinaria* ("Comédia de asnos"). Muitos dos comentários de Catão estão reunidos em Alan E. Astin, *Cato the Censor* (Oxford up, 1978); a insistência em assistir as peças de teatro em pé é mencionada por Valerius Maximus, *Feitos e ditos memoráveis* 2, 4.

Capítulos 6 e 7

Rome in the Late Republic: Problems and Interpretations, de Mary Beard e Michael Crawford (Duckworth, 2ª edição, 2000) é um relato curto das principais questões do período; *Rubicon: The Triumph and Tragedy of the Roman Republic* (Little Brown, 2003), de Tom Holland, é uma excelente história popular. Uma das mais perspicazes análises das mudanças socioeconômicas no final da República continua

sendo o primeiro capítulo de Keith Hopkins, *Conquerors and Slaves* (Cambridge up, 1978). Os principais personagens desses capítulos atraíram biógrafos modernos, embora (com a exceção de Cícero; ver *Capítulo 1*) quase nunca haja material suficiente para contar uma história de vida no sentido convencional. Dito isso, Robin Seager, *Pompey the Great* (Blackwell, 2ª edição, 2002) é um cuidadoso relato político da carreira de Pompeu; Adrian Goldsworthy, *Caesar: Life of a Colossus* (Yale up, 2006) oferece um claro perfil do que sabemos sobre Júlio César, e W. Jeffery Tatum, *The Patrician Tribune: Publius Clodius Pulcher* (University of North Carolina Press, 1999), daquilo que sabemos sobre o grande adversário de Cícero; Barry Strauss, *The Spartacus War* (Simon and Schuster, 2009) é uma confiável visão popular de Espártaco e seu levante de escravos. Note que me refiro a Pompeu, César e Crasso como o "Bando dos Três", embora eles sejam hoje mais conhecidos pelo título espuriamente formal de "Primeiro Triunvirato".

O relato mais completo da destruição de Cartago é de Apiano, *Guerras Púnicas*; sua arqueologia é discutida por Serge Lancel, *Carthage: A History* (Blackwell, 1995). Políbio, *Histórias* 38, 20, registra o suicídio da mulher de Asdrúbal, e Plínio, *História natural* 18, 22 destaca as obras de Mago. O bronze coríntio é discutido em Plínio, *História natural* 34, 7. Anedotas-chave sobre Múmio são encontradas em Políbio, *Histórias* 39, 2 (jogos de tabuleiro), e em Velleius Paterculus, *História de Roma* 1, 13 ("um novo por um velho", também retomado em uma coleção bem posterior de anedotas romanas, o *Philogelos*). Seus espólios são discutidos por Liv Yarrow, "Lucius Mummius and the spoils of Corinth", *Scripta Classica Israelica* 25 (2006). Para o "número" de Catão com os figos, ver Plutarco, *Catão, o Velho* 27. Políbio cita a visão dos romanos "agora volta-dos para o extermínio por si só" em *Histórias* 36, 9. Virgílio faz referência a Múmio na *Eneida* 6, 836-37; Velleius Paterculus, *História de Roma* 2, 1, reflete sobre o abandono da virtude. Maria C. Gagliardo e James E. Packer oferecem uma discussão atualizada sobre o primeiro teatro de pedra permanente em "A New Look at Pompey's Theater", *American Journal of Archaeology* 110 (2006). A obra de Plutarco, *Tibério Graco*, é a fonte de muitos dos detalhes e dos comentários sobre sua vida: o primeiro derramamento de sangue político desde a monarquia (20), a história da "conversão" de Tibério (8), "mestres do mundo" (9), a citação que Emiliano faz de Homero (21). Alessandro Launaro, *Peasants and Slaves: The Rural Population of Roman Italy (200 BC to AD 100)* (Cambridge up, 2011) é uma importante discussão recente sobre a demografia e a história da agricultura da Itália, embora D. W. Rathbone, "The Development of Agriculture in the 'Ager Cosanus' During the Roman Republic", *Journal of Roman Studies* 71 (1981), continua sendo uma das introduções mais claras aos problemas; "lutando em favor de seu próprio desalojamento" é a frase de Keith Hopkins em *Conquerors and Slaves*. Sobre os rituais das eleições romanas, ver Hopkins, "From Violence to Blessing", em *City States in Classical and Medieval Italy*, editado por A. Molho et al. (Franz Steiner, 1991). A referência de Cícero às *partes* está em *Do Estado* 1, 31, e suas queixas sobre a votação secreta estão em *Das Leis* 3, 34-35. Juvenal, *Sátiras* 10, 81 cunhou "pão e circo". O fornecimento romano de comida é claramente discutido por Peter Garnsey, *Food and Society in Classical Antiquity* (Cambridge up, 1999); ver também, para a inscrição da Tessália, Garnsey e Dominic Rathbone, "The Background to The Grain Law of Gaius Gracchus", *Journal of Roman Studies* 75 (1985). O acesso de raiva de Frúgio é registrado por Cícero, *Tusculanas* 3, 48, o "virar as costas" de Caio para o *comitium* e a retirada dos assentos por Plutarco, *Caio Graco* 5 e 12, o episódio com os criados do cônsul e os escritos entalhados no templo da Concórdia em Plutarco, *Caio Graco* 13 e 17. As teorias modernas sobre a lei dos poderes emergentes são discutidas extensivamente por Gregory K. Golden, *Crisis*

Management During the Roman Republic: The Role of Political Institutions in Emergencies (Cambridge up, 2013). As palavras de Caio sobre o episódio de Teanum são citadas por Aulo Gélio, *Noites áticas* 10, 3 (assim como as queixas anteriores de Catão sobre o cônsul insatisfeito com os arranjos para os seus suprimentos). P. A. Brunt, "Italian Aims at the Time of the Social War", em seu *The Fall of the Roman República* (Oxford up, 1988), e H. Mouritsen, *Italian Unification: A Study in Ancient and Modern Historiography* (Institute of Classical Studies, 1998) são intervenções importantes sobre diferentes lados da questão da motivação subjacente à Guerra Social. Os frisos em Fregellae são discutidos por F. Coarelli, "Due fregi da Fregellae", *Ostraka* 3 (1994), e Praeneste por Wallace-Hadrill em *Rome's Cultural Revolution* (ver *Capítulo 5*). Para a Guerra Social como guerra civil, ver Floro, *Epítome* 2, 18; para "buscar cidadania", Velleius Paterculus, *História de Roma* 2, 15 e para "lobos", 2, 27. Publius Ventidius Bassus, o general que apareceu dos dois lados do triunfo, está em Valerius Maximus, *Feitos e ditos memoráveis* 6, 9. O cerco de Pompeia está documentado em Flavio Russo e Ferruccio Russo, *89 a.C.: Assedio a Pompei* (Edizioni Scientifiche Italiane, 2005); as cabeças no átrio de Sula estão mencionadas em Valerius Maximus, *Feitos e ditos memoráveis* 3, 1; a citação em grego de baixo nível é referida por Apiano, *Guerra civil* 1, 94; a morte e epitáfio do ditador estão em Plutarco, *Sula* 36-38. As más ações de Catilina nas proscrições estão registradas em Plutarco, *Sula* 32. As evidências sobre Espártaco foram recolhidas em Brent D. Shaw, *Spartacus and the Slave Wars: A Brief History with Documents* (Bedford/St Martins, 2001). Cícero refere-se aos problemas em Pompeia em seu discurso *Em defesa de Lúcio Sula* 60-62; a história do comediante em Asculum é contada por Diodorus Siculus, *Biblioteca de história* 37, 12.

As atividades de Verres na Sicília são o tema do discurso final de Cícero *Contra Verres* 2, 5. As palavras duras de Caio estão registradas em Plutarco, *Caio Graco* 2. Tanto a edição Penguin como a Loeb das *Cartas* de Cícero estão organizadas em ordem mais ou menos cronológica; embora isso perturbe a lógica da divisão original do livro e exija um sistema de numeração diferente, facilita o acesso a material de períodos específicos de sua carreira (incluindo o do seu governo provincial). Seu tratado filosófico sobre o governo provincial está nas *Cartas ao seu irmão Quinto* 1.1. A lei de Caio pode ser encontrada em *Roman Statutes*, editado por M. H. Crawford (ver *Capítulo 4*), e num estudo detalhado de A. Lintott, *Judicial Reform and Land Reform in the Roman Republic*: *A New Edition, with Translation and Commentary, of the Laws from Urbino* (Cambridge up, 1992). A *equites* romana é discutida em P. A. Brunt, "The *Equites* in the Late Republic", em seu *The Fall of the Roman Republic*, e os *publicani* por Nicolet, *The World of the Citizen in Republican Rome* (ver *Capítulo 4*). O senador que voltou para sua província no exílio é mencionado por Valerius Maximus, *Feitos e ditos memoráveis* 2, 10. O slogan "Roma à venda" remonta a Salústio, *Guerra contra Jugurta* 35, 10. O impacto das reformas do Exército promovidas por Mário e os exércitos "particulares" do final da República são um dos temas de um ensaio clássico de Brunt, "The Army and the Land", em *The Fall of the Roman Republic*. A morte de Mário é descrita por Plutarco, *Mário* 45. O discurso de Cícero defendendo o comando de Pompeu é conhecido por dois títulos, *Sobre o comando de Pompeu* e *Sobre a Lei Manília*. O velho pirata é invocado por Virgílio, *Geórgicas* 4, 125-46; Valerius Maxinus, *Feitos e ditos memoráveis* 6, 2, cita a expressão "garoto carniceiro". F. W. Walbank discute "a lenda de Cipião" em *Proceedings of the Cambridge Philological Society* 13 (1967). Horácio, em suas *Odes* 2, 1, assinala 60 a.C. como momento crucial; a observação de Catão é citada por Plutarco, *Pompeu* 47; a agenda é ridicularizada, sardonicamente, em Cícero, *Cartas a Ático* 4, 8b. O destino da cabeça de Crasso é mencionado por

Plutarco, *Crasso* 33; a malsucedida defesa que Cícero fez do assassino de Clódio está em sua *Defesa de Milo*. A ausência de vinho é citada nos *Comentários sobre a guerra na Gália*, 2, 15 e 4, 2, de Júlio César, a posição dos druidas em 6, 13-16. A referência de Catulo em seus *Poemas* 11; os "crimes" de César são destacados por Plutarco, *Catão, o Jovem* 51, e por Plínio, *História natural* 7, 92. O visitante grego que viu as cabeças era Posidonius, citado por Estrabão, *Geografia* 4, 4. Peticius é mencionado por Plutarco, *Pompeu* 73; a história de Sotérides é explicada por Nicholas Purcell, "Romans in the Roman world", em *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*, editado por Karl Galinsky (Cambridge up, 2005). A pavorosa morte de Catão é descrita por Plutarco em *Catão, o Jovem*, 68-70. O incidente na Lupercália é examinado por J. A. North, "Caesar at the Lupercalia", *Journal of Roman Studies* 98 (2008). Sobre as piadas do cônsul de brevíssimo mandato, ver Cícero, *Cartas a amigos* 7, 30, e Macrobius, *Saturnalia* 2, 3.

Capítulo 8

Boas introduções a alguns dos tópicos principais são Jane F. Gardner, *Women in Roman Law and Society* (Croom Helm, 1986), Florence Dupont, *Daily Life in Ancient Rome* (Blackwell, 1994), *Life, Death and Entertainment in the Roman Empire*, editado por D. S. Potter e D. J. Mattingly (Univ. of Michigan Press, 1999), *Roman Women*, editado por Augusto Fraschetti (Univ. of Chicago Press, 2001), *The Cambridge World History of Slavery*, volume 1, editado por Keith Bradley e Paul Cartledge (Cambridge up, 2011), Christian Laes, *Children in the Roman Empire: Outsiders Within* (Cambridge up, 2011) e Henrik Mouritsen, *The Freedman in the Roman World* (Cambridge up, 2011).

Os 25 livros sobre a língua latina (alguns dos quais sobrevivem) são de Marcus Terentius Varro. As piadas de Cícero são um dos temas do meu *Laughter in Ancient Rome: On Joking, Tickling, and Cracking Up* (Univ. of California Press, 2014). Susan Treggiari escreve a partir do ponto de vista das relações de Cícero com as mulheres em *Terentia, Tullia and Publilia: The Women of Cícero's Family* (Routledge, 2007). A história do jantar com César é contada em *Cartas a Ático* 13, 52; o ensaio de Gore Vidal está em seu *Selected Essays* (Abacus, 2007). O estudo clássico sobre casamentos em Roma é de Susan Treggiari, *Roman Marriage: Lusti Coniuges from the Time of Cícero to the Time of Ulpian* (Oxford up, 1993); o epitáfio de Cláudia está em Mary R. Lefkowitz e Maureen Fant, *Women's Life in Greece and Rome* (Duckworth, 3ª edição, 2005). A linha dura de Egnatius Metellus é destacada por Valerius Maximus, *Feitos e ditos memoráveis* 6, 3; o trabalho de Lívia com lã é mencionado em Suetônio, *Augusto* 73, e Volumnia Cytheris por Cícero, *Cartas a Ático* 10, 10 e 16, 5. Marilyn B. Skinner, *Clodia Metelli: The Tribune's Sister* (Oxford up, 2011) tenta reconstruir a trajetória de Clódia; o complicado caso de tribunal é o que sabemos a partir de *Em defesa de Célio*. Os problemas do jantar de Verres são discutidos por Catherine Steel, "Being Economical With the Truth: What Really Happened at Lampsacus?", em *Cicero the Advocate*, editado por J. Powell e J. Paterson (Oxford up, 2004). A referência de Cícero à fragilidade das mulheres está em *Em defesa de Murena* 27, a piada sobre o genro amarrado a uma espada é de Macrobius, *Saturnalia* 2, 3. Vislumbres do casamento de Quinto e Pompônia estão em *Cartas a Ático* 5, 1 e 14, 13. A idade do casamento é discutida em Brent D. Shaw, "The age of Roman girls at marriage", *Journal of Roman Studies* 77 (1987). O comentário de Terência sobre a paixão tola de um homem velho é relatado por Plutarco, *Cícero* 41; o gracejo de Cícero é elogiado por Quintiliano, *Manual de oratória* 6, 3. Evidências sobre contracepção no mundo antigo foram reunidas por John M. Riddle, *Contraception and Abortion from the Ancient World to the Renaissance* (Harvard up, 1994). A carta do marido do Egito romano está em Jane

Rowlandson, *Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook* (Cambridge up, 1998). Questões sobre expectativa de vida e relações familiares são discutidas em Richard P. Saller, *Patriarchy, Property and Death in the Roman Family* (Cambridge up, 1997). A propriedade de casas é o tema de Elizabeth Rawson, "The Ciceronian Aristocracy and its Properties", em *Roman Culture and Society* (Oxford up, 1991). Andrew Wallace-Hadrill, *Houses and Society in Pompeii and Herculaneum* (Princeton up, 1994) explora a planta da casa romana; Plínio, *História natural* 36, 5-6 discute a casa de Scaurus; e o problema do luxo é destacado em Catharine Edwards, *The Politics of Immorality in Ancient Rome* (Cambridge up, 2002). Os destroços do Antikythera estão documentados em *The Antikythera Shipwreck: The Ship, the Treasures, the Mechanism*, editado por N. Kaltsas et al. (National Archaeological Museum, Atenas, 2012). Os Sesti são um estudo de caso em John H. D'Arms, *Commerce and Social Standing in Ancient Rome* (Harvard up, 1981). A brilhante ideia dos uniformes para escravos é mencionada em Sêneca, *Da misericórdia* 1, 24, fugas de escravos em Cícero, *Cartas aos amigos* 5, 9; 5, 10a; 13, 77 e em *Cartas a Ático* 7, 2. Tiro é um dos focos principais do meu "Ciceronian Correspondences", em *Classics in Progress: Essays on Ancient Greece and Rome*, editado por T. P. Wiseman (Oxford up, 2006), e sua coleção de piadas de Cícero é criticada por Quintiliano, *Manual de oratória* 6, 3. Greg Woolf, "Monumental writing", *Journal of Roman Studies* 86 (1996), discute a explosão da escrita. O *ménage à trois* é descrito no longo epitáfio de Allia Potestas, traduzido em Lefkowitz e Fant, *Women's Life in Greece and Rome*.

Capítulo 9

The Cambridge Companion to the Age of Augustus, editado por Karl Galinsky (ver *Capítulos 6* e *7*), é uma boa introdução ao período, do mesmo modo que *Caesar Augustus: Seven Aspects*, editado por Fergus Millar e Erich Segal (Oxford up, 1984). *Augustus*, editado por Jonathan Edmondson (Edinburgh up, 2009), é uma coleção de alguns dos melhores ensaios recentes sobre o imperador. Paul Zanker, *The Power of Images in the Age of Augustus* (Univ. of Michigan Press, 1988), transformou nossa compreensão da arte e da arquitetura do período. O período da guerra civil que se seguiu à morte de César é o tema de Josiah Osgood, *Caesar's Legacy: Civil War and the Emergence of the Roman Empire* (Cambridge up, 2006). Jane Bellemore, em *Nicolaus of Damascus* (Bristol Classical Press, 1984), oferece uma tradução dos trechos que sobreviveram dessa antiga biografia de Augusto (ou veja www.csun.edu/~hcf11004/nicolaus.html). Alison Cooley, em seu *Res Gestae Divi Augusti* (Cambridge up, 2009), traduziu o relato que o próprio Augusto fez de sua vida, com uma extensa discussão.

A melhor análise moderna dos detalhes do assassinato de César está em T. P. Wiseman, *Remembering the Roman People* (Oxford up, 2009). As histórias das antigas brutalidades de Otaviano e do "banquete dos doze deuses" são contadas por Suetônio, *Augusto* 27 e 70. A decapitação é o assunto de Amy Richlin, em "Cicero's Head", no livro *Constructions of the Classical Body*, editado por James I. Porter (Univ. of Michigan Press, 2002); Sêneca, em *Suasoriae* (*Suasórias*) 6 e 7, dá um vislumbre dos exercícios retóricos sobre o tema da morte de Cícero. Apiano, *Guerra civil* 4, é uma boa fonte de anedotas sobre as proscrições. Josiah Osgood, *Turia: A Roman Woman's Civil War* (Oxford up, 2014), explora a coragem feminina celebrada no epitáfio; Judith Hallett dá vida às balas de atiradeiras de Perugia em "*Perusinae glandes*", *American Journal of Ancient History* 2 (1977). A partida de Cleópatra é comentada por Cícero, *Cartas a Ático* 14, 8. O relato de censura ao luxo de Cleópatra é de Plínio, *História natural* 9, 119-21; Plutarco, *Antônio* 50, relata seu tratamento de Alexandria como se fosse Roma; e há abundância de discussões

sensatas sobre Antônio e Cleópatra em C. B. R. Pelling, *Plutarco: Life of Antony* (Cambridge up, 1988). A fonte “da criadagem” é mencionada por Plutarco, *Antônio* 28. Konstantinos L. Zachos, “The *Tropaeum* of the Sea-Battle at Actium”, *Journal of Roman Archaeology* 16 (2003), analisa o monumento. A história dos corvos é contada em Macrobius, *Saturnalia* 2, 4. Debates no funeral são relatados por Tácito, *Anais* 1, 9. Price e Thonemann, *The Birth of Classical Europe* (ver *Geral*) enfatiza a abolição de *nada*, feita por Augusto. Sobre a importância da *civilitas*, ver Andrew Wallace-Hadrill, “Civilis Princeps”, *Journal of Roman Studies* 72 (1982); sobre o camaleão e a esfinge, Juliano em *Saturnalia* 309 e Suetônio, *Augusto* 50. A exposição de “mapas” é discutida por Claude Nicolet, *Space, Geography, and Politics in the Early Roman Empire* (Univ. of Michigan Press, 1991), e por Plínio, *História natural* 3, 17. Jas Elsner enfatiza a importância da construção no *Res Gestae* em “Inventing Imperium”, em *Art and Text in Roman Culture*, editado por Elsner (Cambridge up, 1996). A inscrição no calendário da Ásia está traduzida em Sherk, *Rome and the Greek East* (ver *Capítulo 5*). Uma tentativa de calcular o custo total do Exército romano é feita por Keith Hopkins, “Taxes and Trade” (ver *Capítulo 1*). O Senado é discutido por P. A. Brunt em “The Role of the Senate”, *Classical Quarterly* 34 (1984); a derrota dos romanos na Germânia é o tema de Peter S. Wells, *The Battle That Stopped Rome* (Norton, 2004). Egnatius Rufus e outros oponentes são discutidos por K. A. Raaflaub e L. J. Samons II em “Opposition to Augustus”, *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate*, editado por Raaflaub and Mark Toher, problemas de sucessão por *The Julio-Claudian Succession: Reality and Perception of the “Augustan Model”*, editado por A. G. G. Gibson (Brill, 2013). O papel de Lívia é muito bem documentado por Nicholas Purcell em “Livia and the Womanhood of Rome”, em *Augustus*, editado por Jonathan Edmondson.

Capítulo 10

Importantes visões gerais sobre os governantes e a vida política de Roma durante os primeiros dois séculos do Império estão nas obras: Fergus Millar, *The Emperor in the Roman World* (Bristol Classical Press, edição revista, 1992), P. A. Brunt, *Roman Imperial Themes* (Oxford up, 1990), R. J. A. Talbert, *The Senate of Imperial Rome* (Princeton up, 1984) e Keith Hopkins, *Death and Renewal* (Cambridge up, 1985). A abordagem biográfica continua popular, apesar da sua frágil base factual. Não obstante, Aloys Winterling, *Caligula: A Biography* (Univ. of California Press, 2011) e Edward Champlin, *Nero* (Harvard up, 2003), são interessantes por suas posições revisionistas sobre dois imperadores “monstruosos”. Eu também fiz uso dos relatos gratificantemente sóbrios de *Claudius*, de Barbara Levick (Routledge, 1993), *Nero: The End of a Dynasty*, de Miriam T. Griffin (Routledge, edição revista, 1987) e *Hadrian: The Restless Emperor*, de Anthony R. Birley (Routledge, 1997).

O assassinato de Caio é analisado por T. P. Wiseman, *The Death of Caligula* (Liverpool up, 2ª edição, 2013), que traduz e analisa o relato de Josefo em seu *Antiguidades judaicas* 19. Eric R. Varner, *Mutilation and Transformation: Damnatio Memoriae and Roman Imperial Portraiture* (Brill, 2004) discute a operação de refazer o entalhe de estátuas que retratavam imperadores. A fonte antiga para as anedotas mais terríveis sobre Caio é a biografia de Suetônio: a passagem mal traduzida sobre sexo no jantar (24) e os “moluscos” (46). As vítimas de Cláudio são listadas em Suetônio, *Cláudio* 29. Cômodo no anfiteatro foi usado na abertura do meu *Laughter in Ancient Rome* (ver *Capítulo 8*); os “peixinhos” aparecem em Suetônio, *Tibério* 44, e a morte de moscas em Suetônio, *Domiciano* 3. Há uma história na linha do “*pecunia non olet*” em Suetônio, *Vespasiano* 23; o senso comum no triunfo de Vespasiano é citado por Suetônio, *Vespasiano* 12. A

cena do barco armadilha está em Tácito, *Anais* 13, 3-7. O comentário sarcástico sobre complôs é atribuído a Domiciano em Suetônio, *Domiciano* 21, e a Adriano, em *Historia Augusta* (*SHA*), *Avidius Cassius* 2. Os *graffiti* na "Domus Aurea" são citados por Suetônio, *Nero* 39. Susan Treggiari analisa "Jobs in the Household of Livia" em *Papers of the British School at Rome* 43 (1975). O trabalho burocrático do imperador é invocado por Fergus Millar, "Emperors at Work", em *Government, Society, and Culture in the Roman Empire*, editado por Hannah M. Cotton e Guy M. Rogers (Univ. of North Carolina Press, 2004). O julgamento de Augusto no caso do penico foi traduzido em Sherk, *Rome and the Greek East* (ver *Capítulo 5*). Os biscoitos sacrificiais são discutidos por Richard Gordon, "The Veil of Power", em *Pagan Priests: Religion and Power in the Ancient World*, editado por Mary Beard e John North (Duckworth, 1990). O comentário de Fronto sobre imagens imperiais é feito em suas *Cartas* 4, 12. Caroline Vout reflete sobre "What's in a Beard", em *Rethinking Revolutions Through Ancient Greece*, editado por Simon Goldhill e Robin Osborne (Cambridge up, 2006). A escala, impacto e financiamento do Coliseu são temas em Keith Hopkins e Mary Beard, *The Colosseum* (Profile, 2005). Sobre a história talmúdica da morte de Tito, ver *Gittin* 56 B; para as paredes refletoras de Domiciano, Suetônio, *Domiciano* 14; para o "Carneiro dourado", Tácito, *Anais* 13, 1. "O segredo do poder imperial" são palavras de Tácito, *Histórias* 1, 4. Os milagres de Vespasiano são mencionados por Suetônio, *Vespasiano* 7, e Tácito, *Histórias* 4, 81-82. Hugh Lindsay, *Adoption in the Roman World* (Cambridge up, 2009) discute a adoção de herdeiros imperiais e o histórico mais amplo. As observações de Plínio são de seu *Panegírico* 7-8; o discurso de Galba está em Tácito, *Histórias* 1, 14-17. O poema de Adriano está em *Antologia palatina* 6, 332. A história de Tibério e do incisivo senador é relatada por Tácito, *Anais* 1, 74, "homens feitos para a escravidão" em 3, 65 e o primeiro discurso de Nero em 13, 4. A execução dos ex-cônsules por Adriano consta da *Historia Augusta* (*SHA*), *Adriano* 5. Alain Gowing, *Empire and Memory: The Representation of the Roman República in Imperial Culture* (Cambridge up, 2005) explora exatamente isso. Supõe-se que Cordus teria assinalado que Lívio elogiou Pompeu (Tácito, *Anais* 4, 34). Sobre a morte de Lucano, ver Tácito, *Anais* 15, 70. O jantar em negro de Domiciano é descrito por Cássio Dio, *História romana* 67, 9. A conversa no jantar com Nerva é citada em *Cartas* 4, 22. A admissão de Tácito é feita em *Histórias* 1, 1. Cássio Dio, *História romana* 66, 12, e Suetônio, *Vespasiano* 15, mencionam conflitos entre Helvídio Prisco e Vespasiano. Plínio relata a doença de Fannia em *Cartas* 7, 19. Cássio Dio, *História romana* 63, 26, refere-se ao templo de Vênus Sabina. As sutilezas do culto ao imperador são o tema central de S. R. F. Price, *Rituals and Power: The Roman Imperial Cult in Asia Minor* (Cambridge up, 1986), que discute a inscrição do Gytheum; uma tradução foi incluída em Beard, North e Price, *Religions of Rome*, volume 2 (ver *Geral*). A "recompensa" de Lívia é apontada por Cássio Dio, *História romana* 56, 46, e o comentário de Vespasiano em Suetônio, *Vespasiano* 23.

Capítulo 11

A vida e o planejamento na cidade de Roma são discutidos por Stambaugh, *The Ancient Roman City* (ver *Capítulo 1*), que contém um capítulo sobre Timgad. Visões gerais úteis da vida dos que não faziam parte da elite na Roma Antiga são dadas por Jerry Toner, *Popular Culture in Ancient Rome* (Polity, 2009) e Robert Knapp, *Invisible Romans: Prostitutes, Outlaws, Slaves, Gladiators, Ordinary Men and Women... the Romans That History Forgot* (Profile, 2013). *The Romans*, editado por Andrea Giardina (Univ. of Chicago Press, 1993), traz ensaios sobre personagens representativos de todas a camadas da sociedade romana,

incluindo os pobres. Apesar do título, a *Anthology of Ancient Greek Popular Literature*, editada por William Hansen (Indiana up, 1998), contém traduções do abundante material romano que discuti neste capítulo. John R. Clarke, *Art in the Lives of Ordinary Romans: Visual Representations and Nonelite Viewers in Italy, 100 BC-AD 315* (Univ. of California Press, 2003) explora arte popular. Uma visão influente mas pessimista dos níveis de alfabetização pode ser encontrada em William V. Harris, *Ancient Literacy* (Harvard up, 1991).

Mesas de uma perna só e múltiplos anéis nos dedos são descritos por Plínio, *História natural* 34, 14 e 33, 24. A *villa* de Plínio, o Jovem, em Laurentum é descrita em *Cartas* 2, 17 e discutida em um capítulo de Roy K. Gibson e Ruth Morello, *Reading the Letters of Pliny the Younger* (Cambridge up, 2012). A lei com especificações sobre o número mínimo de telhas faz parte de uma carta de direitos da cidade de Tarentum, traduzida em Kathryn Lomas, *Roman Italy, 338 BC-AD 200: A Sourcebook* (Univ. College London Press, 1996). Os residentes ricos de Timgad são o tema de Elizabeth W. B. Fentress, "Frontier culture and politics at Timgad", *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques* 17 (1984). A ausência de zoneamento urbano, incluindo o "zoneamento moral", é discutida no artigo de Andrew Wallace-Hadrill, "Public Honour and Private Shame: The Urban Texture of Pompeii", em *Urban Society in Roman Italy*, editado por Tim J. Cornell e Kathryn Lomas (ucl Press, 1995). As queixas de Juvenal estão em suas *Sátiras* 3; quando muito, as *plostra* (carroças pesadas) eram proibidas de circular de dia, a julgar pelas regulamentações que remontam a Júlio César, encontradas em Heraclea, sul da Itália — a "Tabela de Heraclea", traduzida em *Roman Statutes*, editado por M. H. Crawford (ver *Capítulo 4*). A versão que Fronto dá de "pão e circo" está em sua *Introdução à história* 17 (parte de sua série de *Cartas*). O desdém de Cícero pelo trabalho está em *Dos deveres* 1, 150-51. A preservação da maioria dos estilos de vida britânicos sob os romanos é um ponto de vista fortemente defendido por Richard Reece em *My Roman Britain* (Oxbow, 1988). Os marginais romanos são discutidos em John R. Patterson, "On the Margins", em *Death and Disease in the Ancient City*, editado por Valerie M. Hope e Eireann Marshall (Routledge, 2002). Sobre a demanda por trabalhadores diaristas, ver David Mattingly, "The Feeding of Imperial Rome", em *Ancient Rome: The Archaeology of the Eternal City*, editado por Jon Coulston e Hazel Dodge (Oxford Univ. School of Archaeology, 2000); Ancarenus Nothus aparece em outro ótimo ensaio no mesmo volume, "Living and dying in the city of Rome", de John R. Patterson. Detalhes sobre os estabelecimentos de tecidos fora de Roma estão em S. Musco et al., "Le complexe archéologique de Casal Bertone", *Les Dossiers d'Archéologie* 330 (2008). O trabalho é o tema de S. R. Joshel, *Work, Identity, and Legal Status at Rome: A Study of the Occupational Inscriptions* (Univ. of Oklahoma Press, 1992) e N. Kampen, *Image and Status: Roman Working Women in Ostia* (Mann, 1981). O túmulo de Eurysaces é discutido por Lauren Hackforth Petersen, *The Freedman in Roman Art and Art History* (Cambridge up, 2006). Uma tradução das regras para o *collegium* (que, neste caso, não se trata de uma organização de ofícios específica) está incluída em Beard, North e Price, *Religions of Rome*, volume 2 (ver *Geral*). A inscrição relacionada à greve dos padeiros está traduzida em Barbara Levick, *The Government of the Roman Empire: A Sourcebook* (Routledge, 2002). Os slogans (e as pinturas no bar) de Pompeia são discutidos em Mary Beard, *Pompeii: The Life of a Roman Town* (Profile, 2008). Sobre os trabalhadores em lavanderias, ver Miko Flohr, *The World of the Fullo: Work, Economy, and Society in Roman Italy* (Oxford up, 2013). O bar em Ostia citado por Juvenal é invocado em *Sátiras* 8. O jogo em Roma em todos os seus aspectos é o tema de Nicholas Purcell, "Literate Games: Roman Society and the Game of Alea", em *Studies in Ancient Greek and Roman*

Society, editado por Robin Osborne (ver *Capítulo 5*). Jerry Toner, *Roman Disasters* (Blackwell, 2013) é um livro acessível sobre todo tipo de infortúnios, desde inundações a incêndios, que ameaçavam a vida do cidadão comum de Roma. Crimes (e as reações a eles) no Egito romano são documentados com detalhes técnicos por Benjamin Kelly, *Petitions, Litigation, and Social Control in Roman Egypt* (Oxford up, 2011) e por Ari Z. Bryen, *Violence in Roman Egypt: A Study in Legal Interpretation* (Univ. of Pennsylvania Press, 2013). O caso da mulher de Herculano (Petronia Justa) é discutido por Wallace-Hadrill, *Herculaneum* (ver *Prólogo*). Maldições na romana Bath estão traduzidas em Stanley Ireland, *Roman Britain: A Sourcebook* (Routledge, 3ª edição, 2008); os *Oráculos de Astrampsychus* estão traduzidos em *The Anthology of Ancient Greek Popular Literature*, editado por William Hansen. O espírito das fábulas de Fedro foi muito bem captado por John Henderson em *Telling Tales on Caesar: Roman Stories from Phaedrus* (Oxford up, 2001) e em *Aesop's Human Zoo: Roman Stories about our Bodies* (Univ. of Chicago Press, 2004); ver especialmente Fedro, *Fábulas* 1, 2; 1, 3 e 1, 28. Tumultos são citados por Suetônio, *Cláudio* 18, Filóstrato, *Vida de Apolônio* 1, 15 (Aspendus) e Tácito, *Anais* 14, 42-45 (assassinato de um senador). Sobre cultura literária entre os romanos comuns, ver Andrew Wallace-Hadrill, "Scratching the Surface: a Case Study of Domestic Graffiti at Pompeii", em *L'écriture dans la maison romaine*, editado por M. Corbier e J. P. Guilhembert (Paris, 2011), e Kristina Milnor, *Graffiti and the Literary Landscape in Roman Pompeii* (Oxford up, 2014). O Bar dos Sete Sábios é um tópico importante nas obras de Clarke, *Art in the Lives of Ordinary Romans* e *Looking at Laughter*: *Humor, Power, and Transgression in Roman Visual Culture, 100 BC-AD 250* (Univ. of California Press, 2007).

Capítulo 12

A correspondência de Plínio com Trajano em *Cartas*, Livro 10, constitui um tema que perpassa este capítulo. As cartas foram de modo muito útil reunidas por Wynne Williams em *Pliny, Correspondence with Trajan from Bithynia (Epistles X)* (Aris and Phillips, 1990) e a ideologia subjacente discutida por Greg Woolf, "Pliny's Province", em *Rome and the Black Sea Region: Domination, Romanisation, Resistance*, editado por Tønnes Bekker-Nielsen (Aarhus up, 2006), e por Carlos F. Norena, "The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan", *American Journal of Philology* 128 (2007). Eles também tocam em um dos tópicos mais controversos de toda a história antiga: a ascensão do cristianismo. Um relato curto particularmente esclarecedor a respeito do tema está em Kelly, *The Roman Empire* (ver *Geral*); as primeiras partes de Diarmaid MacCulloch, *A History of Christianity: The First Three Thousand Years* (Penguin, 2010) também são um bom ponto de partida. *A Companion to the Roman Empire*, editado por David S. Potter (Blackwell, 2006), traz vários ensaios úteis sobre princípios, práticas e administração do Império. Os ensaios de Fergus Millar reunidos em *Government, Society, and Culture in the Roman Empire* (ver *Capítulo 11*) estão entre as mais importantes contribuições ao tema (incluindo a discussão sobre Plínio e Trajano). Levick, *The Government of the Roman Empire* (ver *Capítulo 11*) oferece um vislumbre vívido de evidências básicas muito ricas. O capítulo de Martin Goodman no livro de Garnsey e Saller, *The Roman Empire* (ver *Geral*) aborda várias formas e lugares de resistência a Roma. A literatura grega sob Roma é o tema de Tim Whitmarsh, *Greek Literature and the Roman Empire: The Politics of Imitation* (Oxford up, 2002), assim como *Being Greek under Rome: Cultural Identity, the Second Sophistic and the Development of Empire*, editado por Simon Goldhill (Cambridge up, 2001). O título deste capítulo foi emprestado de Beard, North e Price, *Religions of Rome*, volume 2 (ver *Geral*); também enfatizei a ideia de *tornar-se romano*, usando o

título do importante estudo de Greg Woolf sobre as interações da cultura imperial, *Becoming Roman: The Origins of Roman Provincial Civilization in Gaul* (Cambridge up, 1998).

O ensaio satírico de Luciano sobre o oráculo é intitulado *Sobre o falso profeta*, e o que trata da religião síria é *Sobre a deusa Síria*. S. von Schnurbein, "Augustus in Germania and his New 'Town' at Waldgirmes East of the Rhine", *Journal of Roman Archaeology* 16 (2003), apresenta a cidade inacabada. A avaliação de Estrabão sobre o potencial da Britânia está em *Geografia* 4, 5. O enigma do Muro de Adriano foi explorado por David J. Breeze e Brian Dobson, em *Hadrian's Wall* (Penguin, 2000). A qualidade do governo provincial é examinada em detalhe por P. A. Brunt, "Charges of Provincial Maladministration Under the Early Principate", em *Roman Imperial Themes* (ver *Capítulo 10*). A visão de Tibério é citada por Cássio Dio, *História romana* 57, 10. Stephen Mitchell discute "Requisitioned Transport in the Roman Empire" no *Journal of Roman Studies* 66 (1976). As infames razões para a indicação de Oto são mencionadas por Suetônio, *Oto* 3. Um "mundo cheio de deuses" é a expressão de Keith Hopkins em seu envolvente e curioso estudo sobre as religiões romanas, *A World Full of Gods: Pagans, Jews and Christians in the Roman Empire* (Weidenfeld and Nicolson, 1999). A infraestrutura em Vindolanda é descrita com clareza por Alan K. Bowman, *Life and Letters on the Roman Frontier: Vindolanda and Its People* (British Museum Press, 1998); os documentos estão online em http://vindolanda.csad.ox.ac.uk/. Os sapatos são discutidos por Caroline Van Driel-Murray, "Gender in Question", em *Theoretical Roman Archaeology: Second Conference Proceedings*, editado por P. Rush (Avebury, 1995), o que levanta a possibilidade de que alguns possam ter pertencido a adolescentes homens. Um relatório sobre a piscina de Wroxeter está incluído em G. Webster e P. Woodfield, "The Old Work", *Antiquaries Journal* 46 (1966). O livro de Martin Millett, *Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation* (Cambridge up, 1990), tem sido imensamente influente em contestar velhas ideias sobre a abordagem de cima para baixo da "romanização"; a obra de David Mattingly, *An Imperial Possession: Britain in the Roman Empire* (Penguin, 2006), é uma visão de conjunto extremamente moderna. Os "bilíngues" de La Graufesenque são discutidos em J. N. Adams, *Bilingualism and the Latin Language* (Cambridge up, 2003), embora Alex Mullen ofereça visões alternativas em "The Language of the Potteries", em *Seeing Red*, editado por Michael Fulford e Emma Durham (Institute of Classical Studies, 2013). O slogan de Horácio está em suas *Epístolas* 2, 1; os ajustes para a exibição "romana" em um estádio "grego" são descritos por K. Welch, "The Stadium at Aphrodisias", *American Journal of Archaeology* 102 (1998). *The Pantheon: From Antiquity to the Present*, editado por Tod A. Marder e Mark Wilson Jones (Cambridge up, 2015), é um estudo atualizado do templo; a fonte sobre o granito cinza do Mons Claudianus e documentos associados foram resenhados por Roger S. Bagnall e Dominic W. Rathbone, *Egypt from Alexander to the Copts* (British Museum Press, 2004); e a carta sobre a coluna de cinquenta pés é discutida por Theodore J. Peña, "Evidence for the Supplying of Stone Transport Operations", *Journal of Roman Archaeology* 2 (1989). O navio da Índia é o tema de Dominic Rathbone, "The Muziris Papyrus", da edição especial "Alexandrian Studies II in Honour of Mostafa el Abbadi", do *Bulletin de la Société d'Archéologie d'Alexandrie* 46 (2000); Zeuxis aparece em Peter Thonemann, *The Maeander Valley: A Historical Geography from Antiquity to Byzantium* (Cambridge up, 2011); e o comércio responsável pelo monte Testácio é o tema de D. J. Mattingly, "Oil for Export?", *Journal of Roman Archaeology* 1 (1988). *Roman Diasporas: Archaeological Approaches to Mobility and Diversity in the Roman Empire*, editado por Hella Eckhardt (*Journal of Roman Archaeology* supplement 78, 2011),

considera de que modo a mobilidade pode ser medida; Barates e “Queenie” são discutidos por Alex Mullen, “Multiple Languages, Multiple Identities”, em *Multilingualism in the Graeco-Roman Worlds*, editado por Mullen e Patrick James (Cambridge up, 2012). A melhor discussão sobre os números de cristãos primitivos está em Keith Hopkins, “Christian Number”, *Journal of Early Christian Studies* 6 (1998); o martírio de Perpetua é analisado em detalhes por Thomas J. Heffernan, *The Passion of Perpetua and Felicity* (Oxford up, 2012). O tratamento dado por Septímio à sua irmã é descrito em *Historia Augusta* (*SHA*), *Septímio Severo* 15; Zoilos é discutido em detalhes em R. R. R. Smith, *The Monument of C. Julius Zoilos* (von Zabern, 1993).

Epílogo

O número de cidadãos criados por Caracala é cuidadosamente calculado por Myles Lavan, “The Spread of Roman Citizenship”, *Past and Present* 229 (2016) (sou grata pela previsão). Uma importante avaliação do Arco de Constantino está em Jas Elsner, “From the Culture of *Spolia* to the Cult of Relics”, *Papers of the British School at Rome* 68 (2000). O mal-entendido com a palavra “Senado” está em *Parastaseis*, traduzido por Averil Cameron e Judith Herrin (Brill, 1984), Capítulo 43.

Cronologia

As entradas entre colchetes [] referem-se a eventos na história da Grécia Clássica.

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	753 a.C.	Data tradicional da fundação de Roma	PERÍODO DOS REIS 753-509
			1. Rômulo
			2. Numa
			3. Tullus Hostilius
			4. Anco Márcio
	[582	*Nascimento de Pitágoras em Samos]*	5. Tarquínio Prisco
			6. Sérvio Túlio
			7. Tarquínio Soberbo
	509	Data tradicional da fundação da República Romana	REPÚBLICA ROMANA 509-44
	494	Primeira cisão dos plebeus	"Conflito das Ordens" (até 287)
	[490	*Batalha de Maratona]*	
	451-450	"As Doze Tábuas"	"O Decenvirato"
	[399	*Morte de Sócrates em Atenas]*	
	396	Destruição de Veii	
	390	Gauleses saqueiam Roma	
	341	Início da Guerra Latina	GUERRAS NA ITÁLIA
	338	Liga Latina é dissolvida	GUERRA LATINA, 341-338
	[334	*Alexandre, o Grande inicia suas campanhas]*	
	326	Abolição da escravidão por dívidas	GUERRAS SAMNITAS
			1ª, 343-341
			2ª, 326-304
			3ª, 298-290
	[323	*Morte de Alexandre]*	
	321	Batalha das Forcas Caudinas	
	312	Construção do primeiro aqueduto de Roma	
	295	Batalha de Sentinum	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	290	Fim das Guerras Samnitas	
	287	Decisões da Assembleia Plebeia ganham força de lei	
	280	Morte de Cipião Barbato	GUERRA PÍRRICA, 280-275 Roma versus Pirro de Épiro
	275	Pirro expulso de volta para Épiro	
	264		1ª GUERRA PÚNICA, 264-241
Apresentação da primeira tragédia de Lívio Andrônico	**240**		
	218	Aníbal cruza os Alpes	2ª GUERRA PÚNICA, 219-202 Roma versus Aníbal
	216	Batalha de Canas	1ª GUERRA MACEDÔNICA, 215-205 Roma versus Filipe v
Plauto ativo (até década de 180)			
Ênio ativo (até c. 169)	**204**	Chegada da Grande Mãe a Roma	
	202	Batalha de Zama	
			2ª GUERRA MACEDÔNICA, 200-197 Roma versus Filipe v
	190	Cipiao Asiático derrota Antíoco	GUERRA SÍRIA, 192-188 Roma versus Antíoco III da Síria
Terêncio ativo (até c. 160)			
	183	Mortes de Cipião Africano e Aníbal	
			3ª GUERRA MACEDÔNICA, 172-168 Roma versus Perseu
	171	Representação da Espanha, fundação de Carteia	
	168	Batalha de Pidna, derrota do rei Perseu da Macedônia	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
Políbio ativo (até c. 118)	**167**	Políbio chega a Roma como refém	
			GUERRA NA IBÉRIA, 155-133 Roma versus tribos celtíberas
			3ª GUERRA PÚNICA, 149-146
	149	Criação de tribunais criminais permanentes	
	146	Saque de Cartago por Cipião Emiliano	
		Saque de Corinto por Múmio	
	139	Introdução à votação secreta	
	133	Fim da guerra na Ibéria, quase toda controlada por Roma	
		Átalo de Pérgamo lega seu reino a Roma	
		Tribunato e assassinato de Tibério Graco	
Sátiras de Lucílio, último terço do século II a.C.			
	129	Morte de Cipião Emiliano	
	125	Fregellae destruída	
	123	Tribunato de Caio Graco	
	122	Caio Graco reeleito tribuno	
		Lei da Indenizaçao é aprovada	
	121	Assassinato de Caio Graco	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	107	Primeiro consulado de Mário, reforma do Exército romano e comando contra Jugurta	GUERRA COM JUGURTA, 118-106
Cícero nasce em Arpinum	**106**		
			GUERRA SOCIAL, 91-89
	89	Concessões de cidadania a italianos	1ª GUERRA MITRIDÁTICA, 89-85 Roma versus Mitridates VI do Ponto
	88	Sula recebe o comando contra Mitridates Mitridates massacra os italianos	GUERRA CIVIL, 88-86 Sula versus Mário
	86	Sétimo consulado e morte de Mário	
	85	Sula negocia uma trégua com Mitridates	
	82-81	Reformas e proscrições de Sula	2ª GUERRA MITRIDÁTICA, 83-81
Cícero e Terência se casam	**80**		
	79	Sula renuncia à ditadura	
	73	Mitridates invade a Bitinia	REVOLTA DE ESPÁRTACO, 73-71
	71	Crasso esmaga a revolta de Espártaco	3ª GUERRA MITRIDÁTICA, 73-63
Discursos de Cícero *Contra Verres*	**70**	Cícero processa Verres Primeiro consulado de Pompeu	
	67	Comando de Pompeu contra os piratas	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	66	Pompeu ganha o comando contra Mitridates	
Primeira carta sobrevivente de Cícero para Ático Catulo e Lucrécio ativos (até meados de 50)	65		
Discursos de Cícero *Contra Catilina* 1-4	63	Pompeu toma Jerusalém Cícero desvela a "Conspiração Catilinária" Pompeu derrota Mitridates, monta assentamento no Oriente	
Discurso de Cícero *Em defesa de Árquias*	62	Pompeu celebra triunfo	
	60	Bando dos Três faz acordo	
	59	Pompeu casa-se com a filha de César, Júlia	
	58	Exílio de Cícero (até 57)	
	55	Primeiro desembarque de César na Britânia Construção do Teatro de Pompeu	
Cícero escreve *Do Estado* (54-51)	54	Morte de Júlia	
	53	Desastre de Carras, morte de Crasso	
	52	Assassinato de Clódio ("Batalha de Bovila") Consulado de Pompeu sozinho	
Comentários sobre a Guerra na Gália, de César	51	Cícero governador da Cilícia	
	50	César conclui a conquista da Gália	
Salústio ativo	**Década de 40**		
Cícero se junta a Pompeu na Grécia	49	César atravessa o Rubicão	GUERRAS CIVIS 49-31 César versus Pompeu

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
CÍCERO volta a Roma	48	Batalha de Farsalos; morte de Pompeu no Egito	
Cícero e Terência se divorciam	46	Triunfo de César	
Cícero casa-se com Publília; morte de sua filha, Túlia	45		
	44	Janeiro: César é eleito *dictator perpetuus* Março: César é assassinado	
Cícero é assassinado	43	Formação do triunvirato de Otaviano, Antônio e Lépido	Assassinos de César versus herdeiros de César
Horácio sobre o lado perdedor em Filipos	42	Batalha de Filipos: o triunvirato derrota Brutus e Cássio	
	41-40	Cerco de Perusia	Lúcio Antônio versus Otaviano
Éclogas, de Virgílio	39		
História, de Lívio, escrita da década de 30 a.C. a 17 d.C.	37	Otaviano e Lívia se casam	
Sátiras I, de Horácio	35/4		
	31	Batalha de Ácio	Otaviano versus Marco Antônio
	30	Suicídio de Antônio e Cleópatra; Egito torna-se província romana	O GOVERNO DOS IMPERADORES A dinastia Júlio-Claudiana, 31 a.C-68 d.C. Otaviano/Augusto 31 a.C.-14 d.C.
Propércio, Tíbulo e Ovídio ativos	Década de 20		
Virgílio escreve as *Geórgicas*, possivelmente inicia o trabalho na *Eneida*	29	Otaviano volta à Itália e celebra um triunfo triplo	
	27	Otaviano assume o título de *Augusto*	
Morte de Virgílio	19	Os estandartes partos perdidos em Carras são devolvidos a Roma	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	18	Primeira legislação de Augusto sobre o casamento	
	8	O mês "Sextilis" é renomeado "Augustus" (agosto)	
Morte de Tiro, o ex-escravo de Cícero	**4**	Augusto adota Tibério formalmente	
	2	Inauguração do Fórum de Augusto Exílio de Júlia (filha de Augusto)	a.C.
Ovídio exilado em Tomis	**8 d.C.**		d.C.
	9	Batalha da Floresta de Teutoburgo	
Estrabão ativo (até c. 24)	**Década de 10**		Tibério 14-37
Fedro e Velleius Paterculus ativos	**Década de 20**		
	25	Aulo Cremúcio Cordo faz greve de fome até a morte	
	26	Pôncio Pilatos governador da Judeia (até 36)	
	29	Morte de Lívia	
	33	Data tradicional da crucifixão de Jesus	
	37		Caio (Calígula) 37-41
	40	Embaixada judaica para Calígula	
Sêneca, o Jovem, ativo	**41**	Assassinato de Calígula	Cláudio 41-54
	43	Cláudio invade a Britânia	
	44	Cláudio celebra seu triunfo sobre a Britânia	
	48	Discurso de Cláudio em Lyon	
Apocolocyntosis, de Sêneca	**54**		Nero 54-68

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
	58	Agrícola na Britânia (até 62)	
Plínio, o Velho, Lucano, Petrônio e Pérsio ativos	**Década de 60**		
	60	Rebelião de Boadiceia	
Nasce Plínio, o Jovem	**61**	Lucius Pedanius Secundus é assassinado por seus escravos	
	64	Grande Incêndio de Roma Data tradicional para a crucifixão de são Pedro em Roma	
Sêneca e Lucano cometem suicídio	**65**	Data tradicional para a decapitação de são Paulo em Roma Conspiração de Piso contra Nero	
Petrônio comete suicídio	**66**	Rei Tiridates em Roma Trásca Peto comete suicídio	1ª REVOLTA JUDAICA 66-73/4
	68	Suicídio de Nero	
	69	Guerra civil: "O ano dos quatro imperadores"	GUERRA CIVIL
			A Dinastia Flaviana 69-96
	70	Destruição do templo de Jerusalém	
	73/4	Primeira revolta judaica termina com a queda de Massada	Vespasiano 69-79
Josefo começa a fazer circular a *Guerra dos Judeus*	**c. 75**	Começam os trabalhos na *villa* romana de Fishbourne	
	77	Agrícola governador da Britânia (até 85)	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
Morte de Plínio, o Velho	**79**	Erupção do Vesúvio, Destruição de Pompeia e Herculano	Tito (79-81)
Marcial, Plutarco e Juvenal ativos	**Década de 80**		
	80	Conclusão do Coliseu	
	81		Domiciano (81-96)
Escrita das tabuletas de Vindolanda (até 120)	**c.85**		
	89	Jantar negro de Domiciano	
Josefo. *Antiguidades judaicas*	**93/4**		Dinastia dos imperadores "adotivos" 96-192
	96	Assassinato de Domiciano	Nerva (96-98)
Consulado de Tácito; *Agricola* é escrito por essa época	**97**	Nerva adota Trajano	
	98		Trajano (98-117)
Consulado de Plínio e *Panegírico* a Trajano	**100**		1ª GUERRA DÁCIA, 101-02 2ª GUERRA DÁCIA, 105-06
Histórias, de Tácito	**109**	Plínio governador da Bitínia (até 110)	
Cartas 10, de Plínio (a Trajano)	**110**		
	113	Trajano invade a Pártia	CAMPANHAS DE TRAJANO no Oriente, 113-17
Anais, de Tácito	**117**		Adriano (117-138)
	118	Execução de quatro ex-cônsules	

FIGURAS LITERÁRIAS	DATAS	EVENTOS	GOVERNANTES, PERÍODOS, GUERRAS
Doze Césares, de Suetônio	**Década de 120**	Construção do Muro de Adriano Construção do Panteão de Adriano	
	130	Antínoo, companheiro de Adriano, morre afogado no Nilo	
	138		Antonino Pio (138-161)
Fronto, Aulo Gélio, Pausânias e Luciano ativos (até a década de 180)	**Década de 140**		
Élio Aristides, *Discurso a Roma*	**144**		
Galeno ativo (até a década de 200)	**Década de 160**		
	161		Marco Aurélio e Lúcio Vero (161-169)
	167	Pandemia de varíola (?) em Roma e no Império	
	169	Lúcio Vero morre, provavelmente da pandemia	Marco Aurélio governa sozinho (169-180)
	180		Cômodo (180-192)
	192	Assassinato de Cômodo	
	193	Cinco rivais pretendentes ao trono	GUERRA CIVIL
	196	Septímio Severo torna-se único imperador	Dinastia Severa 193-235 Septímio Severo (193-211)
Cássio Dio começa a escrever sua *História*	**c. 202**		
	203	Execução de Víbia Perpétua em Cartago	
Consulado de Cássio Dio	**c. 205**		
	211	Caracala mata Geta	Caracala e Geta, e depois Caracala governa sozinho (211-217)
	212	Cidadania é estendida a todos os habitantes livres do Império	

Agradecimentos

Fazer este livro foi divertido e comovente. A ideia original foi do meu amigo e editor, o saudoso Peter Carson, que infelizmente morreu antes de poder ver uma palavra dele. Só posso esperar que ele não ficaria desapontado com o resultado.

SPQR é o trabalho de cerca de cinquenta anos, e há mais pessoas a agradecer do que eu poderia identificar aqui. Recentemente, solicitei ajuda a amigos e colegas em Cambridge e outros lugares: Cliff Ando, Emma Dench, Chris Hallett, William Harris, Geoff Hawthorn, Myles Lavan, Matthew Leigh, Angus Mackinnon, Neville Morley, John North, Robin Osborne, Jonathan Prag, Joyce Reynolds, James Romm, Brian Rose, Malcolm Schofield, Ruth Scurr, Bert Smith, Peter Thonemann, Jerry Toner e Carrie Vout. Outros amigos, incluindo Manolo Blahnik, Corrie Corfield, Gary Ingham e Sean Spence, Roger Michel e nossos companheiros de férias em julho de 2015 (Frank Darbell e Jay Weissberg, Celina Fox, Fionnuala e Simon Jervis, Anna Somers-Cocks, Jonathan e Teresa Sumption) incentivaram-me de diferentes maneiras. As pessoas que postaram comentários em meu blog (*A Don's Life*) foram diretas, como de costume, em suas críticas construtivas à medida que o livro avançava. Hannah Price deu conselhos especializados sobre a bibliografia nos estágios finais; a grande capacidade de organização de Debbie Whittaker foi indispensável o tempo todo,

assim como seu olho de águia para detectar erros de digitação, factuais e lógicos.

Muitas instituições fizeram mais do que eu jamais poderia esperar para levar esse projeto adiante: a Faculdade de Clássicos de Cambridge (e sua biblioteca) sempre me apoiaram; o Newnham College foi paciente com minha obstinação; a American Academy em Roma me recebeu generosamente por algumas semanas de trabalho intenso (meus agradecimentos especialmente a Kim Bowes); o *Times Literary Supplement* tolerou minhas ausências. Steve Kimberley salvou os dados do meu laptop em um momento crucial. Vi e aprendi muita coisa trabalhando com os rigorosos profissionais acadêmicos da Lion Television para uma série relacionada com este livro, embora não baseada nele. Meu agradecimento particular a Richard Bradley, Johnny Crockett, Ben Finney, Craig Hastings, Tim Hodge, Chris Mitchell, Marco Rossi e Caterina Turroni. Com eles tive o prazer de explorar partes do Império Romano que eu nunca teria sonhado experimentar em primeira mão. Eles me abriram os olhos.

Meus editores, como sempre, foram excelentes para trabalhar em conjunto — e tolerantes com minha lentidão em entregar o trabalho. No Reino Unido, os agradecimentos vão para Penny Daniel, Frances Ford, Andrew Franklin, Valentina Zanca e todos os outros na Profile e em outras partes que tornaram esse livro possível; e isso inclui Emily Hayward-Whitlock no setor de mídia, Juliana Froggatt, que fez a edição de texto com competência e humor, e Lesley Hodgson que pesquisou as ilustrações. Agradeço também a Jonathan Harley e James Alexander pela meticulosa digitação e diagramação das páginas. Nos Estados Unidos, Bob Weil da Liveright foi um editor na excelente escola

tradicional. Sou mais grata a ele do que consigo expressar, e a Peter Miller e Will Menaker. George Lucas da Inkwell cuidou de mim esplendidamente em Nova York.

Minha família mostrou-se incrivelmente tolerante ao longo de toda a escrita de *SPQR*: Robin Cormack, Zoe e Raphael. Amor e gratidão a eles, com a esperança de que venham mares mais tranquilos — e mais tempo livre. E envio um agradecimento especial a Peter Stothard, que leu e deu sugestões, nutriu e acolheu, ao longo de todo o processo de gestação e escrita. Se este livro fosse dedicado a alguém, seria a ele. De um Peter a outro, obrigada aos dois.

Fontes das ilustrações

Lâminas coloridas

1 “Cícero acusa Catilina” (1889), de Cesare Maccari, Palazzo Madama, Roma. Foto © akg-images/Album/Oronoz

2 “Cícero acusa Catilina”, (*c*. 1850), de John Leech, extraído de Gilbert Abbott A Beckett, *The Comic History of Rome* (Bradbury and Evans, 1852). Foto © Posner Library/Carnegie Mellon

3 No alto: “Rapto das Sabinas”, de N. Poussin (1637-38), Musée du Louvre, Paris. Foto © akg-images/Erich Lessing. Embaixo: “Rapto das Sabinas”, de Pablo Picasso (1962), Centre Pompidou. Foto © Succession Picasso/DACS, Londres 2015/Cortesia akg-images

4 “Tarquínio e Lucrécia”, de Ticiano (1571), Fitzwilliam Museum, Cambridge. Foto © Lebrecht Music and Arts Photo Library/Alamy

5 “Ficoroni Cista”, século IV a.C., Museo Nazionale Etrusco di Villa Giulia, Roma. Foto (alto) © akg-images/De Agostini Picture Lib./G. Nimatallah; (embaixo) © akg-images/Nimatallah

6 Pintura tumular, século III a.C., do monte Esquilino, Centrale Montemartini, Roma. Foto © The Art Archive/Alamy

7 Cenas do Túmulo François, Vulci, século IV a.C., Coleção Torlonia, Roma. Foto cortesia da Soprintendenza per I Beni Archeologici dell’Etruria meridionale

8 Retirada do espigão de um navio da Primeira Guerra Púnica, costa da Sicília. Foto © rpm Nautical Foundation

9 Último painel da série “Os triunfos de César” (1484-92), de Andrea Mantegna, Hampton Court Palace, Londres. Foto Royal Collection Trust © Her Majesty Queen Elizabeth ii, 2015/Bridgeman Images

10 Seção da Coluna de Marco Aurélio, Roma. Foto © Realy Easy Star/Tullio Valente/Alamy

11 Painel em madeira mostrando Septímio Severo e família, *c*. 200 d.C., Staatliche Museum, Berlim. Foto © Neues Museum, Berlim

12 Retrato de Lívia, século I a.C., Musée du Louvre, Paris. Foto © Interfoto/Alamy

13 Adereço de bronze dos navios de Caio em Nemi, 37-41 d.C., Museo Nazionale Romano, Palazzo Massimo all Terme. Foto © akg-images/Mondadori Portfolio/Sergio Anelli

14 Pintura em sala de jantar de casa (v, 2, 4) em Pompeia, século I d.C., Museo Archeologico Nazionale, Nápoles. Foto © akg-images/Erich Lessing

15 “Sólon em Atenas”, do “Bar dos sete sábios”, Ostia, *c*. 100 d.C. Foto © The Art Archive/Alamy

16 Colar de escravo romano, século IV d.C. (?), Museo Nazionale Romano, Terme di Diocleziano. Foto © Photo Scala, Florença, reproduzido por cortesia do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali

17 Bracelete de ouro inscrito de um senhor a uma escrava, século I d.C., de Moregine, perto de Pompeia. Extraído de A. Ambrosio et al., *Storie da un’eruzione* (Catálogo de exposição, Nápoles 2003, Electa)

p. 470

18 Cenas de lavanderia (vi, 8, 20) em Pompeia, século I d.C. Museo Archeologico Nazionale, Nápoles. Photos © akg-images/Nimatallah e Museo Archeologico Nazionale, Nápoles

19 Pedra preciosa, com Otaviano/Augusto como Netuno, final do século I a.C., ao que consta, encontrada na Tunísia, hoje no Museum of Fine Arts, Boston. Foto © Museum of Fine Arts, Boston, Massachusetts, eua/Anne and Blake Ireland Gallery (Gallery 210A)/Bridgeman Images

20 O "Grande camafeu da França", século I, Bibliothèque Nationale, Paris. Foto © akg-images/Album/Joseph Martin

21 Seção da "Mesa Peutinger", século XIII, provavelmente baseado em modelo romano, Österreichische Nationalbibliothek, Viena. Foto © akg-images

Ilustrações

1 O Tabularium, Roma. Foto copyright © Rome4all

2 spqr em tampa de bueiro (foto © rgbdave/Stockimo/Alamy) e em lata de lixo de rua (foto da autora)

3 Detalhe de "Cícero acusa Catilina" (1889), de Cesare Maccari, Palazzo Madama, Roma. Foto © akg-images/Album/Oronoz

4 Moeda de prata romana de 63 a.C., mostrando votação: (esquerda © The Trustees of the British Museum; direita © Goldberg Coins & Collectibles Inc.)

5 Lápide romana mostrando a cunhagem de moedas, século IV d.C., Museo Archeologico Nazionale d'Abruzzo, Chieti. Reproduzido por cortesia do Ministero per I Beni e le Attività Culturali/ Alinari Archives, Florença

6 Manifestantes húngaros, 2012. Foto © Peter Kohalmi/AFP/Getty Images

7 Escultura da loba e dos gêmeos, Musei Capitolini, Roma. Foto © Musei Capitolini, Roma, Itália/Bridgeman Images

8 Moeda de prata romana, 89 a.C., mostrando o rei Titus Tatius, e a abdução de duas sabinas. Foto © The Trustees of the British Museum

9 Mosaico mostrando Rômulo e Remo com a loba, Aldeborough. Foto © Leeds Museums and Art Galleries (City Museum) Reino Unido/Bridgeman Images

10 O espelho Bolsena, Museo Nazionale Romano. Extraído de *Roma, Romolo, Remo* (catálogo de exposição, Roma, 2000), p. 233

11 Mosaico mostrando Dido e Eneias abraçados, da *villa* romana de Low Ham. Foto © Somerset County Museum, Taunton Castle, Reino Unido/Bridgeman Images

12 Urna de cremação da Etrúria, Museo Nazionale Etrusco di Villa Giulia, Roma. Foto © Photo Scala, Florença — Cortesia do Ministero per I Beni e le Attività Culturali 82

13 Reconstrução dos restos sob a pedra preta do Fórum Romano. Extraído de C. Hülsen, *The Roman Forum* (Loescher, 1906)

14 Cipo com inscrição, do Fórum Romano. Foto © dea/A. Dagli Orti/De Agostini/Getty Images

15 "O julgamento dos Horácios" (1784), de Jacques-Louis David, Musée du Louvre, Paris. Foto © akg-images/De Agostini Picture Lib./G. Dagli Orti

16 Antiga inscrição de Satiricum. Foto cortesia da Soprintendenza Speciale per I Beni Archeologici di Roma

Images

40 Moeda de prata cunhada por aliados italianos na Guerra Social. Foto © The Trustees of the British Museum

41 Moeda de prata de Sula, 84-83 a.C., mostrando a cabeça de Vênus e símbolos da vitória. Foto © The Trustees of the British Museum

42 Pintura de Pompeia mostrando "Spartaks", do início do século I a.C. Foto © Jackie and Bob Dunn www.pompeiiinpictures.com. Reproduzido por cortesia do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali, Soprintendenza Speciale per I Beni Archeologici di Pompei, Ercolano e Stabia

43 Moeda de prata mostrando a cabeça de Mitridates vi. Foto © akg-images/Interfoto

44 Visualização em 3D do teatro de Pompeu, por Martin Blazeby, King's College, Londres. Reproduzido por cortesia do King's College, Londres

45 Moeda de prata romana, 19-4 a.C., celebrando a volta dos estandartes romanos capturados na Batalha de Carras. Foto © The Trustees of the British Museum

46 Retrato de Júlio César, possivelmente moderno, British Museum. Photo © Planet News Archive/sspl/Getty Images

47 Lápide tumular mostrando camelo e membros da família, século II d.C. (?), Museo Civico di Sulmona. Foto Museo della Diocesi-Valva Sulmona

48 Moeda de prata romana, 43-42 a.C., mostrando cabeça de Brutus e símbolos de libertação. Foto © Her Majesty Queen Elizabeth II, 2015/ Bridgeman Images

49 Pintura romana ("Casamento dos Aldobrandini"), século I a.C., Musei Vaticani. Foto © Biblioteca Apostolica Vaticana, Cidade do Vaticano /Bridgeman Images

50 Lápide romana de Aurelius Hermia e Aurelia Philematium, século I a.C., British Museum. Foto © akg-images/Album/ Prisma

51 Parteira romana de Ostia, Museo Ostiense. Foto © The Art Archive/Alamy

52 Espéculo vaginal romano, Museo Archeologico Nazionale, Nápoles. Foto © akg-images/Mondadori Portfolio/Alfredo e Pio Foglia

53 Casa dos Grifos, século I a.C., Palatino, Roma. Foto © Photo Scala, Florença, cortesia do Ministero per I Beni e le Attività Culturali

54 Planta da "Casa do poeta trágico", Pompeia

55 Escultura proveniente dos destroços do Antikythera, Grécia, Museu Arqueológico Nacional, Atenas. Foto de R. Cormack, reproduzido por cortesia do museu

56 Grand Congloué, carga de ânforas. Foto © 2010 mit. Cortesia do mit Museum

57 Fragmento do "Laudatio Turiae", século I a.C., Museo Nazionale Romano, Terme di Diocleziano. Foto cortesia da Soprintendenza Speciale per I Beni Archeologici di Roma

58 Balas de chumbo de Perugia, século I a.C., Museo Archeologico Nazionale dell'Umbria. Extraído de L. Benedetti, *Glandes Perusinae: revision e aggiornamenti* (Quasar, 2012)

59 Cena triunfal do Monumento Ácio, século I a.C., Nicópolis. Extraído de K. Zachos et al., *Nikopolis: Revealing the city of Augustus' Victory* (fcmpa, 2008)

60 Lápide tumular de Marcus Billienus, século I a.C., Museo Civico di Vicenza, desenhado por J. Callan. Extraído de L. Keppie, *The Making of the Roman Army* (Routledge, 2002), p. 114

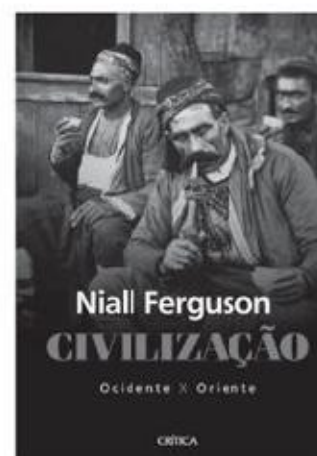
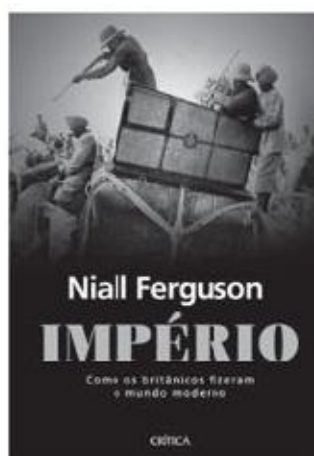
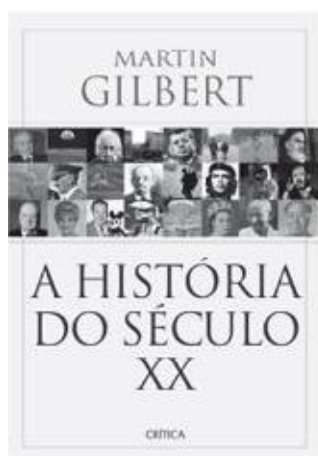
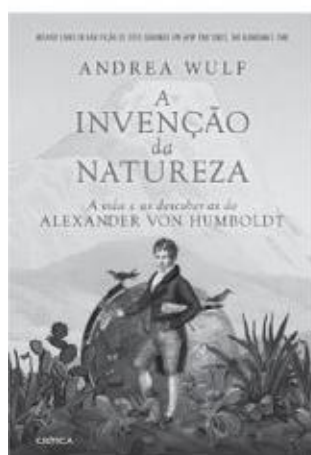
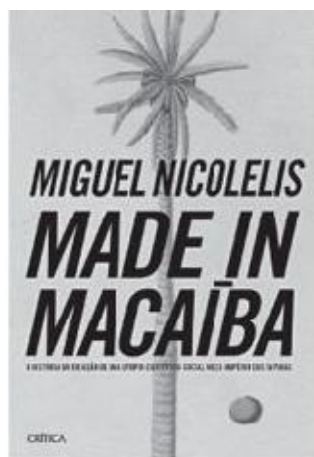
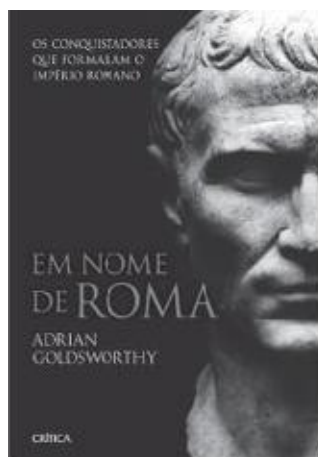
61 Esquerda, “Via Labicana Augustus”, Museo Nazionale Romano, Palazzo Massimo alle Terme. Foto © dea/A. Dagli Orti/De Agostini/ Getty Images: Direita, “Prima Porta Augustus”, Musei Vaticani. Photo © Erin Babnik/Alamy
62 O mausoléu de Augusto, Roma. Foto da autora
63 O templo de Roma e Augusto, Ankara. Foto © Vanni Archive/Corbis
64 Reconstrução, o Fórum de Augusto em Roma, G. Rehlender. Foto © Falkensteinfoto/Alamy
65 Detalhe do friso processional de Ara Pacis, Roma. Foto © akg-images/Tristan Lafranchis
66 Árvore genealógica — versão simplificada da família e descendentes de Augusto e Lívia
67 Catorze imperadores: Tibério (© De Agostini/G. Nimatallah/Getty Images); Caio (© Prisma Archivo/Alamy); Cláudio (© Marie-Lan Nguyen); Nero (© Alfredo Dagli Orti/The Art Archive/Corbis); Vespasiano (© akg-images/Album/Prisma); Tito (© Anderson/Alinari via Getty Images); Domiciano (© akg-images); Nerva (© dea/G. Dagli Orti/De Agostini/Getty Images); Trajano (© akgimages/Erich Lessing); Adriano (© Marie-Lan Nguyen); Antonino Pio (© Bibi Saint-Pol); Marco Aurélio (© dea/G. Nimatallah/De Agostini/Getty Images); Lúcio Vero (© The Art Archive/Alamy); Cômodo (© Marie-Lan Nguyen)
68 Retrato de Caio, Ny Carlsberg Glyptotek, Copenhagen. Foto © Louis le Grand/Ny Carlsberg Glyptotek
69 Retrato de Cláudio adaptado do retrato de Caio, Centrale Montemartini, Roma. Foto © Bill Storage/Musei Capitolini, Centrale Montemartini
70 Cena da Coluna de Marco Aurélio, final do século II d.C. Foto © Piazza Colonna, Rome, Itália /Alinari/Bridgeman Images
71 Pintura da Domus Aurea de Nero, Roma. Foto © Werner Forman/Universal Images Group/ Getty Images
72 Piscina ornamental (“Canopus”) na *villa* de Adriano, Tivoli, décadas de 20-30 d.C. Foto © Riccardo Sala/Alamy
73 Cabeça de Adriano folheada a bronze, de Velleia, Museo Archeologico Nazionale, Parma. Foto © dea/A. De Gregorio/De Agostini/Getty Images
74 Base da Coluna de Antonino Pio, mostrando a apoteose de Antonino e Faustina, década de 160 d.C., Musei Vaticani. Foto © Museus e Galerias do Vaticano Museus e Galerias do Vaticano, Cidade do Vaticano/Bridgeman Images
75 Reconstrução da *villa* de Plínio por Karl Friedrich Schinkel (1841). Foto © akg-images
76 A cidade de Timgad, Argélia. Foto da autora
77 “Its all right Covdob”, cartum de Simon James. Reproduzido com permissão de Simon James
78 Cena do Fórum, de *Praedia*, de Julia Felix, *Antichità di Ercolano* Vol. 3 (1762), Lâmina 43
79 Bloco romano do tipo *insula* sob o Capitólio, Roma. Foto da autora
80 Lápide tumular de Q. Artulus, criança das minas, século II d.C., Museo Arqueológico Nacional, Madri. Foto © Sebastià Giralt/Cortesia Museo Arqueológico Nacional, Madri
81 Lápide tumular de Caius Pupius Amicus, tingidor, século I d.C., Museo Archeologico Nazionale, Parma. Foto © Alinari Archives, Florença
82 Relevo em mármore mostrando banca de vendedor de aves, século II d.C., Ostia, Museo Ostiense. Foto © Museo Ostiense, Ostia Antica, Roma, Itália /Roger-Viollet, Paris/Bridgeman Images

Embora tenham sido feitos todos os esforços para contatar os detentores dos direitos das ilustrações, a autora e os editores agradecem quaisquer informações sobre as ilustrações que eles não foram capazes de rastrear, e se dispõem a fazer as devidas correções em edições futuras.

Índice onomástico

L

M

Conheça também outros títulos do selo Crítica

1. Maccari retrata um Senado implausivelmente luxuoso no discurso de Cícero em 8 de novembro de 63 a.C. Ele enfatiza o isolamento de Catilina (embaixo, à direita), de quem todos os demais senadores mantêm uma cautelosa distância. Naquela noite, Catilina saiu de Roma para reunir seu exército.

2. O confronto de Cícero com Catilina tem sido tema do humor moderno. Trinta anos antes do tributo de Maccari a Cícero, com o mesmo título de *Cícero denuncia Catilina*, a cena recebeu tratamento cômico. Cícero é uma paródia do ultraje político do século XIX, e Catilina, um gângster — note que alguns dos

senadores já adormeceram.

3. *O rapto das sabinas* (1637-38), de Nicolas Poussin. No quadro, Rômulo, à esquerda, comanda calmamente a cena do alto. Mas Poussin deixa claro que as mulheres, aterrorizadas e resistindo, estão sendo arrastadas, em algo próximo a uma violenta batalha. Pablo Picasso (1962) intensifica o horror da história. Os corpos das mulheres, quase desintegrando-se, criam forte contraste com os guerreiros romanos em escala amplificada e seus cavalos em tropel.

4. Na sua pintura *Tarquínio e Lucrécia* (1571), Ticiano, em vez de atenuar, ressalta a brutalidade do estupro. Lucrécia é mostrada vulnerável, com lágrimas nos olhos; Tarquínio, como um violento agressor (com seu joelho contundente e a adaga cintilante). Ao fundo, emerge timidamente da cortina a mão do jovem escravo que Tarquínio ameaçou matar junto com sua vítima, para fazê-los parecer culpados de um adultério vergonhoso.

5. Um vislumbre do mundo romano no século IV a.C. — e um raro exemplo da alta qualidade da produção artística do período. Estas são as alças do *Ficoroni Cista*, um elaborado caixão funerário de bronze, que recebeu o nome de seu colecionador do século XVIII. A inscrição na peça registra que ela foi feita em Roma por Novios Plautios, e dada à sua filha por uma mulher chamada Dindia Macolnia.

6. A pintura de um túmulo romano do início do século III a.C. oferece uma visão contemporânea das Guerras Samnitas. O combate no registro inferior inclui uma figura (à direita) com um grande capacete com penacho. Acima, as cenas de aparente "rendição" fora da muralha receberam interpretações diversas. Seria "Fabius", de toga, à direita, dando alguma espécie de condecoração militar a um soldado romano — e não samnita — à esquerda?

7. Cenas de combate do Túmulo François em Vulci (meados do século IV a.C.) mostram uma visão etrusca de alguns personagens da história romana. Etiquetas identificam a figura na extrema esquerda como “Macstrna” ou Mastarna, que era, segundo o imperador Cláudio, outro nome de Sérvio Túlio. Na extrema direita, “Aule Vipenas” ou Aulus Vivenna (talvez um rei romano perdido) despacha um inimigo.

8. Restos da Primeira Guerra Púnica sendo içados do fundo do mar próximo à Sicília: aqui, um dos esporões dos navios de guerra. Vários deles têm textos gravados sobre o bronze. Nos esporões romanos

podemos ler menções a cargos: “Lucius Quinctius, o filho de Gaius, o questor, aprovou este esporão”. Em um dos esporões cartagineses sobrevivente lê-se a inscrição: “Rogamos a Baal que este esporão penetre no navio inimigo e abra um grande buraco”. Há um claro contraste de “estilo” entre as duas nações.

9. A mais famosa reconstrução moderna de um desfile triunfal romano é de Andrea Mantegna, cuja série *Os triunfos de César* foi pintada para a família Gonzaga de Mântua no final do século XV. Este painel mostra César em seu carro de batalha de estilo renascentista. Atrás dele, em pé, vê-se o escravo cuja tarefa era cochichar ao ouvido do general triunfante que, apesar da glória, era *apenas um homem*.

10. A Coluna de Marco Aurélio, par e rival da mais famosa Coluna de Trajano, ainda se ergue com seus quase quarenta metros no centro de Roma. Distribuídas em espiral em volta dela estão cenas das guerras do imperador no Danúbio, que se estenderam pela maior parte de seu reinado (161-180 d.C.). Na parte mais baixa, o barbudo imperador é visto operando um sacrifício. No terceiro nível (acima) é travada uma batalha ao redor de uma cabana germânica.

11. A família do imperador Caracala. Este painel pintado em madeira mostra seu pai, o imperador Septímio Severo, e sua mãe, Julia Domna, atrás. À frente, à direita, o jovem Caracala; à esquerda, o rosto de seu irmão Geta, assassinado, foi apagado.

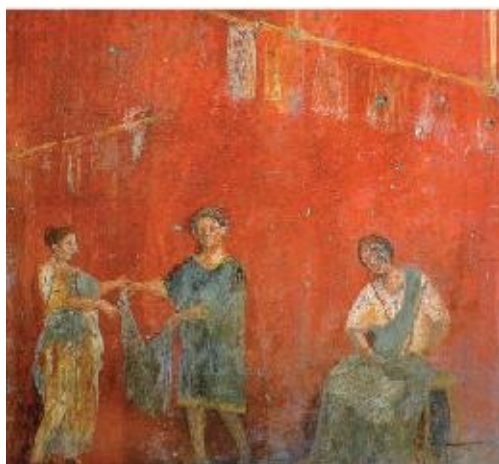
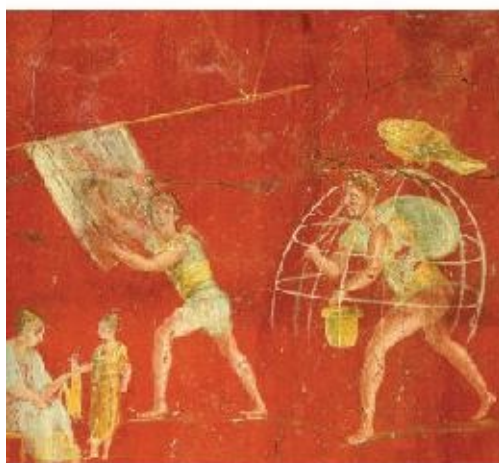
12. Uma imagem característica de Lívia, a esposa de Augusto, esculpida em basalto negro brilhante — e muito caro — do Egito. Seu penteado, com uma mecha de cabelo enrolado na frente e um coque atrás, era bem tradicional, e indicava virtudes romanas conservadoras.

13. Uma indicação vívida do luxo da corte imperial são os restos das barcaças de lazer que o imperador Caio mandou construir no lago Nemi, nas colinas Albanas, entre 37 e 41 d.C. Embora tenham sofrido graves danos durante a Segunda Guerra Mundial, alguns dos extravagantes adereços e partes da decoração interior ainda sobrevivem — como esta cabeça de bronze de uma Medusa, com serpentes no lugar do cabelo, que ficava encaixada sobre a ponta de uma das vigas de madeira.

14. Imagem de um jantar romano. Esta pintura de Pompeia mostra a hierarquia dentro de um grupo de romanos (note a pequena figura de um escravo embaixo, à esquerda, tirando o sapato de um convidado) e as fantasias sobre os excessos (outro convidado, à direita, vomita). Embora esta ocasião em particular pareça ser uma reunião só de homens, isso não era a norma romana.

15. O Bar dos Sete Sábios, em Óstia. Aqui o grande pensador "Sólon... de Atenas" (seu nome está escrito em grego de ambos os lados da figura) observa a cena sentado em sua privada, e seu conselho sobre a defecação aparece acima: "Para cagar bem (*ut bene cacaret*), Sólon batia na barriga".

16. Colar de escravo romano. A plaquinha oferece uma recompensa caso o escravo fuja: “Eu fugi, capture-me; leve-me de volta ao meu dono, *Zozimus*, e obterá uma recompensa”. É provável que alguns desses colares fossem para animais, e não para humanos. Mas o fato de não podermos estar certos a respeito da diferença entre ambos já é por si só revelador.

17. Bracelete de ouro encontrado perto de Pompeia, com a inscrição *Dominus suae ancillae* — “Do mestre para a sua escrava”. Pode ser uma comovente indicação do sentimento de afeto do homem e um indício da intimidade entre ambos. Qual teria sido a atitude da moça em relação ao presente (e ao homem que lhe deu) é algo que só podemos conjeturar.

18. Três cenas da vida numa lavanderia de Pompeia. No alto, trabalhadores pisoteiam as roupas. No centro, um homem escova uma peça de roupa, outro carrega uma armação com uma coruja em cima (um mascote do comércio de lavanderia), enquanto uma cliente espera num canto junto com sua criada. Embaixo, uma mulher à esquerda recolhe uma peça de roupa, e há mais roupas dependuradas num varal acima.

19. Um selo de pedra, em cornalina, celebrando a vitória em Ácio, em 31 a.C. Mostra Otaviano na forma do deus Netuno, segurando um tridente e montado numa carruagem marinha. O nome do gravador, ou do dono, Popil(ius) Alb(anus), está escrito em letras gregas no alto.

20. *O Grande camafeu da França* data do reinado de Tibério e representa a ordem do mundo imperial. Augusto, agora um deus, está reclinado no céu. No registro médio, Tibério está sentado no trono, tendo ao lado a mãe, Lívia. Embaixo, os bárbaros conquistados estão em seu lugar. Ele permaneceu na França desde o século XIII (daí seu nome) e na época foi equivocadamente identificado como uma cena bíblica de José na corte do faraó egípcio.

21. A *Tabula Peutingeriana* (o nome deriva de um de seus proprietários) é uma versão de um mapa do Império Romano feito no século XIII, mas muito provavelmente baseado em última instância no mapa exibido na Roma do primeiro século a.C., por Augusto e Agripa. Para os nossos termos, é mais um diagrama de rotas do que um mapa, com quase sete metros de comprimento, mostrando estradas, rios e cidades do Império. Este trecho mostra o delta do Nilo, com parte de Creta à esquerda e a Ásia Menor acima.

1 Editado também pela Companhia das Letras, com tradução de José Paulo Paes. (N. T.)